

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Doutorado em Educação

PÉRSIDA DA SILVA RIBEIRO MIKI

**ASPECTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO
AMAZONAS: O CURSO INFANTIL FROEBEL NO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT E OUTROS JARDINS
DE INFÂNCIA (1897-1933)**

Itatiba

2014

PÉRSIDA DA SILVA RIBEIRO MIKI

**ASPECTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO
AMAZONAS: O CURSO INFANTIL FROEBEL NO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT E OUTROS JARDINS
DE INFÂNCIA (1897-1933)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior.

Itatiba

2014

37(811.3) Miki, Pérsida da Silva Ribeiro.
M58a Aspectos da educação infantil no estado do Amazonas: o curso infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant outros jardins de infância (1897-1933). / Pérsida da Silva Ribeiro Miki. -- Itatiba, 2014
382 p.

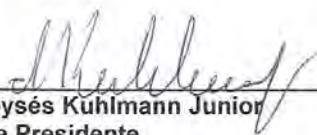
Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Moysés Kuhlmann Júnior.

1. Amazonas. 2. Jardins de infância.
3. História da educação infantil. I. Kuhlmann Júnior, Moysés.
- II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias do Setor de Processamento Técnico da Universidade São Francisco.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM EDUCAÇÃO

Pérsida da Silva Ribeiro Miki defendeu a tese "ASPECTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO AMAZONAS: O CURSO INFANTIL FROEBEL NO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT E OUTROS JARDINS DE INFÂNCIA (1897-1933)" aprovada no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 30 de junho de 2014 pela Banca examinadora constituída pelos professores:



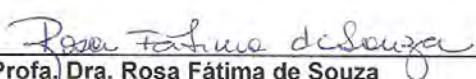
Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Junior

Orientador e Presidente



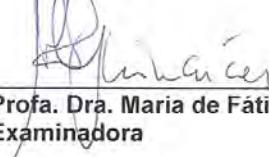
Prof. Dr. Cleber Santos Vieira

Examinador



Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza

Examinadora



Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães

Examinadora



Profa. Dra. Luzia Bueno

Examinadora

Oração ao Tempo

És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo, tempo, tempo, tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo, tempo, tempo, tempo

Composer de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Entro num acordo contigo
Tempo, tempo, tempo, tempo

Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo, tempo, tempo, tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo, tempo, tempo, tempo

Que sejas ainda mais vivo
No som do meu estribilho
Tempo, tempo, tempo, tempo
Ouve bem o que te digo
Tempo, tempo, tempo, tempo

Peço-te o prazer legítimo
E o movimento preciso
Tempo, tempo, tempo, tempo
Quando o tempo for propício
Tempo, tempo, tempo, tempo

De modo que o meu espírito
Ganhe um brilho definido
Tempo, tempo, tempo, tempo
E eu espalhe benefícios
Tempo, tempo, tempo, tempo

O que usaremos pra isso
Fica guardado em sigilo
Tempo, tempo, tempo, tempo
Apenas contigo e comigo
Tempo, tempo, tempo, tempo

E quando eu tiver saído
Para fora do teu círculo
Tempo, tempo, tempo, tempo
Não serei nem terás sido
Tempo, tempo, tempo, tempo

Ainda assim acredo
Ser possível reunirmo-nos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Num outro nível de vínculo
Tempo, tempo, tempo, tempo

Portanto, peço-te aquilo
E te ofereço elogios
Tempo, tempo, tempo, tempo
Nas rimas do meu estilo
Tempo, tempo, tempo, tempo

Caetano Veloso

DEDICO ao meu filho Hiro, uma criança amazônica que me faz pensar diariamente no meu compromisso político, pessoal e profissional com a educação infantil.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho não se faz sozinho e é resultado de um conjunto de pessoas que se mobilizaram para a sua realização. Academicamente, agradeço aos professores doutores da Universidade São Francisco - USF, em especial aos da linha da História da Educação, Cleber Santos Vieira, Maria de Fátima Guimarães, Paula Leonardi e Moysés Kuhlmann Jr, que se preocuparam em seus momentos com essa construção epistemológica.

Obrigada prof. Cleber, pelos primeiros caminhos e descobertas junto aos sítios virtuais do Amazonas, às orientações do funcionamento das grandes bibliotecas e dos arquivos tão preciosas nas etapas de pesquisa na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

À profa Fátima, que com sensibilidade e competência propiciou os conhecimentos metodológicos da história da educação, além de apresentar o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação – CDAPH, da Universidade São Francisco, Bragança Paulista, SP, tão inovador e importante para a área.

À profa. Paula, cujos olhares indicados à mulher e aos estudos sobre as religiosas enriqueceram essa construção.

Ao estimado prof. Moysés, que me inspirou na escolha do tema e do projeto de pesquisa. É um sábio que orienta a cada momento, nos encontros, nas correções meticulosas, próprias de quem se dedica há anos no *métier*. Sempre preocupado com o crescimento de seus orientandos... Como aprendi com as suas produções e com a sua postura ética, como um intelectual brilhante, cuidadoso e respeitador.

Aprendi com a equipe da linha da História, Historiografia e Ideias Educacionais e, dentro do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade São Francisco, o Projeto Educação e Relações Sociais na História, aprovado pelo Edital Universal – CNPq 475168/2011-9, foi primordial nas trocas e aprendizagens entre professores, discentes e comunidades envolvidas.

Às secretárias da Pós-graduação, o meu singelo agradecimento, Ana Lúcia Pereira da Silva Minutti e Ana Paula Chrispim, pelas informações, apoio, incentivo no decorrer dessa trajetória. Assim como à coordenação da pós-graduação.

Aos professores doutores da banca cujas contribuições enriqueceram essa produção.

Agradeço aos amigos de Manaus e, em especial a profa. Dra. Antonia Silva de Lima que sempre me motivou, assim como aos meus familiares, em especial à minha mãe, Marilene Corrêa da Silva Freitas, pelo exemplo de coragem e de intelectual na Amazônia.

Aos pesquisadores que antes de mim percorreram suas inquietações e produziram sobre a história da Amazônia e do Estado do Amazonas.

Ao meu esposo André, pelo companheirismo, cuidado, apoio tecnológico na área da informática e dedicação a nossa família e aos nossos estudos.

À Dra. Débora e ao Prof. Jurandir, casal fantástico da cidade de Americana – SP, pela ajuda nos cuidados com o meu filho e a minha família. A vocês uma eterna gratidão.

Às Filhas de Sant’Ana em Manaus, pela atenção e material disponibilizado para a pesquisa.

À Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas, que por meio de seus funcionários sempre se dispôs a ajudar.

Ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA e seus presidentes, José Geraldo dos Anjos e Antonio José Souto Loureiro, que permitiram a pesquisa no Instituto. Assim como à Luciana Gil e Janete Vieira que ajudaram na digitalização das fontes, tanto no IGHA quanto no Arquivo Público do Estado do Amazonas, no Centro Cultural dos Povos da Amazônia e na Biblioteca Pública do Estado. O que está arquivado eletronicamente terá um retorno público.

Ao Departamento de Métodos e Técnicas, da Faculdade de Educação e à Universidade Federal do Amazonas que me liberou para o Doutorado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – Fapeam, com a bolsa de estudos, sem a qual seria impossível a realização desse trabalho.

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1. Alunas atendidas pelo Instituto Benjamin Constant, 1898-1930	217
Gráfico 2. Alunas do Curso Infantil atendidas no Instituto Benjamin Constant, 1904-1921	217
Quadro 1. Tipos de Produção no Amazonas – 1870	118
Quadro 2. Tipos de Produção no Amazonas – 1905	118
Quadro 3. Índice de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades – 1890, 1900, 1920.	118
Quadro 4. Frequência Média do Estado do Amazonas de 1896 a 1917	119
Quadro 5. Matriculados por escolas na capital do Amazonas, 1922	119
Quadro 6. Matriculados e Frequência no Estado do Amazonas 1924-1925	120
Quadro 7. Matrículas do Estado do Amazonas 1926-1928	120
Quadro 8. Matrículas, frequências e alunos analfabetizados no Estado do Amazonas em 1928	120
Quadro 9. Ensino primário e normal do Estado do Amazonas por municípios – 1928	121
Quadro 10. Atendimento das Meninas do Asilo Orfanológico “Elisa Souto”	211
Quadro 11. Irmãs Filhas de Sant’Ana no Instituto Benjamin Constant – Amazonas	211
Quadro 12. Tabela do Enxoval das Educandas	213
Quadro 13. Tabela do Enxoval de Casamento das Educandas	213
Quadro 14. Mapa das Matérias Estudadas no Instituto Benjamin Constant	214
Quadro 15. Mapa de Matrícula do Instituto Benjamin Constant- 1898.	214
Quadro 16. Mapa das Matérias Estudadas no Instituto Benjamin Constant	215
Quadro 17. Organização do Ensino do Instituto Benjamin Constant	216

Quadro 18. Série histórica da quantidade de alunas do Instituto Benjamin Constant	217
Quadro 19. Série histórica da quantidade de alunas do curso infantil no Instituto Benjamin Constant	217
Quadro 20. Idade de Admissão no Instituto Benjamin Constant - 1892-1937	218
Quadro 21. Movimento das Educandas do Instituto Benjamin Constant - 1890-1905	218
Quadro 22. Movimento das Educandas do Instituto Benjamin Constant – 1904	219
Quadro 23. Alunas identificadas que não estavam na relação nominal do Instituto Benjamin Constant de 1909	219
Quadro 24. Quantidade de alunas do Instituto Benjamin Constant – 1909	221
Quadro 25. Alunas que não fizeram o exame no Instituto Benjamin Constant – 1909	222
Quadro 26. Movimento das Educandas do Instituto Benjamin Constant – 1913	223
Quadro 27. Quantidade de matriculadas por curso no Instituto Benjamin Constant – 1913	223
Quadro 28. Quantidade de alunas por cursos, anos e professoras, 1909 e 1913	223
Quadro 29. Curso Anexo da Escola complementar	286
Quadro 30. Matriculados no 1º Grau no ano de 1914	286
Quadro 31. Número de Aprovados nos Exames Escolares	287
Quadro 32. Número de alunos aprovados por escolas em Manaus	287
Quadro 33. Matrícula do Curso Primário – 1928	288
Quadro 34. Assistência Pública no bairro do Mocó	288

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Carta de Manaus – Administração de Eduardo Ribeiro	122
Figura 2. Uma família tapuia à porta de sua casa em uma rua de Manaus	122
Figura 3. Uma parte do jardim da Matriz, no centro de Manaus	123
Figura 4. Jardim do Palácio do Governo. Lado nascente	123
Figura 5. Av. Eduardo Ribeiro	124
Figura 6. Palácio da Justiça. Fachada e um lado	124
Figura 7. Teatro Amazonas	125
Figura 8. Biblioteca de Manaus	125
Figura 9. Escola Pública de Manaus	126
Figura 10. Escola Pública de Manaus	126
Figura 11. Escola Pública de Manaus	126
Figura 12. Rua Municipal. Uma ponte	127
Figura 13. Uma paisagem na Cachoeira Grande	127
Figura 14. No igarapé da Cachoeirinha	128
Figura 15. Cachoeira Grande (Estrada de Epaminondas)	128
Figura 16. Uma aldeia em São Raymundo	129
Figura 17. São Raymundo. Marinha	129
Figura 18. Colônia Oliveira Machado	130
Figura 19. Parintins. Amazonas	130
Figura 20. Itacoatiara. Amazonas	131
Figura 21. Itacoatiara. Amazonas	131
Figura 22. "Benjamin Constant" Orphan Asylum – Manáos	142
Figura 23. Instituto Benjamin Constant – 1901-1902	143
Figura 24. Instituto Benjamin Constant – 1913-1914	144
Figura 25. Instituto Benjamin Constant – 1920	144
Figura 26. Instituto Benjamin Constant – 1901	145
Figura 27. Congregação das Filhas de Sant'Ana no Brasil	157
Figura 28. Praça da Constituição	235
Figura 29. Elevação Lateral do Gymnasio Amazonense (Parte externa)	236
Figura 30. Elevação Lateral do Gymnasio Amazonense (Parte interna)	236
Figura 31. Elevação Frontal do Gymnasio Amazonense	237

Figura 32. Lyceum – Manáos	237
Figura 33. Praça da Constituição	238
Figura 34. Pavilhão do Gymnasio Amazonense	239
Figura 35. Projeto de Adaptação do Pavilhão de Ginástica do Gymnasio Amazonense e Jardim de Infância	240
Figura 36. Tipo de Pavilhão para Jardim da Infância	245
Figura 37. Jardim de Infância “Visconde de Mauá”	248
Figura 38. Chalé do Gymnasio Amazonense	250
Figura 39. Grupo Escolar "Barão do Rio Branco", 1928	251
Figura 40. Reservatório de água do Mocó	272
Figura 41. Grupo Escolar “Antonio Bittencourt em 1928	276
Figura 42. Grupo Escolar Antonio Bittencourt atual sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas	276
Figura 43. Grupo Escolar Antonio Bittencourt	277
Figura 44. Grupo Escolar Antonio Bittencourt, com os vestígios da linha do bonde à esqueda. Rua Silva Ramos	277
Figura 45. Croqui de localização do Gymnasio Amazonense e do Instituto Benjamin Constant	289

RESUMO

MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. **Aspectos da Educação Infantil no Estado do Amazonas**: o Curso Infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897-1933). 2014. p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, SP, 2014.

Esse estudo investigou a história da educação infantil para a primeira infância no Amazonas por meio dos jardins de infância, tendo como referência a história social e cultural. É uma pesquisa de cunho inédito, pois pouco se tem informações da história da educação infantil para a primeira infância na região norte do Brasil e, mais especificadamente, no estado do Amazonas. O período delimitado da investigação foi de 1897 a 1933, que corresponde à existência do Curso Infantil Froebel, no Instituto Benjamin Constant. Diversos aspectos foram abordados nesse trabalho, pois se comprehende que o estudo da história da educação infantil correlaciona-se com a cultura, economia e política, sem menosprezar esses elementos e seus sujeitos em sociedades marcadas pelas tensões em suas práticas culturais. Com isso, preocupou-se em analisar a inserção da “criança pequena” nas instituições públicas de educação infantil no ensino amazonense. Primeiramente, alguns aspectos contextuais foram enfocados: as experiências educacionais europeias, em que o Amazonas esteve presente por meio de seus intelectuais; o contexto de formação do estado do Amazonas que envolveu a Cabanagem e os ciclos econômicos das drogas do sertão e da borracha; as relações sociais e políticas de formação do estado do Amazonas e suas repercuções na construção da educação nacional, com base na modernidade; as normatizações do ensino primário e do jardim de infância; assim como a população escolar do ensino primário e do jardim de infância no Amazonas. Em seguida, apresentou-se o Instituto Benjamin Constant, dentro da sua origem, sob os cuidados das Filhas de Sant’Ana e a formação destinada às meninas do internato, voltada para a formação da mulher na sociedade de Manaus. O jardim de infância – Curso Infantil Froebel, foi apresentado dentro da estrutura de ensino do Instituto Benjamin Constant com seus sujeitos e práticas culturais de retenção das crianças nos níveis iniciais de ensino. O jardim de infância do Instituto Benjamin Constant foi o primeiro de caráter público no estado do Amazonas, cujas fontes indicaram a autorização para o seu funcionamento em 1897. Finalmente, outros jardins de infância foram analisados diante de suas singularidades frente às experiências nacionais e mundiais: os cursos preliminares que ocorreram em Manaus e no interior do Amazonas, dentro da estrutura dos grupos escolares, e as escolas *ao ar livre*, direcionadas ao bairro suburbano do Mocó. Acredita-se que a pesquisa abrirá horizontes investigativos para os interessados na educação infantil no estado do Amazonas e para a história da educação brasileira.

Palavras-chave: Amazonas; Jardins de Infância; História da Educação Infantil.

ABSTRACT

MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. **Aspects of Early Childhood Education in the state of Amazonas:** the Froebel Early Childhood Program at the Benjamin Constant Institute and other kindergartens (1897-1933). 2014. p. Thesis (Doctoral). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Universidade São Francisco, Itatiba, SP, 2014.

This study was undertaken to examine the history of early childhood education in the state of Amazonas through kindergartens with reference to social and cultural history. Due to the fact that there is little information on the history of early childhood education in the northern regions of Brazil, specifically in the state of Amazonas, no previous studies are presented on this topic. The research was performed between the years of 1897 and 1933, coinciding with the existence of the Froebel Early Childhood Program at the Benjamin Constant Institute. The study covered various aspects in order to better understand the history of early childhood education and its correlation between culture, economy and politics, without in any way underrating these factors and their subjects in societies marked by constraints in their cultural practices. For that reason, an analysis was carried out regarding the inclusion of "small children" in early education in Amazonian public institutions. Initially, contextual aspects were addressed: European educational experiences, in which intellectuals were present in the state of Amazonas; the circumstances on the development of the state of Amazonas, involving the Cabanagem social revolt as well as the economic cycles of its spices and rubber; the social relationships and development policies in the state of Amazonas, and their repercussions in building the national education based on modernity; the standardization of kindergarten and primary education; as well as the kindergarten and primary education population in schools in the state of Amazonas. Subsequently, the Benjamin Constant Institute was presented in itself, under the care of the Daughters of Sant'Ana and training dedicated to the boarding school girls, aimed towards the training of women in the society of Manaus. The kindergarten – Froebel Early Education Program, was presented within the educational structure of the Benjamin Constant Institute with their subjects and cultural retention practices of children in the early stages of education. Sources indicated that in 1897 the Benjamin Constant Institute kindergarten was officially authorized to operate as the first public program of its kind in the state of Amazonas. Finally, other kindergartens were analyzed on their singularities with regards to national and universal experiences: the preliminary programs that took place in Manaus and Amazonas' country-side, within the educational structures, and the outdoors schools, directed to the suburban neighborhood of Mocó. It is expected that the study will open further investigative horizons for those interested in early childhood education in the state of Amazonas and the history of Brazilian education.

Keywords: Amazonas; Kindergarten; History of Early Childhood Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1

CAPÍTULO I - DO AMAZONAS PARA A EUROPA... DA EUROPA PARA O AMAZONAS	
1.1 A viagem de Francisco Antonio Monteiro no final do século XIX	38
1.2 Contextos Abrangentes e Encontros Interessantes: que Amazonas é esse?	64
1.3 Uma economia dependente, lucrativa e insólita: das drogas do sertão à borracha	81
1.4 Dominantes e dependentes: prospectos além de uma economia	89
1.5 Normas regulamentadoras do ensino primário e do jardim de infância no estado do Amazonas	97
1.6 População escolar do ensino primário no Amazonas – 1896/1930	105
CAPÍTULO II – O INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT E O CURSO INFANTIL FROEBEL	
2.1 As Filhas de Sant'Anna e o Instituto Benjamin Constant	146
2.2 O Instituto Benjamin Constant e a formação da mulher para a sociedade de Manaus	158
2.3 O Curso Infantil “Froebel” no Instituto Benjamin Constant	181
2.4 Sujeitos e práticas do Jardim de Infância do Instituto Benjamin Constant	188
2.4.1 As educandas do jardim de infância	188
2.4.2 A professora do Jardim de Infância	208
CAPÍTULO III – JARDINS DE INFÂNCIA NO AMAZONAS: ALÉM DO CURSO INFANTIL NO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT	
3.1 A criação em 1905 do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” com o seu jardim de infância no pavilhão do Gymnasio Amazonense	225
3.1.1 As instituições no prédio do Gymnasio Amazonense	226
3.1.2 O chalé do Gymnasio Amazonense: designações para um pavilhão escolar	234
3.1.3 O jardim de infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” no pavilhão do Gymnasio Amazonense	241

3.2 O primeiro jardim de Infância de Manaus foi o Jardim de Infância “Visconde de Mauá”, em 1920	246
3.3 O Curso Preliminar	255
3.4 Cursos Infantis no Interior do Amazonas	268
3.5 A Escola ao ar livre em Manaus	271
CONSIDERAÇÕES FINAIS	290
FONTES	296
REFERÊNCIAS	304
ANEXOS	317
Anexo A – Listagem das Mensagens com os Governadores do Amazonas	
Anexo B – Lista de Educandas do Instituto Benjamin Constant	
Anexo C – Mapas de aplicação e Comportamento das alunas do Instituto Benjamin Constant	
Anexo D – Lista de Imagens do sítio www.povosdamazonia.am.gov.br	
Anexo E – Documentos da Série Memória da Biblioteca Virtual do Amazonas	
Anexo F – Fotografias da Pesquisa	
Anexo G – Lista das alunas matriculadas no Instituto Benjamin Constant	
Anexo H – Alunas prováveis do jardim de infância do Instituto Benjamin Constant	
Anexo I – Trajetórias das alunas do Instituto Benjamin Constant	

INTRODUÇÃO

Talvez seja mais fácil introduzir um objeto, delimitando o tema de pesquisa, tendo como referência que cada produção intelectual também é um debate interno, revolto e nem sempre conclusivo. O trabalho, com as fontes de investigação, é ainda mais desafiador quando o sujeito da pesquisa não teve como se pronunciar, ou melhor, não deixou registros de sua história, e as marcas existentes aparecem como objeto de idealizações, mensagens, atenções e construtos feitos por outros.

Essa é uma premissa de quem buscou os estudos históricos sobre a criança e a infância e, em especial, nesta pesquisa de doutorado, sobre a história da educação infantil no estado do Amazonas, privilegiando a inserção da criança nas instituições de educação infantil para a primeira infância, tendo como marco referencial e histórico o jardim de infância do Instituto Benjamin Constant, denominado de Curso Infantil Froebel, no período de 1897 a 1933.

Esse estudo caminhou por outras instituições e cursos de atendimento à primeira infância, como os cursos preliminares e a escola ao ar livre, com a intencionalidade de ter novos horizontes de pesquisa em um universo ainda não explorado, apontando diferentes aspectos que envolveram a circulação de ideias e as tensões e práticas sociais para a formação da infância amazonense.

Dois problemas são inerentes nesse estudo no Amazonas: a ausência de trabalhos acadêmicos que retratem a escolarização da “criança pequena” e a pluralidade de subtemas nessa seara que podem transitar pela infância na família, pela infância indígena, pela infância abandonada, pela infância trabalhadora, pela infância rica, nas ações públicas do Estado sobre a infância e na privacidade do lar.

Alguns termos devem ser esclarecidos: que história da educação infantil é essa? Pois dependendo da delimitação abrem-se novos olhares acerca da criança e sua escolarização.

A criança compreendida nesse trabalho é aquela em que as características biofisiológicas encontram-se na faixa etária de 0 a 6 anos, denominada de “criança pequena”. Essa é representada pela primeira infância, no mundo escolar. Também é a compreendida enquanto categoria histórica e social inserida na instituição educacional, que tem como pressuposto a modernidade.

Se num primeiro momento, o sentimento moderno da infância enfatiza o seu prolongamento e inclui o período dos 7 aos 14 anos –o *puer* se torna *infans*–, ao longo do século XIX, as instituições educacionais passam a ser pensadas também para o período anterior, dos 0 aos 6 anos. Agora, a *infans* se torna *puer*, a idade da razão deixa de ser considerada um marco de ingresso na vida social e começa a se reconhecer que as crianças menores podem aprender e ser educadas em instituições coletivas. É um movimento que começa por retroceder à faixa dos 4 aos 6 anos, para depois incluir o período dos 0 aos 3 anos.[...]

O final do século XIX e o início do século XX demarcam uma segunda fase, um período em que a infância e a sua educação integram os discursos sobre a edificação da sociedade moderna. (KUHLMANN Jr., 2004, p.118-119).

Nos documentos públicos e oficiais do estado do Amazonas, a infância denominada como “primeira” apareceu compreendida entre as faixas etárias de 3 a 7 anos (AMAZONAS – Mensagem, 1900¹). Esse intervalo foi alterado para 3 a 6 anos na Mensagem de 1910². No Programa de Ensino Primário de 1930 houve dois intervalos sobre as faixas etárias: o primeiro referente ao jardim de infância de 3 a 7 anos; e o segundo, de 4 a 8 anos, referente ao curso preliminar. Assim, o foco dessa investigação voltou-se para a primeira infância enquanto concepções e políticas colocadas no universo educacional e suas intermediações nas instituições escolares amazonenses.

Podemos compreender a *infância* como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela *criança*, o sujeito real que vive essa fase da vida. A *história da infância* seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade, e a *história da criança* seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade. Ao considerar a infância como condição das crianças, caberia perguntar como elas vivem ou viveram esse período, em diferentes tempos e lugares (KUHLMANN Jr., FERNANDES, 2004, p.15).

¹ Mensagem do governador do estado do Amazonas José Cardoso Ramalho Junior.

² Mensagem do governador do estado do Amazonas Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt.

Na perspectiva da infância, enquanto representação ocidental do adulto sobre a criança no que ela deve se tornar, ou ainda, se formar em sua trajetória até ser um adulto (KUHLMANN Jr., FERNANDES, 2004; CUNNINGHAM, 2005), pretendeu-se dar visibilidade às instituições e ações públicas para a educação infantil, destinadas à “criança pequena” e idealizadas, no final do século XIX e início do século XX, no estado do Amazonas, por meio do jardim de infância, do curso preliminar e da escola ao ar livre. Entre essas, destaca-se o jardim de infância do Instituto Benjamin Constant – *Curso Infantil Froebel* – em que as fontes pesquisadas revelam informações no período de 1897 a 1933.

A idade não foi o único parâmetro delimitador da pesquisa, pois a concepção de infância sempre foi flexibilizada conforme a época, em nuances presentes dos ideários sobre a infância e na prática exercida nas instituições educacionais. No entanto, concentraram-se esforços, frente o problema de pesquisa, no sentido de focalizar a primeira infância e sua escolarização no estado do Amazonas, pelas instituições escolares.

A chamada *escolarização da criança* foi trabalhada por Maria Cristina Soares de Gouvêa quando analisou a instrução primária em Minas Gerais, durante o século XIX, em que a criança se torna *criança-aluno*, quando acontece “[...] o processo de escolarização da criança, sua inserção no interior do espaço escolar”, inserida obrigatoriamente na legislação mineira de 7 a 14 anos para os meninos e de 6 a 12 anos para as meninas, dentro de um universo de “[...] dois anos de duração do curso de primeiras letras.” (2003, p.201, 206). O perfil da população escolar, assim como a construção da identidade do ser aluno-criança-aprendiz, foram alvos de uma especificação etária que Gouvêa (2003) denominou de meninice, por mais que na prática se tenha encontrado informações de crianças aquém e além da faixa etária estabelecida legalmente.

A individualização da infância, por meio dos discursos pedagógicos da modernidade, buscando “[...] vestígios da construção da categoria aluno como grande referência de compreensão da criança construída pela modernidade” foi o objeto de pesquisa de Carlota Boto (2002, p.14). Como resultado, a escolarização da infância estava alicerçada na intencionalidade de transformar a criança em um

ser adulto, por meio de um processo civilizador, em que a escola se tornou o espaço primordial para a separação da criança do mundo adulto, uma vez que o ensino se fundamentava em uma “[...] racionalidade institucional extremamente sincronizada a uma dada concepção especificadamente de infância e de adolescência, de tempo e de espaço escolar.” (BOTO, 2002, p.25).

Tanto as pesquisas de Gouvêa (2003) quanto de Boto (2002) trazem panoramas de diferentes épocas, por meio do problema da escolarização da criança e a intencionalidade social na transformação da criança em um adulto. Associada ao aprendizado das primeiras letras ou à civilidade, dessas relações, ainda não se vê a escolarização voltada para uma infância mais tenra ou precoce no mundo ocidental, até porque o debate para a escolarização das crianças menores acontece mundialmente no século XIX e se afirma enquanto política de Estado no século XX.

Kuhlmann Jr. (2011) considera que o “aluno” é uma categoria que simboliza a criação da infância moderna e sua interpretação como *ser sem luz* é equivocada, pois o prefixo latino “alo” refere-se a nutrir, sustentar ou criar alguém com a alimentação. Enquanto categoria o termo aluno encontra-se imbricado à criança e relacionado à escola.

Os termos aluno e criança não se dividem, ou são dicotômicos, ou seja, a criança ao ir para a escola não deixa de ser criança para se tornar um aluno, da mesma forma que na escola se tem representações sobre a criança que se atende e pretende formar.

A ideia de transferência do processo de aprendizagem para a *instituição escolar* é um fator distintivo da existência do sentimento moderno da infância, do seu “prolongamento”. A transformação da criança em *aluno* seria ao mesmo tempo a definição do aluno como a *criança*, nesse processo em que o critério etário torna-se ordenador da composição do ensino das classes escolares. (KUHLMANN Jr., FERNANDES, 2004, p.22-23).

A criação da escola na modernidade, mesmo servindo a poucos, empreendeu a separação da criança do seio familiar, prolongando-se a infância, com a ideologia, advinda do pensamento de Rousseau, de formar um novo ser, salvo dos malefícios sociais, enfim civilizado e regenerado, capaz de mudar a

sociedade. Sua explosão institucional ocorreu no século XIX e confirmou-se como um espaço de produção e reprodução das relações sociais. (REVEL, 2010; KUHLMANN Jr., FERNANDES, 2004).

Inicialmente o “prolongamento da infância” foi uma representação dos clérigos, moralistas e pedagogos, pois a frequência aos colégios era realidade apenas para uma minoria de crianças da sociedade europeia. Somente a partir do século XIX, irá ocorrer, na Europa, a inserção em massa das crianças nos sistemas educacionais, quando a passagem por uma espécie de quarentena das escolas amplia-se para o número expressivo de crianças e as propostas de instituições educacionais ganham difusão internacional. Nesse momento, é possível encontrar representações que invertem o significado da escolarização para os alunos, ela não seria um afastamento do mundo dos adultos, pois a escola espelharia a sociedade. (KUHLMANN Jr., FERNANDES, 2004, p.23).

Kuhlmann Jr (2007a; 2010b; 2011) argumenta que a história da educação infantil não se explica por si mesma, mas que está imbricada nas relações sociais, sendo assim, o conceito de infância não pode ser generalizado, pois é construído pela história nas diferentes realidades e temporalidades, nos diferentes lugares, por homens e mulheres em suas relações e formações sociais, tensionadas em diferentes variáveis: econômica, cultural, demográfica, geográfica, social, pedagógica e outras.

En los diferentes países, las singularidades regionales y locales también necesitan ser consideradas. Pero, al mismo tiempo, la historia de la modernidad indica un proceso que envuelve relaciones sociales, económicas y culturales, en el plano internacional, en el interior de las cuales se da el desarrollo de la concepción moderna de la infancia. Las tensiones sobre *universalidades y particularidades* son inherentes al análisis histórico y precisan ser tenidas en consideración.

En esta línea, una de las cuestiones centrales que sobresale de la reflexión crítica sobre la infancia y su historia, se refiere a las desigualdades y a las diferencias entre diferentes grupos de niños, lo que invalida atribuirle al concepto de infancia un sentido homogéneo y uniforme.³ (KUHLMANN Jr., 2011, p.80).

³ Em diferentes países, as singularidades regionais e locais também precisam ser consideradas. Mas, ao mesmo tempo, a história da modernidade indica um processo que envolve as relações sociais, econômicas e culturais em nível internacional, dentro das quais é dado o desenvolvimento da concepção moderna de infância. As tensões sobre as universalidades e particularidades inerentes à análise histórica e devem ser levadas em consideração.

Nesta linha, uma das questões centrais que se sobressai à reflexão crítica sobre a infância e sua história, refere-se às desigualdades e diferenças entre os diferentes grupos de crianças, o que invalida atribuir ao conceito de infância um sentido homogêneo e uniforme.

Tal análise, apresentada em uma mesma perspectiva sociológica educacional de Eric Plaisance, amplia e aprofunda a visão sobre a criança na escola maternal, compreendida no mundo social.

Em texto de 1990, tentamos definir a sociologia da pequena infância dentro da qual a sociologia da escola maternal teria seu lugar. Aquela teria por objeto analisar as condições sociais que possibilitam delimitar ações específicas voltadas para a criança pequena [...] Essa definição indica claramente que a sociologia da pequena infância não se limita à escola maternal, mas diz respeito tanto a outras instituições (creches, creches por períodos curtos e variáveis – halte-garderies – etc.) como à própria instância familiar. Do mesmo modo, ressaltar as “condições sociais” (que são ao mesmo tempo históricas, econômicas e culturais) significa que tais instituições possibilitam ou não discernir uma “pequena infância” como idade específica e, portanto, implementar ações específicas para com ela (de diferentes ordens: política, institucional, cultural, educativa...). (2004, p.223).

A “pequena infância” é um conceito moderno, cuja socialização, definição, currículo e cultura são representações e práticas construídas historicamente, que compreende a inserção da criança desde as creches, escolas maternais e jardins de infância. Tais instituições representam diferentes universos tanto de imposição à educação infantil quanto às condições de classes sociais, dentro de uma análise sociológica. (PLAISANCE, 2004).

Na mesma perspectiva, Kuhlmann Jr. considera:

A história da educação infantil também sugere esse tipo de consideração. As instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção, etc. – e, é claro, com a história das demais instituições educacionais. Não se trata apenas da educação infantil: a história da educação em geral precisa levar em conta todo o período da infância identificada aqui como condição da criança, com limites etários amplos, subdivididos em fases de idade para as quais se criaram instituições educacionais específicas. (KUHLMANN JR., 2007a, p.16).

Isso significa que as instituições não poderiam ser dissociadas das formações sociais, dentro de uma compreensão que a escola tanto produz quanto

reproduz as relações culturais, tendo o “[...] conceito de cultura como um sistema de significações realizado.” (WILLIAMS, 1992, p.206). Nesse sentido, enquanto sistema de representação, a cultura tanto se insere, representa-se, transforma-se dentro de sistemas de práticas e sentidos quanto se distingue de outros tipos de organizações, da organização social sistemática e dos sistemas de sinais e signos, da mesma forma que se relaciona com outros tipos de sistemas, como os sistemas políticos, econômicos e geracionais, sistema de sinais e signos, de instituições e obras de “[...] práticas ativas e estados de espírito.” (WILLIAMS, 1992, p.207).

Ou ainda, em ritos e rituais da cultura infantil, tendo como base o “[...] seu significado antropológico, o qual envolve, em grupos humanos, a transmissão de valores, de normas de comportamento e de práticas”, em que a relação entre a cultura e a pequena infância se amplia em “[...] um conjunto de significados próprios de diferentes unidades sociais (familiar, local, regional, nacional)”. (PLAISANCE, 2004, p.236).

Se trata de comprender que, en todos esos casos, los fenómenos educativos son elementos constitutivos de las relaciones sociales y se producen en el interior de esas relaciones y no aparte o sobrepuertos a ellas. Son procesos históricos en que las relaciones sociales definen grupos y sectores sociales considerados como capaces de ser educados. Si las concepciones, las formas, las propuestas educativas son históricas, entonces la comprensión de su historia no se puede restringir a los estrechos límites de la educación, olvidándose de sus relaciones con lo económico, lo geográfico, lo social, etc.⁴ (KUHLMANN Jr., 2011, p.90).

A cultura também deve ser compreendida como espaço de luta, em um campo irregular, de tensões e embates, de consentimentos e resistências, onde o conceito antropológico de cultura se fragiliza seja pelo seu caráter descriptivo e a sua natureza ahistórica: “[...] essa luta é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o

⁴ Trata-se em compreender que, em todos esses casos, os fenômenos educativos são elementos constitutivos das relações sociais e se produzem no interior dessas relações e não a parte ou sobrepostas a elas. São processos históricos em que as relações sociais definem grupos e setores sociais considerados como capazes de serem educados. Se as concepções, as formas, as propostas educativas são históricas, então a compreensão de sua história não pode se restringir aos estreitos limites da educação, esquecendo-se de suas relações econômicas, geográficas, sociais, etc.

campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas." (HALL, 2003, p. 239).

Do olhar acerca dos estudos culturais que envolvem os processos de relações e formações sociais, penetra-se na instituição escolar para delimitar o significado de cultura escolar, enquanto normas, práticas e sujeitos escolares:

[...] esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, como o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidade que podem variar segundo as épocas. (JULIA, 2001, p.10).

No campo cultural das relações sociais, imersas nas tensões e nos debates sobre a infância e a sua escolarização, outros aspectos devem ser envolvidos: a circulação de ideias e os intelectuais como sujeitos de elaboração e propagação das ideias educacionais. Esses compreendidos como categoria social e histórica. A circulação das ideias nos discursos produzidos e divulgados por seus autores e outros, compondo o espaço social de trabalho intelectual, inter-relacionado com o poder. (KUHLMANN Jr., 2010 b).

A atividade intelectual e o pensamento não podem, portanto, ser considerados portadores de uma dinâmica independente da divisão social do trabalho [...] a circulação de saberes, faz emergir uma perspectiva histórico-cultural compartilhada ou pelo menos convergente [...] essas interações envolvem relações de forças e de interesses que precisam ser consideradas nas análises. (KUHLMANN Jr., 2010b, p.86).

A circulação de ideias também se corresponde com a circulação de mercadorias, assim como os valores culturais também são materiais. Assim, as ideias circulantes que se materializaram nos documentos escritos contêm as tensões entre os mundos das ideias e as realidades que se colidiram de diversas

formas, pelas ações humanas, que foram defendidas como propostas, iniciativas e se converteram em ações organizadas pelo Estado. (KUHLMANN Jr., 2010b).

Nesse prisma, no final do Império para a República brasileira a Igreja e o Estado se destacaram no oferecimento da educação formal, institucionalizando a educação. Ela tornou-se uma necessidade na construção cultural da ordem e da normalidade, para a cidadania, voltada principalmente na formação das gerações cada vez mais jovens, no enquadramento dessas para uma sociedade em construção, no acompanhamento e na resposta quanto a sua finalidade como contribuição necessária para a sociedade moderna. (CASTANHO, 2007; SAVIANI, 2007; MAGALHÃES, 2004).

Em relação à infância e sua escolarização no Brasil houve maior visibilidade e divulgação a partir da segunda metade do século XIX, seja pelas condições materiais da expansão do liberalismo, assim como dos movimentos migratórios, como pela possibilidade de maior circulação entre mercadorias e pessoas, com o aumento das navegações e o desenvolvimento das ciências colocadas sob um altar que propiciaram os intercâmbios entre intelectuais do novo e antigo mundo, por meio de viagens, estudos, congressos, em que relatórios foram produzidos e ações estatais se caracterizaram pela pluralidade de instituições para infância, marcadas pela assimetria temporal e de suas constituições. (KUHLMANN Jr., FERNANDES, 2004; KUHLMANN Jr., 2010b; 2011; HOBSBAWM, 1988).

Na história da educação é difícil encontrar produções feitas pela criança, onde os parcos registros tornam-se mais raros ao retroceder do tempo. A pesquisa associada aos estudos sobre a infância, como construção cultural material e ideológica, remeteu-se a uma estrada que ao mesmo tempo trouxe fascinação, foi preocupante e desveladora de mundos que envolveram família, escola, trabalho...enfim as sociedades e suas adversidades e lutas.

Os estudiosos que trabalham historicamente sobre a infância e as suas nuances expõem diversas limitações no tratamento sobre o tema que se constituem em problemas epistemológicos. Linda Pollock (1983) apresenta a dificuldade de estudar a história da família pelo fato das provas serem raras e esparsas, sem uma trajetória completa acerca da infância. As evidências e provas

se constituem em um quebra-cabeça, onde primeiro se verifica o quadro geral e depois se procura preencher as lacunas existentes, o que requer uma análise sistemática nas diferentes fontes, possíveis de se pesquisar.

Outro problema encontra-se na fragilidade de tornar o trabalho histórico sobre a infância e a criança uma ficção, o que gera um temor aos historiadores, face à preeminência da romantização da narrativa histórica.

In 1971 David Rothman described 'how many historians have experienced that middle—of-the-night panic when contemplating how thin a line sometimes separates their work from fiction. But on this score the study of childhood seems especially nerve—racking, threatening to turn us all into novelists'. Over thirty years on, despite a huge amount of work on the history of children and of childhood, it is still possible to feel that panic.⁵ (CUNNINGHAM, 2005, p.201).

O que é levantado por Cunningham (2005) perpassa uma preocupação e cuidado com as fontes, que ao mesmo requer uma maturidade e sensibilidade científica, sobre temas marginalizados pela história da educação, para não cair na ficção romanceada e estereotipada.

Produções na história da educação infantil no Amazonas

Há inúmeros trabalhos que retratam a região Amazônica, do ponto de vista histórico, no período investigado. No entanto, poucos têm sido os autores que escreveram sobre a Região Amazônica, com o foco na história da primeira infância e sua escolarização.

Os estudos extensos de Irma Rizzini (2004; 2005), por meio dos documentos oficiais e de periódicos podem delinear as políticas de educação para a infância, em especial, aos educandos dos estabelecimentos de artes e ofícios e da companhia de aprendizes marinheiros, mapeando diversos aspectos da

⁵ Em 1971, David Rothman descreveu como 'muitos historiadores experimentaram a meia-noite o pânico quando encararam a linha tênue que separa o seu trabalho da ficção. Mas nesta pontuação, o estudo da infância parece especialmente enervante, ameaçando transformar-nos todos em romancistas'. Mais de trinta anos depois, apesar de uma enorme quantidade de trabalho sobre a história das crianças e da infância, ainda é possível sentir o pânico.

região, no Brasil imperial, principalmente envolvendo os estados do Amazonas e Pará.

A tese de Carlos Humberto Alves Corrêa (2006) sobre a circulação do livro escolar no Amazonas, no período de 1852 a 1910, estabelece correlações entre as dificuldades de distribuição deste material didático à criança pobre. Indica a existência de um grande contingente populacional infantil de 6 a 14 anos que não se encontrava na escola, mesmo com a obrigatoriedade do ensino por lei, e apresenta a condição da criança matriculada que não frequentava a escola, por ter que trabalhar com os pais no seringal.

Mubarac Sobrinho (2009) retrata sumariamente a condição da criança indígena na Amazônia, ao que ele denominou de “breve historiografia”, em um subitem de sua tese de doutorado intitulada “Vozes infantis: as culturas das crianças Sateré-Maué como elementos de (des)encontros com as culturas da escola”. Nela, a colonização da Amazônia reservou à criança indígena todo o tipo de trabalho aliado às condições escravas, de extrativismo, de construção civil (inclusive eclesiástica), de cultivo de espécies heterogenias à região (a exemplo da cana de açúcar e do fumo), aos caminhos mercantis advindos pelos primeiro e segundo ciclos da borracha, que resultaram na aculturação e destribalização dos povos e das crianças indígenas.

Em relação ao trabalho infantil no Amazonas, Maria Luiza Ugarte Pinheiro menciona a exploração ocorrida em Manaus, na República Velha:

O trabalho infantil também foi utilizado como alternativa estratégica para a manutenção da acumulação de capitais. Mesmo nas tarefas ligadas à estiva, (trabalho que exigia força e robustez), as firmas locais e a poderosa Manáos Harbour, firma que arrendou o porto de Manaus, utilizava-se da contratação da mão-de-obra infantil. Assim como no trabalho feminino, a baixa remuneração foi também regra, sendo quase sempre pago à razão da metade ou até mesmo a terça parte do salário pago aos homens. (2007, p.6).

Na perspectiva do imaginário, representações e problemas da atualidade de crianças e jovens amazonenses, Maria das Graças de Carvalho Barreto e outros (2005) levantam panoramas históricos e atuais sobre a infância do Amazonas, por meio de ensaios de iniciação científica sobre os jovens e a criança

indígena e não indígena: no universo histórico das representações dos viajantes do século XIX, da educação e instrução da província do Amazonas, das crianças indígenas nas áreas urbanas em Manaus e da violência contra jovens e crianças.

Sobre as instituições educacionais, podemos ainda eleger a dissertação de Alba Barbosa Pessoa (2010) que trabalha a ótica do trabalho infantil na cidade de Manaus, com os Institutos “Afonso Pena” e “Benjamin Constant”. Quanto ao Instituto Benjamin Constant, Pessoa (2010) descreveu a disciplina vivida pelas alunas por meio da análise dos regulamentos de instrução pública (1900 e 1904) e do Instituto (1892, 1907, 1923 e 1937), analisando o controle e a vigilância sofrida pelas alunas, com base em Foucault.

A tese de doutorado de Celita Maria Paes de Sousa (2010) sobre as instituições de meninos e meninas desvalidas em Belém/Pa e a produção de César Augusto Castro: “Infância e Trabalho no Maranhão Provincial: uma história dos educandos artífices – 1841-1889” (2007), que dedica um item sobre a Casa dos Educandos Artífices, da Província do Amazonas, são outros trabalhos que analisam as instituições para a infância na Amazônia.

Os trabalhos de Assislene Mota e outros (2009; 2012) sobre as instituições escolares do Amazonas indicam a criação do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, em 1905, com um jardim de infância anexo. O livro *Manaus entre o passado e o presente*, de Durango Duarte (2009), informa que o primeiro jardim de infância de Manaus foi o “Visconde de Mauá”, em 1920. Essas duas produções trazem informações pontuais que mereceram um destaque frente à análise do problema de investigação.

No entanto, apesar da produção existente, há uma raridade das produções que tenham um olhar direcionado à chamada primeira infância e a sua escolarização no período investigado.

Cabe interrogar, afinal, como aconteceu a inserção da “criança pequena” no seio escolar? Quais os parâmetros dessa inserção e o desenvolvimento dessa criança que passa a ser aluno-criança? Que crianças eram essas, quais as políticas de formação e o que representavam para a sociedade amazonense e para as suas vidas? Por mais que essa última questão esteja ampla e de difícil

delimitação, ela serve como uma preocupação dentro da pesquisa e como ressonância a investigações futuras.

No Amazonas, como compreender os debates sobre a escolarização da primeira infância, inseridos na Mensagem do vice-governador do estado do Amazonas José Cardoso Ramalho Junior, de 1898, em que se autorizou o Instituto Benjamin Constant a empregar o método Froebel, como jardim de infância, às meninas de 4 a 8 anos do Instituto? E a sua fala na Mensagem de 1900 quando, então governador, sugeriu que o Congresso de Representantes do estado do Amazonas legislasse sobre a primeira infância compreendida de 3 a 7 anos, criando os jardins de infância?

Há indícios de que, em se tratando da Região Norte, seja o estado do Amazonas o primeiro a implantar um jardim de infância público, denominado de *Curso Infantil Froebel*, autorizado em 1897 e em funcionamento em 1898.

Mas afinal, o que isso poderia representar frente às relações mundiais e nacionais de uma política para a infância? E por que no Amazonas?

Todos esses questionamentos talvez pertençam a um panorama de ideias e ações envoltas à primeira infância, em movimentos com ideias circulantes, em que o estado do Amazonas esteve presente, por meio da participação de seus intelectuais e das ações dos governos junto às instituições infantis.

Nesse prisma, a pesquisa preocupou-se em analisar a inserção da “criança pequena” nas instituições públicas de educação infantil para a primeira infância, dentro das estruturas de ensino amazonense, a partir das ideias acerca da infância e dos modelos institucionais que circularam na intelectualidade governamental amazonense, tendo como marco temporal o jardim de infância do Instituto Benjamin Constant, no período de 1897 a 1933.

As ideias educacionais para a primeira infância se constituíram em ações nas formulações e práticas sociais, dentro das instituições infantis, por meio do jardim de infância, da escola ao ar livre e do curso preliminar. Transversalmente, outros elementos mereceram destaque como a educação das meninas; para as crianças ricas e pobres; dos centros e periferias; capital e interior; as relações entre família e estado, e Igreja e Estado.

Contextualização

O jardim de infância que mais teve influência no mundo foi o criado por Frederico Guilherme Froebel, em Bad Blankenburg, Alemanha, em 28 de julho de 1840 “[...] como instituição pré-escolar tipicamente educativa.” (KISHIMOTO, 1988a, p.32). Mais do que a instituição criada, a produção intelectual de *Froebel* e a expansão de suas ideias circularam no mundo ocidental europeu (Bélgica, França, Itália, Países Baixos, Reino Unido, Suíça), em conferências e exposições, após a sua morte, por Bertha Von Marenholtz-Bölow e Diesterweg. Na Inglaterra, a *Froebel Society*, que depois seria a *National Froebel Union*, se constituiu como um movimento autônomo de divulgação pedagógica e formação de professores, por meio de Johann e Bertha Ronge, Adele von Portugall, Emilie Michaelis e Eleonore Heewart. (HEILAND, 2010).

Na Inglaterra, tanto a Revolução Industrial (que gerou a necessidade de se ter alguém para cuidar dos filhos pequenos enquanto os pais trabalhavam nas indústrias), quanto o desejo familiar religioso (de querer que os filhos aprendessem a ler a Bíblia), empreenderam uma intencionalidade pessoal e, após 1838, governamental da criação de escolas infantis. (WOODHAM-SMITH, 1969).

Evelyn Lawrence (1969) descreve que Froebel embasou-se nas teorias de Rousseau via Pestalozzi e visitara a Inglaterra, em plena revolução liberal alemã em 1848, quando influenciou a comunidade inglesa com as suas ideias. Com relação às escolas infantis, o jardim de infância froebeliano, mesmo na forma modificada de seu método, foi o que mais se expandiu, por uma série de movimentos culturais que envolveram a emigração de alemães para a Grã-Bretanha e os EUA, após a revolução de 1848. (HEILAND, 2010; WOODHAM-SMITH, 1969).

O trânsito intelectual e de formação de profissionais entre a Alemanha e Inglaterra, por meio da produção de artigos em periódicos, as traduções para a língua inglesa da produção de Froebel, os incentivos da baronesa Marenholtz-Bölow, até a criação de *kindergartens*, primeiramente na Alemanha e depois em Londres (a exemplo das ações das irmãs Johann e Bertha Ronge, e a

continuidade do movimento froebeliano, por meio das discípulas e das primeiras divulgadoras do *kindergarten*) mantiveram vivas as ideias froebelianas que ganharam o mundo. (WOODHAM-SMITH, 1969).

Três anos antes do Decreto nº 7247 de 19 de abril de 1879 – Reforma Leônicio de Carvalho – que possibilitou a criação dos jardins de infância nos distritos da Corte imperial brasileira, mediante o art. 5º: “Serão fundadas em cada distrito da Corte e confiados á direcção das Professoras, jardins da infância para a primeira educação dos meninos e meninas de 3 a 7 anos de idade”, no Rio de Janeiro, o primeiro jardim de infância brasileiro era fundado, em 1875, por Menezes Vieira e sua esposa Carlota de Menezes Vieira; de caráter privado, atendia a meninos da elite de 3 a 6 anos e utilizava o método Froebel. O jardim pertencia ao Colégio Menezes Vieira, no Rio de Janeiro, que oferecia o primário completo.

Ainda na Corte, em 1883, o professor Hemetério José dos Santos pedia autorização “[...] à inspetoria de Instrução Pública para abrir colégio de instrução primária com jardim de infância anexo, no Bairro do Rio Comprido, auxiliado pela professora Maria da Conceição de Mello Moraes.” (BASTOS, 2011, p.23). Neste mesmo ano, o Dr. D. J. Bernardino de Almeida, responsável pela criação do primeiro jardim de infância para os pobres, produzia o livro *Jardim Infantil*. Em 1888, depois de passar 4 anos nos EUA, estudando o método froebeliano, Maria Guilhermina Loureiro Andrade, fundava um jardim modelo, que atendia a crianças do sexo feminino, e servia para a formação das *jardineiras*. (KISHIMOTO, 1988a; BASTOS, 2011).

Na cidade de São Paulo, a Escola Americana é considerada a segunda instituição de educação infantil (jardim de infância) brasileira. De caráter particular, criada em 1877, atendeu a crianças de ambos os sexos a partir dos 3 anos de idade. (BASTOS, 2011; KISHIMOTO, 1988a; KUHLMANN Jr., 2010a; SILVA, 2013). De caráter público, em 1896, a escola normal Caetano de Campos possuiu um jardim de infância oficial como anexo. (KISHIMOTO, 1988a; KUHLMANN, Jr., 2010a).

Na Bahia, o projeto de criação do jardim de infância data de 1875 (KISHIMOTO, 1988a). A escola infantil, conforme demonstra Santana e outros (2011) estava organizada, em 1890, junto a uma escola primária e uma primária superior, pelo Ato de 18 de agosto. Cada uma dessas escolas era regida por um professor, “[...] sob a direção geral do professor de pratica de methodos.” (p.105). Estas serviam de modelos a outras escolas do Estado, onde os alunos da Escola Normal exercitavam a prática dos métodos de ensino. A partir daí, a escola infantil sempre pertenceu à estrutura primária da Bahia, em diferentes legislações: em 1895 dentro dos grupos escolares, e nas Escolas Modelos, anexas aos Cursos Normais, como categoria especial de escolas. Em 1904, nos grupos escolares do Instituto Normal, com professor especial e com a direção do lente de Pedagogia, servindo de modelo para as escolas públicas e para o exercício dos alunos do curso normal. Em 1925, 1929 e 1930, a escola infantil pertenceu às escolas de aplicação, anexas às escolas normais, dentro da categoria especial de escolas.

Na Região Norte, Kishimoto (1988b) mencionou o Colégio Americano, no Pará, em 1884, de caráter privado, dentro de iniciativas de “[...] grupos de leigos ou religiosos [...]” no Brasil (p.58). A Mensagem de 1925, do estado do Pará, do governador Dionysio Ausier Bentes, no item sobre a Escola Normal, expôs a possibilidade e a necessidade de aparelhamento para o jardim e para a escola maternal, o que parece indicar que existiu um jardim de infância e uma escola maternal, na modalidade de instituição anexa à Escola Normal. Na Mensagem do Pará de 1926, do governador Dionysio Ausier Bentes, a matrícula de 38 crianças no curso infantil está registrada, no Instituto Lauro Sodré, destinado à formação técnica dos meninos. Sousa (2010) menciona que no Instituto havia alunos de pouca idade. Nas Mensagens do estado do Pará (1901 a 1930) não se encontrou referências às idades dos alunos do Instituto Lauro Sodré⁶.

Em relação às instituições infantis para a primeira infância no Amazonas verificaram-se ações políticas esparsas, mas intensas no final do século XIX e

⁶ Foram encontradas idades das crianças no Instituto Orfanológico depois denominado de Instituto Orfanológico do Outeiro que atendia os órfãos de 5 a 8 anos. (PARÁ – MENSAGEM, 1904 – Governador Augusto Montenegro). Na Mensagem de 1907 do governador Augusto Montenegro, ampliou-se o atendimento aos órfãos até aos 12 anos. Nas Mensagens do governador João Antonio Luiz Coelho, de 1910 e 1911, o atendimento aconteceu aos meninos de 6 a 9 anos.

início do século XX, quando a República brasileira ainda estava em seu início, e se criou o curso infantil “Froebel”, no Instituto Benjamin Constant. O último relato sobre esse jardim foi encontrado no livro “Bodas de Ouro das Filhas de S. Anna no Brasil”, de 1933.

O jardim da infância froebeliano da Escola Normal, regulamentado em 1904, não foi implantado e, em 1917 os cursos preliminares foram instituídos de forma paralela aos jardins de infância. Em 1919 criou-se a *escola ao ar livre* como substituta dos jardins de infância para as crianças suburbanas. O jardim froebeliano normatizado em 1904 foi instituído em 1920 e, em 1929, denominado de Jardim de Infância “Visconde de Mauá”. Ainda em 1928 foi anunciado o Jardim de Infância “Pedro Bacellar”, no Grupo Escolar “Presidente Bernardes”, dentro da pedagogia montessoriana.

Dentro de um processo de contextualização, esses jardins foram criados com propósitos diferentes e foram fruto das contradições que acompanharam as modificações econômicas e políticas do Amazonas na República brasileira.

No final do século XIX e início do século XX, a federação brasileira encontrava-se em formação e, conforme Puga (2005), a transição da administração do Império para a República no Amazonas aconteceu mais por meio de tensões entre as elites da região na ocupação de quadros políticos e na permanência das relações comerciais pela Associação Comercial do Amazonas do que propriamente pela defesa da ideologia republicana.

A informação sobre a proclamação da República só chegou a Manaus em 21 de novembro de 1889 e a destituição do presidente da província Dr. Manoel Francisco Machado ocorreu sem resistência para a instalação de uma Junta Governativa (21/11/1889 a 03/01/1890) formada pelo Tenente-Coronel Antonio Florêncio Pereira do Lago (Comandante das Armas); Capitão de Fragata Manoel Lopes da Cruz (Comandante da Flotilha) e Dr. Domingos Theophilo de Carvalho Leal (Membro-Fundador e Presidente do Clube Republicano do Amazonas). (PUGA, 2005).

O período de 04/01/1890 a 23/07/1900, denominado de “Troca de Guarda”, caracterizou-se pela administração militar no estado do Amazonas, formada por

“[...] egressos da juventude republicana de formação positivista, [que trouxe] consigo uma visão sobre a região amazônica bastante definida, focalizada na preocupação com a enorme extensão e vulnerabilidade da fronteira e com o vazio demográfico.” (PUGA, 2005, p.141-142).

Na correlação de forças entre o poder central e o local, cabia ao Presidente da República nomear o chefe do executivo e o poder local, o vice-governador. A Constituinte de 1891 marcou as desavenças nas ideias republicanas em duas correntes que se opuseram na discriminação das rendas da federação: a posição de Júlio de Castilhos que foi vencida pela de Rui Barbosa. Mesmo a bancada amazonense sendo vencida na questão dos impostos à exportação⁷, o volume comercial do Amazonas era expressivo e permitiu que Eduardo Gonçalves Ribeiro transformasse Manaus em uma metrópole. (PUGA, 2005).

O primeiro governo de Eduardo Ribeiro (02/11/1890 a 05/05/1891) terminou tumultuado e o seu retorno ocorreu diante das modificações da República Brasileira⁸, que culminaram na instalação do Estado de Sítio pelo presidente Deodoro da Fonseca (que dissolveu o Congresso), seguida de sua renúncia (23/11/1891) a contragosto,⁹ e pela relação que existia com o Marechal Floriano Peixoto (que de vice se tornou Presidente do Brasil). (PUGA, 2005; MACHADO, 1980; PRADO, 1982).

O governo do Amazonas foi entregue a Eduardo Ribeiro em 11/03/1892 pelo Capitão de Fragata José Ignacio Borges Machado e, entre as suas medidas,

⁷ Nesse embate, Puga (2005) argumentou que a bancada do Amazonas se aproximou politicamente de São Paulo.

⁸ Machado (1980) apontou que as modificações na República brasileira foram conflituosas e que as adversidades entre o Poder Legislativo e o Executivo ocorreram diante de manobras oposicionistas do Partido Republicano Paulista em suceder Deodoro da Fonseca, pois o Partido Republicano havia sido cercado, no Governo Provisório, pelo Exército. A eleição de Prudente de Moraes para a presidência da mesa do Congresso foi crucial no agravamento dessa divergência e do rompimento entre “militares deodoristas e republicanos de São Paulo.” (p.160).

⁹ “A essa altura, as relações entre o vice e os deputados demonstraram a importância atribuída a Floriano, aclamado pelos congressistas nas eleições, ao passo que o presidente fora acintosamente ignorado. Era visível o descontentamento contra o marechal na opinião pública, aculada pelos governadores que ele afastara dos cargos. Oficiais de prestígio do Exército também tinham perdido as funções, como sucedera ao general José Simão, removido de Pernambuco, e Lauro Sodré, do Pará, que em revide procuraram o almirante Saldanha da Gama, inimigo de Deodoro, para iniciar movimento revolucionário, apoiados por muitos oficiais de todas as armas. Começou o levante nos Estados do Sul, em pouco tornada insustentável a situação para o presidente, que resolveu se retirar [...]” (PRADO, 1982, p.107).

dissolveu o Congresso de Representantes, convocou um novo Congresso que aprovou em sessão uma Moção, apoiando o Presidente Marechal Floriano Peixoto. (PUGA, 2005). A criação do Instituto Benjamin Constant pelo Decreto nº 11 de 26 de abril de 1892 aconteceu em meio às tensões e reordenamentos de Eduardo Ribeiro como governante do Amazonas e tornou-se o símbolo republicano de orgulho para o Amazonas.

O curso infantil no Instituto Benjamin Constant teve a sua autorização em 1897 e funcionou até a década de 1930. De sua autorização para funcionamento até o final da década de 1910 e 1920 não se encontrou nas Mensagens outros jardins de infância criados. Esse período não foi caracterizado pela ausência, pois houve idealizações, planejamentos e normatizações acerca dos jardins de infância. Entretanto, em 1919, como substituta dos jardins de infância foi criada a *escola ao ar livre*, destinada às crianças suburbanas no bairro do Mocó, e um ano depois o jardim de infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, anexo à Escola Normal é criado e em 1929 já era denominado de Jardim da Infância “Visconde de Mauá”.

Costa (2001) argumentou que no final de 1910 e nos anos de 1920 houve a necessidade da elite voltar-se para a federação devido ao declínio da borracha. As consequências do declínio da borracha atingiram a todos: exportadores, aviadores, seringalistas e seringueiros. No Amazonas, essas foram reveladas por Benchimol (1994): da quebra das companhias de navegação, das concessionárias inglesas de serviço público; do repatriamento de estrangeiros (os que conseguiram retornar as suas pátrias!), o mesmo acontecendo com os nordestinos; da desocupação de 2.000 imóveis alugados frente aos 8.000 existentes em Manaus; e do abandono dos seringais e comércios, pois os seringais eram deixados como garantia dos empréstimos que não puderam ser honrados, cujos credores também não sabiam o que fazer com as grandes quantidades de terras.

Frente a tantas desgraças, houve revoltas populares; um exemplo aconteceu em Manaus, em 15 de junho de 1912, devido ao corte de água das residências inadimplentes, com apoio estatal, realizado pela Companhia Inglesa de Abastecimento de Água de Manaus – *Manáos Improvements* – que “[...] teve a

sua estação de tratamento de esgoto situada a Rua Santa Isabel (atual Teatro Chaminé) destruída [...] Esse corte seria garantido por uma ordem do Governador Jonathas Pedrosa, que havia mandado uma tropa de cinquenta praças da Polícia Militar para garantir a ordem." (BENCHIMOL, 1994, p.3).

O fato foi atribuído pelo governador Jonathas de Freitas Pedrosa, na Mensagem do Amazonas de 1913, a questões políticas e não derivadas da crise econômica; o mesmo reafirmou que dos inimigos à ordem estava uma liberdade que deveria ser impedida pela polícia, pois se tratava de movimento de selvageria e incivilidade de um povo. Garantiu, ainda, a existência da ordem pública mesmo com as *agitacões* em Manaus, Borba, Itacoatiara e Porto-Velho (por conta da estrada de ferro Madeira Mamoré, iniciada em 1907 e concluída em 1912).

Os anos de 1930 e 1940, para Costa (2011), caracterizaram-se pela imposição maior do poder central às unidades da federação, com uma ênfase direcionada das políticas do Estado voltadas para o ensino primário por ser menos dispendioso. Os congressistas amazonenses defenderam as ideias integralistas e da Igreja Católica como forma de se opor a um Estado ausente. Sousa (2009) mencionou que a metáfora do “vazio e da ausência de um Estado” nas décadas de 1930-1940 representou uma justificativa do governo de Getúlio Vargas em direcionar a unidade nacional.

A era Vargas, marcada pelos governos Provisório (1930-1934), Constitucionalista (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945), abarcou todas as tendências e projetos de formação da nação brasileira, em prol da unidade nacional, marcada pelas consequências da I e II Guerras Mundiais, crise de 1929¹⁰, rivalidades entre os Estados e empresários, além de revoltas contra o próprio governo federal¹¹. Trouxe consigo a eclosão emancipatória de segmentos da sociedade, a exemplo das mulheres: “[...] o papel da mulher nesta sociedade estava em dirimir as adversidades sociais vindas pelo pós-guerra de um lado (pobreza, desequilíbrio financeiro mundial, desemprego) e, de outro representava

¹⁰ A crise de 1929, com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, comprovou empiricamente que o liberalismo só se sustentaria mundialmente com uma forte intervenção estatal; no Brasil essa é a marca do governo totalitário.

¹¹ RECO (2011); SANTOS (2010).

um movimento de emancipação feminista." (CORRÊA, 2001, p.198). Representou, ainda, um governo marcado pelas tensões das elites ao poder versus a ditadura instalada pelo golpe de 1930, em meio a uma sociedade brasileira que abrigava em seu seio diversos movimentos e ideologias, a exemplo dos liberais, anarquistas, socialistas e fascistas.

Em tais movimentos, os intelectuais que se desiludiam com a República, frente às desigualdades sociais, reivindicavam mais direitos à igualdade e justiça, direitos de cidadania, afinal, "[...] a década de 30 é marcada por esses pequenos conflitos e o Estado Novo incorpora e institucionaliza projetos locais e particulares, numa estratégia de generalização." (CORRÊA, 2001, p. 177).

O governo de 1930-1945, imerso em seus documentos, tentou apagar ou menosprezar a história os seus antecessores, inventando novas tradições como a "vitória da revolução". Edgar de Decca (1991) analisou as tradições inventadas na década de 1930 que foram consolidadas como memória coletiva, a partir da concepção política dos "vencedores", sobrepondo às ideologias dos vencidos, e que mais tarde conduziram a "derrota dos ideais revolucionários dos anos sessenta". (p.73).

O Relatório de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, de 1930 a 1945, com 40 laudas, argumentou a fundação do Ministério da Educação e Saúde como uma ação revolucionária, frente ao abandono dos governos anteriores (Império e República): "Desse modo, o antigo caos e a anterior dispersão dos serviços educacionais cedem lugar a um sistema nacional harmonioso, coeso e funcional, que comunica a tôdas as instituições e aparelhos do nosso ensino uma mesma dinâmica e um só sentido." (CAPANEMA, 1946, p. 1). A intervenção do governo federal no ensino primário foi justificada por Capanema (1946) devido ao "[...] desenvolvimento falho e retardado" (p.II) das iniciativas locais que se alastrava por mais de um século.

No item 25, do Relatório de Capanema, que tratou da Puericultura, ações de orientação e propaganda foram voltadas para o atendimento à criança, apontada como um problema nacional desde a década de 1930. Da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, foi fundado em 1940 o Departamento

Nacional da Criança, com órgãos semelhantes nos Estados, para “[...] levar a cada lar os imprescindíveis conhecimentos relativos á saúde da criança.” (CAPANEMA, 1946, p. XXXV). Esses serviços eram consorciados com instituições particulares (subvencionadas pelo Estado), na ordem da assistência e do serviço social.

Assim, nesse período verificou-se a política de intervenção federal nos Estados, concomitante com a busca de informações sobre as Instituições locais com a finalidade de impor uma unidade nacional, combinada, mais tarde, com a institucionalização da assistência social.

Reflexões e Caminhos metodológicos: o trabalho com as fontes

A diversidade de fontes encontradas e a multiplicidade de sua natureza, que se refere à escolarização da criança pequena no estado do Amazonas nas instituições que abrigaram o jardim de infância e o curso preliminar, tiveram como pressupostos reflexões quanto à postura do pesquisador da história da educação, imerso à lógica histórica, no sentido de indagar as ferramentas investigativas enquanto disciplina e conhecimento. A inquietude está em delinear cientificamente o lugar da História, e consequentemente o da História da Educação, sem aprisionamentos às rationalidades da lógica da física, da filosofia, da antropologia envoltas numa ortodoxia de abstração e comprovação de hipóteses e enunciados fechados.

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. (THOMPSON, 1981, p.49).

A História nunca se rendeu à lógica cartesiana e quantitativa, seja pelo empirismo, positivismo ou ainda pelo racionalismo filosófico e metafísico: “[...] a

história nunca conseguiu se tornar uma ciência galileana. Justamente durante o século XVII, pelo contrário, o enxerto dos métodos do conhecimento antiquário no tronco da historiografia trouxe indiretamente à luz as distantes origens indiciárias desta última, ocultas durante séculos [...] como uma ciência social *sui generis*, irremediavelmente ligada ao concreto." (GINZBURG, 1989, p. 156).

A preocupação com a concepção da História, fundamentada no materialismo histórico, oferece à História o seu objeto investigativo e estabelece a postura investigativa do historiador marxista, tanto para desmistificar e resistir às produções falsas da história (inventadas para assegurar o poder político, ideológico e econômico de uma época e grupo social), quanto para garantir a interpretação, de um olhar investigativo, aos que são esquecidos nos registros numéricos societários, por não pertencerem à elite ou não se configurarem como mitos; assim como na defesa de temas, cuja apreciação quebre a dicotomia entre dominantes e dominados. (HOBSBAWM, 1998; THOMPSON, 1981).

O historiador fala de um "lugar social" e constrói um "domínio" epistemológico sobre o seu objeto de pesquisa. Sua produção necessita da aprovação de seus pares e o conhecimento histórico, tanto em processo quanto em produto, está vinculado a uma institucionalização científica e política. Nessa perspectiva, ocorre uma operação histórica prática e teórica, onde a pesquisa histórica predispõe um "lugar social", os "procedimentos de análise" e a "construção de um texto".

Toda pesquisa histórica se articula com um lugar social de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas se organizam. (DE CERTEAU, 1982, p.65-66).

Ginzburg (1989) aponta para a possibilidade de decifração da realidade mesmo em lugares aparentemente infrutíferos. Isso é viável pela compreensão de totalidade, onde as diversas realidades, em suas singularidades estão conectadas, e se mostram por meio de sinais ou indícios:

[...] a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinal, indícios – que permitem decifrá-la. (p. 177).

Nessa perspectiva, o silêncio das fontes também se constitui em matéria de análise, pois tanto o silêncio quanto a ausência não são considerados naturais e representam um resultado da correlação de forças nas sociedades e testemunham os espaços de se fazer história. (LE GOFF, 2003; HSIUNG, 2005).

Compromete, ainda, uma técnica e um rigor científico, mesmo em fontes de difícil acesso.

Na área das ciências históricas, a causa, a explicação e a administração da prova constituem objetos e necessidades sem as quais o trabalho científico não atinge o nível cognitivo necessário. As fontes históricas nem sempre se acham disponíveis, segundo as necessidades. Cabe ao investigador e à sua perícia descobrir as documentações desejáveis e trabalhar as fontes, imprimindo-lhes o valor probatório necessário. (KUHLMANN Jr; FERNANDES, 2004, p.28).

Assim a história não se faz sozinha e nem tão pouco as fontes são sujeitos históricos, pois precisam ser problematizadas (KUHLMANN Jr, 2011). E além da necessidade de organização do corpo documental, onde opções são feitas na tentativa de compreender o objeto de estudo (MAGALHÃES, 2004), os historiadores são sujeitos na análise do passado:

[...] sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos nesse processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só do mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Eles devem estar atentos a esta dimensão de suas atividades. (HOBSBAWM, 2002, p. 22).

A ampliação da concepção das fontes pode significar uma abertura a diferentes tipos de documentos e, ainda, um outro olhar aos documentos oficiais, produzindo polifonias; assim o documento é reinventado sob uma nova ótica, por meio de novas análises, resultante das comparações, dos contrastes, das

oposições, das contradições inerentes a sua elaboração e análise. (FÁVERO, 2000).

Burke (1992) ao tratar dos historiadores socioculturais especifica que:

Os maiores problemas para os novos historiadores, no entanto, são certamente aqueles das fontes e dos métodos. Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral; outros à evidência das imagens; outros à estatística. Também se provou reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras. (BURKE, 1992, p.25).

A metodologia não é construída *a priori* às fontes, mas é um processo de diálogo, confronto e questionamento intermináveis, que podem vir como perguntas ou problematizações, que abrem caminhos como as fontes podem ser trabalhadas, que resultados podem ser apontados, quais as análises e que narrativas são elaboradas.

De resíduos, papéis, legumes, até mesmo de geleiras e de “neves eternas”, o historiador faz *outra coisa*: faz deles história. Artificializa a natureza. Participa do trabalho que transforma a natureza em ambiente e dessa forma modifica a natureza do homem. Suas técnicas situam-no precisamente nessa articulação. Colocando-se ao nível dessa prática, não se encontra mais a dicotomia que põe o *natural* ao *social*, mas a conexão entre uma socialização da natureza e uma “naturalização” (ou uma materialização) das relações sociais [...] O historiador trabalha sobre um material para transformá-lo em história. (DE CERTEAU, 1988, p.28-29).

Assim, a postura do historiador não é neutra ou desconectada da sua origem, formação e experiência, nem é solta às interpretações de sua própria vontade. Ela é resultado da subjetividade histórica, que não é só individual, mas repercute de preocupações de cada geração, sexo ou classe, evidenciada pela lógica histórica, com posição no presente. (THOMPSON, 1981).

O trabalho com as fontes

Na trajetória investigativa, além da revisão bibliográfica, os caminhos percorridos ocorreram tanto em sítios virtuais, quanto em locais materialmente estabelecidos que contivessem documentos sobre o tema da pesquisa. Alguns preconceitos acerca da virtualidade devem ser quebrados no campo da história, assim como as dificuldades em pesquisas que contam com os espaços virtuais devem ser mostradas tanto quanto as existentes nos espaços reais.

O estado do Amazonas mantém uma biblioteca virtual, de caráter público, onde os estudos exploratórios dessa pesquisa foram iniciados em agosto de 2010, no sítio: www.bv.am.gov.br. Nela encontrou-se um conjunto de fontes que variaram desde livros, revistas, relatos e memórias sobre a Amazônia e o estado do Amazonas.

Os relatórios, exposições, falas e mensagens do estado do Amazonas constituíram-se em um outro conjunto de documentos oficiais com uma riqueza de informações sobre a vida e a organização das políticas do Estado e para a população, publicados periodicamente a cada ano. Esse estudo analisou esses documentos a partir de 1884 a 1944, abrangendo o final Império, a República Velha e o início do Estado Novo.

O período temporal dos documentos foi na ordem de acompanhamento sobre o tema pesquisado, sem uma preocupação em cercear os períodos pela ótica da história tradicional, pois o ponto de partida dessa investigação (LE GOFF, 2003) foi o primeiro jardim de infância do Instituto Benjamin Constant no final do século XIX, que trouxe desdobramentos a uma periodização pertinente às experiências educacionais no estado do Amazonas, voltadas para a primeira infância. Os documentos até 1930 foram encontrados no sítio <http://www.crl.edu>. Os referentes até 1944, no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA.

A administração do Brasil imperial era caracterizada pela forma de governo monárquica, com o sistema parlamentarista constitucional. Os relatórios foram documentos apresentados pelos Presidentes de Província primeiramente aos Conselhos (Lei Imperial de 20 de outubro de 1823) e depois às Assembleias Legislativas Provinciais (art. 1º, Ato Adicional 1834), como forma de prestar

contas das atividades realizadas e solicitar providências, de necessidade do executivo. A exigibilidade legal dos relatórios aconteceu mediante a um Aviso Circular Imperial, de 1848, cujos presidentes de província e depois os governadores de estado, deveriam prestar contas da administração do ano anterior, no início de cada ano. Tais documentos tiveram sua publicação para divulgar a prestação de contas ao império e, depois, à república brasileira. (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 2012; ALDABALDE, 2010).

O cargo de presidente de província, com assistência de um Conselho, e vice-presidência, foi criado pela Lei Imperial de 20 de outubro de 1823, assinada por D. Pedro I que extinguiu as juntas governativas provisórias, garantindo uma governabilidade ao império brasileiro, frente às mudanças do retorno de D. João VI a Portugal e os movimentos das elites brasileiras que culminaram com a permanência de D. Pedro I, no Brasil.

Art. 1º - Ficam abolidas as Juntas Provisorias de Governo, estabelecidas nas Províncias do Império do Brasil por Decreto de 29 de Setembro de 1821.

Art. 2º - Será o Governo das Províncias confiado provisoriamente a um Presidente e Conselho.

Art. 3º - O Presidente será o executor e administrador da Província, e como tal estritamente responsável: será da nomeação do Imperador, e amovível, quando o julgar conveniente.

Art. 9º - Haverá também um Vice-Presidente, o qual será o Conselheiro, que obtiver maior número de votos entre os eleitos para o Conselho. (BRASIL. Lei Imperial de 20 de outubro de 1823).

A Constituição de 1824 que estruturou a organização do império brasileiro por meio dos poderes legislativo, moderador, executivo e judicial, não atribuiu estabilidade ao presidente de província: “Art. 165. Haverá em cada Província um Presidente, nomeado pelo Imperador, que o poderá remover, quando entender, que assim convém ao bom serviço do Estado.”, ocasionando uma instabilidade pelas trocas dos presidentes das Províncias. Pe Manoel Isaú (2011) sobre os Relatórios dos Presidentes da Província de S. Paulo justificava que o tempo máximo de dois anos para cada presidente era pequeno e não solidificava uma política educativa, fato que era lamentado nos relatórios.

Assim verificou-se uma grande inconstância e diversas trocas que envolveram a governabilidade nas Províncias, o que não foi diferente no Amazonas.

No período de 1º de janeiro de 1852 a 21 de novembro de 1889, o tempo que durou, a Província assistiu à sessenta e três trocas de governantes e uma mudança de regime, do Imperial para o Republicano, com uma média de sete meses de gestão, por dirigente. Teve trinta presidentes indicados pelo Conselho de Ministros e nomeados pelo Imperador, substituídos trinta vezes, por vice-presidentes, entre as demissões e posses, ou nos impedimentos legais. Apenas ultrapassaram dois anos, no poder, José Paranaguá, Miranda Reis, Carneiro da Cunha e Domingos Monteiro Peixoto, o de maior período, correspondendo ao mais longo gabinete, o do visconde do Rio Branco. Essa descontinuidade traria alguns danos ao desenvolvimento da Província, pelas constantes mudanças de planos e pelas célebres “viradas”, algumas salutares.

Apesar da maior parte dos presidentes não revelar a que partido pertenciam, nos documentos oficiais, denotando-se apenas através de seus atos de perseguição, as suas nomeações estavam relacionadas às subidas e quedas dos primeiros-ministros e de seus gabinetes, umas de imediato, outras a longo prazo, quando não havia mudança do partido, mantendo-se o continuísmo liberal ou conservador. (LOUREIRO, 2007, p.26).

Aldabalde (2010) contextualiza os relatórios de província no Brasil em um trabalho que engloba a história social e a arquivologia, explicando como acontecia a organização do estado, seus sujeitos e as funções administrativas das províncias.

Tais documentos constituem arquivos impressos tipográficos [de natureza jurídica devido a publicação e divulgação por órgão oficial] acumulados pelas Secretarias de Governo e seus respectivos arquivos, bem como por outros órgãos públicos que receberam exemplares dos relatórios. Apesar de discursivos e impressos, os relatórios correspondem à definição tradicional de documentos de arquivo, ou seja, são documentos que declaram fatos ou ocorrências de natureza administrativa revestidos de forma escrita determinada. Entretanto, foram colecionados e incorporados a diversas instituições como documentos bibliográficos, sem receber tratamento coerente com os princípios arquivísticos. Paradoxalmente, o acesso a esta documentação *on-line* se dá, hoje, graças ao equívoco de atendimento dessas fontes. Por terem sido considerados documentos bibliográficos, os relatórios foram incluídos no Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros. (ALDABALDE, 2010, p.16-17).

No sítio do *Center for Research Libraries* - <http://www.crl.edu>, há coletâneas de documentos de grande parte do mundo. No Brasil, há não só os Relatórios de Província quanto as Mensagens dos estados. O relatório final do CRL/LAMP de digitalização de documentos brasileiros: *CRL/LAM Brazilian Government Serials Digitization Project*, elaborado e coordenado por Scott Van Jacob, afirma que o projeto no período de 1994 a 2000 escaneou e indexou cerca de 700.000 páginas microfilmadas de documentos do governo brasileiro, sendo também documentados *on line* materiais originais das décadas de 1920 a 1990. No entanto, esse é o resultado de um trabalho desde a década de 1970 resultante da tecnologia de microfilmagem pela LAMP e pelo CRL fundado em 1949, contando com uma cooperativa de 200 universidades, faculdades e bibliotecas de pesquisa pelos EUA e Canadá, sob a guarda da Universidade de Chicago. (JACOB, 2001).

Os recursos para o Brasil foram provenientes da Andrew W. Mellon Foundation em cooperação com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Do ponto de vista técnico e de seleção e qualidade de imagem:

Os documentos brasileiros foram escaneados a partir de cópias em microfilme dos originais. As imagens foram gravadas em formatos GIF e TIFF no Centro de Armazenamento e Distribuição de Documentos Eletrônicos do Center for Research Libraries. As imagens GIF, com resolução de 100 pontos por polegada (dpi), podem ser visualizadas utilizando browsers. As imagens TIFF de 300 dpi oferecem maior clareza, mas exige um visualizador de TIFF. [...]

As imagens nesta base de dados são de qualidade variável. Embora a maioria seja legível, há imagens que não o são. A qualidade pode até variar de um a folha para a outra. A má qualidade das imagens se deve à má qualidade da versão original quando da filmagem. O documento original deteriorado resultou em imagens imperfeitas em microfilme, imperfeições essas que são refletidas na imagem eletrônica. Em alguns casos isolados, tais como os Relatórios Executivos da Província do Piauí, simplesmente não foi possível escanear as imagens do filme. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, <http://www.crl.edu/node/6243>, 2011).

Os relatórios, exposições, falas e mensagens do Amazonas estão disponíveis *on line* no período de 1852 a 1930. As exposições, relatórios e fallas foram documentos produzidos na época do Império. As exposições referem-se à

entrega da administração do presidente da província ao governo sucessor com uma prestação de contas. Os relatórios foram documentos do presidente da província na instalação ou abertura da 1ª sessão da Assembleia Legislativa, ou ainda pela existência de uma sessão extraordinária. As falas também foram dirigidas à Assembleia Legislativa, em um momento posterior a 1ª sessão, por exemplo, na instalação de uma segunda sessão.

A partir de 1891, esses passaram a ser denominados de Mensagem ao Congresso Amazonense; houve anos em que foram produzidas duas mensagens: 1891 (25/11 e 15/09); 1898 (06/01 e 10/07); 1901 (15/01 e 10/07); 1907 (10/07 e 28/12); 1910 (10/07 e 15/11); e 1911 (8/05 e 10/07). Os documentos foram formas de prestação de contas da administração governamental, por meio do presidente/governador do estado do Amazonas, à Assembleia Legislativa e trouxeram um panorama oficial, em diversos cenários que incluíram relatos, as ideias vinculadas entre a elite local e suas relações internacionais, relatórios dos departamentos do estado, cartas recebidas, quadros, tabelas e listagens de vários temas trabalhados pelo estado e que revelaram informações sobre a escola, seus sujeitos e a cultura material.

Os documentos oficiais, se por um lado remeteram às explicações da elite governamental frente às ideias e ações administrativas realizadas, por outro eles foram fruto das tensões e dos conflitos dentro de uma sociedade heterogênea, cujos resultados, na forma de exposições, relatórios e mensagens, trouxeram as lutas das elites de permanência no poder, confrontadas com a formação de uma sociedade moderna que deveria servir como vitrine do progresso ao mundo civilizado e aos poderes constituídos na capital brasileira. (MESQUITA, 1997; 2005).

Eles não representaram um único pensamento, nem foram “[...] espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo.” (BURKE, 2005, p.33). A existência desses documentos mostrou que no confronto ideológico, ações foram descritas ou até mesmo inventadas, ou não concretizadas, e o seu resultado foi condizente com uma elite que venceu e usou o texto com o “propósito” de permanência no poder e como “arma cultural”. (BURKE, 2005; DE CERTEAU, 1994).

Objetivamente, as mensagens governamentais deveriam ser dirigidas ao Congresso Estadual, mas eram também publicadas em jornais locais, assumindo um papel democrático de prestação de contas à população. Elas justificavam as ações realizadas e buscavam o apoio popular para a aprovação e financiamento dos novos projetos que, em primeira instância, deveriam beneficiar toda a sociedade. As mensagens dos governadores não eram apenas uma comunicação administrativa composta pela exposição das realizações, projetos e justificativas. Nem mesmo eram documentos representativos das variadas instâncias, contendo as mais diversas propostas e reivindicações. Esses textos eram, sobretudo, um instrumento político de persuasão e propaganda administrativa e partidária. Além disso, na densidade do conteúdo retórico havia o discurso formador da cidade. (MESQUITA, 2005, p.317).

As informações contidas nos documentos oficiais foram problematizadas, diante das intencionalidades de sua produção, e por se constituírem em representações de um tempo, recortados epistemologicamente pela temporalidade do pesquisador e, como tal, foram criticados, sob a concepção de que como documento é também monumento.

Mas do mesmo modo que se fez no século XX a crítica da noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas exprime o poder da sociedade do passado sobre a Memória e o futuro: o documento é monumento. (LE GOFF, 2003, p. 9-10).

Além das Mensagens, compuseram como fontes documentais de caráter oficial do estado do Amazonas: os relatórios de instrução pública do Ginásio Amazonense e do Instituto Benjamin Constant; planos e programas de ensino pré-primário e primário; livro de resenha de professores; ofícios da instrução pública e do Instituto Benjamin Constant (documentos manuscritos); e um documento interno do Instituto das Filhas de Sant'Ana sobre o histórico do Instituto Benjamin Constant. Esses documentos foram encontrados no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas; já o histórico do Instituto Benjamin Constant estava sob a guarda das Filhas de Sant'Ana em Manaus.

Um conjunto normativo composto de 24 documentos que incluem normas, decretos, leis, regulamentos de instrução pública e institucionais foram coletados no IGHA e amplamente utilizados nessa pesquisa para compreender as práticas

de escolarização da criança pequena, inclusive nas instituições que ofereceram os jardins de infância. (JULIA, 2001; MAGALHÃES, 2004).

A análise da legislação teve como pressuposto a sua organização dentro do ordenamento jurídico, onde a hermenêutica foi utilizada para compreender as práticas instituídas pela legislação assim como o seu resultado normativo como fruto das tensões sociais (FARIA FILHO, 1998). O que a *priopri* poderia ser posto como uma incongruência na organização e funcionamento das instituições e cursos para as crianças pequenas no Amazonas foram resultados das tensões sociais, das circulações de ideias e experiências institucionais construídas socialmente pelos intelectuais e governantes amazonenses.

O material iconográfico impresso na região é extremamente vasto. Na forma digital foram pesquisados pelos sítios <http://www.povosdamazonia.am.gov.br> e <http://bv.am.gov.br>. Esses foram acessados a partir de em maio de 2011. No sítio <http://povosdamazonia.am.gov.br> foram apreciadas 1265 imagens e dessas selecionadas 1131, organizadas em 11 conjuntos divididos em três categorias: os desenhos, as pinturas em telas e as fotografias; essa última constituiu-se, nesse estudo, de uma fonte quantitativa e qualitativa de maior análise. Ainda em 11 de maio de 2014, selecionou-se 58 imagens de Manaus sobre a administração do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, por meio do sítio <http://www.museueduardoribeiro.am.gov.br>.

Do conjunto organizado, atentamos para uma análise mais minuciosa às construções da cidade e sua urbanização, às imagens que continham crianças e às construções escolares. O uso desse material para a pesquisa caminhou, por certo lado, pela ilustração e, por outro, pelo seu valor enquanto fonte historiográfica, o que foi enriquecedor.

Assim como os documentos, os desenhos, as pinturas e as fotografias não se constituem em “[...] reflexo da realidade, mas representações da realidade” (BURKE, 1992, p.27), de caráter subjetivo, marcadas pela produção contextualizada das imagens, cuja análise criteriosa pode indicar as continuidades e rupturas do período estudado. O material iconográfico permitiu tanto o diálogo

questionador com as fontes escritas quanto a intencionalidade de sua produção e marcas reproduzidas pelo “click”.

Há uma grande diferença entre a fotografia como fonte histórica ou como mera contemplação. A fotografia pode encobrir ou revelar informações despercebidas pelo fotógrafo, mesmo àquelas que foram planejadas e até encomendadas (KOSSOY, 2007; STAMATTO, 2009); mostra ainda as rupturas e as continuidades tendo como referência o espaço, o tempo e a técnica; e se coloca como produto cultural (MAUAD, 1996), sendo assim também ideológico e intencional (KOSSOY, 1983), tanto como construção quanto vestígios da realidade.

O estudo histórico da fotografia pode caminhar sobre duas realidades: a primeira condizente com o tempo de criação da foto e a segunda pelo diálogo entre o observador e a fotografia, Kossoy (2003) explica que o historiador torna-se interprete da primeira realidade no trabalho com fotografia como fonte histórica, ou seja, preocupa-se com o tempo de criação, com a preparação do ambiente e os sujeitos.

Em outra perspectiva, há a natureza polissêmica do examinador da fotografia, trazendo diferentes interpretações, conforme a sua bagagem cultural que corresponde a segunda realidade que se encontra na psique de quem observa a foto. (KOSSOY; 1998; 2002).

Na pesquisa, tanto a circulação da fotografia quanto o silêncio não expresso na imagem fotográfica são objeto de investigação. No entanto, Mauad (1996) expõe que além da circulação há de se considerar o consumo da fotografia. Lima e Carvalho (2011) apresentam o uso social da fotografia em dois níveis de análise: a formal (morfológica) e a contextual, onde o historiador busca os padrões das imagens no estudo das fotografias em série, ou seja, uma fotografia precisa ser confrontada com outras, formando um conjunto de fontes de uma mesma categoria.

Ao considerar a fotografia como fonte histórica é imprescindível que haja informações sobre a mesma. No entanto, a contextualização da fotografia não é fácil [...] uma vez que a identidade dos fotografados e dos fotógrafos é muitas

vezes desconhecida." (BURKE, 2004, p.27). Outro contraponto, diante da análise pelas fotografias, é que as inquietações do pesquisador devem compor o texto de análise, pois como fonte histórica ela se torna documento/monumento. (LE GOFF, 2003).

Nesse trabalho, duas fontes autobiográficas foram usadas que podem ser caracterizadas como “ego-documentos”: a obra de Mario Ypiranga Monteiro: *Mocidade viril 1930: o motim ginásiano*, publicada em 1996; e de Thiago de Mello, *Manaus: amor e memória*, publicada em 1984. Heywood (2007) em seus estudos franceses sobre a infância no Antigo Regime para a Terceira República utiliza o que ele denomina de “ego documentos”, os quais existem desde o final do século XVII, primeiramente para a nobreza e classe média e, depois, com a alfabetização, estenderam-se às classes baixas. Seu ápice ocorreu nos séculos XIX e XX.

Sobre as autobiografias, a subjetividade está presente pelo caráter de falseabilidade, onde o escritor pode inventar a sua história quando escrita em idade avançada, criando um ceticismo ao trabalho do historiador frente às lembranças do passado que se encontram no inconsciente humano. No entanto, mais do que fatos históricos, o importante é a representação dos autores sobre o seu passado, pois podem representar uma forma de desabafo e de revolta pelo sofrimento que lhes aconteceu, contextualizados em sua própria história de vida demonstrada por meio do relato (oral/escrito) memorialístico. Nesse campo, ao pesquisador cabe a sensibilidade e o conhecimento sobre o tema e o objeto da pesquisa, voltados para a interpretação das fontes autobiográficas com o reconhecimento e respeito de que essas são fruto das interpretações de seus sujeitos entremeados pelos sentimentos e ideologias de seu tempo histórico. (BOSI, 2003; HSIUNG, 2005; HEYWOOD, 2007).

Em Mario Ypiranga, além dos fatos representados, sua obra trouxe em anexo outros documentos como notícias nos jornais e documentos do governo do Amazonas. No livro de Thiago de Mello, encontrou-se referência sobre uma das professoras do Instituto Benjamin Constant e suas memórias trouxeram panoramas da infância feminina e das condições das mulheres na sociedade manauara.

Finalmente alguns periódicos foram usados tendo em vista o caminho percorrido frente ao problema dessa investigação. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na secção de obras raras, pesquisou-se *A imprensa no Amazonas: 1851-1908* (1908), cujo livro indicou um conjunto de periódicos, inclusive escolares, onde se teve acesso em arquivos microfilmados dos seguintes jornais escolares: “A Escola” (com nove números de 23/09/1900 a 23/03/1901); e “O Estudante” (numeração única de 15/12/1907). Dos periódicos escolares, utilizou-se o jornal “A Escola”, nº 6, de 13 de novembro de 1900.

As revistas “Bodas de Ouro” e “Jubileu” foram fornecidas pelo Instituto Filhas de Sant’Ana, de Manaus que respectivamente trouxeram a trajetória de cunho oficial do Instituto, referente aos 50 anos e 125 anos de presença das Filhas de Sant’Ana no Brasil, e em especial, no estado do Amazonas. E finalmente, a Revista da Associação Comercial do Amazonas (1928) encontrada no IGHA que divulgou os feitos da administração do governo de Ephigenio Salles.

A análise dos periódicos percorreu pelos subtemas abordados, sem desconsiderar outros elementos importantes para o estudo da história da educação como a identificação do periódico e o projeto gráfico editorial. (CRUZ; PEIXOTO, 2007), considerando, ainda, os construtos sociais do documento/monumento enquanto prática social e a natureza de escolha dos periódicos dentro de uma operação histórica. (LE GOFF, 2003; DE CERTEAU, 1988).

Organização e Tessituras metodológicas

As mais diferentes fontes selecionadas foram organizadas em três categorias: fontes que provieram dos sítios na web; fontes coletadas no IGHA e publicações bibliográficas. Esse movimento consistiu na necessidade da organização de três arquivos, primeiro para separar as fontes pesquisadas na web e no IGHA, e em seguida para realizar a tessitura das fontes e, pela hermenêutica, elaborar a narrativa histórica. (MAGALHÃES, 2004). Em que pese às recomendações metodológicas e científicas que envolvem leituras,

fichamentos, resumos e resenhas, a organização foi feita pelos seguintes processos.

As fontes provenientes dos sítios na *web* foram todas baixadas na forma de *download* e criaram-se arquivos no computador, cujo armazenamento possibilitou o retorno às fontes sempre que necessário. Dos documentos da *web* criou-se um índice indicativo com o ano do documento e conteúdo.

Do IGHA, todo o material foi fotografado e disponibilizado na forma de JPG; desse Instituto, houve uma multiplicidade de fontes que foram classificadas por um lado em normativas, discursivas e didáticas, e por outro em fontes manuscritas e impressas. As fontes do IGHA foram selecionadas, fotografadas e processualmente organizadas em arquivos digitais em nove CDs.

Os documentos foram fichados, com a indicação da localização das imagens digitalizadas, além do tipo e número da página de cada documento, com a utilização do bloco de notas. Feita essa operação, criou-se um catálogo para organizar os documentos digitalizados no IGHA, indicando: tema; subtema; data do documento; nome do documento; e local de armazenamento no computador. O catálogo foi importante, pois permitiu uma visualização geral dos documentos armazenados pelos temas e subtemas, contribuindo para a elaboração dos capítulos desse trabalho.

Esse trabalho de seleção e organização das fontes só foi possível com as ferramentas de dois computadores e dois Discos Rígidos Portáteis, um destinado para os arquivos nos CDs e outros para as fontes dos sítios da *web*.

No decorrer das análises, criaram-se dois arquivos físicos cujas pastas foram organizadas conforme os arquivos digitais mais as produções resultantes da tessitura das fontes. Um painel indicativo foi criado tendo como referência às fontes utilizadas com maior frequência, facilitando a identificação do documento, conforme a necessidade de retorno.

A narrativa histórica constituiu-se na última operação desse trabalho, porém não de caráter final, pois a cada elaboração realizada, ao término dos itens

desse trabalho, faziam-se vários retornos às fontes arquivadas no computador e no arquivo físico para acrescentar, retirar, averiguar e avaliar o texto narrativo.

Como resultado, tem-se o trabalho organizado em três capítulos. O primeiro capítulo trabalhou a participação do Amazonas, no cenário europeu, onde experiências educacionais voltadas para a primeira infância em Portugal e na França foram vivenciadas pelo diretor de instrução pública Francisco Antonio Monteiro, no final do século XIX. Na segunda parte desse capítulo, contextualizou-se socialmente o estado do Amazonas e, em especial, a cidade de Manaus diante das repercussões da economia gomífera e as transformações sociais frente ao liberalismo econômico.

O segundo capítulo apresentou o primeiro jardim de infância público do Estado do Amazonas, no Instituto Benjamin Constant, tendo como referência, a criação do Asilo Elisa Souto que depois foi transformado no Instituto Benjamin Constant frente aos seus sujeitos e práticas: paraninfos do asilo; irmãs do Instituto Benjamin Constant – as *Filhas de Sant'Ana*; a questão da formação da mulher na sociedade manauense entrelaçada à educação feminina recebida no Instituto; educandas e professora do jardim de infância.

No terceiro capítulo levantou-se uma tese nova em relação ao primeiro jardim de infância público do estado do Amazonas que não foi o jardim de infância “Visconde de Mauá”, mas se tratou do Curso Infantil Froebel criado no final do século XIX, no Instituto Benjamin Constant. Além disso, outros jardins de infância e os cursos preliminares são apresentados como experiências institucionalizadas do início do século XX no estado do Amazonas até a década de 1930.

CAPÍTULO I

DO AMAZONAS PARA A EUROPA... DA EUROPA PARA O AMAZONAS

1.1 A viagem de Francisco Antonio Monteiro no final do século XIX

A educação voltada para a primeira infância apareceu pela primeira vez no estado do Amazonas, no discurso do vice-governador José Cardoso Ramalho Junior, apresentado na Mensagem de 10/07/1898, em duas modalidades. A primeira, como parte da proposta de criação da escola anexa à Escola Normal considerada como pilar do ensino primário. A segunda, como uma informação do Congresso de Representantes do Estado do Amazonas que autorizava, em 1897, o Instituto Benjamin Constant a utilizar o método *Froebel*.

Em relação à Escola Normal havia a necessidade de um prédio próprio¹², para atender as exigências do ensino e da higiene, pois funcionava no mesmo prédio do Gymnasio Amazonense. Essa reivindicação vinha acompanhada com a ideia de criação de uma escola de aplicação para atender a primeira, segunda e terceira infância e o jardim de infância. (AMAZONAS – Mensagem, 1898).

Em relação à autorização de 1897, do Instituto Benjamin Constant, essa atendia à necessidade do orfanato que tinha a guarda de meninas menores de 7 anos de idade. Em cerca de um ano depois desse feito (1898), e após os trabalhos escolares, viajava para Lisboa¹³, no paquete Ré Umberto, o professor

¹² A solicitação de um prédio próprio à Escola Normal esteve presente nas Mensagens até 1930. A exposição do interventor federal Alvaro Maia de 1931 atestou a mudança de endereço para o prédio da Secretaria do Estado; e de 1940, a construção do Instituto de Educação do Amazonas, no alto da Av. Eduardo Ribeiro.

¹³ No Relatório da Diretoria de Instrução Pública, de 30 de maio de 1899, a viagem ocorreu no dia 23 do mesmo mês findo os trabalhos escolares. No entanto não indicou qual o mês. Tendo como referência o Regulamento Geral da Instrução Pública, pelo Decreto de 19 de novembro de 1892, talvez o mês da viagem tenha sido em novembro, pois as férias escolares ocorriam de 21 de novembro a 6 de janeiro (art.63) e as aulas do ensino primário eram de 7 de janeiro a 20 de novembro (art.64). De qualquer forma, Francisco Antonio Monteiro informara o seu retorno a Manaus em 6 de dezembro, assumindo a Diretoria da Instrução Pública em 11 de dezembro. Conforme o Relatório de 1899, a viagem fora breve, mas o possibilitou ver, estudar e observar a

Francisco Antonio Monteiro¹⁴, na época Diretor Geral da Instrução Pública, do governo de José Cardoso Ramalho Junior.

Francisco Antonio Monteiro foi comissionado em julho/1898, pelo ofício nº 61, à Europa para “[...] fazer alguns estudos necessários a uma reforma do ensino escolar, de modo a elevar-o ao seu maior grau de desenvolvimento e proveito.”¹⁵ Seus planos de ir a Portugal, França, Itália e Suíça foram frustrados por motivos de saúde, devido à baixa temperatura europeia e, por recomendações médicas, voltou a Manaus, visitando somente Portugal e França. Ele se ressentiu, ainda, em não ter ido à Suíça, diante da importância da ginástica nas escolas.

No Amazonas, o ano de 1898 foi marcado por acontecimentos tumultuados que envolveram a renúncia do governador Fileto Pires Ferreira (Partido Republicano) e a nomeação em seu lugar do vice-governador José Cardoso Ramalho Junior (Partido Democrata). Fileto Pires Ferreira assumiu o governo do Amazonas como sucessor e com o apoio do ex-governador Eduardo Gonçalves

instrução primária dos países estrangeiros, custando aos cofres do Estado a quantia de dois mil francos.

¹⁴ Francisco Antonio Monteiro nasceu em uma pequena vila de Sergipe, de família pobre e pai artífice; cursou farmácia na Academia de Medicina da Bahia, diplomando-se em 11 de abril de 1881. Nesse mesmo ano, o dr. Jonathas Pedrosa o convidou para dirigir a *Farmacia Central*, em Manaus, de sua propriedade, o que aceitou. Médico e professor, Jonathas Pedrosa nasceu na Bahia em 8/04/1848 e veio para Manaus em 1876, onde foi inspetor de saúde pública (1878), juiz municipal do termo da capital (1879), diretor da Escola Normal (1882), diretor geral da Instrução Pública (1883), e fundador do Partido Republicano (15/09/1890). Francisco Antonio Monteiro foi 17º diretor geral da Instrução Pública da Província do Amazonas (no período imperial), cargo que ele novamente ocupou na República em 1898. Nesse cargo permaneceu até o final do governo de Fileto Pires Ferreira e no governo de José Cardoso Ramalho Junior. Em 1901 já havia outro diretor da Instrução Pública (Joaquim Pereira Teixeira). Francisco Antonio Monteiro foi professor de Ciências Físicas e Naturais da Escola Normal (1883), sendo diretor dessa Instituição mesmo quando transformada em Instituto Normal Superior (1890). Em 1893 assumiu novamente o cargo de diretor do Instituto Normal Superior. O governador Eduardo Gonçalves Ribeiro mandou que ele permanecesse como diretor do Instituto Normal Superior quando foi transformado em *Gymnasio Amazonense*, onde foi também professor de Física e Química. Além de lente do *Gymnasio Amazonense* e diretor geral da Instrução Pública, assumiu o trabalho em várias comissões científicas, sempre com o apoio de seus pares. Não se conseguiu informações sobre a possibilidade de Francisco Antonio Monteiro pertencer à maçonaria; no entanto, em sua rede de relações houve os maçons Jonathas Pedrosa, Eduardo Gonçalves Ribeiro e José Cardoso Ramalho Junior que pertenceram a primeira loja maçônica do Amazonas: *Esperança e Povir*, fundada em 1872, na rua Bernardo Ramos, Centro de Manaus. (AMAZONAS – Mensagens 06/01/1898; 1899; 1900; 1901; 1902; 1903; UCHÔA, 1966; BITTENCOURT, 1973; MESQUITA, 2005; O GOEAM, 2013).

¹⁵ Relatório da Diretoria de Instrução Pública apresentado ao Exmo. Sr. Major Pedro Freire - Secretário dos Negócios do Interior, por Francisco Antonio Monteiro, de 30 de maio de 1899, p.221.

Ribeiro¹⁶, em 23 de julho de 1896. Fora seu secretário no governo anterior e deu continuidade às medidas de Eduardo Ribeiro¹⁷. (BITTENCOURT, 1973; MESQUITA, 2005).

Fileto Pires Ferreira soube de sua renúncia em Paris, onde tinha viajado a 4 de abril de 1898 para cuidar de sua saúde e o governo já estava nas mãos do vice-governador José Cardoso Ramalho Junior, pois o governador viajara com a licença do Congresso Legislativo amazonense. O documento de renúncia foi contestado pelo próprio Fileto que atribuiu a traição à Ramalho Junior por conta de um papel em branco que havia deixando com o vice-governador, com a sua assinatura. Mesmo contra a autenticidade do documento, sua súplica não foi atendida, nem pelo Congresso Legislativo do Estado do Amazonas, nem pelos presidentes da república brasileira Prudente de Moraes e Campos Salles¹⁸ que ameaçou intervir no Amazonas, mas voltou atrás. Ramalho Junior terminaria o mandato que seria de Fileto Pires, sendo sucedido por Silverio José Nery¹⁹. (BITTENCOURT, 1973; MESQUITA, 2005).

Apesar das Mensagens do Amazonas de 1899 e 1900²⁰ não conterem a viagem de Francisco Antonio Monteiro, ao que se parece, nessa época, havia um

¹⁶ O segundo mandato do governo de Eduardo Gonçalves Ribeiro compreendeu de 27/02/1892 a 23/07/1896. Nesse período, Eduardo Ribeiro pertencia ao Partido Republicano e já havia rompido com a família de Emílio Moreira, do Partido Democrata. O motivo da cisão é desconhecido, mas pode ter acontecido por questões comerciais que envolviam obras e serviços em Manaus. (MESQUITA, 2005).

¹⁷ Fileto Pires Ferreira e José Cardoso Ramalho Junior tinham as mesmas concepções de Eduardo Gonçalves Ribeiro, expostas nas mensagens governamentais do estado do Amazonas, de ter Manaus como uma cidade moderna, com projetos de construção e embelezamento. Tanto Eduardo Ribeiro quanto Fileto Ferreira tinham a mesma formação militar, defendiam as ideias republicanas e vieram para o Amazonas com a missão de o governo federal de desarticular os governadores que apoiavam Deodoro da Fonseca, em prol do Marechal Floriano Peixoto. José Ramalho era civil e amazonense e o seu governo serviu para apaziguar os conflitos entre a elite local e o governo federal. (MESQUITA, 2005).

¹⁸ Na Mensagem do Amazonas de 10/07/1899, do governador José Cardoso Ramalho Junior, constou o controle sobre os empréstimos feitos pelos estados da federação brasileira pelo presidente Campos Salles (paulista), onde o Amazonas foi citado como um Estado que não se vinculava ao interesse nacional, com muitas riquezas e enormes gastos.

¹⁹ A gestão de Fileto Pires Ferreira foi no período de 23 de julho de 1896 a 04 de abril de 1898; a de José Cardoso Ramalho Junior foi de 04 de abril de 1898 a 23 de julho de 1900; e a de Silverio José Nery foi no período de 23 de julho de 1900 a 23 de julho de 1904.

²⁰ Esperava-se encontrar nas Mensagens alguma referência explícita à viagem de Francisco Antonio Monteiro, pois o governo de José Cardoso Ramalho Junior teve o seu início em 4 de abril de 1898 e término em 23 de julho de 1900, e na Mensagem de 1900, ele se despede do governo diante da futura gestão de Silvério José Nery.

fluxo de viajantes intensos do Amazonas para a Europa. Edineia Mascarenhas Dias (2007), com base no Relatório do Chefe do Departamento do Interior, de 05/02/1897, apresentado ao Dr. Fileto Pires Ferreira, relaciona a viagem do governador como um compromisso da administração de se construir o progresso por meio da instrução, que envolvia a educação e a Biblioteca Pública. A meta de construção de um prédio próprio para a biblioteca, no governo do Dr. Fileto Pires Ferreira, foi representada pela necessidade de reforma da Biblioteca Pública.

Nota-se, no entanto, que a construção de um prédio próprio para a instalação da Biblioteca Pública é uma meta perseguida. Considerando a prosperidade de um povo na razão direta da soma de instrução que ele adquire, considerando, ainda, a educação o mais forte elemento do progresso, as escolas públicas e a organização da biblioteca seriam, em parte, a demonstração e superação da ignorância e analfabetismo.

Nesse sentido, o Governo do Estado encarrega a Diretoria Geral da Instrução Pública, em 1898, de fazer um estudo sobre a organização do ensino em países europeus, diga-se França e Portugal, a fim de que essas experiências estrangeiras pudessem ser aproveitadas no processo de reformulação da educação local. (DIAS, 2007, p.72).

A obrigatoriedade do ensino, conforme José Cardoso Ramalho Junior, era defendida pelo Diretor da Instrução Pública, preocupado com a pequena população escolar, em relação à infantil, mesmo na capital, que tinha 63% das crianças na escola. Isso era um empecilho à meta de se acabar com o analfabetismo no estado do Amazonas.

No relatorio do Director de Instrucción publica, já que este assumpto das escholas se impõe á vossa attenção, suggere elle a medida da obrigatoriedade da instrucción primaria, unico meio de acabar com o analphabetismo em que vive a maioria da nossa população. Effectivamente a população escholar é entre nós diminuta, não está em relação com a infantil: aqui na capital onde o ensino primario é dado em maior escala, o recenseamento acusou, no primeiro districto, em 1898, uma população infantil de 1897 creanças e uma escholar de 1194, d'onde se conclue que pouco mais de 63% frequentaram as escholas, sendo que é de suppor que a proporção diminuisse no corrente anno, isto é que ainda maior numero de creanças deixe de frequental-as. Se aqui, centro populoso, assim acontece, onde ha maior facilidade de instrucción, o que se não dará nos logares aonde é ella dificil? Não soffre duvida que é um mal, que a obrigatoriedade do ensino se torna, até certo ponto, uma necessidade; mas para vos pedir similhante medida, sinto escrupulo, visto a controversia que reina sobre a materia, materia em que se não pronunciou a constituição

federal, na sua declaração de direitos. (AMAZONAS - Mensagem, 1899, p.11-12).

Ao recorrer às estatísticas, dando científicidade a sua argumentação, o governador temia a diminuição da frequência na escola, devido ao difícil acesso e enfrentava, no Congresso dos Representantes do Amazonas, as ideias favoráveis e contrárias à obrigatoriedade do ensino.

Francisco Antonio Monteiro, em seu relatório de 1899, denunciou o abandono das escolas, que ocorria tanto nas instituições públicas quanto nas particulares, e argumentou que havia muitas crianças fora da escola, pois a população infantil no Amazonas era maior do que a existente nas instituições. E muitas não frequentavam a escola pelo desleixo dos pais e tutores que usavam as crianças como ferramenta de trabalho. Conforme as estatísticas, em Manaus, a situação se encontrava pior do que a do 5º distrito do interior, no Baixo Amazonas²¹.

O resultado do recenseamento escolar em Manáos, feito o anno passado, mostrou a existencia de 1897 creanças em idade escolar, das quaes 703 não frequentavam escolas publicas ou particulares![...] pode dizer-se, com probabilidade, que o numero de creanças em idade escolar entregue ao analphabetismo tornou-se mais elevado. (AMAZONAS - Relatorio da Directoria de Instrucção Publica, 1899, p.271).

²¹ No Baixo Amazonas havia 17 escolas, todas auxiliares, pertencentes ao 5º Distrito:
Em Itacoatiara, duas escolas, uma do sexo masculino e uma do feminino, regidas respectivamente por José Estacio da Silva e D. Francisca G. de Lima Verde.
Em S. José do Amatary, uma escola mista, regida por D. Maria José de Menezes.
Em Silves, duas escolas, sendo uma masculina e outra feminina, regidas respectivamente por Raymundo Farias d'Almeida e D. Anna Garcia de Leiros.
Em Boa Esperança, uma escola mista, regida por Victorio Alves Monteiro.
Em Ressaca, uma escola mista, regida por D. Josepha M. Alvares Affonso.
Em Urucará, duas escolas, uma do sexo masculino e outra do feminino, regidas respectivamente por Adalberto Cunha e D. Raymunda M. d'Oliveira Simões.
Em Urucurituba, uma escola mista, regida por D. Maria José Rodrigues.
Em Apipica, uma escola mista, regida por Amancio Rocha da Costa.
Em Pantaleão, uma escola mista, regida por Leonília Muniz de Moraes.
No Paraná do Arary, uma escola mista, regida por D. Benedicta Coelho de Meirelles.
No Paraná do Limão, uma escola mista, regida por Macario Pereira do Lago Junior.
No Paraná do Bôttó, uma escola mista, regida por D. Santina d'Albuquerque Prado.
Em Parintins, duas escolas uma do sexo masculino e outra feminino, regidas respectivamente por João Gualberto Abbade das Mercês e D. Francisca d'Assis G. dos Santos Roiz.
(AMAZONAS - Relatorio da Directoria da Instrucção Publica, 1899).

As ideias convergentes, além da obrigatoriedade do ensino, entre o diretor da instrução pública e o governador do Amazonas eram: a melhoria dos prédios escolares e suas construções, a aquisição de material pedagógico e mobiliário para a escola, a atualização dos processos pedagógicos, a formação de professores, e a organização do sistema de fiscalização nas escolas.

A obrigatoriedade do ensino tinha como finalidade o combate ao analfabetismo que era um indicador de atraso social, divisor dos países desenvolvidos (progressistas) para os não desenvolvidos: “Uma população urbana majoritariamente analfabeta, como em grande parte era então o Terceiro Mundo, seria um indicador ainda mais convincente de atraso, pois o índice de alfabetização das cidades costumava ser muito mais elevado que o do campo.” (HOBSBAWM, 1988, p.45).

As políticas que implicassem o combate ao analfabetismo e à valorização da instrução pública teriam que se espelhar nos países avançados da Europa e dos EUA os seus modelos educacionais. Por isso, as preocupações em relação à instrução primária na capital do Amazonas colidiam com a visão de uma Manaus repleta de progresso econômico, advindo da borracha, associada à organização de uma cidade moderna.

O diretor da Instrução Pública elaborou o seu relatório em três partes: 1. Organização das escolas de ensino primário, em Portugal e França; 2. Estado atual do ensino público e particular do Amazonas; 3. Sugestões para o desenvolvimento do ensino do Estado.

Em Portugal, Francisco Antonio Monteiro relatou que o país passava por uma reforma que era criticada pelos educadores, devido à centralização da instrução primária pelo poder central. O Decreto 22 de dezembro de 1894, convertido em Lei de 18 de março de 1897, transferia a instrução primária para o Ministério dos Negócios do Reino. No depoimento do professor J. Simões, do Lyceu de Lisboa, a perda da municipalidade era um retrocesso:

A analyse d'esse documento, baseado no principio da centralisaçāo, demonstra a toda a evidencia que em vez de se ampliar o numero das conquistas liberaes, obtidas para a escola primaria, quasi todas se perderam; que sob o pretexto da mais apertada fiscalisaçāo e da mais seria e efficaz assistencia, por

parte do Estado, ficaram anuladas muitas vantagens concedidas por leis anteriores á escola como aos seus agentes; e que, em resumo, a legislação actual em vez de significar progresso, representa, pelo contrario, um calamitoso retrocesso se compararmos com as leis que desde 1835 a 1878 se fizeram para a instrucção primaria. (AMAZONAS - Relatorio da Directoria de Instrucção Publica, 1899, p.223-224).

Com a reformulação, criou-se o cargo de Comissionário da Diretoria Geral, distribuído em Conselhos (um Comissionário que era o reitor do Lyceu; um chefe da Secretaria; e um Amanuense); houve a desvalorização do professor com perdas em sua remuneração; e a fiscalização das escolas, com exceção de Lisboa, perdeu o caráter permanente e passou a ser casual.

Frente ao descaso com a fiscalização das escolas e a má remuneração do professor primário, Francisco Antonio Monteiro acreditava que o ensino português perdia seus dois pilares para o avanço racional, lógico e científico de um povo. Mas no que se refere à centralização, essa era considerada, para o visitante brasileiro, como o padrão ideal para o Brasil e, por mais que ele visualizasse as consequências em Portugal, não acreditava na municipalidade para a realidade brasileira, perante a precariedade das escolas do país.

A tese da fiscalização nas escolas e da valorização do professor estava presente na Mensagem de 10 de julho de 1899, do governador do Amazonas, José Cardoso Ramalho Junior, que também se preocupava com a aquisição do mobiliário escolar e a construção de prédios escolares, conforme os requisitos da higiene.

Dos 21 Comissionários existentes em 1898, o ensino português se organizava, nas escolas paroquiais e centrais, em: elementar, complementar e normal (Regulamento de 18 de junho de 1896). O método de ensino era escolhido pelo professor que também propunha as horas dos exercícios escolares ao comissionário que as designava. Dentre os tipos de escolas do sistema ensino de Portugal, tinha-se a escola infantil. Nela, eram atendidas crianças de 3 a 6 anos de idade, de ambos os sexos, com mobiliário e materiais de ensino adequados. Para cada escola havia uma professora, um porteiro e um servente; e a cada grupo de 20 crianças, junto à professora, existia um monitor.

O art. 89, do Regulamento de 18 de junho de 1896, estabelecia sobre o programa das escolas infantis portuguesas:

- a) Cuidados com o asseio, a saude e tudo que respeite ao bem estar da creança na escola;
- b) Exercicios de linguagem, lições sobre objectos, contos e narrações apropriadas á intelligencia das creanças, e que sirvam, quanto possivel, á sua educação intellectual e moral;
- c) Exercicios de canto, jogos, brinquedos, entretenimentos instructivos ou simplesmente de recreio, exercicios physicos aconselhados pela hygiene e que satisfaçam á necessidade do movimento das creanças, etc. (AMAZONAS - Relatorio da Directoria de Instrucção Publica, 1899, p.227).

Francisco Antonio Monteiro visitou a Escola *Froebel*, situada no Jardim Estrela – Lisboa. As informações sobre a escola em seu relatório, anteriores a sua visita, foram feitas com base nos elogios do professor brasileiro, Luiz Augusto dos Reis, comissionado por Benjamin Constant, em 1891, para estudar a instrução primária europeia. Na ocasião da visita do diretor de instrução pública, a Escola *Froebel* não se encontrava em boas condições de ensino, consequências da reforma educacional portuguesa:

Das escolas infantis de que falla o regulamento, existe apenas uma, a Escola *Froebel*, situada no bello e aprazivel Jardim da Estrella.

O edificio é elegante, confortavel e moderno, apropriado ao meio physico.

No tempo em que o ensino esteve descentralizado, esta escola infantil foi julgada superior ás congeneres da Hespanha, da França e da Belgica.

Em 1890 a frequencia d'essa escola foi de 218 alumnos, e, alem da directora, que era e continua a ser a Ex.ma Snr.a D. Carlota Sophia de Brito Freire, formavam o corpo docente quatro professoras, uma professora substituta, um professor de canto choral e quatro jardineiras. Havia tambem um vigilante, um porteiro e um servente.

Infelizmente, encontrei a Escola *Froebel*, do jardim Estrella, em decadencia. A matricula, até ao momento em que o estabelecimento foi por mim visitado, era de 18 alumnos, e o pessoal docente constava d'aquelle professora e de uma adjunta. A mobilia froebeliana já estava bastante usada e as colleções eram muito reduzidas e incompletas. (AMAZONAS – Relatorio da Directoria de Instrucção Publica, 1899, p.231).

As observações Luiz Augusto dos Reis, no seu relatório de 1892, sobre a Escola *Froebel* como uma escola infantil digna de satisfação às crianças e ao

ensino, são relatadas por Maria João Mogarro (2010) ao caracterizá-la com prédio, localização e asseio invejáveis:

Na descrição que o brasileiro Luiz Antonio dos Reis faz da Escola *Froebel* de Lisboa, realça que as salas “são muito alegres e de um asseio admirável”, bastante arejadas – a própria casa parece ser “toda de vidro, tal é a abundância de portas e de janelas rasgadas até quase ao solo, que nela existem [...] Não vi, na Espanha, na França e na Bélgica, um jardim infantil superior ao jardim *Froebel* da *Estrela* em Lisboa, quer pelo prédio, quer pelo asseio, quer pela ordem e regularidade nos trabalhos. É o que se pode desejar de útil, de elegante e de belo.” (p.101).

A escola infantil do Jardim Estrela foi a primeira froebeliana de Portugal, inaugurada em comemoração ao centenário de nascimento de *Froebel*, no Passeio da Estrela, em 21 de abril de 1882. Em conformidade com a política da municipalidade de Lisboa, baseou-se nas escolas froebelianas visitadas, fruto do Congresso Internacional de Pedagogia realizado em Bruxelas, em 1880. (MORGARRO, 2010; SIPA, 2013).

O Congresso de Bruxelas (1880), conforme Kuhlmann Jr (2005a), tratou-se de uma reunião, dentre outras que aconteciam mais intensamente desde 1870, no sentido de estabelecer e popularizar modelos e diretrizes para a configuração de um país desenvolvido.

A difusão internacional de concepções e instituições educacionais ganha impulso com os congressos profissionais, que ocorrem em grande número a partir de 1870, organizado não apenas em torno da educação, mas dos mais variados temas. Esses congressos, realizados muitas vezes no âmbito das Exposições Internacionais do final do século XIX e início do século XX, reúnem representantes dos diversos países para legitimar modelos e critérios de integração ao “concerto das nações civilizadas”. Os mais diversos setores sociais ocupam-se da organização do estado e das instituições. A definição de caminhos para se atingir a modernidade, o progresso, envolve um conjunto de temas como as obras marítimas, a unificação da hora, os padrões de pesos e medidas, a legislação trabalhista, industrial e penal, a higiene e a saúde, a instrução pública.

O Congresso do Ensino de 1880 é uma dessas reuniões. O Comitê Geral composto pela Alemanha, Bélgica, Brasil, Chile, Dinamarca, Espanha, EUA, França, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia e Noruega (juntas), e Suíça. (p.60-61).

As repercussões do Congresso de Bruxelas (1880), para a propagação dos jardins de infância, condizem com o conjunto de intelectuais (maçônicos e simpatizantes da maçonaria) que, em prol da modernidade, discutiram e propuseram modelos institucionais, em que as ideias froebelianas ganharam espaço, e com a força das associações criadas se difundiram internacionalmente, propondo um modelo de educação cada vez mais voltado à criança pequena de enquadramento social às regras de uma sociedade moderna e civilizada. (KUHLMANN Jr., 2007b; 2010b).

Entre os grupos intelectuais promotores da educação infantil, estão os membros da maçonaria ou simpatizantes a ela, seguidores da ideia de Krause e de Fourier. Froebel inspirou-se nos escritos de Comenius, que teriam sido apresentados a ele pelo filósofo Karl Krause, em 1828. As relações de Froebel com Krause tiveram implicações no processo de difusão do jardim de infância [...]. A maçonaria contava com membros krausistas e apoiou a criação das associações como a Institución Libre de Enseñanza, na Espanha, ou a Ligue de l'Enseignement, na Belgica, esta última promotora do Congresso da Instrução de 1880, ocorrido em Bruxelas. (KUHLMANN Jr., 2010b, p.90).

Anterior a Bruxelas, outros congressos com o apoio político e financeiro da maçonaria ocorreram, como em 1868 o “Congresso Itinerante de Filósofos”, das ideias krausistas, que incentivou as ações posteriores da baronesa Bertha Von Marenholts-Bülow, em divulgar as ideias de Froebel e os jardins de infância pela Europa, por meio das associações e ligas.

A *Ligue de l'Enseignement* belga criou uma escola modelo que inspirou propostas semelhantes na Espanha e em Portugal, onde a proposta para a criação de uma escola modelo, de Francisco Adolfo Coelho, foi comentada em artigo de Feio Terenas, na revista *Froebel*. (KUHLMANN Jr., 2010b, p.91).

Em relação a Portugal, o professor Teófilo Ferreira, defensor da metodologia froebeliana, participou do Congresso de Bruxelas (1880). Com entusiasmo, via a possibilidade de levar para o seu país o progresso educacional presenciado no congresso para fazer jus à história de Portugal como um país progressista, onde a instrução e a educação seriam instrumentos libertadores, opositos à servidão. Após o Congresso, continuou visitando as escolas na Bélgica, Holanda, Alemanha, Áustria, Suíça e França. Mais tarde, como vereador,

assumiu o *pelouro*²² da instrução na Câmara Municipal de Lisboa (desde janeiro de 1882), tendo participação importante na publicação da *Revista Froebel*, na consolidação das escolas centrais, no Museu Pedagógico Municipal de Lisboa e na fundação da Escola *Froebel*, no Jardim da Estrela. (KUHLMANN Jr., 2006; 2007b; MOGARRO, 2010).

O período áureo da Escola *Froebel*, do seu nascimento (1882), com as influências do Congresso em Bruxelas (1880), às observações de Luiz Augusto dos Reis (1892), contrastava-se com a precariedade vista pelo professor Francisco Antonio Monteiro (1898). A decadência do *Jardim-de-Infância da Estrela*²³ era condizente com a crise da década de 1890, em que havia um “sentimento de decadência” na educação portuguesa, com 79,2% de analfabetismo e taxa de escolarização de 22,1%, com base na proporção entre alunos inscritos nas escolas primárias e população infantil em idade escolar. (MOGARRO, 2010).

Mesmo com toda a precariedade relatada no Jardim da Estrela, analisando o relatório Francisco Antonio Monteiro e a Mensagem do Amazonas de 10/07/1898, do governador José Cardoso Ramalho Júnior, verificaram-se aspectos que poderiam servir de exemplo ao Amazonas e outros refutados para a realidade amazonense. O descaso com a fiscalização das escolas, a má remuneração dos professores do ensino primário, a educação descentralizada e municipalizada e o método de ensino e didática propostos pelo professor foram exemplos considerados não apropriados para a realidade educacional amazonense e brasileira.

Da educação infantil portuguesa, poderiam servir à educação infantil amazonense: o mobiliário e materiais de ensino; e os programas das escolas infantis que prezavam pelo cuidado com a higiene e a saúde da criança junto à

²² *Pelouro* corresponde às áreas da administração de uma câmara municipal e a um cargo (no sentido figurado) na administração da Câmara Municipal de Portugal. Cada município português possui uma Câmara Municipal, que é órgão do poder executivo e agrupa os departamentos e serviços de gestão (pelouros). Os vereadores mais votados assumem *pelouro*, junto com o presidente da Câmara, ou seja, um cargo no executivo municipal compõe o quadro da gestão administrativa do município; já os vereadores sem *pelouro* são aqueles menos votados e que constituem a oposição. (Dicionário Léxico, 2013; Wikipedia.org, 2013).

²³ Mogarro (2010) refere-se a Escola *Froebel* também como Jardim-de-Infância da Estrela.

prática de exercícios para a formação intelectual, moral e física apropriada à criança, em atividades de canto, jogos e no uso de brinquedos.

Há de se considerar que entre os aspectos mencionados, as ideias sobre os jardins de infância já circulavam pela elite governamental amazonense, conforme o discurso do governador José Cardoso Ramalho Junior, na Mensagem de 10/07/1898. Assim, a viagem à Europa de Francisco Antonio Monteiro talvez tenha servido mais como aprendizado e incentivo de que maneira as experiências ocorriam no continente europeu.

Dar á este [Instituto Benjamin Constant], além da actual organisação que possue, uma secção de educação para a primeira infância, um jardim infantil onde em jogos possam ter as primeiras noções concretas das cousas as creanças de 4 a 8 annos, também julgo de incontestável proveito.

Ninguem ignora os bens produzidos pelos jardins de infância na cultura intellectual, moral e physica dos primeiros anos da vida.

A maioria dos paizes adiantados os adoptam nas suas escolas e estabelecimentos de instrucción primaria, e entre nós a sua implantação trará consigo incontestáveis vantagens. (AMAZONAS – Mensagem, 10/07/1898, p. 11).

Francisco Antonio Monteiro presenciou os exercícios da Escola *Froebel* dirigidos por sua diretora Sr^a Carlota Sofia, e se emocionou ao lembrar-se do curso infantil, do Instituto Benjamin Constant: "Assisti a alguns exercícios dirigidos pela distincta directora; e, não posso deixar de confessar que, vendo-os, comparando-os, tive saudades da classe infantil do Instituto Benjamin Constant, do Amazonas." (AMAZONAS - Relatorio da Directoria de Instrucción Publica, 1899, p.231-232). Tal relato indicou que da autorização do funcionamento do método froebeliano para o Instituto Benjamin Constant no Amazonas, em 1897 (expressa na Mensagem do Amazonas de 1898) à viagem de Francisco Antonio Monteiro (1898), a classe infantil do Instituto Benjamin Constant já se encontrava em funcionamento.

Na França, Francisco Antonio Monteiro observou o cuidado com a educação cívica nas escolas parisienses e com a organização do sistema de fiscalização do departamento do Sena, tendo em vista à construção da cidadania, como "obra moral", em todos os segmentos de ensino: escolas maternais e classes infantis, escolas primárias elementares, classes complementares, escolas

de ensino primário superior, e nas escolas de aprendizagem de trabalhos manuais.

As novas leis de reorganização da instrucção primaria, não se pode contestar, visaram o desenvolvimento physico, moral e intellectual da creança, dando-lhe uma educação methodica, desde a escola maternal até á escola primaria superior; procuraram dar uma escola moderna os conhecimentos indispensaveis para que os futuros cidadãos saibam desempenhar os seus deveres e exercer os seus direitos; occuparam-se seriamente do melhoramento das condições de vida, moral, economica e social do professorado.

D'ahi os cuidados scientificos aconselhados para as construccões escolares; novos planos de estudo e engenhosos programmas para as escolas maternaes, infantis, primarias e normaes; e, a par de uma administração competente, a mais severa e cuidadosa fiscalisaçāo. (AMAZONAS - Relatorio da Directoria de Instrucção Publica, 1899, p.233).

Em Paris, Francisco Antonio Monteiro relatou que a municipalidade estava presente, assim como a gratuidade e obrigatoriedade do ensino. A gratuidade era fruto de esforços do estado, do município e da iniciativa particular. A municipalidade era representada pelo Prefeito e pelo Conselho municipal, que recebia o seguinte auxílio: "[...] em cada um dos 20 distritos, [havia] uma comissão formada pelo *maire* e alguns adjuntos." O *maire* era um magistrado local que cuidava da fiscalização administrativa da escola e servia como de interlocutor entre os administrados na escola e a administração central. (AMAZONAS - Relatorio da Directoria de Instrucção Publica, 1899, p.234).

O ensino das escolas primárias francesas, conforme o Relatório da Diretoria de Instrução Pública de 1899, assumia uma nova organização, regido pela Lei de 30 de outubro de 1896, que era a seguinte: escolas maternais e classes infantis; escolas primárias elementares; classes complementares; escolas de ensino primário superior; e escolas de aprendizagem de trabalhos manuais.

Nas escolas primárias elementares, a estrutura de ensino, conforme o art.10, dividia-se em: a) secção infantil, com duração de um a dois anos, dependendo da idade da criança (5 ou 6 anos); b) curso elementar, com duração de dois anos, atendendo as crianças entre 7 a 9 anos; c) curso médio, com duração de dois anos, atendendo as crianças entre 9 a 11 anos; e curso superior de dois anos, atendendo as crianças de 11 a 13 anos.

As escolas maternais, dentro do sistema de ensino francês, substituíram às salas de asilo; Francisco Antonio Monteiro as organiza, em seu relatório, como uma instituição anterior às escolas primárias elementares.

As actuais escolas maternas substituem as antigas salas de asylo de Paris, cujas primeiras installações se realizaram em 1829 como consagração aos esforços de Madame de Pastoret, presidente que foi, em 1826, do humanario *comitê* de senhoras, destinado a fundar estabelecimentos de caridade para as creanças desvalidas.

Modificando-se pouco a pouco durante um periodo de mais de 60 annos, ellas, as salas de asylo, se transformaram em escola maternal “essa irmã mais nova do Jardim Froebel”, e cujo fim é dar ás creanças de um e de outro sexo a educação de que precisa a primeira idade infantil.

N'estes estabelecimentos as creanças se acham divididas em três secções, conforme as idades, e em classes distintas, e ahi recebem o ensino ministrado de acordo com os respectivos programmas. (AMAZONAS - Relatorio da Directoria de Instrucção Publica, 1899, p.235).

A criação das classes infantis anexas às escolas maternais, para Francisco Antonio Monteiro (1899), servia para evitar uma passagem abrupta das crianças da escola maternal para a escola primária. Com esse propósito, havia a seção infantil dentro da escola primária elementar.

A passagem brusca das escolas maternas para a escola primaria foi a causa principal de se crear classes infantis annexas a esses estabelecimentos, escolas infantis propriamente ditas e, ultimamente, secções infantis nas escolas primarias elementares. (AMAZONAS - Relatorio da Directoria de Instrucção Publica, 1899, p.236).

Assim, não havia uma única estrutura no ensino primário francês, em relação à criança, pois da escola maternal à escola primária, dois caminhos podiam ser seguidos: o da criança que entrava na escola maternal e continuava os seus estudos até a escola primária, passando pela classe infantil; ou da criança que adentrava direto na escola primária, sem passar pela escola maternal, e, nessa instituição, dependendo da sua faixa etária, primeiramente estudava na seção infantil para depois seguir para o curso elementar.

Nessa realidade parisiense, a classe ou seção infantil assumia um papel fundamental nivelador para o curso elementar, tanto para as crianças que vinham das escolas maternais quanto para as que vinham do seio familiar.

A classe infantil é incontestavelmente de grande importância, estabelecida como se acha n'estas escolas. Venham as crianças das escolas maternas ou das casas de famílias, recebem nas classes infantis os elementos continuadores da sua primeira cultura physica, moral e intellectual. Suavemente, passam das classes inferiores para as superiores e, sem embarracos, sem dificuldades, fazem methodicamente o currículo escolar. (AMAZONAS – Relatorio da Directoria de Instrucção Publica, 1899, p.243).

Na Mensagem do Amazonas de 1910 do governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, a escola maternal foi apresentada como uma proposta institucional de segunda categoria, para as crianças pobres e miseráveis, que eram abandonadas pelos pais por necessidade. Isso porque a educação da primeira infância era função da família de posses que tinha maior facilidade em educar a criança pequena, tanto em relação aos preceitos educativos quanto ao tempo de permanência com a mesma.

Mas se as famílias de uma certa condição social podem ministrar a seus filhos a primeira educação, porque tenham compreensão daqueles preceitos e também por lhes ser fácil permanecer em contacto com as crianças maior tempo da vida, não acontecerá o mesmo para as crianças nascidas em lar pobre e miserável e cujos Paes as abandonam para buscar os parcos recursos com que devem provêr a sua modesta existência.
Para esses então se impõe a fundação das escolas maternas. (AMAZONAS – Mensagem, 10/07/1910, p.206).

As ideias que circulavam pelo Amazonas, a respeito do papel da família e a condição de existência da escola maternal, expressas na Mensagem de 1910, estavam em consonância com os parâmetros sobre os cuidados da criança pequena e a relação familiar do século XIX, onde a escola maternal serviria na medida em que a família não tivesse condições de prestar uma educação à criança pequena, conforme as orientações dos especialistas.

As *salas de asilo* surgiram na França, passando a se chamar depois *escolas maternais*. Em outros países, também foram

criadas instituições para crianças a partir de 2 ou 3 anos, como a *infant school* inglesa, os *asili infantili* italianos, e o mais conhecido *kindergarten* (jardim-de-infância) alemão. Essas instituições educacionais não tiveram o caráter de obrigatoriedade, como a escola primária. Preferencialmente, quanto menor a criança, defendia-se a sua permanência junto à mãe de família. Mas os procedimentos para a mãe educar os pequenos deveriam respeitar os preceitos elaborados por médicos, legisladores, educadores, religiosos, homens ou mulheres. (KUHLMANN Jr., 2005b, p.69).

Tendo como referência o período investigado, não se encontraram indícios de criação da escola maternal no Amazonas, apesar da ideologia de sua constituição ter sido expressa no discurso do governador, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt.

Na Mensagem do Amazonas de 1918, do governador Pedro de Alcantara Bacellar, o termo *escola maternal* é posto como sinônimo de *jardim da infância*:

O ensino primário integral é reorganizado em novos moldes, e assenta na fundação das verdadeiras escolas infantis – jardins da infância.

Essa escola maternal fica sendo o intermediário, a transição do lar para a escola. (p. 138).

Essa concepção também encontrou abrigo no art. 17, do Regulamento de Instrução Pública do Amazonas de 1918²⁴, onde as escolas maternais foram compreendidas como jardins da infância e espaço destinado ao curso preliminar.

A classificação feita por Kishimoto (1988a;1988b) da existência de instituições de caráter só assistenciais (como as salas de asilo francesas e as creches brasileiras nos anos de 1920 e 1930), ou de instituições que eram assistenciais e educacionais (a exemplo das escolas maternais) é refutada por Kuhlmann Jr., por considerar simplista a divisão em *assistencial X educacional*, que nega a história da origem e dos processos relacionais das instituições infantis.

A interpretação que acompanha a história da educação infantil, de que as instituições para as crianças pobres, como as creches e as salas de asilo, tiveram uma identidade e uma trajetória distintas do

²⁴ O conteúdo desse artigo continuou no Regulamento de Instrução Pública do Amazonas de 1926.

jardim-de-infância, com caráter exclusivamente assistencial, distante de preocupações educacionais, desconsidera inúmeras evidências das inter-relações que se produziram entre elas. O sistema Froebel não é *exclusivamente pedagógico*, pois se implanta em instituições sociais que se constituem historicamente, também devido a fatores econômicos, sociais e culturais. As demais instituições também não deixam de ser pensadas com base em ideias pedagógicas. (KUHLMANN Jr., 2005b, p. 72).

No currículo das escolas francesas, Francisco Antonio Monteiro não distinguiu o caráter assistencial do educacional, pois todo o ensino, do infantil ao superior, era organizado pensando-se nas disciplinas que eram gradualmente trabalhadas em cada nível, com a finalidade de não cansar o escolar e evitar rupturas entre os níveis. De forma que o aluno saísse, de um nível para o outro, apto aos conteúdos ensinados, principalmente relacionados à moral, leitura, escrita e matemática. Assim:

A classe infantil - Recebe educação moral, faz os primeiros exercícios de leitura e escripta, de calculo e systema metrico, de geographia, historia e elementos de sciencias physicas.

O curso elementar - Consta de instrucção moral, leitura, escripta, calculo, calculo mental (ou systema metrico), grammatica, ditados (exercícios franceses), recitação, historia, geographia, lição de cousas, canto, desenho, trabalho manual ou de costura (para as meninas), gymnastica.

O curso medio - Instrucção moral e civica, leitura e recitação, escripta, desenho linear, arithmetic e systema metrico, sciencias physicas e naturaes, lingua francesa, historia, geographia, trabalho manual, gymnastica, costura, canto.

O curso superior - Instrucção moral e civica, leitura e recitação, escripta, desenho linear, arithmetic e systema metrico, sciencias physicas e naturaes, historia, geographia, lingua francesa, higiene e economia domestica, desenho de artes, canto, trabalho manual, gymnastica, exercícios militares, costura. (AMAZONAS - Relatorio da Directoria de Instrucção Publica, 1899, p.239).

Outro aspecto relatado por Francisco Antonio Monteiro (1899) tratou-se dos trabalhos manuais nas escolas infantis. Eram ali iniciados e se aperfeiçoavam, até às escolas profissionais, seguindo a mesma condição de gradação e nivelamento.

Entre as experiências observadas em Portugal e na França, o diretor da instrução pública defendeu a criação da classe infantil, conforme o modelo francês, para que família e escola caminhassem juntas, no trabalho que seria

desenvolvido na criança. Essas salas deveriam fazer parte do ensino primário, para que, de forma progressiva, a criança entrasse no curso elementar.

Classe infantil – Quando me referi a organização do ensino primário na França salientei as vantagens d'esta classe. É uma lacuna nas nossas escolas primárias a não criação da classe infantil. A criança é logo na primeira idade exercitar-se progressivamente no trabalho como no pensamento.

Tudo que existe no homem, como muito bem diz Ch. Dilon, forças motrizes, orgânicas, instintos, faculdades, existe na criança em estado de germem, esperando seu desenvolvimento da natureza e da educação. Esta deve se desenvolver o ser por inteiro com todas as forças orgânicas, sem exclusão, sem desproporção, com ordem e harmonia.

O método intuitivo não deve ter solução de continuidade. D'ahi a criação racional da classe infantil traço de união entre a família e a escola.

Pelos métodos e processos de Pestalozzi e de Froebel, modificados, nacionalizados, a classe infantil fará exercícios e trabalhos durante um ou dois anos. Depois as crianças irão ocupar a 1ª classe do curso elementar, onde continuarão a desenvolver os exercícios e trabalhos já principiados. (AMAZONAS – Relatório da Directoria de Instrução Pública, 1899, p.273).

A sugestão do diretor da instrução pública foi expressa em parte na Mensagem de 1900, do governador do Amazonas José Cardoso Ramalho Junior. O governador colocou a importância da Câmara de representantes do Amazonas legislar sobre a educação infantil, a exemplo dos “países cultos”, para a primeira infância de 3 a 7 anos, na forma de jardim da infância, anexo à Escola Normal e dentro dos grupos escolares, pertencendo à instrução primária.

Na mensagem de 10 de Julho de 1899, occupei-me sufficientemente da instrução pública, razão pela qual na presente não me é dado fazer largos considerados. Como, porém, nunca seja fora de propósito tratar de escolas, que a riqueza de uma população está na razão directa da instrução e educação que possue, acharia convenientíssimo que legislasseis sobre instrução primária, especialmente a que se dirige à primeira infância, às crianças dos 3 a 7 anos. Como existem grupos escolares e institutos que por essas crianças podem ser frequentados, seria convenientemente a criação de jardins da infância, que tão bons resultados hão produzido nos países cultos. O meio pedagógico de Froebel, considerado uma das melhores aplicações do método intuitivo de Pestalozzi, daria com certeza frutos entre nós, tiraria à nossa instrução primária essa característica rotineira que a desfigura. (AMAZONAS – Mensagem, 1900, p.20-21).

A defesa compreendeu também o aspecto orçamentário, pois como já existia no Instituto Benjamin Constant um jardim de infância, pela necessidade de o Instituto em atender a crianças na primeira infância, tinha-se o exemplo que, tanto a adaptação do lugar quanto o sistema educativo e a contratação de pessoal, não significaria grandes despesas para o estado do Amazonas.

No final do século XIX e início do século XX percebeu-se um movimento intelectual em defesa do jardim de infância no Amazonas, com base nas experiências europeias que deveriam ser adaptadas, ou seja, nacionalizadas. Esse movimento repercutiu nas concepções de educação para a criança amazonense e nas experiências convertidas junto às instituições educacionais em Manaus.

A defesa da nacionalização da educação brasileira esteve na obra *A educação nacional*, de José Veríssimo, em sua primeira edição em 1890²⁵, reeditada em 1906 e 1985. Esta influenciou o pensamento e o processo de formação nacional da sociedade brasileira, voltados para a formação da cidadania republicana, imersos nos ideais burgueses da Revolução Francesa, “[...] nos princípios liberais da revolução americana e, [...] preconizada pelo positivismo dos quartéis.” (CAVAZOTTI, 2003, p.39).

A educação nacional, por José Veríssimo (1906), foi defendida como uma necessidade para a formação da nacionalidade brasileira, traduzida pela superioridade da raça branca e por uma educação para a pátria, por meio da educação do caráter e da educação física, e voltada para a educação popular que deveria ser nacional, pública e patriótica.

A educação adaptada ou nacionalizada no Amazonas, no governo de Silverio José Nery, seria aquela voltada para a pátria dentro dos preceitos da educação moral, física e higiênica, com a finalidade de mudar o caráter do povo

²⁵ A obra *A educação Nacional* (1890) foi um relatório impresso pela Typ. Tavares Cardoso e Comp., em Belém, destinado ao Governador do estado do Pará Justo Leite Chermont, quando José Veríssimo estava como diretor da Instrução Pública do Pará, cargo assumido entre 1890 e 1891. (DUARTE, 2014). José Veríssimo foi sócio-fundador da Academia Brasileira de Letras, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Enquanto diretor da Instrução Pública realizou a sua primeira reforma no Pará republicano, pelo Dec. 149 de 7 de maio de 1890, “[...] com o intuito de modernizar a educação e de deixar para trás os males herdados do Império.” (CARDOSO, 2013, p. 32).

amazonense a partir do tripé de formação do “homem intelligencia”, do “homem sentimento” e do “homem organismo”. (AMAZONAS – Mensagem, 1904).

Para Veríssimo, a população brasileira viciada, pela “passividade”, “indolência”, “indecisão”, “indiferença” e “inatividade”, teria como redenção de seus males a educação do caráter e a educação física, partes elementares da educação nacional: “Sendo o carácter o conjunto das qualidades moraes, a educação do carácter não é senão o desenvolvimento do que na pedagogia pratica chamamos cultura moral, ou se quizerem, não é sinão a generalização desta fórmula da educação escolar.” (1906, p.46).

O bacharel e diretor geral da instrução pública do Amazonas Joaquim Pereira Teixeira, em seu relatório anexo à Mensagem do Amazonas de 1902, do governador Silverio José Nery, expressou-se acerca da educação do corpo, junto à formação espiritual e moral do homem: “[...] eu penso que educar o corpo é cumprir um alto dever de pedagogo, é concorrer poderosamente para a superioridade da propria raça, é garantir a hygiene da familia e da prole.” (p.172).

A educação física serviria para a domesticação do corpo para o trabalho e o cumprimento das normas, por meio de exercícios e do desporto, no cultivo de uma disciplina do corpo para sanar os “hábitos selvagens”, por meio da higiene e da pedagogia infantil. (VERÍSSIMO, 1996). A domesticação do corpo atenderia aos requisitos do trabalho fabril, criando uma geração que obedeceria as regras e práticas da indústria, assim como as da pátria. (BITTENCOURT, 1990).

Os princípios defendidos por José Veríssimo (1906) foram mencionados, ainda, na Mensagem do Amazonas de 1905, do governador Antonio Constantino Nery, como uma das responsabilidades da administração em “[...] dar o maior desenvolvimento á instrucção publica, procurando, tanto quanto possivel ministral-a de accôrdo com os progressos pedagógicos, que reclamam o triplice fim de educar a intelligencia, o coração e o corpo, formando cidadãos uteis a si mesmos, á patria e á familia.” (p.10).

Maricilde Coelho (2004) explicitou que no Pará, as ações do estado, nos primeiros vinte anos da República brasileira, imprimiram o patriotismo na escola primária, voltada para a formação moral cívica das futuras gerações. Entre as

medidas governamentais incluíram-se a construção dos grupos escolares, as reformas nos programas de ensino, e a adoção de métodos pedagógicos modernos e seus suportes como os materiais didáticos e os livros escolares.

O patriotismo foi incutido nas escolas públicas paraenses por meio das celebrações cívicas nacionais, estatais e literárias, com o culto aos símbolos e heróis inventados pela República, por meio da obrigatoriedade da participação de professores e alunos nas festas e conferências cívicas e nas cartas circulares da Diretoria de Instrução que reforçavam o papel da escola. (COELHO, 2004).

A educação nacional, seguida da escolarização, constituíram-se ainda em preocupações, bandeiras e em um movimento social no Brasil, onde o nacionalismo foi essencial e justificou a formação da sociedade capitalista brasileira, nas décadas de 1910 e 1920.

A partir de meados da década de 1910 e por toda a década de 1920, o nacionalismo foi um componente importante do clima social do país. Estrutura-se sob a forma de uma corrente de ideias e, logo depois, sistematiza-se em amplo movimento político-social, que congrega homens e instituições de diversas naturezas e de diferentes posições ideológicas. Como fenômeno de exaltação do homem e das coisas brasileiras e como esforço que se expressa na tentativa de construir as instituições que refletem as condições peculiares do povo e também a situação histórica que está a exigir a formulação dos quadros da verdadeira nação brasileira, o nacionalismo é, principalmente, um ideário que aparece e acompanha o desenvolvimento de uma formação econômico-social capitalista. (NAGLE, 2009, p. 254).

A obra do deputado amazonense Antonio Monteiro de Souza, *A Educação Nacional*²⁶, de 1914, que contém o projeto apresentado à Câmara dos Deputados em 5 de junho do mesmo ano, mais as entrevistas e impressões dos jornais do Rio de Janeiro²⁷, trouxe em seus discursos a defesa do papel da escola moderna para a formação do caráter do povo brasileiro, na formação de uma nação forte,

²⁶ Em 1918, Antonio Francisco de Souza publicaria o livro *A União e o Ensino Primário*. Em seu prefácio datado de fevereiro do mesmo ano, ele justificou que o livro seria a segunda parte da obra *A Educação Nacional* (1914), contendo o substitutivo do projeto apresentado em 1914 que tinha passado por vários relatores, porém sem aprovação na Câmara Legislativa federal.

²⁷ Apreciações na imprensa do Rio de Janeiro: Editorial d'O Paiz, de 6 de junho de 1914; Editorial d'O Imparcial, de 9 de junho de 1914; Gazeta de Notícias, de 5 de junho de 1914; D'A Epoch, de 6 de junho de 1914; D'A Republica, de 6 de junho de 1914; A Tribuna, de 6 de junho de 1914; Do Correio da Noite, de 6 de junho de 1914; Do Diario, de 7 de maio de 1914; D'A Rua, de 8 de maio de 1914. Do Jornal do Commercio (tarde), de 8 e 9 de junho de 1914.

pacífica e patriótica, a exemplo dos países civilizados do Japão, da Europa (Inglaterra, Alemanha e Suíça) e dos Estados Unidos.

A escola moderna (sob a designação de escola queremos abranger todo o conjunto do ensino) deve ter como principal intuito implantar no fundo da vontade, no mais íntimo da consciência de cada indivíduo o princípio subjetivo de obediência ao dever.

Com os dados superiores da razão e da consciência, com o auxílio que a história e as ciências nos fornecem e com a observação da sociedade actual a escola tem o delicado, grandioso mas difícil papel de estabelecer quais devem ser os nossos deveres, de acordo com o ponto de civilização e condições particulares em que nos achamos... (SOUZA, 1914, p.9).

O nacionalismo das décadas de 1910 e 1920, enquanto movimento de intencionalidade à nacionalização do Brasil, por meio da educação, preocupou-se tanto com a educação quanto com a escolarização.

No primeiro caso, se encontram as pregações que têm por objetivo criar um novo “clima moral” para superar o imobilismo em que vegetam as “forças vivas” da nação, bem como a instituição das linhas de tiro das práticas do escoteirismo; no segundo caso, se encontram os esforços para desanalfabetizar amplas camadas da população ou para difundir a escola primária “integral”. É neste segundo caso que se propõe, mais especificadamente, o problema da formação do “caráter nacional” ou a tarefa de “brasileirar o brasileiro”, quando se ressalta a importância do ensino da língua vernácula, da geografia e história pátrias, e da instrução moral e cívica ou da educação social. (NAGLE, 2009, p.254).

A unificação da nação brasileira passaria por um projeto educacional de dizimação das diferenças, entendendo-se, com isso, no apagamento das “raças” consideradas não civilizadas (amarela e negra), em prol de uma ocidentalização da cultura conforme os moldes burgueses europeus e dos Estados Unidos. Circe Bittencourt (1990) problematiza o “projeto educacional de homogeneização cultural”, junto à questão nacional, que envolveu na República a popularização e a escolarização da educação, a obrigatoriedade do ensino e o combate ao analfabetismo. A escola primária, no projeto educacional de nacionalização brasileira, foi um espaço primordial para “[...] a unificação nacional, a formação e o cultivo do sentimento da pátria.” (p.116)

Na década de 1920, foi organizada no Amazonas a *Liga da Bondade* nos grupos escolares, com o objetivo de formar o caráter infantil, dentro dos valores morais e cívicos. “As festas que ella realiza, por ocasião das datas nacionaes, são lições de amor á Patria, no enaltecimento da admimiração aos nossos maiores e de culto aos melhores sentimentos de altruísmo.” (AMAZONAS – Mensagem, 1929, p. 230).

Coelho (2008) abordou que as ações de doutrina cívica no Pará tornaram mais intensas e diversificadas as práticas escolares morais e cívicas com o apoio da Liga de Defesa Nacional. Na década de 1920 a 1940, os ritos, as festas comemorativas, o ritual dos exames nas escolas primárias, o Círculo de Pais e Professores e a prática do escotismo foram apoiados pela Liga de Defesa Nacional representadas nos estados brasileiros.

O desenvolvimento do civismo, o culto do heroísmo, o estudo da história do Brasil e das tradições brasileiras, a propagação da educação profissional e a organização de grupos de escotismo, foram ações que fizeram parte do conjunto de objetivos propostos pela Liga de Defesa Nacional e suas representações estaduais. Essas ações se corporificaram nas práticas da escola primária no culto à bandeira, no ensino de músicas e poesias de autores brasileiros, na divulgação de livros e leituras impregnadas de virtudes morais e valores cívicos, no exercício de uma disciplina que exigia “liberdade sem excesso” e “respeito às leis e à autoridade”. Nesse contexto, as festas cívicas na escola primária serviram para fortalecer o Estado brasileiro, no imaginário popular por meio do sentimento e da sensibilidade. (COELHO, 2008, p.160).

O governador do Amazonas Ephigenio Ferreira de Salles, na Mensagem de 1929, defendeu tanto as semanas comemorativas nas escolas quanto as de conferências sanitárias, a exemplo da semana antialcoólica. Assim se pronunciou acerca da festa da árvore:

Intensificaram-se, no meu governo, as homenagens á Arvore, cuja cerimonia, entusiastica e solenne, se effectúa, pelas crianças das nossas escolas, a 24 de junho de cada anno. Ensina-se, por essa forma, o carinho que devemos ter pelo mundo vegetal, do qual retiramos todos os recursos da nossa vida e do nosso bem estar. A festa da Arvore, sempre levada a effeito com alvoroço e sympathia, desperta, no espirito infantil, a idéa de protecção á nossa flora, destacados aquelles especimes que têm feito e ainda fazem a fortuna do Amazonas. (p. 230).

As ações preconizadas no Amazonas e no Pará até a década de 1930, assim como, as ideias defendidas por Antonio Monteiro de Souza (1914; 1918) tomaram como base *A Educação Nacional*, de José Veríssimo²⁸, onde a educação deveria ser, além da instrução, um instrumento de formação do homem cidadão: "Já não estamos em tempos em que se pensava ser bastante abrir escolas para fechar prisões. Não basta mais dar á escola o papel de instruir, ella tem que formar homens – na accepção moderna mais completa da palavra e para o estado da nossa sociedade muito ha que fazer em tal sentido." (SOUZA, 1914, p.9).

Veríssimo (1906) apresentou os problemas de educação no Brasil em diversos prismas provindos da desorganização, desintegração e não abrangência da instrução pública em um país que agregava uma grande extensão territorial com o isolamento de seus habitantes. O primeiro problema consistia na elaboração de políticas e normatizações que não chegavam às regiões longínquas em relação à capital do país e não consolidava a união nacional, pois existiria um patriotismo regionalizado (barrismo), porém não nacionalizado.

O segundo, na formação escolar da elite brasileira que acontecia no exterior e era desprovida da nacionalidade, ou seja, de cidadania e patriotismo, pois as crianças estudavam fora do país "[...] na idade justamente em que se começa a formar o caracter e o coração, e em que se recebem as primeiras e eternas impressões do amor da familia e do amor da terra." (VERÍSSIMO, 1906, p. LVIII).

O terceiro problema vinha do "illetrado brasileiro", compreendido em 84% da população, dada a ausência de uma cultura da pátria, não só na escola como em museus, monumentos e festas nacionais.

O Governo decretou os dias de festa nacional. Não os deixemos cair logo em desuso, como na monarchia[...] Não há talvez povo civilizado, a excepção do nosso, onde os dias da pátria não sejam verdadeiramente dias de regosijo publico, de festas nacionaes não só nos calendarios, mas na rua e no coração de todos os cidadãos. (VERÍSSIMO, 1906, p.14-15).

²⁸ Não é por acaso a existência homônima do título das obras de José Veríssimo e Antonio Monteiro de Souza.

O quarto problema estava relacionado à organização do sistema de ensino brasileiro que tinha em seus ramos o ensino primário, secundário e superior como matérias amontoadas, sem a unidade nacional, ou seja, sem a educação cívica para a formação da cidadania.

Bem compreendida, a educação cívica deve ser a generalização de toda a instrução dada na escola para fazê-la servir ao seu fim verdadeiro, que é com a cultura moral e intelectual do individuo, a educação nacional [...] E assim o edifício da nossa educação pública ficou sem alicerces – o estudo do paiz – e sem acabamento – a cultura cívica. (VERÍSSIMO, 1906, p.9).

E finalmente, todos esses problemas estavam somados às características de formação do povo brasileiro, onde o negro e o índio eram considerados como raças selvagens e a civilização cabia à raça branca por meio de sua cultura, defendida e imposta pelo Estado brasileiro.

O Brasil deveria, com isso, seguir o exemplo dos “países cultos”, principalmente França e Itália, e de outros países europeus como Alemanha, Inglaterra, Holanda, Suécia e Suíça, além dos Estados Unidos. Esses, para Veríssimo (1906), aplicaram uma política filosófica e histórica de nacionalização, ou seja, de patriotismo que ultrapassou os muros escolares, por meio da literatura, de jornais, revistas e associações pedagógicas: “[...] a reorganização da educação pública mereceu aos franceses igual solicitude que a restauração da sua força militar.” (VERÍSSIMO, 1906, p. LXV).

Os problemas levantados por José Veríssimo (1906) que justificariam a implantação da educação nacional no Brasil, também podem ser elencados como impeditivos das ações governamentais, voltadas ao patriotismo, tendo como referência a escola primária na primeira república.

A escola primária enfrentava a tarefa de instruir, alfabetizando, e de formar as gerações de trabalhadores capazes de modernizar o país. Mas esse empreendimento esbarrava em realidades complexas. A escola primária não atendia a todas as crianças, em idade escolar, por insuficiência de estabelecimentos escolares ou ainda pela precariedade de condições da própria população. (BITTENCOURT, 1990, p.158).

A preocupação de Veríssimo (1906) para a nacionalização voltada ao ensino secundário, como requisito para a entrada no ensino superior, trouxe, por outro lado, a situação do ensino primário, cuja competência durante a monarquia cabia às províncias e na república, aos estados da federação. Nesse prisma, a criança e a mulher não foram esquecidas em seu estudo, pois enquanto educação nacional esta ultrapassava os muros escolares e adentrava na família, por meio da educação moral ou do caráter.

Na criança, quanto mais cedo ocorresse a educação do caráter, melhor para a formação do cidadão e das “emoções sociais”; à mulher, como pilar da família, em seu papel social de mãe, caberia educar os filhos em hábitos contra a “selvageria” impregnada na sociedade brasileira; dessa forma, a mulher precisaria também ser educada, dentro da ciência pedagógica, para impor um comportamento aos próprios filhos que consistia em uma disciplina do corpo e do tempo. (VERÍSSIMO, 1906).

No Amazonas esse pensamento se refletiu na formação educacional para a criança no jardim de infância e para a mulher no Instituto Benjamin Constant no governo de José Cardoso Ramalho Junior.

A primeira cultura moral da criança, realizada no jardim de infância, trará elementos de perfectibilidade que concorrerão mais tarde para a elevação do seu caráter; outro tanto acontecerá com a intellectual e physica que preparam a intelligencia para a aquisição dos conhecimentos e o corpo para o exercício normal das suas funções.

N'uma época em que os educadores procuram dar á mulher todos quantos conhecimentos a tornem apta a desempenhar a mais grave, a mais grata das funções que a natureza e a sociedade lhe incumbiram, a da mãe de família, primeiro elemento de educação da criança, n'um instituto da ordem do “Benjamin Constant”, convém que tudo se ponha em prática no sentido da maior cultura possível da mulher. (AMAZONAS – Mensagem, 10/07/1898, p.11).

O pensamento de Francisco Antonio Monteiro, em seu relatório diante das experiências vivenciadas na Europa, estava confluente com o ideário da educação nacional que serviu para delinear e inculcar a civilidade patriótica inclusive nas instituições educacionais no Amazonas. Assim, como exemplo, teve-se o curso infantil Froebel adaptado ou nacionalizado, no Instituto Benjamin

Constant, que comportou essa premissa como internato à criança do sexo feminino, a partir da primeira infância, e como formação para a mulher na sociedade manauense.

1.2 Contextos Abrangentes e Encontros Interessantes: que Amazonas é esse?

O período delimitado da pesquisa apresenta elementos importantes de correlações nacionais e internacionais, tendo como referência o estado do Amazonas e o Curso Infantil Froebel do Instituto Benjamin Constant (1897-193). Nos construtos e formações das elites intelectuais; na configuração da ciência; nas padronizações de uma sociedade civilizada; na organização e estruturação do Estado envoltos às repercussões da Cabanagem (1835-1840) e as transformações do ciclo da borracha da *Belle Époque* (1870-1912) e sua decadência; nas modificações intensas das relações comerciais; nas construções urbanas e arquitetônicas; nas organizações políticas; nas manifestações culturais e nas configurações das instituições educacionais e dos comportamentos socialmente construídos. (SILVA, 2004; MESQUITA, 2005; PUGA, 2005; SOUSA, 2010).

A análise contextual que envolve as relações de colonização e recolonização da Amazônia brasileira²⁹ e que podem ser explicadas ainda pelas tradições inventadas (HOBSBAWM, 2002) não podem ser apagadas, pois são significativas da intencionalidade que nos remete à formação do estado brasileiro imperial e republicano, frente às questões regionais e nacionais.

O estado do Amazonas, antes como integrante do Grão Pará, sempre teve em sua história as lutas para a sua emancipação. De um lado foi uma luta que se consolidou mais abrangente e forte, por meio da revolta dos cabanos, que buscou uma independência da Amazônia enquanto país³⁰; de outro lado, mais elitista, a apresentação de projetos ao império brasileiro, pelos deputados, porém sem êxito.

²⁹ O termo Amazônia brasileira é usado nesse trabalho em consonância com Silva (2004) que o utiliza para marcar o período de incorporação da Amazônia no território brasileiro após a Cabanagem e a divisão do Grão Pará nas províncias do Amazonas e Pará.

³⁰ Marilene Corrêa da Silva. O paiz do Amazonas. Manaus: Valer, 2004.

Desde a sua incorporação ao Grão-Pará, em 1825, o alto Amazonas sempre lutara pela sua emancipação e muitos deputados às Cortes, por diversas vezes, apresentaram projetos para a sua elevação à categoria de Província, que nunca alcançavam aprovação, alegando-se uma população reduzida, rendas insuficientes, falta de pessoal qualificado, pequena produção, o que em parte era real, embora outras Províncias existissem em piores condições. As pressões internacionais interessadas no aumento da produção da borracha e no reconhecimento geográfico e potencial da Bacia Amazônica, buscando a liberdade da navegação do rio Amazonas, talvez tenham forçado o Brasil à criação da nova unidade, visando reafirmar a sua soberania sobre tão vastos, desconhecidos e abandonados territórios. (LOUREIRO, 2007, p.19).

No ano de 1852 foi instalada a província do Amazonas, como consequência da Cabanagem, e todo um arcabouço estatal foi criado para reorganizar, extrair os recursos materiais advindos da exploração natural. Essa divisão política foi menos flutuante que a divisão territorial, onde as fronteiras entre as províncias e, mais adiante, entre os estados e seus limites com o território estrangeiro ainda estariam em consolidação, até o século XX.

A divisão do Grão Pará em duas províncias, Amazonas e Pará, foi permanente até 1889; de 1943 a 1946, parte da região ao norte do Amazonas foi transformada em Rio Branco e, posteriormente, Roraima, devido aos reordenamentos advindos da II Guerra Mundial e do que se colocou economicamente como o segundo ciclo da borracha, pois a invasão japonesa no pacífico asiático comprometera a produção gomífera. (CARDOSO, 2011).

A hipótese levantada por Loureiro (2007) é que a expansão global dos mercados liberais capitalistas talvez tenha pressionado a reorganização territorial do Grão-Pará, com a criação da província do Amazonas, que era uma reivindicação do alto Amazonas, desde a sua incorporação ao Grão-Pará, em 1825.

Entretanto, é inegável afirmar que a criação da província do Amazonas foi resultado da Cabanagem pois, além do fator econômico mundial, houve todo um processo civilizador, proveniente da política estatal de facilitação de um domínio de um território que ainda precisava ser conquistado e anexado ao território brasileiro, e, como tal, deveria ser dividido e recriado, caso contrário seria perdido.

Essa tese, exposta por Silva (2004), elucida toda uma política de nacionalização versus as questões regionais em relação à Amazônia e sua invenção enquanto Amazônia brasileira que repercutiu no Império e na República.

A Amazônia brasileira é uma concepção do poder imperial com o objetivo de interiorizar o Estado-Nação na Região Norte. Para tal, reconhece, a seu modo, a diversidade física e cultural da Amazônia, pela qual elabora um discurso de integração que é, ao mesmo tempo, um discurso de ordenação social. A imensidão territorial é tratada como um assunto de soberania e de legitimação externa e interna da consolidação da Independência. O espaço social é reelaborado visando dar conta das necessidades jurídicas, políticas e administrativas da relação região-Nação. A terra, as gentes, a sociedade regional precisavam ser nacionalizadas, introjetar uma realidade política que fora assegurada pelas forças sociais mais fortes, mobilizadas pelo império. (SILVA, 2004, p. 192-193).

As relações contraditórias imersas na colonização da Amazônia geraram uma sociedade complexa, estratificada em castas, com base na escravidão do trabalho indígena, na dizimação desses povos pelos religiosos (a exemplo da Companhia de Jesus, dos Carmelitas, Mercedários, Franciscanos da Província da Piedade, Franciscanos da Conceição da Beira Minho, Franciscanos da Província de Santo Antonio e Capuchinhos, como um braço dos franciscanos), nos conflitos entre índios e colonos, assim como nas políticas de “apaziguamento” das relações com os índios e as resistências indígenas à colonização. (SILVA, 2004).

O redirecionamento moral e de condutas, já no século XVIII, no Diretório Pombalino, estabeleceu regras de convivência entre brancos e índios, pois havia a ameaça da perda de controle sobre as populações indígenas que se refugiavam nas cabeceiras dos rios, distanciando-se da civilização: 108 nações foram extintas entre os séculos XVII e XVIII, mas as que sobreviveram eram empecilho à política imperial. Tal assertiva colocava em xeque a base da sociedade colonial amazônica em que o indígena era considerado uma *droga do sertão*, capaz de produzir outras “drogas” para a Coroa Portuguesa. (SILVA, 2004).

Essas condutas implicavam tanto na organização da descendência familiar (com o incentivo patrimonial nos casamentos entre colonos e índias para a regeneração da raça) quanto na obrigatoriedade da língua portuguesa, pois o *nheengatu* era a língua falada na Amazônia (FREIRE, 1987); nos estímulos à

ascensão e diferenciação social, pois os índios podiam ocupar empregos honoríficos, caso tivessem capacidade; na reorientação da vestimenta e habitação particular; na proteção das terras distribuídas aos índios que deveriam ser respeitados como vassalos de sua Majestade; no exemplo que os brancos deveriam dar aos índios, trabalhando com as próprias mãos na terra; e na punição ao colono, com a expulsão do povoado e perda da propriedade, caso desobedecesse às regras de convivência. (SILVA, 2004).

Assim como na Amazônia, Hobsbawm (2010) explicita que também os espanhóis na América Latina não se opuseram às posses de terras aos indígenas, contanto que pudessem ser exploradas pelos brancos. O colono típico, nas colônias de além-mar era:

[...] o dono de uma propriedade enorme, quase feudal (hacienda, finca, estância), ou de uma plantação com escravos. A economia característica da propriedade quase feudal era primitiva e voltada para si mesma ou de qualquer forma ajustada para necessidades puramente regionais: a América espanhola exportava produtos de mineração, também produzidos pelos índios virtualmente escravizados, mas nada exportava em termos de produtos agrícolas. A economia característica da zona de plantação escrava, cujo centro ficava nas ilhas do Caribe, ao longo do litoral norte da América do Sul (em especial o norte do Brasil) e o litoral sul dos EUA, era a produção de algumas culturas de exportação de vital importância: açúcar, em menos quantidade o café e o tabaco, tintas e, a partir da revolução industrial, sobretudo o algodão. Formava portanto uma parte integral da economia europeia e, através do tráfico de escravos, da economia africana. (p.37).

As ocupações sociais destinadas aos índios amazônicos eram como mão de obra para o extrativismo e para o trabalho na terra, na formação das milícias, nos trabalhos domésticos e como servos dos pesqueiros e no trabalho de manufaturas da Coroa Portuguesa. Com isso, o sistema econômico de produção na Amazônia era alicerçado, em sua maioria, pelo trabalho escravo indígena, seguindo, com um quantitativo bem menor de negros. (SILVA, 2004).

Os conflitos de índios e brancos não aconteciam pela natureza selvagem dos primeiros, “[...] mas das condições em que se apresentavam na submissão política, na escravidão e na inferioridade racial do índio, sustentados esses

fundamentos pela expropriação do espaço físico e pela negação das diferenças de nacionalidades dos povos indígenas." (SILVA, 2004, p.176). E mesmo após toda uma política de civilidade e intervenção do Estado em relação aos indígenas, em transformá-los em classe subalterna e inferior, esses ainda tiveram motivações para participarem ativamente da revolução cabana.

Os colonos na Amazônia foram insignificantes comparados com as ações dos religiosos na conquista da região. Esses eram dos "[...] extratos mais baixos da população lusitana, sem terra; pequenos camponeses, foragidos, degradados" (SILVA, 2004, p.131), ingleses, franceses, holandeses e presos políticos de prestígio aristocrático. Havia, ainda, produtores agrícolas, de subsistência e de exportação, produtores extrativistas das *drogas do sertão*, ricos comerciantes e uma elite aristocrática agrária, representando as fortes relações comerciais dos produtos agrários e para a exportação.

A relação dos colonos com a metrópole era citada, até o final do século XVIII, como insipiente e de abandono; no entanto pode-se descrevê-la como fruto das readaptações do absolutismo português, na manutenção do território amazônico, através do cultivo à lealdade à Coroa Portuguesa, frente aos riscos dos ideais da Revolução Francesa e as repercussões da Revolução Industrial na região.

O final do século XVIII [...] foi uma época de crise para os velhos regimes da Europa e seus sistemas econômicos, e suas últimas décadas foram cheias de agitações políticas, às vezes chegando a ponto da revolta, e de movimentos coloniais em busca de autonomia, às vezes atingindo o ponto da secessão. (HOBSBAWM, 2010, p.98).

A conservação do domínio português para a Amazônia foi marcada tanto com incentivos fiscais à exploração da terra, com a mão de obra indígena escrava e negra, quanto com a libertação do trabalho escravo dos índios no fim do Diretório Pombalino, trazendo um duro golpe aos colonos que tinham nesse tipo de exploração o aprisionamento da sua força produtiva econômica. Em síntese, vê-se uma relação com várias contradições em defesa da lealdade à Coroa Portuguesa, mas à custa da liberdade indígena, para dirimir os conflitos entre índios e brancos e evitar o êxodo das populações indígenas às cabeceiras dos

rios. Por outro lado, há uma quebra na estrutura produtiva dos colonos, gerando descontentamento junto à Coroa e rompendo com o pacto de lealdade existente. (SILVA, 2004).

É inegável o conjunto de riquezas da região Amazônica, mais ainda as relações com o liberalismo e sua expansão, em que o ritmo comercial ultrapassava as relações com a Metrópole portuguesa, por conta também das navegações. O comércio das navegações era mais rápido, barato e mais fácil do que o transporte por terra, sendo mais dinâmicas as relações entre as capitais distantes, separadas pelos oceanos e mares, do que das localidades pertencentes em um mesmo espaço terrestre; por volta de 1880, no mundo, o número de embarcações à vela superavam as movidas a vapor. (HOBSBAWM, 2010).

Grandes quantidades podiam ser comercializadas, tanto através do escoamento pelos grandes rios, quanto pela posição geográfica com o oceano Atlântico, e a Amazônia assim o fazia com os EUA, Inglaterra e França (SILVA, 2004). As viagens se tornaram mais rápidas com o navio a vapor, introduzido na Amazônia em 1853, primeiramente, com três navios do Barão de Mauá. (SANTOS, 1980). Nas embarcações tradicionais, da capital da Província do Amazonas até a Província do Pará, em 1852, o tempo de viagem variava de 15 a 20 dias e, em época de cheia, era o tempo de 3 meses. (AMAZONAS – Falla, 1852).

As embarcações a vapor foram um significativo avanço na época, como consequência da riqueza material da região. A venda da *Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas*, do Barão de Mauá, para a companhia inglesa *The Amazon Steamship Company*, em 1872, demonstrou ainda a força do capital estrangeiro na região. Em 1911, esta mesma companhia seria substituída pela *Amazon River*. (MORAES, 2007; GREGÓRIO, 2009).

Os mais diversos produtos extrativistas e cultiváveis como o anil, a baunilha, e o cacau, somavam-se às riquezas minerais, como o ouro. No século XVIII, os recursos naturais já estavam inventariados por Alexandre Rodrigues Ferreira; e Francisco Coutinho ainda buscava descobrir novas plantas. Isso

conjuga com a criação do Jardim Botânico de Belém, “[...] ordenado em carta régia de D. Maria em 1786.” (SILVA, 2004, p.160). A produção aurífera já existente em 1783 foi extinta em 1809, justificada pela ausência de mão de obra qualificada, porém o seu real motivo se deu pelos altos custos de produção.

O conjunto de riquezas que a colônia fornecia à Metrópole e o controle que esta tinha sobre a Amazônia configuravam as consequências de um passado colonial que no século XIX seria caracterizado pela dependência à Grã-Bretanha. A esse respeito, Portugal era um país subordinado à Inglaterra e vivia das conquistas coloniais do século XVI.

Portugal era pequeno, débil e atrasado segundo qualquer padrão da época, praticamente uma semicolonização britânica; e apenas o olhar da fé poderia discernir ali indícios significativos de desenvolvimento econômico. Mesmo assim, Portugal era não apenas membro do clube dos Estados soberanos como um grande império colonial, em virtude de sua história; conservava seu império africano não só porque as nações europeias rivais não conseguiam decidir como reparti-lo, mas porque sendo “europeu”, seus domínios não eram considerados – pelo menos não totalmente – mera matéria prima da conquista colonial. (HOBSBAWM, 1988, p.36).

A vinda da família real para o Brasil, devido ao ataque das tropas napoleônicas em Portugal, suscitou expectativas aos amazônicos de uma maior atenção à região. No entanto, o império não se interessava em civilizar a Amazônia, por representar altos custos de investimento, o que gerou descontentamento da classe elitzizada da região.

A Amazônia sempre estivera diretamente vinculada a Lisboa, quanto aos seus assuntos coloniais, desenvolvendo-se apartadamente do restante do Brasil. Para Belém afluíam as suas produções de café, cacau, canela, cravo, algodão, tabaco, madeiras, drogas do sertão e outros produtos que eram dali embarcados para a metrópole lusitana. Com a ocupação de Portugal pelos franceses, a transmigração da família real para o Rio de Janeiro e a criação do Reino Unido, pela primeira vez a região ficou subordinada ao Sul do País, por frouxos laços, em face das dificuldades de comunicação e da situação instável do império Colonial Português, além das atividades econômicas das duas regiões serem concorrentes em nível de mercado. (LOUREIRO, 2007, p. 15-16).

A região não só era rica quanto aos recursos de que dispunha, mas também era independente do ponto de vista mercantil. Se o império não tinha como investir na região, a colônia era autossuficiente e podia aspirar por uma autonomia de governo, cidadania e soberania, a exemplo de outras colônias. Em um panorama global, as ideias e a organização política da Revolução Francesa “[...] ocasionaram os levantes que levaram à libertação da América Latina depois de 1808.” (HOBSBAWM, 2010, p.99).

Do ponto de vista político, a colonização da Amazônia deu-se de forma diferente do restante do país, em que as capitâncias hereditárias constituíram-se na forma primeira de exploração da Colônia Portuguesa. A ideia de transformar a Amazônia em Vice-Reino já era uma forma de repercussão às diferenciações da região, que foi civilizada sem grandes divisões políticas e territoriais; e as aspirações de secessão na Amazônia foram impulsionadas com o retorno de D. João VI a Portugal:

Efetivamente, a província fica politicamente separada do Brasil até 1823, caracterizado este período como um separatismo reacionário, que passa a lutar de todas as formas para manter os seus interesses e evitar a aproximação da Amazônia ao processo de Independência. (SILVA, 2004, p.205).

Em concordância com Veríssimo (1970), Silva (2004) afirma que não só a Amazônia era distinta do Brasil, como também alheia a ele, diante da força lusitana na região, com pleno controle sobre a província do Grão-Pará. Os descontentamentos com a omissão e abuso de poder do império na Amazônia, o retorno da família real para Portugal em 1821 e a independência do Brasil em 1822, na análise de Silva (2004), dois sentimentos se colocaram que foram expressos pela Cabanagem: a possibilidade de secessão versus a unidade nacional.

Para os absolutistas e seus adeptos, separar a Província do Grão-Pará do resto do Brasil significava dar continuidade ao domínio lusitano no plano econômico e político da sociedade regional [...] Para os partidários da independência, a unidade nacional brasileira passava primeiro pela completa anulação da presença lusa nas instâncias da vida econômica, política e administrativa da Província do Grão-Pará. (SILVA, 2004, p.191).

Um terceiro sentimento era de secessão pela via republicana. Os ideais republicanos tencionavam as facções que defendiam o império lusitano e brasileiro. Essa via, a mais revolucionária, era temida politicamente e foi tratada com força policial. A política do império brasileiro com a região Norte foi de “[...] militarizá-la e dar-lhes seus protegidos como autoridades nomeadas, permitindo a concretização e o abuso do poder administrativo, a malversação do tesouro público e a arbitrariedade da gestão pública, situação que continua em todo período provincial.” (SILVA, 2004, p.186). Os republicanos queriam uma revolução pacífica; no entanto foram repreendidos com veemência pelo império brasileiro, por meio do presidente Bernardo Lobo de Souza (1833-1835).

A casa de Terreiro Aranha³¹ (futuro presidente da província do Amazonas) abrigava reuniões simpáticas aos revoltosos e lá aconteceria o encontro das lideranças que deporiam o presidente. O jornal de Batista Campos, o publicador amazonense, divulga a oposição ao presidente Lobo de Souza ao interior. Avalia-se que a propaganda republicana foi o principal motivo de repressão oficial, pelo incêndio na fazenda de Malcher, pela apreensão do material gráfico na casa da cidade de Batista Campos e pela caça aos membros do Partido Filantrópico. As mortes de Batista Campos (em fuga pelo interior) e de Manuel Vinagre (assassinado pela tropa oficial) unificaram os lavradores, proprietários de sítios, trabalhadores da cidade e do interior, contra o poder oficial. A Amazônia revolucionária era o estado da realidade da região Norte. (SILVA, 2004, p.138-139).

Desta forma, o movimento que se iniciou no espaço urbano explodiu no campo. Os cabanos eram os ricos fazendeiros de comércio exterior; os pequenos fazendeiros, de produção agrícola e extrativista regionalizada e que negociavam com os ricos fazendeiros, integrando-se à cadeia produtiva; trabalhadores do interior livres; trabalhadores escravos (negros e índios); segmentos urbanos; funcionários civis, militares e eclesiásticos, filhos de fazendeiros do interior, que estudaram fora e conheciam as ideias liberais e da Revolução Francesa. Ainda, os indígenas livres eram representados tanto quanto nações como destribalizados e assimilados. (SILVA, 2004).

³¹ João Baptista de Figueiredo Terreiro Aranha era deputado em 1850 e propôs a elevação da Comarca do Amazonas à categoria de província, pela Lei nº 582 de 5 de setembro de 1850, “[...] tendo por limites e extensão os mesmos da antiga Comarca do Rio Negro.” (LOUREIRO, 2007, p.25).

Em um primeiro momento, a Cabanagem pode até ser analisada como uma insurreição contra o império brasileiro frente à fidelidade a Coroa Portuguesa, pois o Grão-Pará não apenas era a mais lusitana das províncias, como aspirava se tornar vice-reino de Portugal.

O ideal republicano do movimento se colocava contra a exploração da Coroa Portuguesa e do Império brasileiro, o que significava a expulsão dos portugueses do poder político e econômico da região. Assim a força armada revoltou-se contra as ações do seu 1º presidente (Felix Antonio Clemente Malcher) e o matou, empossando Francisco Vinagre como 2º presidente, de 21/02 a 20/06/1835. (SILVA, 2004).

A morte de Malcher cindiu o movimento, principalmente o apoio dos ricos fazendeiros, e a composição igualitária de Vinagre na administração maior do governo³² contribuiu para a sua derrota. As decisões de Vinagre em equalizar as forças que lutaram com o movimento cabano, assim como a legalidade instituída, criou a possibilidade dos grupos reacionários se colocarem contra o presidente cabano. Esses assumiram a Câmara Municipal de Belém, elegeram como presidente o juiz de direito Dr. Ângelo Custódio Correia, que a princípio teve um governo paralelo em Cametá, e forçaram a entrega do governo de Vinagre junto às forças oficiais do império brasileiro. No entanto, do interior da Amazônia a revolta reacendeu:

A intransigência ao despotismo da intervenção legal agravara-se pela incorporação de estrangeiros nas tropas oficiais (portugueses, ingleses, alemães) e pelo apoio diplomático (Inglaterra e Portugal) dado ao governo para reprimir os cabanos. Ao lado dessas questões, a proibição de qualquer forma de associativismo entre os grupos regionais ao contrário do encorajamento explícito de liberdade de reunião e de armamento da facção lusitana, caracterizou-se um conteúdo racial muito forte no ressurgimento da articulação, aliado a um sentimento igualmente forte de regionalidade, nos grupos subalternos da Amazônia." (SILVA, 2004, p.257-258).

A ação do império, em reprimir veementemente os revoltosos, provocou novos combates, e dois meses após a entrega do governo às forças oficiais e da

³² Na administração cabana havia um padre como secretário, um negro no Comando do Arsenal de Guerra, um foreiro no Comando da Guarda Municipal, e um militar na Inspeção do Arsenal da Marinha (que fora antes demitido por Malcher).

prisão de 300 pessoas, entre elas de Francisco Vinagre e de padres eleitos da Assembleia provincial, os cabanos retomaram o poder, declararam morte ao presidente e comandante de Armas da Província e proclamaram, Eduardo Angelim, seu 3º presidente. (SILVA, 2004).

A Comarca do Alto Amazonas, sempre a favor do governo oficial e pressionada pelos produtores rurais na não aceitação do bloqueio a Belém, dividiu-se politicamente. A revolução seguiu forte pelo baixo Amazonas, com morte aos portugueses e saqueio de casas e vilas. Assim, o bloqueio a Belém não surtiu efeito e se “[...] consegue aumentar a produção de borracha, em oito meses, a maior desde 1830.” (SILVA, 2004, p. 261). Há de se destacar que desde 1827, a borracha já aparecia na pauta de exportação regional, com a produção em 30 toneladas. (BENCHIMOL, 2009).

O clero progressista (padres coronéis) que apoiou Eduardo Angelim, por ordem da Igreja, se distanciou dos revolucionários, tendeu a uma moderação política e ofereceu proteção às famílias lusitanas da região; com isso, os cabanos perderam a intelectualidade do movimento. Do ponto de vista internacional, a carta-depoimento de Angelim, ao governo imperial brasileiro, revelou o apoio da marinha inglesa aos cabanos. Para os ingleses, mais interessados pela não ruptura comercial e sua expansão, talvez fosse mais promissor apoiar o futuro *paiz do Amazonas*. Afinal teriam em mãos dois comércios rentáveis, o do território amazônico e o do império brasileiro.

A América Latina veio realmente depender de importações britânicas durante as guerras napoleônicas, e, depois que se separou de Portugal e Espanha, tornou-se quase que totalmente dependente economicamente da Grã-Bretanha, sendo afastada de qualquer interferência política dos seus possíveis competidores europeus. Por volta de 1820, as importações de tecidos de algodão ingleses feitas por este empobrecido continente já equivaliam a mais de um quarto das importações europeias do mesmo produto britânico; ao redor de 1840, adquiriu o equivalente à quase metade do que importou a Europa. (HOBSBAWM, 2010, p.69).

Angelim rejeitou o apoio inglês e “[...] o governo cabano perde a última oportunidade histórica de concretizar a República Amazônica: a dimensão do poder cabano era nacionalista e ainda circunscrita aos parâmetros dominantes.”

(SILVA, 2004, p. 262). Angelim representava a *pequena burguesia* regional e como líder da revolução cabana não conseguiu romper com as classes dominantes e fazer alianças com as classes subalternas, principalmente com os indígenas, esses considerados como segmento revolucionário do movimento. Para isso, seria necessário, do ponto de vista econômico-social, abolir a escravatura e, do ponto de vista político, negociar os quadros administrativos públicos do governo, dois pontos não aceitos por Angelim.

Angelim precisaria vislumbrar a Amazônia revolucionária republicana e autônoma. No entanto isso não ocorreu e o *paiz* deixou de existir, não por uma questão econômica (ou de produção quantitativa), ou ainda por uma condição de fraqueza do poder central e regional, como argumenta Ribeiro (2007), mas por uma dimensão política e cultural.

Além do sufrágio, da constituição e da divisão do governo em poder executivo, legislativo e judiciário (AQUINO et al, 1993), o processo de formação de uma república, dentro de um modelo federalista democrático, era necessária “[...] a exclusão das populações autóctones [...] índios, aborígenes, etc. Mesmo ali onde estas não podiam ser eliminadas através da expulsão para ‘reservas’ ou do genocídio, não faziam parte da comunidade política” (HOBSBAWM, 1988, p.43). No caso da Amazônia, ao invés da exclusão seria necessária a inclusão social e participativa dessas populações, o que não aconteceu.

A Amazônia colonizada se tornara a mais lusitana das colônias, tanto que da passagem do século XVIII ao XIX era preferível que a região se tornasse vice-reino de Portugal. Pensar numa república, com cidadãos livres, era romper com a mentalidade política do século XIX (HOBSBAWM, 1988), que separavam brancos de índios e negros. Era romper com uma sociedade organizada em casta e negociar o poder com os povos subalternos e que lutaram pela autonomia. Pensar em uma Amazônia Brasileira era dirimir as diversidades da região, apagar as forças lusitanas e revolucionárias e criar uma tradição para a Amazônia nacionalista.

O mercantilismo lusitano saíra derrotado da Amazônia, mas deixara na estrutura de classes, na cultura dominante, na organização da vida coletiva os fundamentos para a existência da Amazônia Brasileira. Nem indígena, nem portuguesa, uma

formação híbrida cujo anacronismo pós-revolucionário é a característica mais forte a relação Região-Nação. (SILVA, 2004, p. 266).

Ao império brasileiro criou-se ou inventou-se uma Amazônia bucólica, de terras não produtivas, apropriadas ao extrativismo, lastro de um território que deveria ser esquecido e guardado como reserva de recurso natural; o abandono intencional foi a política de esquecimento justificada pela impossibilidade de investimento imperial que se preocupava mais na demarcação do território e em militarizar a região.

Aos povos da região inventou-se a figura do improdutivo, selvagem, preguiçoso, que não se adaptava ao trabalho, cuja recolonização deveria ocorrer na forma eugênica do cruzamento com brancos e índios e mais adiante com o nordestino (homem rude, resistente e dócil, capaz de sobreviver às agruras da floresta).

A definição do povo brasileiro e de sua cultura pode ser explicada, conforme Mariza Corrêa (2001), a partir de duas posturas ou ideologias, uma postulada no século XIX, que se encontra nos trabalhos de Nina Rodrigues, com a tese da degeneração do povo brasileiro, trazendo a necessidade de branqueamento da raça, e outra que advém do século XX, com Gilberto Freyre e Arthur Ramos, em defesa da miscigenação do povo e da cultura brasileira, em oposição aos imigrantes.

A tradição inventada da improdutividade e incivilidade sobre a região Amazônica e seus povos foi criada para garantir o domínio sobre ela, para que não houvesse novas insurreições ou movimentos separatistas; criada após a Cabanagem, ela é a ideologia do Império brasileiro, convertida em patriotismo, utilizada e absorvida, mais adiante, pela República. Como consequência, a província do Amazonas foi criada em 1852, e se atribuiu à Província do Pará a culpa pelo atraso e abandono da antiga comarca. (AMAZONAS – Relatorio, 1852).

Na exposição para a implantação da província do Amazonas atesta-se uma riqueza natural, com necessidade de progresso, aliada à ausência de recursos

humanos pela “[...] carencia de Missionários esclarecidos, e animados de fervor religioso; e de patriotismo; a insufficiencia dos meios pecuniarios, de que se tem disposto; e a falta de um sistema de educação mais apropriada.”³³.

A ideia do progresso, assim como da divisão da humanidade pela *raça*, predominou o século XIX, representado pela mudança, que significava avanço, como *sinônimo de progresso*, sempre em perspectiva linear, ascendente, sendo impossível a sua interrupção. Assim como na Europa, nos EUA e no Brasil ideólogos e políticos acreditavam “[...] no ‘branqueamento’ progressivo do povo através do casamento inter-racial [...] Apelava-se à biologia para explicar a desigualdade, em particular aqueles que se sentiam destinados à superioridade.” (HOBSBAWM, 1988, p.54).

Essa ideologia foi apresentada no Relatório de 1852, associada ao passado da província do Amazonas que, quando capitania, tinha a produção e os constructos advindos do resultado da colonização portuguesa e do cruzamento com os indígenas, sem a degeneração da *raça*³⁴.

O algodão, o anil, o caffé, a mandioca e o tabaco teve cultura tal que dava para o uso e consumo e sobrava para a exportação em grande quantidade; e assim as fabricas do anil, de cordoarias de piaçaba, de fiação e tecidos e redes de algodão, e de palinha e pennas, a de telhas e alvenarias, as de construção civil e naval, com habeis artistas, fizerão aparecer templos e palacios, e possantes embarcações, e todos os proveitos que de tão interessantes fabricas se conseguirão.” (AMAZONAS - Relatorio, 1852, p.31).

Percebeu-se a criação de uma imagem do Amazonas, com uma gente que precisava ser civilizada, por não se enquadrar na ótica do progresso e do trabalho. A preocupação encontrava-se em estabelecer uma *disciplina do trabalho* devido à irregularidade dos bens produzidos e extraídos e a total ausência de ritmo para o trabalho industrial.

Agora o caffé, a mandioca e o algodão mal chega para o consumo, e todos os outros generos e artefactos, á falta de

³³ Exposição apresentada ao Exmo. Presidente da Província do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Terreiro Aranha por ocasião de seguir para a mesma Província, pelo Exmo. Presidente do Grão Pará Dr. Fausio Augusto de Aguiar. Em 9 de dezembro de 1851.

³⁴ É importante lembrar que antes de ser Província do Amazonas, primeiramente havia sido Capitania e, depois, foi rebaixada à categoria de Comarca.

cultura, tem desaparecido, e a população, dividida em bandos, todos os annos vai para as grandes praias, com excessos bacchanaes, fazer a destruição dos ovos das tartarugas e o fabrico de manteigas, ou para as matas, por entre os maiores riscos e privações extrahir, os productos expontaneos da terra, de sorte que nisso gastão os indigenas e trabalhadores quasi a metade do anno; e tudo quanto tirão e destroem he para os chamados regatões das feitorias, a troco de aguardente, com que os regalão, e de uma calça e camisa de riscado caseiro, sendo a depravação dos costumes todo o ganho que lhes toca, pela perda do tempo e do trabalho, que, a ser bem aproveitado na agricultura, ou ainda nessas extracções com regularidade, podia produzir muitos interesses: até os poucos artistas preferem mais estar quasi todo o anno nessas orgias do que nos trabalhos de officinas e obras uteis, e eis a razão porque, dos antigos templos e palacios, das fabricas e officinas, apenas restão fragmentos para tristes recordações; e se por ventura quizerem restabelecer-se não se acharão mestres, nem operarios, nem se quer de telhas e tijolos, para as construções. (AMAZONAS – Relatorio, 1852, p. 31-32).

A ausência de ritmo no trabalho, regulado pelo relógio, e a falta de uma cultura disciplinadora para o trabalho, que implicasse o uso econômico do tempo, são explicitadas por Thompson (1998) no processo de transição cultural da sociedade pré-capitalista para a industrial, em que a percepção sobre o uso econômico do tempo foi aplicada às colônias.

Uma similaridade dessas realidades exista talvez no controle sobre a vida produtiva dos habitantes *subalternos* do Amazonas e os trabalhadores europeus, cujo “[...] padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva.” (THOMPSON, 2010, p.282).

Outra similaridade, em consonância com Thompson (2010), encontrou-se nas estratégias do império em disciplinar a população com a urbanização da capital da província do Amazonas e a compra de um relógio público do Rio de Janeiro para disciplinar “[...] o serviço das diversas Repartições da Capital”, com torre própria no Largo do Pelourinho. (AMAZONAS – Falla, 1853, p. 16).

Assim, as intolerâncias presenciadas no Amazonas não eram condizentes com as forças produtivas das classes subalternas (já demonstradas nas toneladas de produtos à exportação), mas representavam a não aceitação cultural do tempo

de trabalho das populações tradicionais, orientado pela tarefa, onde o trabalho e a vida eram quase que inseparáveis.

Uma das soluções para acabar com a ociosidade do tempo de trabalho dos indígenas seria com a regeneração da raça; os estrangeiros brancos deveriam procriar com as índias para uma geração de filhos brancos e sujeitos à educação civil. Isso seria necessário frente ao perigo da degeneração da raça indígena, pois já havia a união desta com negros que estavam se originando os *cafuses ou cariobas*. Outra solução estava na domesticação dos índios: "[...] unicos trabalhadores com que se conta para a navegação, para a agricultura, para a colheita das drogas, e para o serviço interno das caças." (AMAZONAS - Falla, 1853, p.8).

A regeneração da raça estava associada à militarização e disciplina, à produtividade e à civilização das futuras gerações, justificada pela necessidade de progresso, educação e segurança na região, sendo necessária a implantação de colônias militares nos pontos de fronteira com o Pará: "[...] Inhamundá, Madeira, Solimão, Japurá, Içá, Uapes, Negro e Branco", para se aproveitar a população indígena, as terras férteis e vastos campos no comércio e a comunicação com os vizinhos de Mato Grosso, e os Estado da Bolívia, Peru, Nova Granada, Equador, Venezuela e as possessões inglesas e holandesas, com relações com o Ministério dos Negócios da Guerra e Estrangeiros. (AMAZONAS – Relatorio, 1852, p.24).

Para os colonos/soldados era necessário:

[...] certas disposições e habilidades proprias para as applicações, segundo a natureza e as producções do solo, e que sejão escolhidos para elles os mais susceptiveis de se acostumarem ao clima em um ou outro lugar, devendo-se ter na maior attenção e de preferencia a bôa indole e conducta e essencialmente a côr para que, unidos por laços conjugaes ás bellas Amazonas, venhão a ser seus filhos e descendentes, como já são muitos, brancos ou ao menos mamelucos estimados. (AMAZONAS – Relatorio, 1852, p.29).

Assim, para a colônia do rio Madeira tanto os alemães como outros estrangeiros seriam bem-vindos para a agricultura e outros serviços rurais. Entre os rios Içá e Japurá, os soldados da capital por já estarem aclimatados pelos

destacamentos de Tabatinga e Içá. Para a colônia do Rio Branco, de preferência os vindos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, para melhorar a raça dos gados e dos indígenas. Isso rememora a época em que o Amazonas era capitania e os portugueses se uniram "[...] às incolas do paiz, fizerão aparecer essa nova, e pôde-se dizer, branca gente ameluca, que se distinguia das hordas selváticas pela côr, e pela applicação á agricultura e ás artes fabriz, cujas manufacturas primorosas attestavão o estado de sua industria e civilisação." (AMAZONAS – Relatorio, 1852, p.30-31).

A colonização era aliada, ainda, à política de combate aos indígenas que deveria ser idêntica às ações dos EUA, visando uma sociedade "[...] mais industriosa e civilizada, cresça na razão do argumento do trabalho e das communicações." (AMAZONAS – Relatorio, 1852, p.8-9). Esta servia à domesticação do trabalho produtivo em uma economia dependente voltada à exportação.

Por mais que os relatórios, falas, exposições tentem mostrar a província do Amazonas como uma área propensa ao desenvolvimento e aberta à colonização estrangeira, com excelente clima, semelhante ao meio dia na Europa, e recursos naturais e com os serviços de correspondência advindos das navegações, as ações do Império para o Amazonas buscaram, nessa seara, a manutenção da passividade, em meio à possibilidade de novas revoltas, e a organização de uma máquina estatal que retirasse, das atividades econômicas da área, os impostos à Coroa com parcós investimentos.

Do Império ao início da República não houve grandes mudanças na política de controle e de colonização da região. Talvez o processo econômico construído de forma dependente, marcado pela exploração das drogas do sertão e da borracha, tenha sido mais impactante para a Amazônia, com repercussões sociais, políticas, culturais e educacionais no estado do Amazonas.

1.3 Uma economia dependente, lucrativa e insólita: das drogas do sertão à borracha

A economia do Amazonas só pode ser compreendida dentro de um contexto maior que foram as *drogas do sertão* e a borracha na região Amazônica. Silva (2004) expõe que a Amazônia sempre foi uma espécie de laboratório para as regiões do sul e do sudeste brasileiro, em que as drogas cultivadas, a exemplo do cacau e do café, originárias da Amazônia, foram ali experimentadas e, em seguida, cultivadas nas regiões do sul e sudeste. Assim como Silva (2004), Santos (1980) e Cardoso (2011) analisam que economicamente a Amazônia sempre foi mais ligada ao capital internacional do que ao nacional e, com isso, com a exceção dos riscos assumidos pelo Barão de Mauá na região, tem-se uma economia dependente, de caráter externo, que quase não se ligava ao restante do Brasil, a não ser para enviar os lucros de suas relações comerciais e na forma de tributação.

No século XVIII, o cacau já era um produto nobre para a Europa e comercializado no norte do Brasil pelo comércio colonial com Portugal. Esta relação que em 1730 representava 90% das exportações na região, incentivou a agricultura na Amazônia que se tornou uma atividade complementar às extrações das drogas do sertão. (SANTOS, 1980) Mesmo com a queda da exportação entre 1750-1754, durante 20 anos dos 22 de existência da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778), o cacau representava 61% dessas exportações, juntamente com 10% do café e 11% do cravo da índia.

Em relação à comercialização gomífera, Santos (1980) relata que antes de 1800 havia o comércio entre a Amazônia e os EUA que comprava a borracha em garrafas. “A partir de 1820, negociantes de Boston passaram a importar com certa regularidade sapatos de borracha para manter secos e bem protegidos os pés.” Os sapatos eram enviados dos EUA para a Amazônia com a finalidade de serem revestidos com látex. (SANTOS, 1980, p.29). No entanto, o uso da borracha por índios e europeus já era conhecido nas primeiras décadas de 1800, porém não explorado em grande escala, devido à instabilidade do látex, o que impossibilitava o envio do produto a longas distâncias:

[...] a produção da borracha representava pouca agregação de valor, e os produtos confeccionados sofriam as variações térmicas, tornando-se grudentos e pegajosos com o excesso de calor, ou quebradiços quando importados e submetidos ao frio. A falta de estabilidade da borracha era um problema particular para a exportação, mesmo quando in natura. (LIMA, 2008, p. 45-46).

No Amazonas, apesar de conhecida, a goma elástica, abundante nas margens dos Solimões e outros rios, não era aproveitada, mas se constituía em um produto para o futuro: "[...] poderá tornar-se objecto de valioso commercio, como o tem sida n'aquela Provincia [Pará], a cujo Thesouro deo de direitos no anno de 1852 uma somma superior a noventa contos de réis, excedendo já a sua exportação annual para Paizes Estrangeiros a 120 mil arroubas, alem de ter-se elevado o preço a vinte mil réis." (AMAZONAS – Falla, 1853, p.42).

A produção da província amazonense se caracterizava pela: pescaria e salga de peixe (pirarucu), manteiga de peixe-boi, ovos de tartaruga, extração do óleo de copaíba, colheita de breu, cravo, cacau, castanhas, estopa, piaçava e salsa parrilha; a cultura e preparação do tabaco e do guaraná; tecimento de redes de algodão, de palha e de fibras de diversas palmeiras, e plantação de milho, feijão e mandioca para consumo. (AMAZONAS – Falla, 1853).

No Relatório de 25 de março de 1870, a borracha, em conjunto com outros produtos, já aparecia para a exportação extrativista do Amazonas (QUADRO 1, p.118). Na Mensagem de 1905, dentre a produção no Amazonas, os produtos derivados da goma elástica foram listados de forma beneficiada: borracha fina, sernamby e caucho. A borracha fina e o sernamby eram destinados para Liverpool (Inglaterra). Outros produtos como a castanha e o óleo de copaíba eram enviados para o porto de Havre – França. (QUADRO 2, p. 118).

As informações acerca da produção amazonense comprovam que houve não apenas uma especialização dos produtos para a exportação como a sua ampliação qualitativa. As baixas dos gêneros de exportação de borracha, castanha, pirarucu, cacau e guaraná só começam a aparecer na produção de 1910-1911. (AMAZONAS – Mensagem, 1912).

Na primeira metade do século XIX duas descobertas permitiram a expansão comercial da borracha: a técnica de impermeabilização por meio do solvente nafta-alcatrão-carvão, descoberta pelo químico Charles Macintosh, patenteada em 1823; e a vulcanização, patenteada por Charles Goodyear em 1844. (SANTOS, 1980). Essas descobertas, no campo da química, representaram uma gama de florescimento dentro das diversas ciências que trouxeram na força do iluminismo e das Revoluções Francesa e Industrial um aumento no ensino técnico, e fizeram da química e do mundo industrial uma ciência prática e forte no século XIX, mesmo que ainda se utilizasse os métodos do século anterior. Novos campos epistemológicos foram criados, como a química orgânica, e houve a influência em outras ciências, como a biologia. (HOSBSBAWM, 2010).

Após a descoberta de vulcanização por Goodyear em 1839, o látex amazônico passa a sofrer uma forte pressão em função de uma demanda crescente do mercado externo; no entanto, foi somente em meados de 1870 que a demanda internacional pelo látex amazônida toma vultosas proporções, e tal demanda continuaria crescente até 1910, quando em função da concorrência asiática, a borracha cai de cotação no mercado. (LIMA, 2008, p.54).

Das drogas do sertão à *borracha*, esta se consolidou como *carro chefe* da economia que gerou divisas não apenas na região Amazônica, mas para o Brasil, atravessando o Império e a República. Como exemplo, quanto aos valores de impostos arrecadados pela economia gomífera, tanto no auge quanto na decadência da borracha, Benchimol (1994) faz a seguinte comparação, em relação ao Amazonas: “Do mesmo modo que a arrecadação estadual, a receita da Alfândega de Manaus despencou de 78,3 milhões de dólares em 1910 para 2,0 milhões em 1920. De 1913 a 1920, a Alfândega de Manaus arrecadou somente 52,8 milhões de dólares, ou seja apenas 67% dos valores arrecadados num só ano de 1910.” (p. 5).

A economia gomífera pode ser dividida em dois ciclos, o primeiro ciclo compreendido de 1870 até meados de 1910 e o segundo ciclo nos anos de 1940 a 1950, esse último como política do governo federal frente às necessidades de produção motivadas pela II Guerra Mundial. (OLIVEIRA; TRINDADE; MACHADO, 2012). Santos (1980) divide os ciclos da borracha em cinco fases: a primeira fase

é a *decadência*, compreendida de 1800 a 1840; a segunda, de *expansão gomífera*, de 1840 a 1910; a terceira fase de *declínio*, de 1910 a 1920; a quarta fase *não caracterizada*, de 1920 a 1940; e a quinta fase de *crescimento moderado*, de 1940 a 1970. Dentre essas classificações e diante do período delimitado para a pesquisa, é mais interessante trabalhar com as divisões em fases que transparece os períodos em suas diversas repercussões, até a quarta fase.

A economia Amazônica, após uma decadência³⁵, com o término da Cabanagem, ingressou no século XIX em grande euforia, porém dependente e sem solidez interna. O *boom* do período iniciou-se no final do século XIX e início do século XX, compreendendo de 1890-1910. Anteriormente, a introdução da navegação a vapor por Mauá (1853) e a abertura dos portos na Amazônia (1867) impulsionara o mercado expansionista exportador da Amazônia, principalmente no escoamento da produção do Amazonas ao Pará.

Na entrada do século XX, a exportação da borracha equiparava-se a do café (41%), representando 40% das exportações brasileiras. Mesmo com o declínio da produção gomífera na região Amazônica, ainda por volta de 1920 e durante a II Guerra Mundial houve um aumento na exportação do produto, com características oscilantes e sem solidez econômica. (SANTOS, 1980; OLIVEIRA; TRINDADE; MACHADO, 2012).

A fragilidade da economia Amazônica aconteceu pela dependência de exportação em um único produto, cujas sementes e, em seguida, as mudas da *Hevea Brasiliensis* foram levadas para a Ásia, havendo maior investimento, produção em grande escala a um menor custo, repercutindo na queda dos preços. (SANTOS, 1980; LIMA, 2008; CARDOSO, 2011; OLIVEIRA; TRINDADE; MACHADO, 2012).

Em uma perspectiva global, a expansão imperialista criou uma economia global única, pautada pela divisão internacional do trabalho, com “[...] uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de

³⁵ Santos (1980) defende que a decadência econômica na Amazônia aconteceu por diversos motivos, entre os quais: a baixa no preço do cacau; a guerra do Pará na campanha da Guiana; e a Cabanagem.

bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido." (HOBSBAWM, 1988, p.95).

Nesse processo, ocorreu uma concentração do capital, onde o progresso foi privilégio das minorias e governantes, onde cidades foram construídas, embasadas no ideal burguês, longe dos centros europeus, e onde a maioria da população foi extorquida dos direitos de cidadania. Em meio aos altos e baixos da produção gomífera, em relação ao estado do Amazonas e, em especial, à cidade de Manaus, do Império à República, tem-se a construção de uma cidade burguesa nos moldes europeus, em meio à selva Amazônica.

Em breve não seria erguida uma ópera, aquela catedral característica da cultura burguesa, em Manaus, mil e seiscentos quilômetros acima da foz do Amazonas, no meio da floresta equatorial primitiva, com os lucros do *boom* da borracha, cujas vítimas indígenas sequer teriam, lamentavelmente, oportunidade de apreciar *Il Trovatore*? (HOBSBAWM, 1988, p. 53).

A vulnerabilidade econômica dos países dependentes esteve associada contraditoriamente, em longo prazo, a um crescimento comercial expansionista que foi favorável aos fornecedores de produtos primários em contraposição à exploração das populações autóctones, que representavam uma força de trabalho barata.

Nesse sentido, o "novo imperialismo" foi o subproduto natural de uma economia internacional baseada na rivalidade entre várias economias industriais concorrentes, intensificada pela pressão econômica dos anos 1880. Daí não decorre que se esperasse a transformação de qualquer colônia em particular [...] As colônias podiam propiciar apenas bases adequadas ou trampolins para a penetração na economia da região. (HOBSBAWM, 1988, p.101-102).

Por outro lado, a dependência econômica marcou a fragilidade do modelo exportador, dentro de uma economia global que sempre buscou a melhor produção, sendo que a mais barata. Nesse prisma, a produção gomífera na Amazônia decaiu frente à Ásia, em prol de uma lucratividade racionalizada, onde houve inevitavelmente a queda dos preços.

No ano de 1910, a Amazônia, nas estatísticas da Sudhevea, produzia 40.800 toneladas, enquanto a Ásia apenas 8.753

toneladas, porém em 1915 haviam sido plantados no Oriente cerca de um milhão de hectares de seringueiras, o que pronunciava uma grande superprodução na década os anos 20, quando, de fato, a Ásia chegou a produzir 380.000 toneladas, ultrapassando de muito a capacidade de consumo dos mercados mundiais. (BENCHIMOL, 1994, p.1).

A discrepância entre as relações de exploração em escala global e local remete ao atraso das técnicas de produção e de gestão dos seringais. Mundialmente, dois aspectos são inovadores para o imperialismo no final do século XIX e que continua no século XX: “[...] o surgimento de grandes sociedades anônimas e oligopólios, bem como a crescente intervenção do Estado nos assuntos econômicos.” (HOBSBAWM, 1988, p. 110). No entanto, na Amazônia, a base de produção dos seringais ainda caminhava pela livre concorrência e somente no setor terciário (aviadores, comerciantes e serviços) se viam formas de organização mais refinadas.

Não houve uma política protecionista de gestão na base da cadeia produtiva, o que facilitou o envio de 70.000 sementes da *Hevea brasiliensis*, colhidas de Santarém (PA), para o Jardim Botânico Kew Gardens, em Londres, no dia 29 de maio de 1876, através do navio *Amazonas*, por Henry Alexander Wickman. Da Inglaterra, as mudas foram transferidas para o Ceilão e no ano seguinte houve a semeadura em Cingapura, no Ceilão e na Malásia. (BENCHIMOL, 2009).

A força do capital estrangeiro, em meios às políticas para a exportação da borracha, estava em fornecer mais linhas de crédito, sem o fortalecimento da base da cadeia da produção gomífera. Moraes (2007) confronta os investimentos na região, explicando que no primeiro ciclo da borracha, o Banco Central do Pará não financiava empréstimos à praça e que o financiamento internacional acontecia em três vertentes: o financiamento privado de importações destinado à produção da goma elástica para os EUA e Inglaterra; os investimentos diretos ou de capital de risco destinados aos serviços urbanos, portos, navegação e estrada de ferro; e os empréstimos a governos locais que consistiam em somas vultosas, com pesadas garantias dos credores sobre as rendas e os recursos dos estados.

Nessa mesma direção, o governo do Amazonas, em 1911, fizera contrato com o Credit Français e Louis Dreyfus & C.^a de Paris, para a organização e instalação do Banco de Crédito Agrícola e Hipotecário desse Estado. Nesse mesmo ano, constou o empréstimo externo junto à Société Marseillaise. (AMAZONAS – Mensagem, 1912).

As dívidas internas e externas dos Estados do Amazonas e Pará eram também consideráveis, tendo muito desses empréstimos como o da Société Marseillaise feito em 1906 e consolidado em 1915 no valor de 20.500.000 francos, ou 14.965:000\$000 com prorrogação de pagamento de contrato de 50 para 60 anos (Agnello Bittencourt, 1925:310). Esse funding de 14.900 contos representava hoje o equivalente 30,7 milhões de libras esterlinas, ou cerca de 46 milhões de dólares a preços de 1992. Isto em aditamento ao empréstimo original de 80 milhões de francos, ou 50.000:000\$000, que à época de 1906 equivaliam a 3.339.790 libras, ou 177,8 milhões de libras, ou 266 milhões de dólares de 1992. Assim, o referido empréstimo da Société Marseillaise equivaleria hoje a uma dívida de 312 milhões de dólares, que segundo o Prof. Agnello Bittencourt, 1925:303, foi uma “operação desastradíssima de lesa-patriotismo” e um “contrato leonino, imoral e escandaloso”, pois pagaram-se credores fictícios com a Amazon Steam Navigation Co, que recebeu 4.597 contos e até o Banco Amazonense, o famoso Banco do Tostão – que recebeu 3.700 contos. O povo assim o cognominou porque recebia um imposto de cem réis por kilo de borracha e de oitenta réis por kilo de caucho, para a formação do seu capital, com a obrigação de prestar auxílio financeiro, o empréstimo à indústria extractiva da borracha. (BENCHIMOL, 1994, p.6).

Após o período de declínio, Santos (1980) denominou de *fase econômica não caracterizada* o período compreendido de 1920 a 1940. Para Oliveira, Trindade e Machado (2012) foi um período de estagnação econômica “[...] de baixa produtividade ou diretamente relacionadas a formas extractivas, como, por exemplo, o catamento de castanha-do-pará” (p. 26). Ou ainda de estagnação populacional e até de regressão, como houve nos estados do Pará e do Acre (BENCHIMOL, 2009). No entanto, as análises feitas por Thomas Fatheur (2012) e Cardoso (2011), não desmerecendo as narrativas que envolvem o auge e a decadência da borracha, se apresentam como *um outro olhar* acerca da economia Amazônica.

Após a fase de decadência, a economia na Amazônia não regrediu à economia de subsistência. Mesmo que não houvesse um *boom* econômico, como

na época da produção gomífera, sempre existiu uma diversificação de outras atividades, e quanto ao extrativismo, além da borracha, despontavam a castanha-do-pará e a madeira. (CARDOSO, 2011).

Partindo do discurso do presidente Getúlio Vargas, de 1940, Fatheur elucida a estratégia nacional que só foi concretizada nos anos de 1950, de que a Amazônia era como um *vazio demográfico*, onde o Estado brasileiro tinha uma missão na região de “[...] agente de expansão e segurança territorial.” (2012, p.83). Esse discurso tenta apagar a economia desenvolvida secularmente na Amazônia e desconsiderar as histórias de seus povos, com a justificativa do *vazio*, consequente ao declínio da borracha.

Indo além do *boom* e da decadência Fatheur argumenta que:

Já no início do século 19 estabelecer-se uma produção agrícola na Amazônia, conhecida por economia cabocla. Os caboclos geralmente são indígenas desenraizados de suas estruturas tribais, que vivem em família e pequenas comunidades e praticam uma mistura de economia agrícola extrativista. A categoria *caboclo* muitas vezes se mistura com outra, a dos *ribeirinhos*. Os principais produtos de sua economia são a mandioca, o arroz, o cacau e a cana-de-açúcar. Na fase inicial do *boom* da borracha, esses *caboclos* são os principais fornecedores, mas depois a sua economia se torna insuficiente para atender a demanda que explode [...]

A partir de 1920, [a população] torna a subir constantemente, atingindo em 1949 o número de 1,4 milhão. A produção de borracha também despencou nos anos depois de 1910, mas voltou a se estabilizar nos níveis de 1920, considerado um ano de produção elevada. No estado do Pará, em compensação, cresceu fortemente a produção de castanha-do-pará. Entre 1920 e 1940, o número de pequenos estabelecimentos rurais no Pará sobe cerca de 20 mil para 50 mil, e a área cultivada por eles, de 90 mil para cerca de 500 mil hectares. (2012, p. 82).

As realidades econômicas e sociais apresentadas por Silva (2004), assim como os Relatórios, Fallas de Província e as Mensagens do Amazonas demonstram que as relações comerciais jamais foram de *porto de lenha*³⁶, e frente às correlações locais, a região foi sempre internacional e somente depois houve as tentativas de integração da mesma ao Brasil.

³⁶ Porto de Lenha é uma canção amazonense de Aldísio Filgueiras e Zeca Torres (Torrinho), de 1970, de refrão: *Porto de lenha/ Tu nunca serás Liverpool/ Com uma cara sardenta/ E olhos azuis.*

1.4 Dominantes e dependentes: prospectos além de uma economia

A divisão entre desenvolvidos ou dominantes e não desenvolvidos ou dependentes, que predominou no século XIX, nem sempre significou a sofisticação de uma determinada sociedade ou correspondeu à industrialização ou à prática agrícola, pois mesmo entre os dependentes havia elementos da industrialização e suas repercussões, assim como em países considerados dominantes havia lapsos de desenvolvimento com um século de diferença. Da mesma forma, sociedades mais sofisticadas foram engolidas pelo comércio, pela tecnologia ocidental e sua ideologia ou ainda pelo confronto bélico. (HOBSBAWM, 2008).

O Brasil era um país economicamente dependente, assim como o Amazonas e agregava características industriais e agrícolas. No primeiro Recenseamento do Brazil de 1872, a Província do Amazonas não ficava aquém das demais províncias brasileiras quanto às profissões industriais e comerciantes (manufatureiros e fabricantes/comerciantes, guarda-livros e caixeiros), e às profissões manuais ou mecânicas, entre as quais estavam as de costureiras e de operários. Nesses havia operários em metais, em madeiras, em tecidos, de edificações, de vestuários, de chapéus, de calçados, além de operários responsáveis pelas construções urbanas como os canteiros, calceteiros, mineiros e cavouqueiros³⁷. Dessas profissões, o maior contingente estava entre manufatureiros e fabricantes (2.096) e comerciantes, guarda-livros e caixeiros (1.161). Das nove categorias recenseadas, somente as profissões de oficial de justiça, cirurgião, de operários em couro e peles e em tinturaria não obtiveram indicações numéricas. E entre as aferidas, em maior quantidade estavam as de lavradores (12.756), seguidas as de serviço doméstico (6.738), criados e jornaleiros (5.375).

³⁷ Entre as profissões indicadas à mão de obra para a urbanização, não foram atribuídos valores absolutos para Manaus, ou seja, só foram valorados no recenseamento geral da Província do Amazonas, com 52 trabalhadores. No entanto, isso não representou a inexistência desses trabalhadores na capital da Província. Frente aos primeiros recenseamentos, encontrou-se nas Exposições, Falas, e Relatórios as obras de urbanização em Manaus.

Mesmo assim, o Brasil império ainda não poderia se qualificar como um país avançado, por mais que a sua economia centralizasse uma grande quantidade de capital. Nesta mesma perspectiva a Província do Amazonas se enquadrava, com a diferença de ter a sua economia internacionalizada e não integrada à economia nacional. Para Cardoso (2011) a integração econômica da Amazônia, enquanto política nacional, só se iniciou após a II Guerra Mundial, na constituinte de 1946, com a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, sancionada por Getúlio Vargas, em 1953.

Teoricamente, um país avançado no final do século XIX consistia em:

Ser um Estado territorial mais ou menos homogêneo, internacionalmente soberano, com extensão suficiente para proporcionar a base de um desenvolvimento econômico nacional; deveria dispor de um corpo único de instituições políticas e jurídicas de tipo amplamente liberal e representativo (isto é, deveria contar com uma constituição única e ser um Estado de direito), mas também, a um nível mais baixo, garantir autonomia e iniciativas locais. Deveria ser composto de “cidadãos”, isto é, da totalidade dos habitantes individuais de seu território que desfrutavam certos direitos jurídicos e políticos básicos, antes que, digamos, de associações ou outros tipos de grupos e comunidades. As relações dos cidadãos com o governo nacional seriam diretas e não mediadas por tais grupos. E assim por diante. Essas eram as aspirações não só dos países “desenvolvidos” (todos os quais estavam, até certo ponto, ajustados a esse modelo ao redor de 1880), mas de todos os outros que não queriam se alienar do progresso moderno. Nesse sentido, o modelo da nação Estado liberal-constitucional não estava confinado ao mundo “desenvolvido”. De fato, o maior contingente de Estados operando teoricamente segundo esse modelo, em geral o modelo federalista americano mais que a variante centralista francesa, seria encontrado na América Latina. Esta era composta na época, de dezessete repúblicas e um império, que não sobreviveu além dos anos 1880 (Brasil). (HOBSBAWM, 1988, p.42).

Entre a teoria de um país avançado e a realidade dos que queriam alcançar o progresso, o que predominavam eram os lucros trazidos pela expansão comercial; esses combinavam com a ótica democrática e de popularização dos mercados como saída ao período maior de deflação entre 1873-1896.

Hobsbawm (1988) elencou as características do auge econômico do liberalismo, que seguiu o período de 1890 a 1914, conhecido na Europa como *belle époque* burguesa. Houve o aumento e consolidação da população, da industrialização, do consumo tanto das classes ricas quanto das massas, com crédito ao consumidor, do mercado dos produtos primários integrados mundialmente; de concorrência entre os países desenvolvidos e a aplicação de políticas protecionistas pelo Estado ao mercado; da segunda revolução tecnológica industrial; da racionalização da produção e gestão da empresa capitalista; do crescimento tanto público quanto privado do setor terciário, com a “[...] proliferação de trabalhadores de colarinhos brancos e mãos limpas” (p.83); e do Estado de bem-estar social, como estratégia de acalmar as massas.

Correlações mundiais se constituíram internacionalmente na imitação de modelos considerados avançados, em determinados períodos históricos, cuja tentativa era de se fazer notar globalmente entanto país desenvolvido, o que transfigurava tanto para um modelo de nação brasileira e se enraizava aos estados da federação.

A história dos países atrasados nos séculos XIX e XX é a história da tentativa de alcançar o mundo mais avançado por meio de sua imitação. Os japoneses do século XIX tomavam a Europa como modelo; os europeus ocidentais, depois da Segunda Guerra Mundial, imitavam a economia norte-americana. A experiência da Europa central e oriental no século XX é, genericamente falando, a de tentar atualizar-se mediante a sucessiva adoção e fracasso de vários modelos. Depois de 1918, quando a maioria dos países sucessores constituía-se de países novos, o modelo foi o da democracia e do liberalismo econômico do Ocidente. [...] Nos anos 20 e 30, o modelo entrou em colapso, em termos políticos e econômicos. A Grande Depressão acabou destruindo a democracia multinacional até mesmo na Tchecoslováquia. Diversos países, então, por um breve período, experimentaram ou flirtaram como o modelo fascista, que parecia o exemplo de sucesso econômico e político dos anos 30. [...] A integração a um grande sistema econômico alemão também não deu certo. A Alemanha foi derrotada. (HOBSBAWM, 1998, p.15).

Outra característica que indicava sinal de atraso era o número de analfabetos de um determinado país, se bem que os escolares representavam gerações a serem formadas em prol do patriotismo. Em que pese à democracia como um “dragão” inevitável, o controle das massas se fazia necessário tanto

pela materialidade do estar-estar social quanto na forma de nacionalismo e de patriotismo (quando administrado pelo Estado). São as repercuções, segundo Hobsbawm (2008) do “imperialismo social” que para os países dependentes, veio por meio da ocidentalização.

Nessas perspectivas, as colônias e depois os países não desenvolvidos pretendiam alcançar o desenvolvimento se ocidentalizando, principalmente onde o capital penetrava e se expandia. Nesse sentido, no Amazonas, as políticas de urbanização, escolarização e controle do Estado, advindos das *drogas do sertão* e da borracha, foram os produtos que moveram a captação de recursos, quanto a investimentos e gastos, para provar ao mundo que Manaus era uma cidade civilizada, capaz de atrair investimentos e consumidora de ideias e produtos europeus e norte-americanos, e não deixava nada a dever ao mundo moderno. Do auge à decadência do comércio gomífero, viu-se a estruturação de uma cidade nos moldes da civilização ocidental e suas contradições inerentes à elite e à população pobre³⁸.

Ao tratar das classes elitizadas e populares, o processo de ocupação humana da Amazônia deve pertencer à contextualização. A população branca sempre representou as elites econômicas na região, os subalternos eram em grande maioria os indígenas desde os mais selvagens aos destribalizados e ocidentalizados, nas variâncias de gerações que se misturaram com os brancos europeus ou com os negros ou ainda dos processos migratórios, principalmente de nordestinos, advindos da borracha.

Na fase de expansão gomífera (1840-1910) houve um aumento demográfico que não pode ser desprezado, das imigrações estrangeiras e nacionais, estas no período do Império e depois na República, pois “[...] de 1878 em diante os seringais foram invadidos pelos retirantes cearenses, acossados pela seca”. (SANTOS, 1980, p.63). Diversos profissionais foram chamados para o Amazonas, e principalmente para Manaus para construir uma nova cidade, moderna nos moldes parisienses. Outros vieram com ideia de enriquecimento rápido; outros pela política do Estado em sanear a região.

³⁸ Edinea Mascarenhas Dias. *A ilusão do Fausto: Manaus – 1890-1920*. 2.ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

No crescimento industrial do Amazonas, conforme o Recenseamento de 1920, entre os anos de 1850 a 1919 foram registradas 69 indústrias em: couros, peles e outros materiais do reino animal (5), madeira (12), metalurgia (4), cerâmica (2), produtos químicos e análogos (7), alimentação (19), vestuário e toucador (12), mobiliário (7), produção e transmissão de forças físicas (1). Entre os 812 trabalhadores, 103 eram menores de 14 anos. Em relação ao Brasil, os estados de Goiás, Mato Grosso, Piauí e o território do Acre possuíam um número de indústrias menor que o Amazonas.

Com a urbanização de Manaus e a ideia da riqueza rápida pela extração das riquezas da floresta, gerou-se uma cidade que tanto produzia para a exportação quanto consumia produtos ocidentais europeus: dos profissionais como os vendedores de água, dos que trabalhavam nas construções, dos comerciantes, dos extrativistas (nas mais diferentes variâncias dessa cadeia produtiva) e agricultores (colonos); dos funcionários do Estado; dos carregadores e marítimos; dos trabalhadores das indústrias e seu patronato; das prostitutas; empregadas em casas de família; e professoras, enfim uma cidade que se modernizou.

A Manaus de 1852 não foi a de 1890, não pela simples dimensão temporal de quase 40 anos, mas pelo processo de ocidentalização, marcado pela modernidade, que envolveu a refundação da cidade na virada do século XIX para o século XX (MESQUITA, 2005). Consistiu em uma organização urbana que refletiu os processos de exclusão social, próprios da sociedade moderna.

Manaus foi a capital da província mais longe da corte no Brasil, sem urbanização, com “[...] ruas estreitas mal conservadas”, cortada por igarapés (como uma Veneza dos trópicos), e bairros interligados pelas pontes de madeira, com a precariedade dos serviços de iluminação e abastecimento de água. Casas de um único piso, “[...] muitas construídas no sistema pau-a-pique e algumas ainda cobertas de palha”, com poucos prédios públicos e particulares se destacavam. (MESQUITA, 1997, p.50-51).

O impacto da modernização sobre a cidade Manaus, do início do século XX, aconteceu na administração do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro,

quando toda uma cidade foi reconstruída e refundada, nos moldes parisienses. Da arquitetura, da construção dos espaços públicos à vida noturna e cultural de uma “cidade que não dormia”, a *belle époque* Manauara se instalava (MESQUITA, 2005); anterior a isso, a cidade já sofria com a urbanização, o que Mesquita (1997) delimitou como fase da instalação da nova cidade de Manaus (1892-1900)³⁹.

A Manaus dos naturalistas vai se transformar na Paris dos Trópicos, na Capital da Borracha, cidade moderna e elegante, na “cidade do fausto”. A cidade sofre, a partir de 1890, seu primeiro grande surto de urbanização, isto graças aos investimentos propiciados pela acumulação de capital, via economia agrária extrativista-exportadora, especificamente a economia do látex. (DIAS, 2007, p.27-28).

Nessa concepção, as consequências da industrialização e explosão demográfica das cidades como a poluição, as endemias, a miséria extrema, a organização de seus trabalhadores, reivindicações e revoltas populares precisariam ser redimensionadas, acalmadas, acalentadas e até saneadas por uma política de “bem-estar” social que ideologizava o progresso e o desenvolvimento como propulsores da modernização. (HOBSBAWM, 2010). Ela ainda seria mais evidente quando contrastada com o exótico, com a natureza, uma cidade dentro da selva amazônica em perspectiva de vitrine para o mundo. (MESQUITA, 2005).

É nessa compreensão que Manaus foi planejada e reconstruída, com obras e uma política de civilidade de condutas para a mudança nas culturas de seus povos⁴⁰. As obras para atrair investimentos, para o embelezamento ocidentalizado, para o controle da população, principalmente dos que foram excluídos dos centros para os subúrbios. (DIAS, 2007; MESQUITA, 2005).

³⁹ Mesquita (1197) defende que Manaus teve três fases; a primeira denominada de Instalação (1892-1900) com as grandes transformações para “equipar a cidade com os melhoramentos exigidos por atualizados conceitos de ‘civilização e progresso’” (p.174); a segunda fase da *Belle Époque* (na primeira década do século XX) em que Manaus se tornou a cidade mais cosmopolita do Brasil, mais agitada que o Rio de Janeiro e comparada a São Paulo; e a terceira, a fase da decadência (pós 1910), quando houve a quebra do sistema exportador gomífero e tributário, ocorrendo a sua total falência em 1920.

⁴⁰ O Código de posturas de Manaus, de 1872 e depois 1890, legalizava as imposições de construção do centro de Manaus aos comportamentos dos cidadãos na cidade; a desobediência às normas era sujeita à multa e até prisão. (MESQUITA, 2005; DIAS, 2007).

O pensamento sobre esse controle pairou na possibilidade de se dividir a cidade em duas partes: a parte central (civilizada) e a parte suburbana, como os bairros de Flôres, Mocó, S. Raymundo e Cachoeirinha.

O crescimento constante da população desta cidade fala rapidamente estender-se em subúrbios que dão abrigo a avolumado numero de habitantes e que ficam, pelo seu grande afastamento do centro, privados da acção prompta e immediata da polícia que, se porventura consegue punir criminosos, em sempre pode acudir a tempo de prevenir qualquer attentado, em casos que só uma intervenção prompta e energica alcança evitar. Entre outros pontos suburbanos avultam os de Flôres, Mocó, S. Raymundo e Cachoeirinha. [...]

Parece-me ser mais consentaneo com a boa ordem e celeridade no serviço policial a divisão do município desta capital em duas prefeituras.

Com relação ao mesmo assunto, não deixa de ser conveniente a criação dos cargos de suplentes dos subprefeitos da capital, à semelhança dos do interior do Estado. (AMAZONAS - Mensagem, 1905, p.21).

Os espaços foram redemarcados e os prédios construídos em locais altos da cidade, com a arquitetura diferenciada das residências, em estilo neoclássico, onde todos da cidade podiam visualizar as construções que se destacavam, na Av. do Palácio (depois denominada de Eduardo Ribeiro): “[...] o novo Palácio do Governo, o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça e o Instituto Benjamin Constant, além de três praças já demarcadas naquela área.” (MESQUITA, 2005, p.192).

A cidade moderna era a cidade aberta; os terrenos dos centros da cidade foram desapropriados, para esse novo redimensionamento da cidade; igarapés foram aterrados para a construção das vias largas como grandes artérias; as ruas retas, sem a sinuosidade da natureza dos rios, facilitariam a contenção no caso de futuras revoltas (MESQUITA, 2005): restaria a floresta para se refugiar, da mesma forma que da floresta vieram para Manaus os expurgados da revolta da vacina em 1905, após serem exilados no Alto Purus e Alto Juruá. (AMAZONAS – Mensagem, 1905).

Os espaços urbanizados das praças com os *boulevards* e a arborização dariam visibilidade de melhorias no urbano, mostrando a ação do poder público em cuidar da cidade, inculcando um sentimento de acolhimento sobre a

população que se sentiria cuidada e protegida pelo Estado. Com a urbanização veio o tratamento e o abastecimento da água, o calçamento das ruas, a iluminação elétrica, a rede de esgoto, a limpeza pública, os *bonds*, o telefone e o telégrafo, por mais que esses serviços não funcionassem a contento da população. (MESQUITA, 1997; 2005).

Manaus, uma cidade do progresso, que demonstrava o “controle” de sua população, marcada pelo tempo do relógio (nas igrejas, nos prédios escolares e públicos), uma cidade do fausto e de sua ilusão. Ilusão, pois dos princípios da sociedade moderna, as tensões, conflitos e posicionamento sobre a organização da cidade e seus sujeitos refletiam as contradições de uma sociedade excludente, onde circulava o capital. (DIAS, 2007).

Da educação primária, as construções escolares, sempre próximas às praças, demarcavam um território civilizatório às futuras gerações. Modernizou-se a cidade e também a educação, afinal, a criança no Amazonas foi concebida como um projeto de investimento social à civilização: “[...] quem dá ás crianças, empresta ao futuro isto é dá um capital á civilisação.” (AMAZONAS – Mensagem, 1900, p.22).

Os princípios iluministas da educação moderna e suas reconfigurações pós Revolução Francesa estavam postos: um sistema de ensino escolar, organizado em primário, secundário e superior, sendo o ensino primário voltado à educação popular; a educação nacional, patriótica, estatal, gratuita, com um papel definido à mãe de família para a formação patriótica de seus filhos; uma escola que atendesse às necessidades do trabalho industrial com a formação de uma cultura adequada ao tempo do processo de produção e de suas regras, com horários estabelecidos, o trabalho assalariado, compartimentado, repetitivo, controlado, silencioso, sujeito ao patrão; uma educação escolar voltada cada vez mais precoce à criança, concreta e para a vida, com o uso de objetos do mundo infantil, destinada indistintamente a todos e aproximando a professora da figura maternidade, com as atividades organizadas em horários preestabelecidos; criada por Pestalozzi e difundida por seus discípulos (como Froebel) esta foi acolhida pelos países europeus e em seus sistemas educacionais. (HILSDORF, 2006).

Nessa concepção, o cuidado higiênico associado ao da educação moral (espírito) e do corpo (educação física e ginástica) apresentava traços de eugenia e no início do século XX, o governador Silverio José Nery defendia: “[...] educar o corpo é cumprir um alto dever de pedagogo, é concorrer poderosamente para a superioridade da propria raça, é garantir a hygiene da familia, da prole.” (AMAZONAS – Mensagem, 1902, p.172).

1.5 Normas regulamentadoras do ensino primário e do jardim de infância no Estado do Amazonas

A instrução pública no início da República brasileira ficou sob a responsabilidade dos Estados da federação que tinham a competência legislativa sobre a matéria. Isso foi proporcionado antes mesmo da Constituição de 1891, por meio do Decreto nº1 de 15/11/1889, art. 3º, combinado com o Decreto nº 7 de 20/11/1889, em seu parágrafo 2º, do artigo 2º.

O primeiro documento normativo proclamou a forma de governo da nação brasileira, como República Federativa, e estabeleceu as normas de regimento dos Estados da federação, atribuindo-lhes a soberania para elaborarem suas próprias constituições e elegerem os seus representantes: “Art. 3º. Cada um desses Estados, no exercício de sua legitima soberania, decretará oportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos locais.” (BRASIL, Dec. nº 1/1889).

O segundo documento extinguiu as assembleias provinciais e decretou as atribuições dos governadores, estabelecendo-lhes as competências, entre as quais, a promoção da instrução pública:

Art. 2º Até a definitiva constituição dos Estados Unidos do Brazil, os governadores dos mesmos Estados competem as seguintes atribuições:
§ 2º Providenciar sobre a instrução publica e estabelecimentos próprios a promovel-a em todos os seus gráos. (Dec. nº 7/1889).

A competência dos Estados foi do tipo concorrente, com o governo provisório, em que o governo federal tinha o “[...] direito de restringir, ampliar e

suprimir quaisquer atribuições” dos governadores do estado da federação, sujeitos à substituição em prol do “[...] bem público e à paz e direito dos povos.” (art. 3º, Dec. nº 7/1889). No entanto, não foi esse o entendimento na República Velha, pois continuou “[...] a doutrina estabelecida desde o Império, segundo a qual o Governo Federal se desobrigava da educação popular, entregue à competência exclusiva dos estados.” (NAGLE, 2009, p. 305).

O Decreto nº 981 de 8/11/1890, Reforma Benjamin Constant, regulamentou a instrução primária e secundária no distrito federal; alguns de seus princípios e organização para a escola primária foram: a categorização das escolas públicas em *escolas primárias do 1º grau* (para alunos de 7 a 13 anos) e *escolas primárias do 2º grau* (para alunos de 13 a 15 anos); a divisão das escolas primárias em *curso elementar* (para alunos de 7 a 9 anos), *curso médio* (para alunos de 9 a 11 anos) e *curso superior* (para alunos de 11 a 13 anos); a introdução da instrução moral e cívica; o emprego do método intuitivo; a quantidade máxima de 30 alunos por classe para as escolas do 1º grau; o certificado de estudos primários do 1º grau como requisito para ingresso em cargo público do Estado; a construção de prédios escolares conforme os preceitos higiênicos; as dependências da escola compostas pelas salas de aula, museu, biblioteca, ginásio de exercícios físicos, pátio para jogos e recreios e um jardim; os materiais pedagógicos como coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas; e os instrumentos para o ensino concreto.

A Constituição de 1891 reforçou a autonomia dos Estados-membros, salvo em matérias que envolvessem as invasões do território, a forma de governo, o estabelecimento da ordem e da paz nos Estados, e a execução de leis federais (art.6º). Com isso, os governos dos Estados puderam elaborar seus próprios regulamentos de instrução pública.

Em relação ao Amazonas, os regulamentos da Instrução Pública de 1892, 1900, 1904, 1909, 1914, 1918, 1926 e 1932 foram analisados e verificou-se que em relação à primeira infância, há três momentos importantes e distintos. O primeiro pelo Regulamento de 1904 que trouxe normatizado o jardim da infância da Escola Normal, com princípios froebelianos. O segundo momento, pelo Regulamento de 1918, que introduziu os cursos preliminares (jardins de infância) dentro da estrutura do ensino primário. O terceiro, pelo Regulamento de 1932,

quando houve uma especialização para os jardins de infância na forma de instituição escolar anterior e distinta do ensino primário.

O ensino primário no Amazonas, pelos regulamentos da instrução pública de 1892-1932, pertenceu à instrução pública, junto com o ensino normal, secundário e técnico⁴¹. Foi regulamentado como um ensino de caráter leigo e gratuito, com o uso do método intuitivo, com os preceitos higiênicos na construção dos prédios escolares e nos procedimentos de ensino. Sua estrutura sofreu poucas alterações, onde foram mantidos os três cursos de sua composição, com mudanças em suas denominações.

No Regulamento da Instrução Pública de 1892, o curso primário foi formado pelos cursos elementar, médio e superior. Em 1900, o ensino primário ficou organizado em 4 anos, compondo em cada ano uma classe. Em 1904, além dos três graus do ensino primário (1º, 2º e 3º), a escola complementar foi criada na capital para que os alunos se preparassem, ao término do 3º grau do ensino primário, para o ingresso no Gymnasio Amazonense ou na Escola Normal (o diploma da escola complementar era indispensável para adentrar nessas duas instituições)⁴². Essa estrutura do ensino primário e das escolas complementares da capital continuou no Regulamento Geral da Instrução Pública de 1909.

As denominações dos três cursos do ensino primário foram utilizadas no Regulamento Geral da Instrução Pública de 1914, ou seja, em curso elementar ou 1º grau; curso médio ou 2º grau; e curso superior ou 3º grau. No Regulamento Geral da Instrução Pública de 1918 e 1926 (que apresentam praticamente o mesmo conteúdo das matérias legisladas, com alterações nos números dos artigos), o ensino primário integral estava composto pelos cursos preliminar (jardim de infância), elementar (ensino popular, compreendido em 3 anos), médio e superior, sendo que os dois primeiros ministrados nos grupos escolares⁴³ e compreendiam o ciclo fundamental; os dois últimos pertenciam ao ciclo

⁴¹ Apenas no Regulamento Geral de Instrução Pública de 1900 o ensino técnico foi suprimido, ficando a instrução pública organizada no ensino primário, secundário e normal. (art. 1º). Nos demais regulamentos o ensino técnico pertenceu à estrutura da instrução pública com as denominações de ensino profissional e técnico (1892) e profissional (1932).

⁴² A escola complementar também servia como uma forma de ampliação da instrução primária.

⁴³ O ciclo fundamental, nas escolas singulares das cidades, vilas e nas escolas rurais, foi composto pelo curso elementar, sem a existência do curso preliminar.

complementar. Em 1932, o ensino primário foi composto de forma seriada em dois cursos: o elementar (com duração de 3 anos) que compreendeu a educação popular; e o definitivo (com duração de 2 anos) que preparava para a Escola Preparatória, anexa à Escola Normal.

Os locais de ensino primário indicaram outras instituições além das escolas primárias, onde o ensino era ministrado, como no Instituto Benjamin Constant (1892-1932). Em 1892, o ensino primário acontecia tanto nas escolas públicas estaduais quanto nas municipais e no Instituto Amazonense de Educandos Artífices. Em 1900 ele também foi ministrado na escola-modelo e em 1904 nas escolas complementares⁴⁴. Em 1909, no Instituto Affonso Penna. Em 1914, o ensino primário ocorria nas escolas primárias (inclusive nas ambulantes) e no Instituto Benjamin Constant; em 1904, 1918, 1926 e 1932, ainda nos grupos escolares.

Os grupos apareceram pela primeira vez no Regulamento Geral da Instrução Pública de 1904 (art. 32), pela reunião de escolas de 1º grau, de 1º e 2º graus, de 2º e 3º graus ou de 1º, 2º e 3º graus, porém nunca na condição de agrupamento de 1º e 3º graus. Nesse regulamento, o grupo tornou-se obrigatório para a criação de escolas novas na capital do Amazonas. Essa organização do grupo escolar continuou nos demais regulamentos, onde houve uma maior especialização: o regulamento de 1909 definiu a nomeação do diretor do grupo escolar como um dos professores (o mais antigo) que receberia gratificação para a função (art. 169), sendo que a regulamentação dos funcionários do grupo escolar (professores, diretor e um porteiro servente) encontra-se no Capítulo VII, artigos 232 e seguintes.

O regulamento de 1914, a partir do artigo 82, no Capítulo XII, indicou que a criação do grupo escolar deveria ter no mínimo 150 alunos matriculados e o prédio poderia comportar até 10 escolas, caso estivesse em boas condições higiênicas. O regulamento de 1932 condicionou os nomes dos grupos escolares a brasileiros notáveis, já falecidos. A especialização dos grupos escolares nos

⁴⁴ No Regulamento Geral da Instrução Pública de 1909, as escolas complementares encontram-se regulamentadas no Capítulo I, Título IV, artigos 242 e seguintes.

regulamentos de instrução pública pode indicar a importância dessa organização para o ensino primário no Amazonas.

A instrução moral e cívica sempre esteve nos regulamentos de instrução pública. No ensino primário integrou o currículo escolar em todos os cursos, foi organizada como disciplina e ainda compunha a matéria de canto, hino escolar e hinos nacionais (1914) e as festas escolares (1932).

A obrigatoriedade do ensino primário apareceu no Regulamento Geral da Instrução Pública de 1909, abrangendo do 1º ao 3º grau os menores de 6 a 14 anos. O Regulamento de 1914 condicionou a obrigatoriedade aos meninos de 7 a 14 anos (art.135), quando deveria “[...] estudar cada curso durante dois anos, salvo o caso de notável aproveitamento e habilitação reconhecida.” (AMAZONAS – Regulamento Geral da Instrucção Primaria, 1914, p.67). No Regulamento de 1932, a obrigatoriedade abrangeu aos dois sexos (art. 204), cuja responsabilidade coube aos pais, tutores, a quem detinha a guarda da criança e aos donos de fábricas, fazendas, de outros estabelecimentos industriais e comerciais que tinham os menores como empregados. (art. 206).

A idade dos alunos do ensino primário variou entre a mínima de 6 ou 7 anos até aos 14 anos. Quanto às crianças da primeira infância, o espaço escolar lhes destinado esteve regulamentado, no Amazonas, por meio dos jardins de infância.

O jardim de infância da Escola Normal⁴⁵ foi regulamentado, no governo do Amazonas de Antonio Constantino Nery, excluído da estrutura do ensino primário; entretanto compôs o Regulamento Geral da instrução Pública do Estado (1904), cujo texto “Instruções a seguir no Jardim de Infancia”, com nove artigos, encontra-se após o Regulamento da Escola Normal.

O jardim de infância da Escola Normal foi normatizado como uma “instituição mixta, promiscua de carácter educativo”, voltada para uma metodologia prática que visava:

⁴⁵ Esse jardim foi implantado em 1920 e pertenceu ao Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, anexo à Escola Normal.

- a) Desenvolver qualidades physicas; b) Desenvolver a habilidade manual; c) Desenvolver a faculdade de comparação; d) Desenvolver o instincto de observação e invenção; e) Desenvolver o instincto de sociabilidade; f) Desenvolver o sentido de symetria; g) Formar o habito de polidez; h) Formar a linguagem; i) Formar o gosto esthetico. (Art. 1º).

As crianças seriam admitidas na idade de 4 a 7 anos, organizadas em grupos formados por 20 alunos, para cada professor. Esse receberia a formação de um curso froebeliano (noções teóricas) pela professora de pedagogia da Escola Normal.

O ensino no jardim de infância seria compreendido em: “[...] a) Exercícios physicos acompanhados de canto; b) Occupações manuaes; c) Exercicios de linguagem; d) Conhecimentos usuaes; e) Noções elementares de desenho, leitura, escripta e calculo; f) Educação moral.” (art. 5º).

O horário de trabalho do jardim de infância, diariamente organizado em 3 horas, seria planejado pelas professoras do jardim e depois aprovado pela congregação de professores da Escola Normal, sob a presidência de seu diretor. Não haveria o uso do livro didático, justificado pelo processo froebeliano.

As matérias deveriam observar o seguinte plano (art. 6º):

I Jogos: exercicios physicos graduados e acompanhados de canto;

II Manuseamento dos dons de Froebel: a creança aprenderá noções de cores, forma, propriedades, movimentos, posição, materia de que o corpo é feito, numero, formas e geometricas, symetria e fará construções e comparações;

III Occupações manuaes: a, Picado sobre papel, produzindo desenhos variados e graduados, primeiro por meio de rectas, depois por meio de curvas; b, Costura substituindo a linha de pontinhos do picado por fios de lã ou seda de côres; c, Desenho: combinação de linhas por meio de taboinhas e páozinhos; desenho de linhas horizontaes e verticais na ardosia; combinação destas linhas formando figuras de acordo com o modelo; linha obliqua; copia das formas produzidas pelo picado e pela costura; representação dos objectos usuaes e faceis por simples indicação verbal da professora; d, Entrelaçamento e tecelagem, ora por explicação da professora com tiras de papel espesso, palha, fitinhas, etc. O menino construirá rectangulos, cruzes, portaguardanapos, cestos, etc; e, Dobradura para obter formas que lembrem objectos conhecidos e formas novas; f, Corte e recorte segundo as linhas marcadas pela dobradura; g, Collagem das peças obtidas pelo corte e recorte, produzindo fórmulas artísticas; h, Emprego de bolinhas de Cêra ou de barro e de páozinhos

pontuados para produzir corpos geometricos e formas diversas; i, Cartonagem para obter corpos geometricos, caixas, porta-papeis etc; j, Modelagem, primeiro por meio da aréa molhada, depois de argilla humida: o menino reproduzirá formas geometricas e objectos faciles e usuaes;

IV Jardinagem: o menino⁴⁶ adquirirá conhecimentos de botanica e agricultura, habitros de trabalho e de observação;

V Palestras: todos os exercicios darão logar a conversas curtas e simples; a professora conversará tambem sobre os varios objectos do Jardim da Infancia, da casa paterna, sobre as partes do corpo humano, vestimentas, animaes, vegetaes e mineraes communs, profissões, industrias, productos naturaes, phenomenos meteorologicos etc. e mostrará aos alumnos, no momento da palestra o objecto, o desenho do objecto ou um objecto analogo.

VI Exercicios oraes: estes exercicios tenderão especialmente á bôa pronuncia e terão por fim fazer que a creança exponha o que ouviu, viu, comprehendeu e pensa sobre um assunpto;

VII Recitação de pequenas poesias no Jardim da Infancia, comprehendendo assumptos que causem prazer ás creanças: brinquedos, scenas familiares, descripções etc. e concorrendo para formar os sentimentos moraes, enriquecer o vocabulario e desenvolver a linguagem;

VIII Escripta e leitura: exercicios, primeiramente colletivos, depois individuaes, de designação e formação de letras, syllabas, palavras isoladas e pequenas phrases; a professora lerá trechos appropriados e os alumnos dirão o que comprehenderem do trecho lido;

IX Canto: a professora explicará preliminarmente as palavras do canto cujo trecho será simples, de melodia agradavel e rithmado: é imitando a professora e repetindo phrase por phrase, tantas vezes quantas forem precisas á bôa execução, que os discipulos aprenderão;

X Calculo: exercicios graduados de numeração oral e escripta até 100; sommar, diminuir, multiplicar e dividir; noções elementares de medidas metricas mais communs; todo o calculo deverá ser concreto e jogar com bolas, cubos, quadradinhos ou quaesquer objectos appropriados;

XI Collecções: formação pelos alumnos de pequenas collecções de folhas, flores, sementes, tecidos, insectos, etc. sob a direcção da professora para favorecer a observação, o espirito de investigação, de ordem, e habituar o menino a conservar e a classemficar;

XII Explicação de estampas representando factos da industria, factos historicos, cousas naturaes, paizagens, scenas da vida, animaes etc.: a professora explicará o assumpto, tornando-o interessante, depois do que interrogará o discipulo.

XII⁴⁷ Educação moral: a professora fará sahir sempre das lições um ensinamento moral, juntará sempre aos exercicios pequenas historias, em que se refira aos deveres de obediencia, respeito,

⁴⁶ Na regulamentação das instruções do jardim de infânciia (1904) usaram-se concomitantemente os termos creança, menino, discípulo e aluno.

⁴⁷ Houve um erro de impressão no documento, pois o item correto seria o XIII.

bondade, polidez, paciencia etc., procurando inspirar o amor á familia, á patria. (Grifos nossos). (AMAZONAS – Regulamento Geral da Instrucção Publica, 1904, p. 127-130).

Não se pode ter certeza que esse programa foi usado no jardim de infância, do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, anexo à Escola Normal, implantado em 1920, porém em suas “Instruções a seguir no Jardim de Infancia”, há alguns elementos inseridos como a questão da educação nacional, as lições de coisas, processos froebelianos, e a preocupação com a alfabetização.

Os cursos preliminares⁴⁸, que também foram regulamentados em 1918 e 1926, como jardins de infância, não pertenceram ao Regulamento Geral da Instrução Pública de 1932. Nesse, o jardim de infância ou escola maternal veio associado à escola ativa e deveria atender a crianças entre 4 a 6 anos “[...] pelos métodos prescritos para os ‘kindergarters’, combinando-se os sistemas de Froebel e Montessori, no que possam ser adaptados ao nosso clima, hábitos, tendências, capacidade infantil, etc.” (art. 284).

O ensino recreativo foi expresso no art. 283, voltado à condução, flexibilidade do currículo, orientação no uso do brinquedo e à atividade prazerosa.

Art. 283 – Nas escolas maternas ou **jardins da infância**, o ensino será recreativo, para o que os programas e horários não deverão ser executados a rigor. As crianças serão conduzidas e orientadas, nos seus brinquedos, sem que o percebam. Sempre que um exercício interessar, despertando alegria, pode ser mais prolongado, sem, com tudo, começar a produzir cansaço. Ao contrário, o que infastiar deve imediatamente ser abandonado. (AMAZONAS – Regulamento Geral da Instrução Pública, 1932, p.36).

O método usado no jardim de infância tinha que ter continuidade no 1º ano do curso elementar, considerando “[...] a amplitude e o utilitarismo dos exercícios.” (art. 285), assim não haveria muita diferença entre um nível e outro. Por mais que existisse um elo metodológico e normativo entre o jardim de infância e o 1º ano do curso elementar, a estrutura do ensino primário não constou o jardim de infância.

⁴⁸ Os aspectos legais dos cursos preliminares encontram-se no capítulo III.

O Regulamento Geral da Instrução Pública (1932), no item (a), do art. 313, considerou as Coleções de Froebel e Montessori e os Modelos de cartonagem como objetos e instrumentos indispensáveis para a classe maternal (jardim de infância).

Dos jardins de infância normatizados, somente os dos cursos preliminares fizeram parte do ensino primário, como um curso de ensino. Os demais, ou se constituíram em um elemento a parte, anexo à regulamentação da Escola Normal em 1904, ou integraram o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1932, na forma de artigos “pincelados”. Entre esses dois exemplos, o jardim de infância da Escola Normal apareceu com uma melhor estrutura legal, que congregou, em nove artigos, os princípios, as finalidades, a organização os processos froebelianos.

1.6 A População escolar do ensino primário no Amazonas – 1896/1930

A análise da população escolar do ensino primário no Estado do Amazonas no período investigado pode ser feita com o apoio nas informações das Mensagens governamentais do Amazonas, dos relatórios de Instrução Pública (anexos às Mensagens)⁴⁹ e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse é um trabalho ainda impreciso, pois as informações dos escolares infantis no Amazonas só foram encontradas nas Mensagens; e em relação aos censos populacionais do IBGE pode-se afirmar que:

A principal fonte de informações populacionais no Brasil são os Censos Demográficos. Estes, em princípio, deveriam ser decenais. Mas, na verdade, apresentam uma história atribulada. Os dados relativos à cidade do Rio de Janeiro no Censo de 1900 foram considerados deficientes e os resultados referentes ao Distrito Federal cancelados. Um novo recenseamento do Estado do Rio de Janeiro foi então feito em 1906. Por razões de ordem política o recenseamento de 1910 foi suspenso. O mesmo ocorreu com o Censo de 1930. O Censo de 1920 foi considerado deficiente, com uma aparente superestimação de cerca de 10%. (IBGE, 2006, p.31).

⁴⁹ Os relatórios de Instrução Pública acompanharam às Mensagens do Amazonas, com exceção do Relatório da Instrução Pública de 1929, que tratou do quadriênio do governador Ephigenio Ferreira de Salles (1926-1929).

Após o censo de 1920 só houve recenseamento em 1940 que foi considerado, pelo IBGE (2006), como exemplar. Nesse processo de pesquisa houve uma terceira particularidade sobre as informações da população infantil da primeira infância escolarizada. Em relação ao Brasil, não se encontrou informações dessa estratificação nas fontes investigadas.

No Amazonas, essa população também se encontrou diluída nas especificações da criança dentro do ensino primário. Toma-se como base que a escolarização das crianças na primeira infância, na forma de externato, na estrutura pública no estado do Amazonas tenha se iniciado com os jardins de infância, na forma de cursos preliminares⁵⁰, expressos pela Mensagem do Amazonas de 1918, do governador Pedro Alcantara Bacellar, e no Regulamento da Instrução Pública de 1918 (Dec. 1276/18) que reformou o ensino primário. Mesmos assim, não houve, junto às Mensagens do Amazonas, uma descrição individualizada referente a essa faixa etária, categorizando-a, com exceção das informações a partir da Mensagem do Amazonas de 1924.

Outras referências devem ser mencionadas acerca da população infantil escolarizada da primeira infância no estado do Amazonas. O Curso Infantil Froebel – jardim de infância do Instituto Benjamin Constant que funcionava em 1897 seguiu o seu atendimento até 1933 (conforme as fontes estudadas). No entanto, somente em 1919 a *escola ao ar livre* foi criada como um jardim de infância às crianças do bairro do Mocó.

Os cursos preliminares apareceram regulamentados em 1918 e integraram a estrutura de ensino dos grupos escolares, na forma de jardins de infância. Gizele Souza (2004) trabalhou com a hipótese de que os jardins de infância no Paraná integraram os grupos escolares e fizeram parte do processo civilizador da instrução republicana paranaense entre 1900-1929.

Não se encontrou no Amazonas, de 1897 a 1918, referências à escolarização pública para as crianças da primeira infância, na estrutura e concepção de jardim de infância, de caráter externo, diferente do Instituto Benjamin Constant. Entretanto isso não significou que as crianças com idades

⁵⁰ Os cursos preliminares encontram-se no capítulo III desse trabalho.

inferiores a 7 anos não estudassem nas escolas. Na Mensagem do Amazonas de 1905, do governador Antonio Constantino Nery, foi encontrada referência de atendimento a criança com a idade de 5 anos no interior do estado. Anterior a isso, a Escola Pública do sexo feminino do 2º Distrito da Capital, em 1901, no governo de Silverio José Nery, teve a criança Cecy E. Guimarães, de 4 anos, paraibana, matriculada na 1ª classe elementar, junto com a sua irmã de 7 anos (amazonense).

Com base nesses pressupostos, levantaram-se as informações do atendimento às crianças do ensino primário amazonense a partir das Mensagens do Amazonas de 1896 a 1930⁵¹ referentes ao atendimento de matriculados, de frequência, e de número de escolas.

O Brasil em 1890 tinha uma população de 14.333.915 habitantes. Em 1900 o número de habitantes era de 17.438.434. Em 1910, a população era de 23.414.177 habitantes. Em 1920, 30.635.605 habitantes e, 41.236.315 habitantes em 1940. (IBGE, 2000; BRAZIL – Recenseamento, 1920).

Em relação ao ensino primário, Maria Luisa Santos Ribeiro (2007) apresenta que relativo ao período de 1894 a 1920: “o único levantamento estatístico organizado, relativo a este período, diz respeito ao então Distrito Federal, durante os anos de 1907-1912. [...] Leônicio Basbaum afirma: ‘Se, em 1889, os alunos matriculados correspondiam a cerca de 12% da população em idade escolar, em 1930 já havia subido a cerca de 30%’” (RIBEIRO, 2007, p.84). Isso representou um aumento do atendimento no ensino primário na República brasileira referente tanto aos aspectos quantitativos e qualitativos, que envolvem a criação dos grupos escolares e de uma cultura voltada para a educação nacional e a civilidade patriótica. (RIBEIRO, 2007; SOUZA, 1998; TEIVE; DALLABRIDA, 2011).

O índice de analfabetismo da população brasileira nos anos de 1890, 1900 e 1920 pode ser representado pelo Quadro 3 (p.118). O percentual de analfabetos, diante da questão eleitoral, indicava que a escolha dos cargos

⁵¹ A base desse recorte temporal foi o funcionamento do Curso Infantil Froebel – jardim de infância do Instituto Benjamin Constant – 1897 a 1933.

representativos na República estava subordinada à minoria da população brasileira. Em 1940 “[...] havia no país 67,2% de analfabetos.” (SOUZA, 2008, p.276). Em 1910, os eleitores aptos para votarem no Presidente da República, no Estado do Amazonas, eram de 14.231 pessoas, sendo que 6.362 compareceram às urnas, com uma população do Amazonas estimada em 1905 de 200.000 habitantes. (IBGE, 2006; AMAZONAS – Mensagem, 1905), levando em consideração que o recenseamento federal no Amazonas, em 1900⁵², arrolou uma população de 249.756 habitantes, “[...] dos quais 136.636 do sexo masculino e 113.120 do sexo feminino; 190.122 solteiros, 48.876 casados e 10.758 viúvos; 246.511 nacionais e 3.245 estrangeiros.” (BRAZIL – Recenseamento, 1920, p. 437).

No Brasil, o maior contingente de alunos matriculados no ensino primário em 1937 pertencia aos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, com respectivamente 494.138; 412.686; 249.572; e 124.904 alunos matriculados em escolas primárias, abrangendo os grupos escolares e as escolas isoladas. São Paulo possuía 654 grupos escolares, o Rio Grande do Sul, 384, Minas Gerais, 318, e o Rio de Janeiro, 118. (SOUZA, 2008).

Em relação aos Estados da região Nordeste, Pernambuco apresentava o maior número de escolas registrando 59 grupos escolares e 2.235 escolas singulares, absorvendo um total de 96.040 alunos matriculados. Nos outros Estados da região, o número de escolas e alunos era significativamente menor. A rede de escolas no Ceará, por exemplo, era de 51 grupos, 59 escolas agrupadas e 1.137 escolas singulares, compreendendo 66.931 alunos. O Rio Grande do Norte possuía 35 grupos, 45 escolas agrupadas e 520 escolas singulares, contando com 31.213 alunos. O estado da Bahia não registrava nenhum grupo escolar no ano de 1937, sendo sua rede de ensino formada por 159 escolas agrupadas e 1.546 escolas singulares, envolvendo 96.022 alunos matriculados. (SOUZA, 2008, p.275).

O estado do Amazonas, em relação ao ensino primário, conforme a Mensagem de 1896, do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, possuía no ano de 1893, 98 escolas, sendo 21 para o sexo masculino, 21 para o feminino, e 56 escolas mistas. Em 1894 o número de escolas era de 105, sendo 22 na capital e 83 no interior. Em 1895 esse número havia aumentado para 144 escolas públicas,

⁵² Em 1900, o número de habitantes no Brasil era de 17.438.434 (IBGE, 2000).

sendo que 73 providas efetivamente, 51 interinas e 20 vagas. Nessas escolas públicas estatais, 2.285 alunos foram matriculados no ano de 1897 e 618 alunos foram matriculados nos estabelecimentos particulares. Na capital havia quatro prédios escolares “dentro dos padrões pedagógicos e de higiene”, e no interior estavam em boas condições os prédios de Manacapuru e Manicoré. Ainda, pensava-se na construção de prédios escolares (com verbas aprovadas no orçamento) em Canutama, Boa Vista do Rio Branco, Lábrea, Badajós, Codajás e Maués.

Em 1898, no governo de Fileto Pires Ferreira, o estado do Amazonas encontrava-se dividido em 14 distritos escolares e tinha os grupos escolares como exemplo para os prédios do ensino primário (AMAZONAS – Mensagem 1898).

Em Manaus, a população infantil em 1898 era de 1.897 crianças, sendo 1.194 escolares. (AMAZONAS – Mensagem, 1899). A matrícula nas escolas primárias da capital consistiu em 1901 em 37 escolas da capital, atendendo 1.682 alunos, com uma média de frequência de 30 alunos por escola; em 1902, 40 escolas primárias da capital atenderam a 1.465 (com a frequência de 30 alunos por escola) e, no interior, 3.361 alunos estavam matriculados em 143 escolas. (AMAZONAS – Mensagem, 1902). A mensagem do Amazonas de 1903 apresentou uma população de 45.000 habitantes para a capital.⁵³

Em 1905 a frequência da população das escolas do ensino primário do Amazonas foi de 5.315 crianças, representando 2.65% da população estimada em 200.000 habitantes. (AMAZONAS – Mensagem, 1905). Nesse ano, o governador Antonio Constantino Nery anunciou os “[...] consertos nas escholas publicas da rua Municipal, do bairro dos Tócos, da rua José Paranaguá, da praça Floriano Peixoto , do bairro de Flores, da denominada Lalôr, no Instituto Benjamin Constant, e no predio da Escola Modelo [...]” . (AMAZONAS - Mensagem 1905, p.26).

A Mensagem de 1907, do governador do Amazonas Antonio Constantino Nery, acusou a matrícula do ano de 1906 em 4.102 crianças nas 213 escolas primárias, com uma frequência média de 3.355. A distribuição dessa população

⁵³ O governador do Amazonas referente à Mensagem de 1899 foi José Cardoso Ramalho Junior; nas Mensagens do Amazonas de 1902 e 1903, o governador foi Silverio José Nery.

infantil na capital e subúrbios foi de 1.112 alunos matriculados, com uma frequência de 818, média de matrícula de 22 e de frequência escolar de 16 alunos por escola. No interior do Amazonas, a matrícula foi de 2.990 crianças, com uma frequência média de 2.537, ou de 15 alunos para cada escola. As escolas de Humaitá, Manicoré e Parintins foram citadas com obras em término.

A matrícula das crianças no ensino primário, sem incluir as escolas mantidas pela municipalidade (que eram em número superior a 250), conforme a Mensagem de 1908, do governador do Amazonas Cel. Raymundo Affonso Carvalho, foi de 7.884 alunos, com uma frequência média de 5.143.

Em 1909, computou-se no Amazonas um total de 4.371 matriculados. O governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt assim se pronunciou acerca da “evolução” do ensino primário da capital, atribuindo-lhe uma baixa taxa de matrícula escolar: “A população ultrapassa 40 mil; em idade escolar estão 6 mil crianças, estimando-se por baixo 15% da população, sendo que a matrícula nas escolas é de 1.339, concluindo-se que somente 22% receberão ‘as luzes da instrução’”. Na capital, o recenseamento do ano de 1900 havia atestado a existência de 6.724 crianças de um a dez anos e 7.719 de sete a quinze anos. (AMAZONAS – Mensagem, 1909, p.25).

Algumas escolas primárias, em 1910, funcionavam em casas apertadas onde mal cabia o mobiliário escolar. Em relação ao número de matriculados, tiveram-se no ensino primário 6.164 alunos em todo o Amazonas, incluindo-se o Instituto Affonso Penna e o Benjamin Constant. Nos 22 colégios particulares estavam distribuídos 1.094 alunos e mais 193 em 6 escolas municipais, totalizando-se 7.451 alunos. (AMAZONAS – Mensagem, 1910).

A análise sobre o aumento de 46% da frequência escolar no curso primário de 1896 a 1910 foi apresentada na Mensagem de 1911, do governador do Amazonas Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt. Em relação às escolas primárias, o Estado mantinha 201. Em 1912, o Estado mantinha 235 escolas, sendo 46 para o sexo masculino, 42 para o feminino e 147 mistas, assim distribuídas 217 escolas do 1º grau, 14 escolas do 2º grau e 4 escolas do 3º grau.

O censo em 1910 acusou o registro de 6.694 alunos e em 1911, de 9.204, o que não representava, de acordo com o governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, a 50% do número de residentes nas localidades onde existiam as escolas. (AMAZONAS – Mensagem, 1912).

No ano de 1913 a instrução primária pública no Amazonas acontecia em 54 escolas da capital e 204 no interior, com uma frequência média de 5.143. Estavam matriculados 6.773 alunos contabilizando-se as matrículas em 20 estabelecimentos particulares, sendo 18 na capital e 2 em Itacoatiara. Em 1914, o total de matriculados, excluindo-se os estabelecimentos particulares, era de 6.277 alunos, sendo que 2.302 pertenceram à capital (inclusive ao grupo Benjamin Constant), e 3.875 ao interior. (AMAZONAS – Mensagem, 1914; 1915).

Em 1917, o governador do Amazonas Pedro Alcantara Bacellar mencionou que o Amazonas ocupava o penúltimo lugar do Brasil, em relação ao número de alunos por habitante no ensino primário, perdendo apenas para os estados de Goiás e Paraíba. Ele firmara que em 1907 havia 215⁵⁴ escolas públicas no Amazonas e esse número havia sido reduzido para 140, sendo 57 em Manaus e subúrbios e 83 no interior do município da capital e no estante do Amazonas. Nesse sentido, defendeu a união do Estado e do Município para a manutenção das escolas e a existência subvencionada pelo Estado (com professor e fiscalização) de escolas primárias nos seringais.

Deste modo, já conseguimos a fundação de uma escola no seringal Ouro Negro, no rio Pauhiny, graças aos esforços de seu proprietário, Joaquim Alves Grangeiro, cujo gesto meritorio deve ser suficientemente divulgado, para servir de exemplo. (AMAZONAS – Mensagem, 1917, p.133).

Uma série histórica de 1896 a 1917 da frequência média do ensino primário do Amazonas foi apresentada na Mensagem de 1918, do governador Pedro Alcantara Bacellar. (QUADRO 4, p. 119). O ensino primário, conforme a Mensagem do Amazonas de 1918, atendia a 34% da população infantil de 7.332 crianças, em idade escolar. Na capital existiam 58 escolas atendendo a 1.591 crianças em uma população aproximada de 40.000 habitantes. O governador

⁵⁴ Duas escolas a mais do que consta na Mensagem do Amazonas de 1907, do governador Cel. Raymundo Affonso de Carvalho.

Pedro de Alcantara Bacellar lamentou a extensão do estado do Amazonas com as poucas 80 escolas no interior, com uma população infantil estimada em 20%, ou seja, 80.000 crianças, em relação à população de quase 400.000 do estado do Amazonas.

Que podemos fazer para solucionar o problema da instrução em todo o Estado, quando não podemos attender na capital, com os recursos actuaes do ensino publico, amparado pelo grande e valioso contingente do ensino particular, nem a 25% dos que precisam de ser instruidos? Que dizer então das necessidades do ensino do interior, onde a população, extremamente rarefeita, anda calculada, approximadamente, em 400.000 habitantes, podendo-se estimar, pelo calculo da população escolar da capital sobre o total dos habitantes, seguramente em 20% o numero de creanças em edade escolar ou sejam 80.000, que exigiam pelos annos 2.000 escolas!! (AMAZONAS – Mensagem, 1918, p.147-148).

A estimativa da população infantil no Amazonas, que precisou de escolas no ensino primário, em 1919, conforme o governador Pedro Alcantara Bacellar, foi de 100.000 crianças, tendo como referência o valor de 20% em uma população estimada em 500.000 habitantes. Na capital, o recenseamento contabilizou mais de 7.000 crianças, sendo que o Estado só tinha 62 escolas, 48 reunidas em 11 grupos escolares e 14 escolas isoladas. (AMAZONAS – Mensagem, 1919; 1920). Nesse contexto, "[...] apenas 34% das creanças recenseadas recebem instrução regular e fiscalizada, em estabelecimentos publicos e particulares de ensino." (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.201).

Na Mensagem de 1920, o governador do Amazonas, Pedro de Alcantara Bacellar, explicou a situação das escolas isoladas da capital. Duas funcionaram nos bairros de Constantinopolis e Oliveira Machado; duas do bairro de São Raimundo estavam para serem instaladas no antigo Mercado, cedido pela Municipalidade. No perímetro urbano, havia duas Escolas Modelo, a de José de Alencar e D. Libania Ferreira. As duas escolas do bairro do Girão seriam agrupadas quando se fizesse um prédio escolar. No subúrbio constou a transferência da escola de Areias para a Chapada, devido a enorme quantidade de população infantil e por ficar mais próximo da linha de *bonds*, da mesma forma

como foi aconteceu com a escola João Alfredo que ficou alocada no Km 2 da estrada Campos Salles, mais perto do bairro de Flores.

No interior existiam 84 escolas, sendo que 11 formavam 3 grupos escolares. Houve o destaque para o Grupo Wencesláo Braz em Itacoatiara pelo “[...] zelo e tenacidade de seu Director, o Professor Aureliano Paes de Andrade Oliveira, como tambem pela competencia e dedicação de seus corpos docentes. A população escolar é de 250 creanças, requerendo um estabelecimento de ensino primario superior." (AMAZONAS – Mensagem, 1920, p.149). A Associação Vulgarizadora do Ensino, formada por ex-alunos da Universidade de Manáos, cujo presidente era o reitor da universidade Sr. Astrolabio Passos, fazia-se presente no interior do Estado. (AMAZONAS – Mensagem, 1920).

Em Manaus e no interior, conforme a Mensagem do Amazonas de 1920, foram recenseadas 12.529 crianças em idade escolar, sendo 7.558 na capital e 4.971 no interior. A matrícula em Manaus foi de 2.420 crianças, com a frequência de 1.341; no interior, apesar dos dados serem imprecisos, conforme o governador Pedro de Alcantara Bacellar, teve-se uma matrícula de 1.765, com a frequência de 1.648. Na Mensagem de 1921, do governador do Amazonas Desembargador Cesar do Rego Monteiro, houve 2.016 alunos matriculados na capital.

O discurso sobre o atendimento do ensino primário pelo Estado mudou de uma perspectiva negativa para uma justificativa satisfatória quando Adelino Cabral da Costa assumiu em 22/11/1922 a diretoria da instrução pública. Para o diretor, a educação do Estado só não estava melhor como nos grandes centros urbanos devido à falta de recursos. Em 16/11/1922 tinha-se “[...] na capital e subúrbios 65 escolas, 51 das quais estavam distribuídas pelos grupos escolares: Barão do Rio Branco, Silverio Nery, José Paranaguá, Gonçalves Dias, Antonio Bittencourt, Saldanha Marinho, Marechal Hermes, Conego Azevedo e Instituto Benjamin Constant. (AMAZONAS – Mensagem 1923, p.142).

No interior existiam 123 escolas, sendo que 58 em funcionamento. Das 29 escolas que responderam a ficha de matrícula constaram-se 1.150 crianças matriculadas, sendo 586 do sexo masculino e 564 do sexo feminino. A matrícula

na capital em 1922 foi de 2.766 crianças matriculadas, sendo 1.096 do sexo masculino e 1.670 do sexo feminino. (QUADRO 5, p.119).

O governador do Amazonas Turiano Meira, na Mensagem de 1924, apresentou que na capital, no ano de 1923, foram matriculados 2.941 alunos em 9 grupos e 15 escolas, com uma frequência de 1.512 e 1.109 examinados, dos quais no curso preliminar 365 alunos prestaram exames; no 1º ano do curso elementar 288; no 2º ano, 212, no 3º ano, 169 alunos; no curso médio foram 75 examinados. No interior, houve uma precariedade no envio das matrículas, onde se computou 1.099 alunos matriculados no ensino primário, com uma frequência média de 606. Desses, 142 alunos prestaram exames em 14 escolas; em 16 escolas não houve o exame. Os examinados no curso preliminar foram 22; no 1º ano do curso elementar, 58; no 2º ano, 34; e no 3º ano, 23; e no curso médio foram 5 examinados.

Na Mensagem do Amazonas de 1925, o interventor Alfredo Sá defendeu a necessidade do agrupamento nas escolas de Parintins, Coari, Codajás e outras. A distribuição da matrícula e frequência na capital e interior, nas escolas públicas e no ensino particular encontra-se representada no Quadro 6 (p. 120).

Na capital estimava-se uma população de 50.000 habitantes e provavelmente uma população infantil em idade escolar de 6.000 crianças. Desses, inferiu-se que 30% não estudavam na capital. (AMAZONAS – Mensagem, 1925).

No governo amazonense de Ephigenio Ferreira de Salles (01/01/1926 a 01/01/1930)⁵⁵, houve um aumento populacional que praticamente duplicou o atendimento às crianças no ensino primário. Algumas medidas talvez possam explicar esse fato: a intervenção do governo central no Amazonas e a política nacional de combate ao analfabetismo; a criação de novas escolas; o desdobramento, com a divisão do regime do tempo escolar em dois turnos

⁵⁵ Ephigenio Ferreira de Salles renunciou do governo do Amazonas em 1928.

(manhã e tarde)⁵⁶, e a existência das Ligas de Assistência em todos os grupos escolares.

Em 1926, o governador acusou a criação, no bairro da Cachoeirinha, do Grupo Escolar “Guerreiro Antony” e a criação de 7 escolas no interior. (AMAZONAS – Mensagem, 1926). Na Mensagem de 1927, Antonio Monteiro de Souza, presidente da Assembleia no exercício da presidência do Estado do Amazonas, apresentou o número de matriculados nas escolas públicas estatais (do curso normal ao primário) em 10.996, no ano de 1925 e 13.721 alunos no ano de 1926.

A imagem do progresso educacional esteve estampada na Mensagem de 1929, onde o governador Ephigenio Ferreira de Salles anunciava a renovação do ensino, mesmo com a “imensidão quase desértica” do território amazonense.

A largueza da região quase deserta é o maior factor do retardamento do ensino, sem levar em linha de conta o gênero de vida nomada, dos que se dedicam á extracção de productos florestaes, á pesca, ao commercio ambulante.

Á parte tamanhos obices, que, em outro logar, fariam renunciar os melhores propósitos, o governo amazonense, reanimou o ensino, para cujo fim creou novas escolas, deu-lhes dotações de mobiliário e material didacto, prestigiou o professorado, assegurando-lhe seu prompto pagamento e tudo fazendo para que a efficiencia do magisterio se tornasse, como se tornou, a mais vantajosa possível. (AMAZONAS – Mensagem, 1929).

De 1926 a 1928, o governador do Amazonas Ephigenio Ferreira de Salles apresentou o “progresso do ensino amazonense” por meio do quadro das matrículas (QUADRO 7, p.120).

A estatística serviu para que o governador mostrasse o aumento de matriculados que em 1928 foi de 13.233 em 278 escolas públicas estaduais, sendo que 6.115 do sexo masculino e 7.118 do sexo feminino. Nas etapas do curso primário, o curso preliminar e o jardim da infância tiveram 7.535 matriculados. No curso elementar, o 1º ano teve 2.540 alunos, o 2º ano 1.519 e o 3º ano 1.033, totalizando 5.062 matriculados. Esse quantitativo, para o

⁵⁶ O ensino primário que era trabalhado em um único turno foi dividido em dois turnos para atender a mais alunos. O desdobramento do ensino foi usado em São Paulo (NAGLE, 2009), porém, além do desdobramento, houve também o tresdobramento. (SOUZA, 1998).

governador, significou: “O aumento desses coefficientes atesta a victoria da campanha desanalphabetizadora está na razão directa do esforço e dos sacrifícios que o governo vae empregando na diffusão do ensino.” (AMAZONAS – Mensagem, 1929, p. 222).

A progressão numérica de matriculados não acompanhou a de frequência, que foi de 60.36%, justificada por Ephigenio Ferreira de Salles, pela vida de atividade doméstica das crianças que acompanhavam os seus pais na indústria extrativista, na feitura das roças, no fabrico da farinha e nas pescarias.

No Relatório de Instrução Pública, do quadriênio de 1926-1929, do governador do Amazonas Ephigenio Ferreira de Salles, impresso em 1929, o Estado do Amazonas tinha 339 Escolas, sendo que no ensino público, em Manaus havia: 1 Escola-Modelo; 92 escolas de 1^a entrância, organizadas em 14 grupos escolares; 8 escolas isoladas de 1^a entrância; e 2 regimentais de 1^a entrância. No interior do Estado; 14 escolas de 2^a entrância, organizadas em 4 graus escolares⁵⁷; 10 escolas isoladas de 2^a entrância; 26 escolas isoladas de 2^a entrância na vilas; e 126 escolas de 2^a categoria (rurais) nas povoações. O ensino particular foi apresentado com 27 colégios e escolas do tipo inscrito; e 13 colégios não inscritos. E o ensino municipal tinha 20 escolas.

A matrícula dessas escolas totalizou 18.015 alunos, com uma frequência de 11.632, e 2.038 alunos “analphabetizados”. (QUADRO 8, p. 120). Dentre as informações no quadro 8, voltou-se a atenção para o número de “analphabetizados” de 1929; talvez esses alunos pertencessem aos cursos preliminares, que aconteciam nos grupos escolares, do estado do Amazonas. A quantidade de 2.038 “analphabetizados” está aquém do total apresentado de 7.535 matriculados (jardim de infância e curso preliminar) de 1928. No entanto, talvez representassem as crianças que não foram aproveitadas ou que não fizeram os exames escolares, por não saberem ler e escrever.

⁵⁷ Duas ideias ocorreram ao verificar a frase “em quatro graus escolares”; a primeira que a palavra *graus* talvez tenha sido trocada pela palavra *grupos* como no período anterior do texto; ou então, os *quatro graus escolares* sejam um indicativo do funcionamento dos cursos preliminares, pois entre 1926-1929, o ensino primário estava organizado em curso preliminar mais o curso elementar: 1º, 2º, 3º graus, conforme o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1926.

Das informações no Relatório de Instrução Pública (1929) encontraram-se diferenças nas quantidades computadas, como no exemplo das 10 escolas isoladas da capital. Talvez isso tenha ocorrido devido a uma atualização de dados no decorrer dos anos que compreende o documento – 1926-1929, ou uma diferença no cômputo das informações.

As 10 escolas isoladas na capital, em 1929, foram: “Agnello Bittencourt”, “Barão de Macahubas”, “Carlos Pinho”, “Carneiro Ribeiro”, “Floriano Peixoto”, “Libania Ferreira”, “Paulino de Britto”, “Rivadavia Corrêa”, “Joaquim Nabuco” e “General Osorio”⁵⁸. Dessas, a matrícula em 1928 foi de 619 alunos, com uma frequência de 312 e a aprovação de 274 alunos. (AMAZONAS – A Instrução Pública, 1929, p.19).

A quantidade de escolas do ensino primário e normal, por município, de 1928, constou no relatório de instrução pública de 1929, do governador do Amazonas Ephigenio Ferreira de Salles. (QUADRO 9, p.121).

A média de alunos matriculados por escola foi de 47,26 alunos e de frequência, 29,64⁵⁹. Em relação aos grandes centros do Brasil, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro que em 1937 representavam o maior contingente populacional nas escolas primárias, o Amazonas até 1930 apresentava uma estrutura de ensino primário insipiente, inclusive para o atendimento da população infantil em idade escolar. Entretanto, dentro dessa organização, a criança compreendida na primeira infância teve o seu espaço escolar por meio dos jardins de infância, na forma de internato no Instituto Benjamin Constant e de externato, no ensino público primário das escolas estaduais.

⁵⁸ As duas escolas isoladas citadas, “Joaquim Nabuco” e “General Osório”, no documento impresso, constam na forma manuscrita cursiva. Ou seja, os nomes das escolas foram completados após a impressão do documento, porém não há indicações do autor da escrita.

⁵⁹ Realizou-se a divisão entre a quantidade total de matriculados pela a quantidade total de escola, assim como a frequência total pelo número total de escolas.

TIPOS DE PRODUÇÃO	
DE EXPORTAÇÃO	DE PEQUENAS INDÚSTRIAS
Goma elástica, óleo, castanha, salsa, piaçava, manteiga de ovos de tartaruga, peixe salgado.	Serraria a vapor, engenho para mover cana e destilar aguardente, criação de bois e cavalos.

Quadro 1. Tipos de Produção no Amazonas – 1870.

Fonte: AMAZONAS - Relatório 25/03/1870.

TIPOS DE PRODUÇÃO	
DE EXPORTAÇÃO	PRODUTOS PARA O MERCADO INTERNO QUE SAÍM DE MANAUS
Borracha fina, sernamby, caucho, castanhas a granel, em ouriço, em sapucaia, cacau, guaraná, pirarucu, pirarucu seco, óleo de copaíba, cumaru, couro seco de veado, boi e bode, couro verde de boi, carneiro e onça, tambaqui, estopa, salsa em rama, salsa entaniçada, chocolate, peixe de salmoura, ripas de cedro, tabaco, piaçava em rama, penas de garça, sebo em rama, mixira, manteiga de tartaruga, peixe, batata, leite de sorva.	Sal, açúcar, breu, bolacha, milho querosene, charque, vermute, conhaque, cebolas, feijão, pedra amolar, tabaco, cachaça, solla, vinho do porto, queijo, verniz, alcatrão, álcool, farinha, pólvora, café, cerveja, louça, bacalhau, batatas, estopa, tela, trempes, medicamentos.

Quadro 2. Tipos de Produção no Amazonas – 1905.

Fonte: AMAZONAS - Mensagem de 10-07-1905.

ÍNDICE DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA			
Especificação	1890	1900	1920
Total	14.333.915	17.388.434	30.635.605
Sabem ler e escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
Não sabem ler e escrever	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de analfabetos	85	75	75

Quadro 3. Índice de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades – 1890, 1900, 1920.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil*, ano II, 1936, p.43. (RIBEIRO, 2007, p.81).

FREQUÊNCIA MÉDIA DO ESTADO DO AMAZONAS	
Ano	Frequência média
1896	1.049
1897	907
1898	682
1899	595
1901	961
1902	1.200
1903	1.049
1904	1.074
1905	1.007
1906	812
1907	818
1908	958
1909	1.048
1910	1.006
1911	972
1912	1.223
1913	1.318
1914	1.317
1915	1.375
1916	1.346
1917	1.591

Quadro 4. Frequência Média do Estado do Amazonas de 1896 a 1917.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 1918, p.145-146.

MATRICULADOS POR ESCOLAS EM MANAUS		
Escolas	Matriculados	Número de Professores
Grupo "Barão do Rio Branco"	365	10
Grupo "Silverio Nery"	219	5
Grupo "José Paranaguá"	209	5
Grupo "Gonçalves Dias"	206	6
Grupo "Antonio Bittencourt"	243	6
Grupo "Saldanha Marinho"	283	6
Grupo "Marechal Hermes"	258	5
Grupo "Conego Azevedo"	202	5
14 escolas isoladas	781	3
Total	2.766	

Quadro 5. Matriculados por escolas na capital do Amazonas, 1922.

Fonte: AMAZONAS - Mensagem, 1923, p.144; 147.

MATRICULADOS E FREQUÊNCIA NO ESTADO DO AMAZONAS						
ANOS	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Matrícula	Frequência	Matrícula	Frequência	Matrícula	Frequência
1924	3.353	1.599 – 47%	1.875	1.312	5.228	2.911
1925	1.004	2.161 – 54%	3.514	2.247	7.518	4.408

ENSINO PARTICULAR						
1924	497	331	497	331
1925	521	376	521	376

Quadro 6. Matriculados e Frequência no Estado do Amazonas 1924-1925

Fonte: AMAZONAS – Mensagem 1925.

ESTABELECIMENTOS	ANNOS		
	1926	1927	1928
Escolas publicas	9.732	11.604	13.233
Escolas particulares	3.106	3.767	2.683
Escolas municipaes	1.838	2.222	2.099
Escolas Normal e Modelo	244	321	447
Totaes	14.920	17.914	18.862

Quadro 7. Matrículas do Estado do Amazonas 1926-1928.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 1928, p.228.

ESCOLAS	MATRICULA			Frequencia	Analphabetizados
	Masculino	Feminino	Total		
Ensino Publico					
1 Escola Modelo	18	156	174	164	----
92 escolas de 1 ^a entrancia (cap) em 14 grupos escolares	1.873	3.025	4.898	2.737	732
8 escolas isoladas de 1 ^a entrância (capital)	213	296	509	264	93
2 regimentaes (1 ^a entrância capital)	110	----	110	48	18
14 escolas de 2 ^a entrância (cidades) em 4 gráos escolares	398	498	896	567	107
10 escolas isoladas de 2 ^a entrância (cidades)	157	336	493	363	78
26 escolas isoladas de 3 ^a entrância (villas)	747	493	1.240	841	98
126 escolas de 2 ^a cathegoria (rurais) povoados	2.599	2.314	4.913	3.315	657
279 Escolas					
Somma	6.115	7.118	13.233	8.299	1.783
Ensino particular inscripto					
27 Collegios	1.095	762	1.857	1.303	255
Ensino particular não inscripto					
13 Collegios	509	317	826	695	----
Ensino Municipal					
20 Escolas	1.331	768	2.099	1.335	----
339 Escolas	9.050	9.965	18.015	11.632	2.038

Quadro 8. Matrículas, frequências e alunos analfabetizados no Estado do Amazonas em 1928.

Fonte: AMAZONAS – Relatório de Instrução Pública, 1929, p. 6-7.

Ensino primario e normal do Estado do Amazonas – Anno de 1928				
nº	Município	Numero de Escolas	Matriculas	Frequencia
1	Manáos	158	7.989	4.630
2	Itacoatiara	16	707	486
3	Manacapuru	15	606	425
4	Parintins	8	484	300
5	Teffé	8	406	290
6	S. Gabriel	4	320	274
7	Humaythá	6	236	155
8	Porto Velho	3	203	147
9	Codajás	5	192	135
10	Silves	4	179	130
11	Maués	5	179	122
12	Borba	5	163	108
13	Urucará	2	163	94
14	Fonte Boa	4	156	105
15	Manicoré	3	140	89
16	S. Paulo de Olivença	4	134	92
17	Barreirinha	4	134	92
18	Coary	3	131	92
19	S. Felipe	3	107	84
20	Floriano Peixoto	3	102	67
21	Boa Vista do Rio Branco	3	101	75
22	Labrea	3	98	82
23	Carauary	3	84	62
24	Benajamin Constant	2	70	44
25	Urucurituba	1	50	44
26	Barcellos	1	48	31
27	Urbanopolis	2	30	18
28	Moura	2	22	15
	Somma	280	13.233	8.299

Quadro 9. Ensino primário e normal do Estado do Amazonas por municípios - 1928.

Fonte: AMAZONAS – Relatório de Instrução Pública, 1929, p.12.

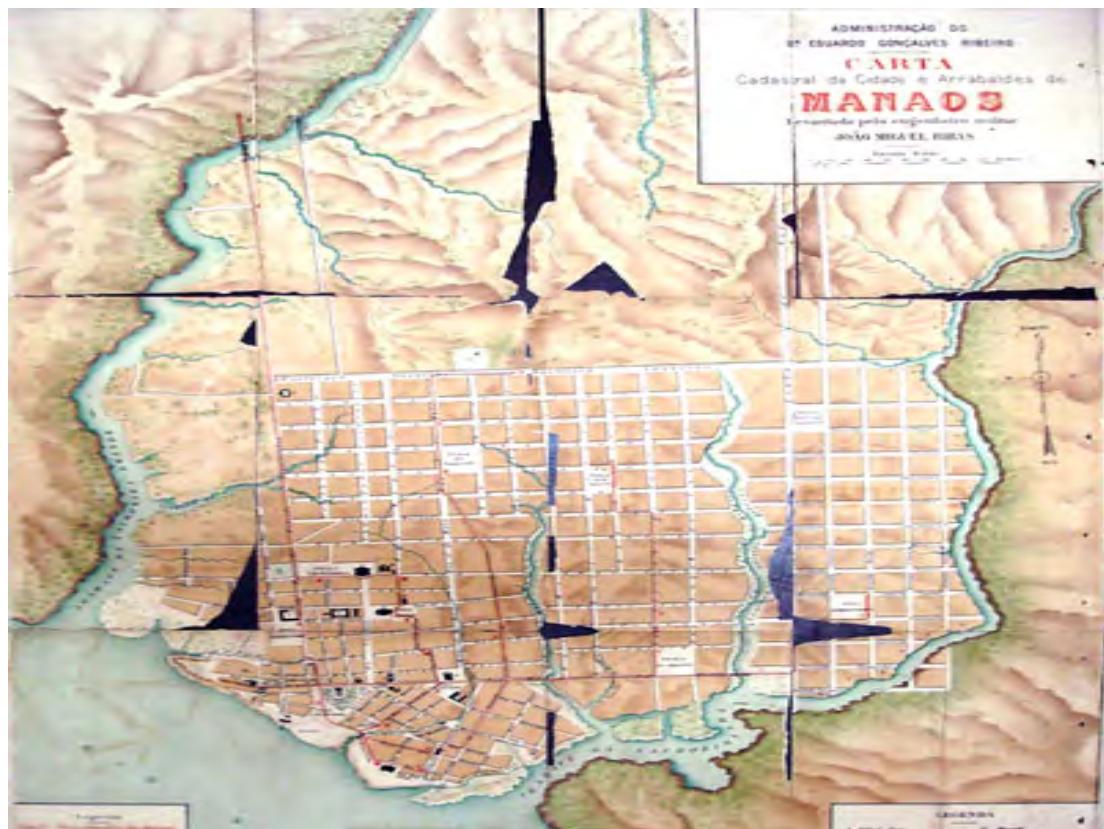


Figura 1. Carta de Manaus – Administração de Eduardo Ribeiro.

Fonte: <http://www.museueduardoribeiro.am.gov.br/galeria.php?pag=1>. Acesso 11-05-2014.



Figura 2. Uma família tapuia à porta de sua casa em uma rua de Manaus. Moradia Típica da época.

Autor: Albert Frish (1865).

Fonte: Álbum Vistas de Amazonas. Império do Brasil; DIAS, 2007, p.82.



Figura 3. Uma parte do jardim da Matriz, no centro de Manaus.
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 4. Jardim do Palácio do Governo. Lado nascente.
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 5. Av. Eduardo Ribeiro

Fonte: <http://www.museueduardoribeiro.am.gov.br/galeria.php?pag=1>. Acesso 11-05-2014.



Figura 6. Palácio da Justiça. Fachada e um lado.

Fonte: Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 7. Teatro Amazonas.
Fonte: Álbum Vistas de Manaus, 1909-1912.



Figura 8. Biblioteca de Manaus.
Fonte: Álbum Vistas de Manaus, 1909-1912.



Figura 9. Escola Pública de Manaus (talvez seja um dos quatro prédios escolares citados na Mensagem do Amazonas de 1895).
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 10. Escola Pública de Manaus (talvez seja um dos quatro prédios escolares citados na Mensagem do Amazonas de 1895)
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 11. Escola Pública de Manaus (talvez seja um dos quatro prédios escolares citados na Mensagem do Amazonas de 1895)
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 12. Rua Municipal. Uma ponte.
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 13. Uma paisagem na Cachoeira Grande.
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 14. No igarapé da Cachoeirinha.

Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 15. Cachoeira Grande (Estrada de Epaminondas).

Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 16. Uma aldeia em São Raymundo.
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 17. São Raymundo. Marinha.
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 18. Colônia Oliveira Machado.
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 19. Parintins. Rio Amazonas.
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 20. Itacoatiara. Amazonas
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



Figura 21. Itacoatiara. Amazonas
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.

CAPÍTULO II

O INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT E O CURSO INFANTIL FROEBEL

A criação do Instituto Benjamin Constant em 1892 foi marcada pelo ataque à reputação e extinção do Asilo Orfanológico “Elisa Souto”⁶⁰, primeiramente denominado de Asilo Orfanológico Amazonense, criado em pela Lei 643, de 02 de janeiro de 1884. Iniciou o seu funcionamento em 10 de julho de 1884, com 50 vagas para alunas de preferência ingênuas e indígenas, sendo ocupado primeiramente por 18 asiladas. (AMAZONAS – Mensagem, 1892; AMAZONAS – Exposição 12/07/1884).

As justificativas para a extinção do Asilo “Elisa Souto” e a criação do Instituto Benjamin Constant foram inseridas, por meio do Decreto nº 11 de 26 de abril de 1892:

Considerando o estado de descredito em que cahio o Asylo Orphanologico, "Elisa Souto" deste Estado;

Considerando que o Asylo, devido a sua pessima organisação mà orientação até aqui dada, nada tem produzido que compense os gastos e sacrificios feitos pra melhorar o futuro daquellas que, cêdo se viram privadas dos carinhos maternaes, da protecção paterna e que tudo esperam da tutela do Estado;

Considerando que é urgente uma reforma que venha firmar os creditos, moralidade e confiança de tão bella, util e humanitaria instituição;

Decreta:

Art. 1º Fica desde já extinto o Asylo Orphanologico "Elisa Souto", deste Estado.

Art. 2º É nesta data creado um Instituto Humanitario destinado a das instrucção primaria, e, subretudo, educação moral e domestica às meninas orphãs desvalidas (p.3).

⁶⁰ Elisa Souto foi esposa do 23º presidente da província do Amazonas, Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto. Como presidente, no período de 11/03 a 12/07/1884, criou o Asilo Orfanológico Amazonense, deu regulamentação ao Museu Botânico, fundou o Liceu de Artes e Ofício (da Sociedade Instrução e Beneficência da Loja Maçônica “Esperança e Povir”), e libertou os escravos do Amazonas em 10 de julho de 1884. (UCHÔA, 1966; BITTENCOURT, 1973).

O Decreto apresentou as “deformidades” do Asilo Orfanológico “Elisa Souto”, expondo que estaria desacreditado socialmente, que os gastos não compensavam os resultados pela “péssima organização e má orientação” às tuteladas pelo Estado. A força de um decreto que manchou a imagem do “Elisa Souto” é contestada por Uchôa (1966) que afirma não haver prova histórica da má reputação e administração do asilo.

Nenhum relatório faz menção a irregularidades havidas no Asilo. Não houve, ao que nos conste, inquérito a respeito. Da tradição oral ouvimos que foram descobertas seríssimas irregularidades no fornecimento ao Asilo, e, daí, a sua extinção. Entretanto, se esse foi o motivo que resultou na tremenda represália contra a prestigiosa instituição, houve, certamente, irreflexão por parte da autoridade sancionadora do célebre Decreto. (UCHÔA, 1966, p.144).

Nos estudos, por meio das exposições, relatórios e falas da província e mensagens do Amazonas, o Asilo Orfanológico “Elisa Souto”, assim como a sua administração, sempre foi mencionado como prestador de relevante e valioso serviço às órfãs desvalidas (AMAZONAS – Exposição, 28/10/1885; 1888; AMAZONAS – Relatorio, 02/06/1889). Tal posicionamento aconteceu até a última menção sobre o asilo, pelo presidente da província Joaquim de Oliveira Machado: “Esta instituição continua a prestar valioso auxilio a meninas desvalidas sob a regencia de d. Eulalia Fernandes Rego Monteiro.” (AMAZONAS – Relatorio 02/06/1889).

Por outro lado, verificou-se na Mensagem de 1892, o presidente do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro, desabonando a administração de seu antecessor Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, pelos “[...] gastos extraordinarios e inconstitucionais que foram ordenados ao Thesouro do Estado. [...] Esta frouxidão no cumprimento dos deveres.” (p.11).

O governo de Thaumaturgo de Azevedo caracterizou-se por uma intensa oposição, pois a Assembleia Constituinte do Amazonas criou o Poder Executivo do Amazonas, elegendo-o como governador, sem o voto das urnas: “A oposição fez-lhe um combate tremendo, acrescido pelos inesperados acontecimentos surgidos no Rio de Janeiro, como consequência da deposição de Deodoro da Fonseca, da Presidência da República.” (BITTENCOURT, 1973, p. 201).

Na passagem do governo de Gregorio de Avezedo para o de Eduardo Ribeiro, assumiu por um único dia José Ignacio Borges Machado (27/02/1892) que nomeou uma comissão para realizar um balanço de dois meses no tesouro do Estado. Com base no relatório entregue, o Presidente do Estado Eduardo Gonçalves Ribeiro manifestou-se contra os gastos e obras de seu antecessor; em contrapartida abriu crédito de dez contos de réis à Junta Comercial e mandou orçar obras para o prédio do Instituto Benjamin Constant. (AMAZONAS-Mensagem, 1892).

A organização do Asilo Orfanológico assemelhava-se às demais associações de asilos na Europa, a cargo de senhoras da alta sociedade, na forma de associações para o atendimento aos pobres. Essa mesma concepção esteve presente na Exposição Pedagógica de 1883, em que vigorou a defesa pelos jardins de infância como instituição privada e a destinação das creches e asilos para as crianças pobres. (KUHLMANN Jr., 1991; 2007; FERNANDES, 2000).

No Relatório da Regente D. Eulalia Fernandes Rego Monteiro (09/03/1885), anexo à Falla do Presidente da Província José Jansen Ferreira Junior, de 25/03/1885, o Instituto, com 8 meses de duração, apresentava os seus associados, na forma de paraninfos do asilo e de comissão administradora. Os primeiros nomeados foram: o tenente-coronel Emilio José Moreira; o capitão Bento de Figueiredo Terreiro Aranha; o dr. Domingos Olimpio Braga Cavalcanti; D.D. Carolina Amelia Simões Braga; Catharina Mendonça de Menezes e Maria Lina de Amorim Antony. Na comissão administradora foram nomeadas: na presidência D.D. Olympia Mendonça da Fonsêca, Tertulina Sarmento Moreira e Albina de Barros Pinto Sarmento; regente interina D. Cândida Rosa de Aguiar Pinheiro, que serviu até 15 de novembro do mesmo ano, sendo substituída pela D. Eulália Fernandes Rego Monteiro.

Das senhoras nomeadas, conseguiu-se informações sobre Maria Lina de Amorim Antony⁶¹, professora, filha do rico comerciante português Alexandre Paula

⁶¹ Bittencourt (1973) escreveu sobre as biografias de personalidades masculinas do Amazonas, por meio do levantamento da família Antony, em ordem alfabética de: Aristóphano, Guerreiro, Henrique, Hildebrando, Luiz, João Carlos e Xenofonte, encontrou-se Maria Lima de Amorim Antony que foi esposa de João Carlos Antony.

de Brito Amorim (primeiro cônsul português em Manaus e que introduziu a navegação estrangeira – inglesa – no Amazonas). Inscreveu-se em 1882 à cadeira de prendas domésticas da Escola Normal da Província do Amazonas, juntamente com Emilia Pedrosa de Oliveira e Virgilina Couto, sendo a única nomeada para o cargo. Foi casada com João Carlos Antony, membro da Assembleia Legislativa Provincial (1874-1875) e, após o mandato, foi por 45 anos engenheiro chefe da prefeitura de Manaus. João Carlos Antony foi filho de Luiz Antony e neto de Henrique Antony (ambos italianos). As ruas Luiz Antony (no Centro de Manaus) e J. Carlos Antony (no bairro da Cachoeirinha) são em homenagem à família Antony. (BITTENCOURT, 1973; MOTA, 2010).

Outra provável informação é sobre D. Carolina Amelia Simões Braga, portuguesa da cidade de Tejo, casou-se com o comerciante Bernardo Antônio de Oliveira Braga, por volta de 1864. Bernardo Antônio de Oliveira Braga: português, bacarense, nascido a 15/12/1843. Aos 12 anos, quando aprendia a ler, escrever e contar, foi caixeteiro no balcão de uma casa de negócios, em Chaves (Portugal). De Chaves para Lisboa e o Rio de Janeiro, retornou para a cidade de Tejo em 1864 para casar-se com Carolina Simões Braga. Em 17/10/1869 voltou ao Brasil por Belém (Pará), chegando a 1º de novembro. Em 1871, em Manaus, estabeleceu-se com uma casa filial do Pará. Na cidade de Manaus foi Diretor da Companhia de Navegação do Alto Amazonas, em 1883 ganhou a 1ª concorrência com planta e orçamento para a construção do Teatro Amazonas, e em 1886 foi eleito para o cargo de presidente da Sociedade Beneficente Portuguesa do Amazonas, sendo várias vezes reeleito. (BITTENCOURT, 1973).

Informações sobre a Srª D. Eulalia Fernandes Rego Monteiro foram encontradas em duas situações: por meio do Diário Oficial da União de 20/10/1894 que mandou a Alfândega do Amazonas pagar a dívida em favor de D. Eulalia (com as suas filhas menores Zeferina e Seraphina), por ser viúva do coronel Joaquim da Costa Rego Monteiro; e o seu retorno no cargo de regente do Asilo “Elisa Souto” para se aposentar: “[...] a 16 de Setembro foi reintegrada no cargo de Regente do antigo Asylo Orphanologico addida a este Instituto a Srª D. Eulalia F. Rego Monteiro; a 5 de Novembro foi aposentada no referido cargo e marcado o ordenado anual de 2:872\$100.” (AMAZONAS, Relatório do Instituto

Benjamin Constant de 1905, anexo 8, Mensagem, 1905, p.106-107). A esse respeito, verificou-se que a Ir. Eligia Martignoni foi a responsável pelo Relatório do Instituto Benjamin Constant de 1905, porém sem a indicação de “Regente”.

Entre os senhores, encontraram-se informações sobre o tenente-coronel Emilio José Moreira e o capitão Bento de Figueiredo Terreiro Aranha.

Emilio José Moreira representou uma parte da elite amazonense, sem formação acadêmica, que enriqueceu por meio do comércio da Província do Amazonas e ingressou na classe política como presidente do Congresso Legislativo e chefe do Partido Republicano Democrata do Amazonas. Baiano, filho de portugueses, junto com os seus dois irmãos, o Coronel Guilherme José Moreira (o barão de Juruá) e o Dr. Antônio José Moreira (médico da Armada) fundaram em 1856 a firma Moreira & Irmãos. Na época de fundação do Asilo Elisa Souto, Emilio Moreira já tinha a sua fortuna estabelecida, era casado com a irmã do major Joaquim Paes da Silva Sarmento⁶² e despontava no campo da política com grande capacidade eleitoral e o apoio vitorioso aos governadores do estado: Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1891-1892), Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896) e Fileto Pires Ferreira (1896-1898). “Ele tinha a seu dispor o velho jornal ‘Amazonas’⁶³, e, como trombeta de guerra, o talentoso e destemido Coronel Raymundo Nunes Salgado.”. A primeira de suas três filhas foi a professora normalista Eudoxia Sarmento Moreira casada com o dr. Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto. (BITTENCOURT, 1973, p.201).

Bento de Figueiredo Terreiro Aranha pertenceu à nobreza portuguesa, e sua nomeação ao asilo Elisa Souto foi uma homenagem póstuma (†25/11/1811). Em Mariuá (vila de Barcelos/Am) foi o local de seu nascimento em 04/09/1769; ficou órfão quando criança e a fortuna de seu pai perdeu-se devido às dívidas deixadas; teve um tutor até aos 12 anos quando o Vigário Geral da Capitania padre José Monteiro de Noronha o reconheceu e o internou no Convento de S. Antônio de Belém, com anuência do Juiz de Órfãos, retirando-o de Barcelos, onde

⁶² Joaquim Paes da Silva Sarmento foi senador pelo Estado do Amazonas.

⁶³ Os periódicos, por volta de 1869, tinham cunho partidário com trocas de acusações [...] a um grão de extrema virulencia” (SOUZA; SOUZA; BAHIA, 1908, p.6). No período 1880 a 1889 circulavam três jornais: o Amazonas, o Comercio do Amazonas e o Jornal do Amazonas. “O primeiro era orgão do partido liberal, o segundo, neutro nas lides partidárias e o terceiro, orgão do partido conservador.” (Ibid., p.7).

pôde estudar e posteriormente exercer cargos na administração do Grão Pará. (BITTENCOURT, 1973).

O Asilo Orfanológico "Elisa Souto" admitiu meninas entre 6 a 14 anos que permaneciam no estabelecimento até os 21 anos. O número de 50 asiladas na inauguração do asilo foi reduzido para 40. (UCHÔA, 1966). No entanto, houve uma variação de atendimento entre as matriculadas e as não matriculadas, mas que frequentavam o asilo. Encontraram-se distorções, em 1885, entre o número de atendimento expresso pelo Presidente da Província José Jansen Ferreira Junior, na Falla de 25/03/1885, e no relatório da regente, D. Eulalia Fernandes Rego Monteiro de 09/03/1885. (QUADRO 10, p. 211).

Duas considerações acerca do Asilo Orfanológico "Elisa Souto" devem ser ressaltadas. A primeira, quanto ao atendimento, que embora fosse destinado às ingênuas e indígenas (AMAZONAS – Exposição 12/07/1884), ou preferencialmente às libertas e indígenas, conforme o Relatório de D. Eulalia Fernandes Rego Monteiro (AMAZONAS – Falla 25/03/1885), atendia também as filhas de funcionários públicos e de artistas⁶⁴.

Meninas criadas com carinhos e com decencia pelos paes, eram condemnadas na orphandade a toda sorte de serviços no poder de pessoas estranhas, que, nem ao menos como retribuição disso, as ensinavam a ler e as educavam nos sãos principios da moral.

Sabemos, infelizmente, qual a sorte que aqui tinham as desditas orphãs, e a maior parte dellas filhas de funcionários públicos ou de artistas que, depois de uma vida laboriosa e cançadíssima, acabam os dias de sua triste existencia legando-lhes a miseria, unico producto de sua probidade e honradez.

Eram livres, entretanto, viviam reduzidas á escravidão! (MONTEIRO, 09/03/1885, p.6).

Esse atendimento continuou quando o asilo foi transformado no Instituto Benjamin Constant, o que foi confirmado no Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1892:

Art. 32. São motivos de preferencia para a admissão;

1º Ser amazonense.

2º Ser orphã de algum servidor do Estado do Amazonas.

⁶⁴ Os artistas eram os trabalhadores artífices, mestres na arte do ofício.

3º Ser orphã de algum protector do Instituto.

No Regulamento Geral da Instrução Pública de 1900, o art. 103 ainda versou: “As orphãs de funcionários públicos do Estado terão preferência na matrícula do Instituto e em igualdade de condições prefere também a qualidade de Amazonense.”.

A Mensagem do Amazonas de 1902, do governador Silverio Constantino Nery, reforçou essa condição: “A admissão no Instituto depende do Governador do Estado, tendo sempre preferência para as matrículas as orphãs dos funcionários públicos, sendo que em igualdade de condições prefere também a qualidade de amazonense.” (p.217).

A relação com funcionalismo público esteve ainda presente no Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1923, em relação ao pagamento trimestral das contribuintes, no Parágrafo Único, do art. 27: “Aos funcionários públicos do Estado serão facilitados os pagamentos por desconto nas folhas de pagamento de seus vencimentos, por meio de guia expedida pela Secretaria e visada pelo Director”. Dessa forma, o asilo atendeu às meninas pobres indígenas⁶⁵, filhas de escravas livres, mas também as filhas do funcionalismo público e de artífices.

Talvez isso tenha sido relevante para os investimentos do governo no Asilo Orfanológico e no Instituto Benjamin Constant, pois no seu início as meninas encontravam-se descalças e sem roupa:

⁶⁵ Na mudança do Asilo “Elisa Souto” para o Instituto Benjamin Constant percebeu-se que houve um silenciamento das alunas indígenas. Pessoa (2010) afirmou que as indígenas eram atendidas no Instituto Benjamin Constant e que isso poderia ser comprovado por meio do sobrenome das educandas. Não desconsiderando a premissa da continuidade do atendimento às indígenas, dada à origem do asilo e às peculiaridades populacionais do estado do Amazonas, encontrou-se nas listagens, junto às fontes, uma única aluna com o sobrenome que fizesse referência a sua origem, nas listas das educandas de 1904 e 1905: *Celina India de Manáos*, admitida com 9 anos, no ano de 1900, filha de Josepha Pereira da Silva, natural do estado do Amazonas. O Instituto Benjamin Constant apagou de seu regulamento o atendimento às indígenas, e a referência nas listas de 1905 qualificou as educandas por naturalidade. Dentro de uma política da educação nacional que a República assumiu, de abraçar o “selvagem”, de abraçar os povos do território brasileiro, fossem eles índios, negros ou filhos de imigrantes; analisa-se que as educandas indígenas do asilo “Elisa Souto” e, posteriormente, do Instituto Benjamin Constant, mereceriam destaque para futuras pesquisas relacionadas à política de dizimação, apagamento e silenciamento dos povos indígenas na Amazônia.

Representando-me a Regente que as meninas estavam sem calçado e sem roupa, assim como que faltavam materiaes para o trabalho de aprendizagem das mesmas, e observando que realmente assim era, na visita que fiz ao referido estabelecimento, autorisei a Regente comprar o indispensavel, visto como era urgente suprir a esta necessidade. (AMAZONAS – Exposição, 28/10/1885, p.7).

A condição de atendimento também às filhas de funcionários públicos pelo Asilo Orfanológico “Elisa Souto” assemelhou-se à experiência do Seminário da Glória (Seminário das Educandas de São Paulo⁶⁶), uma instituição criada em 1825 para acolher às órfãs, filhas de militares que serviram à pátria brasileira, muitos de alta patente, sob os cuidados até 1870 de senhoras civis, nomeadas pelo Presidente da Província, e a partir de 1871 pela Ordem Religiosa de Chanbery, da Congregação de São José, de origem francesa. (HILSDORF, 2001; MORAES, 2003).

A primeira organização administrativa do Seminário da Glória deixou clara a sua finalidade: que apesar de atender às meninas pobres sujeitas aos vícios familiares que destruíam os bons costumes, tinha como propósito uma educação leiga, com vistas ao casamento e à profissionalização. (HILSDORF, 2001).

A Congregação de São José instituiu práticas de “diretrizes francesas” no Seminário da Glória como o ensino da língua francesa e “da música vocal e instrumental”; houve ainda a troca dos empregados, onde as meninas assumiram as tarefas domésticas; os cuidados com a higiene e com a moral religiosa, assim como o ensino ministrado eram considerados como “[...] indispensáveis ao ‘futuro das filhas da Nação’”. (MORAES, 2003, p.61).

A política de enclausuramento conventualizada, tanto na administração das senhoras civis quanto na Congregação de São José, sofreu oposição por duas análises: a primeira quando da origem da instituição que não tinha em seus objetivos o convertimento das meninas ao catolicismo e a segunda quanto à organização do ensino destinado às meninas órfãs que deveria ser profissionalizante, acompanhando os progressos de uma sociedade em

⁶⁶ A denominação de Seminário das Educandas foi fruto do governo republicano que continuou subvencionando a instituição, sob a direção e os cuidados da Congregação de São José. (MORAES, 2003).

industrialização. O modelo religioso de ensino destinado às órfãs resistiu às pressões governamentais, principalmente quando administrado pela Congregação de São José, mesmo com as oposições referentes aos gastos orçamentários, onde não se viam o retorno junto à instituição, e a prática de enclausuramento dado às meninas que as conduzia à educação conventualizada. (HILSDORF, 2001; MORAES, 2003).

Em relação ao Asilo “Elisa Souto” e ao Instituto Benjamin Constant, quando houve a guarda das meninas à Ordem Filhas de Sant’Anna, houve mais uma “acomodação de interesses” (KUHLMANN Jr, 2007a), da educação moral religiosa das irmãs junto aos destinos e à profissionalização das órfãs do Instituto. A direção, os professores e a manutenção ficaram a cargo do Estado enquanto que a administração cotidiana ficou sob a responsabilidade das irmãs religiosas que ministraram as aulas de prendas, música e do jardim de infância.

Quanto ao Asilo “Elisa Souto” no decorrer dos anos, construiu-se uma rede de arrecadação que incluiu, além do orçamento do estado de 30:000\$000 (Lei 651 de 11/06/1884 – governo de José Jansen Ferreira Junior), as doações da sociedade e a inclusão como instituição de caridade nas loterias no governo de Gregorio Thaumaturgo de Azevedo⁶⁷. (MONTEIRO, 1885; AMAZONAS – Mensagem, 1891⁶⁸).

O asilo teve em sua história três endereços: o primeiro, na rua Nove de Novembro; o segundo, na rua da Independência (atual Frei José dos Inocentes), desde o dia 12 de abril de 1886; e o terceiro, na rua Ramos Ferreira, local do Museu Botânico e palacete do Barão de S. Leonardo⁶⁹, por meio da Lei 749, de 17 de maio de 1887⁷⁰.

⁶⁷ Gregorio Thaumaturgo de Azevedo venceu o governo com o apoio de Emilio Moreira (paraninfo do asilo Elisa Souto) e sua administração foi de 01/09/1891 a 27/02/1892.

⁶⁸ Mensagem referente ao governo de Gregorio Thaumaturgo de Azevedo.

⁶⁹ O barão de S. Leonardo, foi o coronel Leonardo Ferreira Marques, 1º vice-presidente da Província do Amazonas (24/08 a 24/11/1868), e administrador do Colégio “Nossa Senhora dos Remédios”, instalado em 1859. Doou a quantia de 5:000\$000 para ajudar na construção do o Asilo Orfanológico. (MONTEIRO, 1885; UCHÔA, 1966; BORGES, 1967).

⁷⁰ O ano de 1887 foi encontrado na obra de Uchôa (1966). Na Exposição de 10/01/1888, a data da Lei 749 é de 17/05/1888. Como a Exposição data de janeiro de 1888, acredita-se em um erro de impressão.

O primeiro prédio do asilo foi alugado por Cr\$1.140 (ao ano), de propriedade dos herdeiros de Maximiano de Paula Ribeiro, à Rua Nove de Novembro (atual Lauro Cavalcante – Centro de Manaus). O prédio estava localizado em um terreno isolado com poço e muitas árvores frutíferas que, apesar de não ser destinado à finalidade de asilo, acomodava todas as asiladas. O segundo local foi um prédio alugado do bacharel Alfredo Sérgio Ferreira (em uma área bem central e desenvolvida de Manaus), quando a Escola Normal funcionou em conjunto com o Asilo Orfanológico. O terceiro, na rua Ramos Ferreira, o que acarretou o desalojamento do Museu Botânico, que foi readaptado no Liceu. (MONTEIRO, 09/03/1885; AMAZONAS – Relatorio 25/03/1886; AMAZONAS - Exposição de 10/01/1888; UCHÔA, 1966).

A mudança para o Museu Botânico, na rua Ramos Ferreira, não foi bem vista pela diretoria de obras públicas pela falta de acomodações suficientes que previu o gasto de um conto de réis para as obras a fim de que o palacete pudesse fazer jus às acomodações das asiladas. D. Eulalia Fernandes Rego Monteiro acrescentou em seu relatório que a mudança custou 108\$000 réis mais as despesas diárias de 3\$000 réis de compra de água para os banhos, para os serviços de cozinha e para beber. (AMAZONAS – Relatorio 05/09/1888; UCHÔA, 1966).

Em Manaus, no século XIX, o fornecimento de água era um problema, pois somente em junho de 1883 foi aprovada a Lei 615 que autorizou as obras de canalização da água potável e em 1888 a distribuição da água encanada era rara. (CASTRO, 2012).

As novas instalações do Asilo Orfanológico renderam maiores despesas que foram aumentadas com o Instituto Benjamin Constant. Na Mensagem de 1892, o presidente do estado Eduardo Gonçalves Ribeiro⁷¹ mandou orçar as obras do prédio do Instituto para apropriá-lo à finalidade de internato da infância desvalida.

Nas fotografias seguintes pode-se comparar no que consistiu a reforma do Instituto Benjamin Constant e a perpetuação de sua estrutura física no século XX,

⁷¹ Paraninfo do Asilo Elisa Souto, elegeu-se com o apoio de Emílio Moreira e dos moreristas.

com sua predominantemente arquitetura eclética, de formato simples, sem grandes ornamentos.

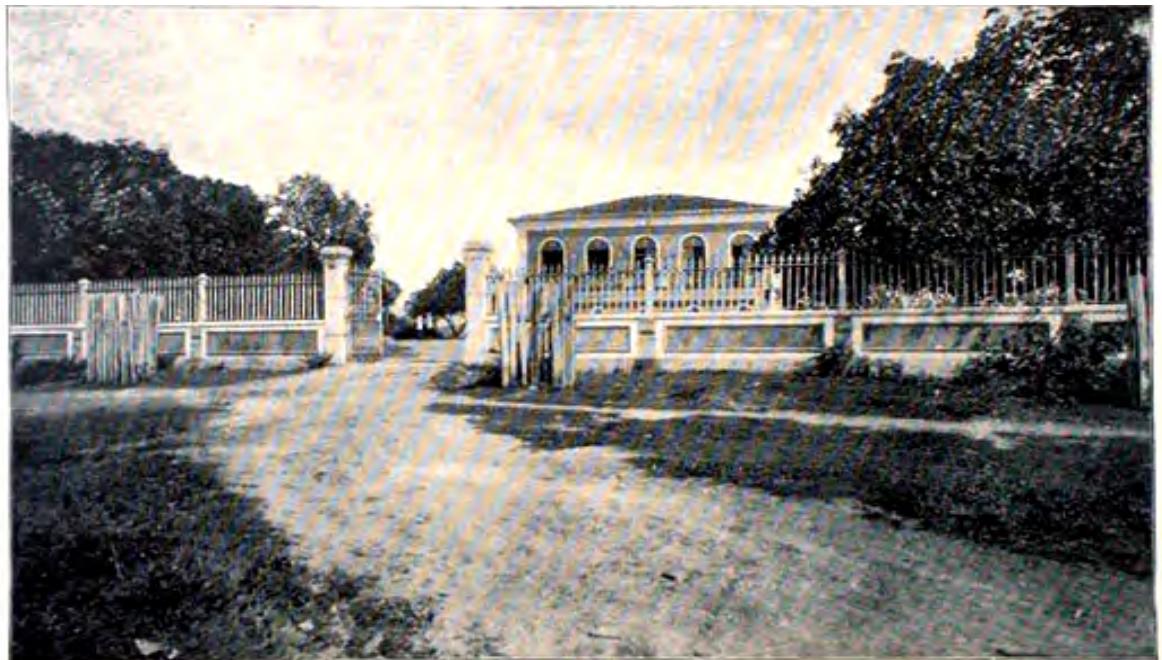


Figura 22 . "Benjamin Constant" Orphan Asylum - Manáos.

Fonte: The City of Manáos and the Country of Rubber Tree.

Souvenir of the Columbian Exposition. Chicago, 1893.

O desenho da fachada do edifício tende para a horizontalidade e sua planta baixa é simétrica. A simplicidade das linhas gerais do edifício revela um estreito compromisso com a tradição clássica, ligado ao estilo Neo-renascentista. Notando, entretanto, que a retomada do estilo renascentista é apontada pelo historiador Luciano Patetta (1987, p.12) como mais um dos estilos caracterizados como revivals que se destacou na Itália, coincidindo com a busca do chamado "estilo nacional" e que se distingue de Ecletismo. Contudo, não se pode fazer a mesma distinção entre os estilos quando desembarcados no Brasil, onde não existia essa tradição estilística. (MESQUITA, 1997, p. 304).



Figura 23. Instituto Benjamin Constant – 1901-1902.

Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.

Sobre o Instituto Benjamin Constant, Mesquita (1997) ainda descreveu:

A pintura do prédio é cinza e branco e os dois pavimentos da fachada são revestidos com alvenaria tratada com rusticação. A fachada é composta por três corpos simetricamente distribuídos. O primeiro pavimento é vazado por portas arco pleno e entre as três portas de cada corpo lateral deste pavimento existe um óculos. Cada corpo da fachada lateral é vazado por cinco janelas de púlpito, com emposta e alguns singelos ornamentos. O corpo central é mais recuado e seu pavimento térreo é praticamente escondido por uma escadaria que conduz ao saguão, no segundo pavimento. Este saguão apresenta duas colunas ladeando a escada e na extremidade com a parede, erguem-se duas pilas, esses elementos de sustentação apresentam fruste com canelura e capitel que lembra o jônico, mas as volutas são seccionadas e acrescidas com alguns pingentes. As colunas sustentam o entablamento suavemente decorado e sobre este assenta-se o frontão de cartela, tratado com elementos geométricos e orgânicos. (p.304-305).



Figura 24. Instituto Benjamin Constant – 1913-1914.
Fonte: Anuário de Manaus, 1913-1914.



Figura 25. Instituto Benjamin Constant -1920.
Fonte: Álbum Comemorativo da inauguração da Linha de Navegação Portuguesa Manaus-Hamburgo, 1920.

Na fotografia do Anuário de Manaus de 1913-1914 há um relógio bem no centro e no alto do Instituto Benjamin Constant, marcando 12:40h., característica

das construções públicas da modernidade, a exemplo das igrejas católicas, para criar uma cultura do tempo marcada pela hora do relógio, diferente do tempo da natureza. O relógio no Álbum Comemorativo da inauguração da Linha de Navegação Portuguesa Manaus – Hamburgo (1920) foi substituído por um símbolo que não se conseguiu identificar.

Na obra *The New Brazil*⁷², de Mary Robinson Wright, há uma fotografia do Instituto Benjamin Constant, sem o rebaixamento da rua Ramos Ferreira⁷³. Ao visualizar os jardins do Instituto, as imagens de possíveis meninas do curso infantil passeando pelos jardins vêm à imaginação.



Figura 26. Instituto Benjamin Constant, 1901.
Fonte: WRIGHT, M. *The New Brazil*, 1907, p. 393.

O Asilo Orfanológico “Elisa Souto”, quanto à questão da assistência, foi considerado como uma instituição de caridade, associado à administração de duas turmas do ensino de primeiras letras e prendas domésticas (AMAZONAS - Exposição 28/10/1885) e, posteriormente, de ensino primário e prendas domésticas (AMAZONAS – Relatorio 05/09/1888).

⁷² A primeira edição do *The New Brazil* foi de 1901.

⁷³ Mesquita (1997) argumentou sobre o rebaixamento da rua Ramos Ferreira que pode ter sido “[...] para destacar a construção do palácio, em ficava ao lado, ou para reduzir o desnível que havia entre a Rua Ramos Ferreira com a Av. Getúlio Vargas, que na época, era em parte, ocupada pelo igarapé do Aterro.” (p.306).

No Regulamento de Instrução Pública do Amazonas nº 62, de 9 de julho de 1888, houve a abertura aos asilos da infância desvalida de ficarem sujeitos aos mesmos dispositivos das escolas públicas. Tais instituições foram compreendidas como auxiliares do ensino primário (Capítulo VII, artigos 49 a 51):

Art. 49 - Poderão ser estabelecidos Asylos para a infancia desvalida de um e de outro sexo.

Art. 50 – O Presidente da província expedirá os regimentos necessários para regular a instrução nelles ministrada.

Art.51 – As aulas do Instituto Amazonense⁷⁴ e do Asylo Orphanológico, serão sujeitas ás mesmas disposições que regem as escolas publicas, enquanto não lhes for dado regimen especial.

O Asilo Orfanológico configurou-se não somente como assistencialista, mas o seu caráter educacional pertenceu a sua origem. No Relatório do Amazonas de 25/03/1886, além do curso primário, o asilo foi considerado um “viveiro” de escolha de professoras, pois nele funcionava o Curso Normal do sexo feminino, com aval do novo Regulamento da Instrução Pública nº 56, de 17/03/1886. Nesse período, o asilo funcionava na rua da Independência (atual Frei José dos Inocentes).

A análise de que as instituições assistenciais possuíam o caráter educacional (KUHLMANN Jr.,1991; 2007a) é pertinente no caso do Asilo Orfanológico. Mais tarde, enquanto Instituto Benjamin Constant, o Curso Infantil “Froebel” fora criado para o atendimento das crianças pequenas.

2.1 As Filhas de Sant’Ana e o Instituto Benjamin Constant

No ano de criação do Instituto Benjamin Constant (1892), na Mensagem de 1893, o Presidente do Estado do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro, avisou sobre a contratação da Ordem das Filhas de Sant’Ana⁷⁵ para administrar o Instituto.

⁷⁴ O Instituto Amazonense atendia ás crianças do sexo masculino.

⁷⁵ No Brasil, há duas congregações diferentes, com nomes similares: as Filhas de Sant’Ana e as Irmãs Sant’ana. As irmãs Sant’Ana estiveram no Amazonas, no município de Manacapuru, em trabalho missionário com os ribeirinhos, mas há 5 anos fecharam a “sua casa” nesse município.

Com fim de melhorar a educação e instrucção das orphas desvalidas recolhidas ao *Instituto Benjamin Constant* contractei quatro irmãs da ordem de S. Anna para se encarregarem da direcção do mesmo estabelecimento, tendo já conseguido, em pouco tempo, excellentes resultados com a direcção dada pelas irmãs. Julgo ter assim prestado melhores e mais reaes serviços á pobresa e á orphandade desamparada. (AMAZONAS – Mensagem, 1893, p.6).

As Filhas de Sant'Ana que vieram para o Brasil no final do século XIX, chegaram primeiramente em Belém, no dia 27 de outubro de 1884, para trabalharem na Santa Casa de Misericórdia; mais tarde assumiram a direção e administração do Colégio Gentil Bittencourt⁷⁶.

No Amazonas, em 1892, as Filhas de Sant'Ana foram contratadas pelo governador Eduardo Gonçalves Ribeiro para administrar o Instituto Benjamin Constant, e em 1893 aportavam em Manaus a Ir. A. Aquilina e a Ir. Theophila Rapetti. (MELO, 2009; AMAZONAS – Mensagem, 1893; REVISTA JUBILEU, 2009).

Foi nesse cenário que surgiu, no ano de 1893, uma casa para atender órfãs, denominada Orphelinato Paraense, criada por iniciativa de uma associação formada por importantes famílias da sociedade paraense, chamada Associação Protectora dos Orphãos, instituição filantrópica que tinha como objetivo abrigar meninas órfãs e desvalidas. Porém, poucos anos depois, em virtude das dificuldades enfrentadas pela associação, o governo municipal resolveu assumi-la, transformando-a, a partir de então, num dos mais importantes e polêmicos projetos de municipalidade, confiando à Ordem Religiosa Filhas de Sant'Anna a sua direção interna. (DUARTE, 2014, p. 165).

A ordem italiana foi criada em 1866, pela beata Rosa Gattorno⁷⁷, com o lema: *ir para os locais onde a sua presença se faz necessária e fornecer o que*

No sítio da arquidiocese de Manaus (2013) constam as irmãs Aparecida de Fátima Bento e Fátima Maragon, com endereço na rua São Francisco, nº 664, Parque Riachuelo II, Manaus-Am.

⁷⁶ A administração do colégio foi formalizada às irmãs no dia 21 de novembro de 1905, Decreto 1405. O colégio Gentil Bittencourt foi um orfanato assim como o Instituto Benjamin Constant em Manaus; no entanto sempre foi dirigido pelas Filhas de Sant'Ana, diferente de Manaus que logo perdeu a direção do instituto (no início do século XX) para um diretor, nomeado pelo governador do Estado. (IGREJA, 2011).

⁷⁷ Rosa Gattorno nasceu em 14/10/1831 (Gênova- Itália), aos 21 anos se casou com o seu primo Jerônimo Custo, com quem teve 3 filhos (Carlota, que ficou surda e muda, Alexandre e Francisco, que faleceu aos 7 meses). Viúva e por causa do sofrimento em vida realizou visitas domiciliares e em hospitais aos enfermos, tendo interesse pelas “jovens em perigo”. Foi presidenta da Pia União

lhes é pedido. (MELO, 2009). Rosa Maria Benedetta Gattorno foi esposa e mãe, tornou-se beata e encontrou-se com o Papa Pio IX em 03 de janeiro, fundando o Instituto das Filhas de Sant'Ana em 8 de dezembro de 1866⁷⁸.

[...] num tempo em que a Itália estava cheia de tribulações políticas, culturais e religiosas, na 2^a metade do século 19. Foi, exatamente, aos 03 de Janeiro de 1866, que se deu o encontro histórico de Rosa Gatorno com o Papa Pio IX e decidiram pela fundação do Instituto das "Filhas de Santana" para dedicar-se às obras de caridade, visitar e aliviar dores físicas e espirituais dos pobres e enfermos, considerados as pérolas do Senhor, tudo isso, alimentado por uma vida intensa de oração, amor à eucaristia e à penitência. (ROCHA, 2010, p.1).

A ordem foi criada no período em que o pensamento ultramontano atingia o seu ápice, delineando o caminho que a Igreja Católica deveria tomar, com base na espiritualidade e na fortificação do seu poder temporal, devido à crise frente ao liberalismo, à Revolução Francesa e, pontualmente, pela Revolução italiana e à perda do poder da Igreja. (CAES, 2002; LEONARDI, 2006).

Esse caminho indicou tanto uma mudança na estrutura da Igreja quanto no seu posicionamento com o Estado e a sociedade, traçando o direcionamento do catolicismo no mundo moderno, caracterizado por uma política universal com a romanização.

Assim, o catolicismo assumia definitivamente a oposição sistemática ao mundo moderno, resolvido a lutar pela reintegração ao cenário político pelo resgate da autoridade do Papa como líder espiritual infalível, pelo fortalecimento da instituição hierárquica – submissa ao Papa pela rígida disciplina, e pela expressão da fidelidade à Igreja, de Bispos até fiéis, por meio da disseminação da doutrina oficial e pela motivação à vivência de uma espiritualidade militante. (CAES, 2002, p.69).

A relação de “cristandade” foi essencial para o processo colonizador da Amazônia e de sua integração enquanto Amazônia Brasileira (SILVA, 2004; SILVA, 2013), assim como a romanização consolidou a Igreja Católica até o que Pereira (2012) designa de neocristanidade na década de 1930 e que Caes (2002)

das Filhas de Maria e reformou as suas regras. Morreu em Roma, na Casa Geral em 09/04/1900 e foi beatificada, em 09/04/2000, pelo Papa João Paulo II. (MOVIMENTO DA ESPERANÇA, 2011; ROCHA, 2010).

⁷⁸ Informe FSA, setembro 2010.

expõe como um objetivo alcançado pela Igreja de transformar o Brasil em uma Nação Católica, “[...] conquistado simbolicamente em 1931, com a consagração reconhecida pelo poder civil, de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, representando [...] a consolidação da força da espiritualidade católica.” (p.197).

A romanização incentivou a vinda de ordens e congregações religiosas para o Brasil e na Amazônia, isso ocorreu primeiro pela ausência inclusive quantitativa de um clero forte que seguisse às designações da Igreja, combinada com as relações intrínsecas de padres, maçons e com as culturas locais. Nesse sentido, a vinda das Irmãs Filhas de Sant’Ana, apoiadas pelo Bispo de Belém, vinham contribuir com a política ultramontana da Igreja, pois não estavam “contaminadas” pelas práticas culturais dos povos que aqui habitavam “[...] consideradas pela Igreja, como manifestações pagãs e supersticiosas, altamente nocivas à fé católica.” (PANTOJA, 2012, p.101).

Por isso mesmo é que no dia 27 de outubro de 1884, seis irmãs italianas aportaram em Belém, no Pará, a convite do bispo da cidade, dom Macedo Costa⁷⁹, para administrar a Santa Casa de Misericórdia, na época, Hospital Bom Jesus dos Pobres. A unidade de saúde, cujo provedor era o Dr. Ferreira de Freitas, estava com dificuldades administrativas, carecia de melhor infraestrutura e uma atenção mais humanizada para os doentes. Em pouco tempo, a situação se normalizou. (MELO, 2009, p.1).

A entrada pelo Norte do Brasil foi condizente com divisão das dioceses pelas Províncias do Norte e Sul, em que aquela estava política e economicamente menos favorecida em relação à diocese do sul. Esse desequilíbrio afetava o campo administrativo das dioceses e era manifestado pelos bispos da Igreja Católica. (PEREIRA, 2012).

Se no Império brasileiro viu-se a união do Estado com a Igreja, na República ocorreu a sua separação formalizada pelo Decreto 119A de 07/01/1890. Todavia, os laços entre a Igreja e o Estado não ficaram rompidos, pois os religiosos no país ocuparam, inclusive no campo educacional, o “[...] vácuo de ausência do estado.” (SILVA, 2013, p.9).

⁷⁹ D. Antonio Macedo Costa, bispo de Belém e depois arcebispo de Salvador, foi um atuante poderoso na implantação do ultramontanismo no Brasil. (SOUSA, 2011).

Kuhlmann Jr (2007a) trabalha com o conceito de “acomodação de interesses” da relação entre a Igreja Católica, o Estado e setores da sociedade moderna, que foi sendo construído desde a encíclica *Rerum Novarum*, com o Papa Leão XIII, em 1891. Os religiosos se tornaram parceiros do Brasil republicano e “[...] apresentavam a Igreja como sustentáculo da sociedade capitalista, enfatizando a sua experiência secular na caridade, o seu *know-how* não deveria ser desprezado.” (p.95).

A reforma educacional do estado republicano teve como concepção a adoção do ensino laico, sem a presença religiosa, por mais que isso não fosse possível às instituições para as crianças pobres no Amazonas, a exemplo do Instituto Benjamin Constant e Instituto Affonso Penna. Com isso, a direção do Instituto Benjamin Constant, juntamente como os seus professores catedráticos, foram nomeados pelo Estado.

Por ella, nova organisação foi dada ao Instituto "Benjamin Constant", que, pelos favores excepcionais que lhe foram outorgados e pela autonomia injustificável de que gozava a sua direcção, se havia constituido um Estado do Estado (AMAZONAS - Mensagem 15/01/1901, p.85-86)⁸⁰.

A forte presença religiosa foi considerada um privilégio e uma necessidade do Instituto Benjamin Constant. Por ser uma ordem feminina, o trabalho era especificado pelo cuidado às crianças do sexo feminino, nas modalidades de internato e educação infantil às órfãs. O diretor do Instituto se colocava como incapaz de oferecer às alunas a educação dirigida pelas irmãs, que contava com a plena disciplina do corpo e do espírito.

Recebendo orphãs de todas as procedencias, é bem de ver que muitas dellas eivadas de vicios adquiridos nas más companhias, lá fora, queiram continuar na pratica delles, dentro do Estabelecimento.

E, a somma do trabalho para levar aos espíritos de creanças de má indole e compreensão de leis de moral e civilidade, não pode ser despendida pacientemente senão por senhoras que vão encontrar na religião professada a força necessaria para a lucta de todo dia. (AMAZONAS – Mensagem, 1903, p.175).

⁸⁰ Esse texto foi repetido na Mensagem do Amazonas de 1902, do governador era Silverio José Nery. Sua administração foi de 23/07/1900 a 23/07/1904.

Com isso as Filhas de Sant'Ana cumpriam a missão de salvar as meninas dos vícios sociais acometidos tanto pela origem de suas famílias quanto pela ausência dos pais: “Algumas ordens religiosas femininas dedicaram-se especialmente à educação das meninas órfãs, com a preocupação de preservá-las da ‘contaminação dos vícios’; outras religiosas voltaram-se ao ‘cuidado’ das moças sem emprego e daquelas que se desviaram do bom caminho”. (LOURO, 2009, p.445).

Além das Irmãs e do diretor, o Instituto Benjamin Constant teve uma diretoria composta, desde a sua origem até 1895, por um “conselho de protetores” que incluía, além do diretor, 5 membros, entre os quais o juiz de órfãos da capital e a regente. Tanto o diretor quanto o seu vice e o conselho eram nomeados pelo presidente do Estado do Amazonas (arts. 4º e 5º, do Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1892).

O “Instituto Benjamin Constant” embora entregue ás Irmãs, possue um Director leigo, nomeado pelo governo do Estado. O primeiro foi o desembargador Luiz Duarte da Silva; houve, até 1895, um conselho protector, composto dos Srs. Commandador Francisco de Souza Mesquita, vice director, desembargador Arminio de Souza Pontes, Raymundo da Silva Perdigão e dr. José Tavares da Cunha Mello. Extinto esse conselho, houve apenas directores, que foram os seguintes: Coronel José Cardoso Ramalho Junior, dr. Nemesio Quadros, Coronel Pedro H. Cordeiro Junior, dr. Manoel Solon Rodrigues Pinheiro, Capitão tenente Antonio Nogueira, Coronel Raymundo Affonso de Carvalho, Coronel Domingos José de Andrade, Coronel Joaquim Sarmento, dr. Astrolabio Passos, desembargador Benjamin de Souza Rubim, desembargador Gaspar e Antonio Vieira Guimarães dr. Luiz Maximino de Miranda Corrêa. (BODAS, 1933, p.59).

A administração cotidiana do Instituto, o ensino das crianças pequenas, o ensino de prendas domésticas e de artes se mantinham sob a guarda das irmãs Filhas de Sant'Ana que eram contratadas e recebiam seus vencimentos pela Diretoria de Instrução Pública e o Tesouro do Estado. (AMAZONAS - Mensagem, 1903).

Os salários pagos pelo Estado ás irmãs eram inferiores em relação aos de outros professores do ensino primário e de outras instituições. Dentro do Instituto recebiam metade dos valores pagos aos professores, pois cada irmã recebia 200\$000 e cada professor 400\$000. Os vencimentos variaram conforme as

instituições de ensino; os lentes da Escola Normal e do Gymnasio Amazonense tinham os maiores salários (600\$000), seguidos dos professores normalistas (500\$000), dos professores do Instituto Benjamin Constant (400\$000), professores de cidades e vilas (320\$000) e, por último, os professores dos povoados (200\$000). Esses valores constaram no Regulamento de Instrução Pública do Amazonas de 1900, da seguinte forma:

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

CARGOS	VENCIMENTOS MENSAIS
1 Director	500\$000
1 Regente	300\$000
1 Ajudante da regente	200\$000
1 Secretario	300\$000
1 Amanuense	250\$000
4 Professores	400\$000
1 Porteiro Jardineiro	300\$000
2 Serventes	150\$000
1 Economia	100\$000
5 Irmãs	200\$000
1 Medico	400\$000

PROFESSORES DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

CARGOS	VENCIMENTOS MENSAIS
30 Professores normalistas	500\$000
70 Professores de cidades e vilas	320\$000
45 Professores de povoados	280\$000

ESCOLA NORMAL

CARGOS	VENCIMENTOS MENSAIS
9 Lentes	600\$000
1 Director	750\$000
2 Amanuenses	400\$000
1 Regente	400\$000

GYMNASIO AMAZONENSE

CARGOS	VENCIMENTOS MENSAIS
14 Lentes	600\$000
1 Director	750\$000
2 Amanuenses	400\$000
1 Preparador para os gabinetes	400\$000
(AMAZONAS – Regulamento Geral da Instrução Pública, 1900, p.345-346).	

Entre as irmãs havia diferenças nos valores recebidos, a exemplo da irmã ecônomica do Instituto Benjamin Constant. Em seu Relatório, Antonio Nogueira, diretor do Instituto, solicitou ao governador Silverio José Nery medidas para corrigir essa distorção:

E dado por findo o relatorio que solicitastes peço-vos que obtenhaes tambem do Poder Legislativo a cessação da injustiça que soffre a irmã economia, sobre cujo-hombros pesa grande trabalho e responsabilidade, percebendo vencimentos pela metade dos que percebem as demais. É ainda uma occasião que vos proporciono de patenteardes o vosso culto pela justiça. (AMAZONAS – Mensagem, 1903, p.175-176).

Por meio das Mensagens do Amazonas e de outras fontes, conseguiu-se elaborar uma listagem das irmãs que atuaram no Instituto Benjamin Constant, entre as quais estava a Irmã Thereza Caravita, professora do curso Infantil. (QUADRO 11, p. 211).

A defesa do Instituto Benjamin Constant consistia em uma preciosa administração, feita pelas irmãs religiosas, que produziam mulheres que serviam de exemplo “edificantíssimo” para Manaus.

Entram innumerias orphãs na primeira edade, desprotegidas, sem rudimentos religiosos e instructivos, e saem criaturas completas, modeladas pelo christianismo, que se espalham, mais tarde, pela religião, pelo magisterio, pela sociedade como irmãs, como professoras, como mães de familia. (BODAS, 1933, p.60).

O papel da mulher para a Igreja Católica e para o Estado convergia, por um lado, na formação do alicerce da célula familiar guiada pelo exemplo da Virgem Maria e pela maternidade. Por outro, possibilitava a formação para trabalho além do doméstico, na mesma proporção em que as freiras, em sua congregação conseguiam manter uma independência e prestígio social dentro e fora da Igreja. (CAES, 2002; LEONARDI, 2006; 2008; NUNES, 2009).

Embora funcionassem na dependência direta dos bispos e sob forte controle clerical - uma das formas de controle social -, através das entidades as mulheres alcançavam maior presença e um certo reconhecimento no espaço religioso. Numa época em que havia poucos lugares permitidos a uma "mulher de família" frequentar, essas entidades religiosas propiciavam ainda um ponto de encontro para mulheres entre si.

Além disso, a possibilidade de ascenderem às instâncias formais da educação, sobretudo para as mulheres do interior do país, deveu-se em grande parte às escolas católicas. Também a criação de instituições de assistência aos doentes, às crianças e aos velhos constituiu a ocasião para muitas mulheres largarem seu campo de atividades. Assim, consciente ou inconscientemente, as religiosas prepararam outras mulheres para contestarem o lugar que lhes era tradicionalmente atribuído na sociedade, ainda que continuassem a veicular em seu discurso religioso uma visão tradicional do papel feminino. (NUNES, 2009, p.494).

Em 1900, as irmãs Filhas de Sant'Ana gozavam de um prestígio social, o que foi demonstrado pelo jornal escolar fundado por Benjamin de Mello, denominado “A Escola⁸¹”, do Colégio 15 de Novembro, que agradeceu a diversos colaboradores pela sua edição nº 6, inclusive à Ir. Justina Colombo, pela doação em nome do Instituto Benjamin Constant, no valor de 50\$000.

Leonardi (2008) argumenta que as relações de aliança entre as freiras, os homens da Igreja e a sociedade foram marcadas também pelo conflito:

No Brasil, em sua ação no mundo, as freiras que para cá vieram, jogavam com o poder da Sede, da Igreja e da sociedade. Nas alianças com a oligarquia ou nas relações com os bispos, procuravam limitar a interferência externa na comunidade e nos trabalhos que desenvolviam. Seus maiores problemas eram relações conflituosas e competitivas com homens, não só no interior da Igreja, com os bispos, mas também com leigos, como no caso das irmãs da Sagrada Família e os médicos. (p.260).

No Amazonas, verificaram-se tensões entre as Filhas de Sant'Ana e o Estado, além das existentes na época de sua implantação evidenciadas nas Mensagem de 1903, do governador do Amazonas Silverio José Nery.

A irmã regente Aquilina Gilardo em seu relatório de 09/05/1899 dirigido ao diretor do Instituto Benjamin Constant, solicitava que as saídas das educandas fossem realizadas pelas normas do Instituto, tendo em vista que esse era um problema que precisava ainda ser resolvido.

⁸¹ O jornal “A Escola” teve nove edições, com o seu primeiro número em 23 de setembro de 1900 e o último em 23 de março de 1901. (SOUZA; SOUZA; BAHIA, 1908).

O Instituto "Benjamin Constant" está em excellentes condições, prestando á sociedade amazonense serviços de incalculável valor - qual o de cuidar do futuro de cem meninas orphãs.

Convém, no entanto, tomar certas medidas, cuja necessidade a prática tem demonstrado. Uma delas, a mais importante, é a que se prende á saída das educandas, quando tenham durante a permanência no Instituto preenchido as formalidades exigidas pelo Regulamento em vigor.[...] É este um problema que cumpre resolver. (p.523).

Nos documentos manuscritos de 1911, de ofícios expedidos pelo diretor do Instituto, constou a reclamação da irmã sobre as liberações às jovens para as suas famílias por causarem um desequilíbrio na ordem econômica da casa.

Esse foi o caso da menor Laura, matriculada no Instituto Benjamin Constant em 15/12/1906, que mesmo aos 15 anos de idade (1911) ainda frequentava o 1º grau, pois não tinha tido aproveitamento nos estudos. A solicitação de desligamento fora feita pela avó, Antonia Ricardina da Natividade, ao governador do Amazonas, Antonio Bittencourt, e respondida pelo diretor do Instituto, Joaquim Sarmento. Nas informações do diretor, a menor poderia ser desligada conforme o art. 9º do Regulamento do Instituto Benjamin Constant, pela falta de aproveitamento nos estudos. No entanto argumentou:

Sucede, porém, que o numero de maiores está reduzidíssimo e a saída destas, antes de completar o curso do estabelecimento, e tendo há pouco dias sido desligada outra maior irá difficultar a ordem econômica da casa, conforme me ponderou a Irmã Regente. (AMAZONAS – Ofício expedido pelo Director do Instituto Benjamin Constant, 30/06/1911).

Apesar do argumento, o governador despachou pelo desligamento da menor Laura. Dos vinte e três ofícios expedidos pelo diretor do Instituto Benjamin Constant, no ano de 1911, doze referia-se a desligamentos das jovens do Instituto, o que certamente gerava descontentamentos por parte da irmã regente e indicava que havia um grande fluxo de solicitação de saídas, não apresentadas nas Mensagens do Amazonas ou ainda nos regulamentos do Instituto.

Na Mensagem de 1903, do governador do Amazonas Silverio José Nery, onde consta o Relatório de Antonio Nogueira, (diretor do Instituto Benjamin Constant), encontrou-se o relato de outras pressões sofridas pelas irmãs:

E esse preito de gratidão torna se necessário para de uma vez por todas protestar contra a eterna grita de que são vítimas as irmãs do Estabelecimento, por parte de indivíduos sem conhecimento real dos factos, que nelloas supoem um algoz de creanças, quando entretanto são de cordura immensa, de uma paciencia evangelica, a par de uma energia bem comprehendida, de uma dedicação inegualavel. (AMAZONAS – Mensagem, 1903, p.174).

A defesa das religiosas pelo diretor do Instituto em 1903 acompanhou toda a trajetória das Filhas de Sant'Ana. Isso foi comum nas Mensagens do Amazonas e nas Exposições do Interventor Federal Alvaro Maia, de 1941 a 1944, período em que o Instituto Benjamin Constant foi considerado pelo interventor como um educandário modelo para o sul do país, dirigido pelo Departamento de Educação e Cultura e citado como obra de assistência social.

Sob a assistência interna das irmãs da Ordem de Santana e direção do Dr. Maximino Corrêa, este educandário que abriga meninas e moças orfãs, preenche otimamente, agora e sempre, a sua finalidade social, constituindo motivo de orgulho para o Amazonas. [...]

A diretoria do Instituto Benjamin Constant tem atendido a muitos inquéritos estatísticos que frequentemente lhe solicitam, assim o departamento estadual dessa especialização, como outros estabelecimentos do sul do país, os quais se mostram interessados pela organização e serviços peculiares ao nosso modelar educandário. (AMAZONAS – Exposição, 1941, p. 38-39).

O Instituto Benjamin Constant manteve-se administrado pelas Filhas de Sant'Ana até 1974, dois anos após à integração do Instituto ao sistema de Unidades Educacionais do Estado do Amazonas, sob a denominação de Unidade Educacional Benjamin Constant. (REVISTA JUBILEU, 2009).

Assim, as obras das irmãs Filhas de Sant'Ana tiveram o apoio estatal e ultrapassaram o Instituto com a criação da Escola Normal Rural de Manaus, inaugurada em 1959, com 710 alunas, sendo 450 internas e 250 externas. Até 1966 oito irmãs dirigiram a Escola Normal Rural: Ir. A. Henrique de Freitas, Ir. A. Feliciana Souto, Ir. A. Cornélia Rocha, Ir. A. Maria Lopes Peixoto, Ir. A. Maria Rosário Gonçalves, Ir. A. Amélia Santos, Ir. A. Fernanda Frota, Ir. A. Marciana Câmara. (REVISTA JUBILEU, 2009).

Essa trajetória de fortificação das irmãs em Manaus acompanhou o período de expansão e estabilidade das religiosas no Brasil, no final do século XIX até

1960, e sua “renovação adaptativa”, de 1960-1970, quando se aproximaram dos pobres por meio do trabalho das pastorais nas Comunidades Eclesiais de Base. (NUNES, 2009). Se bem que nessa relação, o ideal de trabalho junto aos menos favorecidos sempre foi o “chamado” do Instituto das Filhas de Sant’Ana, que chegaram à Belém para trabalhar na Santa Casa de Misericórdia e, em Manaus atuaram com as órfãs no Instituto Benjamin Constant.

A Congregação no Brasil atualmente denomina-se como Instituto das Filhas de Sant’Ana, de direito pontifício e está constituída em três províncias e uma delegação. As províncias de: “Santos Apóstolos Pedro e Paulo, que compreende os Estados do Pará, Piauí e Ceará; Madre Rosa Gattorno, com os Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia; e a Nossa Senhora Aparecida, onde estão Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.”. No Amazonas encontra-se a delegação Padre João Batista Tornatore. (MELO, 2009, p.2).

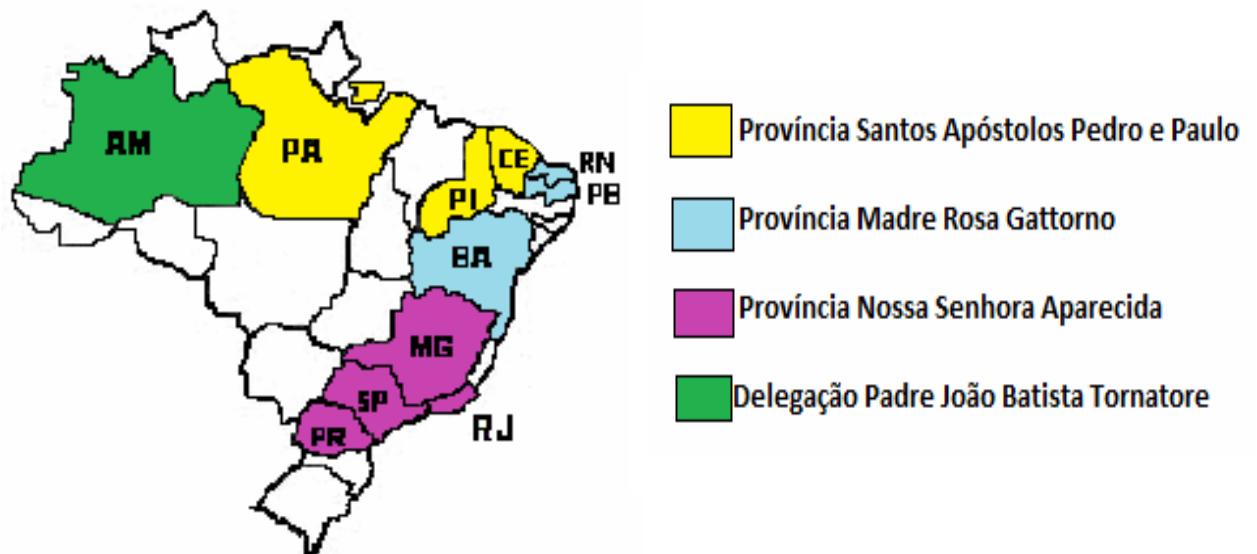


Figura 27. Congregação das Filhas de Sant’Ana no Brasil.
Fonte: MELO, 2009.

No sítio da Arquidiocese de Manaus (2013), a administração provincial é feita pela Irmã Lenice Carneiro do Espírito Santo, no bairro do Aleixo. As atividades pastorais são: Pastoral Vocacional, Juvenil, Missionária, Casa de Encontros e Acolhida; Medicina Alternativa, Farmácia Caseira, Escola de

Educação Infantil Mãe Rosa, Pastoral do Enfermo; e Inserção e responsável pela Capela N. Sra. Aparecida.

O Instituto das Filhas de Sant'Ana ainda está organizado no Amazonas, em três comunidades: 1. Comunidade Retiro Sant'Ana. Superiora: Ir. A. Lenice Carneiro do Espírito Santo, no bairro do Aleixo; 2. Comunidade Maria Mãe da Graça e da Misericórdia. Superiora: Ir. Maria Zélia Ximenes, bairro Armando Mendes; e 3. Comunidade São João Batista. Superiora: Ir. Zuleide Belarmino Alves, no município de Cacau Pirera e no Iranduba.

2.2 O Instituto Benjamin Constant e a formação da mulher para a sociedade de Manaus

O Instituto Benjamin Constant, desde a sua criação em 1892, foi uma instituição educacional no estado do Amazonas, com uma construção suntuosa, que sempre zelou pelas condutas de higiene, sendo mantido pelo Estado, com um patrimônio constituído por “[...] doações, legados, esmolas e quaisquer quantias obtidas para esse fim.” (art. 3º, Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1892). Ofereceu vestuário, alimentação e educação, na modalidade de internato, às alunas órfãs desvalidas. Cada educanda matriculada recebia um enxoval, com um prazo de duração em anos (QUADRO 12, p. 213).

O cuidado com a compra do material usado pelas educandas foi revelado no ofício do Diretor do Instituto, de 12 de junho 1911 (documento manuscrito), quando da aquisição de sapatos de má qualidade, ordenou o reparo e a confecção de chinelas, mais duráveis e baratas do que as adquiridas pelo fornecedor.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Manaus, 12 de Junho de 1911.

Ilmo e Exmo. Snr. Coronel Antonio C. Ribeiro Bittencourt,
Governador do Estado.

Tenho a honra de solicitar de V. Ex. o pagamento da conta
[junta?] de Nicolás [Doumice?], na importância de 510\$000 reis,
proveniente de remonte em 105 pares de borzeguins das

educandas deste Instituto e de fornecimento de 30 pares de chinelas.

O calçado fornecido é de má qualidade e se inutilisa á terceira ou quarta vez que é usado, tornando-se por isso necessario mandalo a concerto, depois do que a sua duração é muito mais longa.

As chinelas mandei fazer por ser de urgente necessidade. É entretanto este calçado mais barato que o do fornecedor e de muito mais solidez.

Saudo a V. Ex.
Joaquim Sarmento
Diretor

A defesa dos benefícios recebidos, feita pelo governador do Amazonas José Cardoso Ramalho Junior, justificava o Instituto Benjamin Constant como um *cartão de visita* criado pela ação republicana do Estado, para a civilidade da menina desvalida no Amazonas.

Desvaneço-me, como filho d'esta terra, de a ver contar no seu seio uma casa de educação, um asylo a infancia desvalida, que não soffre com o confronto que d'elle se faça com os melhores institutos do seu genero, que existem quer na nação brazileira, quer nos paizes estrangeiros mais adiantados em cultura. Os viajantes que aqui nos vem, ou tenham vindo das adiantadas regiões europeas e americanas, ou da capital da Republica Brazileira são unanimes em affirmar este conceito que externo e, quando deixam esta cidade, talvez a recordação mais duradoura que levem seja a do Instituto Benjamin Constant, estabelecimento em que a caridade e a educação fraternalmente se prendem pela mãe, moral, sciencia e arte a caminharem para o bem. Orgulho-me de vos declarar que nenhuma instituição mais do que esta me tem attrahido o zelo e attenção e, por isso vos rogo, Senhores Representantes do Amazonas, que continueis a prodigalizar-lhe benefícios, os maiores que vos for dado conceder. (AMAZONAS – Mensagem, 1900, p. 21).

Como uma instituição de caridade voltada para proteger a menina órfã, futura mãe de família, dentro dos princípios benéficos da moralidade, ciência e arte, o Instituto abrigou as contradições sociais de formação educacional à mulher pobre no Amazonas, junto aos ideais da Igreja Católica e do Estado liberal republicano.

A Igreja Católica, com o prosseguimento exitoso da romanização, teve para mulher – o ser mãe abnegada, a exemplo da Virgem Maria, a base para a família cristã, pelos pilares da trilogia: Deus, Pátria e Família.

Por força da luta contra o feminismo que no começo do século XX mais precisamente começava a se fazer pronunciar nos Jornais, com adeptos no meio liberal e anticlerical, a Igreja irá assestar suas armas, predominantemente, contra alguns pontos, em relação à mulher:

1. Com relação ao seu avanço profissional, lembrando seus papéis tradicionais de mãe, esposa e dona de casa.
2. Contra a luta das feministas e sobretudo dos liberais, pelo divórcio, ressaltando seu papel nefasto na dissolução da família.
3. Contra a liberdade da mulher e os novos costumes, expressados na sua maneira de ser vestir, se pintar, frequentar lazeres profanos como carnaval, bailes, cinemas, praças, etc.
4. Contra os excessos do namoro e da sensualidade, lembrando a preservação da virgindade e da castidade para o casamento. (COSTA, 2000, p.89).

A estrutura de internato do Instituto Benjamin Constant permitiu a clausura da criança-menina-jovem, afastando-a dos “pecados” sociais. Nessa condição, a mulher formada pelo Instituto possuiu os valores que a Igreja não conseguiu massificar na sociedade. A esse respeito, a tese de Heloísa Lara Campos da Costa argumenta que na região Amazônica a religião católica “[...] não conseguiu impor seus padrões de moralidade, dada a influência indígena, condições de isolamento, distribuição da população e peculiaridades de colonização e dominação em áreas de fronteira.” (2000, p. 76).

O afastamento social também serviu ao modelo de Estado liberal, em que a mulher deveria ser “protegida”, pela sua fragilidade e incapacidade intelectual; proteção essa que significou um respaldo à condição masculina, com o receio de que as mulheres pudessem ocupar socialmente o lugar dos homens. (HUNT, 2009).

No Amazonas do início do século XX, para as meninas pobres a educação para o trabalho era o destino; para as meninas ricas manauaras, nas memórias de Thiago de Mello (1984), duas situações podiam acontecer: os estudos no exterior (na Europa ou no Rio de Janeiro) ou uma educação de clausura nas residências e no colégio de freiras:

Neste casarão do desembargador Análio Resende, entro agora pela primeira vez. Depois de tantos anos reencontro Elza, sempre bonita, e sua mãe viúva, tão lúcida nos seus noventa anos. E recolho um depoimento da menina que ficava debruçada na amurada de pedra da varanda: “Fui uma menina reprimida, só

hoje é que me dou conta disso. Gostaria de ter andado descalça, brincar de roda na rua, andar pela beira do rio, pular macaca na calçada, como as outras crianças da rua. Mas tive uma educação de menina rica. Essas brincadeiras não me foram permitidas. Meu pai achava que uma menina de minha classe social não poderia se dar a essas coisas. Fui superprotegida contra o sol e contra a chuva [...] Posso mesmo dizer, que tirando a figura de minha mãe, tudo devo a Madre Pereira.⁸²" (MELLO, 1984, p.204).

Em que pese às defesas da formação da mulher para o trabalho, elaboradas pelos positivistas liberais e pelo movimento feminista, nas lacunas de formação de um Estado liberal, democrático e de direito, a Igreja Católica estava bem próxima do positivismo ortodoxo e se distanciava do liberalismo e do feminismo quando o tema era a mulher e a sua participação como força de trabalho na sociedade. (PERROT, 2009; COSTA, 2000).

O positivismo se espraiava pelo País e, dentro do seu ideário, reconhecia como fundamental a extinção da educação retórica tradicional, a necessidade de uma educação mais técnica, laica, descolada da Igreja, gratuita, extensiva a todos, inclusive às mulheres. Entretanto a relação a estas, os positivistas ortodoxos eram restritivos; consideravam diferenças entre a inteligência masculina e a feminina. A primeira teria o caráter analítico, enquanto as segundas teriam caráter sintético. Se a maneira de apreensão do conhecimento ocorria diferentemente, era mister que o ensino também lhes fosse dado separadamente. Na realidade, assentados na teoria comtiana, os positivistas só admitiam a instrução feminina a fim de que a mulher pudesse bem desempenhar seu papel de mãe. (COSTA, 2000, p.117).

Nesse contexto, o trabalho intelectual, para o diretor do Instituto Benjamin Constant Antonio Nogueira, estava além da capacidade das asiladas, o que trazia a necessidade de reforma da organização do ensino, conforme a pedagogia moderna.

Se nos lembrar-mos que são justamente as alumnas do curso superior as encarregadas dos diversos serviços domésticos, que exigem tempo, chegaremos à conclusão de que há necessidade clara de dar nova organização ao ensino methodisando-o, pondo-o de acordo com os preceitos conhecidos da pedagogia moderna, e livrando enfim as meninas asyladas neste Estabelecimento de um trabalho intelectual superior ás suas forças. (AMAZONAS – Mensagem, 1903, p.172).

⁸² A Srª Elza Rezende estudou no colégio Santa Dorotéia, em Manaus. (MELLO, 1984).

A concepção de formação das meninas que foram admitidas no Instituto Benjamin Constant, desde a sua criação, esteve inserida em um contexto maior que discutia e remodelava o papel da mulher na sociedade moderna. Margareth Rago (1985) explica que este processo vinha sendo elaborado desde o início do século XIX, e que atingiu tanto as mulheres de classe rica quanto as trabalhadoras.

As impressões do Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, de 04 de março de 1897, citadas na Exposição do interventor federal Alvaro Maia de 1944, esclareceram o papel de mãe destinado à mulher formada pelo Instituto Benjamin Constant.

Folgo imenso a declarar que na visita que venho de fazer neste estabelecimento, em todas as suas dependências, encontrei-o em excelentes condições quanto à órdem, asseio e disciplina. Orgulho-me de haver concorrido, como governo, para o levantamento moral e intelectual do Instituto "Benjamin Constant". Entregando-o aos cuidados das Irmãs Santana, cuja dedicação tem excedido a minha expectativa, nutro a convicção de que concorri de modo vantajoso para que de futuro saiam do Instituto verdadeiras Mães de Família. Manaus, 4 de Março de 1897. (a) Eduardo G. Ribeiro. (p.32).

Em Manaus, o jornal "O Ideal" de 21 de outubro de 1905, em um artigo de capa escrito por Eleonore Rolano desafiava a mulher a se libertar da submissão em que vivia, pois naquele momento "O Ideal" havia ficado "rosa". Era necessário "amenizar por alguns instantes o tédio de vossa vida burguesa". Isso seria possível pela ginástica, pela prática do esporte e pelo ensinamento de se educar convenientemente os filhos: "Pode uma pobre mulher ignorante das leis da vida e da hygiene mais elementar, crear filhos fortes e perfeitamente desenvolvidos?" (p.1-2).

O remodelamento da concepção da mulher se desenvolveu no século XIX e XX, conforme as expectativas de uma sociedade liberal, do mundo do trabalho. Carmem Sylvia Vidigal Moraes (2003) concorda com Rago (1985) ao expor:

Acompanhando o conjunto das mudanças nas formas de convívio social, provocadas pela avanço das relações capitalistas de produção – o qual se expressa no aumento e diferenciação da população urbana, no intenso crescimento do comércio e no aparecimento das primeiras indústrias –, emerge uma nova

concepção a respeito da função da mulher na sociedade. Ao lado da antiga representação da mulher “degenerada” que deve ser domesticada, promove-se, agora, um “novo modelo de feminilidade”, o de “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”, no momento mesmo em que as nascentes condições sociais solicitam sua presença no espaço público e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho. Entretanto não se abrem amplas perspectivas profissionais para ela, como se poderia supor num primeiro momento, pois a educação proposta não visa prepará-la para vida profissional, mas para exercer – neste período de afirmação das relações intrafamiliares – sua função essencial: a carreira doméstica. (p. 66-67).

Em uma análise mais ampla pode-se indicar que houve um processo de circulação de ideias acerca da imagem da mulher, ou do ser mulher honesta, na sociedade que se modernizava e industrializava, imersa em avalanches de modificações que a República poderia abarcar e dar mais força ao liberalismo econômico.

As últimas décadas do século XIX apontam, pois, para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens. A preocupação em afastar o conceito de trabalho toda a carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vinculá-la à *ordem e progresso* levou os condutores da sociedade a arregimentar as mulheres das camadas populares. Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas [...] também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior. (LOURO, 2009, p. 447).

Ou seja, as forças políticas que abrigaram os processos civilizatórios de democratização permitiram uma maior fluidez nas relações comerciais e mercantis, diante dos remodelamentos das elites burguesas e configurou como deveria ser a mulher, essa personagem e sujeito, que tinha na prole e na família o seu alvo máximo.

Nas finalidades do Instituto Benjamin Constant verificou-se que tanto a formação moral quanto a destinada à escolarização do ensino primário, com ênfase no chamado “trabalho feminino”, foram acolhidas no corpo normativo do Instituto Benjamin Constant.

A finalidade do Instituto que constituiu em “[...] dar instrucção primaria, e, sobretudo, educação moral e domestica ás meninas orphãs desvalidas.” (art. 2º, Decreto nº 11 de 26 de abril de 1892), foi reafirmada nos artigos 1º e 28, do Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1892:

Art.1º O Instituto tem por fim dar instrucção moral e domestica ás meninas orphãs, nas condições deste Regulamento e modo nelle estabelecido.

Art.28º O Instituto Benjamin Constant, é exclusivamente consagrado á educação de ofphãs reconhecidamente desvalidas.

No Regulamento de Instrução Pública de 1900, o art. 95 reforçou a destinação do internato: “O Instituto Benjamin Constant continua a ser um internato destinado a receber, manter e educar orphãs desvalidas de 6 a 14 annos de edade, ás quaes ministrará, além da instrucção primaria, educação physica e moral.”.

Em 1904, no Regulamento de Instrução Pública, o Título IV foi destinado ao Instituto Benjamin Constant, assim em seu art. 1º expôs: “O Instituto Benjamin Constant é um internato destinado a receber, manter e educar orphãs desvalidas ou pobres, ás quaes ministrará instrucção primária e educação domestica.”.

As alterações regulamentares de 1907, 1923 e 1937 mantiveram a educação doméstica como princípio basilar de formação das moças, na forma de uma profissionalização para o ensino técnico, apropriado ao sexo feminino. No Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1907, o art. 1º tratou da finalidade: “O Instituto ‘Benjamin Constant’, é um internato destinado a receber, manter e educar orphãs desvalidas ou pobres, ás quaes ministrará instrucção primaria e educação domestica.”.

Quanto à educação moral, ela reaparece no regulamento de 1923, associada à educação física e intelectual.

Art.1º O Instituto Benjamin Constant, com séde na cidade de Manáos, capital do Estado do Amazonas, é um internato destinado á manutenção e educação physica, intellectual e moral de orphãs desvalidas, ás quaes ministrará, gratuitamente, além da instrucção primaria, o ensino technico profissional proprio para o sexo feminino, inclusive o de todos os mestéres domesticos, podendo

aceitar alumnas contribuintes na fórmula prescrita neste Regulamento.

Em 1937, a finalidade pelo Regulamento do Instituto Benjamin Constant foi normatizada com o seguinte conteúdo:

Art. 1º O Instituto "Benjamin Constant", com sede em Manaus é, por sua organização educacional, o estabelecimento doméstico padrão do Estado, e tem por objetivo ministrar o ensino primário e técnico-profissional á órfãs reconhecidamente pobres, recolhidas segundo condições determinadas por este regulamento.

Nos regulamentos de 1907 e 1937 por mais que a educação moral não estivesse mais inserida na finalidade do Instituto, ela ainda constou, em seu corpo normativo, relacionada ao zelo e inspeção da educação moral das educandas (art. 28, 2º, art.31, 9º, do Regulamento de 1907; art.68, 2º, e art.72, 7º, do Regulamento de 1937).

As finalidades do Instituto Benjamin Constant refletiram a delimitação do ensino no estado do Amazonas, quanto à formação das moças desvalidas, que se configurou em um ensino para a civilidade brasileira, por uma moral elitista destinada às mulheres pobres. As disciplinas estudadas “[...] demonstram que além do interesse em dar instrução às educandas, havia a preocupação em repassar valores morais, os resguardados pela burguesia, o amor à pátria e principalmente preparar a mulher para exercer atividades consideradas afeitas ao seu sexo.” (PESSOA, 2010, p.102).

Instituiu-se, assim, uma concepção e modelo de formação feminina da modernidade, por meio do Instituto, voltada para três destinos: a) o casamento e a preservação da virgindade como forma de controle do corpo das educandas; b) a formação para o trabalho; c) a reprodução de seus quadros sociais.

Na Amazônia, o comportamento feminino, principalmente nos segmentos mais pobres, nas questões que envolviam a maternidade, o matrimônio e a sexualidade, se diferenciava do sul do Brasil. A inserção da mulher nas atividades laborais remuneradas, acompanhada da educação feminina e a sua participação no espaço social, aconteceu mais cedo do que no sudeste do país. As mulheres

assumiram posições como professoras (desde 1859), assinaram o documento de criação da Universidade Livre de Manaus (1909), cursaram a Universidade, e tinham o papel fundamental no trabalho de seus maridos. As mulheres das camadas pobres da sociedade assumiam o seu sustento e a maternidade de seus filhos, nem sempre consorciada ao casamento e possuíam uma liberdade em relação com os próprios corpos e a sexualidade. (COSTA, 2000).

O Instituto Benjamin Constant incorporou o inverso do comportamento da mulher amazonense ao tratar do corpo e da sexualidade, pois a moral empreendida foi a da castidade versus os vícios sociais. As educandas foram “protegidas” dos vícios sociais como em um invólucro, havendo uma destinação para o casamento e a formação da futura mãe de família e para o trabalho como mulheres honestas, que se configurou em uma prática de isolamento, por mais que o ensino profissional fosse defendido em detrimento de um mau casamento ou da locação doméstica. (AMAZONAS – Mensagem, 1899). A locação doméstica esteve regulamentada em 1892, no subitem 3º do art. 62:

Art. 62 As educandas quando tenham concluido o seu curso primario e a sua educação domestica antes do prazo fixado neste Regulamento deverão ser desligadas nos seguintes casos:

3º Por contracto de locação de serviços em casas de boas familias. (AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1892).

Quanto à possibilidade do casamento, esse foi um destino estimulado em todas as regulamentações referentes ao Instituto Benjamin Constant, para que as asiladas não se tornassem desviadas. O enxoval foi um estímulo normatizado desde 1892 pelo regulamento do Instituto, depois convertido em 500 mil réis no Regulamento do Instituto de 1923. Em 1892, o enxoval era feito no Instituto (art.58), conforme o Quadro 13 (p.213).

Um futuro desviante para a mulher no Amazonas se apresentava em um contexto de problemas sociais, de inserção do liberalismo no estado. Edinea Mascarenhas Dias, em sua obra “A ilusão do Fausto: Manaus – 1890-1920”, discorreu sobre *duas Manaus: a cidade do Fausto e sua falácia*. Diferente da constituição da *belle époque*, a pobreza foi empurrada para fora do centro da

cidade. Os “novos” bairros, entretanto, não couberam somente aos trabalhadores, pois neles estavam ainda os ociosos e vadios que também foram recolhidos do centro da cidade às cadeias públicas ou encaminhados aos seringais, ou ainda, se crianças, por mais que fossem encaminhados aos pais e responsáveis, voltavam às ruas de Manaus.

Os problemas sociais como os de mendicância, embriaguez, jogos proibidos, doenças foram associados a um problema ímpar relacionado à mulher, o da prostituição: ora responsável pela “dissolução dos costumes” e desvio dos jovens da família aos prostíbulos, ora pertencente aos bordéis luxuosos para a “[...] elite extrativista, muitas vezes por ela financiados, a mesma burguesia defensora da moral e dos bons costumes.” (DIAS, 2007, p.135).

Ao trabalhar com os periódicos de Manaus no período de 1890 a 1915, Santos (2006) retratou as configurações femininas em diversos cenários da cidade, expondo os espaços ocupados pelas mulheres nas situações cotidianas que incluiu: do saraú elitizado (em que a aniversariante era identificada pelo nome do seu cônjuge) ao baile do “populacho”.

Em outro extremo estavam as “mulheres da rua”, cujas expressões lúdicas eram alvo de constante vigilância. Elas circulavam em espaços próprios, com uma geografia definida – formada pelas ruas onde geralmente concentravam suas moradias em lugares específicos como as imediações do Porto Flutuante (o Roadway), a Rua Costa Azevedo e 10 de julho – e por modos de viver distintos, frequentemente condenados pela imprensa local em nome das “famílias”. Os bares e salões que frequentavam, as músicas que ouviam e dançavam e até mesmo os conflitos como brigas e relacionamentos figuravam constantemente nas páginas dos pasquins locais. [...]

Os bailes do “populacho” eram espaço de alegria e liberdade, onde as manifestações da cultura urbana eram expressas mais intensamente, mas também eram palco de conflitos entre os personagens da cidade, os estrangeiros, militares, marítimos, meretrizes e onde também ocorriam brigas, desavenças e disputas amorosas. (p.98-99).

A zona se misturava às residências das pessoas austeras de Manaus cuja divisão se fazia ao cair da noite quando as mulheres saíam para cumprir o seu ofício, das ruas Saldanha Marinho para Joaquim Sarmento, Lobo D’Almada, Sete de Setembro e 24 de Maio. De canto com a Saldanha Marinho, avançava para a

Itamaracá a Frei José dos Inocentes, com o Cabaré do Chinelo, na década de 1940, o que foi o Hotel Cassina na *belle époque* e em 1886 abrigou o Liceu Provincial, a Escola Normal e o Asilo Orfanológico Elisa Souto. (MELLO, 1984; MOTA, 2010).

Moça de família, os pais não permitiam que passasse pelos quarteirões daquelas ruas onde se exercia a mais antiga profissão do planeta, nas casas do meretrício. Perdão, do baixo meretrício, era assim que se diziam, porventura a indicar a existência de um meretrício mais alto, quer dizer, mais caro e mais escondido. Ou talvez se tratasse de referência saudosa ao tempo das francesas de vestido longo e decotado da Pensão Floreaux, na rua Epaminondas, ou das que chegavam elegantíssimas e perfumadas, já madrugada alta, acompanhadas de cavalheiros de casaca, para uma ceia com champanhe no Bar Alemão ali na Marechal Deodoro à época do esplendor da borracha. (MELLO, 1984).

Em 1941, o juiz de menores, André Araujo⁸³, contestando “o estado de miséria social” dos tempos modernos (p.11), relatou os “males sociais” no Estado do Amazonas, entre os quais, a mulher se insere neste contexto:

A exploração do trabalho das mulheres e dos menores nas fabricas de beneficiamento de castanha é um dos sintomas dos nossos males sociais. Mulheres pre-tuberculosas, crianças anêmicas, impaludadas, verminoticas, entre 14 e 18 anos, são arrastadas para aqueles ambientes nocivos improprios e, ali, se encaminham para a morte ou para a prostituição. Essas trabalhadoras exploradas vão para as fabricas entre três e cinco horas da manhã e saem depois das desessete horas, para muitas vezes, voltarem às desenove e sairem entre vinte e três e vinte quatro horas. Alimentam-se muito mal, respiram mal, bebem da peor agua, não teem direito de alimentar os filhos novinhos que deixam em casa se acabando tambem de miseria e fome. (1941a, p.12-13).

Essas condições, para André Araújo, representavam o mal do liberalismo econômico acometido à sociedade, principalmente aos pobres, e inclusive nas cidades que aparentavam tranquilidade. Era um processo de “descristianização do mundo”, contra o catolicismo e a tradição cristã, onde a desorganização e a anarquia eram resultantes da guerra de 1914 e dos desequilíbrios econômicos da produção.

⁸³ André Vidal de Araujo foi Membro da Associação Internacional de Juízes de Menores da Hungria. (ARAUJO, 1941a).

A prostituição clandestina de menores e mulheres é também outro mal que tem originado grandes desgraças à família e à sociedade. Zonas como a Cachoeirinha, São Raimundo, Educandos, estão infestadas dessa peste destruidora. Os bailes públicos, onde se misturam mocinhas e mulheres da vida fácil são fócos dessa molestia social. O paludismo leva o homem amazonense à tuberculose. A lepra tem-se desenvolvido muito nos meios baixos. Certos vícios sexuais como a pederastia, entre mulheres, também nos tem arrastado para o precipício moral onde tende a cair a sociedade moderna.

Nos meios operários e nos pobres, a preocupação da limitação dos filhos tem levado as famílias à prática do aborto e ao uso de meios que fazem limitar a procriação, abalando a saúde das mulheres. Esse mal que só atacava outrora aos meios altos, hoje já domina os meios baixos. (ARAUJO, 1941a, p.13).

Nesse prisma, o reequilíbrio estatal ocorreria pela “auto-direção cristã”, por um sistema de controle destinado a cada desajustamento social, através da criação de instituições e um sistema legal que educasse, trouxesse assistência e proteção, “dando exemplos de moralidade.” (ARAUJO, 1941a, p.9). Trata-se da defesa e implantação de instituições para os menores e filhos de trabalhadores na forma de assistência social.

Entre as associações trabalhistas, avultam, pelos seus planos de beneficiação, a União Operária e o Círculo Operário, este último sob orientação do doutor André Araujo, Juiz de Menores. A Interventoria coopera nas iniciativas das classes trabalhistas, e, além dos prédios destinados a creches, pretende auxiliar a construção de casas planificadas pelo Círculo Operário. (AMAZONAS – Exposição, 1943, p.75).

A sistematização proposta por Araujo (1941a) materializou-se na forma das instituições: Secção “Mello Matos”, para a separação dos menores delinquentes dos presos adultos; Escola José do Patrocínio, de instrução aos pequenos gazeteiros que faziam circular o jornal “A Voz do Gazetário”; Aprendizado Agrícola do Paredão, para o ensino primário e trabalho agrícola, sob os cuidados do governo federal; e para as meninas a *Escola Premunitória do Bom Pastor*.

Para o combate aos desajustamentos sociais de menores, existe a Escola Premunitória do Bom Pastor, com capacidade para cinqüenta mocinhas e vivendo, atualmente, com quarenta e cinco.[...]

Nela, essas pobres criaturas enveredam por um moderno sistema de reeducação. Aprendem bordados, costuras, misteres de

cosinha e agricultura rationalizada. Vivem sob conselhos, bons princípios de moral e de religião. (ARAUJO, 1940, p.8).

Araujo (1941a) defendeu a sociedade moderna e contra os males adquiridos por esta, no sentido de sanar terapeuticamente os destinos que reservavam a crise assolada às nações e dar uma organicidade às atribuições do juízo de menores. Em relação às meninas, as futuras realizações planejadas por Araujo estavam em: “c) desenvolver a Escola Premunitória do Bom Pastor, elevando sua capacidade para cem mocinhas ameaçadas de prostituição.”⁸⁴ (ARAUJO, 1940, p.15).

A necessidade de instituições assistenciais para menores não aconteceu somente na década de 1940, mas foi um movimento que, no início do século XX, despontava em prol da criação da Escola Correcional em Manaus, mencionada por Dias (2007).

Na década de 1920-1930, o “menor abandonado” foi uma criação do Estado brasileiro de cunho científico e político, onde os meninos mais do que as meninas (que eram encaminhadas à domesticidade ou à prostituição) foram alvo de controle social do governo e de especialistas (médicos, juristas, psicólogos, pedagogos), por meio de instituições de segregação da criança, concebidas como pré-delinquentes (delinquentes em potencial). Na década de 1930, o Estado Novo incorpora e institucionaliza projetos locais e particulares estrategicamente para unificar os governos estaduais com o federal, onde “[...] estavam presentes implicitamente as noções de prevenção e de defesa social, estas, junto com as noções de periculosidade e de indeterminação da pena se explicitariam na formulação legal do controle a ser exercido sobre esta nova categoria social.” (CORRÊA, 2001, p.200-201).

Em uma similitude, porém de forma preventiva, o Instituto Benjamin Constant cuidava das órfãs, pobres e desvalidas, que tinham “vícios” oriundos de suas famílias, mas que poderiam ser educadas para não caírem em um destino desviante. Assim, cada menina que era admitida no Instituto representava o seu

⁸⁴ Em duas produções de 1940 e 1941b, o juiz de Menores, André Araújo, apresentou a estatística dos males sociais, entre os quais estavam os números de defloramentos, 279 em 1940 e 388 em 1941; e a quantidade de menores retirados das casas de prostitutas, 153 em 1940 e 158 em 1941.

salvamento social, proporcionado pelo estado do Amazonas, de um destino mísero pela ausência dos pais e a condição de pobreza.

No relatório do desembargador Gaspar Vieira, diretor do Instituto Benjamin Constant, a função do Instituto para a formação feminina foi no sentido de transformar a criança rude, indisciplinada e cheia de vícios em uma mulher útil à sociedade:

Tendo assumido as minhas funcções quasi no fim do anno lecctivo, certamente muito pouco pude fazer no sentido de melhor apparelhar este estabelecimento de educação e ensino para o desempenho de sua missão de transformar a creança indisciplinada e rude numa mulher util á sociedade, sadia physica e moralmente e apta a enfrentar, com os proprios recursos, as intempéries da vida. (AMAZONAS – Mensagem, 1923, p. 1333-134).

Em relação à formação profissional, encontraram-se correlações entre os Regulamentos do Instituto Benjamin Constant de 1892 e as normatizações do Regulamento Geral de Instrução Pública de 1900. Em uma mesma proporção, o Regulamento Geral de Instrução Pública de 1904 e o Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1907. Já os Regulamentos do Instituto de 1923 e 1937 trouxeram maior especificidade no campo do ensino profissional.

As aulas de música e prendas domésticas integraram o currículo do Instituto Benjamin de 1892 e 1900, sendo que as turmas de cozinha, lavagem e engomado seriam formadas com as alunas de todas as classes (art.42, Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1892). Em 1900, a cadeira de música, que compreendia as modalidades vocal e instrumental, foi destinada às asiladas com vocação, porém todas estudavam a parte teórica (arts. 96, 98, Regulamento Geral da Instrução Pública, 1900).

O conteúdo do ensino de prendas, de costura e de música foi demonstrado no Relatório da Ir. Regente Aquilina Gilardo (1899), referente ao ano de 1898. (QUADRO 14, p. 214).

O Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1907 repetiu praticamente as regras do Regulamento Geral de Instrução Pública de 1904. O ensino profissional foi compreendido em aulas de costura, prendas domésticas,

economia doméstica e música vocal, sendo que no Regulamento Geral de Instrução Pública de 1904, a aprendizagem dos serviços domésticos não constituiu em curso especial.

A produção das alunas foi denominada de “prendas manufacturadas” (AMAZONAS - Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1907, art. 46), e consistia em “[...] trabalhos de toilette, uniformes, emblemas, estandartes de colégios, de corporações civis ou religiosas, de corpos militares.” (AMAZONAS – Regulamento Geral de Instrução Pública, 1904, art. 43; AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1907, art. 43).

Em 1923, a estrutura curricular tomava uma configuração mais especializada:

Art.36- Além das aulas do Curso Primário, existirão as seguintes classes de ensino technico-profissional, que serão regidas pelas irmãs designadas pela Regente conforme as suas aptidões: Musica (vocal e instrumental), até o 4º. anno; Gymnastica; Dactylographia; Prendas, comprehendendo as seguintes secções: Costura (corte e feitio de roupas brancas grosseiras e roupas para operarios, e corte e feitio de roupas brancas finas e vestidos e roupas para senhoras e creanças); Bordados e Rendas; Tecidos de malha; Cintos e colletes; Flôres artificiaes; Serviços domesticos, comprehendendo arranjos da casa, lavagem e engomado, dispensa e copa e cosinha; e Noções Práticas da Vida Rural (jardinagem, horticultura, pomicultura, avicultura, apicultura, esterilização do leite e fabricação do queijo e da manteiga).

Art.37- As classes de Serviços Domésticos e Noções da Vida Rural não constituem curso especial, sendo as suas lições ministradas obrigatoriamente a todas as alumnas por meio de demonstrações de natureza prática a turmas, semanal ou quinzenalmente, designadas pela Regente.

Art.38- Cada educanda deverá escolher a sua especialidade technico-profissional, além das classes do artigo precedente, afim de apurar-se exclusivamente nella, não podendo passar a outra sem estar devidamente habilitada naquella que escolheu. (AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1923).

No Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1937 essa especialização continuou com a formação profissional nos cursos de: Ocupações Domésticas, de Correspondentes Steno-datilógrafas e de Auxiliar de Comércio

(esse destinado às internas com aptidão e ministrado conforme o ensino federal, quanto à parte técnica). O ensino técnico profissionalizante acontecia após o ensino primário, integrado em quatro anos; três destinados à formação de professora de ocupações domésticas e um ano para a formação de correspondentes steno-datilógrafas ou de auxiliar de comércio. Ao final dos estudos, a aluna recebia dois diplomas, o de professora de Ocupações Domésticas (pois se tratava de um curso normal obrigatório a todas as educandas) e o de Correspondente steno-datilógrafa ou Auxiliar de Comércio.

Os trabalhos executados no Instituto, conforme o art. 82, do Regulamento do Instituto de 1937, compreenderam: “O Instituto encarregar-se-á da execução de obras como roupas brancas de cama e mesa, uniformes, emblemas, estandartes de colegios, de corporações civis e militares, paramentos e vestes religiosas, bordados em geral, flôres artes aplicadas, enfim tudo que se refira a trabalhos manuais, os mais delicados.”.

A profissionalização das alunas do Instituto Benjamin Constant foi destacada na Exposição do interventor federal Alvaro Maia de 1943: “Além de prendas domésticas e grupo escolar dirigido pelo Departamento de Educação e Cultura, possue o Benjamin Constant um curso comercial do qual saíram várias turmas diplomadas. Essas orfãs empregam-se posteriormente em casas comerciais e departamentos públicos.” (p.33).

No decorrer do século XX o ensino profissional destinado às moças do Instituto Benjamin Constant continuou existindo:

Nos anos de 1960 a 1963, a Filhas de Sant'Ana prosseguem estabelecendo melhorias na estrutura física do Educandário e qualificando a formação das meninas. Inauguraram uma cozinha moderna com fogão a gás, dormitórios com 44 leitos e pavilhão que recebeu o nome de Irmã A. Pietrina Leonardo. Restauraram a ala esquerda do prédio e dividem o andar térreo, onde passam a funcionar salas de aula para o Curso Primário, a Secretaria geral, Gabinete dentário, Dispensa e Sala de Estar. Quanto à formação ofertam cursos de prendas domésticas, datilografia, ginástica, música vocal e instrumental. (REVISTA JUBILEU, 2009, p.96).

O curso pedagógico, criado pela Lei nº 193 de 30 de abril de 1965, teve a sua primeira turma com 32 alunas matriculadas e compôs o currículo do Instituto

Benjamin Constant com os cursos: primário, ginásial e artes domésticas em geral. O “Resumo – Histórico do Instituto Benjamin Constant”, elaborado pela Superiora Sor Ana Carmelina da Silveira Borges em 1967, reforçou a finalidade do Instituto em proporcionar “[...] às jovens adolescentes uma educação para desempenhar sua missão no lar, na sociedade e na escola”. (p.2).

As características estabelecidas nos regulamentos do Instituto Benjamin Constant compuseram os espaços destinados ao futuro das educandas que sempre foi objeto de discussão na República. Na Mensagem de 1899, o governador do Amazonas, José Cardoso Ramalho Junior, sugeriu que o Estado deveria se responsabilizar em direcionar as educandas para serem mulheres operárias de uma indústria de fardamento escolar, tirando-as do infortúnio de um mau casamento, ou ainda de trabalhos domésticos com pouca remuneração. No entanto, a Mensagem de 1902, do governador do Amazonas Silverio José Nery, expôs que a aluna poderia ser aproveitada como professora da escola primária, mediante concurso obrigatório, perante a Diretoria Geral de Instrução. Na Mensagem de 1904, do governador do Amazonas Silverio José Nery (mediante concurso) a aluna poderia ser nomeada professora do interior, sendo que as menores de 20 anos, ao terminarem o curso, seriam matriculadas na Escola Normal.

Com a reforma do ensino pelo Dec. n. 691 de 22-12-1904⁸⁵, com vigência em 1º de janeiro de 1905, foi extinto o ensino secundário do Instituto, restando-lhe o primário com ênfase ao ensino técnico.

Quando tratei da reforma do ensino e sua applicação a este estabelecimento, tive ensejo de dizer o que pensava a respeito.

Dava-se ás alumnas instrução superior á primaria e penso que, se descurava muito das aulas profissionaes. Estas não tinham o cunho pratico tão necessario ás meninas pobres e orphãs, que alli recebiam uma educação destinada a lhes desenvolver a intelligencia, forticar-lhe a alma e lhes assegurar um meio de viver de seu trabalho honesto e independente.

Terminando o tempo que a lei estabelecia para a permanencia no Instituto, de que ia viver a mulher alli formada? A instrucção adquirida não era suficiente para o magisterio; seria preciso o curso da Escola Normal; a empregar-se nos misteres domesticos nem uma dellas se sujeitaria – depois da instrucção recebida,

⁸⁵ Esse decreto instituiu o Regulamento Geral da Instrução Pública do Amazonas de 1904.

ficaria em situação inferior, também não podiam se dedicar aos trabalhos de costuras e prendas, porque não tinham tido um aprendizado verdadeiramente prático.

Limitavam-se estas aulas aos trabalhos para uso do Instituto, à feitura dos uniformes das alumnas e uma ou outra obra feita muito especialmente e em numero tão restrito, que não eram suficientes para dar-lhe a prática necessária a uma profissional ao serviço público.

Ao sahir, portanto, a alumna do Instituto, achava-se na sociedade completamente deslocada. (AMAZONAS - Instrução Pública no Amazonas em 1905, 1910, p.76-77).

Quanto ao curso secundário extinto, ele só retornou ao Instituto no Regulamento de 1923. Nesse período de 18 anos as educandas cursaram, por meio de encaminhamento do diretor do Instituto Benjamin Constant, os níveis superiores ao primário em instituições como a Escola Complementar e a Escola Normal, o que de certa forma possibilitou a algumas a ascensão social e a formação profissional como professoras, conforme exemplificou o ofício de solicitação de matrícula (manuscrito), do diretor do Instituto Joaquim Sarmento ao governador do Amazonas Antonio Bittencourt, em 22 de dezembro de 1911, que solicitou a matrícula na Escola Complementar das alunas Rosa Bentes, Francisca Telles de Menezes, Attilia de Oliveira Machado, Raymunda Ribeiro e Raymunda das Neves Franco; no 1º ano da Escola Normal as alunas Izabel Ramalho, Leonilia Ramalho, Izolina Barbosa, Petrolina Pereira e Anna Marques; e no 2º ano da Escola Normal as alunas Maria Miranda Leão e Dormitilla Ramalho.

Analizando as fontes, foram percebidas as tensões entre as propostas para a formação que seria destinada às educandas do Instituto Benjamin Constant, com os discursos e as ações curriculares em prática. Por um lado, a reforma de 1904, que significou o encolhimento do ensino no Instituto, foi justificada devido a não adaptabilidade da aluna na sociedade de Manaus, frente a sua condição social, aspirações profissionais e o papel que a elite manauense esperava que cumprisse na sociedade. Por outro, os discursos que justificavam essa reforma apelavam para um ensino profissionalizante laico, considerado avançado no mundo, mas que de certa forma parecia se confrontar com os caminhos da reforma e a organização do Instituto Benjamin Constant, com forte presença religiosa.

O diretor de instrução pública interino, Antonio Monteiro de Souza, publicou, no “Relatorio de Instrucção Publica em 1905” (anexo à Mensagem de 1910 – 2^a edição), o interesse de instalar, no Instituto Benjamin Constant, o modelo de ensino técnico profissionalizante, destinado ao sexo feminino, de uma das escolas municipalizadas de Paris. Essa proposta originou-se de uma carta do Sr. G. Pouyillon, ao Sr. Antonio Monteiro de Souza, que ofereceu os seus serviços metodológicos para implantar no Instituto Benjamin Constant o modelo educacional da escola profissional situada à Rua Abbeville. Não se teve acesso à carta, assim não foi possível verificar a data da emissão, mas o seu conteúdo foi transscrito em cinco laudas (em língua francesa) no Relatório de Instrução Pública de 1905. Monteiro explicou em seu Relatório que o modelo educacional da escola profissional francesa era imitado na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos.

L'apprentissage de l'école est très methodique et très complet. On ne cantonne pas les écolières dans une spécialité de leur métier. On ne se contente pas d'habituer leurs mains à résoudre les difficultés matérielles de la confection d'un chapeau ou d'un corsage. On étend leurs idées. On développe leur initiative et leur goût. En un mot, on les prépare aux surprises et aux fluctuations de la mode. Elles reçoivent un enseignement essentiellement parisien et, lorsqu'elles sortiront de l'école pour entrer chez l'industriel, elles pourront concourir directement aux créations et aux novations qu'à chaque saison le monde admire et nous emprunte.⁸⁶ (p.78).

A proposta consistia em destinar às moças a profissionalização na arte da costura, com a criação de modelos conforme a moda e a relação comercial com o cliente, em um período de três anos. Tudo dentro dos ditames da educação feminina moderna, em que o curso técnico era adicionado à educação doméstica ministrada, trazendo grandes rendimentos às formadas que eram empregadas pelos ateliês franceses. Dos cursos existentes tem-se:

c'est la section de couture qui, das ces écoles, comprend le plus grand nombre d'élèves. Rue d'Abbeville, la légion des

⁸⁶ A aprendizagem na escola é muito metódica e completa. As alunas não se limitam em uma única especialidade de sua profissão. Não é só para habituar as mãos a resolver as dificuldades práticas de se fazer um chapéu ou um vestido. Nós entendemos suas ideias. Desenvolvemos sua iniciativa e gosto. Em uma palavra, estão preparadas às surpresas e flutuações da moda. Elas recebem uma educação essencialmente parisiense e quando deixam a escola para entrar na empresa, podem contribuir diretamente nas criações e inovações que o mundo admira e nos empresta, a cada temporada.

travailleuses se compose de 210 couturières contre 60 peintres, 40 corsetières et 35 brodeuses. La première année l'élève de couture apprend tous les genres de points usités en lingerie, lainage et drap. Elle sont en outre deux cours de coupe par semaine. La seconde année, elle travaille au vêtement d'enfant, coupe le corsage, la jaquette, le peignoir, la juppe, etc... En troisième année, la petite couturière se trouve aux prises avec la cliente. C'est à cette époque que commence réellement la vie professionnelle. Affronter la cliente constitue l'épreuve décisive. Remarquez bien que les clientes qui se font habiller par les écoles professionnelles sont, comme toutes les autres, pointilleuses et exigeantes. Elles ont mille caprices et nulle indulgence.⁸⁷ (p.78-79).

O modelo de educação francês já era uma política de civilidade à educação de Manaus para a formação profissional quando em 1898 a Diretoria Geral da Instrução Pública viajou para Paris e Portugal, com a finalidade de aprender sobre o ensino europeu. O Instituto Benjamin Constant pertenceu a esse contexto (DIAS, 2007) e não é de se admirar que em 1905, o diretor da instrução pública, Sr. Antonio Monteiro de Souza, se aproximasse do modelo proporcionado pelo Sr. Pouyillon, cujo programa de ensino à mulher incluía a educação doméstica.

Tout femme, à quelque milieu social qu'elle appartienne, a besoin de savoir tenir un ménage, faire la cuisine, repasser le linge fin, les dentelles, raccommoder, etc. Chaque lundi, une section de huit élèves est désignée pour faire, pendant toute la semaine, l'apprentissage de la cuisine. Ces huit ménagères vont au marché, discutent le prix des denrées, achètent aux étalages, composent leurs repas, puis procèdent au nettoyage de la vaisselle et des locaux. Somme tout, leur mission est très complexe mais très profitable. Longtemps à l'avance, l'élève songe à sa semaine de cuisine. Elle ne céderait pas son tour pour un empire. C'est une période d'aventures réjouissantes en perspective. Composer soi-même son déjeuner, six fois de suite! Sans compter que le menu est toujours appétissant!⁸⁸ (p.80).

⁸⁷ Esta seção de costura das escolas compreende o maior número de alunas. A legião de trabalhadores da rua Abbeville é composta de 210 costureiras contra 60 pintores, 40 espartilheiros e 35 bordadeiras. As alunas do primeiro ano aprendem a costurar todos os tipos de pontos usados em lingerie, lã e em tecido. Elas também cortam os tecidos em duas semanas. No segundo ano já se trabalhou o vestuário infantil, corte, corpete, jaqueta, manto e saia, etc... No terceiro ano a pequena costureira está se esforçando com o cliente. É durante este período que se inicia realmente a sua vida profissional. Confrontar o cliente é o teste decisivo. Observa-se que os clientes vestidos por estas profissionais são exigentes e mimados, possuem muitos caprichos e não são indulgentes.

⁸⁸ Toda a mulher pertencente a qualquer ambiente social precisa saber manter uma casa, cozinhar, passar o fino linho, laços, emenda, etc. Toda a Segunda-feira, uma seção de oito alunas é chamada ao longo da semana para aprender a cozinhar. Estas oito domésticas vão ao mercado

Essa proposta, enfatizada pelo diretor de instrução pública do Amazonas, consistia em uma formação de educação feminina para a menina moderna, no sentido de que as alunas não saíssem somente sabendo lavar, engomar e cozinhar, pois muitas ficavam “[...] deprimidas com a profissão de lavadeira ou cozinheira” (AMAZONAS – Mensagem, 1905, p.14).

L'éducation donnée dans le écoles professionnelles est essentiellement pratique et répond aux besoins de la jeune fille moderne. Les études primaires sont complétées; l'habileté professionnelle est acquise. La distinction dans le travail n'est pas la seule que l'on s'efforce d'assurer aux écolières. On tient, pardessus tout, à faire de ces jeunes filles instruites des femmes sérieuses. C'est d'ailleurs, en matière d'enseignement féminin, le problème éternellement posé. Je suis convaincu qu'il est glorieusement résolu dans les établissements comme celui de la rue d'Abbeville où les soins des éducateurs ne s'adressent pas seulement à l'intelligence de l'élève, mais encore à sa conscience et à son coeur.⁸⁹ (p.80-81).

A proposta parisiense não foi implantada e pelos regulamentos do Instituto Benjamin Constant a formação voltada para o trabalho feminino, com ênfase na educação doméstica, foi reforçada, onde o bordar, o coser, o lavar e o engomar, incorporado às demais atividades do lar, tinham a rígida exigência por meio dos exames. Além disso, as alunas estudavam piano, bandolim e harpa.

A especialização das atividades domésticas esteve no currículo escolar no Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1937:

discutir os preços dos alimentos, exibem as compras até as refeições. Em seguida limpam os pratos e o local. Como tudo, suas missões são muito complexas, porém muito rentáveis. Com bastante antecedência a aluna pensa em sua semana na cozinha. Ela não cederia a sua vez nem por um império. Este é um momento de perspectiva e de terríveis aventuras. Compor o seu próprio almoço por seis vezes seguidas! Sem contar que o cardápio é sempre apetitoso!

⁸⁹ A educação nas escolas profissionais é essencialmente prática e atende às necessidades da menina moderna. Estudos primários são concluídos; hábitos profissionais são adquiridos. A distinção do trabalho não é unicamente que se tenta garantir às alunas. Considera-se, acima de tudo, fazer dessas meninas educadas mulheres sérias. É também, em termos de matéria da educação feminina, um problema que eternamente se coloca. Tenho certeza que ele está gloriosamente resolvido em instituições como a da rua Abbeville, onde os cuidados dos educadores não são direcionados apenas para a inteligência do aluno, mas a sua consciência e seu coração.

Art. 46. A passagem de um ano para outro do Curso de Ocupações Domésticas será feita sob regimen de promoções e de exames. Estes serão escritos, orais e práticos.

Art.49. Nas disciplinas: - Desenho profissional, Caligrafia, Cultura física, Corte e Costura, Cosinha, Bordados, as provas serão orais e práticas.

Art.50. Haverá provas práticas aos exames de Lavagem e engomado.

O destino das educandas também consistiu na reprodução dos quadros sociais que compunham as instituições religiosas e educacionais do Instituto. Na perspectiva das Filhas de Sant'Ana essa reprodução não foi explícita nos regulamentos, porém comemorada pela ordem religiosa.

As Religiosas em pouco tempo souberam impor-se e o resultado não se fez esperar. Dez das alumnas mais velhas decidiram abraçar a vida Religiosa e chegaram todas a professar, são: Irmã Amasilles Falcone, Irmã Cutodia de Oliveira, Irmã Concettina Ramalho, Irmã Cecilia Telles, Irmã Carolina Cardoso, Irmã Amazonas; substitui-a a Irmã Marzia Gurilli. (BODAS, 1933, p.58).

Outra forma de reprodução ocorreu de forma regulamentada pelo Instituto Benjamin Constant de 1923; a asilada, ao terminar o curso tinha a preferência em ocupar qualquer cargo do Instituto, salvo o de diretor: "Art.24. A educanda, concluído o curso com aproveitamento e conduta exemplar, terá preferência para qualquer cargo do Instituto, com exceção de diretor, em igualdade de condições.".

Em 1937, por força do concurso público pela Constituição do Estado do Amazonas (art.98 e 99), essa preferência ficou restrita ao cargo de secretaria: "Art. 106 - Entre as concorrentes que tenham se submetido ao concurso, terá preferência para a nomeação, qualquer educanda, em igualdade na classificação das provas." (AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1937). Esse era o único cargo administrativo destinado à mulher, sem a vinculação com as irmãs, conforme o art. 66 do Regulamento do Instituto:

Art. 66. Os serviços administrativos do Instituto "Benjamin Constant" terão o seguinte pessoal: - Diretor as-honorem, uma Secretaria; onze irmãs contratadas; um médico; um dentista; um capelão; um zelador; um porteiro; um hortelão e um correio servente.

Paragrafo Unico. As irmãs contratadas são as seguintes: - Uma Superiora; uma Auxiliar da Superiora; uma Economia; uma Professora de Musica e Cultura Fisica; uma professora de Desenho, Caligrafia e Dactilografia; uma mestra de Corte e Costura; uma mestra de Prendas; uma mestra de Cosinha; uma mestra de Lavagem; e Engomado; uma Enfermeira e uma Guardaroupeira.

Tanto o ingresso na ordem religiosa quanto no cargo do Instituto representou um retorno para a organização disciplinar do Instituto Benjamin Constant, pois essas mulheres se enquadravam às regras e convívio isolado da sociedade, reproduzindo a ordem interna da instituição educacional que abrigou uma instituição religiosa.

A formação do Instituto Benjamin Constant foi a “salvação” das desvalidas, por meio de uma educação que tanto atendeu aos preceitos civilizatórios da República, às necessidades do Instituto Filhas de Sant’Ana e atestou a situação de progresso do estado do Amazonas. A esse respeito, a Mensagem de 1916, do governador do Amazonas Jonathas de Freitas Pedrosa, esclareceu: “No Relatorio do dr. Diretor do Instituto Benjamin Constant encontrareis dados numericos e informações outras que, atestando o progresso constante d’esse estabelecimento, confortam o espirito dos que se preocupam sinceramente com os destinos do Amazonas.” (p.79-80).

A exposição do interventor federal Alvaro Maia explicitou que o Instituto Benjamin Constant serviu de modelo a outras instituições no sul do Brasil e se constituiu em orgulho para o Amazonas: “Sob a assistência interna das irmãs da Ordem de Santana e direção do Dr. Maximino Corrêa, este educandário que abriga meninas e moças órfãs, preenche otimamente, agora como sempre, a sua finalidade social, constituindo motivo de orgulho para o Amazonas.” (1941, p.38).

O orgulho para o Amazonas desde a sua criação como símbolo da República, ou ainda *cartão de visita* para quem chegava ao Amazonas, com base na moral elitista destinada às meninas pobres e sujeitas ao “risco social”, o Instituto Benjamin Constant foi se configurando como um exemplo para a formação da mulher casta para o casamento, adequada à inserção no Instituto Filhas de Sant’Ana e para exercer o trabalho na sociedade manauense.

2.3 O Curso Infantil “Froebel” no Instituto Benjamin Constant

O primeiro jardim de infância público do Estado do Amazonas foi autorizado para funcionamento no Instituto Benjamin Constant no ano de 1897. A Mensagem de 06/01/1898, do governador do Amazonas José Cardoso Ramalho Junior, autorizava o Instituto a desenvolver o método Froebel: “Dotado o orçamento com verba suficiente, está autorizado o director a desenvolver ali o methodo Froebel e espero se fará em breves tempos.” (AMAZONAS – Mensagem, 06/01/1898, p.20).

O diretor de instrução pública Francisco Antonio Monteiro, em sua viagem em 1898, a Portugal, expressou em seu Relatório de Instrução Pública (1899) a saudade que sentiu das crianças da classe infantil do Instituto Benjamin Constant quando assistiu à apresentação das crianças do Jardim Estrela. Isso indica que entre o ano de autorização 1897 e a viagem de Francisco Monteiro, em 1898, a classe infantil do Instituto estava em pleno funcionamento. Em seu Relato sobre o Instituto Benjamin Constant, Monteiro expôs:

Destinado a receber e amparar por conta do Estado a infancia desvalida, o Instituto Benjamin Constant vae cumprindo sua humanitaria missão.

No fim do anno lectivo passado presidi ao acto dos exames das asyladas, e fiquei satisfeito com as provas produzidas, sobre as materias do curso superior.

A classe infantil instruida de acordo com o systema froebeliano, modificado, também se manifestou admiravel desenvolvimento em leitura, escripta, calculo, noções de sciencias physicas e naturaes, canto choral e gymnastica. (AMAZONAS - Relatorio da Directoria de Instrucção Publica, 1899, 254).

O curso infantil foi organizado com o *método froebeliano modificado*; estava integrado à estrutura de ensino do Instituto Benjamin Constant, pois as meninas que o frequentavam faziam exames acerca das matérias referentes aos conteúdos de leitura, escrita, cálculo, noções de ciências físicas e naturais, canto coral e ginástica, assim como as demais asiladas.

Os exames pertenceram à estrutura de ensino tanto das escolas primárias do estado quanto do Instituto Benjamin Constant. A obrigatoriedade dos exames ocorreu com o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1892 que os

condicionava ao direito de um certificado, ao final dos estudos primários, e à exigência futura para a nomeação de cargo público.

Art.196. É criado um certificado de estudos primários.

Art.199. Do anno de 1899 em diante, ninguem poderá ser nomeado para cargo publico do Estado sem possuir este certificado.

Art. 200. Os exames de instrucção primaria se farão todos os annos, em todos os municipios, começando á 9 de Dezembro. (AMAZONAS – Regulamento Geral da Instrucção Publica, 1892).

No Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1892 havia dois tipos de exames, os de habilitação (de 1º a 15 de julho) e os finais, onde as educandas eram avaliadas tanto quanto às matérias e estudadas, com provas orais e escritas quanto nas provas práticas de desenho, costura e musica. A não aprovação por três anos consecutivos tinha como consequência a eliminação do Instituto. (arts. 72 e seguintes).

Os princípios disciplinadores de 1892 acompanharam à condução dos exames no Instituto Benjamin Constant com provas teóricas e práticas, orais e escritas, onde as crianças do jardim de infância foram incluídas. No Regulamento de 1923 o sistema de recompensas reforçou o direito aos prêmios escolares:

Art. 15. Às educandas serão conferidas as seguintes recompensas:

f) Medalhas de ouro, prata e bronze, conferidas por um jury, formado pelo Director, Regente e Professora da classe respectiva, às tres alumnas mais distintas de cada uma das seguintes classes:

I - Jardim da Infancia ou Curso Preliminar;

II - Curso elementar (1º, 2º, e 3º annos);

III - Curso medio complementar;

IV - Musica;

V - Gymnatica;

VI - Dactylographia;

VII - Prendas;

VIII - Serviços Domésticos;

IX - Noções práticas da vida rural;

O Mapa demonstrativo da matrícula e frequência das “escolas do Instituto Benjamin Constant” de 1898 trouxe outras indicações a respeito do jardim de infância (QUADRO 15, p.214). Nas Observações do Mapa constaram:

A 1^a classe foi separada das outras, formando uma aula, por terem as alumnas do jardim de infancia passado depois dos exames, que foram realizados em 13 de Janeiro de 1898, para a 1^a cadeira, e como ficasse esta com um numero elevado de alumnas, a Regente de acordo com o Coronel Director do Estabelecimento separou-as, ficando a 1^a classe a cargo das Irmãs e a 2^a e 3^a a cargo da Professora. Da 1^a cadeira passaram para a 2^a e 3^a cadeira 5 alumnas da 3^a classe que eram aptas. Na aula de musica 13 alumnas estudam Piano, 2 Bandolim e 2 Harpa. Seis menores ainda não estudavam de Janeiro a Junho de 1898. (AMAZONAS - Relatorio da Directoria de Instrucção Publica, 1899, p.254.; AMAZONAS - Relatorio da Regente, 1899, anexo 1).

A primeira classe foi organizada na modalidade de jardim de infância e já estava funcionando em 1897 (ano de sua autorização), pois em 13 de janeiro em 1898 as alunas prestaram exames. No jardim de infância havia 56 alunas⁹⁰ matriculadas com uma frequência média de 50. Suas aulas foram separadas das outras classes e ficaram aos cuidados das irmãs do Instituto das Filhas de Sant'Ana.

O número de alunas matriculadas no jardim (56) estava um pouco além do limite estabelecido pelo artigo 119 do Regulamento Geral da Instrução Pública de 1892, porém a designação de mais de uma irmã para atender ao jardim era pertinente a essa regulamentação: "Art. 119. Nenhuma professora ou professor de escola primaria poderá se ocupar de mais de cincuenta alumnos. Todas as escolas nestas condições terão professor adjunto.".

No Regulamento de Instrução Pública de 1892, o curso primário era organizado em elementar, médio e superior. Em relação ao Instituto Benjamin Constant, as educandas eram distribuídas, em classes conforme a idade.

Art. 37 As educandas, segundo as idades serão distribuidas em turmas ou classes pelo modo seguinte:

- 1^a Classe de 5 á 10.
- 2^a Classe de 10 á 14.
- 3^a Classe de 14 em diante.

Art.38 Cada uma destas classes será confiada a direccão e responsabilidade de uma professora auxiliada por uma adjunta, sob a fiscalisação e superintendencia immediata da regente. (AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1892).

⁹⁰ O que representou 56% do total de alunas do Instituto Benjamin Constant.

Esse quadro mudou com o funcionamento do jardim de infância, onde uma classe foi separada e tornou-se o jardim, constituindo-se a 1^a classe. Os alunos do jardim que passaram nos exames foram dirigidos à 1^a cadeira. Em seguida, vinham as 2^a e 3^a cadeiras.

O segundo quadro anexo ao Relatório da irmã regente Aquilina Gilardo apresentado à diretoria interina do Instituto, datado de 09/05/1899, e reapresentado no Relatório da Instrução Pública, de 30/05/1899, elucidou essa organização e trouxe as matérias trabalhadas em cada classe e cadeira⁹¹. (QUADRO 16, p.215).

Na aula de 1^a classe, destinada ao jardim de infância, trabalhavam-se as seguintes matérias: Caligrafia, Ditado, Leitura, Nomenclatura, Princípios de Música, Aritmética, Desenho e História. Comparando os dois quadros, pode-se inferir que nas aulas de Prendas Domésticas havia, em 1898, alunas do jardim de infância.

O jardim de infância sempre foi integrado à estrutura de ensino do Instituto Benjamin Constant, ou seja, não houve um regulamento a parte para tratar sobre o jardim, e as regras do jardim de infância foram inseridas nos regulamentos do Instituto.

Quanto às regulamentações do Instituto Benjamin Constant houve integrações diferenciadas em relação aos regulamentos de instrução pública. Ou seja, em 1892 (ano de sua criação) o Instituto tinha um regulamento próprio; em 1900 e 1904, as regras do Instituto pertenceram aos regulamentos de instrução pública, com a instituição de regimento interno (art.110, Regulamento de Instrução Pública, 1900). Somente em 1907 o Instituto Benjamin Constant voltou a ter um regulamento próprio, seguido dos regulamentos de 1923 e 1937.

O ensino público do estado do Amazonas mudou a sua estrutura, com o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1900, para ensino primário, ensino

⁹¹ Encontrou-se um erro no quadro impresso no Relatório da Instrução Pública de 1899, onde constou no primeiro item: aulas de 2^a cadeira da 1^a classe; no Relatório da Ir. Irmã Regente Aquilina Gilardo (1899), o primeiro item do Mapa foi: “aulas de 1^a classe da 1^a classe”, convergindo com o primeiro quadro e a organização do jardim de infância na aula de 1^a classe. Assim, o Mapa reproduzido neste trabalho é o do Relatório da irmã regente do Instituto Benjamin Constant.

secundário e ensino normal (art. 1º), sendo o Instituto Benjamin Constant um dos locais de ensino primário, além das escolas primárias, e das escolas-modelo (art. 2º). O ensino primário ficou organizado em 4 anos e para cada ano uma classe, sob o método de ensino intuitivo. (art.13 e Parágrafo Único). Em relação ao Instituto Benjamin Constant, a organização do ensino tinha uma estrutura diferenciada, de 6 anos.

Art. 96. O curso de ensino no Instituto será de 6 anos e constará das seguintes cadeiras:

Portuguez;
Geographia e historia;
Mathematica elementar;
Prendas domesticas;
Gymnastica;
Desenho;
Lições de coisas e instrucção moral e civica;
Noções de physica, chimica e historia natural
(AMAZONAS – Regulamento Geral da Instrucção Publica, 1900).

A matrícula, por meio do Relatório do Instituto Benjamin Constant, anexo à Mensagem de 1903, do governador do Amazonas Silverio José Nery, constavam distribuídas 98 alunas, sendo que:

Existem matriculadas actualmente 98 educandas, sendo:

No curso superior, 1ª classe	11
No curso superior, 2ª classe	10
No curso primario adiantado	17
No curso de 1 ^{as} letras	60
	98

No corrente anno foram desligadas por pedido de seus tutores, três educandas e por morte, uma, e matriculadas duas que se acham addidas. (AMAZONAS – Mensagem, 1903, p.173).

Diante da existência da classe infantil (conforme consta no Relatório de Instrução Pública de 1898), presume-se que esta se tratou do curso de Primeiras letras do Instituto Benjamin Constant, com 60 alunas matriculadas, tendo ainda como referência a quantidade aproximada de matriculadas da aula de 1^a classe de 1898 (56 alunas). Quanto à estrutura de ensino, o curso primário mudou de 6 anos (1900) para 4 anos (1903), aproximando-se da organização das escolas primárias, pelo Regulamento de Instrução Pública de 1900.

No Regulamento de Instrução Pública de 1904, o ensino público do Amazonas esteve organizado em ensino primário, normal, secundário e técnico (art.1º). Quanto ao Instituto Benjamin Constant, o ensino foi organizado em primário e técnico (art.º2), com instrução primária e educação doméstica (art. 1º, Capítulo I, Título IV, do Regulamento de Instrução Pública de 1904).

Nos Regulamentos do Instituto Benjamin Constant de 1907, 1923 e 1937, a organização do ensino compreendeu a instrução primária, junto com a educação doméstica e o ensino profissional. (QUADRO 17, p.216).

A normatização do jardim de infância ocorreu pelo Regulamento de Instrução Pública de 1904: “Art. 23 - Fica instituído um curso infantil para as crianças de 3 a 6 anos de idade.”. Interessante perceber que esse regulamento ainda acolheu as normas de instrução a seguir para o jardim de infância da Escola Normal, acompanhando o método froebeliano, criado somente em 1920. (AMAZONAS – Mensagem, 1920).

No Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1907, o art. 23 foi acolhido com a mesma redação: “Art. 23. Fica instituído o curso infantil para as crianças de 3 a 6 anos de idade.”.

Na Mensagem de 1916, do governador do Amazonas Jonathas de Freitas Pedrosa, o curso infantil apareceu na base da estrutura do ensino do Instituto Benjamin Constant que oferecia o ensino até o 3º grau primário, além da educação física, da educação profissional e dos trabalhos realizados pelas educandas.

Frequentaram as aulas do Instituto 126 educandas:
23 no curso infantil.
56 no primeiro grão.
32 no segundo grão.
15 no terceiro grão. (AMAZONAS – Mensagem, 1916, p.79).

Em 1923 foi confirmado o pertencimento do jardim de infância ao ensino primário do Instituto Benjamin Constant:

Art.35º. É obrigatorio o curso do ensino primario, ministrado de accôrdo com os planos estabelecidos pelo Regulamento Geral da Instrucção Publica do Estado, e comprehendido:

a) Jardim da Infancia ou Curso Preliminar, o qual deverá funcionar, sempre que a estação o permitir, ao ar livre, em local para isso apropriado;

b) Curso elementar, dividido em tres annos ou cadeiras;

c) Curso medio complementar, constituindo uma cadeira.

(AMAZONAS - Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1923).

O jardim do Instituto, regulamentado em 1923, atendia às especificações do Regulamento da Instrução Pública de 1918⁹², em que o curso preliminar era sinônimo de jardim de infância, e cujo funcionamento indicava a predisposição da criança ao ar livre, em local apropriado e pertencendo ao ensino primário.

Em 1937, o jardim do Instituto Benjamin Constant não foi mencionado. No entanto, o livro “Bodas de Ouro das Filhas de S. Anna no Brasil: notícias históricas 1884-1934”, de 1933, o curso infantil foi citado, demonstrando que na década de 1930 este ainda pertencia à estrutura de ensino: “O ensino abrange o seguinte: curso infantil, primario e medio, dactilographia, musica, e serviços domesticos.” (p.58-59).

O Relatório apresentado ao presidente da Republica Getulio Vargas, pelo interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Mello, de outubro de 1933 a dezembro de 1934 e publicado em 1935 usou o termo *escolas infantis*, acompanhando os planos, programas e indicações para o ensino pré-primário e primário em Manaus de 1934. Com isso, não especificou quais escolas pré-primárias (jardins de infância) existiam na capital, a não ser a informação quantitativa de 6 jardins de infância anexos aos grupos escolares, destinados às crianças de 4 a 6 anos, que funcionavam em pavilhões independentes.

Escolas Infantis

Nesses estabelecimentos modelares, as creancinhas, que se educam sob a vigilancia carinhosa de mestras dedicadissimas, começam a sentir os influxos da instrucção, num ambiente de develos maternas.

⁹² O jardim de infância e curso complementar, do Regulamento da Instrução Pública de 1918, encontra-se no capítulo III desse trabalho.

O regulamento dos planos-programmas e indicações do ensino pre-primário e primário da capital, preconiza para essas escolas infantis a applicação, de conjunto, dos preceitos contidos nos methodos de Froebel, Montessori e Decroly, os tres grandes mestres da pedagogia, que mais contribuiram para o desenvolvimento do ensino no espirito da creança. (p.25-26).

Nesse Relatório não houve quaisquer informações sobre o Instituto Benjamin Constant. Nas exposições do interventor federal Alvaro Maia de 1941 a 1944 comentaram-se os feitos governamentais junto ao Instituto Benjamin Constant, porém sem alusão aos cursos nele ministrados, com exceção aos de cunho profissionalizante. Nesse sentido, a última menção sobre o curso infantil do Instituto tratou da publicação de 1933 pelo livro *Bodas de Ouro das Filhas de S. Anna no Brasil*.

Uma série histórica pode ser demonstrada, tendo como referência a quantidade de alunas atendidas pelo Instituto Benjamin Constant (QUADRO 18, Gráfico 1, p.217) e o número de alunas atendidas pelo seu curso infantil (QUADRO 19, Gráfico 2, p.217), com base nas Mensagens dos governadores do Amazonas e nos Relatórios dos diretores do Instituto.

O jardim de infância do Instituto Benjamin Constant não foi somente o primeiro curso infantil para a primeira infância, de caráter público, no Amazonas como teve uma existência duradoura e pertenceu à estrutura de ensino do Instituto. Em 1897 a aula da 1^a classe, da cadeira de 1^a classe foi destinada ao jardim de infância; posteriormente foi denominado de curso infantil, curso infantil “Froebel” e jardim de infância.

2.4 Sujeitos e práticas do Jardim de Infância do Instituto Benjamin Constant

2.4.1 As educandas do jardim de infância

As educandas do Instituto Benjamin Constant foram concebidas, no governo de Silverio José Nery, como *asiladas* e *desvalidas*. Eram desvalidas por serem órfãs, por estarem desprotegidas do seio familiar, e por meio da educação no internato, com os cuidados das irmãs Filhas de Sant’Ana, poderiam assumir

um futuro social que não fosse desviante. (AMAZONAS – Mensagem, 1904). Outra denominação usada foi de *discípulas*, ocorrida uma única vez na Mensagem de 1923, do interventor federal do Amazonas Alfredo Sá.

Somente no regulamento de 1923 instituiu-se a categoria de educandas *contribuintes*, que eram submetidas ao mesmo regimento disciplinar das educandas desvalidas, porém seus responsáveis pagavam para receberem a educação no Instituto. Este poderia admitir 30 contribuintes e 120 desvalidas (art.10), o que representava 25% em relação às educandas desvalidas. As contribuintes existiam anteriores ao regulamento de 1923, sendo mencionadas na Mensagem de 1917, do governador do Amazonas Pedro de Alcantara Bacellar: “Quanto áquellas há duas classes: as pensionistas do Estado orphãs pobres, em número de 144 e as contribuintes, que são 9, dando um total de 153” (p.156). Na Mensagem do Amazonas de 1923, do interventor federal Alfredo Sá, o número de contribuintes já havia quase triplicado.

A denominação de *pensionistas* esteve no relatório de “Bodas de Ouro das Filhas de S. Ana no Brasil”, publicado em 1933, que atestou em 1930, o número de 34 pensionistas, das 161 alunas: “Dá-se preferencia ás orphãs. Para attender, entretanto a innumeros pedidos o governo abriu uma secção de pensionistas em que estão inscriptas 34 alumnas” (p.59).

Por mais que não constassem nos regulamentos ou nos documentos das Filhas de Sant’Ana, aparecem nas Mensagens as alunas *adidas* ou *adjuntas*. Essas, em número menor, foram também identificadas na listagem de alunas matriculadas. Na Mensagem de 1910, na listagem de alunas matriculadas referente a 1909, constavam 8 adidas e na Mensagem de 1911 este número não foi alterado. Ao final do ano de 1913 as educandas matriculadas eram em nº de 100, mais 40 adidas e 17 admitidas durante o ano, totalizando 157. Dessas, 17 foram desligadas entre matriculadas e adidas, totalizando 140 educandas para o ano de 1914⁹³.

As adidas ajudavam no serviço interno do Instituto: “No estabelecimento existem actualmente 150 alumnas, sendo 5 adjunctas, auxiliares do serviço

⁹³ As Mensagens do Amazonas de 1910 e 1911 referem-se ao governo de Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt. Em 1914, o governador do Amazonas era de Jonathas de Freitas Pedrosa.

interno, sob o mesmo regimen das educandas, 120 desvalidas e 25 contribuintes. O numero está completo, porque o edificio não comporta maior lotação." (AMAZONAS – Mensagem, 1923, p.140).

No regulamento do Instituto de 1937 não mais aparece a categoria de educandas contribuintes, reforçando a exclusividade de internato (art.2º), "á órfãos reconhecidamente pobres." (art.1º).

As meninas que estudaram no jardim de infância foram denominadas de *educandas* pelas normas gerais do Instituto e de *creanças* quando houve uma especificação relacionada ao jardim de infância ou curso preliminar. Não houve como identificá-las como contribuintes, porém encontrou-se uma criança adida que pertenceu ao jardim de infância, Maria Eleutheria Fernandes (após análise do Mapa de aplicação e comportamento do curso infantil de 1909 e da listagem geral das educandas de 1909). Nas Mensagens, as educandas do jardim de infância também foram denominadas de crianças, alunas ou educandas.

O termo *creança* apareceu nos Regulamentos do Instituto Benjamin Constant de 1907 e 1923. O artigo 23 do Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1907 repetiu o artigo 23 do Regulamento de Instrução Pública de 1904: "Fica instituido um curso infantil para as crianças de 3 a 6 annos de idade.". Os artigos 24 e 25, do Regulamento do Instituto de 1907, aproximaram a professora do curso infantil das crianças em dois sentidos. Primeiramente, pelo amor materno, onde a professora tinha que ter devoção às crianças; e, em segundo, no impedimento da professora em se afastar das crianças, com exceção em caso de doença.

O Parágrafo Único, do artigo 35 do Regulamento de 1923, resumiu as prerrogativas do Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1907, em relação às crianças e a professora do jardim de infância, determinando que o cargo de professora fosse regido por uma irmã religiosa (no caso, do Instituto das Filhas de Sant'Ana), de forma que as crianças sempre tivessem acompanhamento por parte da irmã, professora do jardim de infância.

A idade foi um dos indicadores de localização provável das crianças do jardim de infância. Houve uma variação etária de admissão conforme os

regulamentos. A menor idade normatizada foi referente a 3 anos de idade em 1904 e 1907, porém foi mais comum nos regulamentos de 1892, 1923 e 1937 a admissão das crianças a partir dos 5 anos de idade (QUADRO 20, p.218).

Apesar da regulamentação da idade das crianças, encontrou-se uma variação etária, rompendo com o estabelecido na norma. Dentre os 10 óbitos ocorridos em 1898 no Instituto, a menina Ignez Eugenia tinha 4 anos quando veio falecer de impaludismo, no dia 21 de dezembro. (AMAZONAS - Relatorio da Irmã Regente Aquilina Gilardo, 1899).

As crianças foram admitidas no Instituto por serem órfãs de pai e/ou mãe, por terem pais ignorados e serem pobres, ou pela possibilidade de encaminhamento da Santa Casa de Misericórdia de Manaus. No governo de Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, a Lei n. 609 de 17 de março de 1910 regulamentou em seis artigos a situação das crianças abandonadas que nasciam na Santa Casa de Misericórdia.

Art. 1º Todas as creanças que nascerem na Santa Casa de Misericordia ou que sendo orphãs, ali estiverem por qualquer circunstancia, serão na idade escolar, remettidas para o Instituto Benjamin Constant ou Affonso Penna.

Art. 2º As creanças nas condições acima terão preferencia a admissão nos estabelecimentos citados.

Art. 3º O provedor da Santa Casa officiará ao Governo, solicitando a admissão das referidas creanças nos Institutos acima, logo que atinjam á idade escolar.

Art. 4º Fica o poder Execcutivo autorisado a fundar um estabelecimento de assistencia á infancia desvalida, nesta cidade, que será em sala da Santa Casa ou Instituto Benjamin Constant até que sejam construidos compartimentos appropriados, annexos ao segundo destes estabelecimentos.

Em 1910 a idade mínima de admissão no Instituto Benjamin Constant foi de 3 anos, acompanhando o Regulamento do Instituto de 1907; assim, as meninas deixadas na Santa Casa de Misericórdia de Manaus, conforme a Lei, deveriam ser encaminhadas pelo “provedor” para o Instituto Benjamin Constant, ao completarem essa idade. (art. 4º. Lei 609, 17/03/1910). Apesar dessa regulamentação, nas listagens das educandas de 1904 e 1905 encontraram-se crianças no Instituto a partir dos 5 anos de idade; e junto à relação nominal de

1909 e os Mapas de aplicação e comportamento de 1913, a categoria idade não foi especificada (AMAZONAS – Mensagem, 1904; 1905; 1910; 1914).

A identificação das crianças que pertenceram ao jardim de infância não foi tarefa fácil, principalmente pela forma de organização das listagens das educandas, onde não havia uma uniformidade nas categorias. A lista de 1904 incluiu o nome das educandas, organizado conforme a data de admissão, com idade entre 5 a 13 anos, numerada de 1 a 102, indicando a naturalidade e a filiação de cada matriculada.

Na listagem de 1905 não houve a indicação da data de admissão; as alunas foram numeradas de 1 a 101, com os nomes, filiação e situação dos pais, idade referida a 1905 e naturalidade. Na listagem de 1909 constou o nome das alunas, com numeração de 1 a 100, adicionada com o nome de 8 alunas adidas, totalizando 108 educandas. Essa listagem compôs a Mensagem de 1910, do governador do Amazonas Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, que trouxe os Mapas de aplicação e comportamento das alunas, referente a 8 de janeiro a 31 de outubro de 1909, conforme as cadeiras de: 3º grau, 2º grau, 1º grau (duas cadeiras); do curso infantil; das aulas de prendas e música e da cadeira de costura.

A Mensagem de 1914, do governador do Amazonas Jonathas de Freitas Pedrosa, não apresentou uma listagem geral das educandas do Instituto Benjamin Constant, mas trouxe os quadros de movimento das educandas e dos cursos de 1913 com os Mapas de aplicação e comportamento do 3º, 2º, 1º graus e curso infantil (do Ensino Primário), e das cadeiras de Prendas e Costura, todos referentes ao período de janeiro a 31 de outubro de 1913.

Comparando as listas referentes a 1904, 1905, 1909 e 1913, algumas considerações preliminares puderam ser elaboradas.

- a) Quanto à organização das educandas das listas de 1904 e 1905: essas foram organizadas por data de admissão com todas as alunas. Isso está claro na lista de 1904. Na lista de 1905 não há a data de admissão das educandas, no entanto pôde-se realizar esse levantamento,

comparando as duas listagens, onde se percebeu que a ordem das educandas apresentou a mesma sistemática da listagem de 1904.

- b) Quanto à organização das alunas na Relação nominal em 1909: na lista nominal geral de 1909 não foi possível detectar o sistema de organização das educandas. Comparou-se a lista de 1905⁹⁴ com a de 1909 e encontrou-se, das 108 matriculadas em 1909, 35 alunas que pertenceram à listagem de 1905, porém não foram organizadas por datas de admissão. Realizaram-se comparações entre a lista geral e as listagens referentes aos mapas de aplicação e comportamento de 1909 onde se verificou que a ordem de apresentação das educandas não se baseou nas cadeiras estudadas.
- c) Organização das educandas em 1913 e as relações com as listas de 1909: foi possível visualizar as trajetórias das alunas que estavam no curso infantil em 1909, por meio das análises dos Mapas de aplicação e comportamento das educandas (1913) e a organização das alunas de 1909.
- d) Ausência de educandas em relação à listagem de 1909: na análise entre a relação nominal geral de 1909 e os Mapas de aplicação e comportamento de 08/01 a 31/10/1909 constatou-se a ausência de 16 educandas que frequentaram as cadeiras de 1º ao 3º grau e as aulas de prendas, costura e música, e que se encontravam nas listas de 1904 e 1905. O inverso também ocorreu, 04 alunas da relação nominal geral e 07 adidas não constaram nos Mapas de aplicação e comportamento de 1909⁹⁵.

⁹⁴ Escolheu-se a listagem de 1905 por ser a mais recente em relação à listagem de 1909.

⁹⁵ As quatro alunas foram: Maria Margareth Olinda (nº 10), Cristina Oliveira (nº 24), Dalva Vitruvio (nº 68), Maria Magdalena Ramos (nº 97). As adidas foram: Lucinda Ferreira da Silva, Dalila dos Santos Alencar, Ormina Ramos, Maria José Ramos, Hilda Amaral, Alice Amaral e Maria Rodrigues da Costa. Todas essas também não foram encontradas nas listas gerais de 1904 e 1905.

- e) O movimento das educandas: esse movimento pôde ser verificado entre as listagens de 1904 e 1905. As datas de admissão da lista de 1904 referem-se desde 01/07/1889 a 18/05/1904, demonstrando que a admissão provavelmente ocorreu pela a demanda e desligamento das asiladas, ou seja, pelo “movimento das educandas”. (QUADRO 21, p.218).
- f) Das presenças, ausências e movimentos das educandas: analisando as listagens de 1904, 1905, 1909 e os Mapas de aplicação e comportamento das educandas de 1909 e 1913, com os ofícios do diretor do Instituto Benjamin Constant de 1911 sobre os desligamentos das educandas, pôde-se traçar a trajetória das alunas, revelando que houve no Instituto o que se poderia ser denominado de “retenção” das educandas que envolveu a estrutura de ensino e a maioria das alunas.
- g) Sobre o curso infantil: as crianças do curso infantil puderam ser identificadas pelos critérios de idade, nome, qualificação quanto à filiação, organização das turmas e movimento das educandas, nas listas de 1904 e 1905. Em 1909 e 1913, as alunas do jardim de infância foram organizadas no Mapa de aplicação e comportamento referente ao curso infantil. A identificação da professora foi possível, pois nos Mapas havia o nome da professora do curso infantil.

O curso infantil “Froebel” em 1904 teve 33 matriculadas, do total de 104 alunas, sendo 57 do Curso Primário e 14 do Curso Superior. Quanto à movimentação das alunas (QUADRO 22, p. 219), em 01/01/1904 havia 100 matriculadas; no decorrer do ano “[...] matricularam-se mais 10, o que deu o total de 110, classificadas segunda a idade” (AMAZONAS – Relatório do Instituto Benjamin Constant, anexo 8, Mensagem, 1905, p.105):

A idade de 3 a 6 anos para o curso infantil em 1904 (art.23, do Regulamento de Instrução Pública, 1904) foi fundamental para encontrar as crianças que estudaram no jardim de infância. Como o curso infantil tinha 33

alunas matriculadas e entre o quadro do movimento das educandas por idade revelou que das 34 alunas matriculadas, 8 pertenceram a idade de 5 a 7 anos e 26 de 8 a 10 anos, há uma a possibilidade de encontrar a qualificação das crianças que estudaram no curso infantil, na listagem de 102 matriculadas de 21 de maio de 1904, da Mensagem de 1904, do governador do Amazonas Silverio José Nery (Anexo G). As alunas que provavelmente pertenceram ao jardim de infância encontram-se organizadas no anexo H.

Em 1905, das 102 matriculadas, 22 alunas pertenceram ao jardim de infância, 39 ao 1º grau, 24 ao 2º grau, 13 ao 3º grau e 4 estavam matriculadas na Escola Normal. Nas demais aulas havia 16 alunas matriculadas em Música, 34 em Costura, 78 em Prendas e 48 em Ginástica (Anexo G). (AMAZONAS - Mensagem, Relatorio do Instituto Benjamin Constant, 1905).

Da Relação nominal com 101 educandas, conforme a Mensagem de 1905, do governador do Amazonas Antonio Constantino Nery, havia 15 crianças entre as idades de 7 a 9 anos e 15 crianças, com 10 anos. Entre essas, há uma grande possibilidade das crianças listadas no Anexo H terem feito parte da turma do jardim de infância.

A Mensagem de 1906, do governador do Amazonas Antonio Constantino Nery, confirmou o número de 102 educandas, no Instituto Benjamin Constant, com as mesmas quantidades expressas na Mensagem de 10/07/1905. A única diferença contida nessas duas Mensagens foi quanto à denominação do jardim de infância do Instituto que apareceu como “Curso Infantil Froebel”: A distribuição das educandas contida na Mensagem de 1906, do governador do Amazonas Antonio Constantino Nery, foi:

As educandas estão distribuidas do seguinte modo:
Curso Infantil (Froebel) 22
1º gráo primario 39
2º gráo primario 24
3º gráo primario 13
Escola Normal 4

Existiam, em 1º de janeiro, 94, foram admitidas até 30 de abril 21 e desligadas 13. (AMAZONAS – Mensagem, 1906, p.48).

Existe uma possibilidade de que as alunas do curso infantil tenham continuado nessa classe até completarem uma idade mais avançada, para seguirem ao 1º grau, pois parece que houve uma prática que poderia ser denominada de “retenção” das educandas no Instituto nos níveis do ensino primário. Isso pôde ser verificado por duas evidências.

Primeiro, pela análise dos Mapas de aplicação e comportamento das educandas de 1909, onde nem todas as alunas realizavam os exames, pois as examinadas eram indicadas pelas professoras que tinham a certeza de quais alunas estavam aptas a fazerem os exames. Nos conceitos mensurados não ocorreu a categoria que indicasse a reprovação, ou seja, “não habilitada”. As categorias encontradas foram: “aprovada com distinção”, “aprovada” ou “simplesmente aprovada” e “não fez o exame”. As educandas que não faziam o exame também não poderiam avançar nos níveis de ensino.

A esse respeito, o diretor do Instituto, Joaquim Sarmento, em ofício ao Governador do Amazonas Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 26/10/1911, justificou o não desligamento de Paulinia de Souza solicitado pela sua madrinha D. Florencia Maria de Souza: “[...] e ao contrario do que pensa a suplicante, não completou ella o tempo de matricula, por isso que no Regulamento do Instituto não há prazo fixado para a aprendizagem das educandas.”.

Segundo, pela trajetória das educandas, onde se pôde evidenciar o tempo de permanência de algumas educandas nos níveis de ensino, por meio das listas gerais de 1904, 1905, 1909 e Mapas de aplicação e comportamento de 1909 e 1913, junto com os desligamentos das educandas, em 1911, por meio de ofícios⁹⁶ do diretor do Instituto Joaquim Sarmento ao governador do Amazonas Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt.

A Relação nominal das educandas e adidas, de 1909, trata-se de uma listagem simples com a indicação da numeração com os nomes das educandas. Os Mapas de aplicação e comportamento constituem-se em 08 quadros, indicando separadamente as cadeiras do curso primário⁹⁷, as aulas de prendas,

⁹⁶ Foram 22 ofícios manuscritos do Instituto Benjamin Constant referente a 1911.

⁹⁷ O curso primário esteve organizado em 05 cadeiras: curso infantil (01) com a professora Ir. Thereza Caravita – 28 alunas; 1º grau (02), sendo as professoras Juliana Maquiné da Cunha – 24

costura e música (03 quadros). Comparando a listagem nominal e os 11 quadros, elaborou-se uma nova organização, preservando a numeração conforme a Relação nominal das educandas e adidas de 1909, onde se consegue visualizar as educandas e adidas relacionadas aos cursos estudados. Essa listagem encontra-se no Anexo G.

A Mensagem de 1914, do governador do Amazonas Jonathas de Freitas Pedrosa, não apresentou uma listagem geral das educandas do Instituto Benjamin Constant, como ocorreu em 1904, 1905 e 1909. No entanto, trouxe os 6 Mapas de aplicação e comportamento das alunas de 1913 (curso infantil, 1º grau, 2º grau, 3º grau, Prendas e Costura)⁹⁸. A partir desses pôde-se elaborar uma listagem única, por ordem alfabética incluindo os cursos das alunas, conforme consta no Anexo G.

A análise das Listagens de 1904, 1905, 1909, dos Mapas de aplicação e comportamento de 1909 e 1913, mais o ofício de solicitação de matrícula das educandas de 1911, do diretor do Instituto Benjamin Constant Joaquim Sarmento ao governador do Amazonas Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt de 22/12/1911, permitiu traçar as trajetórias de 17 alunas que pertenceram aos documentos de 1904, 1905, 1909, 1911 e 1913.

Com as informações dos documentos, elaborou-se um quadro demonstrativo, onde se é possível visualizar as trajetórias de cada educanda. Outras informações foram compondo as trajetórias das educandas, devido à ampliação das fontes de pesquisa, além dos documentos mencionados. Com isso, conseguiu-se trilhar alguns caminhos das alunas, extrapolando o tempo em que permaneceram no Instituto Benjamin Constant. As trajetórias encontram-se no Anexo I.

alunas, e Antonia Borges de Sá – 20 alunas; 2º grau (01) com a professora Theonilla Estelita Barreira Pessoa – 13 alunas; 3º grau (01) com a professora Virgilia Corrêa – 18 alunas.

O 1º grau da profª Antonia Borges de Sá esteve organizado em três livros, sendo o 1º livro das alunas numeradas de 1 a 6; o 2º livro, das alunas numeradas de 1 a 10 e o 3º livro, das alunas numeradas de 1 a 4 (AMAZONAS- Mensagem, Mapas de aplicação e comportamento de 1909, 1910).

⁹⁸ A Mensagem de 1914 não apresentou o Mapa de aplicação e comportamento referente ao curso de Música.

Das 17 educandas encontradas nas listas gerais de 1904, 1905 e 1909 e nos Mapas de aplicação e comportamento de 1909 e 1913, as trajetórias de 12 alunas por data, idade e grau do curso primário foram traçadas, tendo como referência o movimento das educandas de 1904 e 1905, onde provavelmente as alunas estiveram entre as idades de 5 a 10 anos no curso infantil.

No ano de 1905 optou-se em identificar as crianças com 10 anos como “curso infantil ou 1º grau”, por causa do movimento de educandas em 1905, em que estudaram 22 alunas no curso infantil, sendo que havia 15 crianças entre 7 a 9 anos e 15 crianças com 10 anos, totalizando 30 crianças (oito crianças a mais das que estavam no curso infantil), o que aumenta a possibilidade de terem pertencido ao curso infantil ou ao 1º grau. (Anexo I).

As trajetórias elaboradas permitiram as seguintes argumentações: as alunas Nazareth de Souza e Maria Luiza dos Santos, em um intervalo de 9 anos (1900 a 1909), permaneceram respectivamente do curso infantil ao 2º grau e do curso infantil ao 1º grau do curso primário. Para as alunas Maria Lins Peixoto e Leopoldina Peixoto, esse intervalo foi de 8 anos em que transitaram do curso infantil ao 3º grau do ensino primário. Para Jizeuta Ferreira de Mello, o intervalo foi de 7 anos entre o curso infantil e o 2º grau. As alunas Felicidade Pereira, Josepha Mesquita, Thereza d'Assumpção Chaves, Maria d'Assumpção Chaves e Ignez Barbosa Ferreira, o intervalo foi de 6 anos entre o curso infantil e o 1º grau, sendo que Josepha Mesquita, Maria d'Assumpção Chaves e Ignez Barbosa Ferreira encontravam-se no 3º grau em 1913. Em relação a Maria de Nazareth Sant'Anna, o intervalo foi de 5 anos entre o curso infantil e o 1º grau; e para Hermenegilda Mesquita, o intervalo foi de 10 anos entre o curso infantil (1903) e o 1º ano (1913).

Da Relação nominal de educandas e adidas de 1909, houve alunas que não constaram na listagem geral, mas se conseguiu identificá-las nos Mapas de aplicação e comportamento e nas listas gerais de 1904 e 1905. Essas ainda não constaram nos Mapas de aplicação e comportamento de 1913. (QUADRO 23, p.219).

Das educandas que não constavam na Relação nominal de 1909, porém se encontravam nos Mapas de aplicação e comportamento de 1909 e nas listas de 1904 e 1905, as seguintes trajetórias foram traçadas, tendo como referência a existência das alunas nos documentos de 1904, 1905 e 1909. (Anexo I)

Para a aluna Francisca Tecla houve um intervalo de 5 anos (entre 1904 a 1909), entre o curso infantil e o 1º grau (3º livro), sendo que a mesma foi admitida no Instituto em 1904, com 10 anos e em 1909, aos 15 anos frequentava o 1º grau do curso primário. Para a aluna Saray Fernandes que foi admitida no Instituto aos 6 anos, em 1896, no curso infantil, e em 1909 estava com 19 anos no 2º grau (sendo desligada, conforme a Mensagem do Amazonas de 10/07/1910⁹⁹), houve um intervalo de 13 anos entre o curso infantil e o 2º grau do curso primário. Em relação à trajetória da aluna Maria Bonifacia (desligada conforme a Mensagem do Amazonas de 10/07/1910) que foi admitida em 1896, aos 8 anos, no curso infantil e em 1909 encontrava-se com 21 anos no 3º grau e na cadeira de Costura, houve um intervalo de 13 anos entre a admissão no curso infantil e o 3º grau do curso primário.

A análise das listagens de 1904, 1905, 1909, mais os Mapas de aplicação e comportamento de 1909 e os ofícios de desligamento do Instituto de 1911, permitiu ainda traçar as trajetórias de duas educandas do Instituto Benjamin Constant¹⁰⁰: Maria Romana Ramos e Alexandrina Pimenta (Anexo I)

A aluna Maria Romana Ramos provavelmente esteve por 10 anos entre o curso infantil e o 1º grau, porém não se pode estimar quanto tempo em cada um desses níveis. Em relação à Alexandrina Pimenta, constatou-se uma diferenciação que houve no Instituto entre “alunas admitidas” e “alunas matriculadas”. Primeiramente a aluna tinha uma data de admissão e depois era, então, matriculada, com outra data. Quanto a sua trajetória, pode-se indicar que ela passou 11 anos entre o curso infantil e o 1º grau, porém não se pode estimar quanto tempo em cada um desses níveis.

⁹⁹ A Mensagem do Amazonas de 10/07/1910 refere-se ao governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt.

¹⁰⁰ As educandas não foram encontradas nos Mapas de aplicação e comportamento de 1913 por terem sido desligadas em 1911.

Em todos esses casos, por mais que não se saibam os níveis referentes a 1904 e 1905 de forma precisa, percebeu-se um longo intervalo entre a admissão das alunas no curso infantil e o nível em que se encontrava em 1909 e 1913, o que pode significar uma espécie de “retenção” das educandas como prática no Instituto Benjamin Constant.

A prática que aqui se denomina como “retenção”, talvez seja justificada por ser o Instituto um orfanato que abrigava uma instituição escolar, de caráter de internato. Ou ainda, pela ausência do ensino secundário no Instituto que foi extinto em 1905 e retornou em 1923. Assim, se as alunas terminassem os seus estudos bem antes da maioridade, para onde iriam caso não passassem nos exames de admissão para a Escola Complementar e Escola Normal? Seguiriam um futuro desviante? Seriam encaminhadas ao Juiz de Órfãos¹⁰¹? E dentro do Instituto, como justificar a escola ou o grupo escolar para as crianças que terminariam os níveis do ensino primário bem antes da maioridade? Ficariam somente nas aulas de prendas, costura e música?

No ofício do diretor do Instituto Benjamin Constant, Joaquim Sarmento, de 22/12/1911, ao governador do Estado Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, constou o caso da aluna Antonia da Conceição que rompeu com a prática disciplinada no Instituto: a aluna havia concluído os estudos e não queria seguir para a Escola Normal; como era menor de 21 anos, não poderia ser desligada, restando-lhe o encaminhamento ao Juiz de Órfãos, para a nomeação de um tutor. No despacho do governador constou: “Officie-se ao Juiz e ao permitir mandando entregar.”.

DIRECTORIA DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Manáos, 22 de Dezembro de 1911.

Ao Ilmo e Exmo Snr. Corornel Antonio C. Ribeiro Bittencourt
Governador do Estado.

Tendo a educanda Antonia da Conceição concluido o curso do Instituto e não querendo continuar os seus estudos na Escola Normal, conforme me declarou, venho pedir o seu desligamento

¹⁰¹ O Regulamento Geral da Instrução Pública de 1900, no art. 104, 1º, previa o desligamento da aluna do Instituto Benjamin Constant quando concluísse os estudos. Caso fosse menor de idade, seria encaminhada à jurisdição orfanológica (Parágrafo Único).

nos termos da letra a do artº 9º do Regulamento de 10 de Janeiro de 1907 e para ser entregue ao Juizo dos Orphãos, afim de lhe nomear tutor, visto ser menor de 21 annos.

V. Ex. entretanto, mandará o que por melhor entender.

Saudio a V. Ex.

Joaquim Sarmento

Director

Na relação nominal das educandas de 1904 não se encontrou o nome de Antonia da Conceição. Entretanto, em 1905, 1909 e nos Mapas de aplicação e comportamento de 1909 existiu a aluna Antonia da Conceição: nº 95, da lista de 1905 e nº 74 da lista de 1909.

Nos Mapas constaram duas alunas de nome Antonia da Conceição no 1º grau, sendo que uma da profª Juliana Maquiné da Cunha (nº 2 – Habilitada com distinção no exame) e uma com a profª Antonia Borges de Sá (nº 1, do 1º livro – que não fez o exame). Há indicações que seja a mesma aluna, pois na relação nominal de 1909 só existiu uma Antonia da Conceição. Nos Mapas Prendas e Costura houve também uma única Antonia da Conceição: em Prendas (nº 59), da profª Ir. Tecla D'Urso e Costura (nº 39), da profª Maria A. Corrêa d'Araujo, sendo “habilitada com distinção”.

A idade de Antonia da Conceição em 1905 foi 11 anos e a projeção de idade da educanda em 1909, 15 anos e em 1911, de 17 anos. (AMAZONAS – Mensagem, 1905; 1910).

Outro aspecto a se refletir é que se não houvesse essa “retenção” das alunas nos níveis primários, a tendência seria um esvaziamento nos primeiros níveis do curso primário, o que obrigaria a admissão de novas alunas no Instituto, ultrapassando a capacidade de vagas existentes, pois além de *internato* era também *escola*.

Os quadros 24 e 25 (p.221; 222) demonstram respectivamente as quantidades de alunas no curso primário e as alunas que não puderam realizar os exames em 1909. E finalmente, existiram alunas que terminaram o curso e em

1911 e foram encaminhadas à Escola Complementar e à Escola Normal, por meio da solicitação do diretor do Instituto Benjamin Constant Joaquim Sarmento ao governador do Amazonas Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt (ofício de 22/12/1911):

DIRECTORIA DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
Manáos, 22 de Dezembro de 1911.

Ao Ilmo e Exmo Snr. Coronel Antonio C. Ribeiro Bittencourt
Governador do Estado.

Tendo a honra de solicitar a V. Ex. a matrícula na Escola Complementar do Estado das seguintes alumnas deste Instituto que concluíram o curso primário.

Rosa Bentes, Francisca Telles de Menezes, Ottilia de Oliveira Machado, Raymunda Ribeiro e Raymunda das Neves Franco.

Para serem matriculadas no primeiro anno da Escola Normal as alumnas: Izabel Ramalho, Leonilia Ramalho, Izolina Barbosa, Perolina Pereira e Anna Marques.

No 2º anno: Maria Miranda Leão e Domitilla Ramalho.

Saudo a V. Ex.
Joaquim Sarmento
Director

Das alunas citadas, conseguiu-se mapear as trajetórias de Izolina Barbosa e Maria Miranda Leão, respectivamente nº 14 e nº17, do *Quadro de Trajetória da Aluna*, tendo como referência as Mensagens do Amazonas de 1904, 1905 e 1910. As demais educandas não constaram na listagem de 1904, mas pertenceram à listagem de 1914, com exceção de Perolina Pereira¹⁰².

¹⁰² A Mensagem do Amazonas de 1904 refere-se ao governador Silverio José Nery. A Mensagem do Amazonas de 1905, ao governador Antonio Constantino Nery. A Mensagem do Amazonas de 1910, ao governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt; e a Mensagem de 1914, ao governador Jonathas de Freitas Pedrosa.

Na Mensagem do Amazonas de 1910, o Mapa de aplicação e comportamento das alunas do jardim da infância (1909) trouxe 28 alunas organizadas em listagem específica, diferente do que aconteceu nos anos de 1904 e 1905. (Mapa consta no Anexo C).

Das 28 alunas do Mapa de aplicação e comportamento do curso infantil, do Instituto Benjamin Constant (1909), 03 não constaram na listagem geral de 1909: Maria de Nazareth, Rosa Farias e Maria Corrêa¹⁰³. Nas observações do mapa do curso infantil, todas as educandas foram aprovadas: “Habilitada com distinção”, à exceção das alunas Leonor Chaves e Raymunda Vasconcelos que foram aprovadas, com a observação de “Habilitada”. Entretanto, as alunas Maria de Nazareth e Rosa Farias fizeram exame no curso infantil e foram aprovadas com distinção.

No curso infantil foram aprovadas: com distinção Maria de Nazareth, Almerinda T. de Souza, Ignez Andrade de Mattos, Rosa Farias, Aurea Maciel, Ernestina Level e Lucia Level; simplesmente Leonor Chaves e Raymunda Vasconcellos. (AMAZONAS – Mensagem, 10/07/1910, p. 266).

Comparando o Mapa de aplicação e comportamento do curso infantil com os demais mapas de aplicação e comportamento, mais a listagem geral de 1909, três aspectos foram evidenciados: dois em relação às aulas de prendas e costura e um em relação à aula de música.

As alunas do curso infantil não foram encontradas no mapa de aplicação e comportamento das aulas de prendas e nem nas aulas de costura, o que se pode presumir que estas não executavam os trabalhos manuais que envolvessem agulha, linha, tesoura e máquina de costura.

Similarmente, o art.49, das Disposições Diversas, do Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1907, e o art. 69, das Disposições Gerais do Regulamento de 1923 versaram sobre os serviços do Instituto especificando que deveriam ser respeitados o sexo e a idade das crianças.

¹⁰³ Talvez as alunas Maria de Nazareth e Rosa Farias não pertencessem mais ao Instituto Benjamin Constant em 1910, pois o Mapa de aplicação e comportamento data de 08/01/ a 31/10/1909 e a Relação nominal das educandas e adidas (do ano de 1909) constam a data de 25/01/1910. Apesar de constar no Mapa de aplicação e comportamento do curso infantil, não se conseguiu identificar a aluna Maria Corrêa na relação nominal do ano de 1909.

Art. 49 - Todos os serviços do Instituto serão feitos pelas educandas, excepto os que forem incompatíveis com o sexo ou com a idade. (AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1907).

Art. 69 - Todos os serviços do Instituto serão feitos pelas educandas, exceptos aquelles incompatíveis com o seu sexo e idade. (AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1923).

Isso alterou a compreensão dos trabalhos que eram executados no Instituto, pois pelo Regulamento do Instituto de 1892 normatizou-se o trabalho doméstico e a aprendizagem de cozinha, lavagem e engomado de forma indiscriminada, ou seja, eram atividades que deveriam ser executadas por todas as alunas não importando o sexo ou a idade, sendo dispensadas somente por determinação médica. (arts. 42 e 43).

Art. 42 - A aprendizagem da cozinha, bem como da lavagem e engomado, será feira por turmas compostas de alumnas de todas as classes.

Art. 43 - Nenhuma educanda se pode recusar ou ser dispensada dos serviços domesticos, salvo determinação do medico, e somente em quanto durarem os motivos que justificam essa dispensa. (AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1892).

A esse respeito, analisando os Mapas de aplicação e comportamento de 1913, as sete alunas Altacy da Silva, Cecilia Gama, Durvina Marques, Elvira do Carmo Dias, Emilia Augusta Figueiredo, Francisca das Chagas, Hilda Alves Amaral, do curso infantil, pertenceram às aulas de Prendas. (AMAZONAS – Mensagem, 1914).

Em relação à aula de música, frequentou a aluna Lucia Level Coelho¹⁰⁴ (nº 9, do curso infantil), em que obteve 6 notas ótimas, 25 boas, 20 sofríveis, 6 más e nenhuma péssima; o seu comportamento foi ótimo, com 23 faltas, sendo habilitada. Essa educanda não pertenceu às listagens de matriculadas de 1904 e nem de 1905.

Não foi possível identificar a idade de Lucia Level, mas o fato de pertencer ao curso infantil e frequentar a aula de música provavelmente deveu-se a sua

¹⁰⁴ A aluna Lucia Level Coelho foi a de nº 4 na listagem geral de 1909.

aptidão para esse estudo. Em 1913, a educanda pertenceu ao 3º grau e às aulas de prendas¹⁰⁵.

O ensino da música esteve na origem do Instituto Benjamin Constant. O Regulamento de Instrução Pública de 1900 trouxe a condição de se frequentar a aula de música: “Art.98. É obrigatorio o ensino em todas as materias acima, á excepção de musica vocal e instrumental, quando a alumna evidenciar falta de vocação para o referido estudo. N'este caso, porém, nem por isto ficará ella dispensada do estudo theórico.”

O Instituto foi a primeira Escola de Manaus a organizar uma banda de música feminina, participando do desfile de 7 de Setembro. Em 1966 recebeu o convite do Diretor do Conservatório Nacional de Bandas Escolares, Sr. Otacílio de Souza Braga, onde a Banda Juvenil obteve a classificação de 2º lugar, no 2º Concurso de Bandas Escolares, no dia 12 de dezembro, no Rio de Janeiro. (REVISTA JUBILEU, 2009).

A Mensagem de 1914, do governador do Amazonas Jonathas de Freitas Pedrosa, apresentou o Mapa de aplicação e comportamento das alunas da cadeira do curso infantil, referente ao período de janeiro a 31 de outubro de 1913 (Anexo C). O documento foi datado em 23 de março de 1914, assinado pela professora, Irmã Teresa Caravita. No Mapa havia 23 alunas, sendo que 8 não estudavam ainda.

Comparando o movimento de educandas (QUADRO 26, p.223) e a quantidade de matriculadas por curso (QUADRO 27, p. 223), mais o Mapa de aplicação e comportamento do curso infantil de 1913, verificou-se que houve 23 crianças matriculadas no curso infantil, o mesmo quantitativo do Mapa de aplicação e comportamento de 1913, e que correspondeu às crianças entre 4 a 8 anos.

A Relação nominal de educandas e adidas de 1909 e o Mapa de aplicação e comportamento do curso infantil de 1913 trouxeram mais indícios da prática de

¹⁰⁵ Talvez ela tenha continuado nas aulas de Música; no entanto isso não pôde ser verificado, pois o Relatório do Instituto Benjamin Constant, na Mensagem de 1914, constou o movimento das matriculadas em Música (23 alunas), porém não apresentou o Mapa de Aplicação e comportamento de Música (1913), com o nome das alunas.

“retenção” das educandas nos níveis, tendo como referência o jardim de infância. As alunas Hilda Alves Amaral (nº1, no Mapa de 1913) e Alice Alves Amaral (nº 5, no Mapa de 1913) pertenceram como adidas na relação nominal de 1909, denominadas de Hilda Amaral e Alice Amaral. Entre 1909 a 1913 houve um intervalo de 4 anos em que elas permaneceram no curso infantil. Pelo movimento de educandas de 1913, elas estariam na faixa etária de 4 a 8 anos.

Outras alunas que pertenceram ao curso infantil em 1909 foram encontradas nos Mapas de aplicação e comportamento de 1913, nos seguintes níveis. Cursando o 1º grau: Albertina Mendonça, Ernestina Level Coelho, Ida Assumpção Figueiras, Ignez Andrade de Mattos, Juliana Jauapery, Lucrecia Conceição, Maria de Lourdes, Maria do Carmo Vasconcellos, Maria José da Silva. Cursando o 2º grau: Almerinda de Souza, Amalia Guimarães, Aurea Maciel, Edith Maciel, Francisca Barbosa, Leonor Chaves e Raymunda Vasconcellos. Cursando o 3º grau: Lucia Level Coelho.

Entre as adidas de 1909, somente a aluna Maria Eleuheria Fernandes foi identificada no curso infantil e em 1913 encontrava-se no 1º grau e cursando prendas. As adidas não identificadas nos Mapas de aplicação e comportamento de 1909 e encontradas em um nível diferente do curso infantil, conforme os Mapas de aplicação e comportamento de 1913, foram: Lucinda Ferreira da Silva (1º grau e Prendas), Maria José Ramos (Prendas), Ormina Ramos. (1º grau, Prendas e Costura).

A análise do número de alunas dos Mapas de aplicação e comportamento de 1909 e 1913 demonstrou que houve uma maior frequência de educandas no 1º grau. O quantitativo de alunas e suas professoras nos anos de 1909 e 1913 podem ser visualizados no quadro 28 (p.223).

Apesar do Mapa de Aplicação e comportamento do 1º grau (1913) constar o nome de uma única professora para as 58 alunas (14 a mais do que em 1909), no quadro de pessoal empregado do Instituto Benjamin Constant de 1914, existiram três professoras do 1º grau: D. Juliana Maquiné da Cunha, D. Antonia

Borges de Sá e D. Zulmira Uchôa¹⁰⁶, essa última não existiu como professora do Instituto em 1909.

O problema da ausência de professoras para atender todos os níveis do curso elementar, fazendo com que os níveis fossem unificados e regidos por uma única professora, foi exposto pelo diretor do Instituto, desembargador Gaspar Vieira Guimarães: “O que não se tornava razoável era que, num Grupo Escolar, com frequência superior a 110 alumnas, uma unica professora tivesse de attender simultaneamente a duas classes, principalmente ás duas de maior numero de discipulas.” (AMAZONAS – Mensagem, 1923, p. 139).

O número de alunas entre 1909 e 1913 foi equilibrado, com exceção do 1º grau, onde foram necessárias três cadeiras para atender as 58 alunas matriculadas em 1913. O aumento considerável ocorreu no número de adidas que em 1909 era de 08 alunas e em 1913 foi para 40 alunas.

O Instituto Benjamin Constant ao permitir um aumento na admissão das educandas, junto à prática de “retenção” fez com que houvesse um maior quantitativo de educandas no 1º grau, o que pode indicar que a prática de “retenção” tenha ocorrido em maior frequência nesse nível.

Não foi possível identificar quem foram as adidas em 1913 pela ausência de uma relação das educandas na Mensagem de 1914, do governador do Amazonas Jonathas de Freitas Pedrosa, mas verificou-se que no curso infantil, entre as 23 alunas no Mapa de aplicação e comportamento, 8 constaram no documento, com a observação: “Não estuda ainda”. As demais alunas do curso infantil foram todas “aprovadas com distinção” e “habilitadas”, o que indica a abertura de novas vagas para compor o jardim de infância para 1914. Em 1916, o jardim de infância do Instituto atendeu 23 alunas e em 1921, foram 32 alunas. (AMAZONAS – Mensagem 1916; 1921).

¹⁰⁶ A professora Zulmira Uchôa foi esposa de Agnello Bittencourt e morou na rua Dr. Moreira, na casa do governador do Amazonas Antonio Bittencourt (pai de Agnello): “ Para mim, era a casa do professor Agnello, cuja esposa, a professora Zulmira Uchoa, de solteira, sempre nos servia um refresco quando lá íamos consultar a biblioteca do mestre.” (MELLO, 1984, p.234).

2.4.2 A professora do Jardim de Infância

O cargo de professora do jardim de infância foi regulamentado em 1907, por meio do Regulamento do Instituto Benjamin Constant, nos artigos 24 e 25. Essa normatização previu os deveres e as qualidades que deveria ter a professora do jardim de infância. A professora deveria residir no internato e dedicar-se exclusivamente às crianças e sua substituição só era permitida em caso de doença.

Art. 24 A professora deste curso deverá residir no estabelecimento e devotar-se á exclusivamente ás creanças que lhe forem confiadas, explicando-lhes com carinho maternal tudo que lhes despertar a curiosidade.

Art. 25 Sómente em caso de molestia poderá a professora do curso infantil afastar-se das crianças a seu cargo, sendo então imediatamente substituída por pessoa indicada pela regente. (AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1907).

O Mapa de aplicação e comportamento do curso infantil de 1909 e 1913 foi assinado pela Irmã Thereza Caravita. Essa professora apareceu no Quadro de empregados do Instituto Benjamin Constant, da Mensagem do Amazonas de 1910 e 1914, respectivamente dos governadores Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt e Jonathas de Freitas Pedrosa, como “Professora do curso Infantil”.

O cargo de professora do curso infantil existiu ainda no art. 31, do Regulamento do Instituto de 1923, onde entre as 9 irmãs contratadas, uma seria para trabalhar como professora do Curso Preliminar (Jardim da Infância). Esse sempre foi exercido por uma das irmãs Sant'Ana, cuja garantia encontrou-se regulamentada em 1907 e no exemplo do art. 31 do Regulamento do Instituto de 1923, e do Parágrafo Único do art. 35:

Paragrapho Unico - À excepção do Jardim da Infancia ou Curso Preliminar, que será dirigido por uma irmã, exclusivamente devotada ás creanças que delle fazem parte, jámais deixando-as entrégues a si mesmas, todos os demais cursos do ensino primario serão regidos por professoras normalistas, designadas pela Directoria Geral da Instrucção Publica, e sujeitos ao regimen escolar do ensino primario do Estado, tanto quanto aos methodos e programmas, frequencia, aulas e horarios das escolas publicas e exames finaes, como quanto ao codigo disciplinar respectivo e deveres dos professores.

Na Mensagem de 1923, o governador do Amazonas, desembargador Cesar do Rego Monteiro, relatou a defesa do diretor do Instituto Benjamin Constant às irmãs Sant'Ana, no cargo do curso infantil, frente a um conflito de organização das turmas e de professores, expondo a situação do jardim de infância e do curso preliminar no grupo escolar do Instituto Benjamin Constant que funcionou nas instalações do internato.

A constituição do corpo docente, designada pela Diretoria de Instrução Pública, para o grupo escolar do Instituto Benjamin Constant, não foi bem aceita pelo diretor do Instituto que via uma contradição entre a professora indicada para o curso preliminar e a existente no curso infantil.

Em fins de fevereiro ultimo, recebeu esta Directoria um officio do Secretario da Instrucção Publica participando a designação das seguintes professoras para constituir o corpo docente deste estabelecimento no anno lectivo a iniciar-se: Curso Preliminar, d. Raymunda Martins Jansen Pereira; 1º e 2º annos do Curso Elementar, d. Theonilla Estellita Barreira Pessôa; 3º anno do Curso Elementar e Curso Médio, d. Juliana Maquiné da Cunha. Mandei ponderar que á Directoria Geral da Instrucção Publica não cabia a designação da professora do Curso Preliminar que, pelos arts. 24 e 27 do Regulamento que particularmente regia o internato, era dirigido por uma irmã de Sant'Anna, devotada exclusivamente ás creanças que delle faziam parte.

No momento, não era possível a acumulação das cadeiras dos 1º e 2º annos do Curso Elementar por uma só professora e tão sómente poder-se-ia tolerar a reunião provisoria do 3º anno do Curso Elementar com o Curso Medio, dado que o primeiro destes contava com 9 alumnas, e o segundo 12; mas, para isso seria mister, além da professora, dar-lhes uma estagiaria.

Para a organização de um Curso Primario, de conformidade ao Regulamento Geral da Instrucção Publica, tornava-se necessário o preenchimento das cinco cadeiras existentes, com um Curso Preliminar distinto do Curso Infantil do internato, que passaria a ser o Jardim da Infancia, de que trata o dito Regulamento. (AMAZONAS- Mensagem, 1923, p.138-139).

O diretor defendia a não necessidade de nomeação da professora d. Raymunda Martins Jansen Pereira para o curso preliminar, pois no Instituto já havia um curso infantil regido por uma das irmãs Filhas de Sant'Ana. Por outro lado atestava a necessidade do preenchimento das cinco cadeiras do Instituto,

inclusive a referente ao curso preliminar, que deveria compor o ensino, em uma turma diferente que deveria ser o jardim da infância.

A ideia do diretor do Instituto em criar um curso preliminar distinto do curso infantil se contrapunha aos artigos 15, 31, 33, do Regulamento de 1918, onde o curso preliminar apareceu como sinônimo de jardim da infância. Mas também indicou que havia uma diferença entre o jardim de infância e o curso preliminar, expressas nos Programas de ensino de 1930¹⁰⁷.

A professora do jardim de infância estava sujeita ao regime escolar e disciplinar dos professores, na forma do Parágrafo Único do art. 35, porém não gozava dos mesmos direitos das professoras normalistas do Instituto Benjamin Constant.

Art. 33 – As Professoras do Grupo Escolar do Instituto, á exceção da do Curso Preliminar (Jardim da Infância), terão os mesmos direitos, deveres e condições de provimento de cargos, das demais Professoras do Estado, especificados no Regulamento Geral da Instrucção Publica. (AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1923).

Isso demonstrou a exclusividade do cargo de professora do jardim de infância para uma das irmãs Sant'Ana que cumpria um regime disciplinar designado tanto pelo Instituto Benjamin Constant quanto pela Instituto religioso e cujos vencimentos eram inferiores aos das professoras normalistas. Assim, verificou-se que em toda trajetória do jardim de infância do Instituto Benjamin Constant as crianças ficaram sob os cuidados da professora-irmã do Instituto das Filhas de Sant'Ana.

¹⁰⁷ O jardim de infância e o curso preliminar constam no capítulo III desse trabalho.

ATENDIMENTO DAS MENINAS DO ASILO ORFANOLÓGICO "ELISA SOUTO"

ANO	MATRICULADAS	A.S.M ¹	ENCOSTADAS ²	ESTRANHAS ³	DOENTES	TOTAL
1884 ⁴	18					18
1885 ⁵	29					29
1885 ⁶	33	10			-5	38
1886 ⁷	39					39
1888 ⁸	39		6	4		49

1. Asiladas sem matrícula. (MONTEIRO, 09/03/1885).

2. Encostadas: as que esperavam vagas. (MONTEIRO, 09/03/1885).

3. Estranhas: frequentavam as aulas (3 de ensino primário e 1 de prendas domésticas), mas não eram recolhidas ao asilo. (MONTEIRO, 09/03/1885).

4. Exposição do Presidente da Província de 12/07/1884.

5. Falla do Presidente da Província de 25/03/1885.

6. Relatório da regente Eulália Fernandes Rego Monteiro de 09/03/1885.

7. Relatório do Presidente da Província de 25/03/1886.

8. Relatório da regente Eulália Fernandes Rego Monteiro de 31/07/1888, anexo 11 do Relatório do Presidente da Província de 05/09/1888.

Quadro 10. Atendimento das Meninas do Asilo Orfanológico "Elisa Souto".

Fontes: AMAZONAS – Exposição, 12/07/1884; AMAZONAS - Falla, 25/03/1885; MONTEIRO, 1885; AMAZONAS – Relatorio, 25/03/1886; AMAZONAS – Relatorio 05/09/1888).

IRMÃS FILHAS DE SANT'ANA NO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT – AMAZONAS		
ANO	IDENTIFICAÇÃO**	CARGO
1893 ⁵	Ir. A. Aquilina Guillardini	
	Ir. Theophila Rapetti ² / Ir. Theophila Rojetto ⁵	
	Ir. Justina Colombo	
1898	Ir. Aquilina Guilardo ⁴	Regente
1900	Ir. Justina Colombo ³	
1904	Superiora Eligia Martignoni	Regente
	Irmã Aureliana Rossi	Ajudante da regente
	Irmã dos Anjos Lopes	Prof ^a de Primeiras Letras
	Irmã Mystica d'Aria	Adjuncta Primeiras Letras
	Irmã Hermínia Cattaneo	Prof ^a de Musica
	Irmã Affonso Gr...co	Prof ^a de Prendas
	Irmã Izabel Rusconi	Economia
	Irmã Arsênia Crott	Mestra de lavagem
	Irmã Amedea Balconi	Mestra de cosinha
1909	Irmã Elygia Martignoni	Regente
	Irmã Herminia Cattaneo	Musica e ginástica
	Irmã Telesfora Marcucci (Roma)	Mestra de cosinha

1910	Irmã Thereza Caravita Irmã Hermínia Cattaneo Irmã Thecla D'Urso (*) Irmã Aureliana Rossi Irmã Alfreda Marinoni Irmã Alecia Cavalcante Irmã Telesfora Marcucci (Roma) Irmã Márcia Garilli	Profª do curso infantil Profª de Musica Profª de Prendas Ajudante da regente Economia Enfermeira Mestra de cosinha Mestra de lavagem
1911	Irmã Elygia Martignoni ¹	
1913	Irmã Thereza Caravita Irmã Hermínia Cattaneo Irmã Tecla D.Urso (*) Irmã Aureliana Rossi Irmã Angélica Freire Irmã Antonia de Oliveira Irmã Márcia Garilli Irmã Telesfora Marcucci (Roma)	Profª do curso infantil Profª de Musica Profª de Prendas Ajudante da regente Economia Enfermeira Mestra de lavagem Mestra de cosinha
1928	Sor A. Aureliana Rossi	Regente
1929	Sor A. Aureliana Rossi	Regente
1930	Sor. A. Aureliana Rossi 10 irmãs ²	Regente ²
1933	Ir Marzia Gurilli	Ajudante da Regente***
1933/1934⁶	Madre Superiora Marzia Garilli	Regente
1966²	Ir. A. Carmelina Borges Ir. A. Adília Amaral Ir. A. Joanhina da Graça Ir. A. Samuelina Rocha Ir. A. Ludovica Cruz Ir. A. Maria Bernarda Ir. A. Maura Nunes Ir. A. Marciana Câmara Ir. A. Nair Nóbrega.	

* Acredita-se que seja a mesma Irmã.

** Preservou-se a forma de escrever, conforme o documento, o que ocorreu pequenas distorções quanto aos nomes das religiosas.

***A Ir. Aureliana Rossi era a irmã regente e encontrava-se de férias na Itália, após 30 anos de serviços no Instituto Benjamin Constant. (Bodas de Ouro das Filhas de Sant'Ana no Brasil, 1933).

Quadro 11. Irmãs Filhas de Sant'Ana no Instituto Benjamin Constant – Amazonas.

Fontes: Mensagens do Amazonas, 1904-1913.

1. Ofício expedido do diretor do Instituto Benjamin Constant, 15/05/1911.
2. Revista Jubileu, 2009.
3. A Escola, nº 6, de 13 de Nov. 1900.
4. Relatório da irmã regente Aquilina Guilardo, 1899.
5. Livro Bodas de Ouro das Filhas de Sant'Ana no Brasil, 1933.
6. Relatório do Interventor Federal no Amazonas capitão Nelson de Mello, de outubro de 1933 a dezembro de 1934, Manaus: Imprensa Pública, 1935.

TABELA DO ENXOVAL DAS EDUCANDAS

Especificação	Duração em anos
1 Vestuário de uniforme adotado	1
1 Chapeu idem	1
6 Vestidos de Chita escura	1
6 Aventais de algodão	1
12 Camisas de morim	1
12 pares de meias	1
12 lenços	1
6 lençóis	2
6 toalhas de rosto e banho	2
4 colchas de pano escuro	2
4 fronhas	2
4 calças	1
4 anagoas	1
2 pares de sapato	1
1 par de botinas para sair	1
1 pente de alisar	2
1 dito fino	2
2 escovas para dentes	1
1 dita para unhas	1

Quadro 12. Enxoal das Educandas.

Fonte: AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1892, anexo.

TABELA DO ENXOVAL DE CASAMENTO DAS EDUCANDAS

1 Véo
1 Grinalda
1 Par de botinas ou sapatos de noiva
1 Vestido branco de casar
1 dito de chita
12 pares de meias
12 camisetas brancas
12 lenços
6 anagoas
6 lençóis
6 toalhas de rosto e banho
3 colchas de chita
1 corpinho de morim

Quadro 13. Enxoal de Casamento das Educandas.

Fonte: AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1892, anexo.

Aulas	Classes	Matérias
Musica	1º anno	Estudo de Bandolim, Theoria explicada e escripta e Solfejos.
Musica	1ª classe	Theoria musical explicada e escripta e Solfejos sem som.
Musica	2ª classe	Theoria musical explicada e escripta, Solfejos com som e sem som e Estudo pratico de piano.
Musica	3ª classe	Theoria musical explicada e escripta, Solfejos com som e sem som e Estudo pratico de piano.
Prendas	1ª classe	Os diversos pontos de costura, Pontos de crochet e theoria.
Prendas	2ª classe	Repetição dos pontos de costura, os diversos pontos de crochet, de rede, labiryntho cheio etc., e theoria.
Prendas	3ª classe	Repetição dos pontos de costura, crochet, rede, pontos em lã, os primeiros pontos de bordado a branco e theoria.
Prendas	4ª classe	Bordados a branco, de cor, a ouro, applicação, etc.
Costura	5ª classe	Tomar medidas, cortar ou talhar, alinhavar, costurar á mão e á machina.

Quadro 14. Mapa das Matérias Estudadas no Instituto Benjamin Constant.
Fonte: AMAZONAS – Relatorio da Irmã Regente Aquilina Gilardo, 1899, anexo 2.

MAPPA DEMONSTRATIVO DA MATRICULA E FREQUENCIA DAS ESCOLAS DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT NO ANNO DE 1898			
Designação das aulas	Numero de ordem das matriculadas	Frequencia Media	Observações
1ª Classe	56	50	
1ª Cadeira	32	32	
2ª e 3ª Cadeira	12	12	
	100	94	
Musica	17	17	
Prendas domesticas	77	71	
Costura	23	23	
	100	94	

Quadro 15. Mapa de Matrícula do Instituto Benjamin Constant, 1898.
Fonte: AMAZONAS - Relatorio da Directoria de Instrucção Publica, 1899, p.254.
AMAZONAS – Relatorio da Irmã Regente Aquilina Gilardo, 1899, anexo 1.

**MAPPA DAS MATERIAS ESTUDADAS PELAS ALUMNAS DO INSTITUTO
BENJAMIN CONSTANT NO ANNO DE 1898**

Aulas	Classes	Matérias
1 ^a Classe	1 ^a classe	Calligraphia, Dictado, Leitura, Nomenclatura, Principios de Musica, Arithmetica, Desenho e Historia.
1 ^a Cadeira	2 ^a classe	Escripta copiada, Leitura do 4 ^o livro, Paleographo e Taboada.
1 ^a Cadeira	3 ^a classe	Escripta dictada, Leitura, Grammatica do 1 ^o anno, Arithmetica, Geographia, Historia, Geometrina e Lições de cousas.
2 ^a Cadeira	4 ^a classe	Escripta dictada, Grammatica do 2 ^o anno, Geographia, Historia e Analyse grammatical.
2 ^a Cadeira	5 ^a classe	Escripta dictada, Principios de composição, Grammatica do 2 ^o anno, Analyse lógica, Geographia e Historia.
3 ^a Cadeira	4 ^a classe	Arithmetica, Geometria theorica.
3 ^a Cadeira	5 ^a classe	Arithmetica, Systema métrico, Geometria e Principios de physica.
Musica	1 ^o anno	Estudo de Bandolim, Theoria explicada e escripta e Solfejos.
Musica	1 ^a classe	Theoria musical explicada e escripta e Solfejos sem som.
Musica	2 ^a classe	Theoria musical explicada e escripta, Solfejos com som e sem som e Estudo pratico de piano.
Musica	3 ^a classe	Theoria musical explicada e escripta, Solfejos com som e sem som e Estudo pratico de piano.
Prendas	1 ^a classe	Os diversos pontos de costura, Pontos de crochet e theoria.
Prendas	2 ^a classe	Repetição dos pontos de costura, os

		diversos pontos de crochet, de rede, labiryntho cheio etc., e theoria.	
Prendas	3 ^a classe	Repetição dos pontos de costura, crochet, rede, pontos em lã, os primeiros pontos de bordado a branco e theoria.	
Prendas	4 ^a classe	Bordados a branco, de cor, a ouro, applicação, etc.	
Costura	5 ^a classe	Tomar medidas, cortar ou talhar, alinhavar, costurar á mão e á machina.	

Quadro 16. Mapa das Matérias Estudadas no Instituto Benjamin Constant.

Fonte: AMAZONAS – Relatorio da Irmã Regente Aquilina Gilardo, 1899, anexo 2¹⁰⁸.

anos	1907	1923	1937
Organização	Instrução Primária e educação doméstica (art.º1)	Instrução Primária, ensino técnico profissional próprio ao sexo feminino (artº1).	Primário e o técnico profissional (art. 1º). Curso técnico profissional: curso de ocupações domésticas (propedêutico e profissional); curso comercial (auxiliar de comércio) e curso de correspondentes esteno datilógrafas. (arts. 28, 29, 43).
Quadro 17. Organização do Ensino do Instituto Benjamin Constant.			Fontes: AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1907; 1923; 1937.

¹⁰⁸ A parte que compõe a profissionalização, desse quadro, já foi apresentada em um item anterior, porém optou-se em apresentar o quadro completo, conforme a fonte investigada.

SÉRIE HISTÓRICA DA QUANTIDADE DE ALUNAS ATENDIDAS PELO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Anos	1898	1903	1904	1905	1906	1909	1913	1914	1916	1917	1920	1921	1923	1926	1930
Alunas	100	98	104	101	102	108	157	140	126	163	167	147	150	160	160

Quadro 18. Série histórica da quantidade de alunas do Instituto Benjamin Constant.

Fonte: AMAZONAS - Mensagem, 1898-1930.

Alunas atendidas pelo Instituto Benjamin Constant

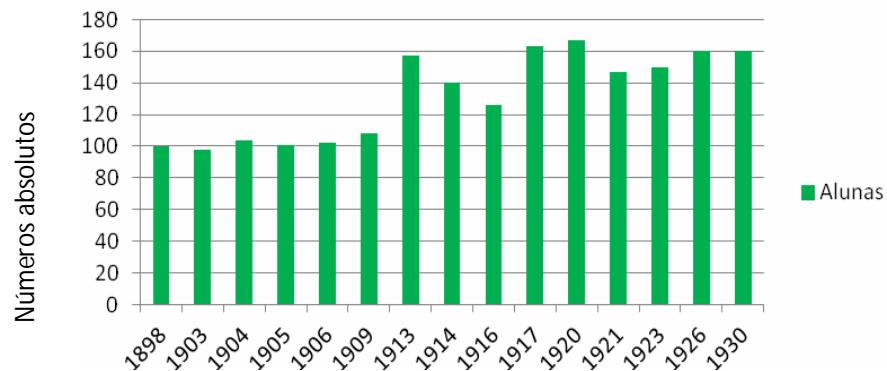


Gráfico 1. Alunas atendidas pelo Instituto Benjamin Constant, 1898-1930.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem 1898-1930

SÉRIE HISTÓRICA DA QUANTIDADE DE ALUNAS DO CURSO INFANTIL NO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Anos	1904	1905	1909	1913	1916	1917	1921
Alunas	33	22	28	23	23	34	32

Quadro 19. Série histórica da quantidade de alunas do curso infantil no Instituto Benjamin Constant.

Fonte: AMAZONAS - Mensagem, 1898-1930.

Alunas do Curso Infantil atendidas no Instituto Benjamin Constant

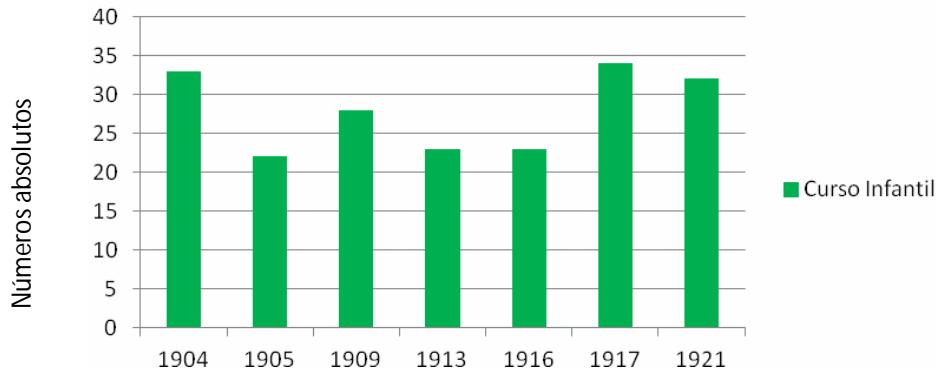


Gráfico 2. Alunas do Curso Infantil atendidas no Instituto Benjamin Constant, 1904-1921.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 1898-1930.

IDADE DE ADMISSÃO NO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT CONFORME OS REGULAMENTOS						
	1892	1900	1904	1907	1923	1937
Idades	5 a 10	6 a 14	3 a 12	3 a 10	5 a 12	5 a 12

Quadro 20. Idade de Admissão no Instituto Benjamin Constant- 1892-1937.

Fonte: AMAZONAS – Regulamento do Instituto Benjamin Constant, 1892; 1900; 1904; 1907; 1923; 1937.

MOVIMENTO DAS EDUCANDAS

Ano	Admissões
1890	1
1889	1
1891	3
1893	2
1894	1
1895	2
1896	19
1897	3
1898	9
1899	5
1900	15
1901	9
1902	3
1903	23
1904	6
1905 ¹	26

1. Admissão aferida pela comparação das listagens de 1904 e 1905.

Quadro 21. Movimento das Educandas do Instituto Benjamin Constant 1890-1905.

Fonte: AMAZONAS, Mensagem 1904; 1905.

MOVIMENTO DAS EDUCANDAS -1904

Idade (anos)	Quantidade
5 a 7	8
8 a 10	26
11 a 15	57
16 a 22	19
Total	110

Quadro 22. Movimento das Educandas do Instituto Benjamin Constant - 1904.

Fonte: AMAZONAS – Relatório do Instituto Benjamin Constant, 1905. Anexo 8, da Mensagem de 1905.

ALUNAS IDENTIFICADAS QUE NÃO ESTAVAM NA RELAÇÃO NOMINAL DE 1909					
MAPA	ALUNA	ANOS			OBSERVAÇÃO
		1904	1905	1909	
1º grau Profª Juliana Maquiné da Cunha	Leticia Bezerra	Não	Nº 77 10 anos	Nº 22 – 1º grau Nº 54 – Prendas. Nº 48 – Costura Idade Prevista: 14 anos	Desligada a 30/09/1909
	Dalva Rodrigues de Souza	Não	Não	Nº 20 - 1º grau Nº 41 – Prendas	Matrícula em 17/03/1909. Não fez o exame no 1º grau e foi Habilitada na aula de prendas
	Servula Monteiro	Não	Não	Nº 23 - 1º grau .	Desligada a 19/05/1909
1º grau Profª Antonia	Francisca Tecla	Nº 98 Admitida em 24/01/1904, com 10 anos	Nº 73 11 anos	Nº 3 – 1º grau , 3º livro Idade Prevista: 15 anos	

	Gilda Mesquita	Não	Não	Nº 4 – 1º grau, 1º livro	
2º grau Profª Theonilla Estelita Barreira Pessoa	Saray Fernandes	Nº 14 Admitida em 07/02/1896, com 6 anos	Nº 7 15 anos	Nº 12 – 2º grau Idade Prevista: 19 anos	Aprovada no exame e Desligada
3º grau Profª Virgilia Corrêa	Emilia Pinheiro	Não	Nº 78 11 anos	Nº 5 – 3º grau Nº 52 – Prendas Nº 24 – Costura Idade Prevista: 15 anos	Não fez exame no 3º grau, sendo Habilida em Prendas e Costura. Desligada
	Maria Bonifacia	Nº 27 Admitida em 07/02/1896, com 8 anos	Nº 15 17 anos	Nº 13 – 3º grau Nº 3 – Costura Idade Prevista: 21 anos	Não fez exame. Desligada
	Victoria Barbosa	Não	Nº 79 10 anos	Nº 14 – 3º grau Nº 20 – Prendas Nº 28 – Costura Idade Prevista: 14 anos	Não fez exame no 3º grau, sendo habilitada em Prendas e Costura. Desligada
	Maria Lydia	Nº 33 Admitida em 10/03/1898, com 6 anos	Nº 19 13 anos	Nº 16 – 3º grau Nº 66 – Prendas Nº 9 – Costura Idade Prevista: 17 anos	Desligada antes da época do exame.
	Prendas Profª Ir. Tecla D'Urso	Agripina de Souza	Não	Nº 26 – Prendas	Habilitada no exame.
		Francisca A. de Oliveira	Nº 95 Admitida em 29/07/1903,	Nº 71 13 anos	Habilitada com distinção no exame.

		com 11 anos			
Costura Prof^a Maria A. Corrêa d'Araujo	Celina Menezes	Não	Não	Nº 56 – Prendas Nº 2 – Costura	Habilitada no exame de Prendas e Já fez exame na cadeira de Costura.
Música Prof^a Ir. Herminia Cattaneo	Francisca Mello de Menezes	Não	Não	Nº 11 – Música	Habilitada no exame

As alunas Leticia Bezerra, Dalvina Monteiro de Oliveira, Saray Fernandes, Maria Bonifacia, Servula Monteiro de Oliveira e Victoria Barbosa Ferreira constaram como desligadas, conforme a Mensagem de 10/07/1910.

As datas de desligamento indicadas das alunas Leticia Bezerra e Servula Monteiro constaram no Mapa de aplicação e comportamento do curso primário de 1909.

Quadro 23. Alunas identificadas que não estavam na relação nominal do Instituto Benjamin Constant de 1909.

Fontes: AMAZONAS – Mensagem, 1904; 1905 e 10/07/1910.

ALUNAS PELOS MAPAS DE APLICAÇÃO E COMPORTAMENTO DE 1909

Níveis do Curso Primário	Quantidade de Alunas
Curso Infantil	28
1º grau Prof ^a Juliana Maquiné Cunha	24
1º grau Prof ^a Antonia Borges de Sá	20
2º grau	13
3º grau	18
TOTAL	103

Quadro 24. Quantidade de alunas do Instituto Benjamin Constant – 1909.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 10/07/1910.

CURSO PRIMARIO	EDUCANDAS QUE NÃO FIZERAM EXAME	OBSERVAÇÃO
1º grau Profª Juliana Maquiné da Cunha	Nº 16 – Virginia Ribeiro Nº 17 – Laura Castro Costa Nº 18 – Amalia Oliveira de Moraes Nº 19 – Maria Soares Nº 20 – Dalva Rodrigues de Souza Nº 21 – Ricarda R. Moreira	No Mapa constaram 24 alunas e 3 desligamentos. Das 21 alunas, 6 não fizeram exame.
1º grau Profª Antonia Borges de Sá	1º Livro Nº 2 – Maria de Souza Nº 3 – Francisca Tecla Nº 4 – Feliciana dos Santos 2º Livro Nº 1 – Francisca Souza Nº 2 – Josepha Filgueiras Nº 3 – Clarice Santos Nº 4 – Eclecia dos Santos Nº 5 – Thereza Chaves Nº 6 – Annita Celeste Nº 7 – Laura da Natividade Nº 8 – Silvia Baptista Nº 9 – Paulina Souza Nº 10 – Raymunda Silva 3º Livro Nº 1 – Antonia Conceição Nº 2 – Agripina Rodrigues Nº 3 – Luiza Amelia da Silva Nº 4 – Gilda Mesquita Nº 5 – Maria Portella Nº 6 – Nazareth Sant'Anna	No Mapa constaram 20 alunas. Somente a aluna Patrocinia Duarte (nº 1 – 1º livro) prestou exame, sendo habilitada com distinção.
2º grau Profª Theonilla Estelita Barreira Pessoa	Nº 7 - Raymunda Ribeiro Nº 8 – Clelia Chaves Nº 9 – Raymunda Neves Nº 10 – Maria de Nazareth Campello Nº 13 – Francisca Alves	No Mapa constaram 13 alunas, das quais 5 não fizeram exame.
3º grau Profª Virgilia Corrêa	Nº 3 – Emilia Pereira Nº 4 – Aurora d'Albuquerque Nº 5 – Emilia Pinheiro Nº 7 – Leopoldina Peixoto Nº 8 – Raymunda Nonata Nº 10 – Maria B. Toga Nº 11 – Maria Andrade Nº 12 – Julia Azevedo Nº 13 – Maria Bonifacia Nº 14 – Victoria Barbosa Nº 15 – Maria Peixoto Nº 17 – Leonilla Ramalho	No Mapa constaram 18 alunas, com um desligamento antes do exame. Dentre as 17 alunas, 12 não fizeram exames.

Quadro 25. Alunas que não fizeram o exame no Instituto Benjamin Constant – 1909.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 10/07/1910.

MOVIMENTO DAS EDUCANDAS

Idade (anos)	Quantidade
4 a 8	23
9 a 14	87
15 a 18	24
19 a 21	6
Total	140

Quadro 26. Movimento das Educandas do Instituto Benjamin Constant – 1913.

Fonte: AMAZONAS – Relatorio do Instituto Benjamin Constant, 16/06/1914. Anexo à. Mensagem de 1914.

MATRICULADAS POR CURSO

CURSOS	QUANTIDADE
1º grau	58
2º grau	20
3º grau	15
Curso Infantil	23
Curso Normal	6
Música	23
Costura	37
Prendas	117

Grifos nossos.

Quadro 27. Quantidade de matriculadas por curso no Instituto Benjamin Constant – 1913.

Fonte: AMAZONAS – Relatorio do Instituto Benjamin Constant, 16/06/1914. Anexo à. Mensagem de 1914.

QUANTIDADE DE ALUNAS POR CURSOS, ANO E PROFESSORAS

CURSOS	1909	PROFESSORAS	1913	PROFESSORAS
Curso Infantil	28	Irmã Thereza Caravita	23	Irmã Thereza Caravita
1º grau	24	Juliana Maquiné da Cunha	58	Juliana Maquiné da Cunha
	20	Antonia Borges de Sá		
2º grau	13	Theonilla Estellita Barreira Pessoa	20	Theonilla Estellita B. Pessoa
3º grau	18	Virgilia Corrêa	15	Virgilia Corrêa Falcão
Prendas	74	Irmã Tecla D'Urso	114	Irmã Tecla D'Urso
Costura	48	Maria A. Corrêa d'Araujo	37	Maria A. Corrêa d'Araujo
Música	14	Irmã Herminia Cattaneo	-	Irmã Herminia Cattaneo

Quadro 28. Quantidade de alunas por cursos, anos e professoras, 1909 e 1913.

Fontes: Mapas de aplicação e comportamento de 1909. Mensagem, 1910.

Mapas de aplicação e comportamento de 1913. Mensagem, 1914.

CAPÍTULO III

JARDINS DE INFÂNCIA NO AMAZONAS: ALÉM DO CURSO INFANTIL NO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

O curso infantil *Froebel*, do Instituto Benjamin Constant foi o primeiro jardim de infância público do estado do Amazonas. Além desse, outros jardins de infância existiram, no período pesquisado. O estudo com os diversos tipos de fontes, além das Mensagens do Amazonas, foi primordial para traçar as referências dessas instituições infantis e indicar outros olhares sobre a criação dos jardins de infância de Manaus.

Duas informações atuais transitam no meio acadêmico e popular sobre os jardins de infância manauense. A primeira é decorrente dos trabalhos de Mota e outros (2009; 2012) que apontaram, com base no Diário Oficial de 07/02/1983, que o Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, criado em 1905¹⁰⁹, possuía um jardim de infância, em um chalé no Gymnasio Amazonense.

1.8 – Grupo Escolar Barão do Rio Branco

Esse Grupo foi criado em 1905, fato constatado no Diário Oficial do Estado do Amazonas de 07/02/1983. [...]

Não possuía sede própria, sendo instalado no segundo pavimento do prédio do Gymnasio Amazonense. [...]

O Grupo Escolar Barão do Rio Branco possuía um chalé anexado ao do Gymnasio Amazonense Pedro II, onde funcionava o jardim de infância, ministrado pelas professoras: Francelina de Assis Dantas, Aurélia de Barros Rêgo, Alcida e Sylvia Sá Peixoto, inicialmente atendia 105 crianças. (2012, p. 793-794).

A segunda, refere-se à indicação do primeiro jardim de infância de Manaus, em 1920, por Durango Duarte, no livro *Manaus entre o passado e o presente* (2009):

Em 1919, quando aquele grupo escolar anexo à Escola Normal passou a ser chamado Barão do Rio Branco, ele deixou o pavilhão de ginástica e voltou a funcionar no andar superior do prédio do Gymnasio.

¹⁰⁹Outra fonte usada, por Mota e outros, foi o livro de João Batista Farias e Souza intitulado: *Instrução do Amazonas*. 1^a. Parte. Manaós, 1927.

O pavilhão, ora ocioso, foi adaptado para receber, no ano seguinte, a instalação do primeiro jardim de infância de Manaus – o Visconde de Mauá –, dirigido por Maria Araripe Monteiro.¹¹⁰ (DUARTE, 2009, p.159).

O livro de Durango Duarte (2009), com 280 páginas, contou com mais de duzentos colaboradores, em uma ampla pesquisa de cinco anos, e vem influenciando o meio virtual com as suas informações de duas formas: pela disponibilidade de sua obra *on line* e em *blogs* como o manausdeantigamente.blogspot.com.br

Essas duas informações equivocadas demonstram que a falta de pesquisas em arquivos deixou a história da educação amazonense com lacunas e enganos. O levantamento documental desse trabalho mostra que não é pela ausência de fontes que a história da educação no Amazonas não possa ser investigada, mas é necessário um esforço de se chegar a diversas fontes primárias, confrontá-las e problematizá-las, para, em seguida, defender e narrar uma tese que corresponde, neste caso, ao primeiro jardim de infância público do Amazonas: o Curso Infantil Froebel, no Instituto Benjamin Constant.

3.1 A criação em 1905 do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” com o seu jardim de infância no pavilhão do Gymnasio Amazonense

Em relação à primeira afirmação exposta de Mota e outros (2009; 2012) e de posse do Diário Oficial de 07 de fevereiro de 1983, nº 25.190, o Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” não foi propriamente criado em 1905, mas, pela força do ordenamento jurídico do Decreto nº 6968, de 28 de janeiro de 1983, foi considerado criado em março de 1905.

Art. 2º - Ficam integrados nas Unidades Educacionais da Capital abaixo relacionadas, os seguintes estabelecimentos escolares:
XIV – UNIDADE EDUCACIONAL DO CENTRO II
Escola de 1º Grau “Barão do Rio Branco”, situada à Av. Joaquim Nabuco, 1152 – Centro, considerada criada em março de 1905.
(Dec. Decreto nº 6968, de 28 de janeiro de 1983).

¹¹⁰ Na Mensagem do Amazonas de 1920, o governador Pedro de Alcantara Bacellar citou a professora D. Maria Araripe Monteiro, cujo Jardim da Infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” funcionava sob a sua dedicação.

Com essa fonte, alguns questionamentos se colocaram: quando realmente o Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” foi criado? Em quais condições? E o seu jardim de infância que funcionava no chalé do Gymnasio Amazonense Pedro II?

Diante dos questionamentos percorreram-se os seguintes caminhos investigativos: as instituições instaladas no prédio do Gymnasio Amazonense e as designações dadas ao chalé desse ginásio. Na confluência dessas duas vias, prova-se uma terceira: a de criação do grupo escolar, anexo à Escola Normal (AMAZONAS – Mensagem, 1917), posteriormente, do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” (AMAZONAS – Mensagem, 1919) e seu jardim de infância em abril de 1920. (AMAZONAS – Mensagem, 1920)¹¹¹.

3.1.1 As instituições no prédio do Gymnasio Amazonense

No prédio do Gymnasio Amazonense, antes do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, a Escola Normal teve suas aulas organizadas no andar superior dessa construção. As exigências de separação das moças da Escola Normal e dos rapazes ginasianos (AMAZONAS – Mensagem, 1898), juntavam-se à necessidade de reforma do Gymnasio Amazonense que precisava de enquadramento curricular nos moldes do Ginásio Nacional, a fim de ter os benefícios do governo federal nesse tipo de instituição. Por meio do Decreto 448 de 25 de setembro de 1900, a reforma foi efetuada e a Escola Normal teve as suas aulas separadas do Gymnasio Amazonense, funcionando no andar superior desse prédio situado na rua Municipal, Praça da Constituição, hoje Praça Heliodoro Balbi, da Av. 7 de Setembro, Centro de Manaus. (AMAZONAS – Mensagem, 1900; AMAZONAS – Almanach do Palais Royal, 1909).

Junto à Escola Normal, idealizou-se um jardim de infância que foi normatizado pelo Decreto nº 691, de 22 de dezembro de 1904, citado na

¹¹¹ As Mensagens de 1917; 1919 e 1920 são referentes ao governador do Amazonas Pedro de Alcantara Bacellar.

Mensagem de 10 de julho de 1905, que trouxe a reforma do ensino no Amazonas, estabelecendo os ramos do ensino público primário, secundário, normal e técnico.

Esse Decreto versou ainda sobre o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1904 que continha: “As instruções a seguir no jardim de infância” – texto normativo que foi apresentado após o Título II - Regulamento da Escola Normal, com nove artigos, assinado pelo governador Antonio Constantino Nery. Nas Disposições Gerais do Regulamento de 1904 indicou-se a possibilidade da criação do jardim de infância junto à Escola Normal: “Art. 102 – Opportunamente será creada junto á Escola Normal um jardim de infancia, o qual se regulará pelas instruções appensas”.

As instruções para o jardim de infância, anexo à Escola Normal, de 1904, deram origem a um cenário de existência de um jardim de infância que não foi imediatamente implantado. A Mensagem de 1917 trouxe a criação do grupo escolar anexo à Escola Normal; em sequência, o Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, na Mensagem de 1919; e somente em abril de 1920, o Jardim de Infância foi criado junto ao Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, anexo à Escola Normal, localizado no prédio do Gymnasio Amazonense. (AMAZONAS – Mensagem, 1920).

De 1898 a 1919 não se verificou a existência de um jardim de infância no prédio do Gymnasio Amazonense, seja ele anexo à Escola Normal ou pertencente ao Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”. O que se encontrou foram idealizações remetidas ao jardim de infância da Escola Normal e a anexação de outros tipos de escola, diferentes do jardim de infância, como a Escola Complementar.

No Amazonas, a Mensagem de 10 de julho de 1898, do governador Fileto Pires Ferreira, revelou pela primeira vez a condição de primeira, segunda e terceira infância voltada para o atendimento que deveria ser realizado pela Escola Normal, diante da necessidade de separação do Gymnasio Amazonense. Com isso, no plano das ideias, houve a possibilidade da criação de um jardim de infância com o método intuitivo.

Installal-a em predio proprio, accommodado ás exigencias do ensino e da hygiene, com dependencias onde possa haver uma escola de tres secções, para a primeira, segunda e terceira infancia, acompanhada a secção infantil de um jardim de infancia, em pavilhão adequado, onde os jogos infantis se possam fazer ao ar livre, quando as condições atmosphericas o permitirem sem perigo para a organisação tenra das creanças, e resguardados quando as intemperies ou as elevações de temperatura o exigirem: dotal-a com a mobilia apropriada, construida de accordo com as prescripções da hygiene escolar; dar-lhe gabienete de sciencias physicas e naturaes que seja propriamente seu, contendo o absolutamente necessario para as experiencias que devem acompanhar o ensino em concreto; organizar o melhor possivel um museu onde todo o essencial para a applicação do methodo intuitivo se encontre. (AMAZONAS - Mensagem, 1898, p.10).

Na Mensagem de 1900, o governador José Cardoso Carvalho Junior defendeu a importância de a Escola Normal ter um jardim de infância (para atender as crianças da primeira infância, de 3 a 7 anos), e a criação dos jardins dentro dos grupos escolares e dos institutos, a exemplo dos “países cultos”, como acontecia no jardim de infância do Instituto Benjamin Constant. Assim, os jardins de infância comporiam o ensino primário nos grupos escolares, nos institutos e na escola anexa à Escola Normal.

Como existem grupos escolares e institutos que por essas crianças podem ser frequentados, seria conveniente a criação de jardins de infância, que tão bons resultados hão produzido nos paizes cultos. O meio pedagogico de Froebel, uma das melhores applicações do methodo intuitivo de Pestalozzi, daria com certeza fructos entre nós, tiraria á nossa instrucción primaria essa caracteristica rotineira que a desfigura. A uma Escola Normal, propria a nos dar bons professores, unir-se-hiam escolas bôas para a primeira infância, onde esses professores fossem fazer valer as suas aptidões. Um meio temos desde já de tentar entre nós a criação de um jardim da infancia: ahi está o Instituto Benjamin Constant que se presta inteiramente para a adopção de um kinder-garten na educação que dá a creanças, não só pelo seu local, como por possuir educandas na primeira infancia. (AMAZONAS- Mensagem, 1900, p.20-21).

A denominação “escola anexa” foi importante para se rastrear que no início do século XX não havia o Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” e nem um jardim de infância juntos à Escola Normal.

Nas regulamentações, relatórios e mensagens, verificou-se que, primeiramente, pertencia à Escola Normal uma escola anexa e não um grupo escolar específico. A escola anexa foi solicitada ao Congresso do Amazonas na Mensagem de 1903. Na Mensagem de 1904, o diretor da Escola Normal ainda insistia em sua criação para os exercícios práticos do magistério¹¹².

Uma outra medida ainda se afigura necessária ao bom aproveitamento do ensino: a criação de uma escola annexa á Normal, onde os alunnos possam fazer com mais resultado o curso primario que tem de dar-lhes ingresso neste estabelecimento; pois parece de primeira intuição que uma escola annexa a este estabelecimento sujeita ao Regulamento desta e á sua immediata fiscalisação; e em que os preceitos pedagogicos sejam observados com mais rigor, necessariamente preparará com muito melhores resultados o curso primario. Demais accresce ainda a vantagem de ser aproveitada para exercícios praticos dos alumnos que estão fazendo o curso da Escola Normal. (AMAZONAS – Mensagem, 1903, p.164).

Na Mensagem de 1905, do governador do Amazonas Antonio Constantino Nery, o curso complementar foi confiado à Escola Normal, por causa da reforma do ensino de 1904 (Decreto 691, 22/12/1904), nos moldes da pedagogia moderna:

A reforma abrange os ramos de ensino publico - primario, secundario, normal e technico.
O primeiro, que foi dividido em tres gráos de curso e um curso complementar, foi confiado ás escholas regidas por normalistas. (AMAZONAS – Mensagem, 1905, p.11).

A falta de um prédio apropriado fazia com que as aulas da Escola Normal tivessem ausência de regularidade, até porque o prédio do Gymnasio Amazonense comportava, além do próprio Gymnasio, a Escola Normal (com as duas Escolas Complementares, uma do sexo masculino e outra do feminino) e o Congresso do Estado. (AMAZONAS – Mensagem 1906; 1910)¹¹³.

A frequência das Escolas Complementares era mínima, tanto que a união foi defendida na Mensagem de 10/07/1907, do governador do Amazonas Antonio

¹¹² As Mensagens do Amazonas de 1903 e 1904 são referentes ao governo de Silverio José Nery.

¹¹³ A Mensagem de 1906 é referente ao governador Antonio Constantino Nery; a Mensagem de 1910, ao Cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt.

Constantino Nery, e realizada, conforme o indicado na Mensagem de 1908, do Cel. Raymundo Affonso de Carvalho (presidente do Congresso Legislativo no exercício de governador do estado do Amazonas) que transferiu a Escola Complementar para a Escola Publio Bittencourt.

As escolas complementares, masculina e feminina, foram, por acto do meu antecessor, fundidas em razão da diminuta frequencia da masculina, em uma só, mixta, que foi transferida para o predio denominado Escola Publio Bittencourt, construido especialmente para a distribuição do ensino, na administração Silverio Nery. (AMAZONAS – Mensagem, 1908, p.27).

A Escola Complementar (conforme o Regulamento da Instrução Pública de 1909) foi um dos locais de funcionamento do ensino primário (art. 2º), que tinha por finalidade aperfeiçoar a formação dos estudantes que (ao término do 3º grau) quisessem se matricular na Escola Normal ou no Gymnasio Amazonense, ou ainda, terem uma instrução elementar mais aperfeiçoada (art.242).

O Relatório da Comissão da reforma que instituiu a Escola Complementar em 1909 trouxe a indicação de uma escola primária anexa à Escola Normal. Esse foi elaborado por uma comissão formada pelos doutores: Antonio Monteiro de Souza, Placido Serrano Pinto de Andrade, Moysés José Vieira e o professor normalista José Antonio de Souza Carvalho, que instituiu o Regulamento da Instrução Pública de 1909¹¹⁴; e ditava, entre as novas medidas tomadas, a obrigatoriedade do estágio na escola primária, anexa à Escola Normal.

No entanto, o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1909 condicionou o estágio ao funcionamento da Escola Normal em um prédio próprio. Enquanto isso não ocorresse, somente a *aluna* do 4º ano da Escola Normal, com distinção, escolhida pela congregação dos professores, poderia estagiar na escola anexa, recebendo uma gratificação de 100\$000, metade que recebia a professora de Pedagogia (que dirigia a escola anexa). Os demais estagiários, tanto da escola anexa quanto das demais escolas públicas, não tinham direito à gratificação. (arts.364 e seguintes).

¹¹⁴ Esse regulamento foi autorizado pela Lei nº 574, de 26 de setembro de 1908, que baixou o Decreto nº 892, de 19 de janeiro de 1909, dando nova organização à Instrução Pública. (AMAZONAS – Mensagem, 1909).

A escola primária anexa à Escola Normal (que seria uma possibilidade de abrigar um jardim de infância), do Regulamento de Instrução Pública de 1909, não foi instalada e os normalistas praticavam o estágio no Curso Anexo da Escola Normal.

Não tendo sido posta em execução a antiga disposição regulamentar da criação de uma escola primaria annexa á Escola Normal para exercicios pedagogicos, a reforma estabelece, com o fim de sanar tão grave inconveniente, no 4º anno, lições exclusivamente praticas professadas no Curso Annexo e que versarão sobre a interpretação do programma primario dos três graus, preceitos de hygiene escolar e exercicios de methodologia applicada ao ensino do curso primario elementar, medio e superior. (AMAZONAS – MENSAGEM, 1914, p.31).

A escola anexa não pode ser confundida com o curso anexo que tinha a finalidade de *curso preparatório* para a matrícula na Escola Normal e os seus alunos vinham do 3º grau do ensino primário. As normalistas da Escola Normal eram as regentes do Curso Anexo. (AMAZONAS – Mensagem, 1914; AMAZONAS - Decreto 1040 de 16/12/1913). O curso anexo tinha duração de um ano e cada aula tinha o tempo de até 50 minutos, com as cadeiras de Português, Aritmética, Geografia e História do Brasil, Ciências Físicas e Naturais, Desenho e Caligrafia. (QUADRO 29, p. 287).

Até então o jardim de infância não existia junto à Escola Normal, a não ser como instrução nas letras normativas do Regulamento Geral da Instrução Pública de 1904, que não foram colocadas em prática. A possibilidade de criação reapareceu em 1913 com o artigo 243, do Decreto nº 1040, de 16 de dezembro: “Logo que permitirem as finanças do Estado, o Governo creará o Jardim da Infancia annexo á Escola Complementar, e regido por professora, que habilitada nessa especialidade tenha longa pratica de ensino.”. Assim, idealizou-se a criação de um jardim de infância anexo à Escola Complementar.

Entre 1913 e 1914 não se encontrou em Manaus referências acerca de um jardim de infância a não ser o criado no Instituto Benjamin Constant (internato destinado às meninas desvalidas). No entanto, havia crianças menores de 6 anos estudando nos grupos escolares.

No ano de 1914, encontraram-se, no mapa de matrículas, crianças com cinco e menores de cinco anos no 1º grau no Grupo Escolar “José Paranaguá” e no Grupo Escolar “Antonio Bittencourt”. (QUADRO 30, p. 287).

Dentre as crianças, nessa faixa etária, matriculadas no Grupo Escolar “José Paranaguá”, localizado na rua homônima ao grupo, no Centro de Manaus, duas eram filhas de Coriolano Durand. Ainda estudava Zuleide Durand, no 2º grau, nascida em 30/10/1903. Suas três filhas estudavam próximo a sua residência na Av. Joaquim Nabuco, nº 115, Centro de Manaus.

Coriolano Durand foi um intelectual de destaque que exerceu vários cargos na administração do estado do Amazonas (1904-1913), premiado na Exposição Nacional comemorativa do centenário de abertura dos portos de 1908¹¹⁵, com a comédia *A Chama*; foi professor de francês do Gymnasio Amazonense e conferencista nas escolas públicas sobre o método rápido de leitura e escrita de números (1908-1909), em que escreveu sobre o método na Revista Amazonense. (AMAZONAS – Instrucção Publica, Recebidos, 1908, 1909; BITTENCOURT, 1973, BRAGA, 2012).

Se era comum em 1914 as crianças abaixo dos 6 anos estudarem nos grupos escolares, a exemplo das duas filhas de Coriolano Durand e de outros casos, isso não pode ser afirmado. Contudo, apesar do Regulamento Geral da Instrução Pública de 1914 determinar a idade entre 7 a 14 anos para o ensino primário, assim como o Regulamento de 1909 que a designava entre 6 a 14 anos, o Regimento Interno dos Grupos Escolares – Decreto 828 de 30/11/1907 condicionava a matrícula para as classes de 1º grau entre 5 a 9 anos, item c, do art. 26, com abertura dada pelo Parágrafo Único:

São condições para a matrícula nos grupos escolares:
c) não ter mais de nove anos nem menos de cinco, para as classes do 1º grau.

¹¹⁵ A Mensagem de 1909 só citou a Exposição Nacional em que o professor Coriolano Duarte participou e Bittencourt (1973) indica que a exposição foi no ano de 1908. Kuhlmann Jr. elencou as exposições brasileira em: “1861- 1ª Exposição Nacional; 1866 - 2ª Exposição Nacional; 1873 - 3ª Exposição Nacional; 1875 - 4ª Exposição Nacional; 1881 – Exp. Indústria Nacional; 1908 – Exp. comemorativa do centenário da abertura dos portos; 1922 – Exp. comemorativa do centenário da Independência.” (2001, p.12).

§ unico - A edade será provada por certidão ou por uma justificação procedida perante o director na qual serão ouvidas pelo menos duas testemunhas idoneas que sejam maiores.

Como as idades das crianças poderiam ser justificadas pelo diretor do grupo escolar, mediante duas testemunhas, houve o precedente para a matrícula de crianças abaixo dos 5 anos.

Na Mensagem do Amazonas de 1908, do Cel. Raymundo Affonso de Carvalho (presidente do Congresso Legislativo e governador em exercício) já funcionavam no Amazonas 5 grupos escolares com 17 escolas e 24 escolas isoladas.

A Mensagem de 1915, do governador do Amazonas Jonathas de Freitas Pedrosa, informou a suspensão do funcionamento das aulas do Gymnasio Amazonense que voltou a funcionar, com nova organização de equiparação ao Colégio Pedro II para poder “[...] gozar das mesmas regalias concedidas ao Colegio Pedro II.” (AMAZONAS – Mensagem, 1916, p.75).

Na Mensagem de 1917, do governador do Amazonas Pedro de Alcantara Bacellar, o pavilhão do Gymnasio Amazonense fora adaptado para abrigar um grupo escolar anexo à Escola Normal.

A primeira foi a criação de um Grupo Escolar anexo á Escola Normal, como instrumento immediato de aprendizagem para o futuro professor. Como se esforçou por demonstrar em sua exposição ao Governador o Sr. Dr. Director da Instrucção Publica, o objectivo principal do ensino ministrado na Escola Normal deve ser - *ensinar o Professor a ensinar*. (AMAZONAS - Mensagem, 1917, p.146).

O grupo escolar estava incompleto, no entanto foi criado como parte das primeiras ações do diretor de instrução pública de aperfeiçoar a técnica do professorado formado pela Escola Normal: “Para o proficuo resultado deste recurso, indispensavel aperfeiçoar e completar a installação do Grupo Escolar annexo, quanto ao predio como quanto ao material, mobiliario e utensilios escolares.” (AMAZONAS – Mensagem, 1917, p.146-147).

Na Mensagem de 1919, do governador do Amazonas Pedro de Alcantara Bacellar, indicou-se que a instalação do grupo escolar foi o “Barão do Rio Branco”. Ele foi alojado com as suas sete escolas, onde funcionava a Escola Normal, ou seja, no prédio do Gymnasio Amazonense e tornou-se uma referência de educação infantil, com 335 matriculados: “Tão opportuna e conveniente foi sua criação, e tão methodica a sua organização, que se constituiu um dos centros de atração da infancia estudiosa.” (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.211).

Em abril de 1920 o jardim de infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” foi criado:

Annexo á Escola Normal funciona o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, sob o caracter de um Grupo Modélo, destinado a estagio ou aprendizado pratico dos alumnos normalistas da 5^a serie. Fazia-se, porém, mister a criação de um Jardim de Infancia, considerado justamente a base do ensino intuitivo, o qual, desde Abril do anno corrente, se acha funcionando sob a dedicação exemplar e D. Maria Araripe Monteiro, professora que há sempre dado elogavel desempenho ás missões entregues á sua competencia. (AMAZONAS – Mensagem, 1920, p.152).

Dessa forma, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco constituiu-se como grupo modelo, destinado ao estágio ou aprendizado prático da Escola Normal, cujo jardim de infância foi criado, com base no método intuitivo, somente em 1920 e não em 1905 como afirmou Mota e outros (2009; 2012), com base no Diário Oficial de 1983.

3.1.2 O chalé do Gymnasio Amazonense: designações para um pavilhão escolar

A indicação de Mota e outros (2009; 2012) que o jardim de infância teria funcionado no chalé do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, anexo do prédio do Gymnasio Amazonense, é outro item pertinente a esclarecimentos.

A demonstração da estrutura física e arquitetônica do Gymnasio Amazonense serviu para compreender o contexto de implantação do jardim de infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, anexo à Escola Normal. Mais do que traçar uma descrição linear, o esforço epistemológico recaiu sobre a

checagem das fontes. Nesse panorama, as imagens iconográficas serviram não apenas para ilustrar a mensagem do texto, mas para empreender novos desembaraços dessa educação infantil.

A construção do Gymnasio Amazonense foi autorizada pelo presidente da Província Satyro de Oliveira Dias, com a Lei Provincial nº 506 de 4 de novembro de 1880, para ser o Liceu Provincial Amazonense. Em 1886 o Lyceu foi inaugurado com dois pavimentos e um porão, com estilo neoclássico, amplas salas e uma área livre. (AMAZONAS – Mensagem, 1898, 1900, 1901; ARRUDA, 2010).

Situado na Praça da Constituição, na Av. Municipal, atual Heliodoro Balbi, popularmente conhecida como *Praça da Polícia*, o Gymnasio Amazonense é visualizado na imagem que segue, no canto superior direito. (Croqui de localização na p. 290).



Figura 28. Praça da Constituição.
Fonte: Almanach do Palais Royal, 1909.

Um chalé foi instalado no pátio externo do Gymnasio Amazonense, porém não programado na planta original; sua construção foi posterior para servir de

pavilhão coberto de ginástica para os alunos do Gymnasio. As imagens seguintes mostram as plantas originais do prédio.



Figura 29. Elevação Lateral do Gymnasio Amazonense (Parte externa).

Fonte: ARRUDA, 2010.



Figura 30. Elevação Lateral do Gymnasio Amazonense (Parte interna).

Fonte: ARRUDA, 2010.



Figura 31. Elevação Frontal do Gymnasio Amazonense.
Fonte: ARRUDA, 2010.

O chalé já estava construído por volta de 1901, visualizado no canto direito da imagem localizada no Álbum do Amazonas (1901-1902), mas não no *souvenir* da Exposição de Chicago, em 1893:



Figura 32. Lyceum – Manáos.
Fonte: The City of Manáos and the Country of Rubber Tree.
Souvenir of the Columbian Exposition. Chicago, 1893.



Figura 33. Praça da Constituição.
Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.

A construção do chalé foi solicitada em 30 de julho de 1898, indicada como pavilhão de ginástica, no Relatório do Gymnasio Amazonense, elaborado pelo seu diretor Antonio Monteiro de Souza ao Sr. Major Pedro Freire, Secretário dos Negócios do Interior, de 31 de maio de 1899.

Não havendo no edificio um local onde pudesse funcionar a aula de gymnastica, esgrima e evoluções militares, cujas lições eram dadas no pateo interno, logar improprio por ser ladrilhado de pedra, e estando a chegar os aparelhos especiaes para gymnastica, que tornaria ainda mais improprio esse local, por ser exposto ao tempo, onde portanto estragar-se-iam, achei conveniente em 30 de Julho solicitar a construcção de um pavilhão em forma de chalet.

A sua construcção, na parte oriental do terreno está quase a terminar. Uma vez terminado e convenientemente preparado, ahi mandarei collocar os aparelhos que já se acham na Alfandega. Fica assim esta aula perfeitamente installada. (AMAZONAS – Relatorio do Gymnasio Amazonense, 1899, p.354).

A imagem do chalé disponibilizada no Relatório do Gymnasio Amazonense, de 1899, foi essa:



Figura 34. Pavilhão do Gymnasio Amazonense.

Fonte: Relatório do Gymnasio Amazonense, 1899.

O pavilhão de ginástica foi adaptado para servir de Jardim de Infância. Na imagem seguinte, há um projeto de adaptação do pavilhão do Gymnasio Amazonense e jardim de infância, infelizmente sem data, porém pelas características da planta e nomenclatura “Projeto de Adaptação do Pavilhão de Ginástica do Gymnasio Amazonense e Jardim de Infância” parece se referir ao exposto na Mensagem de 1917:

A situação desse pavilhão, no meio do parque do Gymnasio, cercado de arvores protectoras, está, pois, a indicar-o, segundo a

proposta da Repartição competente, para a conveniente adaptação ao tipo de predio para escola ao ar livre. (AMAZONAS - Mensagem, 1917, p.140).

A imagem no sítio da biblioteca virtual do estado do Amazonas indicou o autor do projeto Alberto Arrano Ricci, porém sem indicação da escala de medidas.

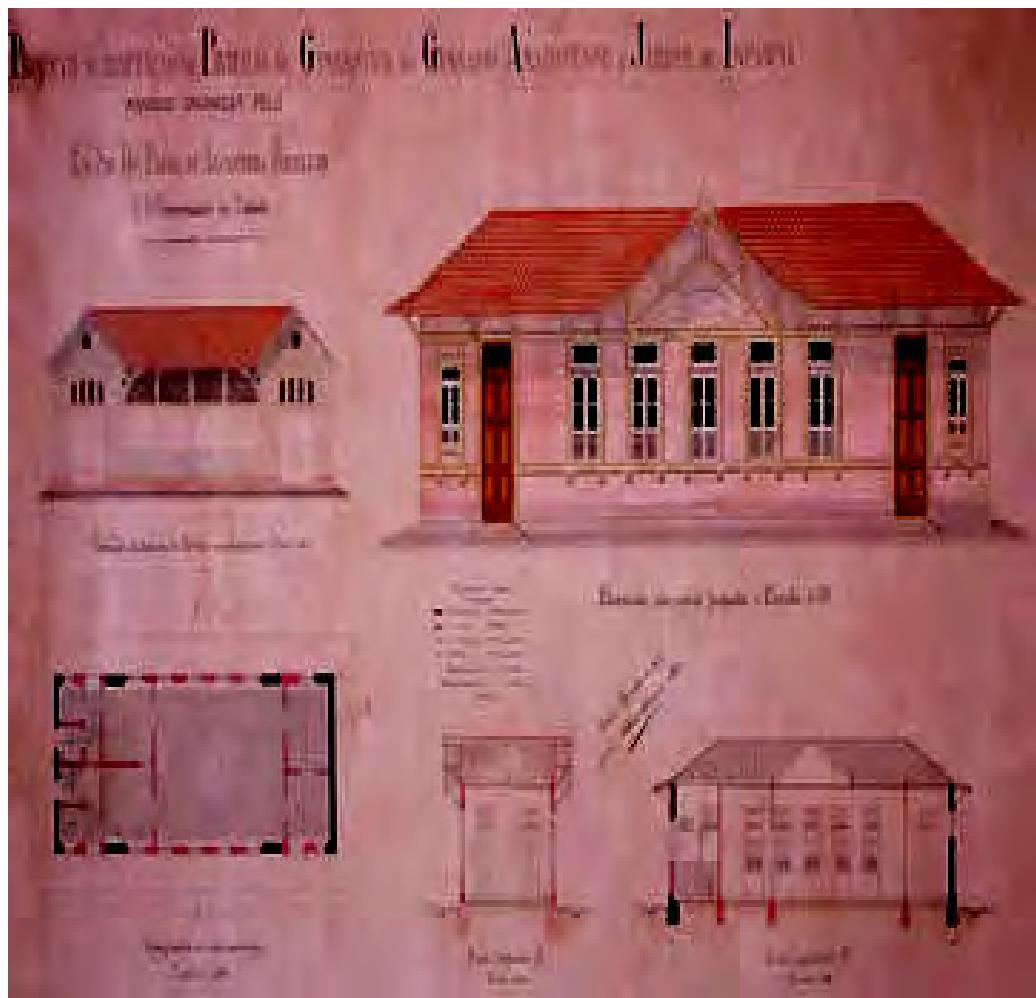


Figura 35. Projeto de Adaptação do Pavilhão de Ginástica do Gymnasio Amazonense e

Jardim de Infância

Autor : RICCI, Alberto Arrano

Data: s.n

Escala: s.n

Fonte: www.bv.am.gov.br. Acesso 10 nov. 2013

Da adaptação do pavilhão posta na Mensagem de 1917 à criação do jardim de infância, em abril de 1920, passaram-se três anos.

3.1.3 O jardim de infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” no pavilhão do Gymnasio Amazonense

As aulas do Gymnasio Amazonense foram suspensas em 30 de junho de 1915, pelo governador Jonathas de Freitas Pedrosa, devido à ação depredatória dos alunos ginásianos que se recusavam em aceitar as mudanças de caráter disciplinar, com respeito à aplicação das penas disciplinares ao corpo discente, e que equiparava o Gymnasio Amazonense ao Collegio D. Pedro II. (AMAZONAS – Mensagem, 1917).

Attendendo ao justissimo appello nomeei uma commissão de três lentes do Gymnasio e Escola Normal para a organisação do plano de regulamentação e esta se achava já em actividade, quando, sem causas apreciaveis, a não ser a applicação de algumas penas disciplinares impostas pela Congregação e que se impunham no momento, o corpo discente daquelle estabelecimento principiou a manifestar a mais lamentavel insubordinação, incompativel com os bons principios de educação e moral civica, contra os auspiciosos destinos dessa mocidade, em que o Estado tanto confia para a continuaçao de sua gloriosa existencia. (AMAZONAS – Mensagem, 1915, p.27).

Carmélia Esteves de Castro (2012) argumentou que a revolta de 1915 foi consequência do descontentamento dos alunos com o ensino ministrado no Gymnasio. O governador Jonathas Pedrosa, na Mensagem de 1915 expôs que as violentas depredações dos ginásianos justificaram o *ad referendum* do Decreto 1.117, que suspendeu por tempo indeterminado às aulas do Gymnasio Amazonense:

Essa manifestação de indisciplina, sinto-me constrangido em confessar-vos, chegou ao extremo de depredações violentas praticadas contra moveis, livros e papeis do archivos da Casa, menosprezados pelos insubordinados todos os meios suassorios e a intervenção ponderada dos lentes e auctoridades policiaes para o restabelecimento da ordem e disciplina, que foram sempre o apanagio dos alumnos do Gymnasio. (AMAZONAS – Mensagem, 1915, p.27-28).

O fechamento do Gymnasio repercutiu após o ocorrido de 1915. O dr. José Francisco de Araujo Lima, em sua administração como diretor de instrução pública, de 01/01/1917 a 05/11/1919 (BITTENCOURT, 1973), elaborou ao

governador Jonathas Pedrosa uma Exposição de Motivos¹¹⁶ em que defendia o fechamento e a adaptação do Gymnasio ao D. Pedro II, como uma forma tornar mais severa a disciplina aos alunos, que puseram em xeque a moralidade administrativa, e de responsabilizar os seus pais e responsáveis, pelo art. 1531 do Código Civil Brasileiro; em seu relato, descreveu o lastro de destruição.

Guardo ainda bem viva, dolorosamente, a impressão de pungente amargura e revolta humilhação de que foi assaltado meu espirito, quando, ao galgar naquela manhã as escadarias do Gymnasio para cumprir meu dever quotidiano de professor, se me deparou tão impressionante scena de vandalismo e destruição: as vidraças, feitas em mil pedaços, se amontoavam no lagedo do peristylo com os destroços de almofadas das portas arrombadas: e o estrepido ensurdecedor das vaias e dos gritos – propagando o panico ás dependencias da Escola Normal, cujas alumnas, atordoadas, abandonavam atropeladamente o estabelecimento, - aquella ruidosa assuada echoava tristemente atravez daquelle ambiente arrancando-nos calafrios de revolta. (LIMA apud MONTEIRO, 1996, p.309).

O Gymnasio Amazonense foi reaberto em 31 de março de 1916, com nova organização ao ensino secundário nos moldes do ensino secundário e superior, pelo Decreto Federal 11.530 de 18/03/1915 (AMAZONAS – Mensagem, 1916). Dentre as novas reorganizações, o *Pavilhão de Ginástica do Gymnasio Amazonense* foi readaptado para abrigar o Grupo Escolar da Escola Normal.

Outra adaptação que se afigura conveniente é a do chamado pavilhão de gymnastica do Gymnasio Amazonense. Construido para fim mui diverso, foi ulteriormente aproveitado como local para os exercicios gymnasticos dos alumnos daquelle estabelecimento. Com a remodelação do Gymnasio, taes exercicios passaram a ser executados na área central do edificio e, consequentemente, ficou esse local sem utilidade apreciavel.

A situação desse pavilhão, no meio do parque do Gymnasio, cercado de arvores protectoras, está, pois, a indical-o, segundo a proposta da Repartição competente, para a conveniente adaptação ao typo de predio para escola ao ar livre.

Alli poderá ser installado o Grupo annexo á Escola Normal. Para tal fim, parece ser necessaria uma somma approximada de quarenta contos. (AMAZONAS – Mensagem, 1917, p.139-140).

¹¹⁶ Toda a Exposição foi transcrita no livro de Mario Ypiranga Monteiro (1966), às páginas 308 a 311.

Além do contexto de criação do grupo escolar anexo à Escola Normal, quatro situações podem ser observadas nesta parte da Mensagem de 1917, do governador do Amazonas Pedro de Alcantara Bacellar, que indica uma preparação ideológica para a criação e instalação de um jardim de infância, dentro dos preceitos da higiene escolar: a indicação de que ele teria sido criado para fim muito diverso; o contexto de o pavilhão ser cercado de árvores, ser um local apropriado para as escolas ao ar livre (se adaptado); e a possibilidade da instalação do Grupo Escolar, como anexo da Escola Normal.

O pavilhão escolar compunha em um espaço de ensino justificado pela não possibilidade do Estado em realizar “[...] uma construção dispendiosa”, que se adaptado atenderia aos preceitos da higiene escolar. (art. 150, Regulamento Geral da Instrucção Publica de 1914, Decreto 1050 de 28/01/1914).

A implantação dos pavilhões escolares e a política de aceleração de criação dos grupos escolares ocorreram como uma ação governamental, para diminuir os gastos orçamentários, devido à crise no estado do Amazonas, pelo *débâcle gomífero*, que se refletiu no ensino, com a diminuição das escolas. Economizou-se com o aproveitamento das instalações prediais e os valores que seriam pagos às salas das escolas isoladas foram remanejados para os diretores e porteiros dos grupos escolares, restando poucas escolas isoladas em Manaus. (AMAZONAS – Mensagem, 1917).

Assim, pela Mensagem de 1917, do governador do Amazonas Pedro de Alcantara Bacellar, um Grupo Escolar foi constituído no pavilhão de ginástica do Gymnasio Amazonense, que serviu como um local de aplicação dos alunos da Escola Normal.

Installado o Grupo Escolar annexo no pavilhão de gymnastica convenientemente adaptado e transferida a sede da Directoria Geral para o predio da rua Leovigildo Coelho, onde funciona o Grupo Escolar “Antonio Bittencourt”, que, por ficar a cincuenta metros do Grupo “Silverio Nery”, poderá ser a este fundido, - ficará todo o pavimento superior do edifício chamado do Gymnasio destinado exclusivamente á Escola Normal. (AMAZONAS – Mensagem, 1917, p. 149).

O agrupamento de diversas escolas isoladas para constituir o Grupo Escolar anexo à Escola Normal vinha com a defesa do aperfeiçoamento do prédio, material, mobiliário e utensílios escolares, pois, com a crise do ensino, as instalações da Escola Normal necessitavam de providências devido a sua precariedade. (AMAZONAS – Mensagem, 1917; 1918).

As explicações na Mensagem de 10/07/1917, do governador do Amazonas Pedro de Alcantara Bacellar, fundamentavam o artigo 4º, do Decreto nº 1216 – A, de 3 de julho de 1917, que alterou diversas disposições do Regulamento da Escola Normal: “Art. 4º - O ensino normal será, tanto quanto possível, de applicação ao exercicio do magisterio, devendo ser levados os alumnos ao grupo escolar anexo á Escola Normal, afim de ahi serem dadas aulas praticas.”.

Esse grupo escolar anexo foi denominado de Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” e a sua criação foi indicada na Mensagem do Amazonas de 1919, do governador Pedro de Alcantara Bacellar. Em 1920, foi criado, no pavilhão do Gymnasio Amazonense, o jardim de infância desse grupo escolar. Mesmo instalado, as condições do pavilhão do jardim de infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” não eram satisfatórias, conforme as informações do diretor de instrução pública, Dr. José de Britto Pereira, em seu relatório ao governador Cesar do Rego Monteiro:

Referindo-se a falta de conforto e de comodidade do pavilhão onde funciona o “Jardim da infância”, o referido relatório afirma: Apezar disso, porém nota-se grande aproveitamento nas creanças que o frequentam: distinguem os objectos pela côr e pela forma; contam historias interessantes; recitam poesias infantis; cantam vários hymnos e fazem exercícios de educação physica, etc. etc. (AMAZONAS – Mensagem, 1921, p. 156).

O pavilhão escolar consistiu no modelo de construção escolar da década de 1920, aplicado por Anísio Teixeira na Bahia, conforme os princípios da Escola Nova, com: “[...] dois corpos avançados, no alinhamento predial; um corpo central recuado, com marcação do acesso ao prédio, seja por escadaria, seja por um portão”. Servia para dividir os meninos das meninas e foi o modelo de arquitetura

mais simples destinado aos grupos escolares, instituído em todo Brasil, com pequenas modificações. (ARRUDA, 2010, p. 64)

Em Manaus, o conceito de pavilhão escolar foi destinado às construções dos jardins de infância, do grupo escolar anexo da Escola Normal (no prédio do Gymnasio Amazonense); esteve no Regulamento de 1914 (art. 150) seguindo os preceitos higiênicos e de economia de construção dos prédios escolares; foi usado como instalações não regulares, ou seja, alternativas de construção, das escolas do subúrbio como as do distrito do Careiro e Cambixe (AMAZONAS – Mensagem, 1920); e no início dos anos de 1930, os seis jardins de infância de Manaus funcionavam “[...] em pavilhões independentes, construídos com as exigencias da moderna pedagogia.” (AMAZONAS – Relatorio do Interventor Federal, capitão Nelson Mello, 1935, p.25).

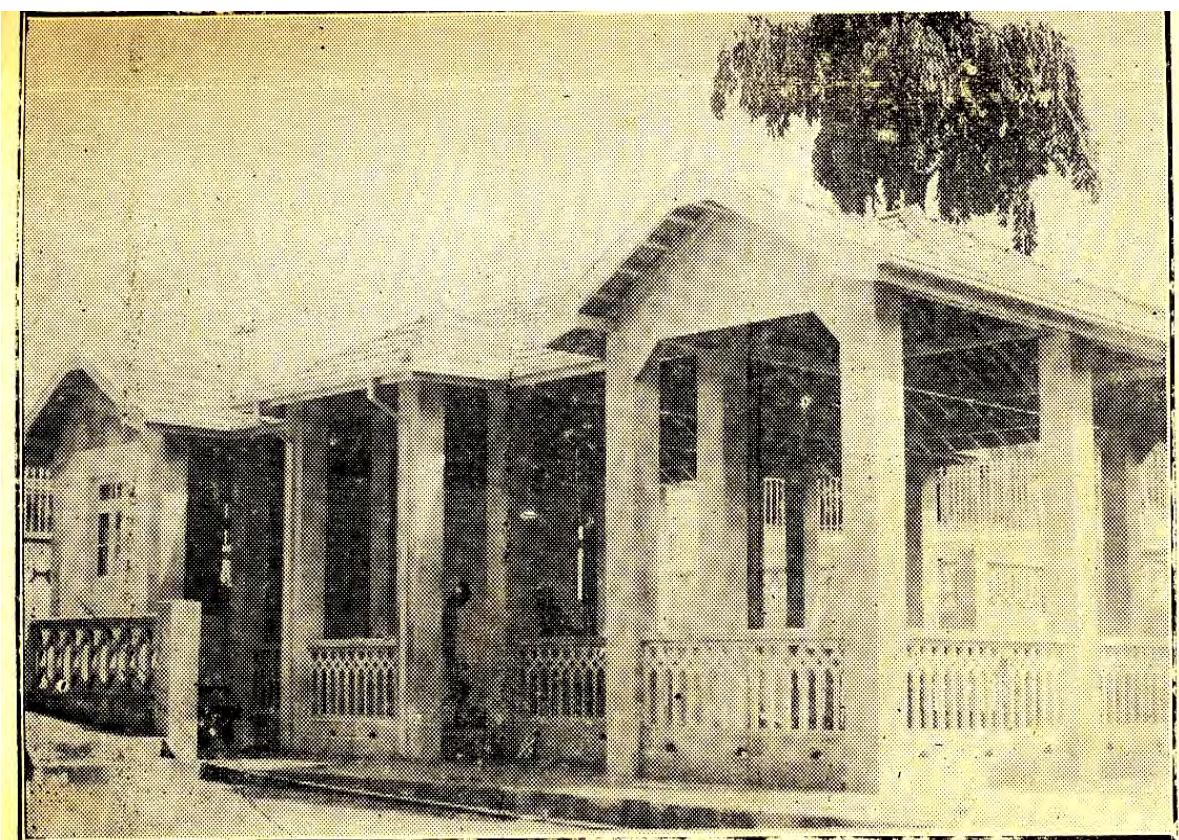


Figura 36. Tipo de Pavilhão para o Jardim da Infância.

Fonte: Relatório do Interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Melo.

De outubro de 1933 a dezembro de 1934, 1935.

3.2 O primeiro jardim de Infância de Manaus foi o Jardim de Infância “Visconde de Mauá”, em 1920

A informação de que o primeiro jardim de infância de Manaus fora, em 1920, o “Visconde de Mauá”, exposta no livro de Durando Duarte é acompanhada do esclarecimento de que o livro não pretende ter um caráter histórico, mas ser “[...] um grande guia sobre Manaus e que pode ser lido a partir de qualquer página” (2009, p.15).

Essa afirmação silencia o Curso Infantil Froebel – Jardim de Infância do Instituto Benjamin Constant que no final do século XIX já se encontrava em funcionamento, de acordo com Francisco Antonio Monteiro, no Relatório da Diretoria de InSTRUÇÃO PÚBLICA de 1899. Vai de encontro também com os cursos preliminares (1918) e a *escola ao ar livre* criada em 1919, anexa do Grupo Escolar “Antonio Bittencourt”. E ainda, com a criação do Jardim da Infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, em 1920.

Não retirando a importância do livro para a produção amazonense, checando e ampliando as fontes, essa informação precisou ser esmiuçada. A Mensagem de 1920 apontou a criação do jardim de infância em abril do mesmo ano, no Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” (que era anexo à Escola Normal). Nela não houve a indicação de uma denominação específica ao jardim de infância.

O nome *Jardim da Infância “Visconde de Mauá”* apareceu pela primeira vez no relatório do quadriênio de gestão do presidente do estado do Amazonas Ephigenio Ferreira de Salles (1926-1929), de 1929, abaixo de uma fotografia, sem qualquer informação sobre essa instituição. O Relatório apresentou as mesmas informações contidas na Mensagem de 1929, sobre a matrícula no curso preliminar e jardim da infância, referente a 1928. Ainda indicou, entre o material adquirido para as escolas, a compra compreendida de 43 cadeirinhas e 4 mesas para o Jardim da Infância.

No Regulamento Geral da Instrução Pública do Amazonas de 1932, art.475, constou sobre o destino desse jardim:

Art.475 - Fica mantido o Jardim da Infancia "Visconde de Mauá", anexo ao Grupo "Barão do Rio Branco", com o numero limitado de tres professores, revezaveis, um em cada ano, com os seus colegas desse ou de outro Grupo desta Capital.

No Relatório do interventor federal, capitão Nelson de Mello, de outubro de 1933 a dezembro de 1934, houve a seguinte indicação: "A matrícula no decorrer do anno de 1934, em todos os Grupos da capital, inclusive o Jardim da Infancia 'Visconde de Mauá', que não está annexado a nenhum delles, foi de 5.818 alunos [...]” (AMAZONAS – Relatorio, 1935, p.20), sendo que, em especial, a do Jardim da Infância “Visconde de Mauá” foi de 146 alunos.

Tanto o Jardim da Infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” quanto o “Visconde de Mauá” foram instalados no pavilhão do Gymnasio Amazonense. Ao que se parece, primeiro houve a criação do Jardim da Infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” (1920); que depois teve a denominação de Jardim da Infância “Visconde de Mauá” (1929; 1932), seguida de sua desanexação do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” (1934¹¹⁷).

A fotografia do Jardim da Infância “Visconde de Mauá” apareceu no Relatório de Instrução Pública, do quadriênio de 1926-1929, do governo de Ephigenio Ferreira de Salles. A fotografia indica em média 50 crianças de ambos os sexos, bem vestidas, calçadas (em sua maioria com meias), cabelos cortados e penteados.

Algumas vestimentas dos meninos se destacaram: bermuda escura, suspensório, blusa branca e gravatinha. As meninas com os seus vestidos claros tinham os cabelos enfeitados com laços ou penteados na forma de *Maria Chiquinha*, tudo dentro dos preceitos higiênicos.

Há na imagem três mulheres, intermediadas entre o grupo de crianças, que poderiam ser as três professoras (conforme o art. 475, do Regulamento Geral da

¹¹⁷ Conforme referência ao resumo das matrículas e exames dos Grupos Escolares da capital do ano de 1934, em que o Jardim da Infância “Visconde de Mauá” aparece como uma instituição independente. (AMAZONAS - Relatório do Interventor Federal, 1935).

Instituição Pública de 1932). Portavam vestidos da década de 1920, caracterizados pela cintura baixa, mangas, e altura abaixo dos joelhos; todas usavam chapéu e posaram para a fotografia com as mãos voltadas para trás.

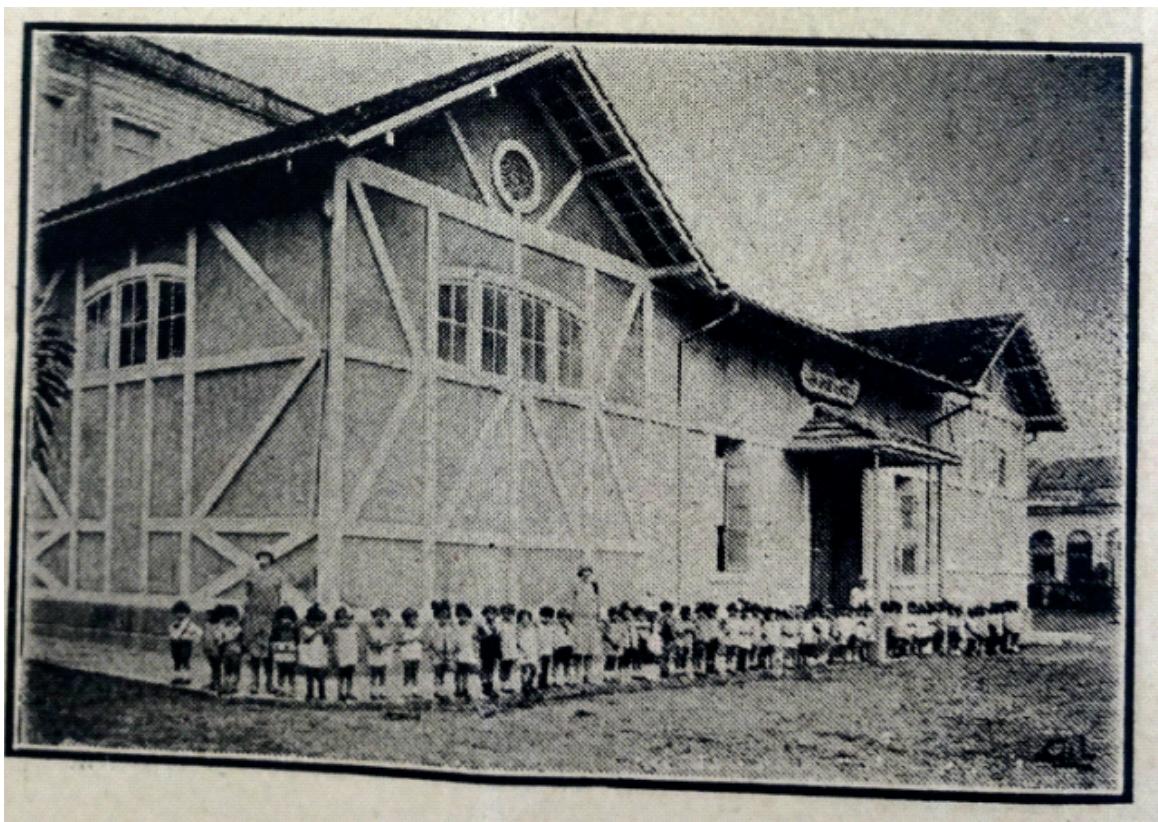


Figura 37. Jardim de Infância “Visconde de Mauá”.
Fonte: Relatório de Instrução Pública (1926-1929), 1929.

Pela fotografia, conseguiu-se identificar o prédio como o pavilhão do Gymnasio Amazonense. O posicionamento intencional da imagem demonstrou a extensão do Jardim “Visconde de Mauá”, em uma proporção semelhante à largura, ao comprimento e altura do Gymnasio Amazonense (prédio de dois pavimentos). Mas tudo parece indicar que o chalé tinha um pé direito alto, tamanha é a sua proporção em relação à altura entre as crianças, as professoras¹¹⁸.

¹¹⁸ Cabe o questionamento se o chalé foi adaptado para dois andares ou se continuou com um andar. Caso tenha sido reformado para dois andares (o que é pouco provável) talvez pudesse abrigar o jardim da infância e o curso preliminar do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, mencionados no Diário Oficial de 3 de dezembro de 1922).

A imagem apresentada no Relatório do Gymnasio Amazonense de 1899 configura-se como uma construção menor e mais simples. No entanto, o pavilhão foi adaptado, para que a sua arquitetura fosse apropriada para abrigar uma escola ao ar livre ou um grupo escolar anexo à Escola Normal. (AMAZONAS - Mensagem, 1917). Tal adaptação não foi suficiente para o atendimento do jardim de infância, pois na Mensagem de 1921, do governador do Amazonas Cesar do Rego Monteiro, havia o desconforto do pavilhão em abrigar essa escola.

No Relatório do interventor Nelson de Mello ao presidente da República Getulio Vargas, referente ao período de 1933-1934 e impresso em 1935, houve informações sobre o pavilhão do Jardim de Infância “Visconde de Mauá” e sua remodelação conjunta com o Gymnasio Amazonense: “[...] foi completamente remodelado, o pavilhão onde se acha installado o Jardim de Infancia ‘Visconde de Mauá’, situado na área externa do Gymnasio Amazonense ‘Pedro II.’” (1935, p.25). Entretanto, isso aconteceu após o Relatório do Quadriênio de 1926-1929.

Outro aspecto que talvez questione a imagem da década de 1920 foi o fato de a Mensagem de 1917, do governador do Amazonas Pedro de Alcantara Bacellar, indicasse que o pavilhão se localizava na área central do parque do Gymnasio Amazonense. Esse relato é bem próximo da imagem encontrada no Relatório da Diretoria de Instrução Pública de 1899.

A fotografia do Jardim da Infância “Visconde de Mauá”, no Relatório de Instrução de 1929, parece indicar que o chalé fora construído praticamente junto ao prédio do Gymnasio Amazonense, acompanhando a sua suntuosidade. No entanto, pode-se visualizar que entre o Gymnasio Amazonense e o chalé há um “espaço livre”, uma espécie de pátio escolar.

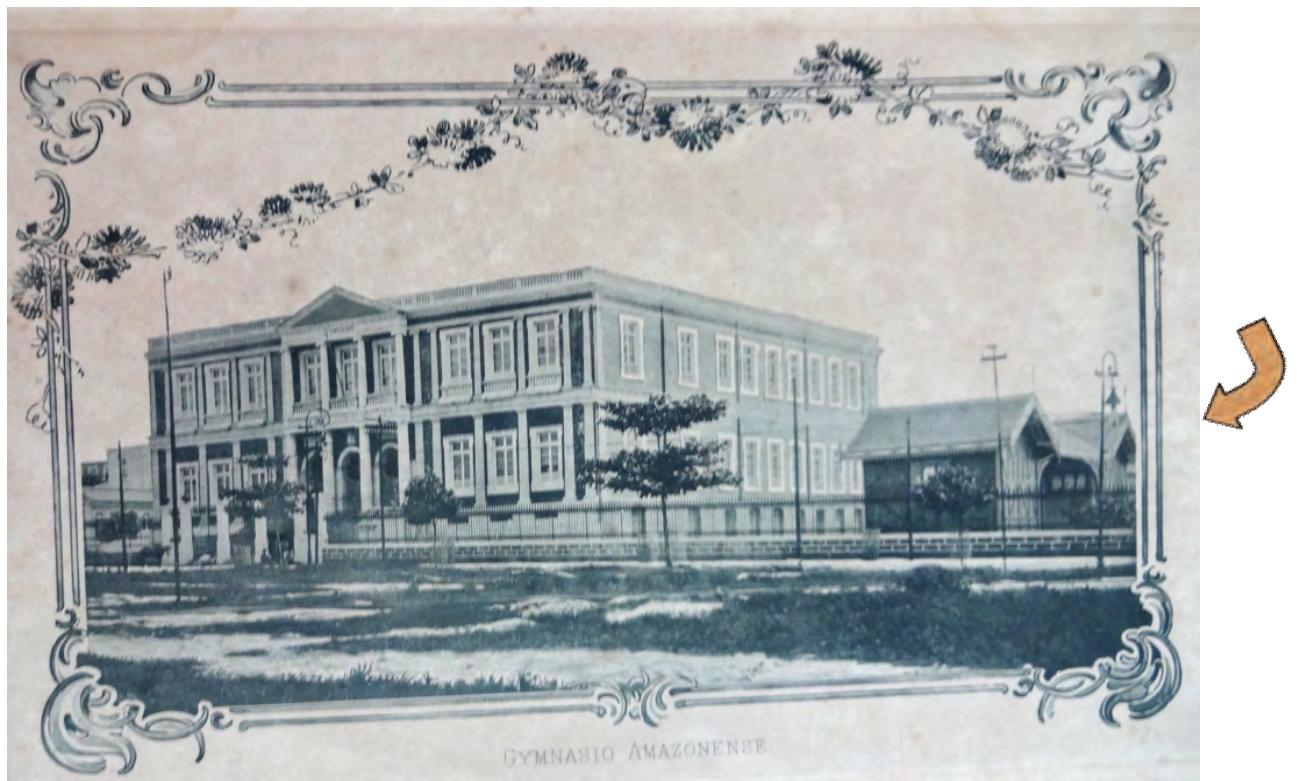


Figura 38. Chalé do Gymnasio Amazonense.

Fonte: Relatório da Diretoria da Instrução Publica, 1899.

As últimas informações sobre o jardim de infância do grupo Escolar “Barão do Rio Branco” foram encontradas na Mensagem de 1928, do presidente do estado do Amazonas Ephigenio Ferreira Salles, e na divulgação da Revista da Associação Comercial do Amazonas – ACA¹¹⁹, de 31 de outubro de 1928. Toda ilustrada, mas sem numeração de páginas, essa revista foi dedicada à gestão de Ephigenio Ferreira de Salles¹²⁰ que expôs, também na forma de Relatório da Instrução Pública (1929), os feitos da sua administração, no período de 1926-1929. O seu sucessor, governador Dorval Pires Porto, copiou as publicações realizadas no período de Ephigenio Ferreira de Salles, na Mensagem do Amazonas de 1930.

¹¹⁹ A Revista ACA foi uma forma usada pelos comerciantes de Manaus (classe patronal) para garantir a sua ideologia como estratégia política e social, se colocando como benfeiteiros da cidade e dos trabalhadores, cujos interesses de classe passavam a ser de toda a sociedade. (AVELINO, 2008).

¹²⁰ Presidente do Amazonas e renomado jornalista, seu período de mandato foi iniciado em 1926 a 1929. Renunciou o seu mandato (conforme a Mensagem de 1930) e foi eleito senador da república em 1929. “Em 1930, viu-se por motivos políticos, submetido a julgamento pela ‘Junta de Sanções’, tribunal revolucionário presidido pelo eminentíssimo homem público J.J. Seabra que, o dia do encerramento do julgamento - o primeiro, aliás, realizado por aquele tribunal de exceção, exclamou: ‘É uma honra para mim, como brasileiro, declarar a sentença absolutória de cidadão honrado e digno, como o antigo senador Ephigênio de Salles!’. (BITTENCOURT, 1973 p.205).

No Relatório de Instrução Pública (1926-1929), impresso em maio de 1929, não houve a indicação do jardim de infância, anexo ao Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”; a fotografia apresentada no relatório foi a do Jardim de Infância “Visconde de Mauá”, sem a indicação de data ou local (diferente das demais fotografias dos grupos escolares que continham as datas).

Nesse Relatório de 1929, do presidente do estado do Amazonas Ephigenio Ferreira de Salles, apresentou a fotografia do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”.



Figura 39. Grupo Escolar "Barão do Rio Branco", 1928.
Matrícula: 424. Frequência: 314. Aprovados: 238.
Fonte: Relatório de Instrução pública (1926-1929), 1929.

Com essa imagem, pode-se afirmar que a fotografia do Jardim da Infância “Visconde de Mauá” foi trabalhada antes o “clik”. O espaço ocupado pelas pessoas do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” foi suprimido (na fotografia do

Jardim da Infância “Visconde de Mauá”) pelo pavilhão do Gymnasio Amazonense, ficando praticamente colado ao prédio do Gymnasio.

O Jardim da Infância “Visconde de Mauá” continuou a existir na década de 1930, tanto que o Livro de Resenha de Professores, de 1937 a 1939, elaborado com recortes do Diário Oficial do Amazonas, no governo de Alvaro Maia, trouxe as seguintes informações sobre esse jardim.

- ✓ Na nomeação da normalista Maria Antonieta de Freitas Pinto como professora substituta durante o ano letivo (31/03/1938; 04/04/1938);
- ✓ Na folha de pagamento das escolas (04/04/1938; 10/05/1938; 06/06/1938; 08/08/1938; 06/10/1938; 07/09/1938; 06/12/1938);
- ✓ No desconto em folha de pagamento para a Associação Beneficente dos Funcionários Públicos Ativos e Inativos do Estado do Amazonas (15/03/1938);
- ✓ Na concessão de licença prêmio à zeladora do jardim, Laura da Silveira Lins e nomeação em seu lugar de Almira Pinheiro da Rocha (27/06/1938);
- ✓ No envio de cópia das atas ao Departamento de Educação e Cultura (22/11/1938); e
- ✓ Na localização do professorado da capital, das professoras do jardim: Clotilde de Araujo Pinheiro, Lastenia de Vasconcelos, Elza de Freitas Pinto e Leonor Oliveira Mata Botelho (12/01/1939).

Territorialidades demarcadas, verificou-se que o governador Ephigenio Salles esforçou-se para divulgar em sua gestão um conjunto de ações que entre elas estava: o primeiro Jardim da Infância Montessoriano “Pedro Bacellar”, do Grupo Escolar “Presidente Bernardes”. Nesse processo expôs sobre a criação do primeiro jardim de infância froebeliano de Manaus na gestão de Pedro de Alcantara Bacellar de 01/01/1917 a 01/01/1921, o que converge com a Mensagem de 1920 que indicou a criação desse jardim.

O Jardim da Infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” foi mencionado por Ephigenio Ferreira de Salles como o primeiro jardim froebeliano no estado do Amazonas, no governo de Pedro Alcantara Bacellar. Isso dentro de um contexto de inauguração da escola infantil montessoriana, o Jardim da Infância “Pedro Bacellar”.

Introduzindo no magisterio amazonense mais um melhoramento inaugurei, em abril ultimo, no Grupo "Presidente Bernardes", um novo Jardim da Infancia, baseado no methodo Montessori, para o qual o governo adquiriu o material adequado, tendo antes providenciado para estudar sua applicação no Estado de São Paulo, onde vem alcançando excellente exito. Esse Jardim, installado num amplo salão aberto para os pateos, do grupo, recebeu o nome de "Dr. Alcantara Bacellar", num preito de gratidão à memoria do saudoso governador do Estado, em cuja administração foi creada a primeira casa de ensino infantil dessa natureza, sob o sistema froebeliano, ora funcionando no grupo "Barão do Rio Branco", com cerca de 100 criancinhas. (AMAZONAS – Mensagem, 1928, p.63-64).

Talvez, por causa disso, haja no livro de Duarte (2009) essa indicação do Jardim de Infância “Visconde de Mauá”, como sendo o primeiro de Manaus, criado em 1920. Todavia, a denominação “Visconde de Mauá” só foi encontrada em 1929, no Relatório de Instrução de Ephigenio Salles (1926-1929) e posteriormente a esse. Até então o que havia era o jardim de infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, anexo à Escola Normal e localizado no Gymnasio Amazonense.

No relatório de Ephigenio Ferreira de Salles sequer constou que o Jardim da Infância “Visconde de Mauá” fora o mesmo do anexo ao Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, algo que só pôde ser relacionado com a análise das duas fotografias inseridas no relatório de 1929. Na imagem, atrás do jardim de infância, há um prédio que é o Gymnasio Amazonense, pois na lateral desse prédio, em outra fotografia, indicaram-se os alunos do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”.

Ephigenio Ferreira de Salles silenciou sobre do jardim de infância do Instituto Benjamin Constant que desde o final do século XIX funcionava em Manaus, atendendo às meninas órfãs do Estado do Amazonas. No livro “Bodas de Ouro das Filhas de S. Anna no Brasil”, de 1933, citou-se o jardim de infância

na estrutura de ensino do Instituto Benjamin Constant, que trouxe evidências do funcionamento desse jardim na década de 1930.

Verificou-se, ainda uma disputa de poderes entre o governador Ephigenio Ferreira de Salles e seu sucessor Dorval Pires Porto. Nos documentos analisados, Ephigênio Salles, antes de assumir o senado, procurou de todas as formas divulgar os seus feitos (em textos e fotografias) nas mensagens, no relatório de instrução do quadriênio de 1926-1929 e na revista da Associação Comercial do Amazonas - ACA. Por outro lado, o governador Dorval Pires Porto, na Mensagem do Amazonas de 1930, acusava cordialmente Ephigenio Ferreira de Salles de ter renunciado o mandato, e de receber das mãos do deputado e substituto legal, Franklin Washington, o governo do Amazonas em 1929¹²¹.

Das tensões ocorridas na capital Amazonense com a instalação do Estado Novo, o governador Dorval Pires Porto foi deposto após a revolta dos alunos ginásianos de 1930. Da nomeação do interventor Alvaro Maia¹²², segundo Monteiro (1996), o governo foi duro na manutenção da ordem, fechou os jornais de oposição, fortificou a disciplina nas escolas e trouxe aqueles aliados da república velha para novamente assumir cargos administrativos no poder, o que ele considerou como uma traição à mocidade viril ginásiana.

No primeiro ano do mandato, o interventor Alvaro Maia reformou o Gymnasio Amazonense, retirou de suas instalações a Escola Normal, permanecendo no prédio o Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” e o Jardim da Infância “Visconde de Mauá”.

No pavimento superior do edifício do Gymnasio Amazonense Pedro II funcionavam a Escola Normal, Escola Preparatória e Grupo Escolar Barão do Rio Branco, este com 445 alunos matriculados em suas quatorze escolas, aquela com a matrícula de 710 alunos nos seus dois cursos. O pavimento não poderia comportar tamanha aglomeração de estudantes. A sala da

¹²¹ Na Mensagem de 1929 do governador do Amazonas Ephigenio Ferreira de Salles constou a Comissão executiva do Partido Republicano no Amazonas com os seguintes membros: deputado Dorval Pires Porto, presidente; Ephigenio Ferreira de Salles, vice-presidente; senador Aristides Rocha, secretário; senador Silverio José Nery e deputado Antonio Monteiro de Souza. Se houve uma desavença entre Ephigenio Salles e Dorval Pires Porto talvez tenha ocorrido por disputas internas de poder.

¹²² Desde 20/11/1930, conforme a Exposição do Interventor publicada no Diário Oficial de 8 de julho de 1931.

directoria da Escola Normal esteve para desabar, com o apodrecimento das vigas, em bôa hora concertadas e substituidas. Para resolver o caso mandei desocupar o predio em que funcionava a Secretaria do Estado, transferida para os altos da Biblioteca Pública. E, em entendimento com a Prefeitura, consegui adaptar o predio da Secretaria, em que funcionam amplamente a Escola Normal, Escola Preparatoria e, á noite a Escola Solon de Lucena [...]; por acto nº 151, de 8 de janeiro do anno corrente extingui a Escola Modelo, reestabelecendo a escola preparatoria. (AMAZONAS – Exposição, 1931, p.3).

Em síntese, é importante ressaltar que a discussão levantada até o momento não se trata de uma oposição de interpretações; essas se constituíram frente às informações obtidas das fontes de pesquisa. Assim, a ampliação das fontes investigadas, nesse trabalho, permitiu outros direcionamentos acerca dos jardins de infância no Amazonas, na forma de trajetórias e acontecimentos que incluiu o curso infantil “Froebel”, do Instituto Benjamin Constant, a *escola ao ar livre*, e o jardim de infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, depois denominado de “Visconde de Mauá”.

3.3 O Curso Preliminar

A Assembleia Legislativa do Estado, com a Lei nº 938 de 16/10/1917, autorizou o governador Pedro Alcantara Bacellar a reformar a instrução pública, o que o fez pelo Decreto nº 1276 de 5/04/1918¹²³. Essa reforma introduziu o curso preliminar, dentro da organização do ensino primário, que substituiu o ensino mnemônico da pedagogia clássica das escolas pelo método experimental. (AMAZONAS – Mensagem, 1921). Da mesma forma, os jardins de infância, classes infantis e classes maternais foram constituídos dentro do ordenamento jurídico do ensino primário amazonense.

A Mensagem do Amazonas de 1918, do governador Pedro Alcântara Bacellar, tratou sobre a implantação do jardim da infância na estrutura do ensino primário:

¹²³ Esse é o Decreto do Regulamento Geral da Instrução Pública de 1918, da Lei 984 de 14/10/1918 e 1041 de 15/10/1919, que continuou em vigor com o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1926, junto às alterações dos Decretos nº 105 de 19/11/1925 e nº 3 de 18/01/1926.

O ensino primario integral é reorganizado em novos moldes, e assenta na fundação das verdadeiras escolas infantis - jardins da infancia.

Essa escola maternal fica sendo o intermediário, a transição do lar para a escola.

O ensino primário deverá ser dado sem artifícios e por methodos racionaes e praticos, com auxilio de apparelhos e materiaes convenientes, sem exagero de noções, nem sobrecarga de memoria, explorando e desenvolvendo o raciocinio e usando exercicios de composição e redação desde as classes mais elementares. (p.138).

A compreensão dessa reorganização da instrução pública do Estado do Amazonas passa pela análise da Lei nº 984 de 14/10/1918, no que se refere à estrutura do ensino primário e o seu início na República brasileira. Na primeira República, a competência sobre o ensino primário cabia aos estados que com essa incumbência legislaram de forma descentralizada sobre as suas estruturas de ensino, criando organizações e experiências diferenciadas; essa foi uma das fórmulas encontrada pelo regime republicano de aliar as forças dos Estados (entenda-se também das elites estatais) ao modelo federalista presidencial. (RIBEIRO, 2007; VEIGA, 2007; FERNANDES; CORREIA, 2010; TEIVE; DALLABRIDA, 2011).

A despeito do esforço de regulamentação da Reforma Benjamin Constant, o facto é que a República recém-proclamada estaria longe de estabelecer um sistema público de ensino primário em todo o território nacional. A Constituição de 1891, a primeira republicana, viria estabelecer que cada estado organizaria sua educação, assegurando que seria leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos (Parágrafo 6º do art. 76). Prevalecia a descentralização política definida com o Ato Adicional de 1834, sendo que os estados e municípios passavam a ser responsáveis pelo ensino elementar, cabendo ao governo federal cuidar do ensino superior. (FERNANDES; CORREIA, 2010, p.187).

No Amazonas, a estrutura do ensino primário se aproximava do Decreto 981 de 8/11/1890 do Distrito Federal (Rio de Janeiro), conhecida Reforma Benjamin Constant. Nesta, a Instrução Primária estava organizada em dois graus. Em escolas primárias de 1º grau para alunos de 7 a 13 anos, composta por três cursos, cada um em duas classes (1^a e 2^a classe): curso elementar, para alunos de 7 a 10 anos; curso médio para alunos de 9 a 11 anos; e curso superior, para alunos de 11 a 13 anos. As escolas primárias de 2º grau atendiam a alunos de 13 a 15 anos, organizadas em três classes (1^a, 2^a e 3^a). A similitude entre o ensino

primário amazonense talvez possa ser explicado pela organização política republicana no estado.

Quanto aos aspectos gerais da instrução pública amazonense, nos primeiros anos da República, no plano da *apropriação* das concepções, predominaram ideias positivistas, particularizadas pela defesa de uma visão científica. Os militares escalados para ocupar o cargo de governador eram formados pela Escola Militar do Rio de Janeiro, berço positivista do grupo liderado por Benjamin Constant. A meta era seguir a linha instituída para as escolas da Capital. (SOUZA, 2010, p.107).

No ensino público amazonense em 1918, o governo do estado incumbiu a gratuidade ao ensino primário integral: “Art. 1º - O Governo do Estado do Amazonas manterá serviços de instrução pública, gratuitamente, com os seguintes fins: b) - ministrar o ensino primário integral;”. (Dec. 1276/1918). A obrigatoriedade do ensino só era destinada ao ensino popular (art. 2º) que constituía o curso elementar, pertencente ao ensino primário integral (art.13).

O ensino primário integral foi estruturado, além do curso elementar, médio e superior, pelo *curso preliminar* que antecedia aos demais cursos:

Art. 12 – O ensino primário integral compreenderá:
a)– curso preliminar;
b)– curso elementar;
c)– curso medio;
d)– curso superior. (Dec. 1276/18).

Diferente do que ocorreu em São Paulo, na escola republicana até 1911, onde “[...] o curso preliminar era obrigatório para crianças de 7 a 12 anos de ambos os sexos que deveria ser ministrado em escolas preliminares regidas por normalistas ou complementaristas e suas auxiliares.” (FURTADO, 2007, p. 11). No Amazonas, o curso preliminar, em 1918, no governo de Pedro de Alcantara Bacellar, pertenceu ao ensino primário integral, como primeiro nível, seguido do curso elementar, médio e superior. A idade de matrícula das crianças era de 4 a 6 anos¹²⁴. Nessa organização, havia o ciclo fundamental (com o curso preliminar e

¹²⁴ Art. 21, do Regulamento da Instrução Pública de 1918, e art. 254, do Regulamento da Instrução Pública de 1926.

o curso elementar) e o ciclo complementar, composto pelos cursos primário médio e superior.

Art. 14 – O ensino primário integral será desdobrado em dois ciclos: o ciclo fundamental e o ciclo complementar.

Art. 15 – O *ciclo fundamental*, nos Grupos escolares, abrangerá o curso preliminar e o curso elementar; nas escolas singulares das cidades e villas e nas escolas rurais, será constituído pelo curso elementar.

Art. 16 – O *ciclo complementar* compreenderá o curso primário medio e o curso primário superior. (Dec. 1276/18).

Essa estrutura foi reafirmada nos artigos 123 e 126, do Dec. 1276/18.

Art. 123 - O ciclo fundamental do ensino primário abrange o curso preliminar e o curso elementar.

Art. 126 – O ciclo complementar compreende o curso medio e o superior.

Em São Paulo, o ensino primário foi estruturado em dois cursos: curso preliminar e curso complementar, cada um com duração de quatro anos. O primeiro destinado aos alunos de 7 a 12 anos, sendo que para adentrar no curso complementar era necessária a habilitação no curso preliminar. Em 1891, a Escola-Modelo, instituição de experimentação da Escola Normal inaugurada em 16/06/1890, foi o berço dessa organização de ensino depois transferida aos grupos escolares. (SOUZA, 1998; TEIVE; DALLABRIDA, 2011).

Não obstante a primeira reforma da instrução pública do Estado de São Paulo, promulgada em 1892, constituir-se em um plano auspicioso de mudanças no ensino público, ela não contemplou a criação das escolas graduadas. Tal reforma estabeleceu as diretrizes gerais sobre as quais passou a funcionar a instrução pública no Estado de São Paulo, nas primeiras décadas republicanas. O ensino primário passou a compreender dois cursos: o preliminar e o complementar. O curso preliminar, obrigatório para crianças de 7 a 12 anos, deveria ser ministrado em escolas preliminares regidas por professores normalistas, escolas intermédias regidas por professores habilitados, de acordo com o regulamento de 1869 e 1887, e em escolas provisórias, regidas por professores interinos examinados perante o inspetor do distrito. (SOUZA, 1998, p.43).

O curso preliminar do Amazonas foi destinado às crianças de 4 a 6 anos, como sinônimo de jardim de infância, assim como de escola maternal pelo Dec.

1276/18 e nas Mensagens de 1918 e 1919, do governador do Amazonas Pedro de Alcantara Bacellar. O art. 17 determinou o local de funcionamento do curso preliminar: “O *curso preliminar* será ministrado nas escolas maternais (jardins da infancia), mantidas nos Grupos escolares, ou isoladamente, ao ar livre, em jardins, logradouros publicos ou locaes rigorosamente apropriados.” (Dec. 1276/18).

O currículo do curso preliminar visava o contato com a natureza e servia para a criança ser exercitada:

O curso preliminar será dado no jardim da infancia e não constitue uma classe escolar propriamente dita, senão o prolongamento do lar. Para esse ensino haverá instalações apropriadas, ao ar livre e em areas ajardinadas e convenientemente sombreadas, servindo o predio apenas de abrigo das intemperies. Ali ficará a creança em contacto directo com a natureza, sendo exercitada sempre com liberdade, nos pequenos trabalhos de jardinagem com instrumentos leves adequados, na cultura das plantas e dos animaes domesticos, nos jogos, brinquedos, canticos e musica, trabalhos manuaes, desenho, etc. Os conselhos, observações, historias contadas a proposito, palestras, etc, servirão de meios para o ensino da linguagem, lições de cousas, noções de agricultura, noções de hygiene, etc. (Art. 124, do Dec. 1276 de 5/04/1918¹²⁵).

O Decreto 1276/18 instituiu o curso preliminar no Amazonas quando já existia o jardim de infância do Instituto Benjamin Constant; ainda em 1904 o jardim de infância da Escola Normal fora regulamentado, porém implantado em abril de 1920, pertencente ao Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, que era como um Grupo Modelo, anexo à Escola Normal, localizado no pavilhão do Gymnasio Amazonense e servia de aplicação para a mesma. (AMAZONAS – Mensagem 1919; 1920).

Assim, encontrou-se em 1922, no pavilhão do Gymnasio Amazonense, o funcionamento de dois cursos destinados à criança abaixo dos 7 anos: o jardim de infância e o curso preliminar. Isso pôde ser comprovado nos resultados dos exames realizados em outubro e novembro de 1922.

¹²⁵ O art. 123, do Regulamento Geral da Instrução Pública de 1926 apresenta a mesma redação.

INSTRUÇÃO PÚBLICA

EXAMES PRIMARIOS

Resultado dos exames realizados a 30 de Outubro ultimo, no grupo escolar "Barão do Rio Branco".

Escolas do Jardim da Infancia, regidas pelas professoras dd. Creusa Affonso Rebello, Eunice Serrano, Nertutila de Albuquerque Prado e Graziella Machado: -Zulmira Affonso Rebello, Mito Martins Ribeiro, Eugenia Borges Sympson, Ulisses Uchôa Bittencourt, Adaty Gomes de Castro, Carlos Frederico Araujo da Silva, Helena Perdigão, Artemis Nogueira Marques, Emmanuel da Silveira Camara, Fernanda Mendes dos Reis, Helia Barbosa, Magnolia Cantanhede, Rosalie Radô Bevílaqua, Raymundo da Costa Mendes, Octavio Coutinho, Solon Gonçalves, Ione de Almeida, Jacy Canavarro, Marilda Pereira de Barros, Virgílio Guerrero de Moura, Aloysio Alberto Fernandes, Aristartes Leite, Domingos Theophilo Carvalho Leal, Maria de Sá, Evaristo Meirelles Pacú, Léa Alencar, Adelia Omena de Faria, Jorgina Britto Inglez Bonates, Almira Neves, Helena Maria de Almeida, Maria Celeste Vieira, Manoel Ramos, Zelia de Souza Martins e Nizia de Souza Netto, aprovados. Idem a 31 de Outubro ultimo.

Escola do curso preliminar, regida pela professora d. Alitta de Souza Coelho: -Maria Arminda Mourão, Irene Coutinho, Francisca Botinelly, Nair Mendes Torres, Maria Anselma Lessa, Beatriz de Barros, Olenka Chauvin, Attila Sayol de Sá Peixoto, Arlette Pinho, Arinda Nogueira Espindola, Acesio Gadelha e Iracema Botinelly, aprovados com distinção e louvor; Lelia Martins Ribeiro, Maria Philomena Belfort, Dyson Marques Braga, Zilda Azevedo, Neide Netto, Maria de Nazareth Thury, Antonio de Freitas, Odineia Dias Rego e Dina Benaion, idem, com distinção, grão 10; Azilda Azevedo, Alice Alves de Souza, Dirce Guimarães e Zulmira Andrade, idem, plenamente, grão 9. Faltaram tres.

Idem, a 10 de Novembro corrente, no mesmo grupo. (AMAZONAS - Diário Official, 3 de Dezembro, 1922, p.94896. Grifos nossos).

No jardim de infância, constavam quatro escolas regidas pelas professoras Creusa Affonso Rebello, Eunice Serrano, Nertutila de Albuquerque Prado e Graziella Machado, com 34 crianças aprovadas. No curso preliminar, havia uma escola regida pela professora Alitta de Souza Coelho, com 28 alunos, sendo que 03 faltaram ao exame. Percebeu-se que diferente do jardim de infância, as crianças examinadas no curso preliminar foram classificadas conforme as escalas de mensuração: aprovados com distinção e louvor; aprovados com distinção –

grau 10; e aprovados plenamente – grau 9. O total de crianças, incluindo as faltantes foi de 62¹²⁶.

O Regulamento Geral da Instrução Pública de 1918 e, em seguida, o de 1926 designava que o curso preliminar seria ministrado no jardim de infância, às crianças de 4 a 6 anos: “Art. 21 - O curso preliminar, dado no jardim da infância ás creanças de 4 a 6 annos, é destinado á ministrar o ensino verdadeiramente maternal, preparando a creança para a escola propriamente dita.” (AMAZONAS - Regulamento Geral da Instrucção Publica, 1918 e 1926)¹²⁷.

Isso parece indicar que tanto o curso preliminar quanto o jardim de infância funcionaram no pavilhão do Gymnasio Amazonense, pois nesse contexto o jardim de infância passa a aparecer como nível pré-escolar e deixa de ser concebido como local de ensino. O artigo 21 também expôs a finalidade do curso preliminar de preparar a criança para a escola propriamente dita, ou seja, para o 1º ano curso elementar que era oferecido em três anos.

Art. 125 – O curso elementar (instrucção popular), dado em tres annos, comprehende o ensino de linguagem, leitura, calligraphia, arithmetic, geometria, geographia, historia do Brasil, desenho, noções de sciencias physicas e naturaes, noções fundamentaes de agricultura practica, noções rudimentares de hygiene, canto choral e gymnastica pedagogica.

Paragrapho 1º - O ensino, será dado de modo exclusivamente pratico, devendo ser ministradas as noções de sciencias sob a forma de lições de cousas e factos.

Paragrapho 2º - As materias terão o desenvolvimento seriado e progressivo, do primeiro ao terceiro anno desse curso.

Entre o curso preliminar e o jardim de infância, ambos localizados no pavilhão do Gymnasio Amazonense, problematiza-se se o ensino era oferecido com a mesma proporção pedagógica, ou seja, dentro de uma mesma didática, com os mesmos materiais, conteúdos de ensino e exercícios. O que se tem certeza é que esses dois cursos tinham formas de exames diferenciados, pelo

¹²⁶ Um valor bem aproximado da imagem fotográfica impressa do Jardim de Infância “Visconde de Mauá”, no Relatório de Instrução do governo Ephigenio Salles (1926-1929), 1929, localizado no pavilhão do Gymnasio Amazonense.

¹²⁷ O Regulamento Geral da Instrução pública de 1926 foi uma reedição do regulamento de 1918, com pequenas alterações referentes à criação da escola modelo e preparatória; não houve alterações no que se refere à educação infantil (curso preliminar e jardim da infância).

menos no que se refere à mensuração, sendo apresentados como sinônimos pelo Dec. 1276/18.

Na análise sobre os artigos do Decreto 1276/18, por fim verificou-se que a denominação *jardim* foi utilizada tanto para indicar um nível de ensino quanto um espaço institucional. Os artigos desse decreto que determinaram essa concepção, além dos já citados, foram:

Art. 164 - Só serão admitidas escolas singulares na capital, quando funcionarem ao ar livre, em praças, jardins e logradouros publicos, e forem destinadas principalmente ás classes infantis ou maternas.

Art. 165 - As classes infantis ou maternas dos Grupos escolares poderão ser levadas diariamente aos jardins para ahi serem leccionadas. (AMAZONAS – Regulamento Geral de Instrução Publica, 1918).

As características do Regulamento de 1918 e 1926 foram identificadas nos Programas do Ensino Primário, adotados pelo Conselho Superior de Instrução Pública, de 7 de fevereiro de 1930, e aplicado nas escolas do Amazonas, porém com os seus espaços bem delimitados referentes ao ensino anterior ao nível elementar: jardim de infância e curso preliminar, diferenciando-se, assim, da normatização de 1918 e 1926¹²⁸.

Os Programas do Ensino Primário de 1930 do Amazonas foram extraídos dos Programas para os Jardins de Infância do Distrito Federal de 1929. O seu conteúdo fundamentou-se no positivismo, na educação utilitária para a vida e o trabalho, na psicologia experimental, e na escola ativa pelo método Decroly. Na análise da introdução dos programas de ensino (1930) verificou-se a intencionalidade de formar uma geração que não aceitasse pacificamente os ditames de regimes totalitários, frente às repercuções do pós I Guerra Mundial. Essa educação teria que formar gerações mais propensas a aceitar os hábitos e a cultura dos “países cultos”, como meta a ser atingida pelos povos não desenvolvidos.

¹²⁸ Os governadores correspondentes foram: 1918 – Pedro de Alcantara Bacellar; 1926 – presidente do estado Ephigenio Ferreira de Salles; e 1930 – Dorval Pires Porto.

Sociedade alguma pode, hoje, viver isolada.

As relações de commercio, as necesidades industriaes, desenvolvidas pelos transportes commodo, rapidos e baratos, amplificaram o convivio da humanidade, modificaram habitos sedentarios, formularam novas bases para o direito internacional, augmentando a sympathia e a confiança entre todos os povos.

As invenções, os aperfeiçoamentos constantes, a evolução scientifica, assegurando maiores prestigios a todas as artes, teriam de crear, como crearam, um sentido novo, uma grande elevação na mentalidade dessa gente.

Jamais foi tão eloquente o lemma positivista: "O homem se agita e a Humanidade o conduz". [...]

No mundo inteiro, maximé depois da Grande Guerra, renovou-se a maneira de viver, adotou-se uma outra orientação para a actividade mental. [...]

A escola do passado foi magnifica, opportuna, satisfactoria para a época em que floresceu. Hoje, é planta cuja seiva se exgottou, incapaz de fructificar. Está apenas na historia da Pedagogia, dando logar á **escola activa**, na qual a criança, mais em contacto com as realidades da vida prepara seu animo, disciplina sua vontade, enriquece a intelligencia de conhecimento mais aproveitaveis, robustece seus musculos, torna mais agil e efficiente sua actuação, etc. (p.3-4).

A psicologia experimental daria à Didática as bases de uma educação de carácter utilitário que começaria desde cedo. Ao professor caberia "lapidar" a criança e direcioná-la para o trabalho, de acordo com a sua "tendência profissional", aprendendo a trabalhar em grupo.

A didactica funda-se na Psychologia Experimental, porque a criança é um problema bastante serio e complexo. Não tem grande importancia, senão material, o erro do artista inexperiente que facetou, sem pericia, a pedra preciosa que lhe confiaram. O professor, lapidario de espíritos e corações, é um criminoso que **estraga** a obra mais delicada que existe: o preparo do individuo para ser um valor, de capacidade e de trabalho, no meio a que se destina.[...]

A **escola activa**, fundada no methodo Decroly e universalizada hoje nos paizes mais adiantados do Novo e do Velho Mundo, quer que o estudante "aprenda fazendo e vendo fazer", para cujo fim deve observar, reflectir e executar. Esse preceito pedagogico gerou os **centros de interesses**, para despertar o estímulo, o espírito de cooperação e a responsabilidade na feitura da obra collectiva. Com que orgulho e desvanecimento os escolares, mostrando um seu trabalho concluido, dizem os demais: "Isto, fomos nós que fizemos".

Na escola em apreço, observa-se a tendencia profissional de cada estudante, afim de encaminhal-o no rumo do pendor que manifesta, permitindo que se detenha, de preferencia, no genero

de actividade escolar de sua predilecção. (AMAZONAS – Programas do Ensino Primário, 1930, p.4-5).

Apesar das escolas amazonenses não estarem aparelhadas para o ensino prático em oficinas, como as escolas da Alemanha, Áustria, França e Itália, o professor do Amazonas deveria usar o meio natural como material pedagógico. Mesmo porque o mais importante no ensino estava em o professor formar mentes para o labor, em defesa da Pátria e da família:

Desperte-se na criança a curiosidade de conhecer o meio natural e social em que vive, com o interesse de aproveitá-lo e servil-o; enriqueça-se sua inteligência com ensinamentos utilizáveis e que lhe dêm facilidades na compreensão das causas e dos factos; desperte-se-lhe o amor das iniciativa e o empenho das realizações, pela constância da obra em execução; lance-se, na sua dignidade, o zelo dos sentimentos mais elevados, pela Pátria, pela sociedade, pela família e pelo cumprimento exacto dos seus deveres; dê-se-lhe, no apêgo ao trabalho proficiente e honesto, a consciência do seu prestígio social, a independência da sua personalidade e, com isto, o horror de viver como um parasita, e ter-se-á dado à escola moderna o sentido verdadeiramente humano, social e patriótico, que deve ter, em face dos novos rumos que o Amazonas está abrindo para o futuro. (AMAZONAS – Programas do Ensino Primário, 1930, p.6).

Os jardins de infância e os cursos preliminares nos Programas de ensino de 1930, não aparecem como sinônimos; pertenceram ao ensino primário, anteriores ao 1º ano do ensino elementar e possuíram especificidades tanto no critério de idade, como de metodologia ou didática, nos conteúdos de ensino e nos papéis ditos à jardineira ou mestra (jardim de infância) e ao professor ou mestre (curso preliminar). Essa relação de gênero contida nos programas pode indicar que o jardim de infância de 1930 voltava-se mais para a relação maternal da professora em relação à criança, enquanto que no curso preliminar havia uma preparação para o 1º ano do ensino elementar, voltado para alfabetização da criança.

Em relação à idade, os jardins de infância foram direcionados à criança de 3 a 7 anos enquanto que no curso preliminar a faixa etária foi de 6 a 8 anos. Isso poderia significar que a criança ao sair do jardim poderia adentrar no curso

preliminar, pois o programa do jardim de infância era como se fosse uma fase preparatória para a alfabetização.

Os programas destinados aos jardins de infância assemelharam-se, em parte, com o art. 124, do Regulamento Geral de Instrução Pública de 1918 e 1926. De cultivo ao exercício pela disciplina do trabalho em grupo, na forma de ateliês, dentro dos preceitos higiênicos, visando à organização e ao asseio no trabalho, onde as crianças, concebidas como serem incompletos em formação, deveriam experimentar o mundo e adquirir os valores sociais, sob a orientação da professora ou mestra do jardim (jardineira).

Os alumnos do Jardim têm mais de tres e menos de sete annos de idade: são seres em formação, organismos incompletos a requererem incessantemente tanto o movimento que exercita as facultades physicas, como as noções que satisfazem as necesidades intellectuaes e affectivas. A verdadeira missão da jardineira, portanto, é a de preparar cuidadosamente o ambiente onde a criança se possa educar com a maxima liberdade em todas as manifestações espontaneas; onde encontre os estimulantes proprios a exercitar-lhes os sentidos, onde seja encaminhada discretamente, de modo que o esforço dispendido em sua auto-educação não se torne demasiado, improfícuo; onde desenvolva as pernas, os braços, a voz, ao mesmo tempo que se habitue a ver, ouvir, manusear, imitar, crear, perguntar, responder, através de numerosos entretenimentos adquirindo, assim, costumes e curiosidades intellectuaes, mais tarde base do programma de ensino primario; onde se aprenda a viver em sociedade, a amar os paes, os mestres, os collegas; onde desenvolva, em summa, o gosto e o espirito de observação. (AMAZONAS – Programas do Ensino Primario, 1930, p.51)

No curso preliminar houve a especificidade compartimentada na forma das matérias estudadas: leitura e escrita, geografia, desenho, aritmética, ciências físicas e naturais, educação moral e cívica, educação física, educação higiênica e trabalhos manuais. A maior parte do programa foi composta pelo processo de alfabetização, onde o aprendizado da leitura e da escrita estava fortemente marcado, na forma de orientação pedagógica ao professor que incluía o método a ser aplicado (analítico), o processo (sentenciação), as classificações das crianças em níveis (A, B e C), o ensino da escrita simultâneo ao da leitura e as formas de manuseio e asseio junto à escrita.

Entre as matérias do curso preliminar, no programa de ensino de 1930, a leitura e a escrita foram as únicas que expuseram os objetivos a serem alcançados pelas crianças ao fim do ano letivo e trouxeram os conhecimentos na matéria de desenho para a forma da escrita:

As crianças do curso preliminar, ao fim do anno lectivo, devem saber assignar bem seus nomes e copiar pequenos translados ou trechos das suas lições da cartilha, observando sempre as seguintes normas:

- “a) segurar levemente a caneta com os dedos pollegar, indicador e medio, a sufficiente distancia da extremidade da penna, cujas duas pontas devem tocar igualmente o papel;
- b) usar canetas leves, de comprimento e grossura de um lapis commun;
- c) não calçar a penna sobre o papel para fazer letra fina;
- d) não levantar antes de finalizar a palavra, que deve ser traçada como um todo;
- e) traçar o corpo da letra de tamanho tal que preencha o espaço entre as duas linhas, destinado a escripta das maiusculas sem haste;
- f) fazer subir o papel a medida em que forem escriptas linhas sucessivas, para evitar que os braços se desviam da sua posição normal;
- g) não tocar a carteira com o punho, apoiado as mãos sobre os dedos annular e minimo, ligeiramente arqueados;
- h) manter-se em bôa posição – tronco aprumado; o peito de frente para a carteira, sem tocal-la; ante-braço sobre ella descansando e os pés, á frente do banco, bem assentados.

Quanto á posição do caderno, deverá conservar a margem inferior parallela ao rebordo da carteira, si a inclinação desta permitir que o alumno enxergue o que escreve sem curvar o tronco e abaixar a cabeça; no caso contrario, é preferivel que incline o caderno ligeiramente para a esquerda.” (AMAZONAS – Programas do Ensino Primario, 1930, p.69).

No jardim de infância todo o trabalho da jardineira devia basear-se nas fases da criança, primeiro pelo conhecimento do mundo físico, seguido do mundo motor e intelectual, onde toda a atividade concreta seria o passo consequente para as atividades abstratas, onde o programa incluía jogos motores, exercícios ao ar livre, de ginástica da linguagem, expressão concreta e abstrata, historietas, todos organizados em temas ou assuntos que deveriam ser associados à linguagem, aritmética e noções de economia. (AMAZONAS – Programas do Ensino Primario, 1930).

Os animais domésticos, o corpo, plantas, ar, água, sal e pedras mais conhecidas eram os conteúdos junto ao local de residência das crianças, caminho para a escola, dias de festa na família, componentes da família, comparação de alimentos e vestimentas de adultos e recém-nascidos, tipos de casa, ruas (cidades, arrabaldes e roças) e veículos. As histórias deveriam ter conteúdo moral, evitando-se partes que pudessem entristecer as crianças. (AMAZONAS – Programas do Ensino Primário, 1930).

As diferenças entre o jardim de infância e o curso preliminar marcam as correspondências esperadas dos adultos em relação às crianças, como a organização das instituições infantis no Amazonas. Assim, nos documentos¹²⁹ analisados foram encontrados os jardins de infância e os cursos preliminares, que pelo Regulamento Geral da Instrução Pública de 1918 e 1926 foram concebidos como sinônimos, mas diferenciados pelos Programas de ensino de 1930 e pelo Regulamento Geral da Instrução Pública de 1932.

Nos Programas do Ensino Primário de 1932, o jardim de infância e o curso preliminar não foram incluídos como nos Programas de ensino de 1930. No entanto, na Introdução aos programas do ensino primário para 1932 repetiu-se o conteúdo sobre a “escola atual” exposto nos Programas de ensino de 1930.

Nos Planos-Programas e Indicações do Ensino Pré-Primário e Primário do Amazonas de 1934, o curso preliminar não foi citado, pois prevaleceu a organização por *escolas infantis* fundamentadas em Froebel, Montessori e Decroly, denominadas de: Jardim da Infância (Escola Froebeliana); Escola Montessoriana; e Escola Infantil de Método Combinado. Nesse documento não foi possível identificar a origem de seu conteúdo, ou seja, se foi extraído e usado como modelo da capital federal do país, como os planos e programas de 1930, ou se foi uma adaptação pelas diretrizes estabelecidas pela capital federal, pois o documento estava incompleto, faltando-lhe as últimas folhas.

¹²⁹ Os documentos foram as Mensagens governamentais do Amazonas, regulamentos de instrução pública e os regulamentos do Instituto Benjamin Constant.

3.4 Cursos Infantis no Interior do Amazonas

O curso preliminar aconteceu tanto na capital quanto no interior do Amazonas; o que pôde ser verificado pelo número de alunos aprovados nos exames, conforme a Mensagem de 1923, do governador do Amazonas Cesar do Rego Monteiro (QUADRO 31, p. 288). No interior, apenas 15 escolas foram representadas nos exames. Na capital, as aprovações por escolas variaram entre 56 a 195 alunos aprovados. (QUADRO 32, p. 288).

A partir da relação entre o número de aprovados nos exames da capital, por curso, com os aprovados por escolas, provavelmente o curso preliminar esteve presente em outros grupos escolares, além dos grupos “Barão do Rio Branco”, “Antonio Bittencourt”, e “Instituto Benjamin Constant”¹³⁰.

Na Mensagem do Amazonas de 14/07/1924, do governador Turiano Meira, o curso preliminar foi encontrado na relação dos alunos que prestaram exame, tanto em Manaus quanto no interior do estado:

No anno findo matricularam-se nos 9 grupos 15 escolas da Capital 2.941 alumnos. A frequencia media annual attingiu a 1.512. Foram examinados 1.109 alumnos, assim distribuidos:

Curso Preliminar	365
1º anno curso elementar.....	288
2º anno curso elementar	212
3º anno curso elementar.....	169
Curso medio	75
Total.....	1.109

No mesmo periodo, nas 29 escolas do interior, que enviaram a matricula, foram registrados 1.099 alumnos, com uma frequencia media annual de 606. Foram submetidos a exame em 14 escolas apenas 142 alumnos, como segue:

Curso preliminar	22
1º anno curso elementar	58
2º anno curso elementar	34
3º anno curso elementar	23
Curso medio	5
Total	142

(AMAZONAS – Mensagem, 1924, p. 66-67).

¹³⁰ Essas instituições respectivamente abrigaram o Jardim de infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” (depois denominado de Jardim de Infância “Visconde de Mauá”), a *escola ao ar livre*, e o Curso Infantil “Froebel”.

As informações quantitativas sobre o número de alunos examinados na Mensagem do Amazonas de 1924, do governador Turiano Meira, evidenciaram que em relação à Capital havia mais alunos examinados no curso preliminar do que nos demais anos do curso elementar e médio. Essa relação, porém, não foi a mesma em se tratando da realidade do interior, onde no curso preliminar foram examinados 22 alunos, representando o quarto lugar de frequência.

Apesar da Mensagem de 1930, do governador do Amazonas Dorval Pires Porto, não apresentar informações sobre a educação infantil no Amazonas, na estatística demonstrada na Mensagem de 1929, do presidente do estado do Amazonas Ephigenio Ferreira de Salles, sobre os números de matriculados em 1928, não se separou as categorias capital e interior. (QUADRO 33, p. 289).

Quanto aos números de matriculados, verificou-se que havia mais alunos no curso preliminar e jardim da infância do que em todo o curso elementar; o mesmo aconteceu em relação ao curso médio, cuja matrícula foi de 461, e ao curso complementar da Escola Modelo, com matrícula de 175 alunos.

Ainda, no livro de resenha de professores, formado por recortes do Diário Oficial do estado do Amazonas de 1938, do governo de Alvaro Maia, atestou o envio de atas de escolas do interior; entre elas, a de um Jardim da Infância da Costa do Atapapá.

EXPEDIENTE DO DIA 22/11/1938 – DESPACHOS DE OFICIOS

Das professoras das escolas Igarapé do Fuxico, Lago do Jauarí, Lago do Macuraní, Telheiro, Paraná da Terra Nova Km 14 da Estrada do Cambixe, Jardim da Infancia da Costa do Atapapá, Lago do Comprido, Ambrosio Aires e noturna Carneiro Ribeiro, enviando a copia das átas realizadas nas referidas escolas.

Tendo como referência a localidade informada do jardim da Infância da Costa do Atapapá, buscaram-se informações acerca dessa área. Contudo, não se identificou, no estado do Amazonas, a localidade da Costa do Atapapá; encontrou-se a Costa do Arapapá, uma área de várzea, pertencente ao município de Manacapuru e localizada no Rio Solimões. Talvez seja essa a localização do

jardim de infância mencionado no Diário Oficial do Amazonas de 1938 e por erro de impressão trocou-se o *t* pelo *r*.

Outros indícios foram verificados. O primeiro, no Regulamento Geral da Instrução Pública, de 1909 (anexo nº1), que trouxe a listagem de 151 escolas do interior, classificadas por: sede e atendimento (escola masculina, feminina ou mista): a sexta escola localizava-se na sede de Arapapá, e era uma escola mista. O segundo, no Regulamento Geral de Instrução Pública de 1914, que trouxe a lista das cadeiras primárias do Amazonas, segundo as categorias (primeira, segunda e terceira)¹³¹: Arapapá era a 7^a escola de ensino misto, de 3^a categoria.

A Costa do Arapapá é uma localidade, caracterizada pelo fenômeno das terras caídas, formada por muitos sítios, pertencente a uma área rica quanto à diversidade econômica, a exemplo do pescado, do cultivo nas terras férteis e da criação de animais em seus campos apropriados. Tem na sua história a captura e salga de peixe-boi e pirarucu, além da larga produção consorciada de seringa e cacau. Na memória do Sr. Altacir Souza (80 anos), ribeirinho que chegou ao Arapapá no início de 1930, tais cultivos ainda eram produzidos e comercializados. (MARCOY, 1995; CRUZ, 2007).

A Costa do Arapapá tem as características da possibilidade de existência de um jardim de infância, na década de 1930, pela sua história econômica, por estar próxima a Manaus e pela sua densidade demográfica.

Do jardim de infância da Costa do Arapapá aos cursos preliminares no interior do Amazonas, pode-se indicar que a educação infantil, anterior ao curso elementar, fez-se presente nas escolas das cidades e das comunidades interioranas. Não se sabe precisamente como essa educação se procedeu, porém têm-se as indicações de um campo de pesquisa vasto ainda a ser explorado na história da educação amazonense.

¹³¹ A de 1^a categoria: as escolas “[...] da capital e suburbios, com excepção das colonias João Alfredo e Campos Salles, que são consideradas de 2^a”. (AMAZONAS – Regulamento Geral da Instrucción Publica, 1914, p.70). As de 2^a, eram as escolas das cidades e vilas e as de 3^a categoria eram as escolas dos povoados.

3.5 A Escola ao ar livre em Manaus

Na realidade amazonense, a *escola ao ar livre*, foi destinada ao ensino infantil das crianças pobres e suburbanas do bairro do Mocó. Por mais que hoje seja uma das áreas mais privilegiadas de Manaus, com o bairro Nossa Senhora das Graças, Adrianópolis e o Boulevard Álvaro Maia¹³², em 1919 o bairro do Mocó constituiu-se na periferia manauense, associado às peculiaridades da floresta amazônica, de temperaturas altas e áreas sujeitas a endemias, como a malária.

Contradictoriamente, a Vila Municipal (inaugurada em 01/01/1912), no bairro do Mocó, foi um projeto da municipalidade manauense do final do século XIX para início do século XX que teve a pretensão de abrigar a elite da cidade com um projeto urbanístico, aprovado pela Lei Municipal nº 218 de 30/05/1901, na administração do prefeito Arthur Araujo¹³³, com as ruas denominadas conforme as capitais dos estados nordestinos, arborizadas, de traçados largos, com distribuição de água, iluminação elétrica (22/12/1911) e a linha de bondes – Vila Municipal no governo de Pedro de Alcantara Bacellar e prefeito Antonio Ayres de Almeida Freitas. (MENDONÇA, 2001-2004).

O esforço urbanístico do governo em benefício da capital parecia ter se esgotado com Eduardo Ribeiro. Manaus limitava-se ao Norte pelo Boulevard Amazonas (agora de Álvaro Maia) e o cemitério de São João Batista. A instalação da Vila Municipal visava expandir a cidade, convertendo aquele “espaço ermo e despovoado em um logradouro”, aprazível, dotado de moradias de elevado conforto e de bela aparência, e mais, dotado de infra-estrutura básica adequada a *belle époque* manauara. Nesse sentido, a Lei n.º 239, de 30 de novembro de 1901, regula a construção das residências. O obstáculo crucial, porém, constituía-se em atrair para acolá residentes endinheirados, para superá-los, primeiramente foram realizados o arruamento e o traçado das ruas pelo engenheiro Lopo Gonçalves Bastos Neto, secundado pelo colega Antônio Paiva e Melo. Seguidamente, por deliberação da Lei n.º 243, de 12 de dezembro de 1901, foram nomeadas as ruas e as avenidas, todas homenageando capitais nordestinas. (MENDONÇA, 2001-2004, p.1).

¹³² O bairro do Mocó e a sua correlação com atuais bairros de Manaus só foi possível devido a um rastreamento por meio dos nomes das praças citadas na Mensagem de 1919, mais o auxílio de Duarte (2009), combinado com as imagens via Google Maps.

¹³³ Em 1901, o Amazonas tinha como governador Silverio José Nery. Em 1911, o governador era o Cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt. O governo de Pedro Alcantara Bacellas foi de 01/01/1917 a 01/01/1921. As Mensagens produzidas em sua administração datam de: 10/07/1917; 10/07/1918; 10/07/1919; e 10/07/1920.

Os incentivos municipais fizeram parte do bairro do Mocó em que os terrenos foram aforados para os amigos dos governantes. Entretanto, os esforços para atrair a elite foram em vão e uma das poucas residências construídas foi a do *Castelinho*, à Rua São Luiz, do prefeito Adolpho Lisboa, na sua terceira administração de 1905 a 1907.¹³⁴ (MENDONÇA, 2001-2004).

O bairro do Mocó, com o reservatório de água de Manaus, conhecido como reservatório do Mocó, ao lado do cemitério São João Batista, foi o local de hospedagem de Euclides da Cunha quando chegou ao Amazonas no fim do ano de 1904, onde teve como anfitrião o seu amigo da Academia Militar da Praia Vermelha, Alberto Rangel.

Rangel, depois que Euclides se libertou dos cumprimentos de bôas vindas de seus admiradores e amigos, levou o seu velho camarada para hospedar-se em seu alpendrado chalé, o “Vila Glicínia”, perto do reservatório do Mocó, lugar ermo, silencioso e fresco, perto da mata virgem. [...] A temperatura estival, muito elevada, o irrita. Também os mosquitos “carapanãs” [...] E a febre o assalta por fim, escaldante, com tremores, delírios e visões estranhas. (LEÃO, 1966, p. 32-33).



Figura 40. Reservatório de água do Mocó.

Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.

¹³⁴ Roberto Mendonça indicou que o bairro do Mocó tornou-se elitizado nas décadas de 1970-80 denominado de Adrianópolis. (2001-2004).

Edinea Mascarenhas Dias (2007) explicitou que a criação de bairros periféricos ocorreu sem qualquer infraestrutura e foi uma forma de sobrevivência, dos trabalhadores e dos pobres, empurrados do centro para o subúrbio de Manaus, destoando da *belle époque* manauara.

Os bairros de São Raimundo, Constantinópolis (Educandos), Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha, Mocó e Tocos, este o mais próximo da cidade, mas nem por isso isento de problemas, foram as alternativas da população pobre; os novos bairros que surgem diferenciam-se do “fausto” da cidade, não só pelo aspecto do terreno, pela forma de arruamento, fachadas das casas, pela distância em relação ao porto, às grandes casas comerciais (importadoras-exportadoras), ao mercado, aos hospitais, aos bancos, aos teatros, cinemas, etc., mas também pela distribuição desigual dos serviços urbanos. Esse era o lugar dos trabalhadores na nova cidade. (DIAS, 2007, p.124).

Em relação ao bairro do Mocó, ao que parece, houve uma intencionalidade municipal de tornar a área habitável para a elite manauense no início do século XX, com toda uma infraestrutura nos padrões da modernidade. No entanto, apesar dos terrenos serem concedidos pela prefeitura à elite de Manaus, não houve a ocupação esperada; talvez por conta da insalubridade do local e, mais adiante do *débâcle* gomífero. O espaço planejado para a elite tornou-se o subúrbio com as características de urbanização¹³⁵, ou seja, amplas avenidas, praças arborizadas, reservatório de água, eletrificação pública e linha de bonde.

Assim, em Manaus, as áreas mais pobres foram divididas em subúrbios, compondo três distritos (Cachoeira Grande, Cachoeirinha e Mocó). Os quadros de assistência pública de julho e agosto de 1909 apresentaram uma variação entre os doentes medicados de 748 (Mocó), 672 (Cachoeirinha) e 809 (Cachoeira Grande), junto à quantidade de menores, a naturalidade, a dieta alimentar fornecida pelo Estado e a mortandade desses distritos. Para o bairro do Mocó, as informações constam no Quadro 34.

Diferente do bairro dos Remédios, o contingente populacional infantil do bairro do Mocó era expressivo, assim como a frequência em suas escolas isoladas. O governador Pedro de Alcantara Bacellar espantou-se com a situação

¹³⁵ Até hoje o que foi o bairro do Mocó tem as contradições de sua implantação, abrigando parte da elite e dos pobres de Manaus.

da escola “Barão de Ladario”, localizada na praça São João – Mocó, em uma de suas visitas.

[...] escolas havia, como a "Barão de Ladario", á praça de São João, no bairro do Mocó, a qual offerecia uma excessiva frequencia de alumnos, em numero de 67, por accasião de uma visita que lhe fiz. Esses alumnos, em numero tão avultado, estavam accumulados numa sala acanhada e imprópria, acimentada e sem forro de tecto, e todos entregues ao encargo forçado e exorbitante de uma unica Professora, que adoptara o alvitre de ir despachando os alumnos á medida que fossem leccionados, para admitir outros que viessem ocupar as vagas daquelles. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.204-205).

Com a justificativa da precariedade encontrada no bairro do Mocó, a *escola ao ar livre* foi instalada em 24 de maio de 1919, em Manaus, dentro de uma política de reorganização das escolas isoladas da Vila Municipal e de reestruturação do Grupo Escolar “Antonio Bittencourt.” (AMAZONAS – Mensagem, 1919).

O Grupo Escolar “Antonio Bittencourt” teve o seu endereço alterado do bairro dos Remédios (próximo ao Centro da cidade) para o bairro do Mocó, na Vila Municipal, em um prédio com quatro salas, devido à baixa frequência de alunos e à proximidade com o Grupo Escolar “Silverio Nery”.

Com a criação desses quatro grupos escolares procurou-se transferir um que se achava impróprioamente installado – o “Antonio Bittencourt”, a cem passos talvez do “Silverio Nery”, e localizados ambos no bairro dos Remedios, cuja população escolar é reduzida, em relação ás de outras zonas da cidade. Ao passo que esses dois grupos escolares, na vizinhança um do outro, se faziam concorrência, com minguada matrícula e deficienteíssima frequência. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.204).

O governador do Amazonas mudou, pela segunda vez, o local do Grupo Escolar “Antonio Bittencourt” para um prédio que atendia às exigências da higiene, onde a escola “General Pinheiro Machado” foi anexada:

Com a aquisição de outro predio, mais amplo e hygienico, e dispondo de magnifica área em roda, convenientemente tratada e ajardinada, á pequena distancia do primeiro, foi para aquelle mudado o grupo “Antonio Bittencourt”, sendo-lhe anexada mais

uma escola isolada, que lhe ficava proxima, a escola “General Pinheiro Machado.” (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.205).

Assim, a reestruturação foi realizada com o agrupamento das escolas isoladas da Vila Municipal e a criação de quatro grupos escolares, sendo que um desses foi instalado próximo à Praça Silverio Nery¹³⁶. Foram, ainda, anexadas as escolas “Barão de Ladario” e “General Pinheiro Machado” ao Grupo Escolar “Antonio Bittencourt”.

Com esta ultima organização e instalação mais conveniente, attingiu o grupo “Antonio Bittencourt” a um pé de prosperidade evidente, tornando-se um centro de utilidade real para aquella população infantil suburbana, que frequenta, assiduamente, numa media de 160 alunos. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.205-206).

A imagem que se conseguiu do Grupo Escolar “Antonio Bittencourt” foi uma fotografia no Relatório de Instrução Pública (1926-1929), de 1929. Essa condiz com o que expôs a Mensagem de 1919 e Duarte (2009) sobre a localização do grupo escolar, na praça São João, atual praça Santos Dumont onde é a sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas.

Em 1928, no Grupo Escolar “Antonio Bittencourt” tinha 457 alunos matriculados, com uma frequência de 178 e aprovação de 187, conforme demonstrado (com a fotografia da escola) no Relatorio de Instrução Pública, referente ao período de 1926 a 1929, na administração do presidente do Amazonas Ephigenio Salles, publicado em 1929.

¹³⁶ Atual Praça Nossa Senhora de Nazaré. (DUARTE, 2009).



Figura 41. Grupo Escolar “Antonio Bittencourt” em 1928.

Matrícula 457 alumnos. Frequencia 178. Alumnos approvados 178.

Fonte: AMAZONAS – Relatorio de Instrucción Publica 1926-1929, 1929.

As imagens atuais do que foi o Grupo Escolar “Antonio Bittencourt” foram conseguidas por meio do *google maps*.



Figura 42. Grupo Escolar Antonio Bittencourt, atual sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas. Praça Santos Dumont, antiga Praça São João.

Fonte: <http://maps.google.com.br>, novembro 2012.

Atravessando a rua da parada de ônibus ainda se encontram os vestígios do que foi a linha de bonde que passava próximo ao grupo escolar:



Figura 43. Grupo Escolar Antonio Bittencourt.
Fonte: <http://maps.google.com.br>, novembro 2012.



Figura 44. Grupo Escolar Antonio Bittencourt, com os vestígios da linha do bonde à esquerda. Rua Silva Ramos.
Fonte: <http://maps.google.com.br>, novembro 2012.

As reformas do ensino pelo Regulamento Geral da Instrução Pública de 1918 e 1926 não constaram sobre a *escola ao ar livre*, como na Mensagem de 1919, do governador do estado do Amazonas Pedro de Alcantara Bacellar. No entanto, as bases de sua implantação estavam integradas aos cursos preliminares (jardins da infância), nas seguintes características: a existência junto aos grupos escolares ou de forma isolada; e o espaço de ensino ao ar livre, em jardins, praças e logradouros públicos¹³⁷.

A *escola ao ar livre* foi destinada para atender a população infantil suburbana, diante da precariedade da população do bairro periférico do Mocó e dos parcos recursos do estado do Amazonas, por causa da crise mundial do pós I Guerra Mundial, criando uma dualidade no ensino infantil amazonense, pois para a população infantil tinha-se o jardim de infância e, no subúrbio, a *escola ao ar livre*. (AMAZONAS - Mensagem, 1919).

O governador do Amazonas, Pedro de Alcantara Bacellar, expressou que a criação desse gênero de escola era uma solução aos problemas dos jardins da infância e atendia aos requisitos da higiene.

Vem de molde falarvos deste genero de installações escolares, que representa uma das soluções mais progressistas de um dos serios problemas da hygiene escolar. Destinadas, primitivamente, ás creanças enfermas as *escolas ao ar livre* passaram depois a constituir um recurso valiosissimo ao ensino de quaesquer creanças, pelas condições hygienicas favoraveis que lhes ofereciam, não só ao corpo, como ao espirito. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.206).

O governador Pedro Alcantara Bacellar ao tratar sobre as *escolas ao ar livre* referiu-se à concepção originária destinada às crianças doentes, inclusive com tuberculose. No Brasil, essa foi uma modalidade que atendeu à criança diferente ou anormal, que destoava aos padrões médicos e pedagógicos e servia como instituição preventiva e corretiva do ponto de vista sanitário, higiênico, pedagógico e didático à criança considerada fisicamente débil, neuropata, anêmica, com disfunções na adenoide, desnutrida e com doenças como a tuberculose. (MELLO, 1917; DALBEN, 2009; FERREIRA, 1925).

¹³⁷ Artigos 17, 124, 164 do Regulamento de 1918; sendo que o art. 164 teve a mesma redação do art. 163 do Regulamento de 1926.

Dois intelectuais brasileiros difundiram as *escolas ao ar livre*, dr. Balthazar Vieira de Melo, chefe da Inspeção Médica Escolar do Estado de São Paulo e o dr. Clemente Ferreira que publicou em 1925, no boletim nº 7, do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (1922), o item *As Escolas ao ar livre na Luta Contra a Tuberculose Infantil*. Nascidos no ano de 1857, foram intelectuais que pertenceram a uma geração caracterizada pela racionalização da ciência, considerada como o pilar resolutivo de todos os problemas advindos da industrialização, e a organização administrativa do Estado, fundamentada no higienismo e na eugenia, do final do século XIX e início do século XX, em que cidades foram reformadas e tudo era considerado um custo para a sociedade: das doenças ao retardo mental à degeneração moral e social. (HOBSBAWM, 1988; KUHLMANN Jr., 2010b).

Em comparação com as experiências existentes das *escolas ao ar livre*, a justificativa de criá-las no Amazonas ocorreu, com o governador Pedro de Alcantara Bacellar, primeiramente, pela sua finalidade, pois se serviam tão bem às crianças doentes e fracas, mal não fariam às crianças sadias, pelo contrário, para elas era o ideal estabelecido aos subúrbios de Manaus. (AMAZONAS – Mensagem, 1919).

Porque os requisitos de uma cuidada hygiene não são reclamados sómente para as creanças doentes; si são, altamente, vantajosas para estas, convenientes de todo ponto se tornam para as creanças em satisfactorias condições de saúde. Nem só devemos ter em vista as condições de bôa saúde com que os alumnos entrem na escola, mas também, e sobretudo, esforçarmo-nos para que, no tirocinio escolar, não se sacrifique o organismo daquelles seres ainda em desenvolvimento, e aliás na phase mais critica da evolução do seu crescimento. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.206-207).

O governador do Amazonas citou o inspetor escolar da capital federal dr. Fábio Luz¹³⁸, no Primeiro Congresso Americano da Criança (Buenos Aires – Argentina), quando defendeu as *escolas ao ar livre* como alternativa aos gastos

¹³⁸ Fábio Lopes dos Santos Luz nasceu em 1864, cursou medicina e foi durante a sua trajetória profissional e política: médico, higienista, inspetor escolar do 9º distrito do Rio de Janeiro, pedagogo, intelectual das letras, romancista, professor, dramaturgo, jornalista, crítico literário e anarquista. (LEMME, 2004; LIBERA, 2008).

mensais de mais de mil contos com os prédios alugados às escolas que não atendiam aos requisitos higiênicos por serem impróprios e mal adaptados.

O Sr. Dr. Fabio Luz, inspector escolar na Capital Federal, numa memoria apresentada, ao Primeiro Congresso Americano da Criança, reunido em Buenos-ayres, mostra que mais de mil contos despende a Prefeitura do Distrito Federal em alugueis de predios para escolas, quase todos improprios e mal adaptados, e opina pela installacção de escolas ao ar livre, como um recurso que satisfaz, ao mesmo tempo, ás conveniencias e ás exigencias da hygiene. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p. 207-208).

No ano da Mensagem (1919), o inspetor escolar Fábio Luz vinha do Primeiro Congresso Americano da Criança (1916) e produzira três anos antes (1913) o folheto *A Tuberculose do ponto de vista social*, onde fez uma campanha higiênica, denunciando as condições insalubres do trabalho operariado. Os temas abordados por Fábio Luz nesse período estão próximos a Clemente Ferreira que produziu sobre a tísica e as escolas ao ar livre, no Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Criança em 1922. (AMAZONAS – Mensagem 1919; KUHLMANN Jr., 2001; 2002; LIBERA, 2008; FERREIRA, 1925).

O Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância de 27/08 a 5/09 de 1922 foi realizado junto com o 3º Congresso Americano da Criança e a Exposição Nacional comemorativa do centenário da independência - 1922¹³⁹. As ações em conjunto aconteceram por questões orçamentárias e de trâmites burocráticos do governo brasileiro que culminaram em um mega evento que discutiu sobre vários aspectos a criança. (KUHLMANN Jr., 2001; 2002).

Os cuidados com a infância tornam-se um aspecto a ser considerado nesse modelo de nação moderna, com suas políticas sociais e instituições. O CBPI tinha por objetivo *tratar de todos os assuntos que direta ou indiretamente se refiram à criança, tanto no ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, em geral, como particularmente em suas relações com a Família, a Sociedade e o Estado*. A reunião revestia de caráter simbólico, ao se realizar durante a Exposição do Centenário da Independência, que celebrava a nação brasileira como parte do mundo ‘civilizado’. (KUHLMANN Jr., 2002, p.465).

¹³⁹ Junto ocorreram a Conferência Interestadual do Ensino Primário, o Congresso Jurídico, o 1º Congresso Eucarístico Nacional, o 2º Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social e o Congresso Nacional dos Práticos. (KUHLMANN Jr., FERNANDES, 2004).

Esses movimentos e ideias circulantes constituíram-se como um ápice no Brasil de uma fase anterior caracterizada pela elaboração de propostas e ações acerca da educação infantil. “Se até a década de 1920, no caso brasileiro, o período é de formulação de propostas e de iniciativas embrionárias, a partir daí as realizações em relação à infância ganham mais expressão e chegam às leis e à organização do Estado.” (KUHLMANN Jr., FERNANDES, 2004, p.27).

Anterior ao Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, mas pertencente às ideias que circulavam a cerca das políticas governamentais para a criança pequena, o governador do Amazonas justificou a implantação das *escolas ao ar livre*:

Instruindo por esses conselhos, installamos a primeira escola ao ar livre, assim que nos foi possível dispôr de local proprio e convenientemente ajardinado. Fal-o-emos ainda assim por deante, sempre que disponhamos dos recursos indispensaveis para a devida apropriação do local, e como um recurso que nos amplie a insufficiencia dos predios escolares, ao mesmo tempo que proporcione bem estar ás creanças, principalmente de idade mais tenra, e para as quaes o regimen escolar deve ser mais cuidado, mais hygienico e mais attrahente. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.208).

A defesa da *escola ao ar livre*, enquanto concepção econômica à educação das crianças da periferia de Manaus, configurou-se por uma construção que desonerava o Estado, com o modelo de pavilhão; esse já existia como proposta no Amazonas, porém com características diferentes. No final do século XIX, foi construído na forma de chalé no Gymnasio Amazonense, e em 1920 foi instalado nesse o jardim da infância, anexo ao Grupo Escolar “Barão do Rio Branco.” (AMAZONAS – Mensagem, 1898; 1920). No Regulamento Geral da Instrução Pública de 1914 - Dec. 1050 de 28/01/1914, art. 150, o pavilhão escolar foi atrelado às exigências da higiene e da economia orçamentária do estado. E, na década de 1930, tornou-se o modelo de construção para a política de implantação dos jardins de infância. (AMAZONAS – Relatorio do interventor federal do Amazonas, 1935).

Encontrou-se, no governo do Amazonas de Antonio Constantino Nery, para o ensino primário, a construção de prédios escolares desmontáveis que talvez

sejam as primeiras referências dos pavilhões escolares, destinados ao bairro de Flores e da costa do Amatary.

Mandei vir ainda dous predios desmontavéis, de madeira e ferro, os quaes foram armados, um em Flôres e o outro na costa do Amatary. De modelo muito elegante, têm a feição das habitações campestres e, si bons forem os resultados que delles se obtiverem, serão adoptados como typo das escolas dos subúrbios da capital e do interior do Estado. (AMAZONAS – Mensagem, 1907, p.39).

Seja como adaptação ou como política de arquitetura moderna, que se diferenciava das construções suntuosas do império (ARRUDA, 2010), ao ensino dos jardins de infância, o pavilhão se constituiu em um modelo de baixo custo ao governo do Amazonas, assim como em relação às *escolas ao ar livre* no Rio de Janeiro e no “mundo civilizado” europeu.

A condição climática era um dos requisitos voltados à higiene, onde as aulas aconteciam ao ar livre, em jardins ou praças, ou nos prédios escolares, ou dentro dos pavilhões, usados no caso de mau tempo. Os locais ao ar livre deveriam ser arborizados para a proteção e o vento era uma condição importante para a renovação do ar. (MELLO, 1917; FERREIRA, 1925; DELBEN, 2009).

Quanto ás condições climáticas, não encontramos a minima contraindicação. Se a estação invernal não contraindica, nos países frios, o funcionamento dessas escolas, segundo opinam notáveis autoridades, muito menos duvida ocorrerá entre nós, onde a vida ao ar livre é sempre mais tolerada, desde quando se disponha de área protegida por vegetação sombreadora, á excepção dos momentos de chuva, durante os quaes serão as crianças recolhidas ao indispensável abrigo. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.207).

O governador amazonense, nesse sentido, referia-se às experiências estrangeiras da escola ao ar livre, oriundas do início do século XX. A primeira *escola ao ar livre* na Europa foi criada na Alemanha, a escola de Wimpfen e, em seguida, a de Charlottengurgo, em 1904, "[...] pelos esforços do conhecido pediatra Baginski, que desde 1881 reclamava a sua criação." (MELLO, 1917, p.4).

O ano de 1907 pode ser considerado como o de expansão das *escolas ao ar livre* na Europa. Na Inglaterra criou-se a primeira escola florestal, escola em Bostall-Wood, de 8 hectares, próxima à estação de Abbey Wood. (FERREIRA, 1925).

Na França essa modalidade apareceu como "sanatórios-escolas" para que os meninos com tuberculose pudessem continuar estudando nas chamadas escolas abertas. As aulas eram ao ar livre, com exceção do tempo chuvoso onde todos eram abrigados em galpões cobertos com abertura pelos lados para a circulação de ar. (MELLO 1917; FERREIRA, 1925; DALBEN, 2009).

Na Itália as *escolas ao ar livre* foram conhecidas como peripatéticas ou ambulatoriais; a primeira em 1907, em Pádua, *Scuola all'aperto*, contou com o auxílio da Comissão de Socorros aos tuberculosos pobres. (MELLO 1917; FERREIRA, 1925). Nos anos de 1910 "[...] foram installadas outras em Brescia, Parma e S.Luca d'Albaro, onde 1913, foi fundada a primeira escola permanente á beira-mar; a seguir outras escolas foram installadas em Pavia, Terni, Bergamo, Florença, Livorno, Veneza e Milão." (MELLO, 1917, p.5-6).

As *escolas ao ar livre*, dentro da sua concepção original, espalharam-se, fora dos países europeus, pelos EUA, Argentina e Uruguai. Em todas as experiências havia uma diminuição da carga curricular, um abrandamento da disciplina, a ausência dos castigos físicos, psicológicos ou morais, uma ênfase nos trabalhos manuais, exercícios de medições, as lições práticas de botânica, geologia e geografia, a sesta como indispensável e a alimentação variada. (MELLO, 1917; FERREIRA, 1925).

Entre os tipos¹⁴⁰ de *escola ao ar livre*, talvez a que mais se assemelhou conceitualmente com a criada no Amazonas foi a da Itália, onde as crianças estudavam passeando nos jardins e praças.

¹⁴⁰ Balthazar Vieira de Mello (1917) classificou três tipos de escolas ao ar livre: "1. *Typo allemão*, em florestas, com abrigo e coloríferos, onde as crianças entram pela manhã e sahem à tarde (externato); 2. *Typo francez*, em predios adaptados à permanencia dos escolares durante semanas ou meses, com parques e bosques para recreios e aulas ao ar livre (internato); 3. *Typo italiano*, em jardins, terraços e galpões, onde as crianças fazem a sua aprendizagem passeando (peripatetico)". (p.5).

Quanto às condições climáticas e às construções que agregaram a escola ao ar livre, no bairro do Mocó, não se fez menção às técnicas de helioterapia ou as exposições das crianças ao sol.

No Amazonas os raios solares, ao invés de ser um bem à saúde, representavam perigos às condições salutares das crianças e já tinham sido objeto de tensões de forças de professores e pais contra a Diretoria de InSTRUÇÃO PÚBLICA, por causa da reforma do ensino de 1904¹⁴¹, que alterou o horário de permanência das crianças do ensino primário nas escolas públicas e a distribuição de trabalho do professor.

A comissão de reforma da instrução pública de 1904, indicada pelo diretor de InSTRUÇÃO PÚBLICA, dr. Jorge de Moraes e nomeada pelo governador Antonio Constantino Nery, formada pelo dr. Placido Serrano, Antonio Monteiro, Salvador de Oliveira e Agnello Bittencourt, assim justificou a mudança no horário das escolas para as crianças:

Attendendo á edade ainda tenra das creanças que estudam o 1º gráo, os trabalhos escolares começarão ás 7 1/2 da manhã e deverão terminar ás 11. Roubando assim essas infantis organizações ao accumulo de trabalho e á ação mais intensa do sol amazonense, procurou a commissão obedecer aos preceitos de hygiene, de accôrdo com as condições mesologicas de nossa capital. (AMAZONAS – Relatorio do Director de InSTRUÇÃO PÚBLICA, 1904, p.12-13).

No entanto, a mudança de horário foi verificada no Relatório de InSTRUÇÃO PÚBLICA, do diretor geral interino, Antonio Monteiro de Souza, de 31 de maio de 1905, que tentou justificá-la com a alteração do horário e a distribuição de turmas aos professores: há indícios de que se tratou de uma tentativa de mudança na cultura escolar e social.

As modificações trouxeram reclamações de mestres e pais, pois a reforma do ensino desobedecia aos princípios higiênicos, ao expor as crianças ao sol, fazendo-as adoecer. Depois de acirradas discussões em 1904, expostas no Relatório de InSTRUÇÃO PÚBLICA do Amazonas de 1905, o Regulamento Geral da InSTRUÇÃO PÚBLICA do Amazonas de 1914 estipulou um horário diferenciado para o

¹⁴¹ Regulamento da InSTRUÇÃO PÚBLICA do Amazonas de 1904.

1º grau do ensino primário (das 8:00h às 11:00h); e em 1918¹⁴², os horários para o turno matutino foram uniformizados das 7:00h às 11:30h. Assim, as crianças que frequentavam a *escola ao ar livre*, por princípio, iriam à escola das 7:00h às 11:30h, não recebendo uma carga excessiva dos raios solares equatoriais.

A *escola ao ar livre* em Manaus foi representante da pluralidade de experiências de instituições criadas no Brasil, imersa às contradições do bairro do Mocó e diferente da característica extraescolar, como foram o Sanatório marítimo do Norte, em Portugal (1916), o Preventório Imaculada Conceição, em Bragança Paulista (1913), os Parques Infantis em São Paulo (1935) e o Asilo dos expostos da Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo (1896-1950). (KUHLMANN Jr., 2011).

No Amazonas, a *escola ao ar livre* foi criada pelo Estado e depois, ao que se parece, foi integrada à estrutura de ensino dos cursos preliminares, anexados aos grupos escolares da capital. Isso se torna uma possibilidade, pois no ordenamento jurídico de ensino do Amazonas não houve qualquer referência explícita que estabelecesse a *escola ao ar livre* como um gênero, como foi especificado pelo governador Pedro Alcantara Bacellar, na Mensagem de 1919. Ainda nas Mensagens posteriores do Amazonas até 1930 e no Relatório do interventor federal de 1935 e nas Exposições dos interventores federais amazonenses de 1931, 1940 a 1944, não se encontrou qualquer que fosse a referência da *escola ao ar livre*.

¹⁴² Regulamento da Instrução Pública do Amazonas, 1918.

CURSO ANEXO DA ESCOLA COMPLEMENTAR	
CADEIRAS	LIÇÕES SEMANAIS
Português	6
Aritmética	3
Geografia e História do Brasil	3
Ciências Físicas e Naturais	3
Desenho e Caligrafia	3

Quadro 29. Curso Anexo da Escola Complementar

Fonte: arts. 244 e 245. Dec. 1040 de 16/12/1913.

Quadro de Matriculados no 1º Grau no ano de 1914¹					
Grupo Escolar	Aluno(a)	Nascimento	Filiação	Matrícula	Idade
G. E. "José Paranaguá"	Otede Siqueira de Oliveira	11/02/1909	Manoel Joaquim de Oliveira	11/02/1914	5 anos
	Maria Elisa Durand	18/12/1909	Coriolano Durand	06/01/1914	4 a e 4 m
	Alcinda Durand	08/06/1908	Coriolano Durand	06/01/1914	5 a e 6 m
G. E. "José Paranaguá" ²	Iracema Nogueira	11/11/1909	João Nogueira de Souza	11/02/1914	4 a e 3 m
G. E. "Antonio Bittencourt"	Joaquim da Costa Paes Barreto	09/03/1909	Alfredo Paes Barreto	02/02/1914	4 a e 11 m

1. Adaptado do Quadro de Matrícula de 1914.

2. Escola do sexo feminino do 1º grau.

Quadro 30. Matriculados no 1º Grau no ano de 1914.

Fonte: AMAZONAS - Mensagem, 1914.

NÚMERO DE APROVADOS NOS EXAMES ESCOLARES		
LOCALIDADE	CURSOS	APROVADOS
Manaus	Curso Preliminar	326
	1º ano	227
	2º ano	209
	3º ano	125
	Curso Médio	114
	Total	1.001
Interior		
	Curso Preliminar	28
	1º ano	47
	2º ano	36
	3º ano	20
	Curso Médio	14
	Total	145

Quadro 31. Número de Aprovados nos Exames Escolares.

Fonte: AMAZONAS - Mensagem, 1923, p.146.

NÚMERO DE ALUNOS APROVADOS POR ESCOLAS EM MANAUS	
ESCOLAS	APROVADOS
Grupo “Barão do Rio Branco”	153
Grupo “Silverio Nery”	73
Grupo “José Paranaguá”	77
Grupo “Gonçalvez Dias”	67
Grupo “Antonio Bitencourt”	122
Grupo “Saldanha Marinho”	106
Grupo “Marechal Hermes”	80
Grupo “Conego Azevedo”	72
Grupo “Instituto Benjamin Constant”	56
12 Escolas Isoladas	195
Total	1001

Quadro 32. Número de alunos aprovados por escolas em Manaus.

Fonte: AMAZONAS - Mensagem, 1923, p.146

MATRÍCULA DO CURSO PRIMÁRIO – 1928				
ETAPAS DO CURSO PRIMÁRIO	NÍVEIS		MATRICULADOS	TOTAIS
Curso Preliminar e Jardim da Infância	Curso preliminar e Jardim da Infância			7.535
Curso Elementar	1º ano		2.540	
	2º ano		1.519	
	3º ano		1.033	5.062

Quadro 33. Matrícula do Curso Primário, 1928.

Fonte: Amazonas - Mensagem, 1929.

ASSISTENCIA PÚBLICA - Julho e Agosto												
Doentes Medicados	Bairro do Mocó, a cargo do dr. Inspetor João C. Miranda Leão											
	Adultos	Menores	Ds Impaludismo	Ds outras	Formulas	Naturalidade	Numeros	Dietas Fornecidas	Qde	Causa da Morte	Qde	Obs
748	533	215	416	332	1076	Pará	19			Tuberculose	1	
						Ceará	274			Gastroenterite	1	
						Rio G. do Norte	53	Carne verde	716 kilos			
						Maranhão	23	Galinhais	12			
						Bahia	1	Arroz	9 kilos			
						Parahyba	49	Leite	89 latas			
						Sergipe	4	Matte	1 kilo			
						Pernambuco	32	Assucar	1 kilo			
						Rio de Janeiro	7	Bolacha	45 kilos			
						Alagoas	3	Feijão	2 kilos			
						Piauhy	7					
						Hespanha	4					
						Portugal	14					
						Perú	1					
748	533	215	416	332	1076		748		875		2	

Quadro 34. Assistência Pública no bairro do Mocó.

Fonte: AMAZONAS - Mensagem, 10/07/1910, p.130.

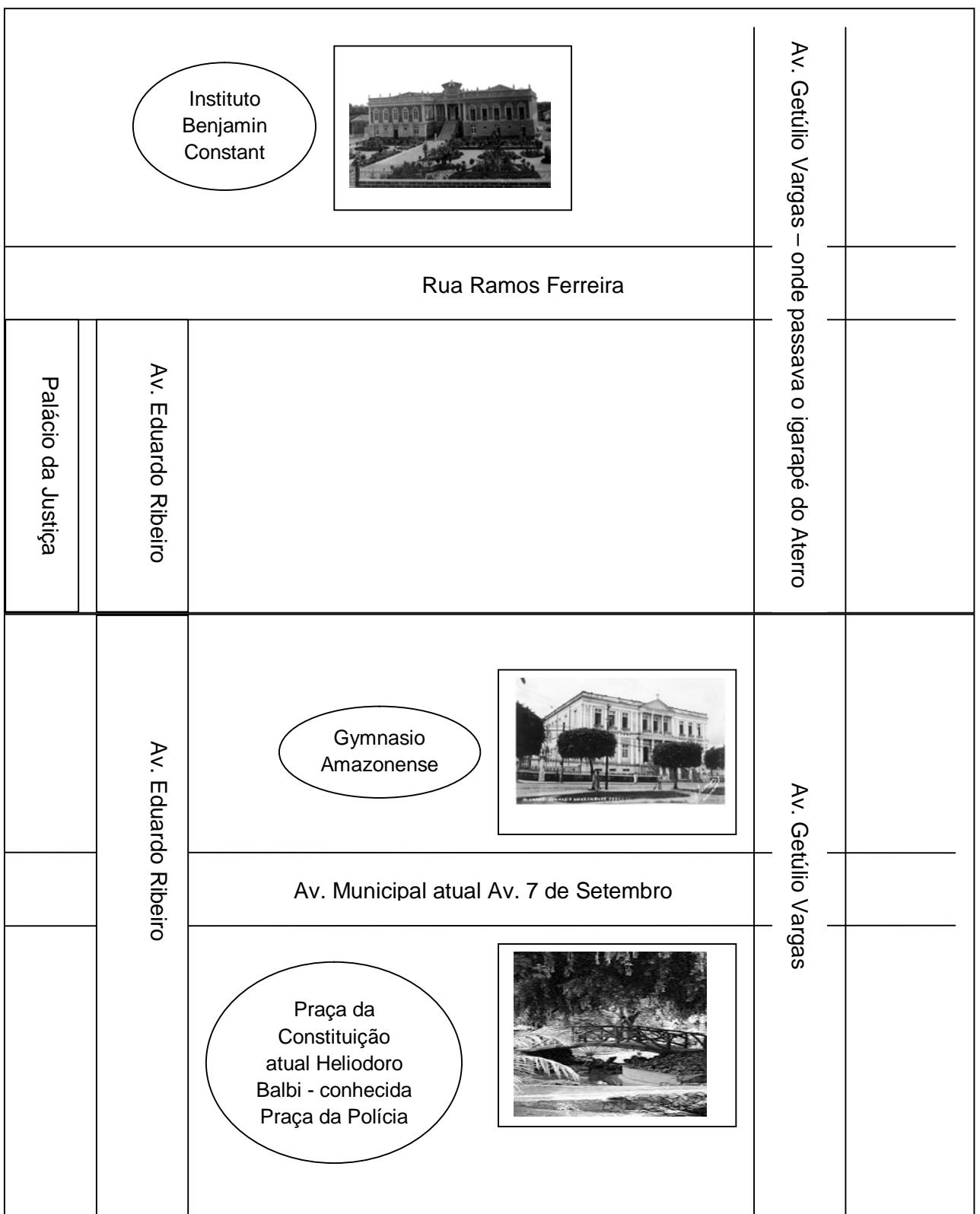


Figura 45: Croqui de localização do Gymnasio Amazonense e do Instituto Benjamin Constant (sem a especificação em escala).

Fonte: elaboração própria, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio maior dessa pesquisa foi encontrar ou dar voz à educação infantil no Estado do Amazonas, pela dificuldade de encontrar informações organizadas sobre o tema, agregada aos diversos discursos nos documentos oficiais que indicavam direcionamentos diferentes e até contraditórios sobre as políticas de criação e manutenção dos jardins de infância. De todo esse trabalho fica a seguinte indagação, mas afinal por que os jardins foram criados? Para que propósitos?

O curso infantil Froebel, do Instituto Benjamin Constant, autorizado para funcionamento em 1897 apresentou algumas peculiaridades que marcaram a sua época e sua trajetória até 1933. A necessidade de mostrar ao mundo que Manaus era uma cidade moderna e civilizada talvez tenha contribuído para que as ideias ocidentais acerca da educação da “criança pequena” circulassem na sociedade elitizada de Manaus e se configurassem como proposta e ação pública para as crianças desvalidas, de cunho infantil e profissionalizante, que alcançasse o atendimento às órfãs.

O atendimento em média de 100 crianças não representou uma parcela significativa dos não escolarizados, mas repercutia nos discursos governamentais sobre os cuidados com a infância desamparada feminina e a formação necessária a ser designada à mulher no Amazonas, que deveria ser diferente da sua origem “selvagem”, com a guarda das religiosas Filhas de Sant’ Ana e administração maior do Estado.

O atendimento para a mais tenra idade notabilizou-se com a criação de um jardim de infância no Instituto, que politicamente dava visibilidade aos cuidados governamentais à infância desamparada, nos moldes dos países “cultos” e dentro das necessidades da sociedade moderna. Assim, o Instituto Benjamin Constant atendeu a crianças a partir de 4 anos e o seu primeiro nível de ensino foi o *Curso Infantil Froebel*, apesar dos regulamentos de 1904 e 1907 terem concedido o atendimento à criança a partir dos 3 anos de idade. Esse não aconteceu somente às pobres do Amazonas, ele foi realizado também às órfãs do funcionalismo

público: as meninas eram órfãs de pai e/ou mãe, pobres, provenientes de lares diversos, inclusive do funcionalismo público, dos Estados nordestinos (Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí), além do Amazonas, do Pará e de Portugal.

A presença das alunas indígenas atendidas anteriormente no Asilo Elisa Souto foi silenciada com a criação do Instituto Benjamin Constant dentro de uma racionalidade civilizatória republicana que envolveu a educação nacional e o apagamento “raças selvagens”, em prol de uma cultura ocidental.

Não houve uma única modalidade de atendimento, pois além das internas (contribuintes ou não), o Instituto atendeu a meninas que não eram registradas como matriculadas, asiladas sem matrícula (quando Asilo Elisa Souto) e adidas (quando Instituto Benjamin Constant). As meninas eram primeiramente admitidas para depois serem registradas como matriculadas.

A classe infantil do Instituto Benjamin Constant em 1898 teve no seu currículo as matérias de Caligrafia, Ditado, Leitura, Nomenclatura, Princípios de Música, Aritmética, Desenho e História e as alunas faziam os exames escolares para passarem de nível de ensino. Os exames escolares estiveram presentes em todas as trajetórias das alunas do jardim de infância e o caráter educacional esteve nas trajetórias investigadas.

Presume-se que no século XX as “crianças pequenas” não executassem, no Instituto Benjamin Constant, os trabalhos manuais que envolvessem agulha, linha, tesoura e máquina de costura, assim como os trabalhos domésticos no Instituto. As práticas dos trabalhos domésticos e manuais estiveram presentes respectivamente no Regulamento do Instituto de 1892 e no Mapa das matérias estudadas de 1898, mas não na análise dos Mapas de Aplicação e Comportamento de 1909; nos Regulamentos do Instituto de 1907 e 1923, os serviços do Instituto foram condicionados à idade e ao sexo das educandas.

As trajetórias das alunas do Instituto Benjamin Constant revelaram a possibilidade de uma prática de “retenção” das educandas nos níveis e ensino, inclusive no jardim de infância. Essa prática pode ser compreendida como uma estratégia do Instituto para justificar a sua organização na modalidade de

internato e escola, em um mesmo espaço físico, intermediado pela concepção de formação das meninas desvalidas até a sua maioridade.

Nesse processo, a professora do jardim de infância acompanhava as crianças em suas trajetórias até a passagem para o nível seguinte. O cargo de professora do jardim de infância foi defendido e exercido por uma das irmãs Filhas de Sant'Ana e compôs o ordenamento jurídico do Instituto, cujas funções alavavam-se às condições de moradia no Instituto, de dedicação exclusiva às crianças e envoltas a um sentimento de maternidade.

O jardim de infância do Instituto Benjamin Constant esteve presente nas Mensagens do Amazonas até 1921 e no livro Bodas de Ouro das Filhas de Sant'Ana, publicado em 1933. Entretanto foi esquecido pelo governador Ephigenio Salles em 1929 quando divulgou a criação do primeiro jardim de infância de Manaus no Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, anexo à Escola Normal, depois denominado de Jardim de Infância “Visconde de Mauá”.

Talvez o que tenha marcado o Curso Infantil - Froebel seja a sua trajetória longa (1897-1933), em um processo de institucionalização sistemática que uniu as características de internato/escola, acompanhando as modificações da estrutura de ensino no Amazonas. Do seu funcionamento desde 1898, o curso infantil só foi instituído no Regulamento do Instituto Benjamin Constant em 1907, com as especificações para a professora do jardim de infância, e no regulamento do Instituto de 1923 quando apareceu com a denominação de curso preliminar (jardim de infância), tendo em vista as mudanças na estrutura de ensino amazonense devido à implantação dos cursos preliminares (1918) como jardins de infância dos grupos escolares.

No regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1937, o curso infantil sequer foi mencionado, o que pode ser resultado de um silenciamento intencional do governo, verificado desde a década de 1920, quando se instituiu o jardim de infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, anexo à Escola Normal e que funcionou no pavilhão do Gymnasio Amazonense. O Curso Infantil Froebel esteve ausente nos discursos dos governadores do Estado do Amazonas mais especificamente a partir de Ephigenio Ferreira de Salles que usou o jardim de infância como parte da política de promoção da sua administração pública.

Se os jardins de infância foram usados por um lado como “promoção” política, por outro pode-se inferir que também havia uma dupla preocupação no que diz respeito à educação infantil, vislumbrada no final dos anos de 1910 e que continuou nos anos de 1920. Uma refletida no oferecimento da educação pública e gratuita nas escolas para as crianças que viviam com as suas estruturas familiares e outra às crianças desvalidas.

Nos dois casos, a escolarização ainda era precária em relação à população do Estado do Amazonas, porém demonstravam que tanto o Curso Infantil Froebel atendia às meninas órfãs quanto os cursos preliminares (jardins de infância), nos grupos escolares, atendiam às crianças, fossem do centro, do subúrbio de Manaus ou do interior do Amazonas, o que pode ser um indício de desejos/aspirações, lutas sociais pela educação infantil que ultrapassam e, ao mesmo tempo, interferem na esfera governamental.

Nessa relação, pode-se ainda indagar sobre o silenciamento, não apenas do Curso Infantil Froebel, a partir de 1920, mas também do Jardim da Infância da Costa do Arapapá, em Manacapuru, que apareceu uma única vez nos documentos oficiais do governo em 1938, e “como um passe de mágica” não foi mais mencionado.

Uma outra análise que não pode ser esquecida é a da política da educação nacional voltada à alfabetização e à educação popular o que, de certa forma, pressionou as ações regionais de expansão do ensino primário, e que incluiu no Amazonas, a educação infantil.

Os cuidados com a “primeira infância” e a sua escolarização condiziam com as estratégias de se formar gerações civilizadas a fim de livrar as crianças dos “vícios de suas origens sociais”: essa foi a premissa da modernidade e da educação nacional. Entretanto, essas estratégias não foram lineares e parecem ter pertencido às tensões e lutas sociais repercutidas nos ordenamentos jurídicos, nos documentos oficiais, nas instituições criadas e suas trajetórias, nas trajetórias dos sujeitos dessas instituições e nas práticas culturais que tanto foram construídas no espaço escolar quanto fora da escola.

De forma complementar em relação às análises traçadas, a concepção governamental do jardim de infância, nos regulamentos de instrução pública, tendia para uma educação que pertenceu ao ensino primário, porém com características inferiores ao ensino elementar, como “uma educação não propriamente dita”. Não apenas pelo nível de ensino que antecedia ao ensino elementar, mas pela forma de construção dos prédios e dos espaços que lhes foram destinados, os pavilhões escolares e as praças ou locais arbóreos.

Nessas interfaces, encontraram-se algumas singularidades da educação no Estado do Amazonas.

O jardim de infância do Instituto Benjamin Constant no Amazonas se constituiu como “um pilar da sociedade moderna e desenvolvida”, expondo para o mundo o exemplo de como as crianças deveriam ser educadas pelo poder público, em uma cidade que se desenvolvia com a economia da borracha. Essa foi uma singularidade que o poder público amazonense adotou, diferente das experiências primeiras de instituições particulares no Rio de Janeiro e São Paulo e mais similares às políticas de Estado de Portugal e França.

A organização dos cursos preliminares no Amazonas, conforme o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1918 e 1926, criados dentro da estrutura dos grupos escolares como jardins de infância, em um nível anterior ao 1º ano do ensino elementar, diferente da experiência paulista em que o curso preliminar representou os três primeiros anos do ensino primário. Em 1930, os cursos preliminares, com os programas de ensino e, em sequência, com o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1932, caracterizaram-se como alfabetizadores e, oficialmente, foram-lhes atribuídas especificidades diferenciadas dos jardins de infância, constituindo-se em um outro modelo de educação para a primeira infância, em nível anterior ao 1º grau do ensino elementar, do curso primário amazonense.

As escolas ao ar livre, para as crianças do bairro do Mocó em 1919 (área suburbana de Manaus), foram concebidas diferentemente das experiências mundiais, de São Paulo e do Rio de Janeiro (onde essas escolas foram destinadas às crianças doentes). No Amazonas esse tipo de escola atendeu às

necessidades do Estado para justificar os parcós investimentos nos bairros pobres da capital, como substituto dos jardins de infânciá.

Dentro de um processo de contextualização, esses jardins foram criados com propósitos diferentes e acompanharam as tensões e modificações econômicas e políticas do Amazonas na República brasileira. As fontes de pesquisas históricas existem no Amazonas e precisam ser anunciadas e problematizadas. Espera-se que, com este trabalho, se abram novos e diferentes caminhos em trajetórias investigativas por fontes ainda inexploradas e outras já pesquisadas na história da educação.

FONTES

MENSAGENS

AMAZONAS - *Mensagens Presidenciais ao Congresso Legislativo, 1891-1930.* Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

PARÁ. *Mensagens Presidenciais ao Congresso Legislativo, 1901-1930.* Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/para Acesso em 15 set. 2013.

FALLAS

AMAZONAS - Falla de 05/09/1852. Falla Dirigida à Assemblea Legislativa da Província do Amazonas, na abertura da Primeira Sessão Ordinária da Primeira Legislatura pelo Exmo. Vice-Presidente da mesma Província, o Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, em 5 de Setembro de 1852. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

AMAZONAS - Falla de 01/10/1853. Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1º de Outubro de 1853, em que se abriu a sua 2ª Sessão Ordinária, pelo Presidente da Província, o conselheiro Herculano Ferreira Penna. Amazonas. Typographia de M. S. Ramos, 1853. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

AMAZONAS - Falla de 25/03/1885. Falla que o Exm. Sr. Dr. Jansen Ferreira Junior Presidente da Província do Amazonas dirigiu á Assembléa Legislativa Provincial por ocasião da Instalação da 2ª sessão da 17ª Legislatura. Em 25 de março de 1885. Archivo Público. Manáos. Typ. do "Amazonas" de José Carneiro dos Santos. Praça Vinte e oito de setembro. 1885. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

EXPOSIÇÕES

AMAZONAS – Exposição 09/12/1851. Exposição apresentada ao Exmo. Presidente da Província do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha por ocasião de seguir para a mesma Província pelo Exm. Presidente do Grão Pará Dr. Fausio Augusto de Aguiar. Em 9 de Dezembro de 1851. Pará, Typ. de Santos & Filhos. 1851. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

AMAZONAS - Exposição 12/07/1884. Exposição com que o ex-presidente da Provicia do Amazonas Dr. Theodoro Carlos de Faria Souto, entregou a administração da mesma ao Tenente-Coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmento, em 12 de julho de 1884. Manáos. Imp na Typ. do "Amazonas" de J. C. dos Santos. Praça Vinte e oito de setembro, 1885. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

AMAZONAS - Exposição 21/09/1885. Exposição com que o Ex-Presidente do Amazonas Exm. Sr. Dr. José Jansen Ferreira Junior passou a administração da Provicia ao 1º vice-presidente Exm. Sr. Tenente-coronel Clementino José Pereira Guimarães. Em 21 de setembro de 1885. Ministerio do Imperio. Archivo. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

AMAZONAS - Exposição 28/10/1885. Exposição com que o Exm. Sr. 1º vice-presidente Tenente-Coronel Clementino José Pereira Guimarães passou a administração da Provicia ao Exm. Sr. Dr. Ernesto Adolpho de Vascocellos Chaves. Em 28 de outubro de 1885. Archivo Publico Nacional. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

AMAZONAS - Exposição 10/01/1888. Exposição com que o Exm. Sr. Coronel Conrado Jacob de Niemeyer passou a administração da Provicia do Amazonas ao Exm. Sr. Coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno. Em 10 de janeiro de 1888. Manáos. Impresso na Typ. do "Comercio do Amazonas". 1888. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

AMAZONAS - Exposição 12/06/1888. Exposição com que o Exm. e Rvdm. Sr. Conego Raymundo Amancio de Miranda passou a administração da Provicia do Amazonas ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Cardoso de Andrade. Em 12 de junho de 1888. Manáos. Impresso na typographia do Jornal do Amazonas de Antonio Fernandes Bugalho. 1888. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

AMAZONAS - *Exposição do Interventor Federal de 1931*. Diario Official, Quinta-feira, 9 de julho de 1931, anno XXXVIII, número 10863, p.1-13.

AMAZONAS - *Exposição do Interventor Federal*. 1940-1944.

RELATÓRIOS

AMAZONAS - Relatorio 1852. Relatorio que, em seguida ao do Exmº Snr. Presidente da Provicia do Pará e em virtude da circular de 11 de Março de 1848, fez, sobre o Estado da Provicia do Amazonas, depois da installação della, e de haver tomado posse o seu 1º Presidente o Exmº Snr. João de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas. Typ. de M. da S. Ramos. 1852. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

AMAZONAS - Relatorio 25/03/1886. Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Ernesto Adolfo de Vasconcellos Chaves, Presidente da Provincia do Amazonas installou a 1^a sessão da 18^a Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial. Dia 25 de março de 1886. Manáos. Impresso na typographia do "Jornal do Amazonas" de Antonio Fernandes Bugalho. 1886. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

AMAZONAS – Relatorio 25/03/1870. Relatorio Lido pelo Exmº Sr. Presidente da Provincia do Amazonas Tenente-Coronel João Wilkens de Mattos na Sessão D'Abertura da Assembléa Legislativa Provincial á 25 de Março de 1870. Manaos. Impresso na Typographia do "Amazonas" de Antonio da Cunha Mendes. 1870. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

AMAZONAS - Relatorio 05/09/1888. Provincia do Amazonas. Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Cardoso de Andrade abrio a 1^a sessão da 19^a legislatura da Assembléa Provincial do Amazonas em 5 de setembro de 1888. Manáos. Typ. do "Comercio do Amazonas". Rua da Installação. 1888 Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

AMAZONAS - Relatorio de 02/06/1889. Relatorio com quem o Exm. Sr. Dr. Joaquim de Oliveira Machado. Presidente da Provincia do Amazonas installou a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do dia 2 de junho de 1889. Archivo Publico Nacional. Manáos. Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas. Rua da Installação. 1889. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

AMAZONAS - *Relatorio da Directoria de Instrucção Publica* apresentado ao Exmo. Sr, Major Pedro Freire - Secretario dos Negocios do Interior, por Francisco Antonio Monteiro. Amazonas, de 30 de maio de 1899.

AMAZONAS – *Relatorio da Irmã Regente Aquilina Gilardo*. Manáos, 1899. In: Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior 1898/1899. Documento Especial.

AMAZONAS - *Relatorio do Gymansio Amazonense* apresentado pelo director Antonio Monteiro de Souza. Amazonas, de 31 de maio de 1899.

AMAZONAS – *Relatorio do Director de Instrucção Publica*, apresentado pelo director de Instrucção Publica Jorge de Moraes, de 12 de dezembro de 1904.

AMAZONAS – *Relatorio de Instrucção Publica* apresentado por Antonio Monteiro de Souza, director geral interino, de 31 de maio de 1905.

AMAZONAS - *Relatorio de Instrucção Publica (1926-1929)*, 1929.

AMAZONAS - *Relatório do Interventor Federal*: outubro de 1933 a dezembro de 1934, 1935.

MONTEIRO, Eulalia Fernandes Rego. *Relatório da regente de 09/03/1885, anexo à Falla do Estado do Amazonas de 25/03/1885.* Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

LEGISLAÇÃO

AMAZONAS - *Decreto 1040 de 16 de dezembro de 1913.* Dá novo Regulamento da Escola Normal.

AMAZONAS - *Decreto 1216 - A, de 3 de julho de 1917.* Altera diversas disposições do Regulamento da Escola Normal.

AMAZONAS - *Decreto 828 de 30 de novembro de 1907.* Regimento Interno dos Grupos Escolares.

AMAZONAS - *Diario Official. Domingo, 3 de dezembro de 1922, anno XXX, número 8391.* Estado Federal do Amazonas, p.94896.

AMAZONAS - *Diário Oficial. Segunda-feira, 07 de fevereiro de 1983, ano LXXXIX, número 25190.* Disponível em: <http://www.imprensaoficial.am.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2013.

AMAZONAS – Lei n. 609, de 17 de março de 1910.

AMAZONAS – *Regulamento da Instrucção Publica nº 56, de 17/03/1886.*

AMAZONAS – *Regulamento de Instrucção Publica nº 62, de 09/07/1888.*

AMAZONAS – *Regulamento do Instituto Benjamin Constant a que se refere o Dec. n. 810 de 10/01/1907.*

AMAZONAS – *Regulamento do Instituto Benjamin Constant a que se refere o Dec. n. 122 de 14/09/1937.*

AMAZONAS – *Regulamento do Instituto Benjamin Constant referente ao Dec. n. 11, de 26/04/1892.*

AMAZONAS – *Regulamento do Instituto Benjamin Constant referente ao Dec. n. 1460 de 31/07/1923*

AMAZONAS - *Regulamento Geral da Instrucção Publica de 1892.* Decreto de 19 de novembro de 1892.

AMAZONAS - *Regulamento Geral da Instrução Pública de 1932.*

AMAZONAS – *Regulamento Geral da Instrucção Publica, 1900.* Decreto n. 448 de 25/09/1900.

AMAZONAS - *Regulamento Geral da Instrucção Publica de 1904*. Decreto 691 de 22 de dezembro de 1904.

AMAZONAS - *Regulamento Geral da Instrucção Publica de 1909*. Decreto 892 de 19 de janeiro de 1909.

AMAZONAS - *Regulamento Geral da Instrucção Publica de 1914*. Decreto 1050 de 28 de janeiro de 1914.

AMAZONAS - *Regulamento Geral da Instrucção Publica de 1918*. Decreto 1276 de 5 de abril de 1918.

AMAZONAS - *Regulamento Geral da Instrucção Publica de 1926*. Lei 984 de 14/10/1918, alterada pelos Decretos n.105 de 19/11/1925 e n.3 de 18/01/1926.

AMAZONAS. *Decreto nº 11, de 26/04/1892*, que extingue o Asilo Orfanológico “Elisa Souto” e cria o Instituto “Benjamin Constant”, com a sua regulamentação.

BRASIL. *Constituição Politica do Imperio do Brazil de 25 de Março de 1824*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição24.htm. Acesso: 18 set. 2012.

BRASIL. *Decreto nº 981 de 8/11/1890* – Reforma Benjamin Constant.

BRASIL. *Decreto nº 7247 de 19/04/1879* - Reforma Leônicio de Carvalho.

BRASIL. *Diario Official da União de 20/10/1894*.

BRASIL. *Lei Imperial de 20 de outubro de 1823*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>> . Acesso em: 18 set. 2012.

PERIÓDICOS

A ESCOLA. Orgão do Collegio “15 de Novembro”. Unico responsavel: Benjamin de Mello, nº 1 ao 9, de 23/09/1900 a 23/03/1901.

A ESCOLA. Orgão do Collegio “15 de Novembro”. Unico responsavel: Benjamin de Mello, nº 6 de 13 nov. 1900.

O ESTUDANTE. Feito pelos alunos do Externato “São Sebastião”, Instituto “João de Deus” e Gymnasio Amazonense. Unico numero de 15/12/1907.

O IDEAL. Manaus, 21 de outubro de 1905.

REVISTA da Associação Comercial do Amazonas. Manaus - ACA, de 31 de outubro de 1928.

REVISTA JUBILEU. Papiro da Memória: 1884-2009 - 125 anos de Presença das Filhas de Sant'Anna no Brasil, 2009.

ALBUNS E ALMANAQUES

AMAZONAS - *Album commemorativo da inauguração da linha de navegação portugueza Manáos-Hamburgo*. Pelo Paquete "Lima" dos T.M.E. Offerecido á Direcção Geral dos Transportes Marítimos do Estado pela casa J. G. Araujo. Agente da Empreza em Manáos. Manáos, agosto de 1920.

AMAZONAS – *Album da Cidade de Manaus*, 1848-1948. Disponível em: <<http://www.povosdamazonia.am.gov.br>>. Acesso em 25 maio 2011.

AMAZONAS - *Album do Amazonas*, 1901-1902. Disponível em: <http://www.povosdamazonia.am.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2011.

AMAZONAS - *Almanach do Palais Royal*- Livraria de Lino Aguiar & Cª - Manáos, 1909. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br/Almanach do Amazonas para 1908>>. Acesso em 14/10/2010.

AMAZONAS – *Annuario de Manaus*, 1913-1914. Disponível em: <http://www.povosdamazonia.am.gov.br>. Acesso em 25 maio 2011.

AMAZONAS - *The City of Manáos and the Country of Rubber Tree. Souvenir of the Columbian Exposition. Chicago, 1893*. Disponível em: <http://www.povosdaamazonia.com.br>. Acesso em: 26 maio 2011.

PLANOS E PROGRAMAS

AMAZONAS - *Planos, Programas e Indicações do Ensino Pré-Primário e Primário*. Aprovados pelo Conselho Superior de Instrução. Instrução Pública do Estado do Amazonas. Manáos: Imprensa Publica, 1934.

AMAZONAS - *Programas do Ensino Primário*. Adoptados pelo Conselho Superior de Instrucção Publica em 7 de fevereiro de 1930. Directoria da Instrucção Publica. Manáos: Imprensa Publica, 1930.

AMAZONAS – *Programas do Ensino Primário*. Adotados pelo Conselho Superior de Instrução Publica em 28 de Janeiro de 1932. Manáos: Imprensa Publica, 1932.

DIVERSOS

AMAZONAS - *Instrucção Publica. Recebidos, 1908-1909.* (Documentos Manuscritos).

AMAZONAS - *Livro de Resenha de Professores.* Governo. Alvaro Maia. Recortes do Diário Oficial de 1937-1939.

AMAZONAS – *Officios Expedidos pelo diretor do Instituto Benjamin Constant, 1911.* (Documentos Manuscritos).

AMAZONAS - *Projeto de Adaptaçāp de Pavilhão de Ginástica do Gymnasio Amazonense e Jardim de Infânciā.* Autoria de Alberto Arrano Ricci. Disponível em: www.br.am.br. Acesso 10 nov.2013.

BORGES, Superiora Sor Ana Carmelina da Silveira Borges. *Resumo- Histórico do Instituto “Benjamin Constant”.* Manaus, 25 de maio de 1967. (Documento interno, das irmãs Filhas de Sant’Ana, datilografado).

PUBLICAÇÕES

ARAUJO, André Vidal de. *A pról da Infancia.* Apêlo do Juiz de Menores de Manaos, Dr. André Vidal de Araujo, ao Presidente Getulio Vargas. Manaos, Amazonas, Brasil, [1940?].

ARAUJO, André Vidal de. *Organisação de Assistencia e Serviço Social do Amazonas.* Manaus: Imprensa Pública, 1941a.

ARAUJO, André Vidal de. *Menores. Movimento estatístico do Juizo Tutelar de Menores de Manaus até o dia 31 de dezembro de 1941.* Manaus, 1941b.

BITTENCOURT, Agnelo. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado.* Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BODAS de Ouro das Filhas de S. Anna no Brasil: notícias históricas. 1884-1934. Rio de Janeiro: Escola Typ. Pio X, 1933.

BRAZIL. Recenseamento do Brazil. Directoria Geral de Estatistica. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, 1 setembro de 1920.

FERREIRA, Clemente. As escolas ao ar livre na luta contra a tuberculose infantil. In: *Congresso Brasileiro de Proteção à Infânciā. Boletim 7, 1,* Rio de Janeiro: Empresa Graphica Editora, 1925. (Theses officiaes, memorias e conclusões).

LEÃO, Velloso. *Euclides da Cunha na Amazônia:* Ensaio. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Tradução, introdução e notas de Antonio Porro. Manaus: Edua; Edições Governo do Estado, 1995.

MELLO, Balthazar Vieira de. *Escolas ao Ar Livre e Colonias de Férias para debeis. Escolas especiaes para tardos* (Annormaes intellectuaes). Trabalho apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretario do Interior. São Paulo: Casa Espindola, 1917.

MELLO, Thiago de. *Manaus: amor e memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Mocidade viril 1930: o motim ginásiano*. Manaus: Nheenquatiara, 1996.

SOUZA, J. B; SOUZA, A. Monteiro de; BAHIA, Alcides. *A imprensa no Amazonas, 1851-1908*. Manaus: Typ. da Imprensa Official, 1908. (Publicação feita para as festas comemorativas do centenário da Imprensa no Brasil).

UCHÔA, Júlio Benevides (Da sociedade Amazonense de professores). *Flagrantes educacionais do Amazonas de ontem*. Prefácio de Arthur Cézar Ferreira Reis. Manaus. Edições do Estado do Amazonas, 1966. (Série Euclides da Cunha).

VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906. Disponível em: <https://archive.org/stream/aeducaonacional00vergoog#page/n11/mode/2up>. Acesso em 15 abr. 2014.

SOUZA, Antonio Monteiro de. *A Educação Nacional*. Discurso e projecto apresentado na sessão da Camara dos Deputados, de 5 de Junho de 1914. Rio de Janeiro. Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1914.

SOUZA, Antonio Monteiro de. *A União e o Ensino Primário*. Projecto substitutivo e Discursos pronunciados na Camara dos Deputados nas sessões de 16 e 22 de Novembro e 28 de Dezembro de 1917. Manáos. Secção de obras da Imprensa Publica, 1918.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, Taiguara Villela. A presença do arquivo nos relatórios dos presidentes de província no Brasil (1835-1889). *Dissertação de Mestrado*. São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

AQUINO, Rubim Santos de Leão de et al. *História das sociedades modernas às sociedades atuais*. 26 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Relatórios de Governo. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>. Acesso em: 10 maio 2012.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira. *Arquitetura dos edifícios da escola pública no Brasil (1870-1930): construindo espaços para a educação*. Tese de Doutorado. Campo Grande, MS. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2010.

AVELINO, Alexandre Nogueira. O patronato amazonense e o mundo do trabalho: a revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919). *Dissertação de Mestrado*. Manaus. Programa de Pós-Graduação em História. Mestrado em História. UFAM, 2008.

BARRETO, Maria das Graças de Carvalho et al. *Crianças e jovens no Amazonas: imaginário, representações e problemas da atualidade*. Manaus: UEA; FAPEAM, 2005.

BASTOS, Maria Helena Camara. *Manual para os jardins da infância*: ligeira compilação pelo Dr. Menezes Vieira. Porto Alegre: Redes Editora, 2011.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. 3.ed. Manaus: Valer, 2009.

_____. *Depressão, Débâcle e Bancarrota*. 1994. Texto inédito de Samuel Benchimol sobre a crise da borracha. Prêmios Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente. 06 jun. 2011. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.amazonia.desenvolvimento.gov.br/galeria/index/categoria10>>. Acesso em: 14 out.2012.

BITTENCOURT, Circe. *Pátria, Civilização e Trabalho*. São Paulo: Loyola, 1990.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN Jr., Moysés. *Os Intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

_____. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BRAGA, Robério. Coriolano Durand. *Série Memória: Governo do Estado do Amazonas*. Disponível em:<www.bv.am.gov.br>. Acesso em 13 maio 2012.

CAES, André Luiz . As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916). *Tese de Doutorado*. Campinas, SP. IFCH, UNICAMP, 2002.

CAPANEMA, Gustavo. *Relatório das atividades do Ministro da Educação e Saúde no período de 1930 a 1945*, 1946. Disponível em : <<http://www.fgv.br/CPDOC>>. Acesso em 28 maio 2011.

CARDOSO, Daniel Monte. Os dilemas do desenvolvimento da Amazônia em perspectiva histórica. *Monografia do Curso de Ciências Econômicas*. Campinas. UNICAMP, 2011.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. “Alma e Coração”: o Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a Constituição do Corpus Disciplinar da História Escolar no Pará Republicano (1900 – 1920). *Dissertação de Mestrado em Educação*. Belém. UFPA, 2013.

COELHO, Maricilde Oliveira. Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910). *Dissertação de Mestrado em Educação*. São Paulo. FEUSP, 2004.

_____. A escola primária no Estado do Pará (1920-1940). *Tese de Doutorado em Educação*. São Paulo. FEUSP, 2008.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852-1910). *Tese de Doutorado*. Campinas, SP. Unicamp, 2006.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 2.ed. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2001.

CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das instituições escolares: final do Império e Primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermerval (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

CASTRO, César Augusto. *Infância e trabalho no Maranhão Provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)*. São Luiz, MA: EdFUNC, 2007.

CASTRO, Márcia Honda Nascimento. Represa e Estação de Bombeamento de Águas. Manaus. Série *Memória*. Disponível em: <<http://www.bv.org.br>>. Acesso em: 13 maio 2012.

CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. *O projeto republicano de educação nacional na versão de José Veríssimo*. São Paulo; Curitiba: Annablume, 2003.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. No limite do possível: as mulheres e o poder na Amazônia – 1840-1930. *Tese de Doutorado*. Campinas. Faculdade de Educação. Universidade de Campinas, 2000.

COSTA, Maria das Graças Pinheiro. O direito à educação no Amazonas (1933-1935). *Tese de Doutorado*. Belo Horizonte. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG, 2001.

CUNNINGHAM, Hugh. *Children and Childhood in Western Society Since 1500*. 2.ed. Harlow, England: Pearson Education Limited, 2005.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. Territorialização camponesa na várzea da Amazônia. *Tese de Doutorado*. São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DALLABRIDA, Norma. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*, Porto Alegre, v.32, n.2, p.185-191, maio/ago. 2009.

DALBEN, André. Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930 – 1945). 2009. *Dissertação de Mestrado em Educação Física*. Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, 2009.

DECCA, Edgar S. de. A revolução acabou. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.10, nº 20, p.63-74, mar./ago.,1991.

DE CASTRO, Carmélia Esteves. Colégio Amazonense D. Pedro II. Manaus. Série *Memória*. Disponível em: <<http://www.bv.org.br>>. Acesso em: 13 maio 2012.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto*: Manaus – 1890-1920. 2.ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

DICIONÁRIO Léxico. Disponível em: <http://www.lexico.pt>. Acesso em 10 nov. 2013.

DUARTE, Antonio Valdir Monteiro. Orphanato Municipal de Belém: acolhimento, educação e instrução a meninas (1893-1911). *História da Educação [On line]*. Porto Alegre, v.18, n. 43, p.163-182, maio/ago. 2014.

DUARTE, Durango Martins. *Manaus entre o passado e o presente*. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

FATHEUER, Thomas. Amazonia - Região paradigmática situada entre destruição, valorização e resistência. In: *Um campeão visto de perto*: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stifung, 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Pesquisa, Memória e Documentação: desafios de novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias*: questões para a história da educação. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

FERNANDES, Ana Lúcia; CORREIA Luís Grosso. O ensino primário nos espaços-tempos da I República no Brasil (1889-1930) e em Portugal (1910-1926). *Revista da Faculdade de Letras - História*, Porto, III Série, vol. 11, p.181-200, 2010.

FERNANDES, Rogério. Orientações Pedagógicas das "Casas de Asilo da Infância Desvalida": 1834-1840. *Cadernos de Pesquisa*: FCC, nº 109, p.89-114, mar. 2000.

FREIRE, José ribamar Bessa et al. *A Amazônia no período colonial: 1616-1748*. Manaus: Departamento de História da Universidade do Amazonas, 1987

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e;

GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. *Nova Economia*. Belo Horizonte, n.19, v.1, p.185-212, jan./abr. 2009,

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HEILAND, Helmut. *Friedrich Fröbel*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

HEYWOOD, Colin. *Growing up in France: from the Ancien Régime to the third Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Cultura Escolar/ Cultura Oral em São Paulo (1820-1860). In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Orgs.). *Brasil 500 anos. Tópicas em história da educação*. São Paulo: Edusp, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBSBAWM, Eric J. 1. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric J; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da Vida Privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HSIUNG, Ping-Chen. *A Tender Voyage: Children and Childhood in Late Imperial China*. Califórnia: Stanford University; Chian Ching-kuo Foundation for International Scholarly Exchange, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2006.

IGREJA Católica Apostólica Romana. Colégios Católicos - Colégio Gentil Bittencourt. Belém-PA. 27/11/2011. Disponível em:<http://juliocatolico.blogspot.com.br/2011_11_27_archivehtml>. Acesso em: 19 abr.2013.

INFORME FSA. *Província Madre Rosa Gaattorno*. Recife, PE, 01 set.2010. Disponível em: http://promrosa.blogspot.com.br/2010_09_01. Acesso em: 18 dez. 2013.

ISAÚ, Manoel Pe. (Org). Extratos sobre o Ensino nos Relatórios dos Presidentes da Província de S. Paulo no Período Imperial. Revista HISTEDBR on line. Campinas, SP: Unicamp, nº 8, 20 jul. 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis15/doc1_15.htm>. Acesso em 10 maio 2012.

JACOB, Scott Van. CRL/LAM Brazillian Government Serials Digitization Project. Final Report. [Chicago]: CRL/LAMP, 2001.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, Autores Associados, SBHE, n.1, jan./jun. 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. *A pré-escola em São Paulo: 1877 a 1940*. São Paulo: Loyola, 1988a.

_____. Os jardins de infância e as escolas maternais de São Paulo no início da República. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n.64, p.57-60, fev., 1988b.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia*. In: SAMAIN, Etiene (Org.). *O fotógrafo*. São Paulo: HUATEC; CNPq, 1998.

_____. *Fotografia*. In: ZANINI, Walter (coord.). *História geral da arte no Brasil*. Vol. II. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.

_____. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3.ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

KUHLMANN Jr., Moysés. *Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922)*. São Paulo, *Cadernos de Pesquisa* : FCC, n.78, p.17-26, ago. 1991.

_____. *Educando a infância brasileira*. In: LOPES, E.M.T., FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C.G. (Orgs). *500 anos de educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Edusf, 2001.

_____. *A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX*. In: KUHLMANN Jr., M., FREITAS, M. C. de (Orgs). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *História da Infância: Brasil e Modernidade*. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Org.). *Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

_____. Notas sobre o Congresso Internacional do Ensino, Bruxelas, 1880. *História da Educação*. Pelotas: ASPEHE, FaE, UFPel, n.18, p.59-69, set.2005a.

_____. A educação infantil no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005b.

_____. *Infância e educação infantil*: uma abordagem histórica. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2007a.

_____. O Congresso Internacional do Ensino (Bruxelas, 1880), a maçonaria e as propostas para a educação das crianças. *VIII Congresso Iberoamericano de Historia de La Educación Latinoamericana*: contactos, cruces y luchas em La historia de La educación latinoamericana. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Historia de la Educación, 2007b.

_____. *Infância e educação infantil*: uma abordagem histórica. 5.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010a.

_____. Relações sociais, intelectuais e educação da infância na história. In: SOUZA, Gizele de (Org). *Educar na infância*: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010b.

_____. Infancia, socieda y educación em La historia. In: COSSE, Isabella et al (Orgs.). *Infancias: políticas y saberes em Argentina y Brasil*: siglos XIX y XX. Buenos Aires: Teseo, 2011.

KUHLMANN Jr., Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). *A infância e sua educação*: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LAWRENCE, Evelyn (Org.). *Friedrich Froebel and English Education*. London: Routledge & Kegan Paul, 1969.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEMME, Paschoal. *Memórias de um educador*: infância, adolescência, mocidade. 2 ed. Brasília: INEP/MEC, 2004. (Vol.1).

LEONARDI, Paula. Além dos espelhos: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil. *Tese de Doutorado em Educação*. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

_____. Congregações Católicas Docentes no Estado de São Paulo e a Educação Feminina: segunda metade do século XIX. *VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Uberlândia, MG, p.1255- 1264, 17 a 20 abr. 2006. Disponível em:

<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/113PaulaLeonardi.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

LIBERA, Informativo da Federação Anarquista do Rio de Janeiro. Fábio Luz. FARJ,n.140, ano 18, jul./set. 2008.

LIMA, ALEXANDRE Martins de. Negócios da Borracha: uma acordagem da economia gomífera Amazônica através da teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter. *Revista de Estudos Sociais*, ano 10, n. 20, v. 2, p. 44-66, 2008.

LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

LOUREIRO, Antonio José Souto. *O Amazonas na Época Imperial*. 2.ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed., 2^a reimpressão São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, Luiz Toledo. *Formação do Brasil e unidade nacional*. São Paulo: IBRASA, 1980.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história – interfaces. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, n° 2, dez. 1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artq2-4.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2011.

MELO, José Maria. Filhas de Sant'Ana: congregação festeja 125 anos. 25 out. 2009. Disponível em: <<http://blogdasagradafamilia.com.br/2009/10>>. Acesso em: 14 jun.2012.

MENDONÇA, Roberto. Centenário da Vila Municipal. *Série Memória*. 2001-2004. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br>>. Acesso em: 13 maio 2012.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: história e arquitetura – 1852-1910*. Manaus: Edua, 1997.

_____. *La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-1900)*. *Tese de Doutorado em História*. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2005.

MOGARRO, Maria João. Cultura material e modernização pedagógica em Portugal (séculos XIX e XX). *Educatio Siglo XXI*, v.28, n.2, p.89-114, 2010.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo (1873-1934)*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco; CDAPH, 2003.

MORAES, Rinaldo Ribeiro. A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha. *Tese de Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental*. Belém. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. UFPA, 2007.

MOTA, Assislene Barros da. *A Escola Normal da Província do Amazonas: 1880-1890*. Manaus: Valer, 2010.

MOTA, Assislene Barroso da et al. História e memória da educação na cidade de Manaus (1889-1930). *IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”*. João Pessoa, PR. Universidade Federal da Paraíba, 30/07 a 03/08/2012.

_____. Preâmbulo da história e memória da educação na cidade de Manaus (1889-1930). *VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil*. História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas. São Paulo, Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 14 jan. 2012.

MOVIMENTO DA ESPERANÇA. Madre Rosa Gattorno. 2011. Disponível em: <<http://movimentodaesperancapmrg.blogspot.com.br>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

MUBARAC SOBRINHO, Roberto Snaches. Vozes infantis: as culturas das crianças Sateré-Maué como elementos de (des)encontros com as culturas da escola. *Tese de Doutorado*. Florianópolis, SC. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFSC, 2009.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

NUNES, Maria José Rosaldo. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed., 2^a reimpressão São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Wesley Pereira;TRINDADE, José Raimundo Barreto; MACHADO, Nathalia Menezes. Borracha, nordestino e floresta: a economia e a sociedade Amazônica nos dois ciclos gomíferos. *Cadernos CEPEC*: UFPA, v.1, n.1, fev.2012.

PRIMÓRDIOS. O GOEAM. Cultura Maçônica no Amazonas. GOB no Amazonas, 4 set. 2013. Disponível em: <http://www.goeam.com.br>. Acesso em 28 abr. 2014.

PANTOJA, Vanda da. Amazônia: terra de missão bispos ultramontanos e missionários protestantes na Belém do século XIX. *Debates dor Ner*, Porto Alegre, ano 13, n. 21, p.95-122, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/debatesdoner>. Acesso em 28 dez. 2013.

PEREIRA, S. Carisma e poder no contexto da reforma católica ultramontana: um estudo de caso do episcopado maranhense. 2012. Disponível

em:<<http://www.abhr.org.br/plural/ojs/index.php/anais/article/viewFile/673/560>>. Acesso em: 28 dez.2012.

PERROT, Michelle. Figuras e Papéis. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da Vida Privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PESSOA, Alba Barbosa. Infância e Trabalho: dimensões do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1920). *Dissertação de Mestrado*. Manaus. Programa de Pós-Graduação em História. Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas, 2010.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. *XXIV Simpósio Nacional de História*: ANPUH, 2007.

POLLOCK, Linda A. *Forgotten Children: parent-child relations from 1500 to 1900*. London: Cambridge, 1983.

PUGA, Sylvio Mário. Federalismo, Economia Exportadora e Representação Política: o Amazonas na República Velha (1889-1914). *Tese de Doutorado*. Campinas, SP. Instituto de Economia. Unicamp, 2005.

PLAISANCE, Eric. Para uma sociologia da pequena infância. *Educação e Sociedade, Revisão & Síntese*, Campinas, v.25, n.86, p.221-241, abr. 2004.

PRADO, João Fernando de Almeida. *O século da República e seus antecedentes*. São Paulo: IBREX, 1982.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RECO, Cláudio. *A cidadania roubada*. Disponível em: <http://www.historianet.com.br>. Acesso em 20 jul. 2011.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da vida privada*, 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 20 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

RIZZINI, Irma. O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia imperial. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em História Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro. UFRJ, 2004.

_____. A politicagem na instrução pública da Amazônia imperial: combates à política d'aldeia. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, Autores Associados, SBHE, p.11-33, n.10, jul./dez. 2005.

ROCHA, Pe Assis. Filha de Sant'Ana: 37 anos de presença na barrado Ceará. *A Voz da Província*. Órgão de comunicação da província. ss Apóstolos Pedro e Paulo. Instituto das Filhas de Sant'Ana. 17 maio 2010. Disponível em: <<http://jornaldaprovincia.blogspot.com.br/2010/05>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

SANTANA, Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia*: guia de referências temática as leis e reforma e regulamentos, 1890-1930. Salvador: EDUFBA, 2011.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. Filhas de Eva no País das Amazonas: gênero, sexualidade e condição feminina nos Jornais de Manaus (1890-1915). *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. UFAM, 2006.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia*: 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Marco Cabral dos. *O espírito que não descansa*. 10 set. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 15 jun. 2011.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil*: conceitos e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SILVA, Maira Ignácio da. O jardim de infância da escola Americana, São Paulo (1870-1930). *XII Encontro de Pós-graduação*. Itatiba. Universidade São Francisco, 2013.

SILVA, Marilene Corrêa da. *O paiz do Amazonas*. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas; Uninorte, 2004.

SILVA, Ramsés Nunes e. O internato que se tece: dísticos de uma congregação católica belga em Pernambuco. *XXVII Simpósio Nacional de História*: conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, ANPUH, 22 a 26 de julho 2013.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Forte de Savavém. *Escola Froebel/Creche do Jardim Estrela/ Lactário-Creche nº3*. Disponível em: <http://www.monumentos.pt>. Acesso em 10 nov. 2013.

SOUSA, Camila Bacelar de. Os percalços de um Bispo ultramontano no Pará oitocentista. *III Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades*, ANPUH, *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá, PR, v. III, n.9, p.1-13, jan./2011.

SOUSA, Celita Maria Paes de. Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até o início

do século XX. *Tese de Doutorado em Educação*. Currículo. São Paulo. PUC, 2010.

SOUSA, Lademe Correia de. Arthur Reis e a História do Amazonas: um início em grande estilo. *Dissertação de Mestrado*. Manaus. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Amazonas, 2009.

_____. Arthur Reis, Afonso de Taunay, Câmara Cascudo e outros intelectuais brasileiros: uma viagem através das cartas. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH. São Paulo, p. 1-14, jul./ 2009.

SOUZA, Gizele de. Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares do Paraná, 1900-1929. *Tese de Doutorado em Educação*. São Paulo. PUC-SP, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. Os Grupos Escolares a História do Ensino Primário na Primeira República: questões para um debate. *Revista de Educação Pública*. Cuiabá, v.17, n.34, p.273-284, maio/ago. 2008.

SOUZA, Tarcísio Luiz Leão e. Elementos históricos da educação matemática no Amazonas: livros didáticos para ensino primário no período de 1870 a 1910. *Dissertação de Mestrado em Educação Matemática*. Campo Grande, MS. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2010.

STAMATTO, Inês S. A fotografia em pesquisas históricas. In: ANDRADE, João Maria Valença; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. *História ensinada e a escrita da História*. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

TEIVE, Gladys Mary Chizoni; DALLABRIDA, Norberto. *A escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)*. Campinas: SP: Mercado das Letras, 1911.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Costumes em comum*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e terra, 1992.

WOODHAM-SMITH, P. History of the Froebel Movement in England. In: LAWRENCE, Evelyn (Org.). *Friedrich Froebel and English Education*. London: Routledge &Kegan Paul,1969.

WRIGHT, Marie Robinson. *The New Brazil*. Second Edition, Revised and Enlarged. Philadelphia: George Barrie & Son, 1907. Disponível em: <http://issuu.com/ufpadoispontozero/docs/the_new_brazil>. Acesso em: 20 maio 2014

SITES E BLOGS

ARQUIDIOCESE DE MANAUS. Disponível em:
<http://www.arquidiocesedemanaus.org.br>. Acesso em 23 dez. 2013.

<https://pt.wikipedia.org>

<https://maps.google.com.br>

<https://www.crl.edu>

<http://www.povosdamazonia.am.gov.br>

<http://www.museueduardoribeiro.am.gov.br>

<http://www.bv.am.gov.br>

manausdeantigamente.blogspot.com.br

ANEXOS

ANEXO A - LISTAGEM DAS MENSAGENS COM OS GOVERNADORES DO AMAZONAS	
1891 -1944	
DATA DA MENSAGEM	GOVERNADORES
1) 25/11/1891	1) Gregorio Thaumaturgo de Azevedo (Presidente do Estado)
2) 05/09/1891	2) idem
3) 01/06/1892	3) Eduardo Gonçalves Ribeiro (Presidente do Estado)
4) 10/07/1893	4) idem (Governador do Estado)
5) 10/07/1894	5) idem (idem)
6) 25/03/1895	6) idem (idem)
7) 01/03/1896	7) idem (idem)
8) 04/03/1897	8) Fileto Pires Ferreira (Governador do Estado)
9) 06/01/1898	9) idem (idem)
10) 10/07/1898	10) José Cardoso Ramalho Junior (vice-governador do Estado)
11) 10/07/1899	11) José Cardoso Ramalho Junior (governador do Estado)
12) 10/07/1900	12) idem (idem)
13) 05/01/1901	13) Silverio José Nery (Governador do Estado)
14) 10/07/1901	14) idem (idem)
15) 10/07/1902	15) idem (idem)
16) 10/07/1903	16) idem (idem) – Acompanha os Relatórios dos Chefes de Repartições
17) 10/07/1904	17) idem (idem) - idem
18) 10/07/1905	18) Antonio Constantino Nery (Governador do Estado) -
19) 10/07/1906	19) idem (idem)
20) 10/07/1907	20) idem (idem)
21) 28/12/1907	21) Cel. Raymundo Affonso de Carvalho (Governador do Estado)
22) 10/07/1908	22) idem - (Presidente do Congresso Legislativo no exercício de Governador do Estado).
23) 10/07/1909	23) Cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt (Governador do Estado)
24) 10/07/1910	24) idem (idem) - Acompanhada dos Relatórios dos Chefes de Repartições
25) 15/11/1910	25) idem (idem)
26) 08/05/1911	26) idem (idem)
27) 10/07/1911	27) idem (idem)
28) 10/07/1912	28) idem (idem)

29) 10/07/1913	29) Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa (Governador do Estado)
30) 10/07/1914	30) idem (idem) – Acompanha os Relatórios dos Chefes de Repartições
31) 10/07/1915	31) idem (idem)
32) 15/01/1916	32) idem (idem)
33) 10/07/1917	33) Dr. Pedro de Alcantara Bacellar (Governador do Estado)
34) 10/07/1918	34) idem (idem)
35) 10/07/1919	35) idem (idem)
36) 10/07/1920	36) idem (idem)
37) 10/07/1921	37) Desembargador Cesar do Rego Monteiro (Governador do Estado)
38) 15/01/1922	38) idem (idem)
39) 14/07/1923	39) idem (idem)
40) 14/07/1924	40) Dr. Turiano Meira (Governador do Estado)
41) 15/12/1925	41) Alfredo Sá (Interventor Federal no Amazonas)
42) 14/07/1926	42) Ephigenio Ferreira de Salles (Presidente do Amazonas)
43) 14/07/1927	43) Antonio Monteiro de Souza (Presidente da Assembleia no exercício de Presidente do Estado)
44) 14/07/1928	44) Ephigenio Ferreira de Salles (Presidente do Estado)
45) 14/07/1929	45) idem (idem)
46) 14/07/1930	46) Dorval Pires Porto
1) 05/07/1931	1) EXPOSIÇÃO DO INTERVENTOR FEDERAL – Alvaro Maia
2) 10/1933 a 12/1934	2) RELATORIO DO INTERVENTOR FEDERAL – Capitão Nelson de Mello
3) 10/1939 a 05/1940	3) EXPOSIÇÃO DO INTERVENTOR FEDERAL – Alvaro Maia
4) 05/1940 a 05/1941	4) IDEM - IDEM
5) 05/1941 a 05/1942	5) IDEM – IDEM
6) 05/1942 a 05/1943	6) IDEM – IDEM
7) 05/1943 a 07/1944	7) IDEM – IDEM

ANEXO B – LISTA DE EDUCANDAS DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
AMAZONAS – Mensagem, 1904

Lista nominal das alumnas matriculadas no Instituto Benjamin Constant

NÚMERO	NOMES	NATURALIDADE	POEMA, V. C.	DATA DA ADMISSÃO	CHORARIAÇÃO	
					DATA	HORA
1	Eliana Monteiro	10	Amapá	João Monteiro	17	Alvorada
2	Maria Rodrigues	7	Pará	Domingos Maria do Rosário	18	Julho
3	François de Jeanne Pimenta	9	Amapá	João Fernandes da Cunha	19	Maio
4	Maria Ferreira Cavaleante	3		João Fernandes da Cunha	20	Março
5	Umbelina Maria da Silva	10		João Francisco de Oliveira Brandão	6	Setembro
6	Elisa da Gama	8		Suplicia da Gama Beato	12	Julho
7	Paulina Ferreira da Silva	8		Antônio Baracho da Silva	13	Setembro
8	Elizângela da Costa Souza	11		Manoel Soárez dos Reis	20	Dezembro
9	Joâo da Costa Souza	9		Manoel Soárez dos Reis	22	Januário
10	Françolinha Maria d'Assis	8		Maria Viúva da Conceição	1953	Agosto
11	Altira Neves	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	Setembro
12	Joanna Ferreira Lila	6		Manoel Soárez dos Reis	1953	Outubro
13	Joanna Ferreira Lila	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	Novembro
14	Joanna Ferreira Lila	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	Dezembro
15	Sara Pimentel	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	A idade refere-se a época da matrícula
16	Maria da Conceição	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
17	Isaura Lemeira Marquês	6		Manoel Soárez dos Reis	1953	
18	Isaura Lemeira Marquês	6		Manoel Soárez dos Reis	1953	
19	Beatriz de Souza	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	
20	Douilhia da Silveira	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	
21	Antônio Maria da Conceição	6		Manoel Soárez dos Reis	1953	
22	Haymunda da Conceição	9		Manoel Soárez dos Reis	1953	
23	Manoelito Guedes	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
24	Manoelita França	9		Manoel Soárez dos Reis	1953	
25	Luiz da Costa Fonseca	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	
26	Haymunda Fonseca	6		Manoel Soárez dos Reis	1953	
27	Jesuina Pimentel	9		Manoel Soárez dos Reis	1953	
28	Maria Canário	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
29	Zelina de Almeida	5		Manoel Soárez dos Reis	1953	
30	Haymunda da Costa	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	
31	Clara do Carmo	9	Sergipe	Manoel Soárez dos Reis	1953	
32	Anna de Aguiar	10	Amazonas	Manoel Soárez dos Reis	1953	
33	Haymunda Alves de Nazareth	6	Pará	Manoel Soárez dos Reis	1953	
34	Maria Ignácia Cavaleante	6	Amazonas	Manoel Soárez dos Reis	1953	
35	Maria Martinha	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
36	Maria Pimenta	9		Manoel Soárez dos Reis	1953	
37	Alexandrina Pimenta	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	
38	Agostinha Monteiro	9		Manoel Soárez dos Reis	1953	
39	Maria Calimara Menezes	5		Manoel Soárez dos Reis	1953	
40	Maria Pereira	6		Manoel Soárez dos Reis	1953	
41	Maria Rosa	6		Manoel Soárez dos Reis	1953	
42	Aurora da Nazareth	6	Rio G. do Norte	Manoel Soárez dos Reis	1953	
43	Maria Romana Ramos	5	Pará	Manoel Soárez dos Reis	1953	
44	Alcino Gomes de Araújo	6	Amazonas	Manoel Soárez dos Reis	1953	
45	Maria Angelina Guimarães	6		Manoel Soárez dos Reis	1953	
46	Amélia Branca de Menezes	9		Manoel Soárez dos Reis	1953	
47	Adelita Branca de Menezes	14		Manoel Soárez dos Reis	1953	
48	Philomena Vaz	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
49	Francisco da Vasconcelos	5		Manoel Soárez dos Reis	1953	
50	Manoelito da Souza	9		Manoel Soárez dos Reis	1953	
51	Madalena India de Mandiobá	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
52	Maria Luiza dos Santos	8	Ceará	Manoel Soárez dos Reis	1953	
53	Maria de Luna Almeida	6	Amazonas	Manoel Soárez dos Reis	1953	
54	Maria da Nazareth Leão	5		Manoel Soárez dos Reis	1953	
55	Julia de Azevedo	10		Manoel Soárez dos Reis	1953	
56	Antônio Soárez	10		Manoel Soárez dos Reis	1953	
57	Maria Terezinha Campello	13		Manoel Soárez dos Reis	1953	
58	Florinda Terezinha Campello	13		Manoel Soárez dos Reis	1953	
59	Florinda Terezinha Campello	13		Manoel Soárez dos Reis	1953	
60	Haymunda Moraes	7	Amazonas	Manoel Soárez dos Reis	1953	
61	Emilia de Jesus Pimentel	9	Portugal	Manoel Soárez dos Reis	1953	
62	Maria Ambraida de Castro	8	Amazonas	Manoel Soárez dos Reis	1953	
63	Raymundo Neneto dos Reis	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	
64	Anita Maria das Reis	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	
65	Isaura Maria das Reis	6		Manoel Soárez dos Reis	1953	
66	Isaura Maria das Reis	6		Manoel Soárez dos Reis	1953	
67	Isaura Maria das Reis	6		Manoel Soárez dos Reis	1953	
68	Justina Maria da Conceição	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	
69	Maria Pimenta das Flores	6		Manoel Soárez dos Reis	1953	
70	Elizângela da Souza Mendes	13		Manoel Soárez dos Reis	1953	
71	Eliana Yalle da Rocha	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	
72	Izaura Ferreira de Melo	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	
73	Joséfa Ferreira de Melo	7		Manoel Soárez dos Reis	1953	
74	Felisbelo Pereira	10	Portugal	Manoel Soárez dos Reis	1953	
75	Cândida Ferreira da Cruz	10	Amazonas	Manoel Soárez dos Reis	1953	
76	Cândida Ferreira da Cruz	10		Manoel Soárez dos Reis	1953	
77	Joséfa de Lígia Baptista	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
78	Justina de Lígia Baptista	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
79	Priscila Julia de Souza Cruz	13	Pará	Manoel Soárez dos Reis	1953	
80	Maria Alves dos Santos	10	Amazonas	Manoel Soárez dos Reis	1953	
81	Elvira Alves dos Santos	9		Manoel Soárez dos Reis	1953	
82	Francisca das Chagas Almeida	13		Manoel Soárez dos Reis	1953	
83	Maria do Carmo da Jardim	9		Manoel Soárez dos Reis	1953	
84	Maria das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
85	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
86	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
87	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
88	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
89	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
90	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
91	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
92	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
93	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
94	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
95	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
96	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
97	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
98	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
99	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
100	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
101	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
102	Justina das Santas	8		Manoel Soárez dos Reis	1953	
103	Maria T. de Miranda Leão	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
104	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
105	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
106	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
107	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
108	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
109	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
110	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
111	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
112	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
113	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
114	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
115	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
116	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
117	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
118	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
119	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
120	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
121	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
122	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
123	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
124	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
125	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
126	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
127	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
128	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
129	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
130	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
131	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
132	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
133	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
134	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
135	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
136	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
137	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
138	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
139	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
140	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
141	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
142	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
143	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
144	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
145	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
146	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
147	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
148	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
149	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
150	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
151	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
152	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
153	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
154	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
155	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
156	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
157	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
158	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
159	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
160	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
161	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
162	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
163	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
164	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
165	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
166	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
167	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
168	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
169	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
170	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
171	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
172	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
173	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
174	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
175	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
176	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
177	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
178	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
179	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
180	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
181	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
182	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
183	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
184	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
185	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
186	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
187	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
188	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
189	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
190	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
191	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
192	Manoel Soárez dos Reis	11		Manoel Soárez dos Reis	1953	
193						

— Agradecendo, Gontard, em Manhã, 24 de Maio de 1881.

Latvia Court

Hypothalamic Norepinephrine

ANEXO B – LISTA DE EDUCANDAS DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
AMAZONAS – Mensagem, 1905 – Anexo B

ANEXO – B

RELAÇÃO nominal das educandas existentes actualmente neste estabelecimento no anno de 1905

Nº	Nomes das educandas	Filiação	Idade referida a 1905	Naturalidade
1	Maria da Costa.....	Filha de Domicilia Maria do Rosario (já falecida).....	21	Pará
2	Elvira Monteiro.....	João Monteiro e Cândida Monteiro (orpha de mãe).....	21	Amazonas
3	Maria Ferreira Cavalcante.....	• José Ferreira e Thereza da Rocha (orpha de pai).....	19	•
4	Umbelina Maria da Silva.....	• Alexandre O. Brandão e Julia M. da Silva (já falecidos).....	18	•
5	Edelvira da Costa Soares.....	• Victoria da C. Soares e Manoel Soares dos Reis (já falecidos).....	20	•
6	Franceline Maria de Assis.....	• Vicenica da Conceição (já falecida).....	18	•
7	Sarav Fernandes.....	• Brazilina M. da Conceição (orpha de pai).....	15	•
8	Maria da Conceição.....	• Francisco M. da Conceição (orpha de pai).....	16	Pará
9	Beatrix de Souza.....	• Maria Ferreira de Souza.....	15	Pará
10	Deolinda da Silveira.....	• Tito Velloso da Silveira e Deolinda B. da Silveira (já falecidos).....	16	Amazonas
11	Rainhunda da Conceição.....	• Clementina M. da Conceição (orpha de mãe).....	15	Pará
12	Maria Monteiro Guedes.....	• Virgínia M. da Conceição (orpha de pai e mãe).....	18	Amazonas
13	Orninda França.....	• Antônio Pinto de França (orpha de pai e mãe).....	17	•
14	Maria Cândida.....	• Maria Josephina Cordovilla (orpha de pai e mãe).....	18	•
15	Maria Bonifacia.....	• Paes incognitos.....	17	•
16	Zulmira d'Almeida.....	• José Francisco d'Almeida e Maria d'Almeida (orpha de pai).....	14	•
17	Raymunda de Aguiar Costa.....	• Raymundo Henrique da Costa e Clementina da Costa (já falecidos).....	12	•
18	Clara do Carmo.....	• Calixta Maria do Carmo (orpha de pai e mãe).....	13	•
19	Maria Lydia Cavalcante.....	• Paes incognitos.....	13	•
20	Maria Martins.....	• João F. Pimenta e Anna J. Pimenta (já falecidos).....	15	•
21	Maria Pimenta.....	•	13	•
22	Alexandrina Pimenta.....	•	13	•

Nº	Nomes das educandas	Filiação	Idade referida a 1905	Naturalidade
23	Agostinha Monteiro.....	Filha de Virgínia M. da Conceição (já falecida).....	14	Amazonas
24	Maria C. Menezes.....	• Josephina Pereira da Silva (já falecida).....	16	•
25	Maria Pereira.....	• João Manoel Pereira (já falecido).....	12	•
26	Maria Romana.....	• João B. Ranius e Maria da Conceição (já falecidos).....	12	R. G. do N.
27	Alice Gomes.....	• Francisco G. da Araújo e Francisca da Araújo (já falecidos).....	15	Pernamb.
28	Maria Angelica A. Guimaraes.....	• Antônio e Maria Alves Guimaraes (já falecidos).....	15	Amazonas
29	Amelia Branca de Menezes.....	• João Facundo de Menezes e Francisca P. de Menezes (já falecidos).....	15	•
30	Adelia Branca de Menezes.....	• João Facundo de Menezes e Francisca P. de Menezes (já falecidos).....	15	•
31	Nazareth de Souza.....	• Paes incognitos.....	10	•
32	Celina India de Mandom.....	• Josephina Pereira da Silva.....	14	•
33	Maria Luiza dos Santos.....	• Luiz Antônio dos Santos e Cândida Luiza dos Santos (já falecidos).....	10	•
34	Maria de Luna Alencar.....	• Jenéas de Luna Atencar e Eleuteria Maria do Espírito Santo.....	13	Ceará
35	Maria de Nazareth.....	• Manoel Freitas Leão e Honorata de Souza Cunha (já falecida).....	13	Amazonas
36	Julia de Azevedo.....	• Gabriel Archajio de Azevedo e Anna Bezerra de Azevedo (já falecida).....	15	•
37	Atalgisa Bezerra.....	• Raphael Bezerra (orpha de mãe).....	15	•
38	Rosa Bezerra.....	•	14	•
39	Maria Turenne Campello.....	• Brazílio Rodrigues Campello e Anna Turenne Campello (já falecidos).....	16	Ceará
40	Florinda Turenne Campello.....	• Brazílio Rodrigues Campello e Anna Turenne Campello (já falecidos).....	13	Amazonas
41	Raymunda de Moraes.....	• Orphá de pai e mãe.....	15	•
42	Emilia de Jesus.....	• Luiz Pereira (orpha de mãe).....	12	Portugal
43	Raymunda Nouto dos Reis.....	• João Firmino dos Reis (orpha de mãe).....	12	Amazonas
44	Anna Maria dos Reis.....	•	11	•

Continuação do anexo B-1

Nº.	Nomes das educandas	Filiação	Idade referida a 1905	Naturalidade
45	Maria Lins Peixoto.....	Filha de Antônio Lins Peixoto (orpha de mãe).	10 a 11	Amazonas
46	Leopoldina Lins Peixoto.....	Antônio Lins Peixoto (orpha de mãe).	11	...
47	Francisca da Silva.....	Paes incognitos	11	...
48	Justina Maria da Conceição.....	Carlos M. da Conceição e Josephina M. da Conceição	11	...
49	Maria Pereira das Flores.....	Eulália das Flores.	10	...
50	Eugenio de Souza Mendes.....	Benedicta Alexandrina da Silva (orpha de pai).	11	...
51	Jisenta Ferreira de Melo.....	Raymunda Ferreira (orpha de pai).	10	...
52	Felicidade Pereira.....	Luiz Pereira (orpha de mãe).	8	Portugal
53	Candida Ferreira da Cruz.....	Orpha de pai e mãe.	12	Ceará
54	Justina de Lima Baptista.....	Candido José Baptista (já falecido) de Inocência de Lima Baptista.....	13	Amazonas
55	Domitilde de Aguilar.....	Jesuina de Oliveira Guimarães.....	10	Pará
56	Prisca Julia de Souza Cruz.....	Manoel José de Souza Cruz e Francisca Gonçalves de Assis.....	16	Amazonas
57	Maria Alves dos Santos.....	Serafina Alves dos Santos.....	15	...
58	Maria do Carmo Carvalho.....	Paes incognitos	15	Ceará
59	Maria José dos Santos.....	João José dos Santos e Maria Auta dos Santos (já falecidos).	11	...
60	Florinda dos Santos.....	João José dos Santos e Maria Auta dos Santos (já falecidos).	10	...
61	Josephina Alves Mesquita.....	José Pinto Mesquita e Joaquina Maria Alves (já falecidos).	9	...
62	Hermenegilda Mesquita.....	José Pinto Mesquita e Joaquina Maria Alves (já falecidos).	7	Amazonas
63	Amazilces Alves Corrêa.....	Antônio Alves Corrêa (já falecido) e Virgínia Gomes Corrêa.....	13	Pará
64	Luiza Aguiar.....	Jesuina de Oliveira Guimarães.....	9	...
65	Thereza d'Assumpção Chaves.....	Antônio C. de Oliveira e Estephania Chaves (já falecidos).	8	Amazonas
66	Maria d'Assumpção Chaves.....	Antônio C. de Oliveira e Estephania Chaves (já falecidos).	10	R. G. do N.

Continuação do anexo B-II

Nº.	Nomes das educandas	Filiação	Idade referida a 1905	Naturalidade
67	Izolina Barbosa Ferreira.....	Filha de Themistocles B. Ferreira (já falecido) e Gregorio J. Barbosa.....	12 a 13	Amazonas
68	Inez Barbosa Ferreira.....	Themistocles B. Ferreira (já falecido) e Gregorio J. Barbosa.....	8	Ceará
69	Maria Candida da S. Costa.....	Maria B. de Souza (orpha de pai).	11	...
70	Laura Alves de Oliveira.....	Antônio Alves de Oliveira (já falecido) e Maria A. de Oliveira.....	14	...
71	Francisca Alves de Oliveira.....	Antônio Alves de Oliveira (já falecido) e Maria A. de Oliveira.....	13	...
72	Maria Andrade de Mattos.....	Aleciuno Mattos (já falecido) e Rosa A. da Costa.	12	Amazonas
73	Francisca Teda de Sant'Anna.....	Berlaminho José de Sant'Anna (já falecido) e Maria C. de Sant'Anna.....	11	...
74	Maria de Nazareth Sant'Anna.....	Berlaminho José de Sant'Anna (já falecido) e Maria C. de Sant'Anna.....	7	...
75	Maria José dos Santos.....	Aristides de Azevedo Teixeira e Raymunda dos Santos (já falecidos).	9	...
76	Maria Theodolina de M. Leão.....	Manoel J. de Miranda Leão (já falecido) e Deolinda J. da Costa.....	12	...
77	Leticia Bezerra.....	Viriato A. Bezerra (já falecido) e Clotilde Bezerra.	10	...
78	Emilia Pinheiro.....	João C. da Silva Pinheiro (já falecido) e Emilia Pinheiro.....	11	...
79	Victoria Barbosa Ferreira.....	Themistocles B. Ferreira (já falecido) e Gregorio J. Barbosa Ferreira.....	10	...
80	Leocadia Santiago.....	Idalina Santiago (já falecida).	8	Maranhão
81	Umbelina Barbosa do Carmo.....	Rufino Barbosa do Carmo e Antonia B. do Carmo (já falecidos).	12	Amazonas
82	Mercedes Telles de Menezes.....	Joaquim Telles de Menezes e Josephina Telles de Menezes (já falecidos).	10	Ceará
83	Joaquina Telles de Menezes.....	Joaquim Telles de Menezes e Josephina Telles de Menezes (já falecidos).	12	...

Continuação do anexo B-III

Nº	Nomes das educandas	Filiação	Idade referida a 1903	Naturalidade
84	Albertina Castro e Costa.....	Filha de Deoclecio Castro e Costa (já falecido) e Hortência S de Castro e Costa.....	11 annos	Amazonas
85	Maria Castro e Costa	Deoclecio Castro e Costa (já falecido) e Hortência S. de Castro e Costa.....	10	»
86	Laura de Castro e Costa.....	Deoclecio Castro e Costa (já falecido) e Hortência S. de Castro e Costa.....	7	»
87	Aurora Paraense Albuquerque.....	Ulysses de Mello Albuquerque (já falecido) e Joaquina de Paiva Albuquerque.....	10	»
88	Ondina Marques da Silva.....	Luiza Marques da Silva.....	10	»
89	Idaletcia Telles de Menezes.....	Mancel Telles de Menezes.....	10	Ceará
90	Francisca Telles de Menezes.....	Leovigildo Amorim.....	7	»
91	Perolina Pereira da Silva.....	Felicia da Silva.....	11	Amazonas
92	Auna de M. Marques.....	Afilhada de d. Hortência.....	9	Pará
93	Paulina de Souza.....	Luiza Monte Foga.....	11	Amazonas
94	Maria Blanchard Foga.....	Afilhada de Bernardo Martins.....	11	Ceará
95	Antonia da Conceição.....	Anna Kibeiro.....	11	»
96	Raymunda Ribeiro.....	»	9	Pará
97	Virginia Ribeiro.....	Silverio Alves de Souza.....	9	»
98	Leopoldina Neves.....	Luiz Coelho.....	11	Amazonas
99	Esther Barcellar.....	Afilhada de Deoclecia Justino da M. Barcellar.....	12	Pará
100	Philomena Barcellar.....	Silverio Alves.....	8	Piauhy
101	Francisca Alves de Souza.....			

Instituto Benjamin Constant, em Manaus, 17 de Maio de 1903.

ANEXO B – LISTA DE EDUCANDAS DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
AMAZONAS – Mensagem, 10/07/1910

270

**Relação nominal das educandas e addidas do Instituto Benjamin Constant
no anno de 1909**

N.º	NOMES	N.º	NOMES
1	Maria Luiza dos Santos	55	Nazareth de Souza
2	Izabel do Espírito Santo	56	Raymunda Vasconcellos
3	Sylvia Baptista	57	Julia de Almeida
4	Luzia Level Coelho	58	Felicidade Pereira
5	Luiza Amelia França e Silva	59	Josephina Mesquita
6	Idaecia Telles de Menezes	60	Laura Alves
7	Francisca Telles de Menezes	61	Ida Folenciras
8	Francisco Alves	62	Edith Maciel
9	Gisenta Ferreira de Mello	63	Maria Rodrigues Souza
10	Maria Nazareth Olinda	64	Josephina Felgueiras
11	Antonia Olinda	65	Paulina de Souza
12	Raymunda Neves	66	Eclessia dos Santos
13	Leonila Ramalho	67	Domitila Ramalho
14	Maria de Lourdes Teixeira	68	Dalva Vitriavio
15	Hermenegilda Mesquita	69	Maria Blanchard Togni
16	Ignez Andrade de Mattos	70	Albertina Mendonça
17	Francisca F. de Sant'Anna	71	Thoreza Assumpção Chaves
18	Rosa Bentes	72	Juliana Jauapery
19	Clarice dos Santos	73	Izolina Barboza Ferreira
20	Clelia Chaves	74	Antonia da Conceição
21	Mercedes Telles de Menezes	75	Maria Portella Martins
22	Maria Assumpção Soares	76	Maria Assumpção Chaves
23	Feliciano dos Santos	77	Maria Nazareth Sant'Anna
24	Cristina Oliveira	78	Francisca de Souza
25	Maria Andrade	79	Maria José Teixeira
26	Luduvina Costa	80	Maria José da Silva
27	Leocadia Santiago	81	Raymunda Ribeiro
28	Joaquina de Jesus	82	Virginia Ribeiro
29	Maria Theolina de Miranda Leão	83	Agripina Vitriavio
30	Izabel Ramalho	84	Luzia de Araujo
31	Almerinda de Souza	85	Ignez Barboza
32	Maria H. de Souza	86	Alexandrina Pimenta
33	Othilia de Oliveira Machado	87	Anita Celeste
34	Laura da Natividade	88	Auren Maciel
35	Francisca Barboza	89	Aurora Paraense Albuquerque
36	Maria Corrêa Miranda	90	Julia de Azevedo
37	Perolina Pereira	91	Maria Romana Ramos
38	Raymunda Nônato	92	Amalia Guimarães
39	Ricarda Rodrigues	93	Analia Moraes
40	Emilia Pereira	94	Maria do Carmo Vasconcellos
41	Patrocínio Duarte Pinho	95	Stella Coelho
42	Maria Nazareth Campello	96	Ernestina Level
43	Josephina Duarte Pinho	97	Maria Magdalena Ramos
44	Victoria Lyra	98	Maria Bouetti
45	Maria Augusta de Castro Costa	99	Lurecchia da Conceição
46	Raymunda da Silva	100	Filomena Coelho
47	Maria Lins Peixoto		Lucinda Ferreira da Silva
48	Leonor Chaves		Dalila dos Santos Alencar
49	Georgina Rosa de Farias		Orminda Ramos
50	Leopoldina Lins Peixoto		Maria José Ramos
51	Laura Castro e Costa		Maria Eleuteria Fernandes
52	Maria Amaral		Hilda Amaral
53	Anna Marques		Alice Amaral
54	Mathilde dos Santos		Maria Rodrigues da Costa
			ADIDAS

Secretaria do Instituto Benjamin Constant, 25 de Janeiro de 1910.

Lydia Couto

**ANEXO C – MAPAS DE APLICAÇÃO E COMPORTAMENTO DAS ALUNAS DO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
AMAZONAS – Mensagem, 10/07/1910**

271

*Mapa da applicação e comportamento das alunas matriculadas nas aulas do 3.º grau do
Instituto Benjamin Constant no período de 8 de Janeiro a 31 de Outubro de 1909*

Números	NOMES	NOTAS							OBSERVAÇÕES	
		Ótimas	Bons	Satisfatórios	Máis	Passadas	Comportamento	Faltas		
1	Maria Augusta	30	112	38	6	2	Óptimo	8	197	Habilitada com distinção
2	Domitilla Ramalho.....	26	98	45	12	4	“	11	185	Habilitada
3	Emilia Periora	—	—	57	68	35	Satisfável	39	160	Não fez exame
4	Aurora d'Albuquerque	—	2	50	35	52	Óptimo	22	139	“
5	Emilia Pinheiro	—	—	62	59	43	Satisfável	37	164	“
6	Isolina Barbosa	24	92	42	13	5	Óptimo	—	176	Habilitada
7	Leopoldina Peixoto	—	52	45	40	12	Satisfável	—	149	Não fez exame
8	Raymunda Nonata	—	1	38	39	55	“	4	133	“
9	Maria Miranda	25	97	46	11	3	Óptimo	1	182	Habilitada
10	Maria B. Toga	—	33	92	40	11	Satisfável	2	176	Não fez exame
11	Maria Andrade	—	45	29	14	19	Óptimo	10	107	“
12	Julia Azevedo	—	—	126	45	50	“	12	221	“
13	Maria Bonifacia	2	13	30	19	4	“	37	68	“
14	Victoria Barbosa	—	—	51	24	26	“	15	101	“
15	Maria Peixoto	—	—	63	25	26	Satisfável	6	114	“
16	Maria Lydia	8	10	13	9	9	Óptimo	27	49	Desligada antes da época d'exame
17	Leoniella Ramalho	20	93	38	15	7	“	2	173	Não fez exame
18	Isabel Ramalho	29	108	28	8	3	“	7	186	Habilitada

Manaus, 25 de Janeiro de 1910.

Virgilia Corrêa

*Mapa da applicação e comportamento das alunas da cadeira do 2.º grau do Instituto Benjamin Constant,
no período de 8 de Janeiro a 31 de Outubro do anno de 1909*

Números	NOMES	NOTAS DE APLICAÇÃO							Comportamento	OBSERVAÇÕES
		Ótimas	Bons	Satisfatórios	Máis	Passadas	TOTAL	Faltas		
1	Perolina Pereira.....	24	170	3	—	—	197	10	Bom	Approved com distinção
2	Nazareth de Souza	26	106	6	—	—	198	9	“	“
3	Rosa Bentes	32	153	8	—	—	193	14	“	Approved
4	Anna Marques	35	151	6	1	—	193	14	“	Approved com distinção
5	Philomena Coelho	24	152	7	4	—	187	20	“	Approved
6	Victoria Lyra	25	165	10	—	—	200	7	“	“
7	Raymunda Ribeiro	13	157	14	2	—	186	21	“	Não fez exame
8	Clelia Chaves	4	142	37	4	—	187	20	“	“
9	Raymunda Neves	20	147	15	3	—	185	32	“	“
10	Maria de Nazareth Campello	14	145	22	4	—	185	22	“	“
11	Gisenta Ferreira	33	153	9	2	—	197	10	“	Approved com distinção
12	Saray Fernandes	16	162	12	5	—	195	12	“	Approved
13	Francisca Alves	14	143	24	2	—	183	24	“	Não fez exame

Instituto Benjamin Constant, 25 de Janeiro de 1910.

A professora

Theonilla Estellita Barreira Pessôa

Mapa da applicação e comportamento das alumnas da cadeira do 1.º grão no período de
8 de Janeiro a 31 de Outubro de 1909

Números	NOMES	NOTAS							OBSERVAÇÕES	
		Otima	Bom	Satisf.	Má	Pess.	Comportamento	Faltas		
1	Isabel do Espírito Santo..	10	112	36	12	2	Optimo	20	172	Habilitada com distinção
2	Antonia da Conceição.....	7	100	47	9	—	»	29	163	»
3	Othilia do O. Maciando.....	7	136	28	4	—	»	17	175	»
4	Francisca Telles.....	4	120	48	7	—	»	13	179	Habilitada
5	Leocadia Santiago.....	5	76	63	24	1	Bom	23	169	Habilitada com distinção
6	Meredes Telles.....	2	101	49	20	—	»	20	172	Habilitada
7	Josephina Mesquita.....	1	76	65	25	—	»	25	167	»
8	Maria Assunção.....	2	92	46	24	2	Má	26	166	»
9	Felicidade Pereira.....	2	86	53	28	4	»	21	179	Habilitada com distinção
10	Alexandrina Pimenta.....	1	68	66	22	—	Bom	35	157	»
11	Ignêz Barbosa.....	1	62	65	33	—	»	31	161	Habilitada
12	Estella Coelho.....		71	68	31	—	Satisfivel	22	170	»
13	Maria José Teixeira.....		60	75	40	1	»	16	175	»
14	Idaécia Telles.....		87	57	24	—	»	24	168	»
15	Maria Luiza dos Santos.....		57	65	40	3	Má	27	165	»
16	Virginia Ribeiro.....		89	63	18	—	Satisfivel	27	165	Não fez exame
17	Lauro Castro Costa.....		92	65	15	—	»	20	172	»
18	Analia Oliveira de Moraes.....		104	62	7	—	Bom	19	173	»
19	Maria Soares.....		70	68	16	—	Má	38	164	»
20	Dalva Rodrigues de Souza.....		55	70	7	—	Bom	17	132	Não fez exame. Matriculada á 17-3-1909
21	Ricarda R. Moraes.....		42	37	2	—	»	16	81	»
22	Leticia Bezerra.....		31	60	31	—	Possímo	29	122	Desligada á 30-9-1909
23	Servula Monteiro.....		3	14	21	—	»	34	98	Desligadas á 19-5-1909
24	Dalvina Monteiro.....		40	37	14	—	Satisfivel	13	91	Desligadas á 19-5-1909

Instituto Benjamin Constant, 26 de Janeiro de 1910.

A professoro,
Juliana Magriné da Cunha

Mapa da applicação e comportamento das alumnas da cadeira de 1.º grão, no período
do 8 de Janeiro a 30 de Outubro de 1909

			NOTAS								OBSERVAÇÕES
			Aplicadas	Has	Soffrivel	Has	Pesadas	Total	Faltas	Comportamento	
1.º LIVRO	1	Patrocínio Duarte.....	15	143	24	5	—	187	10	Óptimo	Destas alumnas aqui matriculadas, apenas fez exame a menina Patrocínio Duarte, sendo habilitada com distinção.
	2	Maria de Souza.....	9	123	42	7	—	181	16	*	
	3	Francisca Tecla.....	6	94	59	18	—	177	20	Bom	
	4	Feliciano dos Santos.....	5	107	47	10	—	172	25	Soffrivel	
	1	Francisca Souza.....	5	85	65	26	—	181	16	*	
	2	Josopha Filgueiras.....	—	136	23	3	—	162	35	Bom	
	3	Clarice Santos.....	2	123	40	4	—	169	28	*	
	4	Eusecia dos Santos.....	—	119	43	6	—	168	29	Soffrivel	
	5	Thereza Chaves.....	—	123	37	6	—	166	31	Bom	
	6	Annita Celeste.....	—	88	70	10	—	168	29	Soffrivel	
2.º LIVRO	7	Laura da Natividade.....	—	67	65	14	—	146	51	Máo	
	8	Silvia Baptista.....	—	70	74	16	—	180	37	Soffrivel	
	9	Paulina Souza.....	—	73	60	18	—	151	46	Máo	
	10	Raymunda Silva.....	—	73	83	9	—	168	20	Bom	
	1	Antonia da Conceição.....	5	91	44	5	—	145	52	*	
	2	Agripina Rodrigues.....	—	120	49	9	—	178	19	*	
	3	Luiza Amelia da Silva.....	—	81	74	5	—	160	37	Soffrivel	
	4	Gilda Mesquita.....	—	116	53	10	—	179	18	Bom	
	5	Maria Portella.....	—	68	76	17	—	161	36	*	
	6	Nazareth Sant'Anna.....	—	87	72	12	—	171	26	Soffrivel	

Instituto Benjamin Constant, 26 de Janeiro de 1910.

A professora
Antonina Borges de Sá

Mapa da applicação e comportamento das alumnas do curso infantil no período do
8 de Janeiro a 31 de Outubro de 1909

Números	NOMES	NOTAS							OBSERVAÇÕES
		Opinais	Bons	Sufícias	Máis	Pessimas	Comportamento	Faltas	
1	Maria do Nazareth.....	23	22	63	5	6	Optimo	28	119
2	Almerinda F. de Souza.....	18	84	82	4	—	—	27	188
3	Ignes Andrade.....	26	61	89	17	—	Soffrivel	15	196
4	Rosa Farins.....	22	112	62	1	—	—	20	197
5	Leonor Chaves.....	21	72	97	14	—	—	13	204
6	Aurea Maciel.....	37	88	67	5	—	Optimo	25	189
7	Ernestina Level.....	24	88	82	15	—	—	16	209
8	Raymunda Vasconcellos.....	5	72	12	6	—	—	12	95
9	Lucia Level.....	33	92	88	8	—	—	6	221
10	Maria de Lourdes.....	5	82	106	11	4	—	18	208
11	Francisca Barbosa.....	13	102	72	5	—	Soffrivel	20	192
12	Maria Corrêa.....	12	130	72	—	—	—	10	214
13	Mathilde da Silva.....	—	60	103	43	2	Optimo	27	108
14	Julia d'Almeida.....	31	92	80	6	—	—	17	209
15	Ida Filgueiras.....	11	92	88	12	—	Soffrivel	22	203
16	Edith Maciel.....	14	106	89	7	—	Optimo	7	216
17	Albertina Mendonça.....	4	68	109	20	—	Soffrivel	23	201
18	Juliana Jauapery.....	12	100	90	8	—	Bem	7	210
19	Maria José da Silva.....	11	65	108	26	—	Optimo	18	210
20	Luiza Bezerra.....	19	102	62	7	—	—	11	190
21	Luiza de Araujo.....	22	77	96	18	—	—	14	214
22	Maria do Carmo.....	4	39	76	15	—	—	22	134
23	Eleutheria Fernandes.....	12	80	62	3	—	—	28	157
24	Lucrecia da Conceição.....	7	78	82	9	—	—	16	175
25	Amalia Guimarães.....	20	92	104	12	—	—	12	228
26	Josephina Duarte.....	16	102	85	11	—	—	9	214
27	Maria Ludovina.....	20	79	102	16	—	—	16	217
28	Joaquina de Jesus.....	5	80	97	2	—	—	22	184

Instituto Benjamin Constant, 29 de Janeiro de 1910.

A professora,
Irmã Thereza Caravita

Mapa da applicação e comportamento das alumnas da aula de musica no periodo de
8 de Janeiro a 31 de Outubro de 1900

Numeros	NOMES	NOTAS							OBSERVAÇÕES	
		Habilmas	Máis	Edifícios	Máis	Perfumes	Comportamento	Felias		
1	Leopoldina Lins Peixoto.....	10	25	20	4	1	Optimo	20	60	Habilitada com distinção
2	Maria Andrade de Mattos.....	10	30	25	4	1	"	10	70	Habilitada plenamente
3	Maria Lins Peixoto.....	10	28	24	4	2	"	12	68	Habilitada com distinção
4	Maria A. de Castro e Costa.....	8	25	24	2	1	"	20	60	"
5	Isolina Barbosa.....	8	25	30	4	2	"	11	69	"
6	Marin T. Miranda Leão.....	8	24	26	5	2	"	15	65	Habilitada plenamente
7	Izabel Ramalho.....	4	20	30	10	2	"	14	66	Habilitada plenamente
8	Othilia Oliveira Machado.....	10	30	20	6	—	"	14	66	Habilitada com distinção
9	Leonilla Ramalho.....	6	36	20	8	—	"	10	70	Habilitada
10	Nazareth Campello.....	8	30	20	8	—	"	14	66	"
11	Francisca Mello de Menezes.....	8	20	30	8	—	"	14	66	"
12	Annita Celeste.....	4	15	40	6	4	Bom	11	69	"
13	Cletia Chaves.....	8	20	25	6	2	Optimo	19	61	"
14	Lucia Level.....	6	25	20	6	—	"	23	57	"

Instituto Benjamin Constant, 29 de Janeiro de 1910.

A professora,
Irmã *Herminia Cattaneo*

Mapa da applicação e comportamento das alumnas da cadeira de costura, no período do
8 de Janeiro a 31 de Outubro de 1909

Números	NOMES	NOTAS							OBSERVAÇÕES	
		Ótimas	Bom	Sufícias	Máx.	Pessimas	Comportamento	Faltas		
1	Laura Alves.....	12	24	0	0	0	Óptimo	46	36	Já fez exame
2	Celina Meneses.....	6	46	0	0	0	>	30	52	
3	Maria Bonifacia.....	—	12	0	0	0	>	70	12	Não fez exame
4	Saray Fernandes.....	—	45	14	0	3	Bom	20	62	Habilitada
5	Domitilia Ramalho.....	3	68	4	0	6	>	7	75	
6	Isolina Barbosa.....	—	61	6	0	0	>	15	67	Habilitada com distinção
7	Leopoldina Peixoto.....	5	63	2	0	0	>	12	70	
8	Maria Miranda.....	5	66	2	0	0	Óptimo	9	73	
9	Maria Lydia.....	—	15	7	3	8	Máx	16	33	
10	Maria Andrade.....	—	66	5	1	3	Bom	7	75	Habilitada
11	Maria Blanchard.....	5	64	5	0	0	>	8	74	Habilitada com distinção
12	Aurora Albuquerque.....	—	61	9	0	0	>	12	70	Habilitada
13	Julia de Azevedo.....	—	39	26	5	4	>	8	64	
14	Estella Coelho.....	3	58	4	2	0	>	15	67	Habilitada com distinção
15	Francisca Alves.....	21	48	0	0	0	Óptimo	13	69	
16	Philomena Coelho.....	2	59	2	2	1	Bom	16	66	
17	Idalecia Telles.....	—	30	26	5	5	>	11	68	Habilitada
18	Maria Peixoto.....	—	56	8	6	4	>	8	74	
19	Raymunda Nonato.....	—	34	28	1	10	Sofrivel	9	73	
20	Isabel Ramalho.....	5	58	5	0	0	Óptimo	14	68	Habilitada com distinção
21	Meredes Telles.....	—	22	33	8	9	Bom	10	72	Habilitada
22	Isabel do Espírito Santo.....	—	11	30	12	11	>	18	64	
23	Josepha Mesquita.....	35	15	12	11	11	>	9	73	
24	Emilia Pinheiro.....	—	31	29	1	2	>	19	63	
25	Maria Romana.....	—	44	12	9	1	>	17	65	Habilitada com distinção
26	Alexandrina Pimenta.....	—	51	10	4	3	>	14	68	Habilitada
27	Emilia Pereira.....	—	42	17	10	4	>	9	73	
28	Victoria Barbosa.....	—	21	4	9	2	>	46	36	
29	Rosa Bentes.....	—	41	19	7	2	>	13	69	
30	Victoria Lyria.....	—	45	23	4	3	>	7	75	
31	Raymunda Neves.....	—	47	21	4	2	>	8	74	
32	Anuá Marques.....	—	30	20	3	9	Sofrivel	20	62	
33	Joaquina Telles.....	—	—	—	—	—	—	—	—	Não compareceu durante o ano
34	Maria Soares.....	—	27	14	8	10	Sofrivel	23	59	Habilitada com distinção
35	Nazareth de Souza.....	—	46	15	6	3	Bom	12	70	Habilitada
36	Servula Monteiro.....	—	1	1	16	12	Pessimo	13	30	Desligada á 19 de Maio de 1909
37	Maria Luisa.....	—	12	16	15	28	—	11	71	Habilitada
38	Gisenta Ferreira.....	—	62	11	1	0	Bom	8	74	
39	Antonia Conceição.....	—	46	18	6	3	—	9	73	Habilitada com distinção
40	Perolina da Silva.....	—	40	26	2	2	—	12	70	Habilitada
41	Dalvina Monteiro.....	—	7	6	11	6	Sofrivel	5	30	Desligada á 19 de Maio de 1909
42	Maria Augusta.....	3	69	1	0	0	Óptimo	9	73	Habilitada com distinção
43	Paulina de Souza.....	—	16	34	12	4	Bom	16	66	Habilitada
44	Leonilla Ramalho.....	—	29	43	2	0	Óptimo	8	74	Habilitada com distinção
45	Raymunda Silva.....	—	25	42	3	0	—	12	70	
46	Raymunda Ribeiro.....	—	8	33	14	13	Bom	14	68	Habilitada
47	Patrocinia Duarte.....	—	5	23	24	20	Máx	10	72	
48	Leticia Bezerra.....	—	1	15	12	23	—	12	51	Desligada á 30 de Setembro de 1909

Instituto Benjamin Constant, 31 de Janeiro de 1910.

A professora,
Maria A. Corrêa d'Araújo

**Mappa da applicação e comportamento das alumnas da anfí de prendas
no periodo de 8 de Janeiro a 31 de Outubro de 1909**

Números	NOMES	NOTAS								OBSERVAÇÕES
		Optimas	Bom	Satisfatórias	Mau	Pesadas	Comportamento	Belas	Total	
1	Anna Celeste.....	—	160	5	—	Soffrivel	54	165		
2	Feliciana dos Santos.....	—	153	—	—	Bom	51	153		
3	Eclesia dos Santos.....	—	120	17	6	1	Soffrivel	59	137	
4	Francisca de Souza.....	—	16	169	6	1	—	47	192	
5	Maria Amaral.....	—	11	157	5	—	Bom	40	163	
6	Laura Castro e Costa.....	—	6	146	3	1	Mau	60	155	
7	Ignez Barboza Ferreira.....	—	11	117	—	—	Bom	40	128	
8	Hermenegilda Mesquita.....	—	6	130	—	—	—	50	152	
9	Sylvia Baptista.....	—	12	103	8	—	Soffrivel	37	110	
10	Luiza Amilia.....	—	—	150	2	—	Bom	50	152	
11	Maria Chaves.....	—	151	17	—	—	—	48	168	
12	Nazareth de Sant'Anna.....	—	—	153	8	—	Soffrivel	—	161	
13	Thereza Chaves.....	—	162	6	—	—	—	—	171	Habilitada
14	Leocadia Santiago.....	—	4	96	16	1	Mau	—	116	
15	Maria Portella Martins.....	—	—	96	11	—	—	—	167	
16	Francisca T. de Sant'Anna.....	—	139	—	—	—	Optimo	—	141	Habilitada com distinção
17	Servula Monteiro.....	—	2	42	6	3	Mau	17	53	
18	Raymunda Silva.....	—	35	45	—	—	Bom	37	80	Habilitada com distinção
19	Raymunda Ribeiro.....	2	50	45	—	—	—	33	97	Habilitada
20	Victoria Barboza Ferreira.....	—	1	33	5	2	Mau	14	41	
21	Laura Natividade.....	—	—	207	5	—	Soffrivel	58	270	Habilitada
22	Felicidade Pereira.....	—	3	142	13	—	Mau	51	158	
23	Atonia Olinda.....	—	—	156	2	—	Soffrivel	52	157	Habilitada
24	Aurilia Moraes.....	3	135	23	—	—	—	75	161	
25	Clarice dos Santos.....	—	—	143	2	—	Bom	42	148	
26	Agrippina de Souza.....	—	35	171	—	—	—	37	206	
27	Dalvina Monteiro.....	—	1	37	4	—	Mau	23	44	
28	Maria Luiza dos Santos.....	—	20	58	10	2	—	37	90	Habilitada
29	Nazareth de Souza.....	—	34	57	—	—	Soffrivel	29	91	
30	Paulina de Souza.....	1	46	44	—	—	Optimo	29	91	
31	Raymunda Nonato.....	—	26	61	—	—	Bom	28	87	
32	Mercedes T. de Menezes.....	—	13	67	2	3	Soffrivel	35	85	
33	Patrocinia Duarte Pinho.....	2	67	28	—	—	Bom	32	97	Habilitada
34	Rosa Bentes.....	—	40	51	—	—	—	37	91	Habilitada com distinção
35	Victoria Lyria.....	2	89	13	—	—	Optimo	26	94	
36	Maria Assumpção.....	—	177	—	2	—	Soffrivel	41	179	Habilitada
37	Maria José Teixeira.....	4	54	—	—	—	Optimo	41	58	Habilitada com distinção
38	Josephina Felgueiras.....	2	80	2	—	—	—	37	84	
39	Francisca T. de Menezes.....	2	172	—	—	—	—	35	174	
40	Otilia d'Oliveira Machado.....	2	163	1	—	—	—	56	100	
41	Dalva de Souza.....	—	14	128	—	—	Bom	56	132	Habilitada
42	Nazareli de Campello.....	1	158	—	—	—	—	56	159	Habilitada com distinção
43	Raymunda Neves.....	—	11	70	—	—	—	—	104	
44	Josephina Mesquita.....	2	68	20	—	—	Optimo	—	90	Habilitada
45	Idaletia T. de Menezes.....	—	18	2	—	—	Bom	—	20	
46	Izabel do Espírito Santo.....	3	68	27	—	—	—	—	92	
47	Maria Romana.....	1	45	50	—	—	Soffrivel	—	96	Habilitada
48	Maria Soares.....	—	44	45	1	—	Bom	—	90	
49	Anna Marques.....	—	6	75	—	1	Soffrivel	42	80	
50	Leonilla Ramalho.....	—	48	46	—	—	Bona	37	94	Habilitada com distinção
51	Alexandrina Pimenta.....	—	8	75	—	—	Soffrivel	42	80	Habilitada
52	Emilia Pinheiro.....	—	4	84	1	3	Mau	24	92	
53	Emilia Pereira.....	—	6	69	5	4	—	29	94	Habilitada
54	Leticia Bezerra.....	—	1	61	12	1	—	27	77	
55	Laura Alves de Oliveira.....	10	80	—	—	—	Optimo	37	90	
56	Celina Menezes.....	4	81	5	—	—	—	29	93	

Nº Números	NOMES	NOTAS							OBSERVAÇÕES
		Ótimas	Bom	Sofridas	Má	Pessimas	Comportamento	Páginas	
57	Saray Fernandes.....	7	14	—	—	—	Bom	30	181 Habilidada com distinção
58	Aurora d'Albuquerque.....	1	61	18	—	—	Optimo	36	80
59	Antonin da Conceição.....	—	67	28	—	—	—	27	95
60	Domitilla Ramalho.....	4	92	2	—	—	—	21	98
61	Estella Coelho.....	4	80	12	—	—	Bom	8	96
62	Francisca A. d'Oliveira.....	6	77	4	—	—	—	25	87
63	Izolina Barboza Ferreira.....	4	99	5	—	—	Optimo	30	108
64	Maria Peixoto Lins.....	3	75	25	—	—	Bom	20	99
65	Maria Blanchard Toga.....	5	52	11	—	—	—	28	68
66	Maria Lydia.....	—	13	54	2	—	Mau	24	69
67	Maria Miranda Leão.....	6	96	—	—	—	Optimo	40	102
68	Leopoldina Peixoto Lins.....	—	62	35	—	—	Bom	32	99
69	Maria Andrade.....	4	67	27	3	—	—	27	98
70	Maria A. Castro e Costa.....	3	58	28	—	—	Optimo	—	89
71	Izabel Ramalho.....	2	69	30	2	—	—	—	76
72	Gisenta Ferreira de Mello.....	5	96	3	—	—	—	—	104
73	Julia d'Azevedo.....	3	69	29	—	—	—	—	101
74	Philomena Coelho.....	3	92	6	—	—	—	20	101

Instituto Benjamin Constant, 29 de Janeiro de 1910.

A professora, Irmã Tecla D'Urso

Demonstração da receita e despesa do Instituto Benjamin Constant, durante o anno de 1909

Nº	Classificação	Receita	Nº	Classificação	Despesa
	Lei n. 578 de 16 de Outubro de 1909				
87	Pessoal.....	78:600\$000	87	Pessoal.....	74:510\$050
88	Expediente.....	3:000\$000	88	Expediente.....	2:667\$700
89	Alimentação para 144 pessoas	100:000\$000	89	Alimentação para 144 pessoas	53:500\$980
90	Vestuário para 100 alumnas	36:000\$000	90	Vestuário para 100 alumnas	13:309\$560
91	Medicamentos.....	3:000\$000	91	Medicamentos.....	2:667\$000
92	Materia prima para os trabalhos.....	5:000\$000	92	Materia prima para os trabalhos.....	192\$900
93	Roupa de cama, mesa e co-sinha.....	10:000\$000	93	Roupa de cama, meza e co-sinha.....	312\$000
94	Reparo e conservação de móveis.....	2:000\$000	94	Reparo e conservação de móveis.....	152\$200
		237:600\$000		Saldo das verbas.....	90:266\$710
					237:600\$000

Secretaria do Instituto Benjamin Constant, em Manáos, 25 de Janeiro de 1910.

Lydia Couto

**ANEXO C – MAPAS DE APLICAÇÃO E COMPORTAMENTO DAS ALUNAS DO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
AMAZONAS – Mensagem, 1914**

242

QUADRO N.º 4

Mappa da applicação e comportamento das alumnas da cadeira do curso infantil, no periodo de Janeiro a 31 de Outubro de 1913

Número	NOMES	NOTAS						TOTAL	Comportam-	OBSERVAÇÕES
		Optimas	Baixas	Sofr. - velas	Méd.	Pessimas	Faltas			
1	Hilda Alves do Amaral	7	76	124	4	–	21	211	Bom	Approved com distinção
2	Francisca Lopes Cardoso	6	68	120	6	–	26	206	•	Habilitada
3	Amelia Lopes Cardoso	9	70	118	7	–	28	204	•	
4	Julia de Vasconcellos	1	49	132	14	–	36	196	•	Approved com distinção
5	Alice Alves do Amaral	1	25	132	36	2	36	196	•	
6	Francisca das Chagas	–	22	132	40	4	34	198	Soffr.	Habilitada
7	Elvira do Carmo Dias	–	18	136	54	3	21	211	•	
8	Durvina Marques	1	28	124	25	1	53	179	Bom	
9	Aurora de Almeida	1	35	142	40	4	10	222	•	
10	Alice Freire de Alencar	2	50	151	17	2	10	222		Approved com distinção
11	Cecilia Gama	–	7	72	43	5	105	127	Soffr.	
12	Lina Gomes da Fonseca	–	15	123	29	1	64	168	•	
13	Gracinda Ferreira da Silva	–	22	151	35	1	23	209	•	
14	Altacy da Silva	–	1	37	36	8	150	82	•	
15	Anna Moreira Pinto	–	13	120	48	1	50	182	•	
16	Maria Magdalena Pinto	–	–	–	–	–	–	–		
17	Lygia Dias de Souza	–	–	–	–	–	–	–		
18	Laura do Carmo Dias	–	–	–	–	–	–	–		
19	Rosinella Accarilli	–	–	–	–	–	–	–		
20	Saphira Lobato Domiense	–	–	–	–	–	–	–		
21	Ayda da Silva Porto	–	–	–	–	–	–	–		
22	Emilia	–	–	–	–	–	–	–		
23	Maria do Carmo Salles	–	–	–	–	–	–	–		

Instituto Benjamin Constant, 23 de Março de 1914.

A professora, Irmã *Teresa Caravita*.

QUADRO N.º 5

Mapa da aplicação e comportamento das alumnas da cadeira do 1.º grau, no período de Janeiro a 31 de Outubro de 1913

Número	NOMES	NOTAS						TOTAL	Comportamento	OBSERVAÇÕES
		Ótimas	Bôas	Sofr. vales	Máis	Pessimas	Faltas			
1	Alice de Oliveira	10	133	30	10	1	11	183	Bom	
2	Adelalde Angusta França	..	78	58	10	1	47	147	Soffr.	
3	Aurca Rodrigues Pastana	..	95	43	16	—	40	154	Bom	
4	Anna Franco	..	92	77	4	1	20	174	•	
5	Consuelo Souza Abicassis	..	108	54	4	—	28	166	•	
6	Christina Oliveira	..	106	58	18	1	21	173	•	
7	Felicidade Senra	5	120	28	—	—	41	153	•	
8	Georgina Rosa de Farias	..	104	72	2	1	15	179	•	
9	Izaura Figueiredo	2	80	72	13	2	25	160	Soffr.	
10	Maria de Lourdes	..	125	33	5	—	31	163	•	
11	Maria José da Silva	2	63	68	12	—	49	145	•	
12	Maria Corrêa de Miranda	..	106	52	24	2	15	184	•	
13	Maria Pereira	12	66	2	—	—	46	80	Bom	
14	Orminda Ramos	2	101	46	17	—	28	166	•	
15	Sylvia Baptista	2	83	43	14	—	52	142	•	
16	Silvina Belém	..	122	36	7	—	29	165	•	
17	Zeneide Guinardes	2	119	49	8	—	16	178	•	
18	Adalgisa de Oliveira	16	119	24	11	—	21	173	•	Approved com distinção
19	Aurea de Souza Marques	..	99	48	2	—	45	149	•	
20	Antonia Pinheiro	..	89	48	7	—	50	144	•	
21	Albertina Mendonça	1	77	50	9	—	57	137	Soffr.	
22	Alzira Azevedo	2	95	51	26	—	20	174	Bom	
23	Alexandrina do Rozario	..	36	11	8	—	19	55	Soffr.	
24	Clarice dos Santos	19	119	24	11	—	21	173	•	Approved com distinção
25	Candida Cabral	1	116	52	12	—	13	181	•	
26	Deolinda Moreira	..	64	51	39	—	40	154	Bom	
27	Dulce Camello	..	105	46	4	1	38	156	Soffr.	
28	Ernestina Level Coelho	1	80	59	27	—	27	167	•	
29	Ignêz Andrade de Maltos	23	131	22	3	—	15	179	•	
30	Izaura Gonçalves	1	109	49	6	—	29	165	Bom	
31	Josepha Duarte Pinto	3	67	50	27	—	47	147	Soffr.	
32	Luiza Neves	2	123	35	12	—	22	172		
33	Luiza Araujo	2	86	52	19	—	35	159	•	
34	Lucrecia da Conceição	2	58	55	33	—	46	148	•	
35	Lucinda Ferreira da Silva	9	129	28	3	—	25	169	Bom	
36	Maria José do Rozario	6	88	42	18	—	41	153	Soffr.	
37	Maria Eleuteria Fernandes	4	108	34	1	—	47	147	Bom	
38	Nazareth Olinda	5	121	43	12	—	13	181	•	
39	Ottília Serra	..	114	48	4	—	28	166	•	
40	Raymunda Angelica	3	106	41	12	—	32	162	•	
41	Salustiana Seabra Pacca	7	129	24	—	—	34	160	•	
42	Hermíogena Brandão	2	83	59	21	—	29	165	Soffr.	
43	Maria José Dias de Souza	20	125	40	12	4	16	201	Opt.	
44	Edith Freire de Alencar	14	148	35	10	—	10	207	•	
45	Eliza Prestes	..	68	58	26	3	62	155	Bom	
46	Ernestina Soledade	..	86	63	6	1	58	159	Mau	
47	Clotilde Barbosa da Cunha	..	102	45	17	—	53	164	Soffr.	
48	Ida Assumpção Filgueiras	..	105	46	8	2	56	161	•	
49	Hermenegilda Mesquita	..	78	39	11	—	89	128	Opt.	
50	Julia de Almela	6	129	53	17	—	12	205	Bom	
51	Juiana Jaupery	..	85	71	29	—	35	182	•	
52	Maria Rodrigues	20	130	19	4	2	42	175	Soffr.	
53	Maria do Carmo Vasconcellos	2	110	62	27	2	11	203	Mau	
54	Maria Portella Martins	2	74	66	35	7	33	184	•	
55	Maria Rebouças	2	130	54	20	—	11	206	Opt.	
56	Benedicta Maria da Rocha	..	122	55	14	1	25	192	Soffr.	
57	Rita Siqueira Martins	..	53	21	2	—	23	76	•	
58	Zulmira Valle	..	83	30	18	—	86	131	Opt.	

Instituto Benjamin Constant, 23 de Maio de 1914.

A professora, Juliana Maquiné da Cunha.

QUADRO N.º 6

Mapa da aplicação e comportamento das alumnas da cadeira do 2.º grão do Instituto «Benjamin Constant», no período de Janeiro a 31 de Outubro do anno de 1913

Números	NOMES	NOTAS					TOTAL	Comportam.	OBSERVAÇÃO
		Ótimas	Boas	Satisfatórias	Máis	Pessimas			
1	Agrípina Vitruvio	1	143	50	2	—	22	196	Bom
2	Anna Lecce	2	120	47	5	—	44	174	•
3	Amelia Guinharães	5	148	47	2	—	16	202	•
4	Almerinda Souza	4	144	45	1	—	24	194	•
5	Andrelina Lopes	4	155	47	1	—	11	207	•
6	Aurea Maciel	9	163	22	—	—	24	194	•
7	Alayde Vasconcellos	1	84	82	4	—	47	171	•
8	Edith Maciel	1	126	43	4	—	44	174	•
9	Francisca Souza	5	163	30	1	—	19	199	•
10	Francisca Barbosa	1	127	32	1	—	57	161	•
11	Helena Motta	6	156	31	—	—	25	193	•
12	Leonor Chaves	1	127	36	2	—	52	166	•
13	Maria Magdalena Ramos	11	183	8	—	—	16	202	•
14	Maria Bonetti	4	157	42	2	—	13	205	•
15	Maria Corrêa	1	41	56	1	—	52	99	•
16	Olivia Cabral	4	137	53	1	—	23	195	•
17	Raymunda Maciel	2	117	45	4	—	54	146	•
18	Raymunda Vasconcellos	2	131	36	1	—	48	170	•
19	Raymunda Marinho	3	176	25	2	—	12	206	•
20	Victoria dos Santos	7	183	12	—	—	16	202	•

Matr. a 1-4-1913

Instituto Benjamin Constant, 23 de Maio de 1914.—Theonilla Estellita B. Pessoa, professora.

QUADRO N.º 7

Mapa da aplicação e comportamento das alumnas da cadeira do 3.º grão do Instituto «Benjamin Constant», no período de Janeiro a Outubro do anno lectivo de 1913

Números	NOMES	NOTAS					TOTAL	Comportam.	OBSERVAÇÕES
		Ótimas	Boas	Satisfatórias	Máis	Pessimas			
1	Rosa Bentes	8	180	19	—	1	26	208	Opt. Hab. no curso complementar
2	Otilia d'Oliveira	8	150	41	—	1	34	208	•
3	Raymunda Ribeiro	6	151	57	2	1	27	217	•
4	Francisca Telles de Menezes	7	155	38	1	1	32	202	•
5	Mercedes Telles de Menezes	6	142	51	2	1	32	202	•
6	Feliciana dos Santos	4	125	69	4	1	31	203	•
7	Maria Assumpção Chaves	3	81	113	9	3	25	209	Bom
8	Raymunda das Neves Franco	4	76	82	3	2	67	267	•
9	Virginia Ribeiro	5	61	121	8	1	38	196	Opt. Hab. no curso complementar
10	Idaletia Telles de Menezes	2	63	137	4	2	26	208	•
11	Lucia Level Coelho	2	75	100	12	11	34	200	Bom Distincta no exame do 3.º grão
12	Maria Theodora de Mattos	2	62	129	20	4	14	217	Opt.
13	Maria Magdalena Ramos	5	50	159	6	4	13	221	•
14	Josepha Mesquita	2	52	101	11	4	64	270	Bom Habilida
15	Ignes Barbosa	1	18	115	20	5	76	158	• Não fez exame

Instituto Benjamin Constant, 15 de Maio de 1914.—Virgínia Corrêa Faleço, professora.

QUADRO N.º 8

Mapa da aplicação e comportamento das alumnas da cadeira de Prendas, no período da Janeiro a 31 de Outubro de 1913

Números	NOMES	NOTAS				Comportamento	OBSERVAÇÕES	
		Boas	Sofr.	Má	Faltas	TOTAL		
1	Isabel da Costa Ramalho.....	122	2	—	1	124	Bom	
2	Leomilta da Costa Ramalho.....	109	6	—	10	115	>	
3	Izolina Barbosa Ferreira.....	118	—	—	7	118	Optimo	
4	Maria Miranda Leão.....	119	—	—	6	119	Bom	
5	Anna Miranda Marques.....	120	5	—	—	125	•	
6	Francisca Alves de Oliveira.....	120	5	—	—	125	•	
7	Francisca Telles de Menezes.....	114	—	—	11	114	Optimo	
8	Mercedes Telles de Menezes.....	116	4	—	5	120	Bom	
9	Idaecia Telles de Menezes.....	103	13	3	6	119	•	
10	Virginia Ribeiro.....	121	—	—	4	121	•	
11	Raymunda Ribeiro.....	57	51	—	17	108	•	
12	Raymunda Silva.....	59	41	—	25	100	•	
13	Philomena Coelho.....	111	14	—	—	125	•	
14	Estella Coelho.....	120	4	—	1	124	•	
15	Rosa Bentes.....	121	4	—	—	125	•	
16	Josephina Alves Mesquita.....	111	5	4	5	120	•	
17	Feliciano dos Santos.....	112	11	—	2	123	•	
18	Maria José Teixeira.....	115	7	—	3	122	•	
19	Otilia de Oliveira Machado.....	105	18	—	2	123	•	
20	Raymunda Neves Franco.....	105	6	—	14	111	•	
21	Maria Theodora Mattos.....	117	8	—	—	125	•	
22	Ignês Barbosa Fereira.....	107	6	—	12	119	•	
23	Josephina Filgueira.....	112	9	—	4	121	•	
24	Maria Pinto Correia.....	105	14	—	6	119	Sofrivel	
25	Anna Maese Romero.....	82	25	9	9	116	Bom	
26	Francisca de Souza.....	112	13	—	1	124	•	
27	Orminda Ramos.....	109	14	—	2	123	•	
28	Theresa Chaves.....	51	64	—	10	115	Sofrivel	
29	Ricarda Rodrigues.....	59	38	—	28	97	Bom	
30	Sylvia Baptista.....	46	58	—	21	104	•	
31	Zulmira Valle.....	68	36	—	21	104	•	
32	Maria Portella Martins.....	49	58	—	18	107	Sofrivel	
33	Maria Assunção Chaves.....	54	63	—	18	107	Bom	
34	Izabel do Espírito Santo.....	60	29	—	36	89	•	
35	Maria Bonetti.....	103	21	—	1	124	Sofrivel	
36	Patrocínio Duarte Pinto.....	20	80	—	25	100	Bom	
37	Maria Eleutheria Fernandes.....	75	81	—	43	156	•	
38	Maria Rodrigues.....	69	45	—	85	114	Sofrivel	
39	Leonor Chaves.....	24	143	—	32	167	•	
40	Agrippina Vitruvio.....	67	89	—	43	156	•	
41	Clarice dos Santos.....	109	64	—	26	173	Bom	
42	Almerinda de Souza.....	119	47	—	33	166	•	
43	Adalgisa de Oliveira.....	19	107	—	43	156	Sofrivel	
44	Albertina Mendonça.....	—	156	2	41	158	•	
45	Raymunda Marinho.....	12	177	2	8	191	•	
46	Raymunda Vasconcellos.....	172	17	—	10	189	•	
47	Anna Celesto Seccce.....	169	17	13	—	199	•	
48	Edith Maciel.....	189	10	—	—	199	•	
49	Amalia Guinaraçs.....	192	6	—	1	198	•	
50	Maria José Ramos.....	187	7	—	5	194	•	
51	Andrelina Lopes.....	198	—	—	1	198	Optimo	
52	Victoria dos Santos.....	186	10	—	3	196	Bom	
53	Hermenegilda Mesquita.....	164	23	—	12	187	Sofrivel	
54	Rosa Farias.....	197	7	—	13	180	Bom	

Número	NOMES	NOVAS				TOTAL	Compara- men- to	OBSERVAÇÕES
		Boas	Sofr.	Máis	Faltas			
55	Salustiana Paeca	184	14	—	1	198	Soffrivel	
56	Olivia Alves Cabral	67	65	—	37	162	Bom	
57	Maria José do Rosario	51	118	—	30	169	Soffrivel	
58	Magdalena Ramos	148	42	—	9	190		
59	Ernestina Level Coelho	25	124	—	50	149		
60	Candida Cabral	87	89	—	23	176		
61	Christina da Oliveira	55	130	—	13	188		
62	Ida Filgueiru	27	136	—	36	163	Bom	
63	Lucia Level Coelho	40	130	—	11	188	Soffrivel	
64	Raymunda Angelina da Costa	139	26	—	14	185	Bom	
65	Ignês Andrade da Mattos	178	17	—	4	195	Soffrivel	
66	Nazareth Olinda	168	20	—	6	193		
67	Maria José Dias	176	13	—	10	189	Bom	
68	Alzira de Azevedo	145	20	—	34	165		
69	Luiza Neves de Araujo	160	30	—	9	190	Soffrivel	
70	Luiza Araujo	176	21	—	2	197		
71	Edith Alencar	188	11	—	—	199		
72	Aurea Pastana	168	30	—	1	198	Bom	
73	Aurea Maciel	188	6	—	5	194		
74	Lucrecia da Conceição	157	42	—	—	199		
75	Hermogena Brandão	174	24	—	1	198	Soffrivel	
76	Zeneide Guimarães	183	16	—	—	199		
77	Consuelo de Souza Abacaxis	168	21	—	10	189	Bom	
78	Aurea Marques	170	23	—	6	193		
79	Antonia Pinheiro	182	14	—	3	196		
80	Benedicta Rocha	172	21	—	6	193		
81	Dulce Camello	166	30	—	3	196	Soffrivel	
82	Sylvina Belem	171	20	—	8	191	Bom	
83	Juliana Jauapery	163	21	—	15	184		
84	Anna Franco	176	20	—	3	196	Soffrivel	
85	Julia Almeida	179	20	—	—	199		
86	Deolinda Moreira	79	97	—	23	176		
87	Clotilde Barbosa	49	127	—	23	176		
88	Eliza Prestes	49	92	—	68	141	Bom	
89	Maria Olímpia Rebouças	100	87	—	12	187		
90	Josephina Duarte Pinto	88	77	—	34	165		
91	Maria do Carmo Vasconcellos	47	140	—	12	187	Soffrivel	
92	Izaura Gonçalves	114	78	—	7	192		
93	Felicidade Ferreira	104	68	—	27	172	Bom	
94	Adelaide França	28	136	—	2	166	Soffrivel	
95	Lucinda Ferreira da Silva	112	79	—	8	191		
96	Izaura Augusta Figueiredo	94	62	—	43	156	Bom	
97	Alayne Vasconcelos	15	147	—	37	182	Soffrivel	
98	Maria de Lourdes Teixeira	7	166	—	3	176		
99	Maria Miranda Corrêa	48	125	—	26	173	Bom	
100	Francisca Barboza	109	59	—	29	170		
101	Raymunda Nonato Lima	42	100	—	18	145		
102	Emilia Augusta Figueiredo	28	27	—	9	55		
103	Rita Martins Siqueira	21	37	—	11	98		
104	Maria José Passos	32	32	—	—	64	Soffrivel	
105	Alice Oliveira	11	52	—	3	63		
106	Hilda Alves d'Amaral	29	29	—	—	58	Bom	
107	Duryina Marques	18	36	—	—	64	Soffrivel	
108	Altacy da Silva	—	59	—	—	64		
109	Alexandrina do Rosario	3	47	—	1	50		
110	Elvira Dias	151	17	—	—	168	Bom	
111	Maria Francisca Lima	145	—	—	2	147		
112	Cecilia Gama	69	—	—	2	71		
113	Francisca das Chagas	59	—	—	12	71		
114	Maria Garcia	36	—	—	—	36	Soffrivel	

uto · Benjamin Constant, 18 de Maio de 1914.—A professora, Irmã Tecla D'Urso.

QUADRO N.º 9

Mapa da aplicação e comportamento das alumnas da cadeira de Costura, no período de Janeiro a 31 de Outubro de 1913

Números	NOMES	NOTAS						Comportamento
		Orientas	Baas	Sofríveis	Máis	Pessimas	Faltas	
1	Domitilla da Costa Ramalho	10	69	2	-	-	1	81 Optimo
2	Izabel da Costa Ramalho	3	37	2	-	-	40	42
3	Leonilla da Costa Ramalho	5	30	4	3	-	40	42 Bom
4	Izolina Barbosa Ferreira	4	26	4	-	-	48	31 Optimo
5	Maria Miranda Leão	7	30	5	-	-	40	42
6	Anna Miranda Marques	4	52	5	1	-	20	62 Bom
7	Rosa Bentes	1	45	18	5	-	13	69
8	Francisca Telles de Menezes	18	53	1	-	-	10	72 Optimo
9	Mercedes Telles de Menezes	1	61	2	4	-	14	68 Bom
10	Idaécia Telles de Menezes	4	63	1	2	-	12	70
11	Francisca Alves d'Oliveira	5	68	1	-	-	8	74 Optimo
12	Raymunda Ribeiro	1	59	3	7	-	12	70 Bom
13	Virginia Ribeiro	2	52	16	5	-	7	75
14	Raymunda Neves Franco	2	65	1	3	-	11	71
15	Maria Assumpção Chaves	3	54	6	3	-	16	66
16	Otilia d'Oliveira Machado	3	51	4	-	-	24	53 Optimo
17	Izabel do Espírito Santo	3	55	7	0	-	11	71 Bom
18	Zulmira Valle	-	64	2	3	-	13	69
19	Helena Motta	1	30	19	4	-	19	63
20	Maria de Souza	-	44	20	8	-	10	72
21	Maria José Teixeira	-	32	29	10	3	8	74 Sofrivel
22	Patrocínio Duarte Pinto	-	35	6	3	-	48	34 Bom
23	Sylvia Baptista	-	47	24	3	-	8	74
24	Josephina Alves Mesquita	2	62	9	4	-	5	77
25	Raymunda M. Silva	11	15	33	-	-	23	59 Optimo
26	Thereza Chaves	-	36	26	10	-	10	72 Sofrivel
27	Ignês Barbosa Ferreira	-	43	26	6	-	7	75 Bom
28	Anna Romero	-	45	17	6	-	14	68
29	Josephina Filgueiras	5	51	12	2	-	12	70
30	Ricarda Rodrigues	-	40	27	7	-	8	74
31	Maria Theodoro Mattos	6	52	11	-	-	13	69 Optimo
32	Francisca de Souza	1	46	14	3	-	18	64 Bom
33	Feliciano dos Santos	-	31	27	14	-	10	72
34	Maria Pinto Corrêa	-	20	51	-	-	11	71
35	Maria Portella Martins	1	30	38	3	-	10	72
36	Orminda Ramos	-	22	40	9	2	9	73
37	Maria Bonetti	2	47	28	-	-	5	77

Instituto Benjamin Constant, 23 de Maio de 1914.

A professora, *Maria A. Corrêa de Araujo*.

**ANEXO C – MAPAS DE APLICAÇÃO E COMPORTAMENTO DAS ALUNAS DO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
AMAZONAS – Mensagem 10/07/1910**

**MAPPA DA APLICAÇÃO E COMPORTAMENTO DAS ALUMNAS DA AULA DE MUSICA NO PERÍODO
DE 8 DE JANEIRO
A 31 DO OUTUBRO DE 1909**

N	NOMES	NOTAS								OBSERVAÇÕES
		Optimas	Bóas	Sofríveis	Más	Pessimas	Comportamento	Faltas	Total	
1	Leopoldina Lis Peixoto	10	25	20	4	1	Optimo	20	60	Habilitada com distincção
2	Maria Andrade de Mattos	10	30	25	4	1	Optimo	10	70	Habilitada plenamente
3	Maria Lins Peixoto	10	28	24	4	2	Optimo	12	68	Habilitada com distincção
4	Maria A. de Castro e Costa	8	25	24	2	1	Optimo	20	60	Habilitada com distincção
5	Isolina Barbosa	8	25	30	4	2	Optimo	11	69	Habilitada com distincção
6	Maria T. Miranda Leão	8	24	26	5	2	Optimo	15	65	Habilitada com plenamente
7	Izabel Ramalho	4	20	30	10	2	Optimo	14	66	Habilitada plenamente
8	Othilia Oliveira Machado	10	30	20	6	-	Optimo	14	66	Habilitada com distincção
9	Leonilla Ramalho	6	36	20	8	-	Optimo	10	70	Habilitada
10	Nazareth Campello	8	30	20	8	-	Optimo	14	66	Habilitada
11	Francisca Mello de Menezes	8	20	30	8	-	Optimo	14	66	Habilitada
12	Annita Celeste	4	15	40	6	4	Bom	11	69	Habilitada
13	Clelia Chaves	8	20	25	6	2	Optimo	19	61	Habilitada
14	Lucia Level	6	25	20	6	-	Optimo	23	57	Habilitada

Instituto Benjamin Constant, 29 de Janeiro de 1910.

A professora,
Irmã Herminia Cattaneo

Grifos nossos.

Mapa de Aplicação e comportamento das alunas da aula de música do Instituto Benjamin Constant – 1909.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 10/07/1910, p.274.

**ANEXO C – MAPPA DE APLICAÇÃO E COMPORTAMENTO DAS ALUMNAS
DO CURSO INFANTIL DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT**

MAPPA DA APLICAÇÃO E COMPORTAMENTO DAS ALUMNAS DO CURSO INFANTIL NO PERÍODO DE 8 DE JANEIRO A 31 DE OUTUBRO DE 1909										
Números	NOMES	NOTAS								OBSERVAÇÕES
		Optimas	Bóas	Sofríveis	Más	Pessimas	Comportamento	Faltas	Total	
1	Maria de Nazareth	23	22	63	5	6	Optimo	28	119	Habilitada com distinção
2	Almerinda F de Souza	18	84	82	4	-	Optimo	27	188	Habilitada com distinção
3	Ignez Andrade	26	64	89	17	-	Soffrivel	15	196	Habilitada com distinção
4	Rosa Farias	22	112	62	1	-	Soffrivel	20	197	Habilitada com distinção
5	Leonor Chaves	21	72	97	14	-	Soffrivel	13	204	Habilitada
6	Áurea Maciel	37	80	67	5	-	Optimo	25	189	Habilitada com distinção
7	Ernestina Level	24	88	82	15	-	Optimo	16	209	Habilitada com distinção
8	Raymunda Vasconcellos	5	72	12	6	-	Optimo	12	95	Habilitada
9	Lucia Level	24	88	82	15	-	Optimo	6	221	Habilitada com distinção
10	Maria de Lourdes	5	82	106	11	4	Optimo	18	208	Habilitada com distinção
11	Francisca Barbosa	13	102	72	5	-	Soffrivel	20	192	Habilitada com distinção
12	Maria Corrêa	12	130	72	-	-	Soffrivel	10	214	Habilitada com distinção
13	Mathilde da Silva	-	60	103	43	2	Optimo	27	108	Habilitada com distinção
14	Julia d'Almeida	31	92	80	6	-	Optimo	17	209	Habilitada com distinção
15	Ida Filgueiras	11	92	88	12	-	Soffrivel	22	203	Habilitada com distinção
16	Edith Maciel	14	106	89	7	-	Optimo	7	216	Habilitada com distinção
17	Albertina Mendonça	4	68	109	20	-	Soffrivel	23	201	Habilitada com distinção
18	Juliana Jauapery	12	100	90	8	-	Bom	7	210	Habilitada com distinção
19	Maria José da	11	65	108	26	-	Optimo	18	210	Habilitada com

	Silva									distinção
20	Luiza Bezerra	19	102	82	7	-	Optimo	11	190	Habilitada com distinção
21	Luiza de Araújo	22	77	96	18	-	Optimo	14	214	Habilitada com distinção
22	Maria do Carmo	4	39	76	15	-	Optimo	22	134	Habilitada com distinção
23	Eleutheria Fernandes	12	80	62	3	-	Optimo	28	157	Habilitada com distinção
24	Lucrecia da Conceição	7	78	82	9	-	Optimo	16	175	Habilitada com distinção
25	Amália Guimarães	20	92	104	12	-	Optimo	12	228	Habilitada com distinção
26	Josephina Duarte	16	102	85	11	-	Optimo	9	214	Habilitada com distinção
27	Maria Ludovina	20	79	102	16	-	Optimo	16	217	Habilitada com distinção
28	Joaquina de Jesus	5	80	97	2	-	Optimo	22	184	Habilitada com distinção
Instituto Benjamin Constant, 29 de Janeiro de 1910. A professora, Irmã Thereza Caravita										

Grifos nossos.

Mapa de Aplicação e comportamento das alunas do Curso Infantil no Instituto Benjamin Constant – 1909.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 10/07/1910, p.274.

**MAPPA DA APPLICAÇÃO E COMPORTAMENTO DA ALUMNATOS DO CURSO INFANTIL
NO PERÍODO DE JANEIRO A 31 DE OUTUBRO DE 1913**

Números	NOMES	NOTAS								OBSERVAÇÕES
		Optimas	Boas	Sofríveis	Más	Pessimas	Faltas	Total	Comportamento	
1	Hilda Alves do Amaral	7	76	124	4	-	21	211	Bom	Approved com distinção
2	Francisca Lopes Cardoso	6	68	126	6	-	26	206	Bom	Habilitada
3	Amelia Lopes Cardoso	9	70	118	7	-	28	204	Bom	Habilitada
4	Julia de Vasconcelos	1	49	132	14	-	36	196	Bom	Approved com distinção
5	Alice Alves do Amaral	1	25	132	36	2	36	196	Bom	Approved com distinção
6	Francisca das Chagas	-	22	132	40	4	34	198	Sofrivel	Habilitada
7	Elvira do Carmo Dias	-	18	136	54	3	21	211	Sofrivel	Habilitada
8	Durvina Marques	1	28	124	25	1	53	179	Bom	Habilitada
9	Aurora Almeida	1	35	142	40	4	10	222	Bom	Habilitada
10	Alice Freire de Alencar	2	50	151	17	2	10	222	Bom	Approved com distinção
11	Cecilia Gama	-	7	72	43	5	105	127	Sofrivel	Approved com distinção
12	Lina Gomes da Fonseca	-	15	123	29	1	64	168	Sofrivel	Approved com distinção
13	Gracinda Ferreira da Silva	-	22	151	35	1	23	209	Sofrivel	Approved com distinção
14	Altacy da Silva	-	1	37	36	8	150	82	Sofrivel	Approved com distinção
15	Anna Moreira Pinto	-	13	120	48	1	50	182	Sofrivel	Habilitada
16	Maria Magdalena Pinto	-	-	-	-	-	-	-	-	Não estuda ainda
17	Lygia Dias de Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	Não estuda ainda
18	Laura do Carmo Dias	-	-	-	-	-	-	-	-	Não estuda ainda
19	Rosinella Accarilli	-	-	-	-	-	-	-	-	Não estuda ainda
20	Saphira Lobato Domiense	-	-	-	-	-	-	-	-	Não estuda ainda
21	Ayda da Silva Porto	-	-	-	-	-	-	-	-	Não estuda ainda
22	Emilia	-	-	-	-	-	-	-	-	Não estuda

										ainda
23	Maria do Carmo Salles	-	-	-	-	-	-	-	-	Não estuda ainda
Instituto Benjamin Constant, 23 de Março de 1914. A professora, Irmã Teresa Caravita										

Mapa de Aplicação e Comportamento das alunas do Curso Infantil no Instituto Benjamin Constant – 1913.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 1914, p.242.

ANEXO D – Lista de Imagens do sítio www.povosdaamazonia.am.gov.br

Nº	Nome	Data	Descrição
01	Vistas de Amazonas Império do Brasil	[?]	Albert Frisch, fotógrafo alemão contratado pelo litógrafo suíço Georges Leuzinger para realizar uma grande reportagem sobre a região Amazônica, foi o primeiro a registrar imagens de índios no Amazonas. Conforme referência percorreu 1.600 km pelos Rios Solimões e Negro. O Álbum contém 80 fotografias em preto e branco, em bom estado, todas com legendas fazendo menção aos locais fotografados. [Alto Solimões e Rio Negro, legenda com pouca nitidez para leitura].
02	Lugar da Barra	[?]	São 8 imagens em telas pintadas sobre o Lugar da Barra. “Manaus nasceu aldeia de índio com português, e de tanto ouvir dizerem ‘sou da Barra’, ‘aqui é a Barra’, Lugar da Barra se chamou. Conservou o nome de batismo até 1833, quando foi elevada a vila e se tornou a sede do termo principal da Comarca do Alto Amazonas. Passou então a chamar-se Manaus e ganhou sua própria estrutura administrativa e judiciária”. (Etelvina Garcia ¹⁴³).
03	The City of Manáos and the Country of Rubber Tree.	1893	Álbum editado em 1893 para ser distribuído como <i>souvenir</i> na Exposição de Columbian, Chicago pelo Governo do Amazonas. Contém 40 pranchas, com 42 fotos em preto e branco, tamanho 10 X 15 cm e a capa com uma imagem pintada, totalizando 41 imagens iconográficas.
04	Álbum do Amazonas	1901-1902	Obra publicada no governo do Doutor Silvério Nery. Contém 102 pranchas com 114 imagens, tamanho 15,5 x 22 cm; sendo 4 em folhas dobradas, na cor sépia. Além disso, apresenta texto coligido de "Le pays dês Amazones", do Barão de Sant'Anna Nery, em português, francês e inglês. Miolo em papel acetinado e capa em couro em baixo relevo. Das imagens, há o projeto em vista frontal do Palácio do governo e do edifício do Congresso e dois mapas: carta do estado do Amazonas e carta cadastral da cidade e arredores de Manaus. Há fotografias com montagens e efeitos

¹⁴³ Reconhecida historiadora do estado do Amazonas, com diversas obras publicadas.

			técnicos.
05	Álbum do Rio Acre	1906-1907	Acervo iconográfico da fase áurea da economia extrativista do Acre, com 153 imagens, contendo textos, montagens e efeitos técnicos.
06	Álbum vistas de Manaus	Início do século XX	Álbum editado pelo Governo do Estado na Administração do Cel. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt. Registra momentos singulares no início do século XX da cidade de Manaus e Itacoatiara - os principais estabelecimentos comerciais, imagens que documentam o desenvolvimento comercial econômico e sócio-cultural da época. Contém 168 fotografias e 5 gravuras de propagandas de casas comerciais.
07	Annuário de Manaus	1913-1914	Organizado por Heitor de Figueiredo em 1913, a obra é composta em seis partes, sendo a primeira sobre a cidade de Manaus, com texto de Silva Ferraz, e outras cinco sobre infra-estrutura, casas comerciais e profissionais liberais, associações, companhias e repartições públicas, e anúncios comerciais. Reprodução de 197 fotografias de G. Huebner & Amaral (dentre as quais há 04 fotos de crianças) e 30 gravuras.
08	Álbum de Inauguração da Linha de Navegação Portuguesa Manaus-Hamburgo	1920	Álbum com fotografias do Acervo Silvino Santos organizado por Agesilau de Araújo oferecido a Direção geral dos Transportes Marítimos do Estado do Amazonas pela casa J.G. Araújo 1920. Contém 78 fotografias.
09	Álbum Municipal de Manaós	1929	Elaborado na administração do prefeito Araújo Lima, o álbum traz um pequeno texto sobre a cidade, em português, francês e inglês, seguido de reprodução de 34 fotografias, que mostra parte do patrimônio arquitetônico, vias públicas, praças e bosques de uma Manaus datada de todo o conforto moderno. O álbum contém 34 imagens em cromia e tamanho variado. Capa original em papel cartão verde musgo.
10	Manaus 1933-1937	1933-1937	Álbum do município de Manaus, organizado na administração do Prefeito Senhor Antônio Botelho Maia, em [1937], registra imagens de infra-estrutura, patrimônio histórico/arquitetônico da cidade e produtos da pauta de exportação

			do município, dados estatísticos de 1933-1937. O álbum contém 49 fotografias, legendadas, em cor sépia, emolduradas. Capa em papel cartão.
11	Álbum da Cidade de Manaus	1848-1948	Organizado por A. da Cruz e Sousa, em comemoração ao 1º Centenário da Fundação da Cidade de Manaus, possivelmente encomendado pelo prefeito Dr. Raimundo Chaves Ribeiro. O texto sobre a cidade é do escritor Anísio Jobim. Traz o hino, o escudo do município e a planta da cidade, seguidos da reprodução de 183 fotografias e 4 gravuras retratando aspectos do patrimônio arquitetônico, infra-estrutura, serviços e produtos regionais componentes da pauta de exportação. O álbum contém informações básicas de 19 dos 25 municípios amazonenses.

ANEXO D. Material iconográfico.

Fonte: www.povosdaamazonia.am.gov.br. Acesso: 25 maio 2011.

ANEXO E – Documentos da Série Memória da Biblioteca Virtual do Amazonas

Nº	Título	Autor	Tipo P/S	Período	Descrição
1	Teque-Teque, Palita Barata e outros tipos de Mascates	Mário Ypiranga Monteiro	P	1ª. metade do séc. XX	Memória do autor sobre a sua infância e os maskates.
2	Lúdica	Marita Socorro Monteiro	P [?]	1ª. metade do séc. XX	Brincadeiras infantis de: calçada, rua e escola.
3	Manaus no meu Tempo de Menina	Sebastiana Braga	P	Início do séc. XX	Vida de infância da professora Sebastiana Braga.
4	A Escola Santa Angélica	Sebastiana Braga	P	1932 - 1935	Professora que com a sua irmã Maria Rita Wanderley vai trabalhar em uma escola rural, com alunos de 7 a 25 anos, no lago de Janauacá.
5	Maria Rodrigues Tapajós	Albertina de Albuquerque	S	1ª metade do século XX	Professora Barbosinha, professora e diretora de várias escolas e fundadora do Colégio São Francisco de Assis.
6	Antonio Monteiro de Sousa	Robério Braga	S	Início do séc. XX	Vida e obras.
7	André Vida de Araújo	Robério Braga	S	Séc. XX	Vida e obras.
8	Benjamin Lima	Ulysses Uchôa Bittencourt	S	1ª. metade séc. XX	Intelectual, advogado escritor e professor.
9	Péricles Moraes	Robério Braga	S	Anos de 1920-30	Intelectual fundador e presidente da Academia Amazonense de Letras e Diretor de Instrução pública em 1937.
10	Paulinho de Brito	Almir Diniz	S	1858-1919	Órfão da guerra do Paraguai que conseguiu estudar.
11	Branco e Silva	Márcio Pascoa	S	Final do séc. XIX e séc. XX	Vida: do Seringal São João, rio Purus e com um ano e meio, com as irmãs e parentes foi à Europa onde estudou e retornou à Manaus, provavelmente pelo declínio da borracha.
12	As regras da primeira eleição na Província do	Robério Braga	S	Séc. XIX	Visão da criança abaixo de 7 anos como um ser inocente. Nas eleições, em caso de empate, um menino com menos de 7 anos de idade, em ato público, sortearia

	Amazonas				o vencedor.
13	Padre a Maçom	Robério Braga	S	Séc.XIX	Na trajetória de padre, político e maçom, há o batismo de uma menina escrava que foi libertada por testemunhas, foi mestre-escola de música, professor efetivo da escola para meninos e 1º reitor do Seminário São José, é o criador da 1ª escola para meninas em 1857, na igreja de Vila Nova.
14	Um caso entre maçom e a Igreja católica	Robério Braga	S	Séc. XIX	Desavenças da Igreja católica e a maçonaria que envolveu o batismo de uma criança de pai maçom.
15	O Conde D'EU em Manaus	Robério Braga	S	Final do séc. XIX	Manaus no Império e a vinda do conde.
16	O recheio das casas nos séculos XVII a XIX	Mário Ypiranga Monteiro	S	Séc. XVII a XIX	A introdução de mobília nas casas Amazonenses.
17	O <i>boudoir</i> das damas	Maria Socorro Monteiro	S	Séc. XIX e XX	Higiene do corpo feminino.
18	Os divertimentos públicos de antanho	Mário Ypiranga Monteiro	S	Séc. XIX e XX	Diferentes formas de divertimento em Manaus.
19	Manaus em 1913	Robério Braga	S	1913	Retrata a cidade antes da 1ª. Guerra Mundial
20	Capela do Pobre Diabo	Mário Ypiranga Monteiro	S		Criação da capela à Santo Antonio e as intrigas de um casal português e uma paraense.
21	Colégio Amazonense D.Pedro II	Carmélia Esteves de Castro	S	Final do séc. XIX e séc. XX	Trajetória do Colégio Amazonense D. Pedro II.
22	Palácio Rio Negro	Andreas Valentim	S	Final do séc. XIX e início do XX	Foi a casa do alemão Waldemar Scholz que com o declínio da borracha e a I Guerra Mundial abriu falência e teve que vendê-lo ao estado. Fala dos traços de arquitetura, cores e influências, mais os objetos da casa.
23	Palácio da Justiça	Andreas Valentim	S	Final do séc. XIX e início do XX	Descreve de forma breve a arquitetura e mobiliário, com a origem de construção do prédio.
24	Mercado Municipal Adolpho Lisboa	Arminda Mendonça de Souza	S	Final do séc. XIX e início do XX	Origem do mercado municipal e reforma.

25	Paço Municipal	Arminda Mendonça de Souza	S	1865	Origem e construção do Paço Municipal, conhecido como “Prefeitura Municipal de Manaus”.
26	Bondes de Manaus	Soraia Magalhães	S	Final do séc. XIX e 1 ^a . metade séc. XX	Trajetória dos Bondes de Manaus.
27	Seringal Mirim	Robério Braga	S	1923	Campo experimental do Seringal Mirim.
28	Centenário da Vila Municipal	Roberto Mendonça	S	Início do séc. XX	Urbanização da cidade: Vila municipal antigo Mocó.
29	Represa e Estação de Bombeamento de águas	Márcia Honda Nascimento Castro	S	Final do séc. XIX	Represa e Estação de Bombeamento de águas na Cachoeira Grande.
30	Ecletismo em Manaus: conforto térmico	Márcia Honda Nascimento Castro	S	Final do séc. XIX e início do XX	Características das construções em Manaus.
31	Ecletismo em Manaus: tipologia das edificações	Márcia Honda Nascimento Castro	S	Final do séc. XIX e início do XX	Características das construções em Manaus.
32	Ecletismo em Manaus: Códigos de Posturas	Márcia Honda Nascimento Castro	S	Final do séc. XIX e início do XX	Características das construções em Manaus.
33	Ecletismo em Manaus: materiais construtivos e de revestimento	Márcia Honda Nascimento Castro	S	Início do séc. XX	Características das construções em Manaus.
34	Arborização e áreas verdes em Manaus 1870-1920	Andrea de Souza Nascimento	S	1870-1920	Planejamento urbano e arborização da cidade.

ANEXO E. Série Memórias

Fonte: <http://www.bv.am.gov.br>.

Legenda: P: primário; S: secundário.

ANEXO F – FOTOGRAFIAS DA PESQUISA



ANEXO F – Material selecionado no IGHA. Manaus para digitalização, 2012.



ANEXO F – Painel Indicativo de referência às fontes. Americana, SP, 2014.

ANEXO G - LISTAS DAS EDUCANDAS DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

LISTA NOMINAL DAS ALUMNAS MATRICULADAS NO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT – 1904

N	Nome	Idade ¹	Naturalidade	Filiação	Data da Admissão
1	Elvira Monteiro	10	Amazonas	João Monteiro	14/04/1890
2	Maria Rodrigues	7	Pará	Domicilia Maria do Rosario	01/07/1889
3	Francisca de Jesus Pimenta	8	Amazonas	João Fernandes Pimenta	10/01/1891
4	Maria Ferreira Cavalcante	8	Amazonas	Jose Ferreira Cavalcante	27/03/1891
5	Umbelina Maria da Silva	10	Amazonas	Alexandre de Oliveira Brandão	06/03/1891
6	Elisa de Gama Bentes	8	Amazonas	Sancha de Gama Bentes	12/01/1893
7	Paulina Barbosa da Silva	8	Amazonas	Antonio Barbosa da Silva	14/01/1893
8	Edelvira da Costa Soares	11	Amazonas	Manoel Soares dos Reis	31/12/1894
9	Joanna da Costa Soares	9	Amazonas	Manoel Soares dos Reis	12/01/1895
10	Francelina Maria d'Assis	8	Amazonas	Maria Vivencia da Conceição	07/08/1895
11	Alzira Neves	7	Amazonas	Manoel José das Neves	07/02/1896
12	Joanna Ferreira Lima	6	Amazonas	Manoel Ferreira de Lima	07/02/1896
13	Romana Penna	7	Amazonas	Maria Romana do E. Santo	07/02/1896
14	Saray Fernandes	6	Amazonas	Brazilina Maria da Conceição	07/02/1896
15	Maria da Conceição	7	Amazonas	Francisca M. da Conceição	07/02/1896
16	Raymunda Ismenia Maquiné	8	Amazonas	José Joaquim Alves Maquine	07/02/1896
17	Beatriz de Souza	6	Pará	Maria Ferreira de Souza	07/02/1896
18	Deolinda da Silveira	7	Amazonas	Tito Velloso da Silveira	07/02/1896
19	Antonia Maria da Conceição	7	Pará	Clementina da Conceição	07/02/1896
20	Raymunda da Conceição	6	Pará	Clementina da Conceição	07/02/1896
21	Maria Monteiro Guedes	9	Amazonas	Virgilina Maria da Conceição	07/02/1896
22	Arminda França	8	Amazonas	Antonio Pinto de França	07/02/1896
23	Luzia da Costa Fonseca	8	Amazonas	Francisco da Costa	07/02/1896

				Fonseca	
24	Raymunda Fonseca	7	Amazonas	Francisco da Costa Fonseca	07/02/1896
25	Jesuina Pereira	6	Amazonas	João Manoel Pereira	07/02/1896
26	Maria Candida	9	Amazonas	Maria Josepha Cordoville	07/02/1896
27	Maria Bonifacia	8	Amazonas	Filiação Ignorada	07/02/1896
28	Zulmira de Almeida	5	Amazonas	José Francisco de Almeida	10/04/1896
29	Raymunda da Costa	7	Amazonas	Raymundo Henrique da Costa	13/07/1896
30	Clara do Carmo	5	Amazonas	Calixta Maria do Carmo	20/07/1897
31	Anna de Aguiar	9	Sergipe	Maria Francisca do Nascimento	30/09/1897
32	Raymunda Alves de Nazareth	10	Amazonas	Rosalia Maria da Conceição	30/09/1897
33	Maria Lydia Cavalcante	6	Pernambuco	Filiação Ignorada	10/03/1898
34	Maria Martins	6	Amazonas	Filiação Ignorada	01/07/1898
35	Maria Pimenta	8	Amazonas	João Fernandes Pimenta	01/09/1898
36	Alexandrina Pimenta	6	Amazonas	João Fernandes Pimenta	01/09/1898
37	Agostinha Monteiro	7	Amazonas	Virgilina Maria da Conceição	04/09/1898
38	Maria Calimerina Menezes	9	Amazonas	Josepha Pereira da Silva	04/09/1898
39	Maria Pereira	5	Amazonas	João Manoel Pereira	28/01/1898
40	Maria Rosa	6	Amazonas	Americo Franco Nazareth	02/12/1898
41	Aurora de Nazareth	5	Amazonas	Americo Franco Nazareth	02/12/1898
42	Maria Romana Ramos	6	Rio G. do Norte	José Bernardo Ramos de Maria	02/01/1899
43	Aline Gomes de Araujo	9	Pernambuco	Francisco Gomes de Araujo	08/02/1899
44	Maria Angelica Guimaraes	9	Amazonas	Antonio M. Alves Guimaraes	28/09/1899
45	Amelia Branca de Mene	9	Amazonas	João Facundo de Menezes	09/11/1899
46	Adelia Branca de Menezes	9	Amazonas	João Facundo de Menezes	19/11/1899
47	Philomena Vasconcelos	10	Amazonas	Francisco F. de Vasconcelos	05/02/1900
48	Francisca de Vasconcelos	8	Amazonas	Francisco F. de Vasconcelos	05/02/1900
49	Nazareth de Souza	5	Amazonas	Filiação Ignorada	05/02/1900
50	Celina India de Manáos	9	Amazonas	Josepha Pereira da Silva	05/02/1900
51	Maria Luiza dos Santos	5	Amazonas	Luiz Antonio dos	16/04/1900

				Santos	
52	Mariade Luna Alencar	8	Ceará	Enéas de Luna Alencar	27/04/1900
53	Maria de Nazareth Leão	8	Amazonas	Manoel Freitas Leão	03/06/1900
54	Julia de Azevedo	10	Amazonas	Gabriel Archanjo de Azevedo	07/06/1900
55	Adalgisa Bezerra	10	Amazonas	Raphael Bezerra	31/07/1900
56	Rosa Bezerra	9	Amazonas	Raphael Bezerra	31/07/1900
57	Maria Turenne Campello	11	Ceará	Brazillino Rodrigues Campello	20/11/1900
58	Florinda Turenne Campello	8	Ceará	Brazillino Rodrigues Campello	20/11/1900
59	Raymunda Moraes	10	Amazonas	Filiação Ignorada	21/12/1900
60	Emilia de Jesus Pereira	7	Portugal	Luiz Pereira	21/12/1900
61	Maria Ambrosina de Castro	9	Amazonas	Filiação Ignorada	02/03/1901
62	Raymunda Nonato dos Reis	8	Amazonas	João Firmino dos Reis	29/03/1901
63	Anna Maria dos Reis	7	Amazonas	João Firmino dos Reis	29/03/1901
64	Crystalina de Lima	9	Pará	Luiz de Lima Fernandes	15/04/1901
65	Maria Lins Peixoto	6	Amazonas	Antonio Lins Peixoto	15/04/1901
66	Leopoldina Lins Peixoto	7	Amazonas	Antonio Lins Peixoto	15/04/1901
67	Francisca da Silva	7	Amazonas	Filiação Ignorada	19/06/1901
68	Justina Maria da Conceição	7	Amazonas	Carlos Mauricio da Conceição	12/07/1901
69	Maria Pureza das Flores	6	Amazonas	Emilia das Flores	05/11/1901
70	Eugenia de Souza Mendes	6	Amazonas	Benedicta Alexandrina Silva	19/10/1900
71	Elvira Valle da Rocha	13	Amazonas	Francisco Moreira da Rocha	06/05/1902
72	Izaura Ferreira de Mello	6	Amazonas	Raymunda Ferreira	02/07/1902
73	Jizeuta Ferreira de Mello	7	Amazonas	Raymunda Ferreira	02/07/1902
74	Felicidade Pereira	6	Portugal	Luiz Pereira	12/01/1903
75	Candida Ferreira da Cruz	10	Amazonas	João Ferreira da Cruz	12/01/1903
76	Justina Lima Baptista	11	Amazonas	Candido José Baptista	13/01/1903
77	Domitilde de Aguiar	8	Pará	Jesuina de O. Guimarães	18/01/1903
78	Prisca Julia de Souza Cruz	14	Amazonas	Manoel José de Souza Cruz	18/01/1903
79	Maria Alves dos Santos	13	Amazonas	Seraphina Alves dos Santos	18/01/1903

80	Elvira Alves dos Santos	10	Amazonas	José dos Santos	18/01/1903
81	Francisca das Chagas Almeida	9	Ceará	Francisco de Almeida	18/01/1903
82	Maria do Carmo de Carvalho	13	Ceará	Pais incognitos	19/01/1903
83	Maria José dos Santos	9	Ceará	João José dos Santos	20/01/1903
84	Forinda dos Santos	8	Ceará	João José dos Santos	20/01/1903
85	Josepha Alves de Mesquita	7	Ceará	José Pinto de Mesquita	20/01/1903
86	Hermenegilda Mesquita	5	Amazonas	José Pinto de Mesquita	20/01/1903
87	Amasiles Alves Corrêa	11	Amazonas	Antonio Alves Corrêa	30/01/1903
88	Luiza de Aguiar	7	Pará	Joaquim de Oliveira Guimarães	19/02/1903
89	Thereza d'Assumpção Chaves	6	Amazonas	Antonio Chaves de Oliveira Filho	03/03/1903
90	Maria d'Assumpção Chaves	8	Rio G. do Norte	Antonio Chaves de Oliveira Filho	09/03/1903
91	Isolina Barbosa Ferreira	10	Amazonas	Themistocles Barbosa Ferreira	29/06/1903
92	Ignez Barbosa Ferreira	6	Amazonas	Themistocles Barbosa Ferreira	29/06/1903
93	Ondina da Costa Coqueiro	12	Amazonas	Francisca da Costa Coqueira	15/08/1903
94	Laura Alves de Oliveira	12	Ceará	Antonio Alves de Oliveira	29/07/1903
95	Francisca Alves de Oliveira	11	Ceará	Antonio Alves de Oliveira	29/07/1903
96	Maria Candida Costa	11	Ceará	Maria Benedicta da Silva	17/07/1903
97	Maria Andrade de Mattos	10	Amazonas	Arcelino de Mattos	15/02/1904
98	Francisca Tecla de Sant'Anna	10	Amazonas	Belarmino José de Sant'Anna	24/01/1904
99	Maria Nazareth de Sant'Anna	6	Amazonas	Belarmino José de Sant'Anna	24/01/1904
100	Clotilde Vianna Gayoso	11	Amazonas	Quirino Gayoso	28/02/1904
101	Maria José dos Santos	8	Amazonas	Aristides de Azevedo Teixeira	26/04/1904
102	Maria T. do Miranda Leão	11	Amazonas	Manoel José de Miranda Leão	18/05/1904

Secretaria do Instituto Benjamin Constant, Manáos, 21 de maio de 1904.

Lydia Couto

Director - Antonio Nogueira

1. A idade refere-se à data da admissão.

Lista Nominal das Alunas Matriculadas no Instituto Benjamin Constant – 1904.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 1904.

**RELAÇÃO NOMINAL DAS EDUCANDAS EXISTENTES ACTUALMENTE NESTE ESTABELECIMENTO
NO ANNO DE 1905**

Nº	Nome das educandas	Filiação	Idade referida a 1905 (annos)	Naturalidade
1	Maria da Costa	Domicilia Maria do Rosario (já falecida)	21	Pará
2	Elvira Monteiro	João Monteiro e Candida Monteiro (orphã de māi)	21	Amazonas
3	Maria Ferreira Cavalcante	José Ferreira e Thereza da Rocha (orphã de pai)	19	Amazonas
4	Umbelina Maria da Silva	Alexandre O. Brandão e Julia M. da Silva (já falecidos)	18	Amazonas
5	Edelvira da Costa Soares	Victoria da C. Soares e Manoel Soares dos Reis (já falecidos)	20	Amazonas
6	Francelina Maria de Assis	Vicencia da Conceição (já falecida)	18	Amazonas
7	Sarav Fernandes	Brasilina M. da Conceição (orphã de pai)	15	Amazonas
8	Maria da Conceição	Francisca M. da Conceição (orphã de pai)	16	Pará
9	Beatriz de Souza	Maria Ferreira de Souza	15	Amazonas
10	Deolinda da Silveira	Tito Velloso da Silveira e Deolinda D. da Silveira (ja falecidos)	16	Amazonas
11	Raymunda da Conceição	Clementina M. da Conceição (orphã de māi)	15	Pará
12	Maria Monteiro Guedes	Virgilina M. da Conceição (orphã de pai e māi)	18	Amazonas
13	Orminda França	Antonio Pinto de França (orphã de pai e māi)	17	Amazonas
14	Maria Candida	Maria Josepha Cordovilla (orphã de pai e māi)	18	Amazonas
15	Maria Bonifacia	pais incognitos	17	Amazonas
16	Zulmira d'Almeida	José Francisco d'Almeida e Maria d'Almeida (orphã de pai)	16	Amazonas
17	Raymunda de Aguiar Costa	Raymundo Henrique da Costa e Clementina da Costa (já falecidos)	12	Amazonas
18	Clara do Carmo	Calista Maria do Carmo (orphã de pai e māi)		Amazonas
19	Maria Lydia Cavalcante	pais incognitos	13	Pernambuco
20	Maria Martins	pais incognitos	13	Amazonas
21	Maria Pimenta	João F. Pimenta e Ana J. Pimenta (já falecidos)	15	Amazonas
22	Alexandrina Pimenta	João F. Pimenta e Ana J. Pimenta (já falecidos)	13	Amazonas
23	Agostinha Monteiro	Virgilina M. da Conceição (já falecida)	14	Amazonas
24	Maria C. Menezes	Josepha Pereira da Silva	16	Amazonas
25	Maria Pereira	João Manoel Pereira (já falecido)	12	Amazonas
26	Maria Romana	João B. Ramos e Maria da Conceição	12	Rio G. do

		(já falecidos)		Norte
27	Alice Gomes	Francisco G. de Araujo e Francisca de Araujo (já falecidos)	15	Pernambuco
28	Maria Angélica A. Guimarães	Antonio e Maria Alves Guimarães (já falecidos)	15	Amazonas
29	Amelia Branca de Menezes	João Facundo de Menezes e Francisca P. de Menezes (já falecidos)	15	Amazonas
30	Adelia Branca de Menezes	João Facundo de Menezes e Francisca P. de Menezes (já falecidos)	15	Amazonas
31	Nazareth de Souza	pais incognitos	10	Amazonas
32	Celina India de Manáos	Josepha Pereira da Silva	14	Amazonas
33	Maria Luiza dos Santos	Luiz Antonio dos Santos e Candida Luiza dos Santos (Já falecidos)	10	Amazonas
34	Maria de Luna de Alencar	Enéas de Luna Alencar e Eleutheria Maria do Espírito Santo	13	Ceará
35	Maria de Nazareth	Manoel Freitas Leão e Honorata de Souza Cunha (já falecida)	13	Amazonas
36	Julia de Azevedo	Gabriel Arcanjo de Azevedo e Anna Bezerra de Azevedo (já falecida)	15	Amazonas
37	Adalgisa Bezerra	Raphael Bezerra (orphã de mãe)	15	Amazonas
38	Rosa Bezerra	Raphael Bezerra (orphã de mãe)	14	Amazonas
39	Maria Turene Campello	Brasilino Rodrigues Campello e Anna Turene Campello (já falecidos)	16	Ceará
40	Florinda Turene Campello	Brasilino Rodrigues Campello e Anna Turene Campello (já falecidos)	13	Ceará
41	Raymunda de Moraes	orphã de pai e mãe	15	Amazonas
42	Emilia de Jesus	Luiz Pereira (orphã de mãe)	12	Portugal
43	Raymunda Nonato dos Reis	João Firmino dos Reis (orphã de mãe)	12	Amazonas
44	Anna Maria dos Reis	João Firmino dos Reis (orphã de mãe)	11	Amazonas
45	Maria Lins Peixoto	Antonio Lins Peixoto (orphã de mãe)	10	Amazonas
46	Leopoldina Lins Peixoto	Antonio Lins Peixoto (orphã de mãe)	11	Amazonas
47	Francisca da Silva	pais incognitos	11	Amazonas
48	Justina Maria da Conceição	Carlos M. da Conceição e Josephina M. da Conceição	11	Amazonas
49	Maria Pureza das Flores	Emilia das Flores	10	Amazonas
50	Eugenia de Souza Mendes	Benedicta Alexandrina da Silva (orphã de pai)	11	Amazonas
51	Jisenta Ferreira de Mello	Raymunda Ferreira (orphã de pai)	10	Amazonas
52	Felicidade Pereira	Luiz Pereira (orphã de mãe)	8	Portugal
53	Candida Ferreira da Cruz	orphã de pai e mãe	12	Ceará
54	Justina de Lima Baptista	Candido José Baptista (já falecido) e Innocencia de Lima Baptista	13	Amazonas
55	Domitilde de Aguiar	Jesuina de Oliveira Guimarães	10	Pará
56	Prisca Julia de Souza Cruz	Manoel José de Souza Cruz e Francisca Gonçalves de Assis	16	Amazonas

57	Maria Alves dos Santos	Serafina Alves dos Santos	15	Amazonas
58	Maria do Carmo Carvalho	pais incognitos	15	Ceará
59	Maria José dos Santos	João José dos Santos e Maria Auta dos Santos (já falecidos)	11	Ceará
60	Florinda dos Santos	João José dos Santos e Maria Auta dos Santos (já falecidos)	10	Ceará
61	Josepha Alves Mesquita	José Pinto Mesquita e Joaquina Maria Alves (já falecidos)	9	Ceará
62	Hermenegilda Mesquita	José Pinto Mesquita e Joaquina Maria Alves (já falecidos)	7	Amazonas
63	Amaziles Alves Corrêa	Antonio Alves Corrêa (já falecido) e Virgilina Gomes Corrêa	13	Amazonas
64	Luiza Aguiar	Jesuina de Oliveira Guimarães	9	Pará
65	Thereza d'Assumpção Chaves	Antonio C. de Oliveira e Estephania Chaves (já falecidos)	8	Amazonas
66	Maria d'Assumpção Chaves	Antonio C. de Oliveira e Estephania Chaves (já falecidos)	10	Rio G. do Norte
67	Isolina Barbosa Ferreira	Themistocles B. Ferreira (já falecido) e Gregoria J. Ponto Barbosa	12	Amazonas
68	Inez Barbosa Ferreira	Themistocles B. Ferreira (já falecido) e Gregoria J. Ponto Barbosa	8	Amazonas
69	Maria Candida S. Costa	Maria B. de Souza (orphâ de pai)	11	Ceará
70	Laura Alves de Oliveira	Antonio Alves de Oliveira (já falecido) e Maria A. de Oliveira	14	Ceará
71	Francisca Alves de Oliveira	Antonio Alves de Oliveira (já falecido) e Maria A. de Oliveira	13	Ceará
72	Maria Andrade de Mattos	Alcelino Mattos (já falecido) e Rosa A. Costa	12	Amazonas
73	Francisca Tecla de Sant'Anna	Berlaminho José de Sant'Anna (já falecido) e Maria C. de Sant'Anna	11	Amazonas
74	Maria de Nazareth Sant'Anna	Berlaminho José de Sant'Anna (já falecido) e Maria C. de Sant'Anna	7	Amazonas
75	Maria José dos Santos	Aristides de Azevedo Teixeira e Raymunda dos Santos (já falecidos)	9	Amazonas
76	Maria Theodolina de M. Leão	Manoel J. Ponto de Miranda Leão (já falecido) e Deolinda J. da Costa	12	Amazonas
77	Leticia Bezerra	Viriato A. Bezerra (já falecido) e Clotilde Bezerra	10	Amazonas
78	Emilia Pinheiro	João C. da Silva Pinheiro (já falecido) e Emilia Pinheiro	11	Amazonas
79	Victoria Barbosa Ferreira	Themistocles B. Ferreira (já falecido) e Gregoria J. Ponto Barbosa	10	Amazonas
80	Leocadia Santiago	Idalina Santiago (já falecida)	8	Maranhão
81	Umbelina Barbosa do Carmo	Rufino Barbosa do Carmo e Antonia B. do Carmo (já falecidos)	12	Amazonas
82	Mercedes Telles de Menezes	Joaquim Telles de Menezes e Josephina Telles de Menezes (já falecidos)	10	Ceará
83	Joaquina Telles de Menezes	Joaquim Telles de Menezes e Josephina Telles de Menezes (já falecidos)	12	Ceará

		fallecidos)		
84	Albertina Castro e Costa	Deoclecio Castro e Costa (já fallecido) e Hortencia S. de Castro e Costa	11	Amazonas
85	Maria Castro e Costa	Deoclecio Castro e Costa (já fallecido) e Hortencia S. de Castro e Costa	10	Amazonas
86	Laura de Castro e Costa	Deoclecio Castro e Costa (já fallecido) e Hortencia S. de Castro e Costa	7	Amazonas
87	Aurora Paraense Albuquerque	Ulysses de Mello Albuquerque (já fallecido) e Joaquina de Paiva Albuquerque	10	Amazonas
88	Ondina Marques da Silva	Luiza Marques da Silva	10	Amazonas
89	Idalecia Telles de Menezes	Manoel Telles de Menezes	10	Ceará
90	Francisca Telles de Menezes	Manoel Telles de Menezes	7	Ceará
91	Perolina Pereira da Silva	Leovigildo Amorim	11	Amazonas
92	Anna de M. Marques	Felicia da Silva	9	Pará
93	Paulina de Souza	Afiliada de d. Hortencia	11	Amazonas
94	Maria Blanchard Foga	Luiza Monte Foga	11	Ceará
95	Antonia da Conceição	Afiliada de Bernardo Martins	11	Ceará
96	Raymunda Ribeiro	Anna Ribeiro	11	Pará
97	Virginia Ribeiro	Anna Ribeiro	9	Pará
98	Leopoldina Neves	Silverio Alves de Souza	9	Amazonas
99	Esther Barcellar	Luiz Coelho	11	Pará
100	Philomena Barcellar	Afiliana de Deoclecia Justino da M. Carcellar	12	Pará
101	Francisca Alves de Souza	Silverio Alves	8	Piauhy

Instituto Benjamin Constant, em Manáos, 17 de maio de 1905.

Relação nominal das educandas do Instituto Benjamin Constant - 1905.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 1905.

**RELAÇÃO NOMINAL DAS EDUCANDAS E ADDIDAS DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
NO ANNO DE 1909 E CURSOS**

Nº	NOMES	CURSOS			
		Nivel	Prendas	Costura	Musica
1	Maria Luiza dos Santos	1º grau	Sim	Sim	Não
2	Izabel do Espírito Santo	1º grau	Sim	Sim	Não
3	Sylvia Baptista	1º grau	Sim	Não	Não
4	Lucia Level Coelho	Curso infantil	Não	Não	Sim
5	Luiza Amelia França e Silva	1º grau	Sim	Não	Não
6	Idalecia Telles de Menezes	1º grau	Sim	Sim	Não
7	Francisca Telles de Menezes	1º grau	Sim	Não	Não
8	Francisca Alves	2º grau	Não	Sim	Não
9	Gisenta Ferreira de Mello	2º grau	Sim	Não	Não
10	Maria Margareth Olinda	Não	Não	Não	Não
11	Antonia Olinda	Não	Sim	Não	Não
12	Raymunda Neves	2º grau	Sim	Sim	Não
13	Leonilia Ramalho	3º grau	Sim	Sim	Sim
14	Maria de Lourdes Teixeira	Curso infantil	Não	Não	Não
15	Hermenegilda Mesquita	Não	Sim	Não	Não
16	Ignez Andrade de Mattos	Curso infantil	Não	Não	Não
17	Francisca F. de Sant'Anna	Não	Sim	Não	Não
18	Rosa Bentes	2º grau	Sim	Sim	Não
19	Clarice dos Santos	1º grau	Sim	Não	Não
20	Clelia Chaves	2º grau	Não	Não	Sim
21	Mercedes Telles de Menezes	1º grau	Sim	Não	Não
22	Maria Assumpção Soares	1º grau	Sim	Sim	não
23	Feliciana dos Santos	1º grau	Sim	Não	Não
24	Cristina Oliveira	Não	Não	Não	Não
25	Maria Andrade	3º grau	Sim	Sim	Sim
26	Luduvina Costa	Curso infantil	Não	Não	Não
27	Leocadia Santiago	1º grau	Sim	Não	Não
28	Joaquina de Jesus	Curso infantil	Não	Não	Não
29	Maria Theodolinda de Miranda Leão	Não	Sim	Não	Sim
30	Izabel Ramalho	3º grau	Sim	Sim	Sim
31	Almerinda de Souza	Curso infantil	Não	Não	Não
32	Maria H. de Souza	Não	Não	Não	Não
33	Othilia de Oliveira Machado	1º grau	Sim	Não	Sim
34	Laura da Natividade	Não	Sim	Não	Não
35	Francisca Barboza	Curso infantil	Não	Não	Não
36	Maria Corrêa Miranda	3º grau	Não	Não	Não
37	Perolina Pereira	2º grau	Não	Sim	Não
38	Raymunda Nonato	3º grau	Sim	Sim	Não
39	Ricarda Rodrigues	1º grau	Não	Não	Não

40	Emilia Pereira	3º grau	Sim	Sim	Não
41	Petrocinia Duarte Pinho	1º grau	Sim	Sim	Não
42	Maria Nazareth Campello	2º grau	Sim	Não	Sim
43	Josephina Duarte Pinho	Curso infantil	Não	Não	Não
44	Victoria Lyra	2º grau	Sim	Sim	Não
45	Maria Augusta de Castro Costa	3º grau	Sim	Sim	Não
46	Raymunda da Silva	1º grau	Sim	Sim	Não
47	Maria Lins Peixoto	3º grau	Sim	Sim	Sim
48	Leonor Chaves	Curso infantil	Não	Não	Não
49	Georgina Rosa de Farias	Não	Não	Não	Não
50	Leopoldina Lins Peixoto	3º grau	Sim	Sim	Sim
51	Laura Castro e Costa	1º grau	Sim	Não	Não
52	Maria Amaral	Não	Sim	Não	Sim
53	Anna Marques	2º grau	Sim	Sim	Não
54	Mathilde dos Santos	Curso infantil	Não	Não	Não
55	Nazareth de Souza	2º grau	Sim	Sim	Não
56	Raymunda Vasconcellos	Curso infantil	Não	Não	Não
57	Julia de Almeida	Curso infantil	Não	Não	Não
58	Felicidade Pereira	1º grau	Sim	Não	Não
59	Josephha Mesquita	1º grau	Sim	Sim	Não
60	Laura Alves	Não	Sim	Sim	Não
61	Ida Felgueiras	Curso infantil	Não	Não	Não
62	Edith Maciel	Curso infantil	Não	Não	Não
63	Maria Rodrigues Souza	1º grau	Não	Não	Não
64	Josephha Felgueira	1º grau	Sim	Não	Não
65	Paulina de Souza	1º grau	Sim	Sim	Não
66	Eclessia dos Santos	1º grau	Sim	Não	Não
67	Domitilla Ramalho	3º grau	Sim	Sim	Não
68	Dalva Vitruvio	Não	Não	Não	Não
69	Maria Blanchard Toga	3º grau	Sim	Sim	Não
70	Albertina Mendonça	Curso infantil	Não	Não	Não
71	Thereza Assumpção Chaves	1º grau	Sim	Não	Não
72	Juliana Jauapery	Curso infantil	Não	Não	Não
73	Izolina Barbosa Ferreira	3º grau	Sim	Sim	Sim
74	Antonia da Conceição	1º grau	Sim	Sim	Não
75	Maria Portella Martins	1º grau	Sim	Não	Não
76	Maria Assumpção Chaves	1º grau	Sim	Não	Não
77	Maria Nazareth Sant'Anna	1º grau	Sim	Não	Não
78	Francisca de Souza	1º grau	Sim	Não	Não
79	Maria José Teixeira	1º grau	Sim	Não	Não
80	Maria José da Silva	Curso infantil	Não	Não	Não
81	Raymunda Ribeiro	2º grau	Sim	Sim	Não
82	Virginia Ribeiro	1º grau	Não	Não	Não
83	Agripina Vitruvio	1º grau	Não	Não	Não
84	Luiza de Araujo	Curso infantil	Não	Não	Não

85	Ignez Barboza	1º grau	Sim	Não	Não
86	Alexandrina Pimenta	1º grau	Sim	Sim	Não
87	Annita Celeste	1º grau	Sim	Não	Sim
88	Aurea Maciel	Curso infantil	Não	Não	Não
89	Aurora Paraense Albuquerque	3º grau	Sim	Não	Não
90	Julia de Azevedo	3º grau	Sim	Sim	Não
91	Maria Romana Ramos	Não	Sim	Sim	Não
92	Amalia Guimarães	Curso infantil	Não	Não	Não
93	Analicia Moraes	Não	Sim	Não	Não
94	Maria do Carmo Vasconcellos	Curso infantil	Não	Não	Não
95	Stella Coelho	1º grau	Sim	Sim	Não
96	Ernestina Level	curso infantil	Não	Não	Não
97	Maria Magdalena Ramos	Não	Não	Não	Não
98	Maria Bonetti	3º grau	Não	Não	Não
99	Lucrecia da Conceição	Curso infantil	Não	Não	Não
100	Filomena Coelho	2º grau	Sim	Sim	Não
Adidas	Lucinda Ferreira da Silva	Não	Não	Não	Não
	Dalila dos Santos Alencar	Não	Não	Não	Não
	Ormina Ramos	Não	Não	Não	Não
	Maria José Ramos	Não	Não	Não	Não
	Maria Eleutheria Fernandes	Curso infantil	Não	Não	Não
	Hilda Amaral	Não	Não	Não	Não
	Alice Amaral	Não	Não	Não	Não
	Maria Rodrigues da Costa	Não	Não	Não	Não

Relação nominal das educandas e adidas do Instituto Benjamin Constant no ano de 1909 e cursos.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 10/07/1910.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
LISTAGEM DAS ALUNAS POR ORDEM ALFABÉTICA E CURSOS – 1913*

Nº	NOME	NÍVEL	PRENDAS	COSTURA
1	Adalgisa de Oliveira	1º grau	SIM	NÃO
2	Adelaide Augusta França	1º grau	SIM	NÃO
3	Agripina Viruvio	2º grau	SIM	NÃO
4	Alayne Vasconcellos	2º grau	SIM	NÃO
5	Albertina Mendonça	1º grau	SIM	NÃO
6	Alexandrina do Rosario	1º grau	SIM	NÃO
7	Alice Alves do Amaral	Curso Infantil	NÃO	NÃO
8	Alice de Oliveira	1º grau	SIM	NÃO
9	Alice Freire de Alencar	Curso Infantil	NÃO	NÃO
10	Almerinda de Souza	2º grau	SIM	NÃO
11	Altacy da Silva	Curso Infantil	SIM	NÃO
12	Alzira Azevedo	1º grau	SIM	NÃO
13	Amalia Guimarães	2º grau	SIM	NÃO
14	Amelia Lopes Cardoso	Curso Infantil	NÃO	NÃO
15	Andrelina Lopes	2º grau	SIM	NÃO
16	Anna Celeste Seecce	NÃO	SIM	NÃO
17	Anna Franco	1º grau	SIM	NÃO
18	Anna Lecce	2º grau	NÃO	NÃO
19	Anna Maese Romero	NÃO	SIM	NÃO
20	Anna Miranda Marques ²	NÃO	SIM	SIM
21	Anna Moreira Pinto	Curso Infantil	NÃO	NÃO
22	Anna Romero	NÃO	NÃO	SIM
23	Antonia Pinheiro	1º grau	SIM	NÃO
24	Aurea de Souza Marques	1º grau	SIM	NÃO
25	Aurea Maciel	2º grau	SIM	NÃO
26	Aurea Rodrigues Pastana	1º grau	SIM	NÃO
27	Aurora Almeida	Curso Infantil	NÃO	NÃO
28	Ayda da Silva Porto	Curso Infantil	NÃO	NÃO

29	Benedicta Maria da Rocha	1º grau	SIM	NÃO
30	Candida Cabral	1º grau	SIM	NÃO
31	Cecilia Gama	Curso Infantil	SIM	NÃO
32	Christina de Oliveira	1º grau	SIM	NÃO
33	Clarice dos Santos	1º grau	SIM	NÃO
34	Clotilde Barbosa da Cunha	1º grau	SIM	NÃO
35	Consuelo Souza Abicassis	1º grau	SIM	NÃO
36	Deolinda Moreira	1º grau	SIM	NÃO
37	Domitilla da Costa Ramalho ³	NÃO	NÃO	SIM
38	Dulce Camello	1º grau	SIM	NÃO
39	Durvina Marques	Curso Infantil	SIM	NÃO
40	Edith Freire de Alencar	1º grau	SIM	NÃO
41	Edith Maciel	2º grau	SIM	NÃO
42	Eliza Prestes	1º grau	SIM	NÃO
43	Elvira do Carmo Dias	Curso Infantil	SIM	NÃO
44	Emilia Augusta Figueiredo	Curso Infantil	SIM	NÃO
45	Ernestina Level Coelho	1º grau	SIM	NÃO
46	Ernestina Soledade	1º grau	NÃO	NÃO
47	Estella Coelho	NÃO	SIM	NÃO
48	Feliciana dos Santos ¹	3º grau	SIM	SIM
49	Felicidade Ferreira	NÃO	SIM	NÃO
50	Felicidade Senna	1º grau	NÃO	NÃO
51	Francisca Alves de Oliveira	NÃO	SIM	SIM
52	Francisca Barbosa	2º grau	SIM	NÃO
53	Francisca das Chagas	Curso Infantil	SIM	NÃO
54	Francisca de Souza	2º grau	SIM	SIM
55	Francisca Lopes Cardoso	Curso Infantil	NÃO	NÃO
56	Francisca Telles de Menezes ¹	3º grau	SIM	SIM
57	Georgina Rosa de Farias	1º grau	NÃO	NÃO
58	Gracinda Ferreira da Silva	Curso Infantil	NÃO	NÃO

59	Helena Mota	2º grau	NÃO	SIM
60	Hermenegilda Mesquita	1º grau	SIM	NÃO
61	Hermogena Brandão	1º grau	SIM	NÃO
62	Hilda Alves do Amaral	Curso Infantil	SIM	NÃO
63	Ida Assumpção Filgueiras	1º grau	SIM	NÃO
64	Idalecia Telles de Menezes	3º grau	SIM	SIM
65	Ignês Barbosa Ferreira	3º grau	SIM	SIM
66	Ignez Andrade de Mattos	1º grau	SIM	NÃO
67	Isabel da Costa Ramalho ²	NÃO	SIM	SIM
68	Izabel do Espírito Santo	NÃO	SIM	SIM
69	Izaura Augusta Figueiredo	1º grau	SIM	NÃO
70	Izaura Gonçalves	1º grau	SIM	NÃO
71	Izolina Barbosa Ferreira ²	NÃO	SIM	SIM
72	Josepha Alves Mesquita	3º grau	SIM	SIM
73	Josepha Duarte Pinto	1º grau	NÃO	NÃO
74	Josepha Filgueiras	NÃO	SIM	SIM
75	Josephina Duarte Pinto	NÃO	SIM	NÃO
76	Julia de Almeida	1º grau	SIM	NÃO
77	Julia de Vasconcelos	Curso Infantil	NÃO	NÃO
78	Juliana Jauapery	1º grau	SIM	NÃO
79	Laura do Carmo Dias	Curso Infantil	NÃO	NÃO
80	Leonilla da Costa Ramalho ²	NÃO	SIM	SIM
81	Leonor Chaves	2º grau	SIM	NÃO
82	Lina Gomes da Fonseca	Curso Infantil	NÃO	NÃO
83	Lucia Level Coelho	3º grau	SIM	NÃO
84	Lucinda Ferreira da Silva	1º grau	SIM	NÃO
85	Lucrecia da Conceição	1º grau	SIM	NÃO
86	Luiza Araújo	1º grau	SIM	NÃO
87	Luiza Neves	1º grau	SIM	NÃO
88	Lygia Dias de Souza	Curso Infantil	NÃO	NÃO
89	Magdalena Ramos	NÃO	SIM	NÃO

90	Maria Assumpção Chaves ¹	3º grau	SIM	SIM
91	Maria Bonetti	2º grau	SIM	SIM
92	Maria Corrêa	2º grau	NÃO	NÃO
93	Maria Corrêa de Miranda	1º grau	NÃO	NÃO
94	Maria de Lourdes	1º grau	SIM	NÃO
95	Maria de Souza	NÃO	NÃO	SIM
96	Maria do Carmo Salles	Curso Infantil	NÃO	NÃO
97	Maria do Carmo Vasconcellos	1º grau	SIM	NÃO
98	Maria Eleuteria Fernandes	1º grau	SIM	NÃO
99	Maria Francisca Lima	NÃO	SIM	NÃO
100	Maria Garcia	NÃO	SIM	NÃO
101	Maria José da Silva	1º grau	NÃO	NÃO
102	Maria José Dias de Souza	1º grau	SIM	NÃO
103	Maria José do Rozario	1º grau	SIM	NÃO
104	Maria José Passos	NÃO	SIM	NÃO
105	Maria José Ramos	NÃO	SIM	NÃO
106	Maria José Teixeira	NÃO	SIM	SIM
107	Maria Magdalena Pinto	Curso Infantil	NÃO	NÃO
108	Maria Magdalena Ramos	2º grau	NÃO	NÃO
109	Maria Magdalena Ramos	3º grau	NÃO	NÃO
110	Maria Miranda Corrêa	NÃO	SIM	NÃO
111	Maria Miranda Leão ³	NÃO	SIM	SIM
112	Maria Olimpia Rebouças	1º grau	SIM	NÃO
113	Maria Pereira	1º grau	NÃO	NÃO
114	Maria Pinto Corrêa	NÃO	SIM	SIM
115	Maria Portella Martins	1º grau	SIM	SIM
116	Maria Rodrigues	1º grau	SIM	NÃO
117	Maria Theodora de Mattos	3º grau	SIM	SIM
118	Mercedes Telles de Menezes ¹	3º grau	SIM	SIM
119	Nazareth Olinda	1º grau	SIM	NÃO
120	Olivia Cabral	2º grau	SIM	NÃO
121	Ormina Ramos	1º grau	SIM	SIM
122	Ottilia d'Oliveira ¹	3º grau	SIM	SIM
123	Ottilia Serra	1º grau	NÃO	NÃO

124	Patrocinia Duarte Pinto	NÃO	SIM	SIM
125	Philomena Coelho	NÃO	SIM	NÃO
126	Raymunda Angelica	1º grau	SIM	NÃO
127	Raymunda das Neves Franco ⁴	3º grau	SIM	SIM
128	Raymunda M. Silva	2º grau	NÃO	SIM
129	Raymunda Marinho	2º grau	SIM	NÃO
130	Raymunda Nonato Lima	NÃO	SIM	NÃO
131	Raymunda Ribeiro ¹	3º grau	SIM	SIM
132	Raymunda Silva	NÃO	SIM	NÃO
133	Raymunda Vasconcellos	2º grau	SIM	NÃO
134	Ricarda Rodrigues	NÃO	SIM	SIM
135	Rita Siqueira Martins	1º grau	SIM	NÃO
136	Rosa Bentes ¹	3º grau	SIM	SIM
137	Rosa Farias	NÃO	SIM	NÃO
138	Rosinella Accarilli	Curso Infantil	NÃO	NÃO
139	Salustiana Seabra Pacca	1º grau	SIM	NÃO
140	Saphira Lobato Domiense	Curso Infantil	NÃO	NÃO
141	Silvina Belem	1º grau	SIM	NÃO
142	Sylvia Baptista	1º grau	SIM	SIM
143	Theresa Chaves	NÃO	SIM	SIM
144	Victoria dos Santos	2º grau	SIM	NÃO
145	Virginia Ribeiro	3º grau	SIM	SIM
146	Zeneide Guimarães	1º grau	SIM	NÃO
147	Zulmira Valle	1º grau	SIM	SIM

*Quadro Elaborado a partir dos Mapas de Aplicação e Comportamento das alunas, 1913.

1. Habilitada no Curso Complementar, conforme a Mensagem de 1914.
2. Matrícula no 1º ano da Escola Normal. Ofício do Instituto Benjamin Constant de 22/12/1911.
3. Matrícula no 2º ano da Escola Normal. Ofício do Instituto Benjamin Constant de 22/12/1911.
4. Matrícula na Escola Complementar. Ofício do Instituto Benjamin Constant de 22/12/1911.

Listagem das alunas por ordem alfabética e cursos do Instituto Benjamin Constant – 1913.

Fontes: AMAZONAS - Mensagem, 1914.

AMAZONAS – Ofício do Instituto Benjamin Constant, 22/12/1911.

**ANEXO H – ALUNAS DO JARDIM DA INFÂNCIA DO INSTITUTO
BENJAMIN CONSTANT**

**LISTA DAS ALUNAS PROVAVELMENTE MATRICULADAS NO JARDIM DE INFÂNCIA DO INSTITUTO
BENJAMIN CONSTANT 1904¹**

Nº ²	NOME	IDADE ³	NATURALIDADE	FILIAÇÃO	DATA DA ADMISSÃO	IDADE
86	Hermenegilda Mesquita	5	Amazonas	José Pinto de Mesquita	20/01/1903	5
74	Felicidade Pereira	6	Portugal	Luiz Pereira	12/01/1903	6
89	Thereza d'Assumpção Chaves	6	Amazonas	Antonio Chaves de Oliveira Filho	03/03/1903	6
92	Ignez Barbosa Ferreira	6	Amazonas	Themistocles Barbosa Ferreira	29/06/1903	6
99	Maria Nazareth de Sant'Anna	6	Amazonas	Belarmino José de Sant'Anna	24/01/1904	6
72	Izaura Ferreira de Mello	6	Amazonas	Raymunda Ferreira	02/07/1902	7
85	Josepha Alves de Mesquita	7	Ceará	José Pinto de Mesquita	20/01/1903	7
88	Luiza de Aguiar	7	Pará	Joaquim de Oliveira Guimarães	19/02/1903	7
49	Nazareth de Souza	5	Amazonas	Filiação Ignorada	05/02/1900	8
51	Maria Luiza dos Santos	5	Amazonas	Luiz Antonio dos Santos	16/04/1900	8
65	Maria Lins Peixoto	6	Amazonas	Antonio Lins Peixoto	15/04/1901	8
73	Jizeuta Ferreira de Mello	7	Amazonas	Raymunda Ferreira	02/07/1902	8
77	Domitilde de Aguiar	8	Pará	Jesuina de O. Guimarães	18/01/1903	8
84	Forinda dos Santos	8	Ceará	João José dos Santos	20/01/1903	8
90	Maria d'Assumpção Chaves	8	Rio G. do Norte	Antonio Chaves de Oliveira Filho	09/03/1903	8
101	Maria José dos Santos	8	Amazonas	Aristides de Azevedo Teixeira	26/04/1904	8
63	Anna Maria dos Reis	7	Amazonas	João Firmino dos Reis	29/03/1901	9
66	Leopoldina Lins Peixoto	7	Amazonas	Antonio Lins Peixoto	15/04/1901	9
67	Francisca da Silva	7	Amazonas	Filiação Ignorada	19/06/1901	9
68	Justina Maria da Conceição	7	Amazonas	Carlos Mauricio da Conceição	12/07/1901	9
69	Maria Pureza das Flores	6	Amazonas	Emilia das Flores	05/11/1901	9
70	Eugenia de Souza Mendes	6	Amazonas	Benedicta Alexandrina Silva	19/10/1900	9
81	Francisca das Chagas	9	Ceará	Francisco de Almeida	18/01/1903	9

	Almeida					
83	Maria José dos Santos	9	Ceará	João José dos Santos	20/01/1903	9
39	Maria Pereira	5	Amazonas	João Manoel Pereira	28/01/1898	10
41	Aurora de Nazareth	5	Amazonas	Americo Franco Nazareth	02/12/1898	10
42	Maria Romana Ramos	6	Rio G. do Norte	José Bernardo Ramos de Maria	02/01/1899	10
60	Emilia de Jesus Pereira	7	Portugal	Luiz Pereira	21/12/1900	10
62	Raymunda Nonato dos Reis	8	Amazonas	João Firmino dos Reis	29/03/1901	10
75	Candida Ferreira da Cruz	10	Amazonas	João Ferreira da Cruz	12/01/1903	10
80	Elvira Alves dos Santos	10	Amazonas	José dos Santos	18/01/1903	10
91	Isolina Barbosa Ferreira	10	Amazonas	Themistocles Barbosa Ferreira	29/06/1903	10
97	Maria Andrade de Mattos	10	Amazonas	Arcelino de Mattos	15/02/1904	10
98	Francisca Tecla de Sant'Anna	10	Amazonas	Belarmino José de Sant'Anna	24/01/1904	10

1. Quadro adaptado da Lista nominal das alunas matriculadas no Instituto Benjamin Constant, de 21 de maio de 1904, classificado por idade (01/01/1904).
2. A indicação do nº está conforme a Lista nominal das alunas matriculadas em 21 de maio de 1904.
3. Idade conforme a data de admissão no Instituto Benjamin Constant.

Lista das alunas provavelmente matriculadas no jardim de infância do Instituto Benjamin Constant - 1904.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 1904.

RELAÇÃO NOMINAL DAS EDUCANDAS PROVÁVEIS DO JARDIM DE INFÂNCIA - 1905¹

Nº²	Nomes das educandas	Filiação	Idade referida a 1905 (annos)	Naturalidade
62	Hermenegilda Mesquita	José Pinto Mesquita e Joaquina Maria Alves (já falecidos)	7	Amazonas
74	Maria de Nazareth Sant'Anna	Berlaminho José de Sant'Anna (já falecido) e Maria C. de Sant'Anna	7	Amazonas
86	Laura de Castro e Costa	Deoclecio Castro e Costa (já falecido) e Hortencia S. de Castro e Costa	7	Amazonas
90	Francisca Telles de Menezes	Manoel Telles de Menezes	7	Ceará
52	Felicidade Pereira	Luiz Pereira (orphã de māi)	8	Portugal
65	Thereza d'Assumpção Chaves	Antonio C. de Oliveira e Estephania Chaves (já falecidos)	8	Amazonas
68	Inez Barbosa Ferreira	Themistocles B. Ferreira (já falecido) e Gregoria J. Barbosa	8	Amazonas
80	Leocadia Santiago	Idalina Santiago (já falecida)	8	Maranhão
101	Francisca Alves de Souza	Silverio Alves	8	Piauhy
61	Josepha Alves Mesquita	José Pinto Mesquita e Joaquina Maria Alves (já falecidos)	9	Ceará
64	Luiza Aguiar	Jesuina de Oliveira Guimarães	9	Pará
75	Maria José dos Santos	Aristides de Azevedo Teixeira e Raymunda dos Santos (já falecidos)	9	Amazonas
92	Anna de M. Marques	Felicia da Silva	9	Pará
97	Virginia Ribeiro	Anna Ribeiro	9	Pará
98	Leopoldina Neves	Silverio Alves de Souza	9	Amazonas
31	Nazareth de Souza	Pais incognitos	10	Amazonas
33	Maria Luiza dos Santos	Luiz Antonio dos Santos e Candida Luiza dos Santos (já falecidos)	10	Amazonas
45	Maria Lins Peixoto	Antonio Lins Peixoto (orphã de māi)	10	Amazonas
49	Maria Pureza das Flores	Emilia das Flores	10	Amazonas
51	Jisenta Ferreira de Mello	Raymunda Ferreira (orphã de pai)	10	Amazonas
55	Domitilde de Aguiar	Jesuina de Oliveira Guimarães	10	Pará
60	Florinda dos Santos	João José dos Santos e Maria Auta dos Santos (já falecidos)	10	Ceará
66	Maria da Assumpção Chaves	Antonio C. de Oliveira e Estephania Chaves (já falecidos)	10	R. G. do N
77	Leticia Bezerra	Viriato A. Bezerra (já falecido) e Clotilde Bezerra	10	Amazonas
79	Victoria Barbosa Ferreira	Themistocles B. Ferreira (já falecido) e Gregoria Joanna Ferreira	10	Amazonas

82	Mercedes Telles de Menezes	Joaquim Telles de Menezes e Josephina Telles de Menezes	10	Ceará
85	Maria Castro e Costa	Deoclecio Castro e Costa (já falecido) e Hortencia S. de Castro e Costa	10	Amazonas
87	Aurora Paraense Albuquerque	Ulisses de Mello de Albuquerque (já falecido) e Joaquina de Paiva Albuquerque	10	Amazonas
88	Ondina Marques da Silva	Luiza Marques da Silva	10	Amazonas
89	Idalecia Telles de Menezes	Manoel Telles de Menezes	10	Ceará

1. Lista organizada pela classificação da idade das educandas.
2. Preservou-se o número da Listagem das educandas de 1905.

Lista das alunas provavelmente matriculadas no jardim de infância do Instituto Benjamin Constant - 1905

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, Relação nominal das alunas existentes no Instituto Benjamin Constant de 1905, anexo B., 1905.

ANEXO I – TRAJETÓRIAS DAS ALUNAS DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Nº 1	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA				
Nazareth de Souza	1904	Nazareth de Souza				
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão
	49	Ignorada	Amazonas	05/02/1900	5 anos	
	1905	Nazareth de Souza				
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Idade referente a 1905	
	31	Pais incógnitos	Amazonas	10 anos		
	1909	Nazareth de Souza				
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música
	55	2º grau	Sim	Sim	Não	14 anos
Nº 2	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA				
Maria Luiza dos Santos	1904	Maria Luiza dos Santos				
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão
	51	Luiz Antonio dos Santos	Amazonas	16/04/1900	5 anos	
	1905	Maria Luiza dos Santos				
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Idade referente a 1905	
	33	Luiz Antonio dos Santos e Candida Luiza dos Santos (já falecidos)	Amazonas	10 anos		
	1909	Maria Luiza dos Santos				
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música
	1	1º grau	Sim	Sim	Não	14 anos
Nº 3	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA				
Julia de Azevedo	1904	Julia de Azevedo				
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão
	54	Gabriel Archanjo de Azevedo	Amazonas	07/06/1900	10 anos	
	1905	Julia de Azevedo				
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Idade referente a 1905	
	36	Gabriel Arcanjo de Azevedo e Anna Bezerra de Azevedo (já falecida)	Amazonas	15 anos		
	1909	Julia de Azevedo				
		Nº identificado	Nível	Prendas	Costura	Música

		na lista					
		90	3º grau	Sim	Sim	Não	19 anos
Nº 4	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA					
Emilia de Jesus Pereira	1904	Emilia de Jesus Pereira					
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão	
		60	Luiz Pereira	Portugal	21/12/1900	7 anos	
	1905	Emilia de Jesus					
Emilia de Jesus Pereira		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade referente a 1905	
		42	Luiz Pereira	Portugal	21/12/1900	7 anos	
	1909	Emilia Pereira					
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música	Idade provável
Raymunda Nonato dos Reis		40	3º grau	Sim	Sim	Não	16 anos
	1904	Raymunda Nonato dos Reis					
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão	
		62	João Firmino dos Reis	Amazonas	29/03/1901	8 anos	
Raymunda Nonato dos Reis	1905	Raymunda Nonato dos Reis					
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade referente a 1905	
		43	João Firmino dos Reis (órfã de mãe)	Amazonas	29/03/1901	8 anos	
	1909	Raymunda Nonato					
Maria Lins Peixoto		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música	Idade provável
	1904		38	3º grau	Sim	Sim	Não
							16 anos
	1906	TRAJETÓRIAS DA ALUNA					
Maria Lins Peixoto	1904	Maria Lins Peixoto					
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão	
		65	Antonio Lins Peixoto	Amazonas	15/04/1901	6 anos	
	1905	Maria Lins Peixoto					
Maria Lins Peixoto		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade referente a 1905	
		45	Antonio Lins Peixoto (órfã de mãe)	Amazonas	15/04/1901	6 anos	
	1909	Maria Lins Peixoto					
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música	Idade provável

		47	3º grau	Sim	Sim	Sim	14 anos	
Nº 7	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA						
Leopoldina Lins Peixoto	1904	Leopoldina Lins Peixoto						
		Nº identificado na lista	Filiação		Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão	
		66	Antonio Lins Peixoto		Amazonas	15/04/1901	7 anos	
	1905	Leopoldina Lins Peixoto						
		Nº identificado na lista	Filiação			Naturalidade	Idade referente a 1905	
		46	Antonio Lins Peixoto (órfã de mãe)			Amazonas	11 anos	
	1909	Maria Lins Peixoto						
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música	Idade provável	
		50	3º grau	Sim	Sim	Sim	15 anos	
Nº 8	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA						
Jizeuta Ferreira de Mello	1904	Jizeuta Ferreira de Mello						
		Nº identificado na lista	Filiação		Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão	
		73	Raymunda Ferreira		Amazonas	02/07/1902	7 anos	
	1905	Jisenta Ferreira de Mello						
		Nº identificado na lista	Filiação			Naturalidade	Idade referente a 1905	
		51	Raymunda Ferreira (órfã de pai)			Amazonas	10 anos	
	1909	Gisenta Ferreira de Mello						
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música	Idade provável	
		9	2º grau	Sim	Não	Não	14 anos	

Nº 9	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA						
Felicidade Pereira	1904	Felicidade Pereira						
		Nº identificado na lista	Filiação		Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão	
		74	Luiz Pereira		Portugal	12/01/1903	6 anos	
	1905	Felicidade Pereira						
		Nº identificado na lista	Filiação			Naturalidade	Idade referente a 1905	
		52	Luiz Pereira (órfã de mãe)			Portugal	8 anos	
	1909	Gisenta Ferreira de Mello						
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música	Idade provável	
		58	1º grau	Sim	Não	Não	12 anos	

Nº 10	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA					
Josepha Alves de Mesquita	1904	Josepha Alves de Mesquita					
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão	
		85	José Pinto de Mesquita	Ceará	20/01/1903	7 anos	
	1905	Josepha Alves de Mesquita					
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Idade referente a 1905		
		61	José Pinto Mesquita e Joaquina Maria Alves (já falecidos)	Ceará	9 anos		
	1909	Josepha Mesquita					
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música	Idade provável
		59	1º grau	Sim	Sim	Não	13 anos
	1913	Josepha Alves Mesquita					
		-	3º grau	Sim	Sim	-	17 anos
Nº 11	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA					
Hermenegilda Mesquita	1904	Hermenegilda Mesquita					
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão	
		86	José Pinto de Mesquita	Amazonas	20/01/1903	5 anos	
	1905	Hermenegilda Mesquita					
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Idade referente a 1905		
		62	José Pinto Mesquita e Joaquina Maria Alves (já falecidos)	Amazonas	7 anos		
	1909	Hermenegilda Mesquita					
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música	Idade provável
		15	Não*	Sim	Não	Não	11 anos
	1913	Hermenegilda Mesquita					
		-	1º grau	Sim	Não	-	15 anos
* No Mapa de aplicação e comportamento do 1º ano, do 1º livro, da profª Antonia Borges de Sá existiu a aluna Gilda Mesquita, nº 4, que não fez exame, que talvez seja a aluna Hermenegilda Mesquita.							
Nº 12	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA					
Thereza d'Assumpção	1904	Thereza d'Assumpção Chaves					
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão	
		89	Antonio Chaves de Oliveira Filho	Amazonas	03/03/1903	6 anos	
	1905	Thereza d'Assumpção Chaves					
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Idade referente a 1905		

Maria d'Assumpção Chaves		65	Antonio C. de Oliveira e Estephania Chaves (já falecidos)		Amazonas	8 anos	
	1909	Thereza Assumpção Chaves					
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música	
		71	1º grau	Sim	Não	Não	
	1913	Theresa Chaves					
		-	Não	Sim	Sim	-	
	Nº 13	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA				
		Maria d'Assumpção Chaves					
	1904	Nº identificado na lista	Filiação		Naturalidade	Admissão	
		90	Antonio Chaves de Oliveira Filho		Rio Grande do Norte	09/03/1903	
Isolina Barbosa Ferreira	1905	Maria d'Assumpção Chaves					
		Nº identificado na lista	Filiação		Naturalidade	Idade referente a 1905	
		66	Antonio C. de Oliveira e Estephania Chaves (já falecidos)		Rio Grande do Norte	10 anos	
	1909	Maria Assumpção Chaves					
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música	
		76	1º grau	Sim	Não	Não	
	1913	Maria Assumpção Chaves					
		-	3º grau	Sim	Sim	-	
	Nº 14	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA				
		Isolina Barbosa Ferreira					
Isolina Barbosa Ferreira	1904	Nº identificado na lista	Filiação		Naturalidade	Admissão	
		91	Themistocles Barbosa Ferreira		Amazonas	29/06/1903	
	1905	Isolina Barbosa Ferreira					
		Nº identificado na lista	Filiação		Naturalidade	Idade referente a 1905	
		67	Themistocles B. Ferreira (já falecido) e Gregoria J. Ponto Barbosa		Amazonas	12 anos	
	1909	Izolina Barbosa Ferreira					
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música	
		73	3º grau	Sim	Sim	Sim	
	1911	Izolina Barbosa					
		Solicitação de Matrícula no 1º ano da Escola Normal – Ofício de 22/12/1911					
Izolina Barbosa Ferreira	1913	Izolina Barbosa Ferreira					
		-	Não	Sim	Sim	-	

Nº 15	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA					
Ignez Barbosa Ferreira	1904	Ignez Barbosa Ferreira					
		Nº identificado na lista	Filiação		Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão
	92	Themistocles Barbosa Ferreira	Amazonas	29/06/1903	6 anos		
	1905	Inez Barbosa Ferreira					
		Nº identificado na lista	Filiação		Naturalidade	Idade referente a 1905	
		68	Themistocles B. Ferreira (já falecido) e Gregoria J. Ponto Barbosa		Amazonas	8 anos	
	1909	Ignez Barbosa					
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música	Idade provável
	85	1º grau	Sim	Não	Não	12 anos	
	1913	Ignês Barbosa Ferreira					
		-	3º grau	Sim	Sim	-	16 anos
Nº 16	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA					
Maria de Nazareth Sant'Anna	1904	Maria de Nazareth Sant'Anna					
		Nº identificado na lista	Filiação		Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão
	99	Belarmino José de Sant'Anna	Amazonas	24/01/1904	6 anos		
	1905	Maria de Nazareth Sant'Anna					
		Nº identificado na lista	Filiação		Naturalidade	Idade referente a 1905	
		74	Berlamento José de Sant'Anna		Amazonas	7 anos	
	1909	Maria Nazareth Sant'Anna					
		Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música	Idade provável
	77	1º grau	Sim	Não	Não	11 anos	

Nº 17	ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA				
Maria T. do Miranda Leão¹⁴⁴	1904	Maria T. do Miranda Leão				
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão
	1905	102	Manoel José de Miranda Leão	Amazonas	18/05/1904	11 anos
		Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Idade referente a 1905	
	1909	76	Manoel J. de Miranda Leão (já falecido) e Deolinda J. da Costa	Amazonas	12 anos	
		Maria Theodolina de Miranda				
	1911	Nº identificado na lista	Nível	Prendas	Costura	Música
		29	Não	Sim	Não	Sim
	1913	Maria Miranda Leão				
		-	Não	Sim	Sim	-
						22 anos

Trajetórias das alunas do Instituto Benjamin Constant.

Fonte: AMAZONAS, Mensagem, 1904; 1905; 1911; 1913.

AMAZONAS – Exposição do Interventor Federal Alvaro Maia, 1941.

COSTA, 2001.

¹⁴⁴ Maria de Miranda Leão atuou no movimento feminino com apoio da Igreja Católica, em obras assistenciais, sendo conhecida como *Mãezinha*; ingressou na vida pública em 1922 no Serviço de Profilaxia Rural. “Fundadora da Sociedade de Amparo à Maternidade e Infância (1922) e do Serviço para crianças recém-nascidas de pais hansenianos (1927).” (COSTA, 2001, p.134). Pela aliança socialista republicada foi eleita Deputada e Constituinte do Amazonas de 1935, sendo também filiada à Ação Integralista Brasileira (AIB). Defendeu a Igreja Católica, o ensino religioso e a participação mulher na política. (COSTA, 2001). Na Exposição do interventor federal Alvaro Maia (de maio de 1940 a maio de 1941), a dona Maria Miranda Leão apareceu como diretora da casa Doutor Fajardo, “[...] que proporciona benefícios clínicos à maternidade e à infância de Manaus.” (1941, p.52).

TRAJETÓRIAS DAS ALUNAS POR DATA, IDADE E CURSOS

NOME	DATA	IDADE	CURSOS
Nazareth de Souza	1900	5 anos	Curso Infantil
	1904	9 anos	Curso Infantil
	1905	10 anos	Curso Infantil ou 1º grau
	1909	14 anos	2º grau/ Prendas/ Costura
Maria Luiza dos Santos	1900	5 anos	Curso Infantil
	1904	9 anos	Curso Infantil
	1905	10 anos	Curso Infantil ou 1º grau
	1909	14 anos	1º grau
Maria Lins Peixoto	1901	6 anos	Curso Infantil
	1904	9 anos	Curso Infantil
	1905	10 anos	Curso Infantil ou o 1º grau
	1909	14 anos	3º grau/ Prendas Costura e Música
Leopoldina Lins Peixoto	1901	7 anos	Curso Infantil
	1904	10 anos	Curso Infantil
	1905	11 anos	-
	1909	15 anos	3º grau
Jizeuta Ferreira de Mello	1902	7 anos	Curso Infantil
	1904	9 anos	Curso Infantil
	1905	10 anos	Curso Infantil ou 1º grau
	1909	14 anos	2º grau
Felicidade Pereira	1903	6 anos	Curso Infantil
	1904	7 anos	Curso Infantil

	1905	8 anos	Curso Infantil
	1909	12 anos	1º grau
Josepha Mesquita	1903	7 anos	Curso Infantil
	1904	8 anos	Curso Infantil
	1905	9 anos	Curso Infantil
	1909	13 anos	1º grau
	1913	17 anos	3º grau/ Prendas e Costura
Hermenegilda Mesquita	1903	5 anos	Curso Infantil
	1904	6 anos	Curso Infantil
	1905	7 anos	Curso Infantil
	1909	11 anos	-
	1913	15 anos	1º grau/ Prendas
Thereza d'Assumpção Chaves	1903	6 anos	Curso Infantil
	1904	7 anos	Curso Infantil
	1905	8 anos	Curso Infantil
	1909	12 anos	1º grau
	1913	16 anos	Prendas/ Costura
Maria d'Assumpção Chaves	1903	8 anos	Curso Infantil
	1904	9 anos	Curso Infantil
	1905	10 anos	Curso Infantil ou 1º grau
	1909	14 anos	1º grau
	1913	18 anos	3º grau/ Prendas e Costura
Ignez Barbosa Ferreira	1903	6 anos	Curso Infantil
	1904	7 anos	Curso Infantil
	1905	8 anos	Curso Infantil

	1909	12 anos	1º grau/ Prendas
	1913	16 anos	3º grau/ Prendas e Costura
Maria de Nazareth Sant'Anna	1904	6 anos	Curso Infantil
	1905	7 anos	Curso Infantil
	1909	11 anos	1º grau

Trajetórias das alunas por data, idade e cursos do Instituto Benjamin Constant.
Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 1904; 1905; 1910 e 1914.

TRAJETÓRIAS DAS ALUNAS QUE NÃO ESTAVAM NA RELAÇÃO NOMINAL DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT DE 1909			
NOME	DATA	IDADE	CURSOS
Francisca Tecla	1904	10 anos	Curso Infantil
	1905	11 anos	-
	1909	15 anos	1º grau (3º livro)
Saray Fernandes	1896	6 anos	Curso Infantil
	1904	14 anos	-
	1905	15 anos	-
	1909	19 anos	2º grau
Maria Bonifacia	1896	8 anos	Curso Infantil
	1904	16 anos	-
	1905	17 anos	-
	1909	21 anos	3º grau Costura

Trajetórias das alunas que não estavam na relação nominal do Instituto Benjamin Constant de 1909.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem, 1904; 1905 e 10/07/1910.

ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA MARIA ROMANA RAMOS				
1904	Maria Romana Ramos				
	Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão
	42	José Bernardo Ramos de Maria	Rio Grande do Norte	02/01/1899	6 anos
1905	Maria Romana				
	Nº identificado na lista	Filiação		Naturalidade	Idade referente a 1905
	26	João B. Ramos e Maria da Conceição (já falecidos)		Rio Grande do Norte	12 anos
1909	Maria Romana				
	Nº identificado na lista	Grau	Prendas	Costura	Música
	91	Não	Sim	Sim	Não
1911	Maria Romana Ramos				
	Data do Ofício	Teor do Ofício do Diretor do Instituto Benjamin Constant			Despacho do governador
	09/01/1911	Pedido de desligamento feito pelo pai José Bernardo Ramos de Maria. Aluna matriculada em 16/04/1900. Em janeiro de 1910 passou para o 2º grau do Curso Primário, onde continua em 1911. Tem pouco aproveitamento			Seja entregue

Trajetórias de Maria Romana Ramos, aluna do Instituto Benjamin Constant.

Fontes: AMAZONAS – Mensagem 1904; 1905; 10/07/1910.

AMAZONAS - Ofícios do Instituto Benjamin Constant de 1911 (Documentos manuscritos).

TRAJETÓRIAS DE MARIA ROMANA RAMOS NO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT – 1899-1911		
DATAS	IDADE	CURSOS
02/01/1899	6 anos	Curso Infantil
1904	11 anos	-
1905	12 anos	-
1909	16 anos	1º grau Prendas Costura
01/1910	17 anos	2º grau
09/01/1911	18 anos	2º grau

Trajetórias de Maria Romana Ramos no Instituto Benjamin Constant – 1899-1911.

Fonte: AMAZONAS – Mensagem 1904; 1905; 10/07/1910.

AMAZONAS - Ofícios do Instituto Benjamin Constant de 1911. (Documentos manuscritos).

ANOS	TRAJETÓRIAS DA ALUNA ALEXANDRINA PIMENTA					
1904	Alexandrina Pimenta					
	Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Admissão	Idade na data da admissão	
	36	João Fernandes Pimenta	Amazonas	01/09/1898	6 anos	
1905	Alexandrina Pimenta					
	Nº identificado na lista	Filiação	Naturalidade	Idade referente a 1905		
	22	João F. Pimenta e Ana J. Pimenta (já falecidos)	Amazonas		13 anos	
1909	Alexandrina Pimenta					
	Nº identificado na lista	Grau	Prendas	Costura	Música	Idade provável
	86	1º grau	Sim	Sim	Não	17 anos
1911	Alexandrina Fernandes Pimenta					
	Data do Ofício	Teor do Ofício do Diretor do Instituto Benjamin Constant			Despacho do governador	
	06/06/1911	Pedido de desligamento feito pelo cunhado e a irmã: Martins José da Silva e Francisca Fernandes da Silva. Aluna matriculada desde 01/11/1898. Frequenta o 2º grau do ensino primário, o que prova pouco aproveitamento.			Seja desligada	

Trajetórias de Alexandrina Pimenta, aluna do Instituto Benjamin Constant.

Fontes: AMAZONAS – Mensagem 1904; 1905; 10/07/1910.

AMAZONAS - Ofícios do Instituto Benjamin Constant de 1911 (Documentos manuscritos).

TRAJETÓRIAS DA ALUNA ALEXANDRINA PIMENTA		
DATAS	IDADE	CURSOS
01/09/1898	6 anos	Curso Infantil
01/11/1898	6 anos	Curso Infantil
1904	12 anos	-
1905	13 anos	-
1909	17 anos	1º grau Prendas Costura
1911	19 anos	2º grau

Trajetórias de Alexandrina Pimenta no Instituto Benjamin Constant – 1898-1911.

Fontes: AMAZONAS – Mensagem 1904; 1905; 10/07/1910.

AMAZONAS - Ofícios do Instituto Benjamin Constant de 1911. (Documentos manuscritos).